

ISSN 1517-4522
E-ISSN 1807-0337

SOCIOLOGIAS

www.seer.ufrgs.br/sociologias

revsoc@ufrgs.br

SOCIOLOGIAS

[ISSN 1517-4522] Revista quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, destinada a promover intercâmbio entre cientistas sociais nacionais e internacionais.

Sociologias is a four-monthly journal published by the Graduate Program in Sociology - UFRGS, aiming to promote interaction between Brazilian and foreign social scientists
Ano 23, n. 56, jan/abr. 2021, Porto Alegre, PPGS/UFRGS.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor: Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora: Patrícia Helena Lucas Pranke

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretora: Claudia Wasserman

Vice-Diretor: Hélio Ricardo do Couto e Silva

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenador: Paulo André Niederle

Coordenador-Substituto: Marcelo Kunrath Silva

Editor

Jalcione Almeida

Editora Emérita

Maira Baumgarten

Editora Assistente

Cinara Lerrer Rosenfield

Editores Assessores

Adriano Premebida

Alexandre Almeida de Magalhães

Clarissa Eckert Baeta Neves

Enio Passiani

Leticia Schabbach

Marília Luz David

Priscilla Ribeiro dos Santos

Rochelle Fellini Fachinetto

Comissão Editorial

Cinara Rosenfield (UFRGS)

Jalcione Almeida (UFRGS)

Paulo André Niederle (UFRGS)

Marcelo Kunrath Silva (UFRGS)

Raquel Weiss (UFRGS)

Soraya Maria Vargas Cortes (UFRGS)

Conselho Editorial

Alicia Itati Palermo, UNL (Argentina)

Alberto Riella, Universidad de la República (Uruguai)

Arnaud Sales, Université de Montréal (Canadá)

Carlos Benedito Martins, UnB (Brasil)

César Barreira, UFCE (Brasil)

Dário Salinas, Universidad Iberoamericana (México)

Elisa Reis, UFRJ (Brasil)

Fernanda Sobral, UnB (Brasil)

Francesco Ramella, University of Torino (Itália)

Ilse Scherer-Warren, UFSC (Brasil)

Jean Louis Laville, CNAM (França)

Julio Mejia Navarrete, UNMSM (Perú)

Li Peilin, Chinese Academy of Social Sciences (China)

Luis Suárez Salazar, ISRI (Cuba)

Margaret Abraham, Hofstra University (EUA)

Maria Lucia Maciel, UFRJ (Brasil)

Maria de Nazareth Wanderley, UFPE (Brasil)

Paulin J. Hountondji, Université Nationale du Bénin (Benin)

Paulo Henrique Martins, UFPE (Brasil)

Pedro Hespanha, Universidade de Coimbra (Portugal)

Sabelo J. Ndlovu-Gatsheni, University of South Africa (África do Sul)

Sergio Costa, Freie Universität Berlin (Alemanha)

Sujata Patel, Universidade de Hyderabad (Índia)

Assessoria Editorial

Satya Comunicação Ltda.

Equipe Técnica

Projeto gráfico: Rodrigo Rosa

Editoração Eletrônica: Carolina Fernandes

Revisão e padronização: Satya Comunicação

Impressão: Gráfica da UFRGS

Revisão técnica: Regina Vargas

Capa:

Instalação "Universo de Palavras" apresentada na exposição "Calpis 100th year anniversary, Let's Meet at Tanabata" em Tóquio, Japão.

<https://www.emmanuellemoureux.com/100colors/#100colors-universe-of-words/>

Forma de aquisição: compra e permuta

PPGS - IFCH/UFRGS

Av. Bento Gonçalves, 9500. Prédio 43111, sala 116, Porto Alegre/RS, Brasil - CEP: 91509-900

Fone: (51) 3308 6625 - E-mail: revsoc@ufrgs.br

Publicação quadrimestral / Triannual publication

Tiragem dessa edição: 100 exemplares

SOCIOLOGIAS56

ISSN 1517-4522 versão impressa

ISSN 1807-0337 versão eletrônica

Edição quadrimestral, ano 23, nº 56, 2021



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Versão digital disponível em:

SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/soc>

Redalyc.org: <https://www.redalyc.org/revista.oa?id=868>

Portal de Periódicos da UFRGS: <http://www.periodicos.ufrgs.br/>

SEER UFRGS: <http://www.seer.ufrgs.br/sociologias>



Indexadores:

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades

DOAJ - Directory of Open Access Journals

SocINDEX with Full Text - EBSCO

RESIE. Base de datos sobre Educación - IISUE, UNAM

LAPTOC - Latin American Periodicals Tables of Contents

Latindex (Directorio)

IBICIT - Oasisbr

Periódicos CAPES

PKP Index

Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

REDIB - Red Iberoamericana de innovación y conocimiento científico

SciELO Brasil

SEER - UFRGS

Web of Science - Scielo Citation Index

Bibliotecário: Maycke Young de Lima - CRB 10/1920

Sociologias / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. - v. 1, n. 1 (jan./jun. 1999). - Porto Alegre: UFRGS. IFCH, 2007. - Quadrimestral. Continua: Cadernos de Sociologia. - ISSN 1517-4522.

1. Sociologia. 2. Ciências sociais. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Programa de Pós-Graduação em Sociologia.*

SOCIOLOGIAS de PPGS/UFRGS está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Baseado no trabalho disponível em www.seer.ufrgs.br/sociologias.

Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em www.seer.ufrgs.br/sociologias.



2020, PPGS/UFRGS

Apoio:



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



SUMÁRIO

TABLE OF CONTENTS

9

EDITORIAL

EDITORIAL

DOSSIÊ

DOSSIER

Quantificação, Estado e participação social

Quantification, State and social participation

Organizadores: Alexandre de Paiva Rio Camargo, Renato Sérgio de Lima, Daniel Veloso Hirata

20

Quantificação, Estado e participação social: potenciais heurísticos de um campo emergente

Quantification, State and social participation: heuristic possibilities for an emerging field

Alexandre de Paiva Rio Camargo, Renato Sérgio de Lima, Daniel Veloso Hirata

42

Os estudos sociais da quantificação e suas implicações na sociologia

Social studies of quantification and their repercussions on sociology

Alexandre de Paiva Rio Camargo e Claudia Daniel

82

O "estatativismo" como uso militante da quantificação

Le « statactivisme » comme usage militant de la quantification

The "statactivism" as militant use of quantification

Emmanuel Didier, Isabelle Bruno

110

A política de um cenário de dados transformado: estatísticas etnorraciais no Brasil em uma perspectiva comparativa regional

The politics of a datascape transformed: ethnoracial statistics in Brazil in regional comparative perspective

Mara Loveman

154

Quando o Estado mata: desafios para medir os crimes contra a vida de autoria de policiais

When the State kills: challenges to measure crimes against life by police

Samira Bueno, Renato Sérgio de Lima e Arthur Trindade Maranhão Costa

184

A quantificação da qualidade: algumas considerações sobre os índices de reprovação escolar no Brasil

The quantification of quality: some considerations on the school failure rates in Brazil

Natália Gil

ARTIGOS

ARTICLES

212

Crise, crítica e reflexividade: problemas conceituais e teóricos na produção de diagnósticos de época

Crisis, critique and reflexivity: conceptual and theoretical problems in diagnoses of times

Felipe Maia

244

Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS

Indigenous people and higher education: the university experiences of Kaingang students at UFRGS

Valesca Daiana Both Ames e Marilis Lemos de Almeida

276

Stuart Hall: Marx, Gramsci y la cuestión de la crisis

Stuart Hall: Marx, Gramsci and the crisis issue

Jorge Daniel Vásquez

302

Impacto da pandemia de Covid-19 ao sistema social e seus subsistemas: reflexões a partir da teoria social de Niklas Luhmann

Impact of the Covid-19 pandemic on the social system and its subsystems: reflections from Niklas Luhmann's social theory

Léo Peixoto Rodrigues e Everton Garcia da Costa

336

Evidências da anomalia e atipicidade da Política de Ciência e Tecnologia nos discursos de gestores de Agências de Inovação

Evidence of anomaly and atypicality of Science and Technology Policy in the discourse of managers of university Technology Transfer Offices

Ana Carolina Spatti, Milena Pavan Serafim e Renato Peixoto Dagnino

INTERFACES

INTERFACES

368

A caminhada como prática de resistência: uma análise a partir da visão sociológica de David Le Breton

Walking as a practice of resistance: an analysis from the sociological view of David Le Breton

Sílvia Maria Agatti Lüdorf

RESENHAS

BOOK REVIEW

396

Sociedades modernas, sociedades de obsolescência: a sociologia temporal de Hartmut Rosa

Modern societies, obsolescence societies: Hartmut Rosa's temporal sociology

ROSA, Hartmut. Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

Pedro Frizo e Wagner Nascimento

412

"E o Verbo se fez carne": a Teoria dos Sistemas entre nós

"And the Word was made flesh": the Systems Theory dwelt among us

LUHMANN, Niklas. Teoria dos Sistemas na Prática, v. II e III. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2019 e 2020.

Vinicius Madureira Maia

<http://doi.org/10.1590/15174522-113291>

A quantificação como objeto sociológico

Jalcione Almeida 

Este número de *Sociologias* oferece aos seus leitores o dossiê “Quantificação, Estado e participação social: potenciais de um campo emergente”, coordenado por Alexandre de Paiva Rio Camargo, Renato Sérgio de Lima e Daniel Veloso Hirata. Apresentando as perspectivas de análise da sociologia da quantificação, sua abordagem geral realça o potencial do tema para revisitar debates teóricos e questões empíricas que atravessam diferentes áreas acadêmicas e sociais, com ênfase na violência e na segurança pública, nas relações étnico-raciais, na educação e nos movimentos sociais. O propósito da publicação é de “apresentar e fortalecer o emergente campo da sociologia da quantificação e suas perspectivas de análise no meio das ciências sociais brasileiras, em contribuições reunidas pela primeira vez em um número temático de uma revista em língua portuguesa” (Camargo; Lima; Hirata, neste dossiê). Ressalta-se, portanto, o ineditismo dessa empreitada intelectual.

Este ramo da sociologia tem sido influenciado por vários autores ao longo dos últimos quarenta anos, tendo produzido obras de referência em várias áreas do conhecimento. Camargo,

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil.

Lima e Hirata (neste dossiê), de forma abreviada, destacam alguns trabalhos sobre o papel do cálculo de probabilidades e da noção de risco na formação das ciências humanas e na racionalização da vida social, sobre controvérsias públicas e a imposição da definição de situação pelos “centros de cálculo”, como nos estudos etnográficos de laboratório de Bruno Latour, e nos estudos sobre identidade, raça e etnicidade, revelando o papel dos censos e suas classificações na instituição de novas categorias de pessoas.

No marco das produções recentes no âmbito da sociologia da quantificação destaca-se, dentre outras, a contribuição de Alain Desrosières (1993; 1995; 2008; 2014), intelectual francês, estatístico e sociólogo, influenciado pelas reflexões de autores como Mauss, Durkheim, Bourdieu, Deleuze e Foucault, que se interessou pela relação entre a estatística e as ciências sociais. Nesse contexto, esse autor e outros intelectuais franceses começam a se preocupar com a *gouvernance des nombres*, voltando seus interesses de pesquisa para a estatística como instrumento não somente de prova, mas também de gestão e ação públicas; ou investigando como “cifras, indicadores, índices, porcentagens, taxas e médias compõem o arsenal de provas e inferências de elites técnicas e científicas, extravasando o âmbito de aplicação para o qual foram inicialmente criados para transformarem-se em categorias de percepção de múltiplos atores” (Camargo; Lima; Hirata, neste dossiê). No Brasil, Camargo, Lima e Hirata (na apresentação deste dossiê) destacam a contribuição de outros autores acadêmicos que, ao mesmo tempo, integraram ou dirigiram agências de produção de dados do país (por exemplo, o IBGE), tendo suas preocupações com a divisão do trabalho estatístico refletido nessa inserção. Mais recentemente, os estudos sobre “governamentalidade algorítmica” e a difusão do *benchmarking* no Estado e no

serviço público também passaram a interessar cientistas sociais, inclusive no Brasil¹.

A sociologia da quantificação tem como foco de análise a relação entre a formalização dos instrumentos ou dos modelos estatísticos com o espaço social no qual os mesmos são produzidos, e, segundo os coordenadores deste dossiê, colocam em questão a performatividade dos números na vida pública e privada, seu uso como ferramenta de coordenação social, seus efeitos sobre a distribuição de recursos, conhecimentos e oportunidades, sua reatividade sobre as pessoas, transformando os modos como elas pensam e agem sobre si mesmas, sozinhas ou em relação com os outros. A sociologia da quantificação parece ter transformado profundamente a percepção da relação entre a estatística e a política.

As diferentes formas da estatística em diversos países desde o século XIX permitem compreender como o Estado participa do processo de construção de um espaço de equivalências cognitivas elaboradas com fins práticos, para descrever as sociedades, gerilas ou transformá-las (Souza, 2017). Os dados estatísticos são geralmente utilizados e transportados por agentes múltiplos e a lógica do Estado consiste em forjar instrumentos para a ação pública. Esta atividade é definida como a arte de raciocinar com os números sobre objetos relativos à governabilidade. Para Desrosières (1993), a lógica cognitiva e a lógica da ação pública seriam inseparáveis, tendendo a competência técnica a ser incorporada pelo Estado por intermédio de técnicos que tendem a agir como economistas.

Nesse contexto, o propósito deste dossiê é o de debater as transformações do Estado e as modalidades de participação

¹ Na apresentação do dossiê pelos coordenadores – e no conjunto de artigos apresentados – pode ser encontrada uma ampla revisão dos trabalhos no campo da sociologia da quantificação.

social, do ponto de vista de sua ancoragem nos números públicos e da produtividade política da estatística, com o fim de descortinar novas possibilidades de crítica do presente e de governabilidade do futuro, demonstrando o potencial dos estudos da quantificação para a renovação dos debates teóricos e das questões empíricas que atravessam diferentes temas na área da sociologia, com ênfase na violência e na segurança pública, nas relações étnico-raciais, na educação e nos movimentos sociais. Para Camargo, Lima e Hirata, o momento singularmente difícil que o país atravessa aponta para o reforço da vocação da quantificação como uma “conversa vibrante que cruza diferentes campos, ampliando sua caixa de ferramentas para a compreensão da realidade”. A pandemia de Covid-19 que assola o mundo e de forma mais intensa ainda o nosso país, e a recente inviabilização do Censo de 2020, que arriscam “mergulhar o país no obscurantismo e na ignorância dos aspectos mais básicos de qualquer política populacional”, têm destacado o papel das formas de quantificar na gestão e na vivência das crises como experiência coletiva.

Esperamos que este dossiê contribua para fomentar o debate sociológico em um campo promissor e relevante, ainda carente de investigações e espaços de reflexão no Brasil.

Na seção **Artigos**, este número de *Sociologias* inicia com o texto de Felipe Maia, intitulado “Crise, crítica e reflexividade: problemas conceituais e teóricos na produção de diagnósticos de época”. Nele o autor discute o conceito de crise, muito utilizado em “diagnósticos de época”, à luz da bibliografia recente em sociologia, buscando ampliar o esclarecimento sobre o sentido que o conceito assume na teoria social, reconhecendo que permanece incerta sua relação com problemas funcionais e normativos, assim como sua própria utilidade para a qualificação do tempo histórico. O artigo faz uma comparação entre as

abordagens de Reinhart Koselleck e Jürgen Habermas, que são mobilizadas para se pensar as possibilidades de desenvolvimento do conceito de crise. O autor argumenta que este conceito deve ser compreendido no escopo de teorias dos processos e mudanças sociais, referindo-se a momentos específicos no tempo em que se conjugam problemas normativos e funcionais, sem que isso implique um pressuposto dualista de percepção do mundo social, sob os critérios de instabilidade e estabilidade. Argumenta ainda que, embora a história dos conceitos afirme a relação entre crítica e crise, é prudente evitar a convergência entre os dois conceitos e situar a crítica como um dos modos possíveis de reflexividade em períodos de crise, o que traria vantagens para uma melhor compreensão das possibilidades da teoria crítica e da crítica social em tempos de crise.

Na sequência, Valesca Daiana Both Ames e Marilis Lemos de Almeida, em “Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS”, discutem a política de ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que, segundo as autoras, mesmo representando um momento enriquecedor, tanto para os estudantes quanto para a própria instituição, tem trazido muitos desafios. O artigo analisa as experiências universitárias de alguns estudantes Kaingang na UFRGS – etnia que representa 85% dos alunos indígenas ingressantes na instituição. Mais especificamente, examina como esses alunos acompanharam os conteúdos de seus cursos de graduação e como se relacionaram com colegas não indígenas e com professores. Os resultados mostram as dificuldades no uso, reprodução e apropriação dos conhecimentos acadêmicos enfrentadas pelos indígenas na tarefa de se tornarem estudantes universitários, bem como o tipo e a qualidade das relações estabelecidas com colegas e professores. As autoras concluem que o processo de aprendizagem do

ofício de estudante é mais árduo e lento para os estudantes indígenas, tendo em vista suas baixas expectativas de ingresso no ensino superior, devido a sua formação escolar precária, à falta de diálogo intercultural na universidade e às situações preconceituosas e discriminatórias vivenciadas no interior da Universidade.

“Stuart Hall: Marx, Gramsci y la cuestión de la crisis”, de autoria de Jorge Daniel Vásquez, é o terceiro artigo desta seção. O objetivo aqui é delinear duas perspectivas para a análise do neoliberalismo a partir do pensamento de Stuart Hall. Nesse sentido, o autor reconstrói a aproximação de Hall com o pensamento de Marx e Gramsci, assim como sua análise da crise da sociedade britânica como fenômeno cultural, social e político em suas obras *Policing the crisis* (1978) e *The hard road to renewal* (1988). Este artigo busca complexificar a leitura tanto do “momento althusseriano” como o da “mirada gramsciana” de Hall para compreender os principais dilemas teóricos dos anos de 1970-80. O autor do artigo também destaca o lugar do racismo e da produção de sentido comum como pilares da análise da crise de hegemonia.

Léo Peixoto Rodrigues e Everton Garcia da Costa tecem algumas reflexões, a partir de uma abordagem sociológica, acerca do impacto da pandemia de Covid-19 sobre o funcionamento dos sistemas e subsistemas sociais. Para dar conta desta proposta em “Impacto da pandemia de Covid-19 ao sistema social e seus subsistemas: reflexões a partir da teoria social de Niklas Luhmann”, os autores se ancoram nos pressupostos teórico-epistemológicos da teoria social desenvolvida pelo sociólogo alemão, principal expoente do pensamento sistêmico nas ciências sociais, defendendo o argumento de que a pandemia do novo coronavírus causa uma perturbação sistêmica que impacta profundamente o funcionamento de toda a sociedade

global, bem como, por meio de seus sistemas e subsistemas sociais, impõe uma série de desafios à reprodução da vida social.

No último artigo desta seção, intitulado “Evidências da anomalia e atipicidade da Política de Ciência e Tecnologia nos discursos de gestores de agências de inovação”, Ana Carolina Spatti, Milena Pavan Serafim e Renato Peixoto Dagnino discutem como a comunidade de pesquisa, que abrange profissionais dedicados ao ensino, pesquisa e/ou fomento e planejamento da Ciência e Tecnologia (C&T), com participação hegemônica na conformação da Política de Ciência, Tecnologia (PCT) brasileira, fazem valer seu modelo cognitivo no processo decisório dessa política. Os autores concluem que a PCT é caracterizada e condicionada por duas dinâmicas: a anomalia genérica e a atipicidade periférica, a primeira sendo evidenciada pela crença dos dirigentes no benefício infinito da tecnociência, de sua neutralidade e do seu determinismo, e a segunda ressaltada pela convicção na emulação da PCT dos países de capitalismo avançado, dos quais os gestores internalizam critérios de qualidade e relevância para a conformação de suas agendas de C&T. Essa racionalidade vai sendo reproduzida, de maneira ampliada e em escala institucional, na forma de percepções deslocalizadas da produção científica e tecnológica.

Na seção **Interfaces**, Sílvia Maria Agatti Lüdorf, em “A caminhada como prática de resistência: uma análise a partir da visão sociológica de David Le Breton”, analisa como a caminhada, uma das práticas corporais mais elementares, pode ser considerada uma prática de resistência, a partir da visão sociológica de Le Breton. Com base em fontes documentais e entrevistas com o autor, foram desenvolvidos dois eixos de análise: o primeiro explora a caminhada como forma de resistência a determinados aspectos da sociedade contemporânea, que privilegiam a velocidade, o efêmero e

o caráter utilitário das relações e emoções; no segundo, a caminhada emerge como uma forma satisfatória de desaparecer de si, diante da resistência à imperiosa necessidade de lidar com diferentes identidades imposta pela sociedade. Segundo a autora deste artigo, estudar a caminhada nessa perspectiva pode colaborar para o repensar das lógicas presentes em torno das práticas corporais e – por que não? – presentes em nosso enraizamento social. Portanto, refletir sobre aspectos sociológicos fundamentais ligados a “ser corpo” é mais que pertinente quando valores associados ao ritmo vertiginoso de nossa existência estão sendo colocados em xeque.

Na sequência, na seção **Resenhas**, este número de *Sociologias* traz o texto de Pedro Frizo e Wagner Nascimento sobre a obra de Hartmut Rosa “Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade” (Editora Unesp, 2019). Centrado na revisitação da modernidade a partir de uma perspectiva temporal, Hartmut Rosa sustenta o conceito de aceleração social como aspecto fundante do projeto moderno. Explorando diferentes variáveis causais para o conceito da aceleração social, a resenha examina as transformações das instituições morais, valorativas e políticas ocorridas ao longo do desenvolvimento histórico da modernidade como episódios induzidos pela obsolescência. Sendo esta um produto de campos de ação crescentemente cambiantes e acelerados, o autor da obra mobiliza esse conceito para fundamentar inédita proposta de diferenciação entre a modernidade e a modernidade tardia como momentos históricos calcados em diferentes níveis de compressão espaço-temporal, estabilidade institucional e temporalização de projetos individuais e coletivos de futuro.

Na segunda resenha, Vinicius Madureira Maia apresenta e discute os dois últimos volumes de “Teoria dos sistemas na prática”, de Niklas Luhmann, publicados pela Editora Vozes em

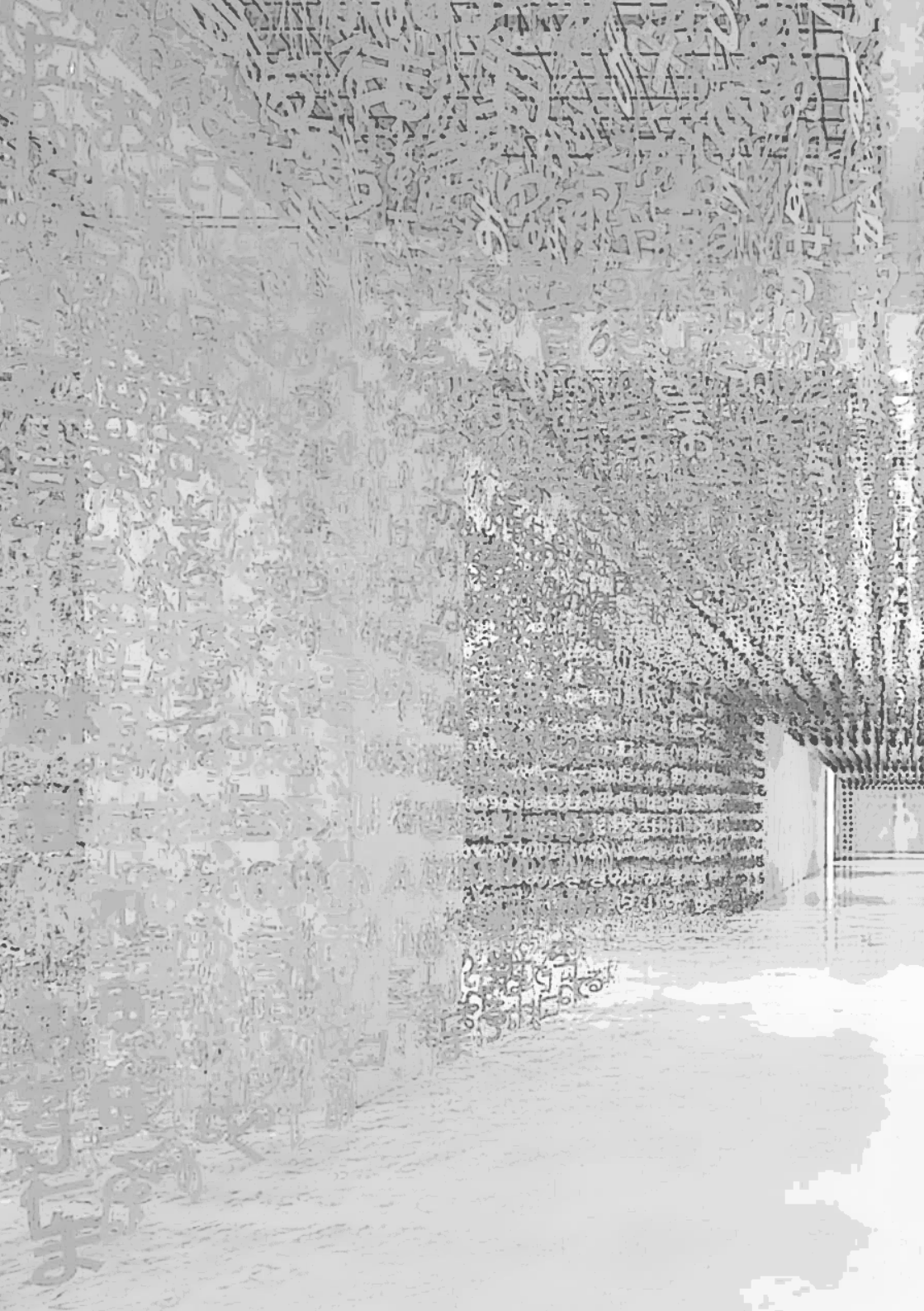
2019 e 2020. A trilogia foi editada a partir da seleção e tradução de nove estudos — igualmente distribuídos em cada edição — de um conjunto de vinte e seis trabalhos publicados por Luhmann ao longo, sobretudo, das décadas de 1980 e 1990. Voltados à análise detida de conceitos clássicos da tradição sociológica, os textos reunidos revelam a percepção epistemológica luhmanniana de que transformações das estruturas sociais — no caso, a transição da sociedade estamental do Antigo Regime para a sociedade moderna, sob a perspectiva de um primado da diferenciação funcional dos sistemas sociais — acarretam necessariamente transformações das estruturas semânticas. Em tese, tais implicações reclamam das ciências sociais uma teoria unificada e condizente com a sociedade moderna, acautelada contra a imposição de pregressas convenções conceituais.

Tenham todos uma boa leitura.

O Editor

Referências

1. DESROSIÈRES, Alain. **La politique des grands nombres**. Histoire de la raison statistique. Paris: La Découverte, 1993.
2. DESROSIÈRES, Alain. Classer et mesurer: les deux faces de l'argument statistique. **Réseaux**, v. 13, n. 71, p.11-29, 1995.
3. DESROSIÈRES, Alain. **Historiciser l'action publique**: l'Etat, le marché et les statistiques. In: LABORIER, Pascale; TROM, Danny (coord.). *Historiciser l'action publique*. Paris: PUF, 2003.
4. DESROSIÈRES, Alain. **Statistique I**. Pour une sociologie historique de la quantification. Paris: Presses des Mines, 2008.
5. DESROSIÈRES, Alain. **Pouvoir et gouverner**. Une analyse politique des statistiques publiques. Paris: La Découverte, 2014.
6. SOUZA, Antônio P. de. A sociologia da quantificação de Alain Desrosières: novos modos de dominação, de gestão e de governança neoliberal. Trabalho apresentado no 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais...** Brasília, DF, 26 a 29 de julho, 2017.



DOSSIÊ

Quantificação, Estado e participação social

Coordenado por Alexandre de Paiva Rio Camargo,
Renato Sérgio de Lima, Daniel Veloso Hirata

<http://doi.org/10.1590/15174522-113100>

Quantificação, Estado e participação social: potenciais heurísticos de um campo emergente

Alexandre de Paiva Rio Camargo* 

Renato Sérgio de Lima** 

Daniel Veloso Hirata*** 

Resumo

O artigo apresenta as perspectivas de análise da sociologia da quantificação, realçando seu potencial para revisitar debates teóricos e questões empíricas que atravessam diferentes campos, com ênfase em violência e segurança pública, relações étnico-raciais, educação e movimentos sociais, temas dos artigos que compõem esse dossiê. Procura-se mapear seu aparecimento e ainda incipiente desenvolvimento no país e demonstrar como seu quadro de referência pode ser utilizado para tratar, sob nova angulação, alguns dos problemas centrais da sociedade brasileira, como a letalidade policial, a desigualdade racial e o sistema escolar seletivo e discriminatório. Examinam-se as formas contemporâneas de quantificação, seus efeitos sobre a agência social, seus pontos de contato e suas diferenças na promoção da racionalidade neoliberal, preocupação compartilhada pelas contribuições aqui reunidas e revisadas.

Palavras-chave: quantificação, Estado, neoliberalismo, participação social.

* Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

** Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.

*** Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Quantification, State and social participation: heuristic possibilities for an emerging field

Abstract

The article presents the analytical perspectives of the sociology of quantification, highlighting its potential to revisit theoretical debates and empirical issues that cross different fields, with an emphasis on violence and public security, ethnic-racial relations, education and social movements, which are subjects of the articles that compose this dossier. It seeks to map the appearance and still incipient development of the sociology of quantification in the country and demonstrate how its frame of reference can be used to address, under a new angle, some of the central problems of Brazilian society, such as police lethality, racial inequality and the selective and discriminatory school system. Contemporary forms of quantification, their effects on social agency, their points of contact and differences in the promotion of neoliberal rationality are examined, a concern shared by the contributions gathered and reviewed here.

Keywords: quantification, State, neoliberalism, social participation.

Este dossiê visa apresentar e fortalecer o emergente campo da sociologia da quantificação e suas perspectivas de análise no meio das ciências sociais brasileiras, em contribuições reunidas pela primeira vez em um número temático de uma revista em língua portuguesa. Nesta abordagem, as estatísticas importam não como método ou disciplina científica, mas como objetos culturais, artefatos que resultam de práticas sociais de classificação, registro e comparação de diferentes dimensões da realidade, desenvolvidas por instituições públicas e privadas.

Cifras, indicadores, índices, porcentagens, taxas e médias compõem o arsenal de prova e inferência das elites técnicas e científicas, extravasando o âmbito de aplicação para o qual foram inicialmente criados, para transformarem-se em categorias de percepção de múltiplos atores. Seu

interesse para as ciências sociais reside no fato de transcenderem a linguagem puramente matemática e adquirirem caráter público. Trata-se de números que “recebem atenção midiática, traduzem interesses de diferentes grupos sociais, fornecem argumentos na resolução de controvérsias, estão sujeitos a apropriações diversas, prestam-se a usos eruditos e leigos, teóricos e práticos, sendo constantemente readaptados e ressignificados” (Daniel, 2013, p. 12).

Por serem públicos, esses números dão consistência a aspectos da realidade considerados socialmente problemáticos, mas que ainda se encontram difusos e controversos. Eles revelam dimensões opacas ou invisibilizadas da realidade e das bases sociais da política, essência mesma da sociologia política. O investimento em formas estatísticas permite estabilizar o que já está presente na sensibilidade coletiva, mas ainda não foi convencionalizado, dotando de dimensão e escala o que até então só podia ser percebido por palavras, isto é, qualitativamente. Por esta razão, a quantificação dos fatos sociais é parte importante – e, até recentemente, negligenciada – dos processos de reprodução e transformação das sociedades modernas.

Ao longo dos últimos quarenta anos, os estudos sobre a quantificação formaram-se a partir de obras de referência em diferentes áreas. De forma um tanto abreviada, apontamos algumas entre as principais delas. Na epistemologia histórica, destacam-se os trabalhos sobre o papel do cálculo de probabilidades e da noção de risco na formação das ciências humanas e na racionalização da vida social (Daston; Krüger; Heidelberger, 1987; Hacking, 1990; Porter, 1995). Os estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade trouxeram aportes sobre o papel dos números nas controvérsias públicas e na imposição da definição de situação pelos “centros de cálculo”, como o laboratório (Latour, 1988; 2000). Já os estudos sobre identidade, raça e etnicidade revelaram o papel dos censos e suas classificações na instituição de novas categorias de pessoas (Anderson, 1988; Anderson, 1993; Kertzer; Ariel, 1999; Loveman, 2014).

Por sua vez, as reflexões dos anglo-foucaultianos sobre os regimes de governo e gestão da população abordaram a estatística como uma tecnologia de produção de sujeitos “livres” e calculadores, ao fornecer aos atores normas e padrões para suas próprias aspirações e condutas (Foucault, 2008; 2009; Rose; Miller, 1992; Rose, 1999; Miller, 2001; Dean, 1999). Por fim, sob inspiração direta de Pierre Bourdieu (1979), o debate do pragmatismo francês sobre as convenções de equivalência e a pluralidade das lógicas de ação (Boltanski, 1982; Desrosières, Thévenot, 1988; Boltanski, Thévenot, 1991) forneceu um modelo para abordar o caráter simultaneamente real e convencional da estatística e sua correspondência com diferentes modalidades de crítica (Desrosières, 1993; Boltanski, 2009).

Em conjunto, essas obras colocaram em questão a performatividade dos números na vida pública e privada; seu uso como ferramenta de coordenação social; seus efeitos sobre a distribuição de recursos, conhecimentos e oportunidades; sua reatividade sobre as pessoas, transformando os modos como elas pensam e agem sobre si mesmas, sozinhas ou em relação com os outros. Afinal, a conversão de qualidades em quantidades cria novas coisas e novos nomes, tornando certas identidades mais reais do que outras. Um exemplo é a construção dos cadres, termo que designa executivos assalariados e que é fundamental para a estrutura ocupacional na França. Embora originado de um movimento de solidariedade entre engenheiros e administradores no final dos anos 1930, somente teve sua existência formalizada quando se tornou uma nomenclatura estatística nas análises de mobilidade e estratificação.

Este é apenas um caso da tendência mais geral apontada por Boltanski (1982) e Desrosières (1993) de que, para ganhar reconhecimento, os grupos têm interesse em institucionalizar estatisticamente categorias compatíveis com suas aspirações. Mais recentemente, assistimos processo semelhante na tentativa de alguns cientistas sociais franceses de introduzir a categoria “intelectuais precários”, englobando diferentes profissionais culturais, cuja grandeza moral estaria afetada pela precarização do trabalho e pelo avanço de um modo de vida crescentemente utilitarista (Tasset, 2014). Os dois

exemplos acima apontam para o potencial heurístico dos estudos sobre a quantificação na renovação do interesse e da abordagem em temas caros às sociologias do trabalho e da estratificação.

Outra frente importante aberta pela sociologia da quantificação diz respeito à iluminação do trabalho estatístico das agências públicas, como o INSEE, na França, o Census Bureau, nos Estados Unidos, ou o IBGE e o SEADE, no Brasil. Neles, o espaço para a criação de programas de trabalho e agendas de pesquisa está diretamente ligado aos microprocessos burocráticos e às redes de poder que determinam o que pode e o que deve fazer parte do rol de atenção das agências públicas de estatística, nas quais o domínio técnico ganha grande relevância. A negociação de um programa de pesquisas passa, nesse sentido, não só pelo convencimento de sua pertinência política, mas por sua viabilidade técnica, o que depende da solidez conceitual e das redes de uso que tornam as estatísticas estáveis e resistentes à crítica (Desrosières, 2008).

Mais do que isso, o repertório do conhecimento técnico-científico efetivamente disponível nessas agências se mostra determinante na incorporação de novos temas nas suas agendas de pesquisa, demandados por atores econômicos e movimentos sociais. Tal é o caso, por exemplo, das pressões pelo alargamento do conceito estritamente econômico de Produto Interno Bruto (PIB), que hoje passam pela inclusão do trabalho doméstico, da biodiversidade e de outras formas de riqueza compatíveis com o desenvolvimento social e sustentável. Isso ajuda a explicar por que as instituições que produzem estatísticas parecem mais refratárias a quantificar temáticas de maior fluidez, cujas bases legais e conceituais inexistem ou permanecem em disputa (Comte, 1995).

Para compreender os programas de trabalho das agências de estatística, é preciso analisar o embate de “verdades” profissionais, que preferem focar nas pesquisas primárias, cujas regras, técnicas e métodos podem ser inteiramente controladas (Lima, 2010). Dados gerados a partir de registros administrativos são vistos com enorme cautela e, com isso, deixados para um segundo plano – com exceção de alguns dados econômicos e sobre finanças

públicas, que ajudam a compor e construir indicadores relevantes da agenda do IBGE, como as contas nacionais. Entretanto, as formas contemporâneas de objetivação da realidade impõem consideráveis desafios metodológicos à produção de conhecimento. Para Lima, novas tecnologias, aliadas a processos de compartimentalização e hiperespecialização do saber, geram cenários complexos – dados em quantidades cada vez maiores; informações fragmentadas e nem sempre passíveis de validação e/ou confirmação, como no exemplo da Internet e das *fake news*; comunicação instantânea, redes sociais, entre outros –, que não são passíveis de serem apreendidos apenas pelo uso das técnicas tradicionais de mensuração da realidade. Nesse processo, as agências públicas de estatísticas vêm-se, muitas vezes, sem referenciais sobre a agenda de temas contemplados num sistema nacional ou regional de estatísticas e, com isso, acabam reforçando posturas de insulamento institucional ou, mesmo, metodológico (Lima, 2010).

A sociologia da quantificação não apenas permite compreender os determinantes sociais desse insulamento, como mostra aos diferentes atores e organismos envolvidos no circuito de produção, circulação e tradução dos números que há limitações e escolhas implícitas em todos os procedimentos estatísticos, insistindo em que é impossível oferecer soluções técnicas a conflitos de interesse que não podem ser acomodados. Mais ainda, a sociologia da quantificação oferece aos produtores de informações estatísticas um saber reflexivo sobre os efeitos e condicionantes de suas práticas, o que traz a vantagem de ampliar sua legitimidade sociopolítica, sem prejuízo de sua credibilidade técnico-científica (Camargo, 2009).

Curiosamente, a primeira leva de trabalhos brasileiros que hoje se enquadrariam facilmente na sociologia da quantificação foi escrita por autores com atuação acadêmica e que, ao mesmo tempo, integraram ou dirigiram as principais agências de produção de dados do país. Suas preocupações com a divisão do trabalho estatístico refletiram essa inserção. Ao presidir o IBGE, Simon Schwartzman dedicou-se a pensar as traduções que têm lugar nas controvérsias estatísticas, levando em consideração a cultura profissional específica dos produtores de dados, pautada por regras

e valores mistos da ciência e da burocracia, em uma abordagem em parte latouriana, e em parte mertoniana (Schwartzman, 1999). Inspirado por esse autor, Nelson Senra, pesquisador do IBGE, enfocou os produtores nos espaços institucionais, assinalando a importância de se compreender quem oferece as estatísticas e como esse processo é realizado. Sua obra examinou como as estatísticas são tensionadas pelo processo de distinção entre o que chamou de “tempo da oferta” e “tempo da demanda” das informações. Haveria aqui dois campos discursivos antagônicos, que disputam um objeto por sua capacidade de ser contado ou, ao contrário, por suas individualidades intrínsecas, ou seja, conflitos sobre o que contar e quantificar, que não podem ser completamente acomodados (Senra, 2005). Já a tese de doutorado de Renato Sérgio de Lima (2005), que foi chefe da divisão de estudos socioeconômicos do SEADE, mostrou como a pressão pelo controle público das ações policiais na redemocratização não resultou na coordenação entre produtores e usuários das estatísticas criminais, levando a um movimento simultâneo e paradoxal de crescimento dos estoques de dados gerados, de um lado, e o reforço da opacidade dos números no desenho das políticas de segurança pública, de outro.

Mais recentemente, a proliferação das formas contemporâneas de quantificação, marcadas pelo advento da “governamentalidade algorítmica” (Rouvroy, 2015) e pela difusão do *benchmarking* no Estado e no serviço público (Bruno; Didier, 2013), ampliaram o interesse dos cientistas sociais para além das estatísticas oficiais, inclusive no Brasil. Diferentes iniciativas têm procurado demonstrar que a sociologia da quantificação pode ser utilizada para tratar, sob nova angulação, alguns dos problemas centrais da sociedade brasileira. Em diálogo com a sociologia histórica, a tese de doutorado de Alexandre de Paiva Rio Camargo (2016) examinou a lenta construção da autoridade dos números no Brasil e as condições de sua conversão em referente para a ação coletiva. Um processo que, para o autor, se estende entre o Império, quando as estatísticas administrativas predominavam sobre as populacionais, refletindo a racionalidade do Estado Territorial, e a Primeira República, quando se desenha a interdependência

sanitária e social do país, dando origem a um novo regime de ação sobre a população.

Em seguida, o dossiê temático “quantificar no Brasil”, resultado de aproximações de pesquisadores brasileiros e franceses interessados no tema, foi organizado por Emmanuel Didier para a revista *Statistique et Société* (Didier, 2019). De formas variadas, o coletivo de pesquisadores reunidos procurou mostrar, seguindo as pistas seminais de Alain Desrosières, mas também de Theodore Porter, como as estatísticas são, ao mesmo tempo, um instrumento de prova e de governo (Desrosières, 2008). Desta tensão intrínseca à “ciência do Estado”, é possível, por um lado, entender como pode ser problemático quantificar favelas (Motta, 2019), como mercados ilegais são produzidos pelos números como problema a ser combatido em alianças entre elites políticas econômicas (Rabossi, 2019), a generalização da vigilância preditiva e sua promoção pela quantificação do tempo de intervenção (Cardoso, 2019), mas também como a objetificação de tiroteios e operações policiais pela sociedade civil cria novos debates no espaço público, antes ocultados pela ausência de números (Hirata; Couto; Grillo; Olliveira, 2019). As articulações, portanto, do uso dos números como instrumentos de prova e de governo, assim como diferentes possibilidades de se pensar o atravessamento entre Estado e sociedade, permitem explorar através de uma perspectiva renovada, temas clássicos das ciências sociais e questões públicas relevantes.

Por um lado, os atravessamentos constitutivos da tensão da estatística como instrumentos de prova e de governo, incluindo as novas formas de quantificação que vão estabelecendo a legibilidade e a instrumentação do governo de territórios e populações, colocam em evidência um modelo de racionalidade contemporânea baseada no risco, na vigilância e na tecnologia. As escolhas políticas são apresentadas como resultados de técnicas analíticas padronizadas; os serviços públicos são comodificados e monitorados pela capacidade de satisfazer uma clientela formada por cidadãos, em uma relação que se reduz à eficiência e à utilidade, esvaziada do princípio de universalidade e proteção que até então caracterizava o moderno Estado-

nação. Por outro lado, intensas mobilizações na sociedade civil se fazem por meio de números, de indicadores e de formas de classificação que tensionam esta legibilidade padronizada e vão pontuando os limites das violações dos direitos civis.

No campo da segurança pública, por exemplo, a dificuldade não está na produção de dados criminais em si, que existem no Brasil desde 1871, mas na forma como eles são compilados e como são mobilizados para justificar regimes de verdade que visam manter práticas retroalimentadoras da violência. Ou seja, ao se optar seja por somar as mortes decorrentes de intervenção policial no total dos homicídios registrados e/ou, em sentido contrário, ao se optar por excluir dessa soma tais mortes há, ao fim e ao cabo, uma enorme disputa acerca do que significa lei, ordem e segurança pública. O embate desloca-se do tempo de produção para o tempo de uso, na ideia de que há consenso de que os números devem ser gerados, mas há conflito sobre o que eles traduzem e quem pode ter acesso aos detalhes que permitiriam análises mais amplas do problema (Lima, 2005).

Este embate se reflete em diversos níveis, como, por exemplo, nos estímulos à atividade policial feitos pelos governos do Estado do Rio de Janeiro. Desde 2009, o Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ) organiza os dados para o “Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados”, baseado nos “Indicadores Estratégicos de Criminalidade”. A estratégia gerencial, concebida por consultorias privadas, é construir indicadores de *performance* capazes de induzir a ação dos profissionais da área de segurança pública em uma certa direção. Sobre esse ponto, a profusão de dados de algumas das grandes ONG’s e *think tanks* nacionais e internacionais presentes do Rio de Janeiro também buscam criar parâmetros avaliativos de políticas públicas, dos regimes de eficácia de ações e programas, por meio de indicadores de *performance*, avaliação e *rankings*, típicos do *benchmarking* (Bruno; Didier, 2013).

Pode-se dizer que a introdução dos indicadores de *performance* foi um avanço considerável em relação à chamada “premiação por bravura” (mais conhecida como “gratificação faroeste”), que, entre 1995 e 1998,

contabilizou os homicídios decorrentes de intervenção policial como “produtividade” a ser bonificada, fazendo assim aumentar no período a letalidade da ação policial (Cano, 1997). Apesar do avanço, parece haver um problema não apenas em relação aos critérios em que repousam os indicadores de *performance*, mas também na própria utilização dos indicadores como instrumentos de governo. Isso se deve ao conhecido problema do *gaming* (Bevan; Hood, 2006), o jogo estratégico dos atores sobre tais indicadores de *performance* e sistemas de metas, que procura controlar e dirigir suas ações. Novamente, o caso do Rio de Janeiro, quanto a esse aspecto, é exemplar: quando a letalidade policial emergiu como questão pública, o número de pessoas desaparecidas passou a crescer na mesma proporção em que decresciam os registros de “auto de resistência” (Araújo, 2014).

Ao lado da difusão do *benchmarking*, seus *rankings* e avaliações de *performance*, as métricas da governamentalidade neoliberal impõem outros desafios à esfera pública e à democracia, os quais têm merecido atenção dos cientistas sociais. A quantificação algorítmica encontra-se na aplicação de modelos matemáticos à gestão da população. Nesse caso, a circulação massiva de microdados permite acessar territórios, grupos, instituições, mercados e países em frações de segundos. Um saber automatizado emerge das correlações de informações seriadas não previamente selecionadas, não hierarquizadas e altamente heterogêneas, reduzindo a intervenção humana e dispensando hipóteses e convenções sobre o mundo social (Rouvroy, 2014). Em forte contraste com a estatística oficial, os *big data* se caracterizam pela automação em relação às convenções, escapando às disputas de uma esfera pública que se torna opaca, balizando inúmeras decisões de governos e empresas que esvaziam os canais de deliberação democrática.

Em diálogo com a sociologia digital, mas demarcando a sua contribuição, a sociologia da quantificação chama atenção para a racionalidade política que reúne ou separa as diferentes formas de quantificar no neoliberalismo. No caso dos algoritmos e do *benchmarking*, ambos se baseiam na coleta,

agregação e análise descentralizada de dados, com o fim de modelizar, antecipar e afetar comportamentos. Trata-se de uma característica distintiva da quantificação no neoliberalismo, que promove a interação entre agentes sociais e tecnologias autônomas para torná-los sujeitos da sua própria observação e classificação, monitores de suas sociabilidades (Camargo, 2021).

Não à toa, os movimentos sociais nunca atuaram tanto com as estatísticas como na atualidade, como mostram a forte politização das categorias raciais e a reivindicação de quantificar espaços até pouco tempo não-comensuráveis, como a biodiversidade, as formas de trabalho não-remunerado, a participação no consumo cultural, a desigualdade racial e a violência de gênero. Trata-se de domínios considerados problemáticos, que são progressivamente objetivados e construídos pelos números como problemas públicos, o que permite transformar as sensibilidades coletivas em relação a eles, e dar formas institucionais a experiências e aspirações até então fragmentadas e difusas, concorrendo assim diretamente para a mudança social.

As contribuições aqui reunidas abordam as condições de produção e os modos de uso das estatísticas oficiais e demais formas contemporâneas de quantificação da realidade, especialmente o *benchmarking* e a avaliação de *performances* por indicadores e *rankings*, dispositivos de governo que retroagem sobre os atores e afetam a constituição das subjetividades. Nesta leitura, interessa compreender a estatística como tecnologia de transferência do risco para os indivíduos, por meio da qual os comportamentos não-econômicos – como a criminalidade, a atividade policial, as decisões judiciais, a vida familiar e as patologias sociais – passam a ser lidos pela chave analítica da economia, por meio da quantificação das atividades humanas.

Ao mesmo tempo, outra perspectiva é igualmente necessária, pois as estatísticas não são e nem sempre foram armas exclusivas dos poderosos, permanecendo inesgotável seu potencial para desafiar consensos e repolitizar as relações sociais. Embora seja longa a tradição de uso das estatísticas para garantir demandas por direitos, como no caso mais explícito das indexações

do salário e do custo de vida nas reivindicações sindicais, algumas formas de intervir com números são bastante recentes, especificamente destinadas a atacar os métodos de dominação característicos da governamentalidade neoliberal. Importa aqui abordar a resistência dos movimentos sociais ao recorrerem aos números contra os poderes institucionalizados, as desigualdades e o modelo gerencial de gestão. Os números revestem-se de usos políticos e, cada vez mais, são problematizados e/ou disputados, exigindo uma constante vigilância epistemológica sobre seus métodos e conceitos para que não sejam reduzidos a meros recursos retóricos na construção de narrativas típicas da era da pós-verdade e das *fake news*.

Nesse sentido, o dossiê pretende debater as transformações do Estado e as modalidades de participação social, do ponto de vista de sua ancoragem nos números públicos e da produtividade política da estatística, com o fim de descortinar novas possibilidades de crítica do presente e de governo do futuro. Como ponto de partida, o artigo “Os estudos sociais da quantificação e suas implicações na sociologia”, de Alexandre de Paiva Rio Camargo e Claudia Daniel, busca reconstruir as origens do campo e suas transformações ao longo dos últimos anos, chamando atenção para as relações entre a sociologia da quantificação, a socio-história da estatística e, em menor medida, a antropologia dos números. O objetivo do autor e da autora é estimular um programa de trabalho pelo qual a sociologia deveria ampliar sua atenção para as operações e os regimes de quantificação nas sociedades contemporâneas. E, para demonstrar essa intenção, fazem uma ampla revisão da literatura e examinam as contribuições acumuladas nesta literatura que dialogam diretamente com as questões centrais da sociologia, como o problema dos fundamentos da ordem social e da autoridade política; os processos de diferenciação social e configuração de subjetividades; a crítica e a agência social transformadora. Ao final, fica o apelo por um programa de investigação que, oriundo do método sociológico, evidencie os efeitos produzidos pelos dispositivos de quantificação entre os diferentes grupos sociais, e revele os modos como as relações de poder operam através da opacidade dos números.

Estatativismo é um neologismo criado por Isabelle Bruno e Emmanuel Didier para nomear o crescente campo de práticas de ativismo baseados em números em diversos lugares do mundo. Se, em trabalhos anteriores, os autores buscaram compreender, na esteira do pensamento e do trabalho conjunto com Alain Desrosières, o tipo específico de quantificação próprio do governo neoliberal (Desrosières, 2014), mais recentemente procuraram iluminar como as diferentes formas de ação através dos números pontuam um campo de resistência. No artigo que compõe este dossiê fica bastante claro que essa oposição é matizada nas oposições e relações entre Estado e sociedade. Iniciando a sua tipologia do estatativismo, os autores identificam práticas que antecedem o governo neoliberal ou se encontram situadas nele mesmo, portanto com amplitude crítica variável, radical ou reformista – tomando esta distinção de Luc Boltanski. Também mostram que o contornamento das regras de condução das condutas imposto pelo governo neoliberal é feito por uma série de estratégias de resistência aos indicadores de *performance*, metas e *rankings*, típicos do *benckmarking*, como no caso dos policiais submetidos ao famoso Compstat, parte do projeto de “tolerância zero” de Nova York. Em seguida, descrevem a construção das novas categorias coletivas, como aquelas associadas ao trabalho precário de artistas e intelectuais em suas demandas por direitos sociais e trabalhistas. E, por fim, passam em revista os números públicos alternativos, como é o caso citado da quantificação de tiroteios e operações policiais no Rio de Janeiro, que possibilitam colocar em debate questões que antes não estavam presentes. Como dizem os autores, não sem humor, “outros números são possíveis”, ou outros números ajudam a instituir outros possíveis.

Em “A política de um cenário de dados transformado: estatísticas etnorraciais no Brasil em perspectiva comparativa regional”, Mara Loveman examina o protagonismo regional do Brasil na superação da cegueira étnico-racial que caracterizava os censos latino-americanos antes da virada do século. Após traçar um panorama histórico que reserva um lugar de destaque ao censo na construção da ficção científico-demográfica do branqueamento, a autora aborda a crescente politização da produção dos

números, a partir dos anos 1980, promovida pela coalizão de ativistas, cientistas sociais e organizações internacionais, que pressionou as agências nacionais de estatística a se engajarem abertamente na coleta de dados etnorraciais. A experiência brasileira é analisada em detalhe por servir de modelo a outros países da região, como Colômbia, Bolívia e Chile, onde a composição de forças forjada pelo alinhamento epistemológico e político não teve, todavia, o mesmo impacto, devido a razões examinadas pelo artigo. Uma vez institucionalizada, a classificação étnico-racial transformou a política em toda a região, dando origem a novos espaços para a participação dos grupos de cor, novas subjetividades, impulsionadas por campanhas midiáticas que encorajaram o reconhecimento da herança africana e a consequente mudança na autoidentificação, e novas demandas políticas.

Esse quadro produziu novos debates e tensões, como a discrepância entre as categorias oficiais, cuja abrangência é considerada ampla demais, e os objetivos das políticas de combate à desigualdade, de que resultam distorções entre os beneficiários. Por sua vez, essas tensões estimulam a eclosão de controvérsias e subjetividades reativas, que se configuram em oposição à categorização oficial e emergem com o discurso nacionalista da nova direita, que insiste na ressubordinação das identidades etnorraciais a uma identidade atávica brasileira. Na conclusão, a autora propõe uma contribuição teórica, uma alternativa à imagem de “efeito circular” (*looping effect*) cunhada por Ian Hacking (1986), ao se referir à recursividade das classificações estatísticas sobre a realidade que descrevem. À luz das transformações no terreno político, sugere a metáfora de um “efeito espiral” para dar conta das consequências imprevisíveis da criação e dos modos de uso dos dados etnorraciais, que podem ser tanto positivos quanto negativos para os objetivos daqueles que os produzem.

Na sequência, o artigo de Samira Bueno, Renato Sérgio de Lima e Arthur Trindade, “Quando o Estado mata: desafios para medir crimes contra a vida cometidos por policiais”, destaca de forma muito clara e situada historicamente a diferença e os descompassos entre a produção de dados estatísticos oficiais e sua utilização como forma de leitura dos instrumentos da

ação pública. Refletindo sobre a maneira pela qual os homicídios cometidos por policiais foram sendo classificados no Brasil, os autores problematizam esta interface entre estatísticas e ação pública, normalmente tomada como auto evidente. Para tanto, comparam os dados provenientes da área da saúde pública e do sistema de justiça criminal, cujas bases epistêmicas (médico-epidemiológica e jurídico-policial) orientam diferentes taxinomias, nem completamente distintas e nem absolutamente compatíveis; destacam as disputas pelas nomenclaturas e classificações sobre os homicídios cometidos por policiais como parte das tensões políticas que configuram o campo conflitivo do tema; e apontam dificuldades de construção de equivalências nos espaços regional, nacional e internacional. Ao fim e ao cabo, argumentam os autores, as classificações sobre os homicídios cometidos por policiais, acabam por delimitar o campo dos sentidos que tomam o debate público, de um lado sobre a questão dos homicídios em geral, em que pesam cada vez mais os homicídios praticados por policiais, como também os perversos processos de inversão que fazem com que vítimas da violência de Estado se transformem em suspeitos ou culpados.

Natália de Lacerda Gil fecha o dossiê com o artigo “A quantificação da qualidade: algumas considerações sobre os índices de reprovação escolar no Brasil”. Inserindo-se na literatura sobre o papel dos *rankings* na construção da excelência (Bruno; Didier, 2013; Espeland; Sauder, 2016), a autora questiona o que se entende por qualidade na educação, implícita nas escolhas metodológicas e nos procedimentos de quantificação do desempenho escolar, enfatizando a importância de analisar a imagem de eficiência que os índices buscam mensurar e promover. Com este fim, o artigo relaciona a busca pela progressiva democratização da escolarização elementar à produção sistemática das estatísticas escolares, iniciada na Era Vargas, quando a apreensão da reprovação passa a se apresentar como problema político-educacional do país. Partindo desse marco, examina-se a formação de uma tradição caracterizada pela coexistência entre o foco no fraco desempenho escolar dos alunos e as críticas aos altos índices de reprovação, repudiados por causarem seletividade e exclusão. Em seguida,

discute-se a construção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sua articulação com a política neoliberal de maximização da eficiência, que desloca a noção de qualidade como “equidade” para a proposição de qualidade como “excelência”. A autora conclui que a longa tradição de avaliação da qualidade do ensino pela medição do que sabem os alunos se mantém no IDEB, que assim amplia, ao invés de corrigir, as distorções de uma cultura escolar seletiva e discriminatória.

As obras acima revisadas e a variedade de objetos e temas abordados por este dossiê demonstram o potencial dos estudos da quantificação para renovar debates teóricos e questões empíricas que atravessam diferentes sociologias temáticas, com ênfase na violência e na segurança pública, nas relações étnico-raciais, na educação e nos movimentos sociais. Sem nenhuma pretensão à exaustividade, procuramos recortar o emergente campo da sociologia da quantificação, de maneira a apresentar suas principais referências, mapear seu surgimento e ainda incipiente desenvolvimento no país, e relacionar alguns problemas concretos do Brasil contemporâneo que se tornam enriquecidos por essa perspectiva analítica. Possivelmente, alguns nomes e obras ficaram de fora de nossa revisão, refletindo o caráter disperso do campo entre nós, razão pela qual a imagem de uma trilha da produção intelectual nos parece mais pertinente que a de mapa. Ao mesmo tempo, o dossiê vem refletir e atender a presença crescente da quantificação na pós-graduação brasileira, manifesta no volume de trabalhos que têm sido apresentados nos congressos da SBS e nos encontros da ANPOCS. Novas pesquisas e jovens pesquisadores prometem reforçar a vocação da quantificação como uma conversa vibrante que cruza diferentes campos, ampliando sua caixa de ferramentas para a compreensão da realidade.

De forma inusitada, o momento singularmente difícil que o país atravessa também aponta nessa mesma direção. A pandemia de Covid-19 que assola o mundo, reservando uma sorte ainda pior ao Brasil, faz aflorar o papel das formas de quantificar na gestão e na vivência da crise como experiência coletiva. Os modelos preditivos mirando o “achatamento da curva” (Motta, 2020), as cifras de casos e mortes escalonando as decisões

sobre *lockdown*, reabertura e isolamento, as taxas de ocupação de leitos em UTIs, os números redondos pontuando o luto coletivo são todos marcos de construção da temporalidade e de alongamento de um presente acossado entre a cisão radical com o passado não-anômalo e o céu imaginário de um futuro sem crise. Mais do que nunca, salta aos olhos o poder mobilizador dos números como referente comum e sua retroação sobre os atores sociais.

De igual modo, o esvaziamento inicial e o virtual cancelamento do censo de 2020 arriscam mergulhar o país no obscurantismo e na ignorância dos aspectos mais básicos de qualquer política populacional. Ao mesmo tempo, os cortes e o desmantelamento do censo apontam para a centralidade das estatísticas na construção das diferentes formas de desigualdade – regional, econômica, racial, sexual e de gênero –, colocando em inédita evidência um *front* fundamental da luta social. De um lado, a reinvidicação do que deve e importa ser contado, feita pelos movimentos sociais; de outro, a destruição da medida da desigualdade como estratégia de solapamento da verdade e negação da realidade, compartilhada pela nova direita global. Tal quadro revela que os números públicos assumem protagonismo não apenas quanto às dimensões estruturantes da vida social, como também nas disputas mais essenciais sobre a agenda política.

Encerramos com um agradecimento às autoras e aos autores que aceitaram integrar esse projeto. Agradecemos, ainda, a Jalcione Almeida, editor-chefe de *Sociologias*, por acolher nossa proposta de fomentar o debate sociológico em um campo promissor e tão relevante, porém ainda carente de investigações e espaços de reflexão no Brasil. A Victor Alves Mourão, Eugênia Motta e Antônio Paulino, agradecemos as interlocuções em diferentes momentos e o apoio a iniciativas que ajudaram a tornar possível este dossiê. Aos pareceristas anônimos que avaliaram os artigos deixamos nosso reconhecimento. E convidamos à leitura, desejando que inspire diálogos disciplinares.

Alexandre de Paiva Rio Camargo é Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Candido Mendes.

✉ alexandre.camargo.2009@gmail.com

Renato Sérgio de Lima é Professor do Departamento de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Diretor-Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

✉ renato.lima@forumseguranca.org.br

Daniel Veloso Hirata é Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense e pesquisador 2 do CNPq.

✉ velosohirata@gmail.com

Referências

1. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
2. ANDERSON, Margo. **The American census**: a social history. New Haven: Yale University Press, 1988.
3. ARAÚJO, F. **Das técnicas de fazer desaparecer corpos**. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2014.
4. BEVAN, G; HOOD, C. What's measured is what matters. Targets and gaming in the English public health care system. **Public Administration**, v. 84, n. 3, p. 517-538, 2006.
5. BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel. **Benchmarking**: L'État sous pression statistique. Paris: La Découverte, 2013.
6. BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel; PRÉVIEUX, Julien (orgs.). **Statactivisme**: Comment lutter avec des nombres. Paris: La Découverte, 2014.
7. BOLTANSKI, Luc. **De la critique** : précis de sociologie de l'émancipation. Paris: Gallimard, 2009.
8. BOLTANSKI, Luc. **Les cadres** : la formation d'un groupe social. Paris: Éditions de Minuit, 1982.
9. BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification** : les économies de la grandeur. Paris: Éditions Gallimard, 1991.
10. BOURDIEU, Pierre. **La distinction** : critique sociale du jugement. Paris: Éditions de Minuit, 1979.
11. CAMARGO, Alexandre de P. R. *Estado, quantificação e agência: uma análise genealógica*. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 65, n. 3, 2021, no prelo.

12. CAMARGO, Alexandre de P. R. **A construção da medida comum: estatística e política de população no Império e na Primeira República**. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
13. CAMARGO, Alexandre de P. R. Sociologia das estatísticas: possibilidades de um novo campo de investigação. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 16, n. 4, p. 903-925, 2009.
14. CANO, Ignácio. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER. 1997.
15. CARDOSO, Bruno. Benchmarking et sécurité à Rio de Janeiro. **Statistique et Société**, v. 7, n. 1, p. 25-30, 2019.
16. COMTE, Maurice. A fluidez e a rigidez. In: BESSON, Jean-Louis (org.). **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Unesp, 1995. p. 185-198.
17. DANIEL, Claudia. **Números públicos: las estadísticas en Argentina (1990-2013)**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.
18. DASTON, Lorraine; KRÜGER, Lorenz; HEIDELBERGER, Michel (orgs.). **The probabilistic revolution**. Cambridge, Massachusetts: MIT press, 1987.
19. DEAN, Mitchell. **Governmentality: power and rule in modern society**. Londres: Sage, 1999.
20. DESROSIÈRES, Alain. **La politique des grands nombres : histoire de la raison statistique**. Paris: La Découverte, 1993.
21. DESROSIÈRES, Alain. **Prouver et gouverner : une analyse politique des statistiques publiques**. Paris: La Découverte, 2014.
22. DESROSIÈRES, Alain. **Pour une sociologie historique de la quantification**. Paris : Presses de L'École de Mines, 2008.
23. DESROSIÈRES, Alain; THÉVENOT, Laurent. **Les catégories socioprofessionnelles**. Paris: La Découverte, 1988.
24. DIDIER, Emmanuel. Editorial. **Statistique et Société**, v. 7, n. 1, p. 7-8, 2019.
25. ESPELAND, Wendy; SAUDER, Michel. **Engines of anxiety: academic rankings, reputation and accountability**. Nova York: Russel Sage Foundation, 2016.
26. FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
27. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
28. HACKING, Ian. **The taming of chance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

29. HACKING, Ian. Making Up People. In: HELLER, Thomas; SOSNA, Morton; WELLBERY, David (orgs.). **Reconstructing Individualism**: autonomy, individuality, and the self in western thought. Stanford: Stanford University Press, 1986, p. 222-236.
30. HIRATA, Daniel; COUTO, Maria Isabel; GRILLO, Carolina; OLLIVEIRA, Cecília. Échanges de tirs : La production de données sur la violence armée dans des opérations de police à Rio de Janeiro. **Statistique et Société**, v. 7, n. 1, p. 31-40, 2019.
31. KERTZER, David; ARIEL, Dominique (eds.). **Census and identity**: the politics of race, ethnicity and language in national censuses. Nova York: Cambridge University Press, 2002.
32. LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
33. LATOUR, Bruno. **The Pasteurization of France**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
34. LIMA, Renato Sérgio de. Sociologia, sínteses teóricas e a conformação de uma agenda de pesquisa sobre estatísticas públicas. In: SENRA, Nelson de Castro; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio (orgs.). **Estatísticas nas Américas**: por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
35. LIMA, Renato Sérgio de. **Contando crimes e criminosos em São Paulo**: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
36. LOVEMAN, Mara. **National colors**: racial classification and the State in Latin America. Oxford: Oxford University Press, 2014.
37. MILLER, Peter. Governing by numbers: Why calculative practices matter. **Social Research**, v. 68, n. 2, p. 379-396, 2001.
38. MOTTA, Eugênia. Les favelas : normalité et subnormalité dans le recensement national brésilien. **Statistique et Société**, v. 7, n. 1, p. 9-15, 2019.
39. MOTTA, Eugênia. “Achatar a curva”: estética, topografia e moralidade da pandemia. **Blog DADOS** [publicado em 29/05]. 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/estetica-da-pandemia/>.
40. PORTER, Theodore. **Trust in numbers**: The pursuit of objectivity in science and public life. Princeton: Princeton University Press, 1995.
41. RABOSSI, Fernando. La contrabande au Brésil. **Statistique et Société**, v. 7, n. 1, p. 17-23, 2019.
42. ROSE, Nikolas. **Powers of freedom**: reframing political thought. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

43. ROSE, Nikolas; MILLER, Peter. Political power beyond the state: problematics of government. **British Journal of Sociology**, v. 43, n. 2, p. 172-205, 1992.
44. ROUVROY, Antoinette. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? **Revista Eco-pós**, v. 18, n. 2, p. 35-56, 2015.
45. ROUVROY, Antoinette. BigData: de nouveaux outils à combiner aux savoirs établis et à encadrer par la délibération publique. **Statistique et Société**, v. 2, n. 4, pp. 33-41, 2014.
46. SCHWARTZMAN, Simon. Legitimacy, controversies and translations in public statistics. **Science, Technology & Society**, v. 4, n. 1, p. 1-34, 1999.
47. SENRA, Nelson. **O saber e o poder das estatísticas**: uma história das relações dos estatísticos com os Estados nacionais e com as ciências. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
48. TASSET, Cyprien. Les « intellos-précaires » et la classe créative : le recours à la quantification dans deux projets concurrents de regroupement social. In: BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel; PRÉVIEUX, Julien. **Statactivisme** : comment lutter avec des nombres. Paris: La Découverte, 2014.

Recebido em: 14 abr. 2021.

Aprovado em: 20 abr. 2021.

<http://doi.org/10.1590/15174522-109768>

Os estudos sociais da quantificação e suas implicações na sociologia

Alexandre de Paiva Rio Camargo* 

Claudia Daniel** 

Resumo

Este trabalho tem um duplo propósito: por um lado, apresentar a relevância, abrangência e profundidade dos estudos históricos e sociológicos sobre a quantificação; de outro, reconstruir as origens deste campo e as transformações por ele conhecidas ao longo dos últimos anos. Nesse percurso, interessa-nos destacar os vínculos entre os trabalhos que analisaram os processos de raciocinar, valorar, medir e comparar com números e as preocupações clássicas e contemporâneas da sociologia. Com este objetivo, o presente artigo oferece uma ampla revisão da literatura do campo, buscando despertar o interesse da comunidade de cientistas sociais por suas potencialidades heurísticas. Ao mesmo tempo, procura-se compilar as contribuições dos estudos sociais da quantificação à sociologia como um todo. A primeira seção apresenta um relato histórico sobre a formação desta perspectiva de análise, suas principais obras de referência e aportes mais significativos. A segunda seção discute as razões pelas quais entendemos que a sociologia deveria ampliar sua atenção para as operações e os regimes de quantificação nas sociedades contemporâneas. Além disso, examina as contribuições que o campo tem a oferecer para a reflexão sobre as questões nodais da disciplina, como o problema dos fundamentos da ordem social e da autoridade política, os processos de diferenciação social e configuração de subjetividades, a participação social, a crítica e a agência social transformadora.

Palavras-chave: sociologia da quantificação, história da estatística, governo dos números, política de população, categorias de classificação.

* Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

** Centro de Investigaciones Sociales, CIS, IDES, CONICET, Buenos Aires, Argentina.

Introdução

Este trabalho tem um duplo propósito: por um lado, mostrar a relevância, amplitude e profundidade dos estudos históricos e sociológicos sobre a quantificação; por outro, reconstruir as origens desse campo e as transformações por ele conhecidas ao longo dos últimos anos. Nesse percurso, interessa-nos destacar os vínculos desses trabalhos analíticos sobre os processos de quantificação com as preocupações clássicas e contemporâneas da sociologia.

Desde fins da década de 1970, a produção de estatísticas passou a ser considerada uma prática social de interesse para as ciências sociais, não só por seus efeitos políticos, mas também por suas características singulares – as relações sociais envolvidas na cadeia de produção estatística, a confiança e a autoridade que esses números costumam inspirar, os esquemas de classificação e representação do mundo que eles propõem. Esse interesse, inicialmente, inclinou-se para a gênese de fontes, classificações e instrumentos estatísticos, sublinhando seus usos sociais e políticos.

Duas tendências se constituem nessa primeira fase. De um lado, uma história política e institucional da produção de dados, colocando em evidência as práticas estatais de registro e contagem ao longo do tempo, como nos dois tomos de *Pour une histoire de la statistique* (INSEE, 1987). Dirigido por Alain Desrosières, este projeto resultou dos colóquios que organizou em 1976, e que reuniram diversos historiadores dos *Annales*, como Jean-Claude Perrot, Michele Perrot e Jacques Ozouf, consagrando uma preocupação historiográfica pioneira com a estatística como instrumento estatal de administração do território e da população.

De outro lado, a outra tendência é o grupo de Bielefeld, próximo da filosofia da ciência e da epistemologia histórica, congregando autores alemães e anglo-saxões, como Lorraine Daston, Ian Hacking e Theodore Porter, e que publica seu manifesto na obra *The probabilistic revolution* (1987), baseada em colóquios realizados entre 1982 e 1984. Inspirada pelo programa de pesquisa aberto por Thomas Kuhn, esta corrente dedicou-se

a investigar a emergência do risco e do cálculo de probabilidades como novas categorias de percepção da realidade, seu trânsito na formação das ciências naturais e humanas ao longo do século XIX, enquanto condições epistêmicas do aparecimento da biopolítica e da gestão da população, e de diversos processos de racionalização da vida social.

Já no século XXI, os estudos sociais sobre a quantificação alargaram um pouco esses limites e (auto)identificaram-se como aqueles que tratam de analisar processos de produção e comunicação de números, em geral, entendendo a quantificação como um fenômeno social em si mesmo (Diaz-Bone; Didier, 2016; Espeland; Stevens, 2008). A quantificação já não mais se restringiria às práticas de elaboração e divulgação de estatísticas oficiais, passando a abranger outras operações e tecnologias de cálculo: cálculos contábeis, análises de custo-benefício, medições de desempenho, cálculos de risco, *ratings* e *rankings*. A quantificação é concebida, então, como uma característica fundamental da vida social moderna, que é evidenciada por seus vínculos estreitos com a atividade científica, consolidação dos Estados modernos, administração de organizações complexas, evolução dos mercados e agência econômica. Por isso, resulta difícil pensar a quantificação isolada das questões que a sociologia tradicionalmente formulou sobre a reprodução da ordem, coesão, coordenação social, desigualdades, hierarquias, conflitos, individualização e organização do trabalho.

Neste texto, abordamos e examinamos um conjunto de estudos transversais no campo das ciências sociais que partilham da consideração de que a quantificação não é apenas uma ferramenta que cientistas e administradores utilizam para produzir conhecimento sobre o mundo, mas que é uma atividade social implicada em relações de poder, e que produz efeitos sobre a realidade que pretensamente descreve.¹

¹Uma vez que os estudos sobre a quantificação se encontram em franca expansão, não pretendemos oferecer aqui uma revisão completamente exaustiva da literatura, e sim descrever um panorama de um conjunto de pesquisas que partilham certos pressupostos comuns, delineando suas principais linhas de investigação.

Na verdade, os efeitos recursivos dos números sobre a agência e a realidade que eles descrevem é um dos principais eixos de análise dos estudos da quantificação. A mera existência do campo pressupõe a superação de um velho debate das ciências sociais, opondo positivistas metodológicos – que tomam a prova numérica como representação coerente e realista da realidade – a teóricos e etnometodólogos – que acusam os números de reduzir o *como* ao *quanto*, omitindo ou mutilando o fenômeno a ser pesquisado. Enquanto os primeiros esquecem o trabalho de objetivação que cerca todo tipo de contagem, contribuindo para mistificar seus efeitos de poder, os segundos ignoram que a quantificação pressupõe uma definição operatória convencional que lhe dá uma força social, e que impele a uma agência padronizada (Besson, 1995, p. 25-67). Por tal razão, a estatística deve ser compreendida, *ao mesmo tempo*, com base em dois registros de linguagem sobre a realidade, um realista (objetivista) e outro relativista (construtivista) – ou seja, como sendo simultaneamente convencional e real (Desrosières, 1993, p. 398).

Na primeira seção deste trabalho, tratamos de descrever como se configurou uma agenda de pesquisas sobre a quantificação ao longo do tempo, suas matrizes teóricas e contribuições mais significativas. Na segunda seção, procuramos argumentar por que consideramos que sociólogas e sociólogos deveriam prestar mais atenção às diversas operações e regimes de quantificação, apoiando-nos na ideia de que os estudos até aqui realizados retomam e iluminam ao menos três preocupações fundacionais da disciplina sociológica: i) a questão das bases da ordem social e da autoridade política na modernidade; ii) a questão da diferenciação social e da constituição das subjetividades; iii) a questão sobre os fundamentos da crítica e a participação transformadora do mundo social. Na última seção, desenvolvemos uma reflexão sintetizando o argumento exposto.

Estudos da quantificação: gênese e abordagens

Como afirmamos, os estudos da quantificação consideram as práticas de medição estatística e outras operações de quantificação como um objeto válido de pesquisa. Isso supõe reconhecer o caráter irremediavelmente social das ações que contribuem (e contribuirão) para a *mise en nombre* do mundo, transformando em quantidades o que até então somente era pensado em termos de qualidades. Partindo dessa plataforma comum, podemos agrupar boa parte dos estudos mais influentes e alinhados a essa perspectiva em duas vertentes fundamentais: por um lado, a *corrente francesa*, que se formou na interseção entre a socio-história das estatísticas e a sociologia da ciência; a economia das convenções e a sociologia da crítica; por outro lado, a *corrente anglo-saxônica*, ligada – como já mencionamos – à epistemologia histórica, aos anglo-foucaultianos e ao Departamento de Contabilidade e Finanças da London School of Economics. Examinaremos essas tradições nas páginas seguintes.²

Como ponto de partida, podemos dizer que o campo adotou o léxico e o vocabulário construtivista das novas sociologias francesas dos anos 1980-2000 (Corcuff, 2015). Trata-se de uma sociologia claramente herdeira da sociologia crítica de Pierre Bourdieu, que promoveu não apenas o uso das estatísticas nas ciências sociais, como também uma reflexão acurada sobre as práticas que presidem a sua elaboração. Bourdieu (2007)

²Antes disso, vale notar que, sem se articular em coletivos de pesquisa, uma série de obras se destacam fora dessas trajetórias, na qualidade de contribuições isoladas, as quais, em meados da década de 1970 e início da de 1980, germinaram o interesse e o tipo de questionamentos que ainda mobilizam os estudos da quantificação. Referimo-nos à obra de Michael Cullen (1975), que analisa em perspectiva histórica o desenvolvimento das práticas de registro, codificação e enumeração dos cultores da estatística como ciência aplicada – não vinculados à comunidade acadêmica e intelectual – na Inglaterra vitoriana, e que ampliou a nossa compreensão sobre o processo de emergência da razão estatística na modernidade. Em direção semelhante, a obra de Patricia Cohen (1982) focaliza a propensão a contar e medir típica da cultura norte-americana, para realizar um estudo histórico sobre a expansão da *numeracy* – ou a geração de habilidades aritméticas básicas, como contar, enumerar e calcular – entre a população dos Estados Unidos durante os séculos XVIII e XIX, e que resultou na ampliação do domínio dos números sobre temas até então pensados somente em termos qualitativos.

legou uma sociologia quantitativa centrada nas questões de reprodução das desigualdades e das relações de dominação entre as classes sociais, apreendidas em seus termos conceituais de *habitus* e de *campo*. Essa opção demandava uma reflexão crítica das nomenclaturas oficiais, que seria levada adiante por seus discípulos.

A tradição francesa de pesquisa em história e sociologia das estatísticas tem como uma de suas particularidades haver-se originado no próprio instituto nacional de estatísticas desse país, o *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* – INSEE (Didier, 2016). Daí surgiram, entre o final da década de 1970 e início de 1980, os primeiros estudos sobre as categorias socioprofissionais oficialmente empregadas na França, as quais foram analisadas em perspectiva diacrônica e sincrônica, buscando compreender os mecanismos de categorização, com especial atenção aos processos de codificação. Inspirando-se na economia das convenções, em particular na noção de pluralidade das lógicas da ação, tais trabalhos procuraram mostrar como as categorias de classificação aderem aos julgamentos e tipificações que as pessoas comuns fazem em diferentes situações da vida cotidiana (Boltanski, 1982; Desrosières; Thévenot, 1988; Boltanski; Thévenot, 1991).

Desde então, as perspicazes leituras históricas de Alain Desrosières e seus sucessivos aportes ao estudo de uma linguagem – a estatística – que, para ele, combinava as autoridades da ciência e do Estado, abriram caminho para a compreensão da estatística como *outil de preuve* e *outil de gouvernement*, dois polos em permanente articulação. Enquanto prova numérica, a estatística serve à descrição da realidade e, como tal, é uma referência indisputável que precede os debates. Por sua vez, enquanto atividade de Estado, a estatística serve à prescrição e à ação sobre esta mesma realidade e, como tal, constitui alvo de denúncia e desconstrução da pirâmide de equivalências que sustentam a distinção social. Em sua obra maior, *La politique des grands nombres* (1993), Desrosières procurou conciliar o aparente divórcio entre as histórias cognitiva e política da estatística, uma disciplina cujo significado e conteúdo foram se modificando entre os séculos XVIII e XXI.

Em seguida, esse autor adotou o termo quantificação, concebendo-o como a síntese de dois momentos – o de convir (*convenir*) e o de medir (*mesurer*) –, passando a se concentrar no exame dos condicionantes, procedimentos e efeitos sociais e políticos da quantificação. O realismo metodológico seguido por essa tradição introduz o social no coração da lógica da metrologia, desfazendo a impressão de que as convenções das formas estatísticas são arbitrárias (Desrosières, 2008). O real não pode ser negado por um construtivismo absoluto, em que a medida cria totalmente o objeto. Inversamente, o papel da quantificação no governo das pessoas e das coisas não pode ser negado “por um realismo absoluto, em que as coisas teriam uma existência anterior independente da sua medida” (Armatte, 2014, p. 22).

No terreno anglo-saxônico, a sociologia da quantificação se nutriu dos aportes dos *governmentality studies* realizados principalmente no Reino Unido e na Austrália. Postulando um estilo de análise, mais do que um modelo teórico, as obras de Rose e Miller (1992), Rose (1999), Miller (2001), Burchell, Gordon e Miller (1991) e Dean (1999) procuram explicitar as formas de racionalidade subjacentes a diferentes regimes de governo, de maneira a demonstrar as conexões entre os modos pelos quais nos conhecemos e somos levados a nos conhecer, e os modos como nos governamos e somos governados no presente. Seus trabalhos exploram as ressonâncias entre as últimas reflexões de Michel Foucault (2008; 2009) sobre a gestão da população e outros projetos intelectuais, como a *teoria do ator-rede*, de Bruno Latour (2000).

Dessa maneira, oferecem uma abordagem empírica sobre o caráter capilarizado do governo nas sociedades modernas, através da noção de *governo à distância*, que também aplicaram à política dos números (Rose, 1999). Nesse quadro, certos instrumentos de cálculo passam a ser examinados em termos de “tecnologias de governo”, ou seja, como mecanismos por meio dos quais programas de governo se tornam operacionais (Miller, 2001; Miller; Power, 2013).

A contabilidade, por exemplo, foi reconhecida como um dos instrumentos preeminentes da quantificação moderna, enquanto dispositivo que permite atuar sobre a vida dos indivíduos e induzir comportamentos adequados a determinados objetivos econômicos. As práticas contábeis exigem e inspiram formas particulares de organização, encontrando-se vinculadas a uma ambição estratégica ou programática – aumentar a eficiência, fomentar a responsabilidade, melhorar a tomada de decisões, aumentar a competitividade –, mas fundamentalmente fornecem um meio de agir sobre os indivíduos de maneira a influenciar suas condutas, sem perder sua “liberdade” de escolha. Assim, as práticas de cálculo da contabilidade, a exemplo de outras ferramentas de quantificação, promovem o governo dos indivíduos, induzindo-os a pensarem em si mesmos como *calculating selves* (Miller, 2001).

A obra de dois egressos do já referido grupo de Bielefeld e expoentes da tradição anglo-saxã merece destaque. Os trabalhos precursores do epistemólogo Ian Hacking sobre a emergência e a expansão do raciocínio estatístico resgataram o conceito de biopolítica de Foucault, mas enfocando um aspecto pouco desenvolvido pelo filósofo francês – a estatística. No campo da ciência, a erosão do determinismo e a introdução do acaso, ainda que “domesticado” pelo cálculo, impulsionaram a racionalidade estatística, um processo acompanhado no plano da institucionalidade do Estado pela proliferação de agências produtoras de dados em toda a Europa. A “avalanche de números impressos” produzidos por essas agências, ao longo da primeira metade do século XIX, promoveu a formação de novas categorias de classificação de pessoas, em resposta à necessidade de contar e enumerar uniformemente a população que se pretendia governar (Hacking, 1982; 1990). Um processo histórico que também vai resultar no estabelecimento da ideia de normalidade como conceito-chave para a compreensão dos comportamentos sociais.

Alguns anos mais tarde, a obra de Theodore Porter (1995), *Trust in numbers*, deslocou o foco sobre a ciência e a administração estatal para o papel da quantificação em campos aplicados. Porter mostrou que a difusão

da razão estatística dependeu da importância crescente da objetividade mecânica na ciência e na vida pública, isto é, da preferência sistemática por protocolos e técnicas analíticas padronizadas em relação ao julgamento profissional, baseado na prática, no treinamento e na experiência pessoal. Assim, desde o século XIX, grupos profissionais em competição recorreram aos números para consolidar sua posição na divisão do trabalho, produzindo novos dispositivos de quantificação e aplicando-os a domínios até então incomensuráveis, como o cálculo dos seguros, nas mãos dos atuários, e a análise de custo-benefício, pioneiramente desenvolvida pelos engenheiros.

Tais antecedentes inspiraram novos olhares sobre a quantificação, na virada de século. A agenda de pesquisa viu-se ampliada com a introdução da análise da reatividade (*reactivity*) gerada pelas medições estatísticas (Espeland; Sauder, 2007; Espeland; Stevens, 2008) como forma de reconhecer a reflexividade (e não a mera passividade) dos atores que são objeto das medidas, os efeitos de retroalimentação (*feedback loops*) e a performatividade (*performativity*) das estatísticas, em termos da sua capacidade de incidir sobre a realidade que os números não apenas descrevem ou refletem.

O desenvolvimento – por muitos anos em paralelo – das duas correntes ou “tradições” aqui mencionadas resultou na iluminação das dimensões social e político-cognitiva dos números, dos objetos estatísticos e das categorias de pensamento que eles propõem. O distanciamento da epistemologia clássica, somado a uma abordagem convencionalista, abriu a possibilidade de inquirir as escolhas, pressupostos, acordos e compromissos que estão na origem de todo dispositivo de medição estatística.

Nesse sentido, podemos identificar um primeiro passo dado por toda essa literatura, visando recuperar a historicidade, de modo a romper com a percepção dos números como simples objetos técnicos – fortemente relacionados aos ideais de precisão, objetividade ou neutralidade – e revelar seu caráter convencional. O segundo passo consistiu em tornar visíveis os diversos efeitos sociais e políticos produzidos pelos números nas sociedades modernas.

Entre os anos de 1990 e o início dos anos de 2000, o variado leque de estudos de caso (Anderson, 1988; Beaud; Prévost, 1997; Blum; Mespoulet, 2003; Curtis, 2001; Loveman, 2009; Otero, 2006; Patriarca, 1996, entre outros), o caráter fortemente empírico e a perspectiva socio-histórica de muitos desses trabalhos foram fundamentais para comprovar a hipótese –central para a sociologia– de que as estatísticas concorrem para instituir a realidade social antes de refleti-la. Este aspecto chama atenção para a importância particular da abordagem histórica e historiográfica na afirmação de uma perspectiva relativista e construtivista sobre um objeto de fronteira como a estatística.

Assim, a aproximação bastante produtiva entre a história e a sociologia nos parece uma característica que está na gênese do campo, e que traduz o caráter pluridisciplinar do seu objeto. Não por acaso, uma grande parte dos seus autores tem dupla formação e/ou atua na interface entre a história e as ciências sociais. Nesse sentido, os sociólogos encontraram o debate sobre a natureza performativa e recursiva dos números já fermentado por esses trabalhos de socio-história e sociologia histórica, quando passaram a se interessar mais diretamente sobre as formas de quantificar e induzir a agência social no neoliberalismo.

Os efeitos reflexivos e críticos da abordagem histórica da estatística como objeto de estudo, que se encontra na origem do campo, ampliaram o potencial explicativo de análises mais recentes sobre a quantificação nas sociedades do presente. A partir dos anos 2000, novos temas de investigação foram incorporados, como as medições ou avaliações de desempenho, os *rankings* (Espeland; Sauder, 2007), o *benchmarking* (Bruno; Didier, 2013; Fougner, 2008) e a política dos *Big Data* (Rouvroy, 2014; 2016). Trata-se de um novo regime de quantificação, que apenas começa a ser problematizado pelas ciências sociais, despertando crescente atenção (Espeland; Stevens, 2008).

Ao lado da história e da sociologia, porém com menor vigor, se constituiu uma terceira abordagem sobre a quantificação, que merece ser mencionada. Desde uma perspectiva antropológica, os números são

enfocados como elemento mediador das mais diferentes práticas culturais, um processo cognitivo fundacional, um fenômeno constitutivo de toda a vida social, como demonstrado pela obra pioneira de Thomas Crump (1990). As formas numéricas importam aqui em sua convergência com os poderes seculares e espirituais, os estados emocionais das pessoas comuns e a experiência do transcendente. A numerologia, o jogo, a contabilidade e a probabilidade aparecem interligados, em sua capacidade de mobilizar, de calcular a ocorrência de eventos auspiciosos, de computar as dívidas e os méritos dos membros de uma comunidade religiosa, mas também de informar apostas, loterias e estratégias de investimento. A antropologia resgata o caráter mágico dos números que povoam o mundo moderno e contemporâneo, o qual se encontra na arbitragem de riscos e incertezas nas finanças, no cálculo das indenizações devidas às vítimas, na equivalência pretendida entre o crime ou a ofensa, de um lado, e a punição, a anistia e a conciliação, de outro (Guyer *et al.*, 2010, p. 36-61). Enquanto a sociologia, solidamente ancorada em uma sensibilidade histórica, coloca em questão os modos como nos governamos através dos números e as formas alternativas de quantificar a realidade, os trabalhos orientados pela etnografia se interessam pelas maneiras de habitar um mundo apreendido numericamente.

Alguns estudiosos descrevem os estudos da quantificação como uma conversa vibrante que cruza diferentes campos (Berman; Hirschman, 2018), outros se referem a ela como um movimento científico transdisciplinar ou um *emerging field in the social sciences* (Diaz-Bone; Didier, 2016). O debate sobre já existir ou não um campo especializado ainda não está resolvido³. Mas, vale lembrar que, no final da década de 1980, uma obra pioneira tentou definir algo como um programa próprio à sociologia da estatística e projetar o caminho por meio do qual as investigações empíricas deveriam se orientar

³Para todos os efeitos, utilizamos o termo “campo” com fins expositivos.

(Alonso; Starr, 1987).⁴ Retrospectivamente, não há dúvida de que aquele programa inicial foi transbordado em diferentes planos, em parte porque a quantificação como fenômeno social continuou a expandir-se, fortalecer-se e adquirir novas formas no presente, acompanhando as transformações sofridas pelo regime de acumulação capitalista, a partir dos anos 1970. A forte tendência à financeirização, a profusão dos modos neoliberais de governo, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação estimularam ainda mais o interesse acadêmico na quantificação. Ao mesmo tempo, os intercâmbios entre especialistas de diferentes latitudes enriqueceram a perspectiva teórica, de tal maneira que a caixa de ferramentas conceituais para a investigação empírica da quantificação vem sendo bastante ampliada (Espeland; Stevens, 2008; Mennicken; Espeland, 2019).

Quantificação e sociologia: uma agenda comum

Consideramos que a sociologia não deve deixar os números fora de suas poderosas lentes desrreificadoras uma vez que, como sugerem Espeland e Stevens (2008, p. 433), “os números se encontram fortemente implicados nas questões centrais que atravessam a disciplina”. Tanto as pesquisas históricas revisadas acima quanto as contribuições sociológicas mais recentes convergem em apontar que as estatísticas afetam a forma como percebemos e interpretamos a realidade; como classificamos e valorizamos os outros, a nós mesmos e as situações compartilhadas; intervêm quando consideramos nossas opções, decidimos e agimos, sozinhos ou em interrelação com os outros; tornam operáveis as relações de poder e medeiam a manutenção das – ou a resistência às – formas de dominação. Por isso, concordamos

⁴Paul Starr propôs um programa de pesquisa sobre a estrutura social e cognitiva dos sistemas estatísticos (Alonso; Starr, 1987, p. 8-9). A estrutura social corresponderia às relações sociais entre informantes, agências estatais, empresas privadas, órgãos profissionais e associações internacionais envolvidos nas redes de produção e usos da estatística. A estrutura cognitiva, por sua vez, consistiria nos determinantes da produção e da legibilidade dos números: os vínculos entre o desenho dos questionários, os pressupostos assumidos sobre a realidade social, os princípios de classificação, os métodos de mensuração e as normas de interpretação e apresentação dos dados.

com Mennicken e Espeland (2019) quando assinalam que a pesquisa sociológica teria muito a ganhar ao se interessar mais em compreender as interações entre os diferentes regimes de quantificação e suas implicações mais amplas para a (re)criação da ordem social e política.

Quantificar e governar

Desde suas origens, os estudos sociais da quantificação chamaram a atenção para a centralidade da estatística e dos sistemas estatísticos na construção da autoridade e da dominação social. Enquanto os enfoques de raiz foucaultiana analisaram a produção de espaços e sujeitos de governo por meio dos números, autores ligados à sociologia pragmática, especialmente Desrosières e seus seguidores, entenderam a quantificação como um sistema de convenções e uma ferramenta de coordenação.

No começo dos anos de 1990, essas duas chaves de leitura foram impulsionadas empiricamente por um conjunto de pesquisas historiográficas. São estudos que releram o processo de construção do Estado, dos espaços nacionais e da regulação dos conflitos a partir da trajetória dos censos, nos Estados Unidos (Anderson, 1988), na Itália (Patriarca, 1996), no Canadá (Curtis, 2001) e na Argentina (Otero, 2006). Houve obras que examinaram a relação entre as estatísticas regionais e a autoridade política na União Soviética, onde se desenvolveu uma “demografia stalinista”, pretensamente mais científica (Blum; Mespoulet, 2003).

Outras obras se inseriram no cruzamento entre a história social da produção dos números e sua relação com os regimes políticos, colocando em evidência o funcionamento dos sistemas estatísticos em experiências totalitárias, como a da Alemanha nazista (Tooze, 2001) e a da Itália fascista (Prévost, 2009). Tiveram papel igualmente importante os trabalhos que buscaram relacionar as inovações epistemológicas ao fortalecimento da capacidade governativa do Estado. Este é o caso, entre outros, das análises sobre a revolução político-cognitiva provocada pela adoção da amostragem probabilística nas estatísticas oficiais, através da qual se realizou a montagem

da engenharia institucional do Estado social, em meados do século XX (Beaud; Prévost, 1998).

Na perspectiva foucaultiana (2008; 2009) e latouriana (2000), mapas, cartogramas, censos e estatísticas são abordados como tecnologias de governo à distância, porque respeitam a autonomia de esferas privadas e sugerem condutas adequadas a concepções particulares de bem-estar individual e coletivo. Nesse registro, a estatística seria uma tecnologia liberal de governo, porque procede pela delimitação da autoridade e pela codificação de domínios da sociedade, com seus próprios processos econômicos e dinâmicas de coesão, povoados por indivíduos que agem de acordo com certos princípios de interesse, fora do escopo legítimo de uma intervenção direta. A estatística é vista aqui como um dispositivo de transferência da atividade governamental para a superfície da sociedade, ao estruturar o campo de ações possíveis, e “fornecer aos atores normas e padrões para seus próprios julgamentos, aspirações e condutas” (Rose, 1999, p. 48-49).

Autores situados no marco teórico dos *governmentality studies*, como Nikolas Rose, Peter Miller e Mitchell Dean, dedicaram-se a analisar o elo constitutivo entre a quantificação da vida pública e o governo liberal. Os números se apresentariam como instrumento de realização da promessa democrática de alinhar o exercício da autoridade pública com as crenças e os valores privados dos cidadãos.

Por um lado, os números impõem um freio ao poder discricionário de governantes e especialistas, ao obrigar que escolhas políticas e decisões burocráticas se submetam a protocolos que as fazem parecer produtos de técnicas analíticas padronizadas. Por outro lado, “o governo democrático requer cidadãos vigilantes e calculadores em relação aos efeitos do poder e aos riscos de suas decisões privadas”, constantemente afetadas por pesquisas de opinião e de mercado, que deslocam e quantificam as percepções de realidade (Rose, 1999, p. 197-198). A quantificação crescente do mundo contemporâneo seria um fenômeno a ser compreendido por duas dimensões complementares que caracterizam o governo das sociedades modernas: a

vigilância mútua e a indução das condutas mediante liberdades e autonomias produzidas e consumidas pelo liberalismo.

Nesse sentido, algumas questões heurísticas tornam-se sociologicamente relevantes para pensarmos a relação entre quantificação, dominação e coordenação: o que pode ser visualizado ou, inversamente, o que permanece obscuro em determinados momentos ou sociedades, quando olhamos para dispositivos como censos, mapas, gráficos, tabelas e diagramas que formam o campo visual sobre o que e quem deve ser governado? Como a estatística produz sujeitos de governo – de trabalhadores e consumidores aos chamados grupos de risco? Como os números sugerem ou induzem as habilidades deles esperadas? Como indivíduos e populações são levados a se identificar com determinados grupos, de maneira a se tornarem virtuosos e governáveis?

Estas são questões sensíveis aos *governmentality studies*, mas também aos estudos da quantificação, na medida em que privilegiam a dimensão material, visual e espacial do governo, e chamam atenção para as cartografias de poder e autoridade. Assume-se que o sucesso de um regime de governo depende de como os atores se experimentam através das capacidades (como tomar decisões racionais), qualidades (como ter um emprego) e estatutos (como ser um cidadão ativo) por ele incentivados e favorecidos (Dean, 1999, p. 32).

Em que pese a fecundidade dessa perspectiva teórica, evidente para pensar a relação entre Estado, população e estatística como um trinômio governamental (Camargo, 2016), seu construtivismo radical não leva em conta a ciência estatística e seu papel na coordenação da vida social. Assim como Foucault, seus autores vincularam os números públicos à governamentalidade liberal e neoliberal, deixando de lado as variações entre as técnicas estatísticas e suas correspondências com distintas modalidades de crítica da realidade, justamente o que interessou a Desrosières e aos pragmatistas franceses (Diaz-Bone; Didier, 2016, p. 15).

Desde princípios dos anos de 1990, Desrosières engajou-se em subsidiar conceitualmente uma agenda de estudos empíricos e históricos sobre a

construção estatística de um espaço internacional de coordenação dos Estados, do mercado e da agência econômica. Nesse sentido, a relação entre a ciência estatística – enquanto referência indisputável que precede os debates –, e as tradições nacionais dos sistemas estatísticos foi originalmente sugerida como um programa de pesquisa. Embora tenha permanecido algo fluida e pouco teorizada, a proposta de abordar a estatística “entre a ciência universal e as tradições nacionais” (Desrosières, 1995, p. 167-183) forneceu as “condições de equivalência” até então inexistentes para uma base de estudos comparados sobre a quantificação.

Nas décadas de 1990 e de 2000, na esteira aberta por Desrosières, uma série de trabalhos tematizou as relações entre, de um lado, a difusão do internacionalismo estatístico, pressionando pela normalização das classificações, dos instrumentos de medição e da infraestrutura de contagem populacional –, e, de outro lado, a conformação histórica de práticas estatísticas nacionais, cujo perfil é inseparável da genealogia dos Estados e das estruturas locais de dominação. Anos depois, esta proposta foi ampliada para uma análise comparada das experiências estatísticas da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá (Beaud; Prévost, 2000) e, posteriormente, também da América Latina (Senra; Camargo, 2010; Otero, 2018).

Entre as questões compartilhadas por esses trabalhos, encontramos: os métodos empregados nos censos dos séculos XIX e XX, as formas de apresentação das informações numéricas e seu papel nos movimentos de construção e reforma do Estado; as instituições e os atores que tiveram na estatística uma fonte de autoridade e intervenção nos debates sociais; o papel das tecnologias de quantificação na construção das práticas e dos públicos das ciências; a importância das formas de raciocinar e valorar com números para a formação de um *éthos* econômico capitalista e para a modernização das relações de trabalho. Estas e outras questões deram uma identidade e um interesse comum aos historiadores sociais da estatística, que, assim, conseguiram superar parcialmente sua dispersão inicial, chamando atenção para as condições de comparabilidade, face às diferenças nacionais nos modos de produção e circulação dos objetos quantificados.

Em decorrência da reconstrução histórica dos sistemas estatísticos oficiais – ou “tradições nacionais” – a perspectiva permitiu, ainda, evidenciar a relação entre as questões socialmente relevantes, que foram colocadas na agenda das políticas públicas em diferentes momentos históricos, e as ferramentas estatísticas criadas para objetivar tais questões, dar-lhes legibilidade e, assim, delimitar domínios de ação governamental, com o propósito de atuar sobre elas. Nesse sentido, os temas e os limites das investigações estatísticas oficiais estariam refletindo os contornos da agenda política a cada momento. Para além da utilização – tão comum hoje em dia – de indicadores sociais nas diferentes etapas do ciclo de formulação e avaliação das políticas públicas, a proposta de Desrosières (1993) evidenciou a profunda interdependência entre os modos de objetivar estatisticamente a realidade e as formas institucionais de gerenciá-la. As categorias de descrição estatística estão enredadas nas modalidades de ação do Estado.

Em *L'État, le marché et les statistiques* (2003), Desrosières redefiniria aquele programa, ao conceber o conceito de “regimes políticos da estatística”, identificando cinco tipos ideais de Estado, a partir de sua relação com a economia e a conduta econômica. Dessa maneira, procurava demonstrar as associações entre os modos de quantificar e os modos de governar.

Assim, as tecnologias do censo e das estatísticas de população e produção se ajustariam às necessidades do “Estado engenheiro”; as estatísticas de preço fundamentadas na teoria econômica clássica acompanham o “Estado liberal”; as estatísticas do trabalho, as pesquisas de orçamento das famílias operárias, as técnicas de cálculo de probabilidade para determinação do seguro social estão na base da racionalidade política do “Estado providencial”; a contabilidade nacional, as pesquisas sobre consumo e emprego e as técnicas econométricas respondem às necessidades do “Estado keynesiano”. Cabe destacar aqui o interesse expressivo dos Estados na elaboração de indicadores sociais e na sua utilização para nortear as políticas públicas. Então ainda uma promessa, o investimento nos indicadores visava fazer nascer uma verdadeira matriz de “contabilidade social”. Os indicadores sociais foram inspirados em outras ferramentas de comprovado sucesso

no segundo pós-guerra, como as contas nacionais e o cálculo do PIB, no quadro da montagem do planejamento governamental, da reafirmação dos princípios econômicos keynesianos e da preocupação política com a instauração de uma democracia social baseada em medidas redistributivas.⁵

Sucedendo a crise dos dois modelos precedentes e imbricados, o “Estado neoliberal” põe fim às técnicas de previsão e planificação apoiadas no conhecimento macroeconômico, em proveito da generalização das técnicas de *benchmarking*, que repousam sobre o princípio das antecipações racionais e a promoção da competição entre os atores, segundo metas e objetivos mensuráveis, não mais segundo as relações concretas de que tomam parte (Armatte, 2014, p. 21).

Em um de seus últimos artigos, *Le rôle du nombre dans le gouvernement de la cité néolibérale* (2011), o modelo de Desrosières se sofisticava significativamente, com a incorporação da noção de governamentalidade, em parte um reflexo da publicação tardia dos cursos de Foucault no Collège de France. Nele, Desrosières desenvolve a hipótese central de que a retroação dos indicadores sobre o comportamento dos atores deixa de ser o efeito não previsto das técnicas de quantificação para se tornar a finalidade da racionalidade política do neoliberalismo. Esta ideia rapidamente desperta a atenção de diversos cientistas sociais atraídos por seu valor explicativo e pela proliferação das formas contemporâneas de quantificação, especialmente os *big data* e o *benchmarking*, responsáveis pela rápida expansão conhecida pelo campo nos últimos anos.

Em função dos limites deste artigo, não podemos nos deter no seu exame, porém cabem algumas palavras sobre o *benchmarking*, esta arte específica de condução das organizações que, ao longo dos últimos anos, sob influência do paradigma do *New Public Management*, migrou do âmbito das empresas e negócios privados para a administração dos Estados. À diferença das estatísticas oficiais, o *benchmarking* não tem por finalidade refletir e transformar uma realidade concebida como objetiva e exterior

⁵Para uma descrição do contexto histórico de surgimento dos indicadores sociais e sua importância progressiva no Brasil, ver Santagada (1992).

aos sujeitos, mas modificar o comportamento dos próprios atores das organizações no curso da ação, promovendo um olhar autorreferenciado sobre si mesmos, descolado das relações sociais de que tomam parte. Isto porque os indicadores selecionados como referências nas comparações dependem dos próprios agentes para quantificar e monitorar suas atividades. A prerrogativa dos avaliadores em se avaliar é apresentada como uma vantagem, uma arma antiburocrática, já que os assalariados ganham uma margem expressiva de iniciativa, “supostamente se libertando das amarras da hierarquia e do formalismo dos regulamentos” (Bruno; Didier, 2013, p. 17-27).

De um lado, sendo públicas (ou publicizadas), as medidas das atividades quantificadas constroem os responsáveis a se esforçarem para evitar a humilhação dos resultados ruins. Por outro lado, cada ação a tomar é julgada em termos de fracasso a estigmatizar ou sucesso a recompensar, o que tem como efeito “dessolidarizar os agentes públicos do conjunto da sociedade e esvaziar a percepção de sua função social” (Bruno; Didier, 2013, p. 51). Segundo esses autores, ao recorrer à quantificação incessante de todas as atividades segundo os imperativos da “qualidade total” e da “competitividade internacional”, o *benchmarking* “submete os indivíduos a uma *disciplina indefinida*, destinada a orientar seu engajamento na ação e a governar o que há de mais pessoal: suas iniciativas” (p. 120).

Para finalizar esta seção, apontamos algumas tendências de fundo. As origens e perspectivas bastante distintas das duas grandes tradições do campo – francesa e anglo-saxã –, não impediram que elas se encontrassem nos últimos anos, com a generalização do conceito de governamentalidade neoliberal, entendido como um modo de gerir e quantificar a população.

Outro aspecto importante, Alain Desrosières pode ser considerado o principal mediador dos dois grandes momentos no desenvolvimento do campo. Ao situar a estatística entre a ciência (*outil de preuve*) e as tradições nacionais (*outil de gouvernement*), ele diminuiu a dispersão dos estudos históricos até então existentes e forneceu subsídios para pesquisas comparadas, baseadas em pressupostos comuns. Anos mais tarde, seu projeto

de relacionar os modos de quantificar aos modos de governar atrairia os cientistas sociais, interessados na generalização da quantificação para níveis da agência e domínios da vida social até então incomensuráveis.

Como vimos, os estudos das estatísticas começaram com uma forte vocação historiográfica, relacionando a elaboração dos números aos processos de *state-building*, à criação de imagens e representações da nação. Ainda mais, formularam questões como a construção da autoridade e os fundamentos da legitimidade dos serviços estatísticos do Estado. Hoje, o Estado é apenas uma entre diversas organizações que promovem um governo baseado em medições e números, seja em escala nacional ou global. Observa-se o crescente protagonismo de organismos internacionais (Nações Unidas, Banco Mundial, OCDE), organizações não-governamentais (na defesa dos direitos humanos e do meio-ambiente, na luta contra a pobreza e a favor da transparência) e *think tanks* transnacionais, junto a atores que poderíamos chamar de privados. Entre estes últimos, destacam-se as agências de avaliação de risco, o Fórum Econômico Mundial e o International Institute for Management Development (Fougner, 2008), cujo papel na elaboração de índices, *rankings* e todo tipo de informação numérica chamou a atenção dos cientistas sociais, marcando uma nova tendência nos estudos sobre a quantificação.

Compreender as especificidades do exercício do poder por meio dos números no mundo contemporâneo passa por colocar em relevo essa variedade de atores de reconhecida reputação, centrais no estabelecimento de novos modos de governança global e local, capazes de encobrir agendas normativas sob linguagens técnicas de avaliação neutra.⁶ Em paralelo ao deslocamento do Estado pela “competência” progressiva desses atores na elaboração de índices e *rankings*, o cenário atual é atravessado por um rápido processo de privatização da produção de dados, o que, segundo Diaz Bone (2019), supõe a invisibilização das convenções em que se baseia

⁶Sobre ONGs, ver Rosa (2014); sobre agências de avaliação de crédito, Fioramonti (2014); sobre instrumentos da OCDE, como o PISA, Bogdandy e Goldmann (2012).

a geração desses dados, permitindo-lhes contornar exigências de justificação e, assim, reduzir as possibilidades de questionamento e crítica.

Quantificar, classificar e “inventar” pessoas

Segundo Ian Hacking (1991), a linguagem estatística promoveu um conjunto de classificações por meio das quais as pessoas pensaram (e ainda pensam) a si mesmas. O vasto acúmulo de dados oficiais na Europa ao longo do século XIX forneceu o *corpus* empírico em que este autor baseou seu conceito de “nominalismo dinâmico” e que lhe permitiu ilustrar o processo social que denominou *making up people* – ou “modelação de pessoas” (Hacking, 2000). “A enumeração requer tipos de coisas ou de pessoas a contar. A contagem é sedenta de categorias. Muitas das categorias que hoje utilizamos para descrever pessoas são derivadas das necessidades de enumeração”⁷ (Hacking, 1982, p. 280).

Durante a fase do entusiasmo estatístico e da avalanche de números impressos, em meados do século XIX, os burocratas estatísticos estabeleceram uma série de classificações para a contagem, que lhes permitiu agrupar pessoas, classificá-las e codificá-las. A invenção de categorias em que cada uma das pessoas poderia (e deveria) se enquadrar foi, ao mesmo tempo, um modo de gerir e de enrijecer as novas conceituações acerca do ser humano. A criação dessas categorias deu origem a outras formas de conceber as pessoas. Assim, por exemplo, a classificação segundo a aptidão para o trabalho, originalmente desenhada por inspetores de fábrica, será assimilada pelo censo na escala da população, consagrando um princípio de categorização baseado no papel desempenhado pelos indivíduos nas relações de produção. Uma inovação que ajudou a instituir a estrutura de ocupações e de classes, orientando os termos pelos quais nós vemos a sociedade e nos situamos em relação a ela.

⁷No original: “enumeration demands kinds of things or people to count. Counting is hungry for categories. Many of the categories we now use to describe people are byproducts of the needs of enumeration”.

Ancorados em suas tradições estatísticas nacionais, e através do novo poder de classificar oficialmente todos os habitantes de um determinado território, os estatísticos geraram descrições das populações que viriam a moldar seu “caráter nacional”. Para Hacking, os modos de descrever as pessoas não são alheios a elas, porém, antes, as constituem, visto que delimitam o campo de possibilidades da sua personalidade.

A categorização censitária, em sua relação com as tradições estatísticas nacionais, foi objeto de uma série de estudos voltados para os processos de etnização e racialização das populações. São trabalhos que abordaram os censos como instrumento fundamental de construção e legitimação da identidade nacional e (pós)colonial. Para essa literatura, os censos permitem aos Estados produzir, representar e monitorar as identidades coletivas e, assim, regular os conflitos e as pressões sociais constitutivas da vida pública (Kertzer; Arel, 2002).

Contar a população de maneira a construir posições de sujeito e, assim, solidificar identidades mais reais do que outras – tradicionais, familiares, locais, regionais – passou por atribuir efeitos legais e simbólicos a categorias que diluíam as individualidades em individualizações. Nessa perspectiva, a “língua materna” reflete menos a língua do indivíduo do que a língua da nação à qual ele pertence e pela qual ele se percebe. De modo similar, a “origem étnica” nos países imigrantistas do Ocidente “tem mais a ver com a presunção de pertencer a outro país de origem, não com o sentimento de pertencimento” (Kertzer; Arel, 2002, p. 27). Nesse sentido, o censo aparece ao lado de outros registros estatais criados para estabelecer o monopólio dos meios legítimos de mobilidade e dotar as categorias de eficácia simbólica, como, por exemplo, o uso dos documentos de identidade para garantir trânsito e distinguir os cidadãos dos estrangeiros, ou os nacionais dos súditos coloniais.

Outro ponto importante assinalado por essa literatura é que a adscrição de efeitos legais e simbólicos às categorias censitárias contribuiu para instituir a concepção estatística da normalidade como recorrência, o que reduz as diferenças entre os indivíduos a uma questão de medida, de acordo com a

média e a distribuição da curva normal (Hacking, 1990; Carson, 2006). Por um lado, mesmo as identidades de indivíduos “desviantes” e racializados se tornam escalonáveis, uma vez que se abre a possibilidade (ainda que hipotética) de o desempenho dos grupos subclassificados se elevar ao do estrato superior, considerado normativo, o que autoriza intervenções mais ou menos violentas sobre as suas condições de vida e socialização. Serão estes grupos os mais suscetíveis a estratégias marcadamente biopolíticas de gestão da população (Camargo, 2016).

Por outro lado, a concepção da normalidade como recorrência convida sutilmente os indivíduos a se verem através das categorias estatísticas, seja reforçando o estigma produzido pela geografia racializada do Estado (por gênero, cor, língua e etnia), seja, mais recentemente, denunciando a dominação pela contestação dos critérios de classificação, redefinindo seus usos e conteúdos.

Alguns trabalhos abordaram a relação entre a categorização racial e a própria construção do Estado. Pensemos, por exemplo, no caso dos Estados Unidos, onde a comparação estatística entre livres e escravos, negros e brancos, concorreu para cristalizar a imagem de país dividido. Em sua história social do censo estadunidense, Margo Anderson (1988) mostrou como a guerra de secessão foi construída por uma polarização crescente, que teve nos números o referente comum dos pontos de vista em conflito. No censo de 1850, o desejo dos políticos do Sul de demonstrar estatisticamente a longevidade superior do estrato servil, em relação aos negros livres do Norte, deu origem a uma divisão racial tripartite – brancos, negros e mulatos –, que instituiu a noção poligenista de população – até então considerada crime pela religião –, enquanto subordinava os grupos de cor em número e condição, condenando-os à rápida absorção pela raça branca. Esse sistema foi concebido para controlar a população negra como um todo – não apenas aquela oriunda de cativo – e isolar biologicamente uma maioria branca avolumada pela imigração (Nobles, 2000).

A partir de 1890, essa classificação se sofisticou, subdividindo os mulatos em *quadroons* e *octoroons*, de acordo com a fração atávica de

sangue negro. Ela perduraria até o censo de 1920, quando se adotou o princípio da *one drop, one rule*, que liquidava o grupo intermediário de mulatos, ao fazer da gota de sangue o critério de definição dos negros, e da pureza de sangue o de identificação dos brancos. Por essa razão, alguns trabalhos mostraram como o censo estadunidense se constituiu em um laboratório para a introdução pioneira de uma concepção antropológica e biológica da população, antes mesmo que o racismo científico e a teoria social formalizassem algumas de suas categorias como conceitos explicativos da mudança social (Schor, 2003).

Também se inscrevem nesse grupo os estudos comparados sobre as categorias censitárias e as políticas raciais no Brasil e nos Estados Unidos (Nobles, 2000) e sobre as relações entre censo, Estado e sociedade na América Latina. Nessa direção, destaca-se a obra de Mara Loveman (2014), para quem os censos dos países da região foram orientados por dois projetos políticos complementares: um descritivo, que, para aquela autora, ajudou a definir as fronteiras culturais da comunidade imaginada; outro prescritivo, que estabeleceu a miscigenação racial como uma singularidade positiva desses países, diante do sistema internacional de Estados.

Um outro grupo de pesquisas situa-se no marco dos estudos pós-coloniais, tendo examinado o papel dos censos na montagem da empresa colonial e nos movimentos de libertação nacional. Seguindo a trilha aberta por Benedict Anderson (2008), trata-se de trabalhos que exploraram as interseções tecnológicas entre os censos e os mapas, de modo a alicerçar a territorialidade do Estado colonial, fixar suas fronteiras, prevenir conflitos e distribuir a burocracia, remodelando a hierarquia etnorracial pré-existente e modificando, assim, o terreno em que as populações colonizadas vivem, sentem e agem (Scott, 1995; Chatterjee, 2004; Legg, 2006).

Nesse modo de uso, a estatística seria estratégica na superação da topografia local, que classificava vilas, mercados e aldeamentos segundo sua inserção em tradições culturais e relatos religiosos. Tais espaços, há séculos segmentados, seriam configurados e reconfigurados por meio dos censos e dos mapas, sendo reconstruídos como unidades territorialmente sólidas e

delimitadas. Unidades dotadas de uma narrativa política e biográfica, “que lhes confere uma inédita profundidade histórica, atestando a existência, duradoura e estável, de um domínio colonial” (Scott, 1995, p. 208).

Sob esse ângulo, a história das estatísticas mostrou como as categorias oficiais concorrem para dividir grupos no interior de uma população, separando-os e ordenando-os em hierarquias codificadas. As estatísticas não apenas estabelecem essas divisões sociais, como também fixam essas categorias de pessoas, mesmo quando as margens dos grupos não são claramente definidas na vida social (Alonso; Starr, 1987). No trabalho de agrupamento, as estatísticas oficiais podem reunir pessoas que até então não eram consideradas parte de uma mesma categoria. Uma vez subordinados a um estatuto administrativo e estatístico comum, pode ocorrer também que seus interesses se complementem ou se combinem. Nesse sentido, como disse Starr, as classificações oficiais não apenas registram, como também reescrevem as linhas da diferenciação social.

A estatística passou a ser um meio de reconhecimento da identidade e da importância numérica dos grupos (étnicos, raciais, de gênero etc.) perante o Estado. Por isso, certos grupos sociais se interessaram em ser contados e passaram a exigir que as autoridades públicas e os sistemas estatísticos institucionalizados registrassem e produzissem dados que tornassem seus grupos visíveis na esfera pública. Minorias raciais e étnicas, coletividades nacionais e comunidades religiosas mobilizaram-se e expressaram publicamente sua intenção de participar das definições estatísticas e/ou censitárias.

Por outro lado, devemos notar que, como indicamos acima, os estudos da quantificação são herdeiros da preocupação com os modos como os dispositivos permitem moldar e influenciar o comportamento das pessoas e atuar como “tecnologias de si”. Dando continuidade às análises sobre a subjetividade disciplinada (Rose, 1996), alguns estudiosos têm explorado o fenômeno mais recente da penetração cada vez mais difusa da quantificação na vida cotidiana, sua expansão no plano da vida pessoal, e sua influência na configuração do *quantified-self* (Nafus, 2016). As novas tecnologias

criaram a possibilidade de as pessoas quantificarem a si mesmas, gerando e analisando rotineiramente seus próprios dados (*self-tracking*), de maneira a avaliar e qualificar suas ações e, também, a dos outros (Neff; Nafus, 2016).

Para essas abordagens, fica claro que os dispositivos que quantificam o eu têm a intenção de influir ativamente no comportamento que rastreiam. Da mesma forma, as métricas digitalizadas levam a novos e variados esquemas de classificação dos indivíduos, os quais são usados por empresas e corporações para a criação de mercados – por exemplo, mercados de créditos ou de seguros, de saúde, de educação, entre outros –, o que, por sua vez, afeta as chances e a qualidade de vida dessas pessoas. Nesse sentido, também aqui fica evidente que os Estados e suas classificações oficiais tendem a perder protagonismo no século XXI, enquanto novos dispositivos de quantificação, criados e disseminados por outros atores tornam-se disponíveis – empresas de plataforma e redes sociais, sociedades financeiras, agências nacionais e internacionais de crédito, fundações transnacionais etc. –, tornam-se capazes de moldar e gerir novas subjetividades.

Quantificar, resistir e criticar

Embora as estatísticas possuam uma longa história de articulação com o Estado, em sua pretensão de controlar populações e exercer a dominação, não é menos verdade que elas se têm vinculado à reforma social (Cullen, 1975) e associado a denúncias de injustiças, arbitrariedades e desigualdades sociais (Bruno; Didier; Previeux, 2014; Bruno; Didier; Vitale, 2014). Conforme destacou Desrosières (2014), existe uma outra história dos usos da estatística como instrumento de crítica social. Enquanto as abordagens históricas relacionaram a estatística ao exercício do poder, privilegiando o polo dos grupos dominantes, os estudos mais recentes têm focado a estatística como uma ferramenta que potencializa a ação política e a crítica da realidade, enfatizando a capacidade de agência dos atores sociais, incluindo os grupos subordinados, que delas também se apropriam para resistir e tentar reverter relações de poder.

Uma das contribuições mais importantes dessa literatura foi mostrar que, para além da autoridade dos números estar baseada na pretendida objetividade e imparcialidade das técnicas, e apesar de uma das grandes promessas da estatística moderna ser a despolitização da política, os números podem ser repolitizados de diferentes maneiras. Um conjunto de trabalhos tem chamado atenção para o papel renovado que a quantificação assume na organização do ativismo político, dos movimentos sociais e de variados tipos de protestos (Bruno; Didier; Previex, 2014; Bruno; Didier; Vitale, 2014; Didier; Tasset, 2013). Ativistas das mais diversas causas recorreram a argumentos estatísticos e se apropriaram das informações numéricas como um meio de denúncia e crítica dos poderosos. Essas situações demonstraram que a quantificação não é sempre, nem naturalmente, um instrumento de imposição dos interesses das elites – econômicas, técnicas e políticas –, ou de quem está à frente das grandes organizações, sejam elas públicas ou privadas, nacionais ou transnacionais. Também pode ser um instrumento valioso para minar a autoridade e confrontar os poderes institucionalizados.

Segundo os autores que cunharam o termo, a noção de *statactivism* combina uma grande variedade de práticas militantes e de ação política com números, e que possui em comum “a disposição para colocar as estatísticas a serviço da emancipação política” (Bruno; Didier; Previex, 2014, p. 27). Os últimos anos assistiram à emergência de novos movimentos sociais, como focos de resistência à expansão dos meios de quantificação abraçados pelo neoliberalismo, o que levou tais autores a formular este conceito descritivo – e, ao mesmo tempo, otimista –, capaz de abranger um ativismo social plural que se expressa através da linguagem da estatística.

Do ponto de vista teórico, é importante sublinhar que se trata de uma inovação inspirada na economia das convenções. O conceito consiste em uma peça do campo intelectual francês, após se consagrar a passagem da sociologia crítica de Pierre Bourdieu à sociologia da crítica (ou sociologia pragmática) de Boltanski e Thévenot. Em *Sociologie de la critique*, Boltanski propõe uma distinção entre o que chama de *realidade*, que “tende a se confundir com o que parece se manter por sua própria força”, ou seja, com a ordem, e, de outro lado, o *mundo*, o fluxo de acontecimentos e

experiências, cuja possibilidade não está contida na totalidade conhecida (Boltanski, 2009, p. 93). Nessa abordagem, a estatística é concebida como forma institucional que coloca em questão a *realidade* e abre caminho para o *mundo*. Dessa maneira, justifica-se a reivindicação de que a sociologia aborde os modos de governo e seu investimento em formas estatísticas, assim como as operações críticas que envolvem diferentes atores sociais.

Como defende o artigo de Bruno e Didier neste dossiê, as pesquisas mais recentes dentro dessa linha de análise têm demonstrado que, tanto ao longo da história quanto na atualidade, o *statactivism* se difundiu em diferentes campos e com variados alcances. Em alguns casos, as experiências de ativismo estatístico consistiram meramente na denúncia das falhas, lacunas ou limitações das estatísticas públicas. Por vezes, tomou a forma da militância a favor das estatísticas oficiais, levando em consideração aspectos da realidade até então negligenciados, denunciando as prioridades estabelecidas pelos regimes de medição, e destacando a relevância de elementos desprezados pelas práticas de quantificação. Em outros casos, procurou-se expor as contradições internas de um sistema estatístico ou expor os preconceitos em que este se baseia, para mostrar que as estatísticas não têm a neutralidade ou a imparcialidade que muitos pretendem.

Entre as práticas *statactivist*es, encontra-se a elaboração de indicadores alternativos aos oficiais como fonte de intervenções políticas, e como um contradiscurso estatístico que permite confrontar o poder estatal de nomeação e descrição do real, para mostrar uma realidade diferente da oficial. No entanto, cabe notar, com Desrosières (2014), que o sucesso de um empreendimento crítico desse tipo nunca está garantido com antecedência. Depende da precisão dos instrumentos de crítica, bem como da solidez de instituições e redes que dão sustentação aos números: “o sucesso da crítica social expressa na linguagem estatística não pode se apoiar meramente na justeza dos argumentos, mas depende, em grande medida, da rede política e social em que aquela está inserida” (Desrosières, 2014, p. 357).⁸

⁸No original: “the success of the social critique expressed in the language of statistics cannot rely simply on the justness of the arguments, but depends largely on the political and social network in which it is inscribed”.

O ativismo estatístico seria um passo para a emancipação em relação à autoridade das estatísticas oficiais, com vistas a retomar a autoridade que tais dispositivos são capazes de conferir aos argumentos em favor do grupo cujos interesses este ativismo representa. Esse processo termina por promover a repolitização das estatísticas.

Outra modalidade de *statactivism* reside na denúncia pública dos sujeitos ou grupos sociais invisibilizados ou ocultados pelas estatísticas oficiais; ação às vezes acompanhada pelo uso das próprias estatísticas para criar ou consolidar esses grupos enquanto categorias sociais institucionalizadas. Diversos agrupamentos políticos aspiraram e aspiram a se libertar de relações de subordinação ou lutam para reverter as condições de desigualdade às quais estão submetidos. Este é o caso dos hispânicos nos Estados Unidos (Nobles, 2000), dos povos indígenas americanos, das minorias religiosas, entre muitos outros que buscaram se institucionalizar estatisticamente para ganhar reconhecimento social, traduzir sua grandeza moral em tamanho e em peso político, de maneira a fortalecer a legitimidade de suas reivindicações.

No mundo de hoje, há diversas redes de uso dos números envolvendo associações de defesa de direitos humanos e ONGs que produzem e utilizam dados originais sobre violência contra minorias, ajudando a consolidá-las como categorias sociais. Estudando uma dessas redes, Eugenia de Rosa (2014) mostrou como os números sobre a violência são empregados em quatro fases de mobilização da opinião pública pelo movimento de igualdade de gênero: no processo de enquadramento e categorização, no desenho e implementação das políticas, nas campanhas de difusão e conscientização, e no monitoramento das oscilações. Ao longo dessas quatro fases, as redes de uso conferem consistência aos agregados sociais que a estatística permite instituir.

Mas números, cifras e indicadores não são apenas recursos políticos na luta por reconhecimento movida por minorias previamente organizadas. Muitas vezes, estão na origem mesma da sua constituição como grupo social. O caso da comunidade LGBTQ é emblemático. Como se sabe, a publicação do famoso relatório Kinsey, em 1948, instaurou uma grande

controvérsia sobre as práticas sexuais na sociedade estadunidense, minando as visões convencionais a respeito. Em particular, os dados produzidos em suas pesquisas sobre o comportamento homossexual mostraram que a proporção de homens que haviam tido relações exclusivamente com outro homens ao longo da vida era muito maior do que se pensava, influenciando diretamente a formação de uma nova “comunidade estatística”, que se percebia pela primeira vez como grupo político, organizado com base em uma cultura e uma identidade compartilhadas, que logo daria lugar ao movimento de luta por direitos (Michaels; Espeland, 2006). Portanto, as experiências *statactivistes* também envolvem atores sociais que mobilizam as práticas de quantificação com o objetivo de criar ou consolidar categorias estatísticas, nas quais encontram apoio para defender ou reivindicar direitos.

Embora já houvesse diversas experiências históricas de ativismo estatístico, a governamentalidade neoliberal produziu condições específicas para o surgimento de novas formas de lutar com os números. Ao seguirmos Bruno, Didier e Previeux (2014), a noção de *statactivisme* adquire um significado particular como meio de oposição às formas neoliberais de governo. No mundo contemporâneo, as práticas *statactivistes* consistem fundamentalmente em evidenciar as regras de produção de indicadores, *rankings* e metas que integram a racionalidade política do neoliberalismo; o *benchmarking* como tecnologia de governo global; e as técnicas gerenciais atualmente aplicadas em organizações públicas e privadas, valendo-se especialmente das margens de liberdade que tais regras deixam aos agentes.

Esse tipo de ativismo estatístico pressupõe a intervenção dos atores, ao mesmo tempo sujeitos e objetos dos instrumentos de medição, com base no uso conveniente das regras para influir nos seus resultados. Por exemplo, por meio da adaptação ou manipulação – em benefício próprio – das regras envolvidas nas avaliações de desempenho, que obrigam os indivíduos a atingir metas quantificadas em seus locais de trabalho (sobre polícia, Didier, 2018; sobre o *ranking* universitário Espeland; Sauder, 2007).

Assim, são os próprios atores sociais que, através de sua participação em operações críticas, repolitizam os modos de organizar e governar

por números, promovidos a partir da aplicação de ferramentas técnicas “transparentes”, “objetivas” e “neutras”. Como assinalado por Didier e Tasset (2013), “quantificar é produzir conhecimento e, portanto, adquirir poder. Sendo assim, é uma arma preciosa que podemos reaproveitar”.⁹ As estatísticas podem constituir recursos a ser empregados por qualquer uma das partes engajadas em disputas políticas e conflitos sociais.

Não obstante, se o *statactivisme* pode ser pensado como “um desafio à lógica hegemônica de quantificação estabelecida em um determinado momento” (Bruno; Didier; Previex, 2014, p. 30), nem todas as práticas que ele abrange colocam em questão os princípios em que se baseia a quantificação. Podemos dizer que existem modalidades mais radicais, outras mais reformistas, e até conservadoras.¹⁰ No limite, há diferentes combinações entre as estatísticas e as formas de violência. Tomemos como exemplo o profundo conflito social havido em Guadalupe – um pequeno arquipélago das Antilhas que constitui uma região ultramarina da França –, devido ao aumento do custo de vida, em 2009, quando os números foram envolvidos em uma grave tensão social. Segundo estudo de Samuel (2014), as estatísticas apareceram tanto como suporte de mediação de reações populares explosivas, quanto como ferramentas de intimidação e coerção, propiciando a escalada de violência.

O caso de Guadalupe mostra que “a quantificação ajuda a construir situações de tensão social, ao revelar ou criar sentimentos de injustiça social. Dessa maneira, contribui para desencadear ações de protesto contra os métodos do ‘governo por números’, motivando confrontos com o Estado e os atores dominantes” (Samuel, 2014, p. 254). Além de situações excepcionais como esta, os argumentos estatísticos costumam aparecer nos cenários de conflito político como princípio de evidências para erodir a autoridade

⁹No original: “quantifier, c’est produire du savoir, donc acquérir du pouvoir. C’est donc une arme précieuse dont nous pouvons nous ressaisir”.

¹⁰Como apontou Desrosières (2014), a crítica pode ser “reformista” e apoiar-se em “números inquestionáveis” ou, pelo contrário, mais ou menos “radical”, e rejeitar os cálculos e ferramentas utilizados, ou desqualificar o mero recurso a eles. O contraponto entre o *statactivisme* reformista e radical foi abordado também por Didier e Tasset (2013).

pública, como recurso na disputa entre facções políticas pelo acesso à direção do governo, ou como instrumento de mediação de conflitos sociais redistributivos (Hayes, 2011). Em certas ocasiões, o *statactivism* adota outra modalidade de expressão, quando o uso de estatísticas contra a autoridade governamental supõe a mobilização de uma crítica conservadora em seus fundamentos, a qual no fundo aceita, sanciona e reforça os modos de quantificação estabelecidos, restituindo as convenções que baseavam a mensuração (Daniel; Lanata Briones, 2019).

Em suma, muitas são as razões que justificam uma maior atenção às estatísticas como argumento político e como ferramenta para a ação política. Qual é o papel desempenhado pelos números na formulação e no enquadramento de uma discussão pública? Que tipo de crítica social eles permitem, restringem ou fortalecem? Como os números transformaram o modo de engajamento dos atores na política? Que efeitos específicos as estatísticas produzem quando associadas aos protestos sociais? Como e em que circunstâncias um dispositivo de persuasão como a estatística pode se tornar um suporte de ameaça ou coerção? Até que ponto a quantificação promove ou bloqueia a participação democrática? A reflexão sobre a intervenção da linguagem estatística nos debates políticos e nas disputas sociais, suas implicações e efeitos têm grande relevância para a compreensão das dinâmicas das sociedades contemporâneas.

Considerações finais

Como procuramos demonstrar neste artigo, as práticas de quantificação merecem integrar uma agenda legítima de pesquisa nas ciências sociais. Se concordamos que a quantificação é tanto uma ferramenta de conhecimento quanto de governo (Desrosières, 2008), sua investigação em chave sociológica não é apenas relevante, mas necessária. Mas por que uma leitura sociológica dos números é tão essencial?

Diferentes pesquisas empíricas e teóricas que aqui revisamos mostraram que as operações de quantificação são constitutivas das relações sociais,

não apenas derivadas delas; isto é, são intrínsecas a elas mesmas, e não secundárias. Por meio dos objetos produzidos pela quantificação (números, indicadores, *rankings*, séries, gráficos, tabelas) e das relações que estes estabelecem – entre as pessoas, e entre as pessoas e as coisas –, veiculam-se formas de exercer o poder. A quantificação afeta a forma como percebemos e construímos a realidade social, a forma como avaliamos nossas ações e as dos outros, como consideramos nossas opções e objetivos, como administramos as organizações e gerimos a vida; a quantificação não está somente presente, como também influencia diretamente o mundo que habitamos. É importante reconhecer que, nas sociedades contemporâneas, a extensão da quantificação a novos domínios antes não-comensuráveis se vê impulsionada por uma multiplicidade de atores, instituições e processos, os quais, por sua vez, ela ajuda a configurar. A quantificação opera como um dispositivo que atua sobre os indivíduos e intervém em suas vidas para garantir um determinado tipo de conduta ou comportamento. É importante estudar o papel constitutivo das práticas de quantificação, porque elas criam uma forma particular de compreender, representar e atuar sobre processos, eventos e subjetividades. Da mesma maneira, é fundamental resgatar seu potencial para a transformação social, na medida em que essas ferramentas também nos permitem mobilizar críticas, denunciar desigualdades, definir e dar visibilidade a novos problemas, para que seja possível intervir sobre eles. As estatísticas não são e nem sempre foram armas exclusivas dos poderosos, permanecendo inesgotável seu potencial para desafiar consensos e politizar as relações sociais.

Pensar sociologicamente realidades complexas como as da América Latina através do enfoque da quantificação é um desafio urgente, que nos leva a recortar novos objetos de estudo e a construir outros eixos de problematização. As profundas desigualdades sociais da região – agudizadas pela pandemia de covid19 – devem ser compreendidas em sua dinâmica de reprodução, a qual inclui os modelos de objetivação estatística e suas implicações no desenvolvimento das políticas públicas. Acreditamos ser necessário revelar a natureza social de suas formas padronizadas de

mensuração para construir quantificações alternativas, que nos permitam vislumbrar outras vias de solução dos impasses e problemas da região.

Os estudos sociais da quantificação ampliaram nossa compreensão acerca dos vínculos entre o Estado e as minorias étnicas, raciais e sexuais em sociedades pluriétnicas e diversas como as latino-americanas, tanto no presente como no passado. Realçaram os processos de configuração de suas identidades, o reconhecimento ou a invisibilidade desses grupos, através da alteração ou criação de categorias de classificação, no quadro das lutas políticas pelo reconhecimento do Estado, como mostra artigo de Mara Loveman nesse dossiê. Um caminho que merece ser mais explorado.

Outro tipo de questionamento surge ao observarmos a circulação cada vez mais intensa de números (não apenas díspares, como muitas vezes contraditórios) nas culturas públicas nacionais, em termos do papel que desempenham nas discussões democráticas, em um cenário de crescente polarização política em vários países da região. Cabe ainda a este enfoque a possibilidade de alertar, em bases conceituais e empíricas sólidas, sobre a “neo-colonização” dos Estados latino-americanos, presente na tendência de subordinação dos últimos governos (da direita à esquerda do espectro político) às diversas modalidades da métrica neoliberal, cada vez mais arraigada na administração pública, após a adoção do modelo gerencial de gestão.

Este trabalho buscou destacar as contribuições dos estudos sociais da quantificação para a sociologia como um todo. A revisão da literatura permitiu realçar a riqueza desta perspectiva analítica, reconhecendo que, para além das discordâncias sobre se tratar ou não de um campo especializado, no sentido estrito do termo, falta ainda um programa de investigação que vá além das questões e filiações comuns dos pesquisadores que nele se situam.

Nessa direção, nossa análise apontou que ainda há muito a se estudar sobre os impactos sociais e políticos da quantificação nas sociedades democráticas. Para tanto, a sociologia dispõe de ferramentas muito valiosas, que permitem evidenciar os efeitos produzidos pelos dispositivos de

quantificação entre os diferentes grupos sociais, discernir a variedade de usos e aplicações a que podem estar sujeitos, bem como revelar os modos como operam as relações de poder, seus limites e ambiguidades. Restamos apelar à comunidade de cientistas sociais, convocando-os a alimentar, fortalecer e expandir um programa de investigação cuja fecundidade esperamos ter demonstrado neste artigo.

Alexandre de Paiva Rio Camargo é Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), professor adjunto do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Candido Mendes (UCAM).

✉ alexandre.camargo.2009@gmail.com

Claudia Jorgelina Daniel é Doutora em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires e pesquisadora do Centro de Investigaciones Sociales, IDES – CONICET, Buenos Aires, Argentina.

✉ cdaniel@ides.org.ar

Referências

1. ALONSO, William; STARR, Paul (eds). **The politics of numbers**. New York: Russell Sage Foundation, 1987.
2. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
3. ANDERSON, Margo. **The American census: a social history**. New Haven: Yale University Press, 1988.
4. ARMATTE, Michel. Introduction aux travaux d'Alain Desrosières : histoire et sociologie de la quantification. **Statistique et Société**, v. 2, n. 3, p. 17-23, 2014.
5. BEAUD, Jean-Pierre; PRÉVOST, Jean-Guy. La forme est le fond : la structuration des appareils statistiques nationaux (1800-1945). **Revue de Synthèse**, v. 118, n. 4, p. 419-456, 1997.
6. BEAUD, Jean-Pierre; PRÉVOST, Jean-Guy. The politics of measurable precision: the emergence of sampling techniques in Canada's Dominion Bureau of Statistics. **The Canadian Historical Review**, v. 79, n. 4, p. 691-725, 1998.
7. BEAUD, Jean-Pierre; PRÉVOST, Jean-Guy (orgs.). **L'ère du chiffre : systèmes statistiques et traditions nationales**. Montreal: Presses de l'Université du Québec, 2000.

8. BERMAN, Elizabeth; HIRSCHMAN, Daniel. The sociology of quantification: where are we now? **Contemporary Sociology**, v. 47, n. 3, p. 257-266, 2018.
9. BESSON, Jean-Louis. As estatísticas: verdadeiras ou falsas? In: BESSON, Jean-Louis (org.). **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Unesp, 1995. p. 25-67.
10. BOLTANSKI, Luc. **Les cadres** : la formation d'un groupe social. Paris: Éditions de Minuit, 1982.
11. BOLTANSKI, Luc. **De la critique** : précis de sociologie de l'émancipation. Paris: Gallimard, 2009.
12. BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification** : les économies de la grandeur. Paris: Éditions Gallimard, 1991.
13. BLUM, Alain; MESPOULET, Martine. **L'anarchie bureaucratique** : statistique et pouvoir sous Staline. Paris: La Découverte, 2003.
14. BOGDANDY, Armin Von; GOLDMANN, Matthias. Taming and Framing Indicators: a legal reconstruction of the OECD's programme for international student assessment (PISA). In: DAVIS, Kevin E. et al. (eds.). **Governance by Indicators**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 52-85.
15. BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
16. BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel. **Benchmarking** : l'État sous pression statistique. Paris: Zones, 2013.
17. BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel; PRÉVIEUX, Julien (eds.). **Statactivisme** : comment lutter avec les nombres. Paris: Zones, 2014.
18. BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel; Vitale, Tommaso. Statactivisme. Forms of action between disclosure and affirmation. **Partecipazione e Conflitto**, v. 7, n. 2, p. 198-220, 2014.
19. BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER Peter (eds.). **The Foucault Effect**: studies in governmentality. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
20. CAMARGO, Alexandre de P. R. **A construção da medida comum**: estatística e política de população no Império e na Primeira República. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
21. CARSON, John. **The measure of merit**: talents, intelligence and inequality in the French and American Republics, 1750-1940. Princeton: Princeton University Press, 2006.
22. CHATTERJEE, Partha. **The politics of the governed**: reflections on popular politics in most of the world. New York: Columbia University Press, 2004.
23. COHEN, Patricia C. **A calculating people**: the spread of numeracy in Early America. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

24. CORCUFF, Philippe. **Las nuevas sociologías**. Principales corrientes y debates, 1980-2010. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2015.
25. CRUMP, Thomas. **The anthropology of numbers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
26. CULLEN, Michael J. **The statistical movement in Early Victorian Britain**. New York: The Harvester Press Limited, 1975.
27. CURTIS, Bruce. **The politics of population: state formation, statistics and the census of Canada, 1840-1875**. Toronto: University of Toronto Press, 2001.
28. DANIEL, Claudia; LANATA BRIONES, Cecilia. Battles over numbers: the case of the Argentine consumer price index (2007–2015). **Economy and Society**, v. 48, n. 1, p. 127-151, 2019.
29. DEAN, Mitchell. **Governmentality: power and rule in modern society**. London: Sage, 1999.
30. DE ROSA, Eugenia. Gender stactivism and NGOs. Development and use of gender sensitive-data for mobilizations and women's rights. **Partecipazione e Conflitto**, v. 7, n. 2, p. 314-347, 2014.
31. DESROSIÈRES, Alain. **La politique des grands nombres : histoire de la raison statistique**. Paris: La Découverte, 1993.
32. DESROSIÈRES, Alain. Historiciser l'action publique. L'Etat, le marché et les statistiques. In: LABORIER, Pascale; TROM, Danny (eds.). **Historicités de l'action publique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003. p. 207-221.
33. DESROSIÈRES, Alain. **Pour une sociologie historique de la quantification**. Paris: Presses de l'École des Mines, 2008.
34. DESROSIÈRES, Alain. Statistics and social critique. **Partecipazione e Conflitto**, v. 7, n. 2, p. 348-359, 2014.
35. DESROSIÈRES, Alain; THÉVENOT, Laurent. **Les catégories socioprofessionnelles**. Paris: La Découverte, 1988.
36. DIAZ-BONE, Rainer. Statistical panopticism and its critique. **Historical Social Research**, v. 44, n. 2, p. 77-102, 2019.
37. DIAZ-BONE, Rainer; DIDIER, Emmanuel. The sociology of quantification. Perspectives on an emerging field in the social science. **Historical Social Research**, v. 41, n. 2, p. 7-26, 2016.
38. DIDIER, Emmanuel. Alain Desrosières and the Parisian flock. Social studies of quantification in France since the 1970s. **Historical Social Research**, v. 41, n. 2, p. 27-47, 2016.
39. DIDIER, Emmanuel. Globalization of quantitative policing: between management and stactivism. **Annual Review of Sociology**, v. 44, n. 1, p. 515–534, 2018.

40. DIDIER, Emmanuel; TASSET, Cyprien. Pour un stactivisme. La quantification comme instrument d'ouverture du possible. **Revue des Sciences Humaines**, v. 24, p. 123-140, 2013.
41. ESPELAND, Wendy; SAUDER, Michael. Rankings and reactivity: how public measures recreate social worlds. **American Journal of Sociology**, v. 113, p. 1-40, 2007.
42. ESPELAND, Wendy; STEVENS, Mitchell. The sociology of quantification. **Arch. europ. sociol.**, v. 49, n. 3, p. 401-436, 2008.
43. FIORAMONTI, Lorenzo. **How numbers rule the world**. The use and abuse of statistics in global politics. London: Zed Books, 2014.
44. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
45. FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
46. FOUGNER, Tore. Neoliberal governance of states: the role of competitiveness indexing and country benchmarking. **Millenium: Journal of International Studies**, v. 37, n. 2, p. 303-326, 2008.
47. GUYER, Jane et al. Introduction: Numbers as inventive frontier. **Anthropological Theory**, v. 10, n. 1-2, p. 36-61, 2010.
48. HACKING, Ian. Biopower and the avalanche of printed numbers. **Humanities in Society**, v. 5, p. 279-295, 1982.
49. HACKING, Ian. **The taming of chance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
50. HACKING, Ian. How should we do the history of statistics? In: BURCHELL, Graham; GORDON, Collin; MILLER, Peter (eds.). **The Foucault effect**. Studies in governmentality. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 181-195.
51. HACKING, Ian. Façonner les gens : le seuil de pauvreté. In: BEAUD, Jean-Pierre; PRÉVOST, Jean-Guy (orgs.). **L'Ère du chiffre** : systèmes statistiques et traditions nationales. Quebec: Presses de l'Université du Québec, 2000. p. 17-36.
52. HAYES, Matthew. The social history of quantifying inflation: a sociological critique. **Journal of Economic Issues**, v. 65, n. 1, p. 97-111, 2011.
53. INSEE - Institut National de la Statistique et des Études Économiques. **Pour une histoire de la statistique**. 2 vols. Paris: Economica, 1987.
54. KERTZER, David; AREL, Dominique (eds.). **Census and identity**: the politics of race, ethnicity and language in national censuses. New York: Cambridge University Press, 2002.
55. LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

56. LEGG, Stephen. Governmentality, congestion and calculation in colonial Delhi. **Social & Cultural Geography**, v. 7, n. 5, p. 709-729, 2006.
57. LOVEMAN, Mara. The race to progress: census taking and nation making in Brazil (1870-1920). **Hispanic American Historical Review**, v. 89, n. 3, p. 435-470, 2009.
58. LOVEMAN, Mara. **National colors**: racial classification and the State in Latin America. New York: Oxford University Press, 2014.
59. MENNICKEN, Andrea; ESPELAND, Wendy. What's new with numbers? Sociological approaches to the study of quantification. **Annual Review of Sociology**, v. 45, p. 223-245, 2019.
60. MICHAELS, Stuart; ESPELAND, Wendy. Queer counts: measurement and the emergence of gay identity. **Presentation at 101st Annual Meeting of the American Sociological Association**. Montreal, 2006.
61. MILLER, Peter. Governing by Numbers: Why Calculative Practices Matter. **Social Research**, v. 68, n. 2, p. 379-396, 2001.
62. MILLER, Peter; POWER, Michael. Accounting, organizing, and economizing: connecting accounting research and organization theory. **The Academy of Management Annals**, v. 7, n. 1, p. 557-605, 2013.
63. NAFUS, Dawn (ed.). **Quantified**: biosensing technologies in everyday life. Cambridge: MIT Press, 2016.
64. NEFF, Gina; NAFUS, Dawn. **Self-tracking**. Cambridge: MIT Press, 2016.
65. NOBLES, Melissa. **Shades of citizenship**: race and the census in modern politics. Stanford: Stanford University Press, 2000.
66. OTERO, Hernán. **Estadística y nación**: una historia conceptual del pensamiento censal de la Argentina moderna, 1869-1914. Buenos Aires: Prometeo libros, 2006.
67. OTERO, Hernán. Socio-history of statistics on Latin America: a review. **Histoire et Mesure**, v. 33, p. 13-32, 2018.
68. PATRIARCA, Silvana. **Numbers and nationhood**: writing statistics in nineteenth century Italy. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
69. PORTER, Theodore. **Trust in numbers**: the pursuit of objectivity in science and public life. Princeton: Princeton University Press, 1995.
70. PRÉVOST, Jean-Guy. **A total science**: statistics in liberal and fascist Italy. Montreal: McGill-Queens University Press, 2009.
71. ROSE, Nikolas. **Inventing ourselves**: psychology, power and personhood. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

72. ROSE, Nikolas. **Powers of freedom**: reframing political thought. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
73. ROSE, Nikolas; MILLER, Peter. Political power beyond the state: problematics of government. **British Journal of Sociology**, v. 43, n. 2, p. 172-205, 1992.
74. ROUVROY, Antoinette. Big data : de nouveaux outils à combiner aux savoirs établis et à encadrer par la délibération publique. **Statistique et Société**, v. 2, n. 4, p. 33-41, 2014.
75. ROUVROY, Antoinette. **Des données et des hommes**. Droits et libertés fondamentaux dans um monde de données massives. Strasbourg: Conseil de L'Europe, 2016.
76. SAMUEL, Boris. Statistics and political violence: reflections on the social conflict in 2009 in Guadeloupe. **Partecipazione e Conflitto**, v. 7, n. 2, p. 238-257, 2014.
77. SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 20, n. 4, p. 245-255, 1992.
78. SCHOR, Paul. **Compter et classer**. Histoire des recensements américains. Paris: Éditions de EHESS, 2009.
79. SCHOR, Paul. Statistiques de la population et politique des catégories aux États-Unis au XIXe siècle : théories raciales et questions de population dans le recensement américain. **Annales de démographie historique**, n. 105, p. 5-22, 2003.
80. SENRA, Nelson de C.; CAMARGO, Alexandre de P. R. (orgs.). **Estatísticas nas Américas**: por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
81. SCOTT, David. Colonial governmentality. **Social Text**, n. 43, p. 191-220, 1995.
82. TOOZE, Adam. **Statistics and the German State**: the making of modern economic knowledge, 1900-1945. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

Submetido em: 10 dez. 2020.

Aprovado em: 21 fev. 2021

<http://doi.org/10.1590/15174522-105471>

O “estatativismo” como uso militante da quantificação

Emmanuel Didier* 

Isabelle Bruno** 

Resumo

Este artigo apresenta o estatativismo. Trata-se tanto de um conceito que descreve um conjunto de práticas estatísticas voltadas para a emancipação, como de uma palavra de ordem que convoca atores sociais a utilizarem-se do poder da quantificação em suas lutas, ao invés de rejeitá-lo e entregá-lo às instituições poderosas. Quatro formas de estatativismo são apresentadas: mostrar as contradições internas das instituições, flexibilizar as regras, identificar grupos sociais em luta e propor indicadores alternativos.[◇]

Palavras-chave: estatativismo, sociologia da quantificação, emancipação, instituições, realidade.

Le « stactactivisme » comme usage militant de la quantification[◇]

Résumé

Cet article présente le stactactivisme. Il s’agit à la fois d’un concept décrivant un ensemble de pratiques statistiques qui visent à l’émancipation et d’un mot d’ordre enjoignant les acteurs sociaux à s’emparer de la force de la quantification dans leurs luttes sociales plutôt que de la refuser en la laissant aux institutions puissantes. Quatre types de stactactivisme sont présentés : montrer les contradictions internes des institutions, prendre des libertés avec les règles, identifier des groupes sociaux en lutte, et proposer des indicateurs alternatifs.

Mots clefs : stactactivisme, sociologie de la quantification, émancipation, institutions, réalité.

* Ecole Normale Supérieure-E.H.E.S.S., Paris, France.

** Université de Lille, Lille, France.

◇ Uma versão preliminar deste texto foi publicada como introdução ao livro *Stactactivisme* (Bruno; Didier; Prévieux, 2014).

◆ Tradução para o português de Liana Fernandes.

Parece não haver melhor exemplo, hoje, de uma autoridade capaz de desarmar qualquer crítica do que um número ou uma rede de números. A quantificação frequentemente tem um papel de destaque na produção da “autoridade dos fatos”, que tem estado no centro das dificuldades encontradas pela Escola de Frankfurt em seu esforço para construir uma teoria da emancipação (Genel, 2013; Bruno, 2015).

Acreditamos que, para um pensamento crítico, uma das formas de enfrentar a autoridade dos fatos encontra-se, então, na distinção, proposta por Luc Boltanski em *De la Critique*, entre, por um lado, “a realidade” que “tende a confundir-se com o que parece ser sustentado de alguma forma somente por sua força, isto é, pela ordem”, e por outro, “o mundo” como “tudo o que acontece”, o conjunto dos “acontecimentos ou experiências cuja possibilidade não se inseriu no desenho da realidade” (Boltanski, 2009, p. 93-94). A primeira se organiza a partir de “formatos, determinados sob a coação de um poder institucional”, que tendem a “abordar o mundo em sua totalidade” (Boltanski, 2009, p. 140). O segundo, “imerso no *fluxo da vida*”, consiste em experiências difíceis de “expressar em palavras” (Boltanski, 2009, p. 94). Essa oposição nos parece muito útil para compreender os efeitos de dominação e, também, a força crítica atribuídos às estatísticas.

Apesar das imprecisões que o termo suscita, pode-se concordar em chamar de neoliberal o estado atual da realidade. Esta, em grande medida, é moldada e consolidada pelas estatísticas, o que, em si, não deveria surpreender. Como se pode ver pela etimologia da palavra, a estatística esteve ligada, desde sua origem, ao poder, em particular ao poder do Estado (Bourdieu, 2012), contudo, nenhum dos dois permaneceu imutável. A instrumentalização efetiva do estado neoliberal é única (Desrosières, 2008). Seu núcleo duro consiste numa avaliação quantitativa e comparativa permanente da atividade dos agentes, colocados assim em concorrência por meio de uma tecnologia que se pode chamar de *benchmarking* (Bruno; Didier, 2013). A avaliação, hoje, é tão sistemática que tende a se confundir com a própria ação. Ora, “uma vez que os procedimentos de quantificação

são codificados e rotinizados, seus produtos são reificados. Eles tendem a tornar-se ‘a realidade’, através de um efeito catraca irreversível” (Desrosières, 2008, p. 12). Somos então obrigados a atingir metas quantificadas e a intensificar indefinidamente nosso desempenho conforme os valores definidos pelo indicador. A prática remete a uma linha base de reprodução ótima do mesmo, a despeito de variações, experimentos, acidentes e imprevistos. A inserção de atores em redes de quantificação cada vez mais fechadas parece, portanto, ser um dos principais instrumentos de estreitamento das possibilidades práticas que lhes são oferecidas.

Com o desenvolvimento do *benchmarking*, a estatística tornou-se alvo de muitas críticas e, por fim, de rejeição por princípio. Os primeiros a perder com esses novos métodos de avaliação neoliberais, entre os quais podemos citar os profissionais da saúde, serviço social, educação, justiça, informação e cultura, que se reuniram no movimento Appel des appels¹ (Gori et al., 2009), sentiram imediatamente os efeitos nocivos das técnicas de gerência pela performance, que consistem em quantificar e comparar os resultados obtidos no exercício de suas profissões. Esses profissionais denunciaram tais técnicas em virtude da impenetrabilidade pela quantificação daquilo que o sociólogo Florent Champy chama de “práticas prudenciais”, ou seja, a atenção a casos particulares, a situações complexas e específicas (Champy, 2009). Contudo, outros autores generalizaram essa denúncia para qualquer quantificação, seja ela qual for, valendo-se especialmente de argumentos provenientes de diferentes correntes da psicanálise lacaniana (ECF, 2008; Milner, 2011) ou do paradigma da dádiva (Caillé, 2012). Isso se deu de tal forma que estatísticas que têm uma relação muito distante com o *benchmarking* e que, até então, gozavam de uma imagem bastante progressista, viram-se alvos da crítica.

¹ N. T.: O *Appel des appels* é um movimento criado em 2008 pelo psicanalista Roland Gori e apoiado pela sociedade civil que visa a união de profissionais de diferentes setores do serviço público em oposição à realização de reformas e à avaliação da ação pública a partir principalmente de critérios econômicos. Mais informações em <http://www.appeldesappels.org/>.

No entanto, se hoje as estatísticas são prontamente criticadas por sua convivência com o poder e a sanção, a história de seus vínculos com a reforma social e a emancipação é igualmente longa e rica. As estatísticas também mostraram, no passado, que outra realidade era possível ou tornaram reais outras possibilidades. É por isso que não reagimos como aqueles que as rejeitam totalmente e gritam “Não à quantofrenia! Não aos números! Sim às qualidades!”, porque, ao fazê-lo, deixam o monopólio desses instrumentos para os poderosos. Ora, não há razão para que a quantificação esteja sempre do lado do Estado e do capital. É importante sair dessa visão centrada no Estado, que é particularmente dominante na França (Didier, 2021), e destacar outros modos de produção e outros usos dos números. Para explorar o campo dessas práticas militantes, usando a estatística como recurso de resistência, cunhamos um termo para dar nome à coisa: “estatativismo”.

Este neologismo deve, assim, ser entendido tanto como um *slogan* a ser brandido nas lutas quanto como um conceito descritivo, utilizado para qualificar experimentos voltados à reapropriação do poder emancipatório da estatística. Desde 2012,² sucessivos trabalhos realizados por grupos de pesquisadores, assim como por ativistas, e artistas, possibilitaram, por um lado, mapear um conjunto de práticas relacionadas a essa aspiração e, por outro, explicitar as tensões e questões em que esse uso da quantificação nos mergulhou. Esses esforços resultaram em muitas publicações que alimentaram e exemplificaram o conceito de estatativismo. Primeiramente, um livro possibilitou sua ampla difusão na França (Bruno; Didier; Prévieux, 2014). Depois, uma edição especial em inglês da revista italiana *Partecipazione e conflitto* tornou-o mais amplamente acessível (Bruno; Didier; Vitale, 2014). Pôde-se, então, mostrar a importância do estatativismo na luta contra o abuso de poder por parte da polícia na França (Didier, 2018) ou, ainda,

² No dia 15 de maio de 2012, foi organizada em Paris uma conferência sobre o “estatativismo” que deu origem à obra *Statactivisme : comment lutter avec des nombres* (Bruno; Didier; Prévieux, 2014).

no Brasil, como mostra o número especial da revista *Statistique et société* (v. 7, n. 1, 2019), que teve como foco a quantificação ativista no país.

Por fim, o conceito foi utilizado em inúmeras ocasiões para analisar a pandemia da COVID-19, que também é, sem dúvida, uma pandemia de números. Por exemplo, os indicadores utilizados pelos poderes públicos, como o número de infecções ou de óbitos, puderam ser questionados, pois focariam a atenção nos problemas médicos, desviando-a das consequências socioeconômicas das políticas implementadas, as quais, por sua vez, seriam pouco representadas estatisticamente (Didier, 2020). Por outro lado, as tensões éticas associadas aos modelos epidemiológicos quantitativos foram apontadas num artigo publicado na *Nature* que convida, sob a bandeira do estatativismo, estatísticos e modeladores a atuar de forma mais “transparente e despretensiosa”, a divulgar informações como as limitações de seus dados, e também a admitir que o trabalho científico não está à parte do mundo social, de suas contingências e incertezas, de seus conflitos e relações de poder (Saltelli *et al.* 2020).

O estatativismo tem um significado mais amplo e outro restrito. Em primeiro lugar, designa todas as práticas estatísticas que servem para criticar e se emancipar de uma autoridade, seja ela qual for. Essas práticas estatísticas já existem há muito tempo – voltaremos a elas. Já num segundo sentido, mais restrito, algumas dessas práticas são mais especificamente adaptadas ao tipo de poder exercido no âmbito da governamentalidade neoliberal; elas visam emancipar-se dos métodos de governo próprios desse modelo. Dito de outra maneira, lembremo-nos do argumento de Desrosières (2003), segundo o qual podemos listar cinco formas diferentes de Estado, todas as quais se utilizam da ferramenta estatística para agir, mas cada uma de acordo com uma modalidade específica. Por exemplo, o Estado keynesiano recorre à contabilidade nacional, pois ela lhe permite controlar os fluxos úteis para a política de estímulo ao consumo, enquanto o Estado neoliberal prefere mobilizar indicadores de desempenho e metas quantificadas para avaliar a eficiência de seus serviços. Há uma correspondência entre a forma de ação

pública e a ferramenta estatística (Desrosières, 2003). Mas essa adequação também se aplica às ferramentas de crítica, inclusive quando estas são quantitativas. Cada forma de autoridade tem sua própria forma de oposição. Nesse contexto, o estatativismo assume um significado particular quando designa os métodos especificamente vinculados ao governo neoliberal.

Para fazer frente a essa governamentalidade que se infiltra num grande número de mundos normalmente compartimentados, o estatativismo permite ir além das fronteiras estabelecidas. O colóquio de maio de 2012 reuniu pesquisadores especializados no estudo da estatística, ativistas acostumados a utilizar números para avançar suas causas e, por fim, artistas plásticos cuja inspiração está na quantificação e nas técnicas contemporâneas de gestão por números. Mostramos, assim, que a crítica acadêmica, a crítica social e a crítica artística convergem.

Se o estatativismo consiste em colocar a estatística a serviço da emancipação, podemos distinguir quatro maneiras diferentes de proceder. A primeira indica caminhos para o estudo do estatativismo em sentido amplo; ela permite, por meio de uma revisão histórica, questionar o grau de radicalidade da crítica estatística. Em seguida, analisaremos práticas mais contemporâneas do estatativismo; elas podem ser mais ou menos específicas ao governo neoliberal, pois as formas de autoridade do passado sobrevivem ao surgimento de novas, e o mesmo acontece com as formas críticas. A segunda parte mostra como se dribla – individual e, muitas vezes, secretamente – as regras de prestação de contas de forma a se apropriar dos resultados do exercício. A terceira mobiliza as estatísticas para consolidar categorias coletivas que forneçam bases para reivindicar direitos e defender interesses. Por fim, a quarta produz indicadores alternativos para redefinir o sentido de nossas ações.

Crítica radical ou reformista, exemplos retirados do passado

A história da ligação entre estatística e emancipação social é antiga. Voltemos ao passado para melhor acompanhar a trajetória das inovações estatísticas nesse sentido e, assim, melhor compreender como, ao longo do tempo, elas foram aceitas pelo público.

Um exemplo interessante é oferecido pelo livro *Les Héritiers* (1964),³ de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, no qual os autores mostraram que, na França, a escola não atenuava as desigualdades culturais entre as crianças; pelo contrário, as agravava ao reconhecer e validar o capital cultural daquelas que o recebiam de suas famílias. Isso se demonstrou por meio do cruzamento de variáveis, em particular a Classificação de Ocupação⁴ do pai com diferentes medidas de vida estudantil e sucesso escolar, a fim de mostrar que são os filhos de pais pertencentes a categorias sociais que já têm um capital cultural significativo que conseguem ingressar nas carreiras acadêmicas mais prestigiosas. Dessa forma, essa obra demonstrou o que todos, em certa medida, já sabiam por experiência própria. Mas ela totalizou uma série de experiências individuais as quais objetivou estatisticamente, dando assim, a cada um, uma base para entender como essa experiência era fruto, menos de sua virtude acadêmica pessoal, e mais de um sistema de dominação imposto a todos. Daí um efeito de remoção da culpa.

É interessante destacar aqui que as classificações utilizadas e cruzadas eram oficiais, quer dizer, baseavam-se numa realidade consolidada por instituições estatais. Vindo do próprio “sistema”, elas mostram suas contradições internas. O serviço público de educação nacional pretende remediar as injustiças, apelando à ética do dom dos professores, que supostamente oferecem seu conhecimento pelo interesse geral, mas, de fato, apenas restitui e perpetua a injustiça.

³ N.T.: Publicado em português como *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

⁴ N.T.: No francês, “Professions et catégories socioprofessionnelles”.

Pode-se, assim, concluir, conforme Luc Boltanski, que a crítica estatística não nos permite captar o que este autor chama de críticas *existenciais*. Essas críticas radicais, que geralmente são provenientes de artistas, consistem em extrair do mundo elementos importantes, ainda que estes não tenham sido institucionalizados de uma forma ou de outra (Boltanski, 2014). *Les Héritiers* não tinha a intenção de incitar questionamentos sobre a própria existência da escola. Em consonância com a dicotomia de inspiração marxista entre reformismo e radicalismo revolucionário que ocorria na época, o livro propunha, sobretudo, uma crítica *reformista* construída a partir de categorias da realidade institucional. A obra criticava a instituição a partir disso. De toda forma, a publicação desse livro foi um grande sucesso. Segundo Boltanski, a obra teria até mesmo “desempenhado um papel significativo na mudança de espírito coletivo que precedeu maio de 1968”.

A longa polêmica sobre o índice de preços na França é outro exemplo histórico do alcance crítico das estatísticas (Desrosières, 2014; Touchelay, 2014). Historiadores mostram a trajetória dos índices alternativos de preços do início da década de 1970 até os anos 1990. Nesse período, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) divulgou os resultados de um índice de elaboração própria, diferente do apresentado pelo Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE). O argumento da CGT era de que o índice do INSEE se baseava em premissas muito alinhadas ao modo de consumo das classes médias, muito diferente daquele das classes trabalhadoras.

Inicialmente, o índice da CGT teve grande sucesso e foi utilizado – juntamente com o do INSEE – em negociações salariais. Mesmo a mídia, por vezes, levava em consideração suas variações (Piriou, 1992). No entanto, a partir do final da década de 1980, ele começou a cair em desuso, até que a CGT decidiu interromper completamente sua elaboração durante os anos 1990. Como esse índice pôde ser aceito num primeiro momento, até perder gradualmente o apelo e, finalmente, desaparecer por completo? Desrosières (2014) oferece uma explicação sociológica: ele considera que

os argumentos estatísticos atendem a condições de recepção que lhes são mais ou menos favoráveis e que podem mudar com o tempo.

De qualquer forma, o fato é que os desenvolvedores desses índices concordavam quanto ao aparato metodológico que permitia calculá-los e aos seus usos institucionais. Ainda que tenha modificado os produtos considerados na “cesta” do consumidor, a CGT apropriou-se da arquitetura dos conceitos econômicos que tornam tal índice relevante. Nesse sentido, a crítica foi novamente reformista, não radical.

No ano em que a CGT lançou seu índice, o artista alemão Hans Haacke montou uma exposição na galeria nova-iorquina John Weber com objetivos semelhantes, pode-se dizer, aos do já citado livro *Os herdeiros*.⁵ No dia da inauguração, o público encontrou apenas uma mesa, sobre a qual havia questionários com cerca de vinte questões sobre características sociodemográficas e opiniões sobre eventos correntes. Poucos dias depois, Haacke acrescentou à instalação os resultados de sua pesquisa na forma de quadros representando gráficos e histogramas. Esses mostraram que a grande maioria dos visitantes tinha ligações profissionais com o mundo da arte, pertencia a uma classe média educada, com recursos financeiros limitados e que, predominantemente, se declarava “liberal”, no sentido americano do termo. Haacke gerou assim um contraste com outra exposição que estava fazendo em Nova York na mesma época, onde exibiu, sem comentários, as muitas e opulentas afiliações dos curadores do Museu Guggenheim aos conselhos administrativos de grandes corporações capitalistas. Assim, dentro dos marcos institucionais do mundo da arte – prestigiosas galerias de Nova York e um museu – e por meio de categorias muito consolidadas, Haacke expôs a divisão político-social que separava radicalmente o público da arte contemporânea e a elite que a patrocina. A crítica estatística foi mais uma vez bastante reformista, na medida em que se apoiou nas instituições que pretendia abalar.

⁵ Haacke também publicou posteriormente um livro de diálogos com Pierre Bourdieu (Bourdieu; Haacke, 1994).

Essas três experiências, muito em consonância com o espírito dos anos 1970, têm autores que, mesmo não sendo todos especialistas em estatística, nem de longe estavam em desvantagem em relação a esses. Bourdieu fazia parte da longa tradição sociológica de utilizar a estatística, que se pode remontar ao *Suicídio* de Durkheim. Além disso, tinha vínculos pessoais com estatísticos do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE) desde a década de 1950 e chegou a lecionar na Escola Nacional de Estatística e Administração Econômica (ENSAE) – que forma os administradores do Instituto – no mesmo ano do lançamento de *Les héritiers*. Da mesma forma, a CGT deu continuidade a uma longa tradição de produção de estatísticas sociais que remonta, através dos sindicatos, ao final do século XIX (Topalov, 1994). Quanto a Hans Haacke, se ele aparentemente produziu seus questionários sozinho, também foi, de alguma forma, auxiliado sociologicamente por Howard Becker. Os representantes dessa geração de estatativistas, portanto, usaram os ricos recursos intelectuais e institucionais aos quais tinham acesso para produzir estatísticas.

Com base em elementos da realidade estabelecidos e institucionalizados – classificações, séries de produtos, rede de distribuição e de divulgação de um meio etc. –, essas estatísticas não questionam radicalmente essa realidade que, ao mesmo tempo, denunciam; em vez disso, tornam possível influenciá-la, reformá-la. Bourdieu e Passeron não questionaram a existência da escola, mas tornaram possível uma reforma; a CGT construiu uma ferramenta que lhe permitiu exercer mais influência, mas dentro do quadro estabelecido de negociações salariais; por fim, Haacke ajudou a fundar um novo movimento chamado “Crítica institucional”, que ganhou espaço no meio artístico existente. O acesso a recursos estatísticos institucionais teve, portanto, o efeito conjunto de possibilitar a reforma e estabilizar o quadro em que essas reformas encontraram seu lugar. Estatativismo era, para usar o título do catálogo de Haacke, *Framing and being framed* (1975), quer dizer, aceitar colocar-se em um arcabouço pré-estabelecido, o que em si

não é radical, mas, ao mesmo tempo, encontrar nele margens de liberdade suficientes para modificá-lo, sendo, portanto, reformador.

Vamos agora pular os quarenta anos que nos separam desses tempos heroicos e explorar a atual descendência desse uso da estatística.

Operações: burlar a regra

A escala de aplicação das estatísticas institucionais mudou muito desde os anos 1970. Antes, elas se aplicavam a grandes instituições, grandes agregados – por exemplo, o sistema escolar, negociações salariais por ramo, o mundo da arte –, e o estatativismo desenvolvia-se nessa escala. Hoje, nas instituições, elas também são usadas para avaliar agentes individuais. Em muitos setores, e cada vez com mais frequência, cada pessoa deve manter um relatório quantificado de suas próprias atividades, o qual é usado regularmente para sua autoavaliação em comparação com outras pessoas ou equipes em relação a objetivos quantificados pré-estabelecidos.

Desse modo, uma prática estatativista, hoje muito difundida, ainda que bastante discretamente, para atores situados na base da hierarquia, consiste em deixar espaço de manobra no âmbito dos relatórios estatísticos que lhes são impostos. Essa forma de resistir à avaliação consiste em comportar-se exatamente como os dirigentes, quer dizer, a não confiar realmente na letra da regra, a fim de adaptá-la num sentido que convenha mais ao que ela se aplica. Mas a principal diferença entre o topo e a base da hierarquia é que, na base, esses reajustes são mantidos em segredo, ou, mais precisamente, são realizados discretamente, porque são considerados ilegítimos, enquanto no topo podem ser proclamados como sendo nada mais do que adaptações salutares da regra, demonstrações de complacência e de flexibilidade (Boltanski, 2009). A emancipação estatativista, neste caso, consiste, para os dominados, por um lado, em uma interpretação livre da regra e, por outro, em tornar pública e legítima uma prática corrente, mas mantida encoberta.

Para ilustrar esse ponto, escolhemos o caso da polícia, que é interessante porque sua função é justamente fazer cumprir as regras da vida social. A polícia foi, durante os anos 2000, submetida ao que seus detratores chamam pejorativamente de “política dos números” e seus bajuladores de “cultura do resultado”. Costuma-se situar o nascimento desse sistema na cidade de Nova York, durante o primeiro mandato do prefeito republicano Rudy Giuliani, entre 1994 e 2001. Seu chefe de polícia, William Bratton, instalou, na época, um sistema de gestão policial denominado *Compstat* (que, para uns, significa “*computer statistics*” [estatística computacional] e, para outros, “*comparative statistics*” [estatística comparada]), que se baseia fundamentalmente na quantificação da atividade dos agentes. Os delegados de cada distrito eram responsáveis por quantificar as suas atividades, de forma a apresentarem relatórios muito regulares à mais alta hierarquia policial, o que lhes permitiria provar que tomaram iniciativas e foram particularmente “proativos”. Assim que esse instrumento foi implementado, o número de crimes registrados caiu drasticamente. Alguns contestaram a relação de causa e efeito entre as duas coisas, dizendo que havia apenas concomitância, mas outros – como o respeitado sociólogo policial Eli Silverman, que publicou um estudo aprofundado sobre o *Compstat* (Silverman, 1999) – falavam de um “milagre de Nova York”. De qualquer forma, muitas forças policiais imitaram esse sistema, nos Estados Unidos e no mundo, em particular na América Latina – Cidade do México, Caracas na Venezuela, Santiago do Chile etc. (Mitchel; Beckett, 2008). Esse foi particularmente o caso de Baltimore, cujo sistema *Citystat* aparece na famosa série de televisão *The Wire*.

Há alguns anos, porém, observa-se uma virada espetacular nas opiniões relacionadas ao *Compstat*. Até mesmo Silverman questiona seus efeitos recentes sobre os agentes de forma muito vigorosa. O sistema não os incentivaria mais a combater melhor o crime, mas, ao contrário, os estaria estimulando a burlar suas próprias regras. Para mostrar o desvio sistêmico do *Compstat*, Silverman e um ex-policial, John Eterno, desenvolveram e conduziram uma pesquisa estatística (Eterno; Silverman, 2012). O sindicato

dos policiais aposentados deu-lhes acesso aos arquivos de seus integrantes. A estes últimos, entregaram um questionário anônimo perguntando se sentiam que tinham transformado os números ou o próprio comportamento sob a influência dos números, de uma forma antiética, e se poderiam atribuir esses comportamentos à instauração do *Compstat*. Entre os entrevistados, mais da metade respondeu que, desde o *Compstat*, seus comportamentos realmente afastaram-se muito da norma, e ainda um quarto respondeu que se afastou bastante.

Esta pesquisa tem a virtude de mostrar – estatisticamente, o que é mais importante – que os agentes se reapropriaram das regras do *Compstat* da forma que lhes convinha, mas sem expressamente violar as regras. Contudo, ao fazer a pergunta em termos de transgressão da ética, há a inconveniência de emitir um julgamento moral negativo sobre uma atividade que, vista de outra forma, nada mais é do que uma defesa (Didier, 2018).

Julien Prévieux, artista plástico, impulsiona ao paroxismo essa liberdade gerada pela lacuna entre a regra e a sua aplicação ao fazer desta ocasião uma atividade artística. Tendo entrado em contato com jovens policiais da Brigada Anticrime de Paris por meio de uma rede amigável, propôs a eles a participação em uma oficina de desenho estatístico baseado em dados criminais observados em seus distritos. Os funcionários usaram as queixas recebidas em suas delegacias de uma série de infrações (furto, roubo etc.). Prévieux, então, explicou a eles como transformar esses dados em um diagrama de Voronoï, uma representação gráfica próxima às curvas isobáricas meteorológicas, que mostra o volume dos crimes através de uma maior densidade de traços. Os policiais exerceram o seu senso estético criando desenhos esplêndidos, nos fins de semana, nas horas de lazer (e, talvez, até no horário de trabalho, mas isso ninguém pode atestar). Os resultados foram apresentados em diversas ocasiões em locais de exibição de renome, o que, sem dúvida, atesta o caráter artístico dessas produções. Alguns foram vendidos a colecionadores e dois desenhos foram adquiridos por um museu francês de arte contemporânea. As margens de manobra

persistentes na aplicação da norma policial adquiriram assim um valor artístico. Note-se, também, que esta atividade não é mais desinteressada do que aquela que lhes permitia apresentar bons resultados ao chefe e, assim, impulsionar suas carreiras e gerar bônus, uma vez que foi acordado entre o artista credenciado e os policiais que eles partilhariam igualmente o produto de potenciais vendas.

Detenhamo-nos também sobre um caso de artimanha com números no que diz respeito a negociações bipartidárias. Em 2009, Guadalupe, departamento francês localizado no Caribe, foi palco de um movimento popular muito importante de luta contra o aumento de preços. O LKP, grupo que deu origem ao movimento, não acreditava no índice de preços produzido pela administração pública e organizou um inquérito junto aos comerciantes para estabelecer o seu próprio índice. Eles se apresentam à mesa de negociações com esses dados, o que lhes permitiu obter vantagem sobre o governo assessorado pelo sindicato patronal. Mas, subitamente, ainda durante as discussões, o secretário de Estado Yves Jégo, que estava encarregado, foi afastado do processo, possivelmente por ser considerado demasiadamente aberto aos ativistas. Tratou-se, por parte do governo, de uma tentativa de transformar o marco das negociações, em cujo centro estavam as estatísticas, que lhe pareciam mal encaminhadas. O LKP reagiu, mudando o quadro por sua vez: atearam-se fogueiras nos principais cruzamentos de estradas da ilha, atos violentos foram praticados contra estabelecimentos de comércio, logo a violência popular veio a fortalecer os negociadores, e os números, locais. O estado não teve escolha senão conceder-lhes quase tudo o que eles pediam. Vê-se, aqui, que a finta pode ocorrer não de forma discreta, mas muito abertamente, em negociações relacionadas aos números, bem como em qualquer relação diplomática. Observa-se, também, que os números não são necessariamente uma alternativa à violência, contrariamente ao que um raciocínio weberiano sobre a racionalização do mundo sugere, mas, ao invés, podem tanto apoiar quanto ser apoiados por ela (Samuel, 2014).

Esses casos sociológicos, artísticos e militantes ilustram um estatativismo de duas etapas. No primeiro nível, diz respeito a todos os agentes de uma administração e requer apenas recursos mínimos para ser colocado em prática; em particular, não requer *know-how* estatístico, uma vez que essa disciplina não é ensinada a policiais. Consiste na apropriação das regras de produção dos dados que servem para a autoavaliação a fim de, mais ou menos discretamente, mais ou menos abertamente, adaptá-los aos próprios interesses – que podem ir da pura fraqueza e bajulação às expectativas do chefe à mais orgulhosa independência na produção de obras de arte. A atividade estatística exige a codificação, sem a qual não haveria dados quantificados, mas a codificação, que, na maioria das vezes, é deixada nas mãos dos agentes mais dominados na hierarquia, deixa a esses, necessariamente, uma margem de manobra. Ela sempre lhes abre possibilidades (Thévenot, 1983). Na medida em que, como hoje, o codificador é a própria pessoa que será avaliada pelos dados que codifica, ela usa essa possibilidade a seu favor. Ela se emancipa.

Num segundo nível, o estatativismo consiste em agregar todas essas práticas locais e mostrar que, por mais silenciosas que sejam, são tão comuns que se pode acusar toda a instituição de não perseguir realmente os objetivos que afirma. O estatativista deve, então, resolver o paradoxo de estar tanto dentro quanto fora da instituição. De fato, é impossível obter uma trilha das operações discretas dos codificadores sem estar com eles dentro da instituição e, ao mesmo tempo, deve-se ter acesso a uma tribuna pública para relatar num nível agregado o que se testemunhou. Essa é a razão pela qual os estatativistas tendem a trabalhar em pares ou em grupos, sendo o caso típico um policial associado a um sociólogo.

O efeito emancipatório desse estatativismo de segundo nível é duplo. Por um lado, procura evidenciar a possibilidade de uma realidade agregada diferente da que a instituição estabelece. Por exemplo, ele proclama: “não, ao contrário do que diz o Estado, mostramos que a criminalidade não está em declínio contínuo, porque esse declínio é mais bem explicado pelas

manipulações de codificação feitas pela polícia”. Em seguida, designa a possibilidade de uma realidade diferente da oficial. Ao mesmo tempo, denuncia, por outro lado, a capacidade da instituição de falsificar a realidade. Aqui, a declaração é: “o Estado tem meios para mentir para nós”. Não é, então, sobre a realidade que pesa a dúvida, mas sobre a ação do Estado, que pode afirmar fazer uma coisa (lutar contra o crime) enquanto faz outra (manipular a opinião pública). Os estatativistas, então, denunciam as possibilidades de ação do Estado. Este último, é claro, não se deixa levar e, como pudemos mostrar em outro momento, ao retomar a estrutura dos lances de esgrima, a série de ataques e contra-ataques entre o Estado e os estatativistas está longe de terminar (Didier, 2011b).

O estatativismo, portanto, cobre uma variedade de práticas que vão desde o nível mais absolutamente individual ao mais coletivo. Consiste, por um lado, em libertar-se das regras que a autoridade impõe e, por outro, em revelar as mentiras que essa profere. Mas, nessa fase, o coletivo que ele constrói ainda não é um sujeito político, dotado de interesses e vontades próprias. Demonstraremos agora como essa subjetivação é estatisticamente possível.

Sujeitos: defender novas categorias

As recentes transformações na sociedade fizeram surgir novas categorias sociais. Como foi mostrado no caso dos executivos (Boltanski, 1982), para ganhar reconhecimento, os grupos sociais têm interesse em institucionalizar-se estatisticamente. A invenção de novas categorias sociais – e sua crítica – já é, e deveria ser ainda mais, um importante campo do estatativismo. Diz respeito, por exemplo, ao caso de intelectuais em condições de trabalho precário, que detalharemos aqui; mas muitos outros exemplos vêm à mente, em particular as lutas de minorias étnicas, que merecem longas discussões.

Entre os mundos sociais mais fortemente afetados pelo desenvolvimento da governamentalidade neoliberal está o dos artistas e das profissões

intelectuais. A invasão dessas profissões profissionais pelos instrumentos quantificadores do comando gerencial provoca novas experiências, das quais se pode evidenciar um caráter ambivalente, estranho, grotesco ou, inversamente, inovador e estimulante. Além disso, a invocação de experiências sociais que não se enquadram mais nos formatos disponíveis alimenta uma crítica às classificações oficiais. Acontece até mesmo de essas experiências estarem inseridas em um trabalho político e cognitivo voltado à construção de uma nova categoria social capaz de fazer demandas.

Os esforços para agrupar trabalhadores das artes e intelectuais em novas categorias sociais foram estudados por Cyprien Tasset (2014). Este pesquisador descreve duas tentativas nesse sentido, uma operada pela base e outra pelo topo. A estratégia da base é ilustrada no livro *Les intellos précaires* (2001), de Anne e Marine Rambach. Para essas autoras, “intelectuais precarizados” reúnem pessoas vulneráveis ao sistema econômico vigente, como pesquisadores sem *status*, artistas que sofrem para serem remunerados por suas atividades, jornalistas autônomos etc. Frequentemente, são pessoas formadas, nem sempre jovens, mas que não conseguem encontrar um emprego estável e, portanto, cujos estilos de vida não correspondem – longe disso –, ao que o seu nível de estudos lhes parecia prometer. O argumento de Rambach e Rambach é que essa situação transcende as habilidades e características individuais, e é atribuível a um modo de organização social que desvaloriza o trabalho intelectual e busca até mesmo torná-lo submisso. Dessa forma, elas estimulam os “intelectuais precarizados” a se unirem e a se contarem, tarefa a que se comprometem relacionando os resultados estatísticos que puderam obter durante sua investigação.

Em contraste com essa estratégia de baixo para cima, outros preferem partir do sentido contrário. Richard Florida (2002) por exemplo – embora não seja o único –, observa o surgimento de uma “classe criativa”. Este grupo, embora muito maior do que o dos “intelectuais precarizados”, assemelha-se a ele, exceto pelo fato de que as características negativamente conotadas por Rambach e Rambach são aqui valorizadas. Não precarizados, mas sempre

dispostos a exercer sua liberdade no mercado de trabalho, os integrantes da classe estudada por Florida estariam em busca de oportunidades criativas. Eles não são passíveis de tornarem-se desnecessários, mas, ao contrário, são as pontas de lança do capitalismo cognitivo emergente.

Diante dessas tentativas de agregação de um sujeito coletivo, a artista brasileira Sonia Andrade oferece uma reconstituição de sua própria pessoa e, conseqüentemente, de cada um de nós. Ela apresentou, em 2019, na exposição ... às *contas*, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, uma série de fios estendidos do chão ao teto, nos quais ela pendurou todas as contas que recebeu, classificadas pelas empresas cobradoras: água, eletricidade, gás, seguidas de coleções mais curtas, de televisão, telefone celular, provedor de internet. Caminhando pela exposição, muito mal iluminada, vemos um novo ser, muito estranho, feito apenas de cifras, no caso, monetárias, que é quem “conta” por todas essas empresas das quais somos “assinantes”, às vezes, por muito tempo. Ela constrói, assim, um novo tipo de humano, quantitativo, consumidor e detido pelas cadeias da assinatura.

As lutas por definição entre as novas classes que pretendem incluir os intelectuais precarizados ou os criativos ou a exposição (e, neste caso, a denúncia discreta) de novos seres é uma frente importante de estatativismo envolvendo categorias estatísticas. Elas fazem parte da definição do sujeito que carregará o desejo e a *práxis* da emancipação. O grupo em questão aqui tem, por definição, recursos cognitivos bastante ricos que podem aparentemente compensar qualquer ignorância específica em estatística. Uma vez que os atores reconhecem a vantagem de passar por tais argumentos, eles reúnem os recursos de que precisam (cartas, pesquisa por “bola de neve”, pesquisa documental selvagem), ou não hesitam em recorrer aos especialistas que os fornecem (consultores, sociólogos, estatísticos). Essas associações de competências também fazem parte da constituição do coletivo. Não se trata apenas de incluir muitos casos individuais em uma

única categoria, é também uma questão de alinhar uma série de habilidades diversas a esse conjunto categórico.

A emancipação tem, portanto, duplo sentido: refere-se, em primeiro lugar, à atividade de constituição desse sujeito político coletivo e, em segundo lugar, ao alinhamento de uma série de possibilidades de ação desse sujeito. Difere do caso observado na polícia, em que o estatativismo é da ordem da revelação: ele rompe a realidade institucional que se autoproclama com resultados quantificados, ao mostrar a outra realidade de trapagens generalizadas e truques com números. Aqui, o estatativismo é positivo, busca provar que uma categoria existe de fato, quando não é reconhecida como tendo existência, e busca os meios de ação que permitem sua defesa. É claro que divulgação e afirmação não são mutuamente exclusivas e, em muitos casos, estão interligadas. No entanto, essas duas noções permitem traçar um eixo que vai da negação de uma realidade pré-existente à afirmação de entidades que ainda não existem. Mas, uma vez traçado o eixo, o mais interessante é compreender a complexidade das misturas observadas entre os dois polos extremos do *continuum*. É a isso que se dedica a última parte deste artigo, enfocando os indicadores.

Finalidades: opor indicadores alternativos à instituição

A governamentalidade neoliberal faz grande uso de indicadores. Um indicador é uma medida que transforma um fenômeno complexo em um valor único e simples que varia com o tempo. O índice de preços, por exemplo, deve indicar a variação do custo de produtos ao consumidor – e, portanto, do poder de compra das famílias – e permitir que as variações sejam acompanhadas. O indicador é usado para dar significado, para guiar a ação. Quem quiser ver aumento do poder de compra deve encontrar meios de controlar a evolução dos preços. Pode-se, por exemplo, escolher lutar contra a inflação monetária. Mas, por construção, um indicador retém do real apenas alguns aspectos considerados relevantes: aqui, apenas os produtos que são tidos em conta na “cesta” da família média, e não outros.

Contribui assim para consolidar apenas alguns aspectos da realidade e, por conseguinte, negligenciar outros, que podem, no entanto, ser considerados prioritários segundo pontos de vista diferentes do indicador. Isso pode levar a graves crises políticas associadas a essas medidas. Assim, na Argentina, em 2007, demonstrou-se que o governo havia tentado manipular o índice de preços controlando apenas os preços tidos em conta pelos estatísticos do governo (convocados a divulgá-los) e não outros produtos. Em resposta, um novo índice surgiu, o *“Billion Prices Project”*, desenvolvido por economistas privados do MIT, que “garimpam” os preços oferecidos na internet por um pequeno número de distribuidores e produziram uma agregação diferente, mas evoluindo dia a dia, e em grande parte contradizendo os números oficiais – que ficaram desvalorizados pelo escândalo (Lury; Gross, 2014). Muitas outras experiências estatativistas intervêm neste nível: para que a estatística oficial redistribua as prioridades de ação das instituições, militam para que se leve em conta outros aspectos da realidade e propõem indicadores alternativos.

Entre estes últimos, alguns apontam os efeitos perversos insuspeitados das políticas públicas ou gerenciais. Outros apontam para a importância e relevância de elementos que não são levados em consideração pelas medidas quantitativas oficiais. Alguns permitem contar o que (ainda) não conta, outros, discutir o indiscutível.

Os efeitos perversos podem ser contados de duas maneiras. Por um lado, os fatos obviamente desagradáveis são colocados em série para tornar visível o seu caráter sistemático e repetido. Um caso ainda mais eficaz, que se revela extremamente violento, é o caso do número de suicídios da *France Telecom*, a companhia telefônica francesa, que estava sendo privatizada de forma bastante brutal. Ivan Du Roy (2009) explica como sindicalistas tiveram que contar os suicídios que ocorreram na empresa para revelar a nocividade dos métodos gerenciais que tinham sido implementados.

Um caso ainda mais violento, desta vez ocorrido no Brasil, é a contagem de tiroteios nas favelas da região do Rio de Janeiro (Hirata; Couto; Grillo; Oliveira, 2017). De fato, nas últimas décadas, as trocas

de tiros se multiplicaram no cotidiano dos moradores do Rio de Janeiro, principalmente nas favelas e periferias urbanas. Esses lugares vivem sob o “fogo cruzado” das ações violentas realizadas, de um lado, pelas forças policiais e, de outro, por grupos armados de traficantes e milicianos que controlam esses bairros. Embora as operações *ad hoc* sejam um dos principais motivos do fogo cruzado e das mortes violentas no Rio de Janeiro, não há dados disponíveis sobre essas ações que possam alimentar o debate público sobre segurança pública no Rio de Janeiro. Um projeto de pesquisa colaborativa entre pesquisadores e ativistas da cidade do Rio de Janeiro possibilitou a construção de um banco de dados sobre “operações pontuais”, caracterizadas como incursões de órgãos de segurança (civis e militares) em favelas e bairros populares.⁶ O projeto colaborativo visa, portanto, ampliar a reflexão coletiva sobre o problema da segurança pública no Brasil, construindo dados que qualifiquem a orientação do uso da força pelo Estado.

Quanto aos artistas, o grupo *Superflex* impulsiona as críticas aos indicadores de atividade ao nível do absurdo. O projeto *Visitors Numbers* consiste em sincronizar o mecanismo de contagem de visitantes da entrada de um museu com um grande placar de contagem pendurado no exterior, em destaque, como se esta informação fosse a mais importante de todas, como se a única coisa que importava era o museu ser muito visitado. Trata-se, portanto, com amarga ironia, de destacar o modo neoliberal de gestão dos museus tanto que seu absurdo se torna tangível.

Entre as lutas que tomam os indicadores como armas ou como alvos, a dos sindicalistas da *France Telecom* deve ser tratada separadamente. Esses estatativistas tiveram essa ideia simples e devastadora de contar suicídios, o que certamente não requer habilidades estatísticas muito sofisticadas, mas sim qualidades humanas para encontrar as famílias de pessoas que acabaram com suas vidas, entender seu gesto desesperado e determinar se isso está ou não relacionado às suas condições de trabalho. Em outros casos, como o do projeto Fogo Cruzado, a luta contra os indicadores

⁶ Ver o *site* <https://fogocruzado.org.br/>.

institucionais implica conhecê-los o suficiente para analisá-los, decompô-los e recompô-los ou, como o *Superflex*, copiá-los e publicá-los em outro lugar. Este estatativismo requer certo conhecimento técnico. Sua eficácia depende, então, em grande parte, de saber por que os indicadores institucionais devem ser questionados, para que fim. Mais uma vez, o estatativismo é emancipatório na medida em que dá a possibilidade de fazer existirem certas realidades materiais, usando-as para certos objetivos, certos fins, que ainda estão por determinar.

Se voltarmos agora ao eixo composto pela revelação e pela afirmação, colocaremos a contagem dos suicídios do lado da revelação mais pura, nada afirmando senão o vazio da morte em face à ordem estabelecida, e então o ato artístico que consiste em ridicularizar esse sistema, que não é inteiramente negativo na medida em que oferece um novo lugar onde o sistema é exibido. Em seguida, vem a contagem dos tiroteios, que visa instituir outra medida de violência que leva em conta a produzida pela polícia. Muitos métodos de emancipação ocorrem, portanto, entre a destruição dos objetivos da instituição e a afirmação de fins alternativos.

Outros números para outros possíveis

O estatativismo é uma bandeira que reúne uma ampla variedade de práticas que têm em comum colocar a estatística a serviço da emancipação. Ao examinar as práticas mais contemporâneas, vimos que, em primeiro lugar, consistem em destacar e aproveitar todas as margens de liberdade que as regras de produção de cifras deixam aos agentes que a elas estão sujeitos. A estatística não é um corpo de leis imutáveis; ao contrário, quem a pratica aprende a brincar com ela sem cometer erros ou infrações. Em segundo lugar, o estatativismo consiste em usar vários métodos de quantificação para produzir grupos, sujeitos que surgem de uma aspiração de emancipar-se das condições a que estão sujeitos. A união faz a força, e as estatísticas são um dos primeiros alicerces dessas uniões. Por fim, consiste na redefinição dos objetivos perseguidos pelas instituições através da estatística. Não

há razão para deixar que nos imponham os elementos da realidade que determinam a direção de nossas ações. Nos três casos, trata-se de ter em conta a autoridade dos fatos, mas sem jamais esquecer de que participamos de sua realização, em particular, graças à estatística, que nos permite articulá-la aos elementos do mundo aos quais temos acesso privilegiado. Essas práticas são transversais aos campos da arte, pesquisa e ativismo, todos os quais destacam o valor da estatística como argumento político.

Em particular, ela dissipa um dos mal-entendidos que dividem as potenciais oposições ao autoritarismo por números. Na verdade, embora a tradição romântica – desenvolvida com a industrialização e ainda viva hoje sob novas formas – seja uma fonte poderosa de crítica, ela tende a perceber as estatísticas apenas como uma emanção do “espírito frio e quantificador da era industrial”, corporificado, por exemplo, pela personagem Thomas Gradgrind, em Dickens (Löwy; Sayre, 2010, p. 20). No entanto, a série de experiências estatísticas que reunimos inclui usos de números que conseguem manter contato com os mecanismos da cidade neoliberal, ao mesmo tempo em que se situam no nível da criatividade livre. Longe de estender o deserto existencial do utilitarismo, as invenções de protesto baseadas em números estendem a autonomia dos atores e podem, às vezes, apresentar, além de seu alcance emancipatório, um valor estético.

Acima de tudo, se uma certa forma de ativismo por números tornou-se hoje imprescindível, é, em primeiro lugar, pelo papel central desempenhado pelos instrumentos de quantificação na manutenção das fatalidades contra as quais as lutas pela emancipação se iniciam. Com efeito, a codificação, as categorias, os indicadores, enfim, todas as entidades estatísticas trazem uma contribuição decisiva para a construção de realidades que se sustentam. Denunciada acertadamente como o equipamento básico da “gaiola de ferro” da razão capitalista, a quantificação não deve, entretanto, ser desprezada em favor da exaltação das qualidades, das singularidades e do incomensurável. Tal renúncia seria um erro, porque a estabilidade restritiva das entidades estatísticas não é inabalável. Ao contrário, a atenção dada à instigação de medidas e indicadores revela seu caráter criativo e, muitas vezes, sua

capacidade de eclipsar os mais antigos. Meio de reduzir incertezas ou abrir possibilidades práticas, a estatística também é uma encruzilhada disciplinar (matemática, ciências sociais, contabilidade, administração etc.) onde novos encontros podem ser estimulados.

Para finalizar, insistiremos, como Ted Porter (2013), no humor presente nessas abordagens estatativistas. Poderíamos, *a priori*, pensar que nada está mais longe do riso do que os números e, no entanto, não é o caso. Bakhtin (1982) nos permite entender o porquê. Ele mostra, a partir da obra de François Rabelais, também salpicada de jogos com números, que a estrutura do riso é ambivalente. Por um lado, deprecia a realidade oficial, por meio da ironia, da paródia, da hipérbole. Esta é uma conhecida alavanca humorística, operada em particular pelo *Superflex*. Mas isso não é tudo. Por outro lado, o riso acompanha a alegria da contraproposta, a materialização de uma nova realidade inesperada, a liberdade conquistada com os grilhões da realidade instituída, a transformação produtiva. Bakhtin fala da “força criadora do riso” (Bakhtin, 1982, p. 80). Ele escreve que “o riso rebaixa e materializa” (p. 29), é concomitante à degradação do oficial que era grande, e à materialização e à libertação, a partir do crescimento daquilo que mais condiz com a realidade. Os trabalhos de Le Chevalier, de Prévieux com a polícia do 14^o *arrondissement*, ilustraram isso maravilhosamente. E também as obras de Pierre Bourdieu, quem dizia: “a sociologia deve ser divertida” e tentava fazer seus leitores sorrirem graças a “um novo uso da estatística” (Gollac, 2004, p. 29). A emancipação também pode assumir a forma de riso coletivo.⁷

A partir daí, “um outro número é possível”: o que uma lógica hegemônica de quantificação estabeleceu, uma prática estatativista informada pode buscar desfazer ou, ao menos, abalar. Esse desvio da palavra de ordem da alter-globalização não é aqui o encantamento de um possível indeterminado,

⁷ Bakhtin insiste que o riso rabelaisiano, o riso produtivo e afirmativo, é popular. É encontrado em carnavais, feiras, nos palcos de teatros públicos. Esse ponto nos permite reconsiderar a crítica que Boltanski (2009) qualifica de existencial e que atribui antes aos artistas que atuam na solidão romântica. A crítica existencial pode, sem dúvida, ser também humorística e coletiva.

mas um apelo à produção de objetos quantificados que reconfigurem o possível em uma direção desejada e, espera-se, favorável à maioria. Claro, o destino de um indicador alternativo ou da enumeração de uma nova categoria social é incerto. Essas iniciativas podem “firmar-se” no espaço público ou passar despercebidas. O certo é que, em comparação com outras produções intelectuais, os debates e disputas relativos aos números na sociedade tendem a assumir um significado prático notável e, por que não, uma volta feliz – até mesmo cômica.

Emmanuel Didier é Diretor de Pesquisa do CNRS, Centre Maurice Halbwachs, Ecole Normale Supérieure-E.H.E.S.S. e Diretor do programa Médecin-Humanité na Ecole Normale Supérieure, Paris, França.

✉ edidier@ens.fr

Isabelle Bruno é professora de ciência política e membro júnior do Institut universitaire de France (IUF), CERAPS (CNRS / Universidade de Lille), Lille, França.

✉ isabelle.bruno@univ-lille.fr

Referências

1. BAKHTIN, Mikhail. **L'œuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance**. Paris: Gallimard, 1982.
2. BOLTANSKI, Luc. **Les cadres** : la formation d'un groupe social. Paris: Éditions de Minuit, 1982.
3. BOLTANSKI, Luc. **De la critique**. Précis de sociologie de l'émancipation. Paris: Gallimard, 2009.
4. BOLTANSKI, Luc. Quelles statistiques pour quelles critiques ? In: BRUNO, Isabelle ; DIDIER, Emmanuel; PRÉVIEUX, Julien (éds.) **Statactivisme** : comment lutter avec des nombres. Paris: Zones, 2014. p. 33-50.
5. BORIS, Samuel. Statistics and political violence: reflections on the social conflict in 2009 in Guadeloupe. **Partecipazione & Conflitto**, v. 7, n. 2, p. 237-257, 2014.
6. BOURDIEU, Pierre. **Sur l'Etat**. Cours au Collège de France (1989-1992). Paris: Seuil, 2012.

7. BOURDIEU, Pierre; HAACKE, Hans. **Libre échange**. Paris: Le Seuil/Les Presses du réel, 1994.
8. BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Les héritiers** : les étudiants et la culture. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.
9. BRUNO, Isabelle. Défaire l'arbitraire des faits. De l'art de gouverner (et de résister) par les “données probantes”. **Revue Française de Socio-Économie**, n. 2, p. 213-227, 2015. <https://doi.org/10.3917/rfse.hs1.0213>
10. BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel. **Benchmarking**. L'État sous pression statistique. Paris: La Découverte, 2013.
11. BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel; PRÉVIEUX, Julien (dirs.). **Statactivisme**. Comment lutter avec des nombres. Paris: Zones, 2014.
12. BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel; VITALE, Tommaso. Statactivism: forms of action between disclosure and affirmation. **Partecipazione & Conflitto**, v. 7, n. 2, p. 198-220, 2014.
13. CAILLÉ, Alain. **De l'idée même de richesse**. Paris: La Découverte, 2012.
14. CHAMPY, Florent. **La Sociologie des professions**. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.
15. DESROSIÈRES, Alain. Managing the Economy. In: ROSS, Dorothy; PORTER, Theodore M. **The Cambridge History of Science**, v. 7: The modern social sciences, 2003. p. 553-564.
16. DESROSIÈRES, Alain. **Pour une sociologie historique de la quantification**. Paris: Presses de l'École des Mines, 2008.
17. DESROSIÈRES, Alain. La statistique, outil de libération ou outil de pouvoir ? In: BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel; PRÉVIEUX, Julien (éds.) **Statactivisme** : comment lutter avec des nombres. Paris: Zones, 2014. p. 51-66.
18. DIDIER, Emmanuel. L'État néolibéral ment-il ? “Chanstique” et statistiques de police. **Terrain**, n. 57, p. 66-81, 2011.
19. DIDIER, Emmanuel. Globalization of quantitative policing: between management and statactivism. **Annual Review of Sociology**, v. 44, n. 1, p. 515-534, 2018.
20. DIDIER, Emmanuel. Politique du nombre de morts. **AOC média**, 16 avril, 2020. <https://aoc.media/opinion/2020/04/15/politique-du-nombre-de-morts/>
21. DIDIER, Emmanuel. Quantitative marbling, New conceptual tools for the socio-history of quantification. **Anton Wilhelm Amo Lectures**, n. 7. Halle: Martin-Luther-Universität Halle-Wittenberg Press, 2021. <https://wcms.itz.uni-halle.de/download.php?down=58212&elem=3346065>
22. DU ROY, Ivan. **Orange stressé**. Paris: La Découverte, 2009.

23. ECF - Ecole de la Cause Freudienne (éd.). **Quelle liberté pour le sujet à l'époque de la folie quantitative**. Paris : Pleins Feux, 2008.
24. ETERNO, John E.; SILVERMAN, Eli B. **The crime numbers game**: management by manipulation. New York: CRC Press, 2012.
25. FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class**. And how it's transforming work, leisure and everyday life. New York: Basic Books, 2002.
26. GENEL, Katia. L'autorité des faits : Horkheimer face à la fermeture des possibles. *Tracés*, v. 24, n. 1, p. 107-119, 2013.
27. GOLLAC, Michel. La rigueur et la rigolade. À propos de l'usage des méthodes quantitatives par Pierre Bourdieu. *Courrier des statistiques*, n. 112, p. 29-36, 2004.
28. GORI, Roland; CASSIN, Barbara; LAVAL, Christian (dir.). **L'Appel des appels pour une insurrection des consciences**. Paris: Mille et une nuits, 2009.
29. HAACKE, Hans; BECKER, Howard S.; BURNHAM, Jack; WALTON, John. **Hans Haacke: framing and being framed; 7 works 1970-75**. Halifax: Press of the Nova Scotia Collage of Art and Design, 1975.
30. HIRATA, Daniel; COUTO, Maria I.; GRILLO, Carolina; OLLIVEIRA, Cecilia. Échanges de tirs. La production de données sur la violence armée dans des opérations de police à Rio de Janeiro. *Statistique et société*, v. 7, n. 1, p. 31-39, 2019.
31. LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Esprits de feu**. Figures du romantisme anti-capitaliste. Paris: Éditions du Sandre, 2010.
32. LURY, Celia; GROSS, Ana. The downs and ups of the consumer price index in Argentina: from national statistics to big data. *Partecipazione & Conflitto*, v. 7, n. 2, p. 258-277, 2014.
33. MILNER, Jean-Claude. **La Politique des choses**. Court traité politique I. Lagrasse: Verdier, 2011.
34. MITCHELL, Katharyne; BECKETT, Katherine. Securing the global city: crime, consulting, risk, and ratings in the production of urban space. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, v. 15, n. 1, p. 75-99, 2008.
35. PORTER, Theodore. Funny numbers. *Culture Unbound: Journal of Current Cultural Research*, n. 4, p. 585-598, 2013.
36. RAMBACH, Anne; RAMBACH, Marine. **Les intellos précaires**. Paris: Fayard, 2001.
37. SALTELLI, Andrea et al. Five ways to ensure that models serve society: a manifesto. *Nature*, n. 582, p. 482-484, 2020.
38. SILVERMAN, Eli B. **NYPD battles crime**. Innovative strategies in policing. Boston: Northwestern University Press, 1999.

39. PIRIOU, Jean Paul. **L'indice des prix**. Paris: La Découverte, 1992.
40. STATISTIQUE ET SOCIETE. Paris. Société Française de Statistique (SFdS), v. 7, n. 1, Juin 2019.
41. TASSET, Cyprien. Les “Intellos précaires” et la classe créative. In: BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel; PRÉVIEUX, Julien (éds.) **Statactivism** : comment lutter avec des nombres. Paris: Zones, 2014. p. 117-132.
42. THEVENOT, Laurent. L'économie du codage social. **Critiques de l'économie politique**, n. 23-24, p. 188-222, 1983.
43. TOPALOV, Christian. **Naissance du chômeur** : 1880-1910. Paris: Albin Michel, 1994.
44. TOUCHELAY, Béatrice. Les ordres de la mesure des prix. Luites politiques, bureaucratiques et sociales autour de l'indice des prix à la consommation (1911-2012). **Politix**, v. 27, n. 105, p.117-138, 2014.

Recebido em: 17 dez. 2020

Aceito em: 15 mar. 2021

A política de um cenário de dados transformado: estatísticas etnorraciais no Brasil em uma perspectiva comparativa regional

Mara Loveman* 

Resumo

As primeiras décadas do século XXI presenciaram uma dramática transformação do cenário de dados para a produção de estatísticas etnorraciais na América Latina. Essa transformação é mais evidente nos censos nacionais da região. Há algumas décadas, quase nenhum país latino-americano incluía questões sobre raça ou etnia em seu censo nacional. Já no censo de 2010, quase todos os países da região coletaram informações sobre identificação étnica ou racial. Este artigo argumenta que a produção de dados populacionais etnorraciais na América Latina é tanto um *produto* da política quanto *produz* a política. Tais dados contribuem para moldar o terreno que parecem meramente descrever, mas nem sempre da maneira prevista ou pretendida. Colocar a experiência brasileira em uma perspectiva comparativa regional revela como essas estatísticas oficiais podem produzir resultados que são simultaneamente produtores e contraprodutores para os objetivos daqueles que lutam, primeiramente, por sua produção. ♦

Palavras-chave: dados demográficos, dados populacionais etnorraciais, afrodescendentes, populações indígenas, América Latina.

* Universidade da Califórnia, Berkeley, CA, Estados Unidos da América.

♦ Traduzido para o português por Carolina Fernandes.

Introdução: uma avalanche de dados populacionais etnorraciais

As primeiras décadas do século XXI presenciaram uma explosão sem precedentes de dados demográficos étnicos e raciais produzidos oficialmente na América Latina. Esta avalanche de estatísticas desagregadas por raça e etnia decorre, em grande parte, da drástica mudança na forma como os estados latino-americanos classificam e contabilizam suas populações nos censos nacionais.¹ Desde os anos 2000, quase todos os países da região modificaram seu censo nacional para coletar novos tipos de dados sobre a identificação etnorracial ou a cor dos indivíduos. Em toda a América Latina, os Estados que há muito se abstinham de coletar essas estatísticas em seus censos nacionais mudaram de rumo, adotando novas questões que reconhecem diferenças étnicas ou raciais dentro de suas populações.

A acolhida regional bastante repentina da coleta desse tipo de dados nos censos, nas primeiras décadas do século 21, está resumida na Tabela 1. As células sombreadas na tabela indicam que um país realizou um censo nacional naquela década. Um círculo branco indica que o censo incluiu uma questão que tornou as populações indígenas estatisticamente visíveis. Um círculo preto indica que o censo incluiu uma questão que tornou as populações negras ou afrodescendentes estatisticamente visíveis.

Nas primeiras décadas do século XXI, os censos nacionais da América Latina tornaram cada vez mais visíveis os indivíduos que se identificam como indígenas ou afrodescendentes. Nos anos 1980, aproximadamente metade dos países latino-americanos já havia identificado populações indígenas no contexto dos recenseamentos nacionais. Em 2010, quase todos o haviam feito ou planejavam fazê-lo na próxima rodada do censo. Com relação às populações afrodescendentes, nos anos 1980, apenas dois países – Brasil e Cuba – incluíram perguntas no censo que as diferenciavam das demais

¹O uso do termo “avalanche” neste contexto refere-se ao ensaio de Ian Hacking (1982), “Biopower and the avalanche of printed numbers”. Embora Hacking analise um contexto e um momento muito diferentes na história das estatísticas demográficas, os ecos dessa prévia avalanche ainda hoje reverberam.

na população. Até 2010, quase todos os países da América Latina ou já incluíam uma pergunta do censo para a contabilização de indivíduos que se identificavam como negros ou afrodescendentes, ou planejavam incluir tal pergunta em seu próximo censo.² Em conjunto, as mudanças nos censos latino-americanos neste período marcaram uma dramática transformação do cenário de dados para a coleta e produção de estatísticas demográficas etnoraciais.

Tabela 1 - Visibilidade dos afrodescendentes e povos indígenas nos Censos da América Latina, 1980-2020

	1980s	1990s	2000s	2010s	2020s
Argentina			● ○	● ○	● ○
Bolívia		○	○	○	NA
Brasil	●	● ○	● ○	● ○	● ○
Chile		○	○	○	NA
Colômbia		● ○	● ○		● ○
Costa Rica			● ○	● ○	● ○
Cuba	●		● ○	● ○	NA
Rep. Dominicana					NA
Equador		○	● ○	● ○	● ○
El Salvador			● ○	● ○	NA
Guatemala	○	○	● ○	● ○	● ○
Honduras	○		● ○	● ○	NA
México	○	○	○	● ○	● ○
Nicaragua		○	● ○	● ○	NA
Panamá	○	○	○	● ○	● ○
Paraguai	○	○	○	● ○	● ○
Peru	○			● ○	● ○
Uruguai				● ○	NA
Venezuela	○	○	○	● ○	NA

● = Visibilidade afrodescendentes

○ = Visibilidade indígena

■ = Censo realizado

Fonte: Loveman (2014, p. 253) atualizado com informações disponíveis para o Censo de 2020 a partir do início de 2021, com agradecimento pela assistência de pesquisa de Byron Villacis.

²A Tabela 1 fornece uma visão geral resumida da mudança na visibilidade estatística das populações indígenas e afrodescendentes, mas também obscurece a variação considerável nas particularidades dos formatos das perguntas do censo e opções de resposta entre os países, que fazem distinções visíveis dentro dessas categorias. A Tabela 1 também omite a consideração de outras linhas de distinção etnoracial contabilizadas em alguns censos nacionais na região (por exemplo, alguns censos permitem respostas para “brancos” ou “asiáticos”, enquanto alguns omitem deliberadamente essas opções de resposta). Para mais informações sobre essas variações e suas justificativas e consequências, consulte Loveman (2014, cap. 7) e Del Popolo (2008).

Este artigo argumenta que a transformação do cenário de dados para a produção e uso de dados populacionais etnorraciais na América Latina é tanto *produto* da política quanto *produtor* da política. A transformação rompe com várias décadas de cegueira oficial para a cor no levantamento censitário em grande parte da região, uma ruptura atribuída, antes de tudo, à luta política. Enquanto isso, uma vez em vigor, o cenário de dados transformado contribui para moldar as realidades etnorraciais que pretende meramente descrever, afetando os contornos do terreno político no qual as estatísticas etnorraciais oficiais são produzidas e implementadas. Colocar a experiência brasileira em perspectiva comparativa regional revela como as estatísticas etnorraciais oficiais podem produzir resultados que são simultaneamente produtores e contraprodutores para os objetivos daqueles que lutam primeiramente por sua produção.

Contexto histórico: censos nacionais e a ideia de progresso como branqueamento demográfico

Para apreciar o quão importante politicamente é a transformação do final do século XX e início do século XXI na produção de dados etnodemográficos nos censos nacionais para a América Latina, é útil recordar a história mais extensa da produção estatística etnodemográfica na região. A recente mudança nos censos nacionais da América Latina para incluir questões sobre raça e etnia marca um afastamento radical da prática dominante na maior parte da região desde meados do século. Entretanto, antes do censo de 1960, a coleta de estatísticas étnicas e raciais nos censos nacionais latino-americanos tem um importante precedente histórico.

Ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, a maioria dos países da América Latina coletou estatísticas etnorraciais em pelo menos um censo nacional, se não mais.³ Tais estatísticas produzidas nessas décadas

³Para uma visão geral da classificação etnorracial nos censos na América Latina nesse período, ver tabelas em Loveman (2014, p. 233 e p. 241).

foram geradas e aplicadas de forma heterogênea. Contudo, alguns temas comuns são evidentes nos relatórios oficiais de censos de toda a região.

Entre esses temas comuns, destacam-se vários relatórios oficiais do censo do século XIX e início do século XX que utilizavam dados demográficos para fundamentar argumentos de que as populações nacionais estavam se tornando gradualmente mais homogêneas e mais brancas. Muitos autores de relatórios do censo observavam declínio nas populações negras e indígenas, seja por mortalidade e fertilidade diferenciais, seja por miscigenação. Eles apontavam essas tendências demográficas, supostamente objetivas, como sinais positivos de progresso nacional.⁴ No contexto da publicação dos relatórios do censo nacional, as estatísticas eram utilizadas para apoiar o nacionalismo – nacionalizando narrativas que enfatizavam a gradual dissolução ou desaparecimento de grupos indígenas ou afrodescendentes racialmente distintos dentro da população. Com variações no tema em contextos distintos, as elites políticas e cientistas latino-americanos apontavam as estatísticas publicadas nos resultados oficiais do censo para elaborar e apoiar histórias de progresso nacional concebidas como progresso demográfico etnorracial.

Estatísticas oficiais eram organizadas em tabelas comparativas capciosas, e apresentadas como evidência irrefutável da tendência “natural” das populações ao branqueamento. Na maioria das vezes, tais tabelas estatísticas eram apresentadas de forma direta e sem muita análise, sugerindo que os números pudessem falar por si mesmos. Em alguns contextos, no entanto, a narrativa associada foi decididamente triunfante. Um exemplo notório de tal triunfalismo racista está na longa introdução ao relatório do censo nacional brasileiro de 1920, escrita por Oliveira Vianna. Discutindo mudanças na composição etnorracial do Brasil de 1872 a 1890, e ignorando a miríade de problemas conhecidos relativos aos dados do censo que ele apontava como evidência, Vianna escreveu: “o delicado e complexo mecanismo

⁴Essas generalizações são desenvolvidas mais extensamente e com muitos exemplos em Loveman (2014, cap. 4-6). Existem também muitos estudos excelentes dessas práticas para países e anos censitários específicos – são muitos para citá-los todos aqui, mas ver, por exemplo, Otero (2006) e Camargo (2010).

de seleção étnica foi explicado nos parágrafos anteriores; entretanto, a demonstração da excelência de seus efeitos é esta tabela estatística”.

Figura 1 - Composição estatística etnorracial brasileira no Censo Nacional de 1920s

ANNOS	Brancos %	Negros %	Índios %	Mestiços %
1872.....	38.1	19.7	3.9	38.3
1890.....	44.0	14.6	9.0	32.4

Fonte: Brasil. Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil, Introdução.

Vianna celebrou (sua leitura de) tendências estatísticas, que apresentou aos leitores como clara evidência do progresso racial da nação. A certa altura, ele se entusiasma: “veja como é rápida a destruição da população negra no extremo sul... Em contraste com a evolução descendente dos dois tipos inferiores, [podemos ver] o magnífico movimento ascendente do tipo ariano”.⁵

A introdução ao censo brasileiro de 1920 se destaca de outros censos nacionais na região neste período pelo tom celebrativo da leitura de estatísticas que pretendiam mostrar o desaparecimento de distintos grupos negros e indígenas. O texto destaca-se também por seu excêntrico e problemático recurso a vertentes, já na época anacrônicas, da “ciência racial”. Mas o argumento principal, no ensaio de Vianna, é aquele que ecoa, em linguagem um tanto mais neutra e com variações específicas do contexto, em muitos censos nacionais desse período. Um tema comum aos relatórios do censo nacional foi a ênfase na mistura gradual e no desaparecimento demográfico de grupos étnicos e raciais específicos, à medida que a população nacional se tornasse “mista” e, idealmente, “mais branca”.

⁵Brasil. Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil, p. 344.

Notavelmente, até os anos 1960, esse tipo de narrativa era apresentado em resultados oficiais de censos quando dados sobre populações indígenas e afrodescendentes eram coletados e, também, muitas vezes, quando não o eram. Assim, a presença ou ausência de questões sobre raça ou etnia, aproximadamente no primeiro século de recenseamento nacional na América Latina não é, em si, um sinal direto ou claro de quando, se, ou quanto os produtores de estatísticas demográficas oficiais estavam focados nas trajetórias demográficas raciais de suas populações. O Brasil é novamente modelo. Após incluir uma questão de raça/cor no censo nacional de 1872 e 1890, a questão foi omitida em 1900 e 1920. No entanto, o relatório oficial do censo de 1920 concentrou-se muito mais atentamente nas tendências demográficas de composição racial da população do que em qualquer uma das décadas anteriores (Loveman, 2009; Camargo, 2010; Piza; Rosenberg, 1999; Nobles, 2000).

No Brasil, assim como no resto da região, os censos nacionais foram um ponto estratégico, e as estatísticas demográficas oficiais constituíram uma linguagem científica legítima para construir e disseminar narrativas de progresso nacional através do “progresso racial”. Estas narrativas estavam baseadas na suposta objetividade e autoridade da ciência demográfica e eram sancionadas com a chancela do Estado (Loveman, 2014; Desrosières, 1998). As ficções científico-demográficas nacionais-raciais complementavam histórias de progresso nacional através do branqueamento sendo contadas através de outros meios. Para além do mundo da produção oficial de dados demográficos, na literatura e na arte, por exemplo, a ideia do progresso nacional como, e através do, progresso racial tornou-se tema dominante. Mais uma vez, essa ampla generalização se sobrepõe a enormes variações nas especificidades dessas narrativas através dos e nos países ao longo do tempo. Ainda assim, como sabemos pela ampla e rica historiografia, narrativas e construções artísticas de mitologias nacionais que celebravam a dissolução ou desaparecimento da diferença etnoracial ou etnocultural

tornaram-se um gênero comum em toda a região, tendo início sobretudo nas últimas décadas do século XIX e no século XX.⁶

A mais conhecida versão brasileira desse gênero cristalizou-se como uma narrativa de branqueamento através da mistura racial, concebida como um processo pacífico através do qual a nação acabaria se tornando um tipo nacional mais homogêneo e mais branco. A noção demográfica central do branqueamento através da mistura é capturada na famosa e frequentemente citada pintura (Figura 2) *A Redenção de Cam*, de Modesto Brocos (1895), que retrata a mistura racial como um processo intergeracional pelo qual a nação brasileira se formou, e também como um processo através do qual a população foi e seria, contínua e milagrosamente, branqueada. É claro que houve vozes dissidentes, tanto científicas quanto artísticas.⁷ Mas a narrativa nacional do Brasil como uma nação racialmente mista e gradualmente branqueada, selecionada a partir de meados do século XIX, tornou-se uma âncora para variações posteriores sobre o tema. No período que antecedeu o censo de 1920, por exemplo, uma caricatura política que divulgava o evento retratava o Brasil com um tipo nacional (masculino) único e branco – como se fosse o bebê da pintura de Modesto Brocos, já crescido (Figura 3).

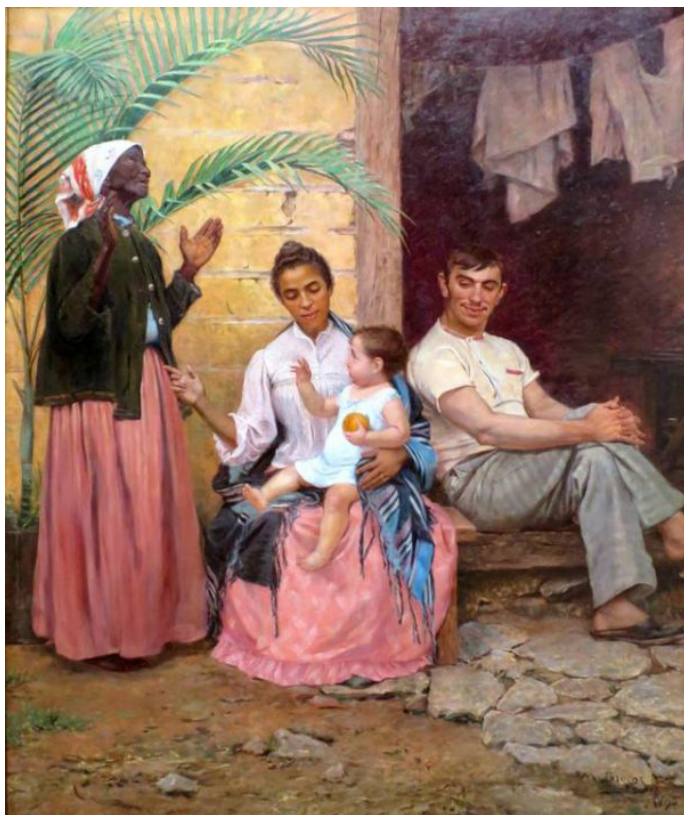
No século XX, as elites políticas, científicas e artísticas no Brasil, e em grande parte da América Latina, desenvolveram versões de narrativas nacionais que explícita ou implicitamente equiparavam o progresso nacional ao desaparecimento de populações indígenas ou afrodescendentes específicas dentro da nação. Ideologias nacionais que defendiam a mistura racial como ingrediente alquímico da “democracia racial” (Freyre) ou “uma nação para todos” (Martí) ou uma *raza cósmica* (Vasconcelos) reconheciam e

⁶A historiografia sobre esse tema é demasiadamente longa para ser citada de forma abrangente aqui. Uma importante contribuição recente para este grande conjunto de trabalhos é encontrada em Vejo e Yankelevich (2017); também, Sommer (1991) e Martínez-Echazábel (1998; 1996).

⁷Sobre as vozes dissidentes, veja por exemplo a opinião de um médico militar que usou dados coletados de soldados para argumentar contra a tese de evolução de Vianna direcionada a um “tipo” brasileiro singular, branqueado e nacional (Loveman, 2009). Ver também Skidmore (1993), Schwarcz (1993) e Borges (1993).

até valorizavam alguns aspectos da diferença racial, mas apenas no contexto de assumir seu eventual desaparecimento demográfico e diluição cultural – processos concebidos quase sempre em direção à brancura.

Figura 2 - A Redenção de Cam, de Modesto Brocos, 1895



Fonte: <http://homologa.edusp.usp.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>

Figura 3 - Ilustração de 1920 na revista brasileira *A Careta*



Fonte: *A Careta*, Ano XIII, n. 620, 8 de maio de 1920.

A partir da década de 1930, e especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a legitimidade política, científica e moral do conceito de raça tornou-se internacionalmente suspeita. Essa mudança no contexto normativo e científico internacional perturbou e minou a equação explícita de progresso nacional com progresso racial – e a definição de progresso racial como movimento demográfico em direção à brancura. Nesse contexto alterado, os funcionários do censo latino-americano buscaram formas de conciliar seus compromissos com a busca contínua pelo progresso nacional com a deslegitimação global da “raça” como conceito científico e do “aperfeiçoamento racial” como projeto político (Loveman, 2014, cap.

6). Em muitos países, esta conciliação envolveu a omissão de questões raciais nos censos nacionais. Os países que continuaram a enumerar a “diferença” étnica no contexto do censo nacional voltaram-se cada vez mais para questões sobre traços e comportamentos culturais; questões que permitem a contínua visibilidade estatística das populações indígenas em vários países, enquanto contribuem para a invisibilização estatística dos afrodescendentes em grande parte da região. Brasil e Cuba tornaram-se casos atípicos na região pela continuidade das questões sobre “raça” ou “cor” em seus censos nacionais – com exceção do Brasil na década de 1970, discutido abaixo. Por quase toda a América Latina, a segunda metade do século XX tornou-se uma era de cegueira estatística oficial para a cor.

Em 2000, Brasil e Cuba já não eram mais casos atípicos. Quase todos os países latino-americanos haviam introduzido, ou reintroduzido, uma pergunta no censo para tornar as populações afrodescendentes estatisticamente visíveis. O mesmo valia para a visibilidade estatística das populações indígenas em toda a região. Comparada à longa história da América Latina de utilização de dados demográficos oficiais para registrar o apagamento das distinções etnorraciais e para marcar, e até mesmo celebrar, o desaparecimento de diferentes populações afrodescendentes ou indígenas dentro da nação, a recente adoção regional da coleta de dados etnorraciais nos censos nacionais surge como uma mudança cultural e política extraordinária. Em vez de insistir na mistura e no desaparecimento de distinções etnorraciais em suas populações, os atores estatais latino-americanos agora reconhecem oficialmente diferenças etnorraciais perenes em suas populações e, cada vez mais, proclamam a composição pluriétnica de suas nações.⁸

Essa mudança regional nos censos da América Latina é o produto de uma luta política. Ao mesmo tempo, o cenário de dados transformado é, por si só, politicamente produtivo: produz novas subjetividades, novas configurações organizacionais e novos desafios políticos. Nas duas seções

⁸Uma análise ampliada da recente mudança nas práticas estatais de classificação étnica e racial na América Latina pode ser encontrada em Loveman (2014).

seguintes, desenvolvo este argumento. Primeiro, descrevo brevemente como a transformação do cenário de dados estatísticos etnorraciais da América Latina foi resultado da luta política, concentrando-me na articulação entre os atores inseridos no movimento social, nas ciências sociais e nas agências governamentais em nível local, nacional, regional e internacional. Em seguida, volto-me para uma análise de algumas dos efeitos que a geração de estatísticas etnorraciais passou a produzir, enfatizando as formas como os novos dados estão transformando o terreno político que levou à sua produção, e nem sempre da maneira almejada por aqueles que lutaram por sua produção.

Como a política transformou o cenário de dados

Os relatos existentes sobre as lutas políticas que levaram à mudança regional nas práticas de recenseamento na América Latina apontam para o papel crítico da mobilização de ativistas afrodescendentes e indígenas, da colaboração estratégica com aliados acadêmicos e do apoio e pressão de organizações internacionais interessadas.⁹ No Brasil, onde a continuidade da classificação racial nos censos nacionais foi interrompida pela remoção da questão pelo governo militar em 1970, a ação política direcionada por um pequeno número de ativistas do movimento negro, cientistas sociais e tecnocratas conseguiu fazer com que a questão fosse reintroduzida no censo de 1980.¹⁰ Fora do Brasil, os defensores da reforma do censo tiveram que persuadir as agências de estatística nacionais a introduzir questões de raça ou etnia pela primeira vez em décadas ou, em alguns países, pela primeira vez em sua história. Com a experiência brasileira como exemplo crucial, a inclusão de perguntas nos censos nacionais consolidou-se como um objetivo concreto dos ativistas, que se mobilizaram pelo reconhecimento

⁹Ver Nobles (2000), Htun (2004), Hooker (2005; 2009), Paschel (2010; 2016), Del Popolo (2008) e Loveman (2014).

¹⁰Cf. Nobles (2000, p. 98-110; 116-119). O censo brasileiro quase omitiu a questão racial em 1940, mas esta acabou sendo mantida com a justificativa e a expectativa de que permitiria ao Brasil mostrar ao mundo seu progresso contínuo em direção ao branqueamento (Camargo, 2010, p. 255-266).

etnorracial, por direitos e reparação dentro das lutas políticas mais amplas por democratização e direitos humanos na América Latina, a partir dos anos 1980 e até o início dos anos 2000.

Do ponto de vista dos ativistas que trabalham para mobilizar apoiadores para os movimentos de massa no país e para aumentar a visibilidade internacional de suas lutas, fazia sentido o foco no censo nacional como alvo político estratégico. Os ativistas identificaram corretamente o censo nacional como uma aposta política prioritária para promover objetivos tanto simbólicos como concretos. Novas questões nos censos nacionais, por si sós, repudiam as narrativas nacionais que negavam continuamente diferenças etnorraciais ou discriminação – narrativas que as próprias práticas históricas de recenseamento tinham ajudado a naturalizar. Ser nomeado e contabilizado no censo nacional era ganhar o reconhecimento oficial da existência social de uma identidade coletiva ou comunidade. O reconhecimento oficial, por sua vez, fortaleceu a realidade social dos grupos identificados. O censo tornou-se um alvo fundamental dos ativistas, uma vez que a classificação oficial foi corretamente considerada como a chave para enfraquecer a violência simbólica do passado e abrir novos caminhos para a efetivação de reivindicações no futuro.

Os ativistas também visaram o censo nacional por causa do valor prático e político dos dados, os quais poderiam demonstrar as condições materiais das populações minoritárias. Os dados do censo não são quaisquer dados; são dados politicamente *confiáveis*, precisamente porque sua produção, supostamente, está acima e fora da política. Sua objetividade é legitimada através de sua produção pela *expertise* institucionalizada que combina a autoridade (supostamente neutra) da ciência e do Estado. Investidos dessa dupla legitimidade, os ativistas acertadamente reconheceram que as estatísticas etnodemográficas poderiam ser utilizadas como perfeitas “ferramentas dos fracos” (Porter, 1986); a mesma ferramenta utilizada na construção e naturalização da injusta ordem social poderia ser usada para expor a existência de injustiças e para “fornecer argumentos” para contestá-las (Desrosières, 2014, p. 351). Na maioria dos países da América Latina,

os censos nacionais continuam sendo a principal fonte de informações estatísticas sobre a população. Mesmo em países que realizam pesquisas domiciliares regulares, o censo nacional fornece dados populacionais confiáveis que servem como uma base de comparação para outras pesquisas. Os ativistas reconheceram que a inclusão de novas questões sobre identidade racial ou étnica ou filiação a grupos geraria dados oficiais e cientificamente confiáveis para documentar a existência das desigualdades entre grupos étnicos distintos dentro da nação.

O Brasil forneceu um modelo que ativistas em outros lugares da região procuraram repetir e adaptar aos seus próprios contextos nacionais. A experiência brasileira sugeriu uma trajetória política mais ou menos linear: da inclusão de uma questão no censo, à produção de estudos estatísticos documentando as desigualdades entre os grupos, ao desenvolvimento e implementação de políticas para combater essas desigualdades.¹¹ Na realidade, é claro, a história brasileira foi muito mais complicada e conjuntural, e repleta de particularidades e tensões que a deixam longe de ser um simples modelo a ser seguido pelos ativistas de outros lugares.

O ponto de partida dos ativistas brasileiros para essa trajetória política foi bastante distinto da posição de ativistas em outros lugares da região. Como observado acima, os censos nacionais brasileiros há muito tempo incluíam uma questão racial. Sua remoção em 1970 foi um desvio; portanto, os ativistas defendiam um retorno ao *status quo ante* e não uma inovação radical, como era o caso de vários outros países. Também, ao contrário da situação em muitos outros países, no Brasil, os ativistas desenvolveram suas ações apoiando-se em uma longa história de ativismo negro (Mitchell, 1992; Andrews, 1991; Hanchard, 1994). Embora o movimento negro, nos anos 1970, fosse relativamente pequeno e geograficamente concentrado, e embora um de seus principais desafios fosse “elevar a consciência” da negritude entre setores mais amplos da população brasileira afrodescendente,

¹¹Para ilustrar, a agência de estatísticas da Argentina explicou em seu site que a pergunta sobre afrodescendentes no censo de 2010 ajudaria na “...elaboração de futuros estudos e investigações... com vistas à realização de políticas públicas específicas”.

o fato social da negritude no Brasil era amplamente reconhecido (ninguém questionaria que alguém que se identifica como brasileiro também pudesse se identificar como, ou ser, negro). Este estado de coisas contrastava com a situação enfrentada por ativistas negros em países como Argentina, Chile, México, ou Peru, por exemplo. Consequentemente, nos anos 1970, já havia um interesse científico social e estatal estabelecido em investigar questões de desigualdade racial no Brasil – um ambiente intelectual e político muito distinto da maior parte do resto da região nessa década.

A existência de cientistas sociais proeminentes, engajados na reintrodução de uma questão racial no censo de 1980 possibilitou uma articulação de interesses que se mostrou politicamente eficaz.¹² Nos anos 1970, os sociólogos Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Valle Silva (1978) publicaram estudos de referência que mostravam a desigualdade racial na mobilidade social no Brasil. Suas análises foram baseadas em estatísticas nacionais representativas coletadas na PNAD de 1976 e usaram métodos estatísticos avançados para documentar que os brasileiros que se autoidentificavam como “brancos” experimentavam mais mobilidade social intergeracional do que os brasileiros “não brancos”. A descoberta de uma desigualdade racial “estatisticamente significativa” no Brasil não era novidade. Nas décadas de 1940 e 1950, pesquisadores patrocinados pela UNESCO analisaram as dinâmicas raciais brasileiras como parte da malfadada busca da organização no Pós II Guerra Mundial por exemplos de “relações raciais harmoniosas” que servissem de modelo para o mundo (Maio, 1999; Azevedo, 1955; Fernandes, 1972; Ianni, 1987). Esses estudos documentaram grave desigualdade racial, interpretada, porém, como um legado da escravidão que seria resolvido com (e pela) modernização do Brasil. Os modelos de estratificação utilizados por Hasenbalg e Silva (1988) refutaram esta interpretação, ao “controlar” as origens sociais para isolar as dinâmicas sociais contemporâneas e “revelar” a existência generalizada e atual da discriminação racial.

¹²Nobles (2000, p. 98-110; 116-119) argumenta que, sem a pressão organizada de acadêmicos e ativistas, o censo brasileiro de 1980 teria sido realizado sem uma questão de cor.

As principais conclusões desses estudos estão alinhadas com o diagnóstico e a visão política dos líderes do movimento negro (Campos, 2013). Além de fornecer provas científicas do preconceito racial contemporâneo no Brasil, eles utilizaram uma comparação categórica dicotômica para realizar e interpretar as descobertas. Hasenbalg e Silva (1988) optaram por “agrupar” *pardos* e *pretos* em uma categoria *não branca* para fins de sua análise. Eles o fizeram, em parte, porque o número de *pretos* era pequeno para que seus métodos estatísticos os analisassem produtivamente como um grupo separado e, em parte, porque seus modelos funcionavam melhor com dados dicotômicos.¹³ A visão de uma população brasileira dividida em brancos e não-brancos correspondeu aos argumentos do movimento negro da época de que todos os brasileiros de qualquer afrodescendência deveriam se reconhecer como negros. Embora o rótulo preferido para a categoria variasse, a demarcação da fronteira racial estava perfeitamente alinhada. Como Campos (2013) argumenta, esse alinhamento epistemológico fundamental pavimentou o caminho para o alinhamento político. Este último garantiu a reintrodução de uma questão racial no censo e seguiu sendo importante quando chegou o momento de colocar as estatísticas raciais em uso no domínio das políticas públicas. É desnecessário dizer que este alinhamento epistemológico e político central (e temporalmente circunscrito) entre ativistas e cientistas sociais não foi facilmente replicado em outros países da região (nem, como veremos mais adiante, permaneceu estável ao longo do tempo no Brasil).

Apesar de suas situações muito distintas, ativistas de outros países usaram o exemplo da experiência brasileira para formular projetos políticos de combate à desigualdade racial nos anos 1990 e 2000. Inspirados, em parte, pelo sucesso dos ativistas afro-brasileiros, a partir do início dos anos 1990, organizações afro-colombianas e indígenas fizeram *lobby* junto à Agência Nacional de Estatísticas (DANE) para acrescentar novas perguntas ao censo

¹³Mais tarde, eles também argumentaram que o agrupamento de pardos e pretos fazia muito sentido, dada sua proximidade em *status* social em comparação com os “brancos”. Até hoje, os acadêmicos debatem sobre a conveniência de usar uma dicotomia, uma tricotomia, uma combinação analítica de ambas, ou nenhuma dessas para analisar as desigualdades raciais no Brasil.

nacional da Colômbia (Buvinic; Mazza, 2004). Ativistas demandaram novas perguntas no censo por razões éticas, argumentando que a invisibilidade estatística das populações indígenas e afrodescendentes da Colômbia no censo nacional perpetuava a violência cultural contra esses segmentos da população colombiana. Como explicaram os ativistas, a inclusão de novas questões no censo foi necessária para garantir que as populações indígenas e afrodescendentes obtivessem reconhecimento oficial de sua existência, proteção de seus direitos e reparação por sua marginalização histórica (Paschel, 2010).

As demandas dos ativistas pela reforma do censo foram apoiadas pela mudança de postura do Estado colombiano sobre o reconhecimento das populações minoritárias domésticas. A Colômbia tornou-se signatária da Convenção ILO 169, em 1991, e novos dados foram necessários para o seu cumprimento. Espera-se dos signatários da Convenção ILO 169 que rastreiem e informem muitos indicadores do bem-estar dos povos indígenas em comparação com a população em geral. Os Estados precisam fornecer dados sobre condições socioeconômicas, educação, saúde, terra, condições de trabalho e emprego, impactos de grandes projetos de desenvolvimento, infraestrutura e violações dos direitos humanos (Rodríguez-Piñero, 2005). O Estado colombiano também precisava de informações sobre o tamanho das reservas indígenas (*resguardos*) para realizar a descentralização planejada. As reformas constitucionais que concediam direitos especiais às comunidades afro-colombianas, por sua vez, tornaram conveniente a coleta de novas informações sobre o tamanho e a situação dessas comunidades. Assim, o impulso para a democratização, internamente, a crescente pressão para o reconhecimento oficial da diversidade, internacionalmente, e as demandas específicas das organizações indígenas e afrodescendentes convergiram para uma mudança histórica no censo nacional da Colômbia.

A partir de seu sucesso, ativistas afro-colombianos e seus aliados dentro da DANE se concentraram em capacitar seus homólogos em outros países latino-americanos para introduzir reformas análogas. O ativismo “a partir das bases” visando as agências nacionais de estatística, pioneiro no Brasil e depois na Colômbia, colocou a questão da visibilidade estatística das populações minoritárias nas agendas políticas de um número crescente de países latino-

americanos. No início dos anos 2000, a pressão para adotar novas perguntas no censo havia se espalhado pela América Latina através dos esforços deliberados e coordenados de ativistas nacionais e seus aliados nas agências de estatística e organizações regionais e internacionais. Na maioria dos casos, os apelos dos ativistas domésticos não foram suficientes para convencer as agências de estatística a introduzirem novas questões nos censos nacionais. Além do Brasil e da Colômbia, foi a convergência de tais apelos com novas iniciativas e reivindicações de organizações regionais e internacionais que deu início às reformas censitárias em grande parte da região.¹⁴

Ativistas no Brasil e na Colômbia assumiram a liderança em fazer das perguntas e categorias censitárias um ponto crucial das lutas políticas por reconhecimento, direitos e reparação. Em países onde elites políticas nacionais resistiram aos apelos dos ativistas para introduzir a coleta de dados raciais ou étnicos, redes de ativistas internacionais e organizações internacionais desempenharam papéis decisivos pressionando as agências nacionais de estatística a introduzir reformas. A pressão sobre as agências nacionais de estatísticas para acrescentar novas questões étnicas ou raciais aos censos assumiu formas variadas. Em alguns países, a pressão assumiu a forma de incentivo indireto, mas apoiado institucionalmente, para adotar voluntariamente novas questões. Conferências e oficinas internacionais reuniram líderes de grupos comunitários, especialistas no desenvolvimento de indicadores econômicos e sociais comparativos de organizações regionais, como a CEPAL, e acadêmicos com *expertise* comparativa internacional para aconselhar as agências nacionais de estatística sobre como projetar e implementar as novas questões. Em outros contextos, a pressão foi mais direta e coercitiva, tais como as condicionantes ligadas aos empréstimos por parte de instituições de empréstimo multilaterais para financiar as operações de censo em andamento.¹⁵

¹⁴Para mais informações sobre o papel das organizações internacionais, ver Loveman (2014, cap. 7).

¹⁵Um exemplo do primeiro tipo é a conferência internacional em Lima, Peru 2016, que reuniu porta-vozes do movimento social, representantes da agência nacional de estatísticas, funcionários governamentais, cientistas sociais de institutos de pesquisa e universidades independentes, representantes da ONU e “especialistas acadêmicos internacionais” para discutir a adoção de novas questões no censo de 2017. Para um exemplo do último, veja o relato do censo de 2005 da Nicarágua em Loveman (2014, p. 290-293).

Em resumo: as agências nacionais de estatística tornaram-se cada vez mais engajadas na coleta de dados etnorraciais em resposta à pressão política das coalizões de ativistas de base, cientistas sociais e organizações internacionais de desenvolvimento, com o peso combinado desses atores e os meios e modos de suas alianças variando substancialmente nos diferentes contextos nacionais da região. As coalizões políticas específicas que conseguiram acrescentar novas questões de raça e etnia aos censos na América Latina são contrastantes entre diferentes países latino-americanos, refletindo histórias distintas de ativismo negro e indígena, relações dos ativistas com acadêmicos, tecnocratas e partidos políticos no poder em nível nacional e o *status* relativo dos governos nacionais no sistema regional e internacional de Estados.

Ainda assim, nos anos 2010, com poucas exceções, o resultado dessas lutas políticas em quase toda a região caminhou num mesmo sentido: negros e povos indígenas foram contabilizados *como tais* nos censos nacionais. Para a maioria dos países latino-americanos, a visibilidade estatística de raça, cor e identidade étnica no censo nacional destoa de décadas de insistência *de facto* e *de jure* na ausência ou irrelevância de distinções étnicas ou raciais em populações nacionais. Nas primeiras décadas do século XXI, as reivindicações políticas populares e sua bem-sucedida articulação com as agendas de pesquisa das ciências sociais e com os projetos políticos nacionais e internacionais puseram fim a uma longa era de cegueira de cor oficial na América Latina.

Como o cenário de dados transformou a política

O fato de que quase todos os países da América Latina agora produzem dados etnorraciais da população a partir do censo nacional representa um feito político importante. Em vários países, a inclusão de novas questões e categorias nos censos nacionais tornou indivíduos indígenas e afrodescendentes estatisticamente “visíveis” pela primeira vez em décadas ou, em alguns contextos, pela primeira vez na história. Essa visibilidade

estatística, por si só, marca uma vitória para as comunidades que há muito lutam para obter o reconhecimento oficial. Ela também fornece as condições para reescrever as narrativas latino-americanas de nacionalidade, redefinindo parâmetros discursivos para lutas políticas subsequentes. Nesse terreno político alterado, os processos de produção e utilização de estatísticas etnorraciais oficiais criam novas frentes e facetas de contestação política, incorporadas aos contínuos esforços para combater desigualdades e injustiças contemporâneas. As estatísticas etnorraciais não são meras ferramentas para o engajamento político, elas contribuem para a constituição de novos espaços, sujeitos e demandas de luta política.

A produção de espaços políticos

Uma característica marcante do terreno político transformado para a produção de estatísticas etnorraciais oficiais em algumas partes da América Latina é que ele abriu novos espaços para participação política. Em uma ruptura com precedentes históricos, em alguns países da região, os grupos contabilizados conquistaram um lugar à mesa para discutir as questões e categorias que o censo utiliza para sua contabilização. Em alguns contextos, os contabilizados também foram convidados a adquirir a formação necessária para analisar os dados que são produzidos.

Por exemplo, como parte das oficinas regionais *Todos Contamos*, agências estatísticas do governo foram encorajadas a facilitar a participação de representantes de organizações indígenas e afrodescendentes no processo de produção de dados etnorraciais. A Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, o Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) e outras agências apoiaram a criação de programas de treinamento para fornecer aos indivíduos indígenas e afrodescendentes acesso aos métodos e *softwares* usados por estatísticos, analistas de políticas e funcionários do governo para examinar os dados do censo. Como exemplo, um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Saúde do Chile (MINSAL) e o CELADE, para produzir um relatório sociodemográfico

sobre a população indígena metropolitana utilizando dados do censo, incluiu “oficinas de treinamento para pessoal técnico indígena sobre o *software* REDATAM e o uso de censos” (ECLAC, 2009). O apoio financeiro e logístico para tais oficinas demonstrou que os apelos das agências de desenvolvimento para processos de produção de dados mais inclusivos não eram meramente retóricos.

Algumas agências demandaram projetos que fossem além do treinamento técnico para análise de dados, e que incorporassem contribuições de grupos comunitários na criação de questionários. O Fórum Permanente sobre Questões Indígenas, da ONU, por exemplo, indicou a necessidade de mais informações sobre se as perguntas da pesquisa abordavam adequadamente as necessidades das comunidades indígenas: “[...] o entendimento dos povos indígenas sobre pobreza, ou direitos à terra, muitas vezes difere consideravelmente do entendimento das populações dominantes ou de massa. Isso raramente é levado em consideração na coleta de dados relevantes” (UN, 2004, p. 9). No período que antecedeu o censo de 2010, a ONU patrocinou conferências e seminários para garantir a participação de representantes de grupos indígenas e afrodescendentes. Este foi um dos principais objetivos da conferência CELADE/ECLAC 2008, realizada em Santiago do Chile, com financiamento da UNICEF, UNFPA, UNIFEM e OMS. A conferência reuniu “mais de cem especialistas de mais de vinte países, inclusive de organizações governamentais e não governamentais, representantes de organizações indígenas e afrodescendentes, acadêmicos e especialistas técnicos de agências internacionais”.

A reunião enfatizou, de maneira significativa, a importância de gerar estatísticas que seriam reconhecidas como válidas não apenas pelos governos e agências de desenvolvimento, mas também pelas comunidades indígenas e afrodescendentes. Para tanto, um relatório da conferência recomendou que “[...] devemos visar a obtenção dessas informações com a participação dos povos (*pueblos*) e comunidades, que é o que as tornará legítimas aos olhos de toda a população”. Os participantes da conferência ressaltaram que a participação deve ser interpretada nos termos mais amplos possíveis.

A recomendação final do relatório da conferência foi que “a participação dos *pueblos* [indígenas e afrodescendentes] na criação das perguntas e na coleta e análise dos dados que se referem a eles deve ser institucionalizada”. O relatório da conferência CELADE denota uma mudança decisiva na forma como as organizações internacionais interpretam publicamente a relação entre os produtores de dados demográficos, os indivíduos dos quais os dados são coletados e os usos aplicados aos dados.

Na prática, os esforços para garantir que as vozes daqueles que serão contabilizados sejam realmente levadas em conta na elaboração de instrumentos de contabilização continuam sendo a exceção e não a regra. Com o tempo, é possível que a legitimidade do censo nacional aos olhos dos cidadãos venha a depender da existência de espaços formais para a contribuição do público nas operações do censo. Em teoria, tais fóruns poderiam se tornar arenas de substantiva democratização na prática – onde os objetos históricos de investigação estatística se tornam sujeitos capacitados, com autoridade, conhecimento e recursos para investigar a si mesmos. Um cenário muito mais provável, entretanto, é que os tecnocratas de agências estatísticas nacionais, em colaboração com especialistas que trabalham para agências internacionais de desenvolvimento, mantenham o controle *de facto* sobre a concepção e execução de pesquisas nacionais, enquanto encorajam a participação popular em questões cuidadosamente delimitadas, com uma gama de resultados aceitáveis mais ou menos predeterminada.

A inclusão dos contabilizados na criação de ferramentas de contabilização abriu novos espaços de luta política antes inteiramente *internos* às burocracias administrativo-tecnocráticas do censo. Essas são discussões em que as demandas por reconhecimento – quais linhas de distinção etnorracial terão sanção oficial e quais permanecerão estatisticamente invisíveis – estão ligadas a lutas por representação – quem pode falar em nome de quem? Embora essas facetas da produção estatística oficial sempre tenham sido políticas, esta realidade tem sido historicamente obscurecida através do controle dos meios de contabilização nas mãos de uma pequena elite. De fato, historicamente, a autoridade simbólica do censo como fonte

de conhecimentos demográficos objetivos baseava-se na bem-sucedida ofuscação da política de produção desses conhecimentos. Desenvolvimentos recentes na região trouxeram políticas que informam cada etapa da produção de dados de forma aberta.

Na medida em que a natureza inerentemente política da produção de estatísticas etnorraciais oficiais se torne amplamente reconhecida, a autoridade do censo como fonte de informações objetivas corre o risco de ser minada. Esta erosão de legitimidade, por sua vez, pode enfraquecer o que resta da capacidade dos Estados de apresentar as categorias censitárias oficiais como mera descrição das realidades demográficas. A democratização do processo de produção de dados, por mais limitada e circunscrita que seja, provavelmente provocará críticas crescentes às próprias operações do censo nacional.

A produção de subjetividades políticas

A política que produziu a transformação do cenário de dados das populações etnorraciais também produziu mudanças nas subjetividades das pessoas. Não quero dizer com isso que as categorias do censo criam novas identidades a partir do zero ou de um vácuo. O poder constitutivo das categorias do censo sobre as identidades não é tão direto ou automático quanto seus críticos mais fervorosos acreditam. Ao contrário, as categorias censitárias derivam de e interagem com subjetividades e entendimentos pré-existentes de distinção etnorracial na sociedade (Emigh; Riley; Ahmed, 2016). Seus efeitos específicos sobre a autocompreensão dependem de suas interações com muitos outros fatores em jogo. Sua influência depende, especialmente, das formas específicas em que são usadas – na mídia, na pesquisa, na governança administrativa, nas políticas públicas etc. Assim, a influência das categorias oficiais do censo sobre a identidade dos indivíduos é, muitas vezes, indireta e difusa, ao invés de direta e instrumental. E seus efeitos produtivos sobre a autocompreensão coletiva nem sempre estão perfeitamente alinhados com o que seus produtores pretendem.

Uma maneira notável de produção de mudanças nas subjetividades etnorraciais com a introdução de novas questões raciais e étnicas nos censos latino-americanos foi através de campanhas organizadas na mídia, voltadas para este objetivo. Em vários países, ativistas colaboraram com equipes das agências de censo e agências internacionais para realizar campanhas que visavam persuadir pessoas possivelmente índias ou negras a se identificarem como tais nos censos nacionais. Dando testemunho dos sucessos anteriores dos projetos de assimilação ideológica e política dos Estados, muitos latino-americanos que, através dos diversos critérios utilizados pelos ativistas, cientistas sociais e outros, “se qualificam” como indígena ou afrodescendente optam, no entanto, por não se identificar como tal quando lhes é dada uma escolha. Por exemplo, enquanto muitos observadores sugerem que aproximadamente um quarto da população colombiana é afrodescendente, no censo de 2005, “apenas 11% da população se autoidentificou como afro-colombiana”. Assim, em preparação para a contabilização do censo, campanhas organizadas tentaram persuadir aqueles que seriam contabilizados a adotar novas classificações.

Ativistas em vários países trabalharam para fortalecer a demanda interna por ações governamentais em favor de populações etnorracionalmente definidas, aumentando o número de seus concidadãos que se identificam como indígenas ou afrodescendentes. Em uma das primeiras ações desse tipo, no período que antecedeu o censo de 1990 no Brasil, ativistas do movimento negro lançaram uma campanha publicitária com o apoio da Fundação Ford para persuadir brasileiros de qualquer ascendência africana a marcar “preto” em vez de “pardo” ou “branco” no censo (Nobles, 2000). O *slogan* da campanha advertia: *não deixe sua cor passar em branco*. Antes do censo de 2005, na Colômbia, para dar outro exemplo, organizações afro-colombianas lançaram uma campanha para encorajar os colombianos a reconhecerem as *“las caras lindas de mi gente negra”* (Estupiñón, 2006; Paschel, 2013). As organizações produziram um comercial de televisão com indivíduos que se identificavam como moreno, negro, mulato, *zamba* ou *raizal*, e concluindo com o *slogan*: “neste censo, faça-se contar. Orgulhosamente afrodescendente”.

O anúncio foi veiculado por meio de um acordo com a agência nacional de estatísticas (DANE) e também divulgado através das mídias sociais. No Panamá, antes do censo de 2010, uma campanha com o mesmo *slogan* cumpriu dupla função ao comemorar as mulheres afrodescendentes no Dia Internacional da Mulher. O comercial de trinta segundos apresentou homens afrodescendentes desempenhando trabalhos tradicionalmente femininos (passar a ferro, cozinhar, pendurar roupa) e apelou aos telespectadores para comemorar o Dia Internacional da Mulher e mostrar gratidão às mulheres panamenhas afrodescendentes, particularmente relatando com orgulho sua afrodescendência no censo.

As campanhas para educar as populações latino-americanas sobre a importância de responder a perguntas sobre herança étnica ou racial e como respondê-las aumentaram significativamente durante a preparação para a rodada do censo de 2010. Ativistas nacionais, funcionários do censo, meios de comunicação nacionais e organizações regionais e internacionais trabalharam juntos para lançar grandes campanhas publicitárias que informassem os latino-americanos de origem africana sobre as novas questões do censo e para encorajá-los a reconhecer sua herança africana na seleção de uma resposta. Por exemplo, um grupo de trabalho regional do Censo 2010, composto por líderes afrodescendentes, em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e com uma empresa brasileira de comunicação, produziu uma série de televisão em quatro partes chamada “As Américas têm cor: afrodescendentes nos censos do século XXI”. Segundo um comunicado de imprensa, a série foi “criada para informar a população das Américas sobre o censo 2010-12” e cobria “as condições de vida de homens e mulheres negros, a resistência negra ao longo da história e um panorama das políticas públicas para enfrentar o racismo”. A série descreveu as condições de vida das populações afrodescendentes no Brasil, Equador, Panamá e Uruguai e ressaltou a importância da autoidentificação como afrodescendente no censo.

A publicidade para novas questões de ascendência étnica e racial muitas vezes mencionava explicitamente o preconceito racial, a discriminação e a desigualdade como males sociais que as novas estatísticas ajudariam a

combater. No Brasil, por exemplo, a série documental “As Américas têm cor” estreou com um episódio especial em um programa semanal de notícias, *Cenas do Brasil*, no qual a jornalista Lúcia Abreu discutiu “a importância de declarar a própria cor no Censo 2010, a evolução dos dados demográficos que se referem a cor ou raça, e sua contribuição para a criação de políticas públicas”. Campanhas públicas incentivando os latino-americanos a reconhecerem e acolherem a parte africana de sua herança, juntamente com a crescente cobertura da mídia sobre discriminação racial e preconceito, representam uma ruptura significativa com décadas de silêncio público em torno dessa questão.

Mesmo sendo difícil isolar o desfecho das campanhas de informação pública nos resultados do censo das outras fontes de influência sobre as subjetividades coletivas e individuais, o Brasil e a Colômbia viram um crescimento no tamanho relativo das populações afrodescendentes autoidentificadas nas últimas duas décadas. Demógrafos e outros cientistas sociais têm avaliado como a mudança na autoidentificação racial entre os censos vem moldando essas transformações.¹⁶ Alguns observadores atribuem essas tendências a campanhas de divulgação do censo no contexto de mudanças culturais mais amplas na valorização da negritude, especialmente entre os grupos mais jovens; outros notam a provável influência do crescente uso de categorias oficiais do censo em políticas públicas com foco etnorracial. Como discutido mais adiante, quando as categorias etnorraciais do censo são usadas para criar, implementar ou monitorar programas de ação afirmativa, os incentivos instrumentais também podem desempenhar um papel na mudança nas autoidentificações (Muniz, 2010; Canessa, 2007; Bailey; Fialho; Loveman, 2018).

Quando os Estados coletam e utilizam dados étnicos e raciais, isso molda as subjetividades, em parte ao desencadear discussões públicas e renegociações sobre o significado de determinadas categorias raciais, quem pertence a elas e quais os critérios de pertencimento (Mora, 2014). Até o presente, no Brasil, há um debate frequente entre ativistas, acadêmicos,

¹⁶Por exemplo, Carvalho, Wood e Andrade (2004).

tecnocratas, políticos e, cada vez mais, muitas outras figuras públicas, sobre o significado das categorias raciais que, por si sós, contribuem indiretamente para os efeitos constitutivos dessas categorias. Os estudantes universitários entrevistados no Rio de Janeiro, no início dos anos 2000, nem sempre estavam seguros da forma “correta” de responder a uma pergunta sobre sua raça ou cor. Eles frequentemente se referiam à sua aparência e ao seu histórico familiar para discutir se deveriam ou não se identificar como pardo ou preto (Schwartzman, 2009). Nos anos seguintes, há indícios de que a resposta baseada em entendimentos de origem ou ancestralidade ganhou terreno (Guimarães, 2011). Além disso, há evidências de que, entre 1995 e 2008 (antes da implementação de políticas de cotas, e alguns anos após a implementação), os brasileiros tornaram-se cada vez mais propensos a escolher uma das categorias de raça/cor do censo para se identificarem em uma pesquisa de formato aberto (Bailey *et al.*, 2018). Isto sugere a recursividade das perguntas e categorias utilizadas no censo e nas políticas públicas para moldar o fenômeno social que elas pretendem descrever.

É importante ressaltar que as campanhas nacionais de mídia e os debates públicos sobre as categorias etnoraciais do censo e seus usos influenciam a autocompreensão subjetiva tanto daqueles que *não* são os principais alvos das campanhas ou políticas públicas, quanto daqueles que *são*. Nos últimos anos, em vários países da América Latina, surgiram grupos para defender o reconhecimento oficial dos mestiços, usando muitos dos mesmos argumentos invocados por grupos afrodescendentes e indígenas para exigir visibilidade nos censos. Para esses críticos, a classificação etnorracial oficial não é inerentemente problemática; é a depreciação ou negação de categorias “mistas” em favor de categorias “absolutas” ou “puras” que causa preocupação. No Brasil, por exemplo, em meados dos anos 2000, uma ONG sediada na Amazônia com o nome “Nação Mestiça” tentou promover “a valorização do processo de miscigenação (mistura) entre os diversos grupos étnicos que criaram a nacionalidade brasileira, a promoção e defesa da identidade pardo-mestiça e o reconhecimento dos pardo-mestiços como herdeiros culturais e territoriais do povo do qual são descendentes”. Protestando contra campanhas

para “desmisturar” brasileiros e ecoando os nacionalistas do passado, o *slogan* do grupo anunciava: “a miscigenação une a nação”.

Tais *slogans* prenunciavam a hábil utilização por Jair Bolsonaro da mesma metáfora nacionalista para fomentar ressentimento contra políticas de ação afirmativa, como parte de sua campanha presidencial, conforme mostra a Figura 4.

Como é de conhecimento geral, as políticas sociais com foco racial no Brasil produziram intenso debate acadêmico, público e político.¹⁷ Para além dos interesses imediatos e argumentos específicos desses debates, pode-se afirmar que sua própria existência e teor têm tido efeitos modeladores sobre as subjetividades dos brasileiros. De particular importância, as controvérsias públicas ajudaram a catalisar a proeminência e ampla ressonância popular de uma identidade nacionalista ressurgente que insiste na (re)subordinação de identidades etnorraciais distintas à identificação como brasileira.

Assim, a produção e uso de estatísticas etnorraciais oficiais podem produzir subjetividades que tendem a conformar-se às categorias oficiais e, simultaneamente, produzir subjetividades reativas, que se configuram como alternativas às categorias oficiais ou em oposição à própria categorização oficial. A recursividade das categorias do censo – sua capacidade de produzir um “efeito circular” na fraseologia de Hacking – é ativamente contestada e, portanto, politicamente contingente. Os efeitos produtores de novas questões do censo sobre as subjetividades podem não ressoar dentro de ciclos fechados. Mas podem, em vez disso, reverberar, como em uma espiral aberta. De certa forma, o crescente uso de categorias etnorraciais oficiais na América Latina está moldando as subjetividades de maneira padronizada e (mais ou menos) previsível. De outras formas, as consequências essenciais da classificação etnorracial oficial estão se espalhando de modos e em direções não previstas.

¹⁷Sobre esses debates ver: Guimarães (1999), Feres Jr., Campos e Daflon (2011), Fry, Maggie, Maio e Monteiro (2007), Bailey e Peria (2010), Heringer e Johnson (2015) e Teixeira (2003).

Figura 4 - Jair Bolsonaro: “Minha cor é o Brasil!”



A produção de demandas políticas

A forma como os indivíduos respondem às perguntas do censo sobre sua identidade racial ou étnica reflete, em parte, suas percepções do que o censo está realmente perguntando, com base no entendimento social predominante sobre os termos utilizados, o motivo da pergunta e o que se espera que eles levem em conta ao responder. Suas respostas refletem, também, entendimentos variáveis do que exatamente está em jogo.

Na segunda metade dos anos 2000, as lutas políticas para fazer com que os Estados latino-americanos coletassem estatísticas etnorraciais em seus censos nacionais deram lugar, em sua maioria, a crescentes demandas por *utilizar* os novos dados. À medida que os dados eram analisados e “colocados em uso” para motivar, desenvolver, implementar e monitorar as políticas públicas, surgiam novas demandas políticas – demandas que estavam diretamente ligadas à classificação etnorracial oficial. A existência de novas demandas associadas às categorias etnorraciais reverberou no terreno

político, alterando identidades, alianças e alinhamentos (epistemológicos e políticos) que tinham alimentado o sucesso das lutas políticas para, primeiramente, transformar o cenário de dados.

Antes que os novos dados coletados nos censos latino-americanos pudessem se tornar “ferramentas dos fracos”, no sentido de Porter (1986), a avalanche de *números* brutos precisava ser transformada em *conhecimento* útil/usável. Como os autores de um relatório patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento apontaram, “a inclusão da variável étnica nos censos e pesquisas é inútil se ela não for utilizada em análises” (BID, 2000). Assim, seguiu-se a produção de uma onda de estudos científicos sociais e relatórios governamentais. Esses reuniam estatísticas descritivas e análises estatísticas para documentar desigualdades entre categorias étnicas em vários indicadores de bem-estar material, incluindo estudos de disparidades na expectativa de vida, no desempenho educacional, no acesso à eletricidade e saneamento, na renda, entre outros “resultados” estatísticos.¹⁸ Agências de desenvolvimento internacionais e regionais também começaram a gerar relatórios abrangentes sobre as condições das comunidades afrodescendentes ou indígenas em determinados países da América Latina e em perspectiva comparativa. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, por exemplo, destinou recursos para a produção de relatórios estatísticos sobre a situação dos jovens indígenas e afrodescendentes na América Latina, com base nos resultados dos censos de 2000. O Banco Mundial e agências das Nações Unidas também patrocinaram a produção de relatórios sobre diversos aspectos da saúde, educação e condições de vida das populações minoritárias em várias partes da América Latina.

Equipados com um corpo crescente de evidências estatísticas de desigualdade etnorracial, ativistas e seus aliados dentro dos governos começaram a pressionar por políticas sociais direcionadas. O registro estatístico da desigualdade etnorracial foi base para os apelos aos Estados para complementarem promessas de proteção legal contra a discriminação, com medidas proativas, corretivas e reparadoras para reduzir as disparidades existentes de condição e oportunidade. Em contextos em que os atores dos

¹⁸Por exemplo, ver estudos produzidos pela CEPAL e o Banco Mundial.

movimentos sociais ou seus aliados ocupavam posições dentro do Estado, políticas direcionadas diretamente à desigualdade etnorracial tornaram-se uma prioridade visível.

O Brasil foi pioneiro em tais políticas na região e, até hoje, tem ido mais longe em seu uso, com uma ampla gama de iniciativas de ação afirmativa em agências governamentais, acesso à universidade e em indústrias, como da moda e da televisão.¹⁹ No Brasil, as políticas de ação afirmativa passaram a contar com estatísticas etnorraciais oficiais para justificar sua introdução, orientar sua implementação e monitorar resultados. A implementação de programas de ação afirmativa criou novos parâmetros de classificação racial, e assim chamou forte atenção para as categorias utilizadas no censo, nas ciências sociais e na política social.

A produção de novas demandas políticas introduziu fissuras no terreno político que acentuaram, e em alguns contextos fragmentaram, alianças outrora fortes na luta política por, antes de tudo, aprovar uma legislação de ação afirmativa. De maneiras diferentes, essas fissuras percorreram as ciências sociais, os movimentos sociais, as universidades como instituições e o domínio político (Bailey; Peria, 2010; Carvalho, 2005). Como um exemplo apenas de tais fissuras, é útil considerar como a política e a prática de delimitar a população não branca sofreram mudanças desde o período de mobilização por políticas de ação afirmativa, até o de sua implementação. Como discutido acima, a pesquisa em ciências sociais nos anos 1970 e 1980 favoreceu o uso de uma comparação analítica dicotômica entre brancos e não brancos, com estes últimos agrupando os pardos e os pretos censitários. Esse esquema foi facilmente traduzido como comparações entre brancos e negros, usando o enquadramento preferido pelos ativistas do movimento negro naquela época, que defendia uma definição expansiva de negro que incluísse pretos e pardos censitários e qualquer um que se identificasse como afrodescendente (Campos, 2013). Em um estudo sobre desigualdade racial no Brasil, escrito em inglês, esta tradução era ainda mais direta, já que, nesta língua, a mesma palavra – negro – é usada para traduzir tanto *preto* como *negro*.

¹⁹Para uma descrição e análise detalhadas desses programas e de suas políticas, veja por exemplo: Feres Jr. (2007; 2008); Fry et al. (2007) e Petruccielli (2015).

No período de mobilização política que culminou na aprovação das políticas de cotas raciais, métodos que minimizavam as distinções dentro da população não branca eram preferidos pelos cientistas sociais, assim como eram importantes para a meta dos ativistas de construir uma base o mais ampla possível para pressionar por políticas sociais de combate à desigualdade racial. Alguns anos depois, já há um debate muito mais ativo entre os cientistas sociais sobre se é apropriado ou enganoso agrupar pretos e pardos em análises estatísticas.²⁰ Citando evidências de heterogeneidade socioeconômica dentro da categoria pardo, variação nas percepções de discriminação por *status* de classe e variação regional de seu significado, alguns pesquisadores defendem evitar modelos binários porque eles obscurecem a classe e a desigualdade regional dentro da categoria pardo e a gravidade da desvantagem sofrida por pretos.²¹ Juntamente dessas linhas emergentes de pesquisa, existem realinhamentos políticos dentro das coalizões de ativistas e acadêmicos que apoiam as políticas de ação afirmativa. Os programas que vinculavam as oportunidades de admissão em universidades ou emprego público à identificação etnorracial categórica levantaram questões polêmicas sobre quem se qualifica para tais programas e quem não se qualifica. Essa questão abriu a porta para debates sobre *quem decide* quem se qualifica e com base em quê? Os riscos distributivos dos programas de ação afirmativa produziram uma reavaliação e revisão de visões preliminares de como as fronteiras raciais deveriam ser traçadas no Brasil.

Enquanto, em um momento de mobilização política, a abordagem preferida pelos ativistas e acadêmicos aliados era a de agrupar pardos e pretos, já no momento distributivo da política, a abordagem favorecida mudou para uma que diferenciasse pardos de pretos, “iluminando” um limite que anteriormente eles deixaram nebuloso. Isso é especialmente evidente em alguns dos discursos e práticas das campanhas de “fraude antirracial”.

²⁰Houve vozes divergentes sobre o uso de esquemas analíticos dicotômicos anteriormente, e alguns acadêmicos continuaram a produzir análises que mantiveram pardos e pretos separados ao longo desses anos. Mas a abordagem que foi vista e apresentada como mais alinhada com a política de justiça racial foi a de adotar uma lente dicotômica.

²¹Ver Bailey, Loveman e Muniz (2013), Loveman, Muniz e Bailey (2012); Daflon, Carvalhães e Feres Jr. (2017), Muniz (2010) e Bailey e Telles (2006).

A figura 5 é um cartaz retirado de um *website* de um grupo de estudantes negros de uma universidade brasileira. O cartaz aponta que 51% da população brasileira é negra, e que a outra metade tem o dobro das oportunidades. Para chegar a 51%, eles devem incluir pretos e pardos censitários, já que só os pretos censitários autoidentificados seriam menos 7,6% (de acordo com o censo de 2010). No entanto, o quadro representa claramente o Brasil como uma população composta por negros e brancos. Na parte inferior, observa-se que a falsa autoidentificação é um crime. A maior parte da cobertura da mídia sobre esta campanha, bem como a legislação, concentra-se nas pessoas acusadas de falsamente afirmar que não são brancas quando “realmente” (socialmente) são brancas. Entretanto, também foram feitas acusações de fraude racial contra pardos autoidentificados, vistos como não sendo suficientemente negros. Um artigo publicado na imprensa inglesa, em 2017, na revista *Foreign Policy*, contou a história de uma mulher que foi acusada de fraude racial por se identificar como parda no processo de candidatura a um cargo de promotora pública. Alguns ativistas criticam as pessoas falsamente autoidentificadas como pardas por utilizarem programas que, de fato, foram criados para pardos e pretos, argumentando que esses espaços, na realidade, não se destinavam a “pessoas com avós negras”; ao contrário, destinam-se àqueles com “pele muito escura” (Oliveira, 2017). Os critérios usados para traçar distinções dentro da categoria negra – distinções que eram menosprezadas ou mesmo negadas em uma fase de mobilização política –, estavam sendo ressuscitados e redesenhados para delimitar mais estritamente os beneficiários no contexto de determinar a distribuição dos recursos escassos. Uma consequência não intencional das políticas de cotas raciais do Brasil, e das variadas reações a elas, tem sido a (re)introdução de divisões políticas e sociológicas no âmbito da população não branca, refinando o limite entre pretos e pardos, que antes era deliberadamente indistinto.

Programas de ação afirmativa com diversos tipos de focos etnorraciais estão em vigor ou nas agendas políticas de vários outros países latino-americanos. Essas iniciativas vão desde políticas focadas em serviços de saúde, nutrição, moradia, redução da pobreza e titulação de terras, até benefícios educacionais e representação política garantida. À medida que os programas sociais com foco etnorracial se espalham pela América Latina, aumentam as

controvérsias sobre por que e como os Estados classificam suas populações em termos de raça ou etnia. Como ocorreu no Brasil, os críticos desses programas apontam para uma autoidentificação oportunista; eles observam como as categorias oficiais criarão ou aumentarão integrantes ao longo dessas linhas categóricas; e advertem sobre as consequências involuntárias de políticas bem-intencionadas, incluindo a consolidação de delimitações grupais mais rígidas e a consequente polarização ou fragmentação das sociedades nacionais.

Figura 5 – Cartaz “Quem são os novos cotistas negros da UFES?”

QUEM SÃO OS NOVOS COTISTAS “NEGROS” DA UFES?

Publicado em 11 de fevereiro de 2016 por mirtesanta



Aqueles que apoiam os objetivos de políticas sociais direcionadas provavelmente também manifestarão receios sobre a classificação etnorracial oficial. Formuladores de políticas, cientistas sociais e ativistas debaterão se as categorias utilizadas para a implementação efetivamente canalizam recursos ou oportunidades para os beneficiários-alvo que mais necessitam. As categorias

étnicas ou raciais utilizadas para implementar políticas sociais específicas nunca corresponderão perfeitamente a todas as distinções categóricas operantes na vida dos indivíduos e comunidades. Em alguns contextos, as categorias etnorraciais oficiais podem, inadvertidamente, excluir indivíduos que merecem ser incluídos com base na intenção dos formuladores de políticas. Em outros, as categorias oficiais serão consideradas amplas demais, abrandando o impacto das iniciativas que pretendem abordar explicitamente as facetas de raça/cor e etnia da pobreza e da desigualdade. Há uma tensão inerente entre os formatos das perguntas do censo ou métodos analíticos das ciências sociais que visam maximizar o número total daqueles que contam como indígenas ou negros, e a criação de políticas sociais que utilizam tais categorias para focar naqueles que são mais desfavorecidos.

O cenário de dados transformado para a coleta, produção e uso de estatísticas etnorraciais oficiais na América Latina pode ser usado tanto como informação quanto como munição em disputas políticas sobre políticas sociais direcionadas e visões concorrentes sobre progresso social. Nas décadas anteriores, a desagregação das estatísticas de pobreza e saúde por sexo revelou a característica de gênero da desigualdade na América Latina. Tais estatísticas ajudaram a apoiar uma mudança orientada para estratégias de desenvolvimento focadas no papel da mulher na distribuição de recursos escassos dentro de famílias e comunidades. A avalanche emergente de estatísticas raciais e étnicas também continuará a expor severas desigualdades étnicas e raciais em algumas regiões e apoiará intervenções governamentais que pretendam reduzi-las. Em alguns contextos, esses projetos podem atender a necessidades reais e urgentes de populações historicamente negligenciadas. Em outros, eles podem equivaler ao que o antropólogo Charles Hale (2002) denomina “neoliberalismo multicultural”, servindo primordialmente para *parecer* abordar desigualdades enquanto, de fato, dissipam as “pressões sociais” por estratégias de desenvolvimento que implicariam em mudanças estruturais mais substantivas. De qualquer forma, a produção e o uso de estatísticas etnorraciais oficiais geram novas demandas políticas que são, por sua vez, produtoras de mudanças: ao serem utilizados na administração e nas políticas públicas, produzem abalos, fissuras e fraturas que podem fundir-se em movimentos que alteram fundamentalmente o terreno político.

Conclusão

Efeitos circulares ou espirais? Navegando em um cenário de dados transformado

A inclusão de novas questões sobre raça, etnia e cor nos censos nacionais e nas pesquisas domiciliares representativas em âmbito nacional na América Latina nas últimas décadas é uma realização política importante. Este cenário de dados transformado para a coleta, produção e uso de estatísticas étnicas e raciais, por sua vez, produziu novos espaços, subjetividades e participação políticos.

A nova política de produção de dados etnorraciais semeou novas lutas dentro do campo político do ativismo popular, dos cientistas sociais, atores estatais e organizações internacionais. Isto é especialmente evidente em contextos em que a inclusão de novas questões ou a revisão da redação das perguntas ou opções de resposta permanecem abertas para discussão.

Lutas sobre os termos do reconhecimento oficial – quais categorias etnorraciais e limites serão oficialmente sancionados e quais permanecerão oficialmente invisíveis – cedem facilmente às lutas por representação – quem pode falar em nome de quem? Esses esforços recentes moldaram o campo de organização do movimento social e os laços entre ONGs, ativistas, partidos políticos e atores nacionais e internacionais (Paschel, 2016).

Como previsto, a disponibilidade sem precedentes de dados étnicos e raciais sobre a população desencadeou uma avalanche de novas descrições e análises estatísticas sobre desigualdades étnicas e raciais. Na maioria dos países da região, permanece em aberto a questão de se, ou como, o acúmulo de estudos quantitativos documentando disparidades decorrentes de raça/cor ou etnia, generalizadas em indicadores de renda, saúde e educação, virá a traduzir-se em lutas políticas bem-sucedidas por mudanças incrementais ou mais transformadoras. A nova disponibilidade de dados etnorraciais da população reforçou as demandas dos ativistas por maiores benefícios de cidadania social, incluindo demandas por benefícios sociais direcionados como meio de reparação da marginalização histórica e/ou da discriminação contemporânea. Como observado acima, políticas de ação afirmativa para grupos etnorracionalmente definidos já estão em vigor em vários países da

América Latina e há pressão sobre os Estados, tanto por parte de ativistas nacionais quanto de organizações internacionais, pela introdução de mais iniciativas desse tipo no futuro. Tais políticas concentram-se na entrega direcionada de benefícios que vão desde serviços de saúde até moradia, alívio da pobreza até representação política. Entre as iniciativas mais visíveis e controversas estão aquelas focadas em ações afirmativas no campo da educação superior.

No Brasil, a proliferação de estudos sociais estatísticos sobre disparidades raciais no final dos anos 1980 e 1990 sustentou as reivindicações feitas pelo movimento negro e seus aliados para intervenções políticas específicas; o Brasil tornou-se líder na introdução de ações afirmativas no funcionalismo público e na educação superior. Mais recentemente, no entanto, o Brasil também se tornou um exemplo importante de reação organizada. O país tinha sido visto como um modelo regional de como a mobilização política poderia produzir mudanças no censo que, por sua vez, produziriam estatísticas etnorraciais, as quais, então, poderiam ser usadas para gerar pesquisas em ciências sociais sobre as desigualdades racializadas, que serviriam para orientar políticas públicas visando abordar essas desigualdades. Mesmo que este exemplo permaneça, a experiência brasileira mais recente de retrocesso reacionário a esse projeto político – e seus vínculos entre ativistas, cientistas sociais e atores estatais – é agora avaliada por seus vizinhos também como um exemplo de precaução.

Como a experiência brasileira demonstra muito bem, as políticas sociais que visam explicitamente abordar as desigualdades etnorraciais através de intervenções direcionadas a beneficiários definidos de acordo com sua etnia ou raça/cor, muitas vezes, chamam a atenção, primeiramente, para os processos políticos que informam a produção de dados desagregados por raça/cor e etnia. As batalhas políticas alimentadas, em parte, pelo registro estatístico dessas desigualdades tendem a reverter-se em batalhas políticas sobre a própria produção de estatísticas etnorraciais. Assim, à medida que os programas sociais com foco em tais desigualdades se espalham, as controvérsias sobre por que e como os Estados classificam os cidadãos por raça ou etnia provavelmente aumentarão. Assim como os Estados Unidos, também o Brasil, a Bolívia e uma crescente lista de países nas Américas provavelmente

testemunharão uma oposição crescente à ideia de que os Estados podem legitimamente produzir estatísticas etnorraciais.

O futuro da produção de dados demográficos etnorraciais na América Latina permanece incerto. De fato, é possível que os desafios à legitimidade da produção desses dados desestabilizem a legitimidade da própria coleta e análise governamental de dados demográficos. Desrosières (2014, p. 352) argumenta que “para que uma estatística desempenhe seu papel social como referência neutra, acima dos conflitos de grupos sociais, ela deve ser instituída, garantida, por procedimentos democráticos, eles próprios legítimos. Ela, então, contribui para produzir a realidade e não simplesmente refletir a realidade”. Embora a análise deste artigo possa apoiar a primeira parte desta afirmação, ela questiona a segunda: é evidente que as estatísticas demográficas etnorraciais podem contribuir para constituir as realidades que pretendem medir, mesmo quando sua legitimidade é contestada. Na verdade, isso ocorre mesmo quando sua legitimidade é contestada em todos os estágios de sua produção, institucionalização, análise e uso. O poder transformador de uma estatística e a aceitação democrática de seus meios de produção e institucionalização não estão estritamente ligados.

Se as estatísticas populacionais referidas a raça e etnia contribuem para (re)fazer a realidade da maneira como seus defensores e produtores pretendem é outra questão completamente diferente. As categorias etnorraciais oficiais, institucionalizadas em estatísticas e operacionalizadas através de políticas públicas, são constitutivas de subjetividades, mas não de uma forma tão controlada como podemos imaginar invocando a metáfora do “efeito circular” de Ian Hacking (1995). Ao invés de um ciclo fechado, as reverberações produtoras das categorias estatísticas oficiais para raça e etnia se reproduzem em uma espiral aberta, com forma mais ou menos encolhida e com a extremidade apontando para dentro ou para fora em relação aos movimentos dos atores políticos e às mudanças no terreno político. Como sugere a metáfora de um “efeito espiral”, a análise deste artigo e a crescente evidência na região ratificam que os efeitos transformadores das estatísticas etnorraciais podem ser tanto previsíveis quanto imprevisíveis; assim, a criação e o uso desses dados podem ser politicamente transformadores de modo

simultaneamente produtora e contraprodutora para os objetivos daqueles que os produzem.

A transformação do cenário de dados não está apenas alimentando a criação de novos conhecimentos sobre as desigualdades decorrentes de raça e etnia na América Latina; está também ajudando a definir novos espaços, subjetividades e demandas na luta política por reconhecimento, direitos e reparação para indivíduos e comunidades historicamente marginalizados – ao mesmo tempo em que alimenta a oposição nacionalista reacionária. Assim, enquanto no início do século XXI o *boom* da produção de estatísticas etnoraciais sobre as populações da América Latina é uma conquista política e sociocientífica histórica, é simultaneamente uma conquista politicamente controversa e tênue que pode muito bem ter uma vida curta.

Novos dados geraram novos conhecimentos sobre as desigualdades étnicas, raciais e de cor nas sociedades latino-americanas; esses novos conhecimentos, por sua vez, juntamente com o processo e a política de sua produção, alimentaram novos espaços, subjetividades e demandas da política. Estes contribuíram para a constituição política de identidades e fronteiras etnoraciais, para o avanço das reivindicações por maior igualdade e reconhecimento dos indivíduos e comunidades étnica e racialmente definidas, e para fomentar o surgimento de uma oposição reacionária organizada. Assim, no contexto do desdobramento das lutas políticas para desafiar as relações existentes entre Estados, cientistas e (não)cidadãos, ao se debaterem com a avalanche de dados populacionais referidos a raça e etnia na América Latina, com o intuito de avançar na compreensão das desigualdades etnoraciais, os cientistas sociais também devem manter a política da produção de tais dados, e seus efeitos transformadores sobre a política, dentro do quadro de análise.

Mara Loveman é Doutora em Sociologia e Professora do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia - Berkeley, EUA.

✉ mloveman@berkeley.edu

Referências

1. ANDREWS, George. **Blacks and whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988**. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.
2. BAILEY, Stanley R.; TELLES, Edward. Multiracial versus collective black categories: examining census classification debates in Brazil. **Ethnicities**, v. 6, n. 1, p. 74-101, 2006.
3. BAILEY, Stanley R.; PERIA, Michelle. Racial quotas and the culture war in Brazilian academia. **Sociology Compass**, v. 4, n. 8, p. 592-604, 2010.
4. BAILEY, Stanley R.; LOVEMAN, Mara; MUNIZ, Jeronimo. Measures of 'race' and the analysis of racial inequality in Brazil. **Social Science Research**, v. 42, n. 1, p. 106-119, 2013.
5. BORGES, Dain. 'Puffy, ugly, slothful and inert': degeneration in Brazilian social thought, 1880-1940. **Journal of Latin American Studies**, n. 25, p. 235-56, 1993.
6. BRAZIL. Ministério da Agricultura Indústria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920**. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1920.
7. BUVINIC, Mayra; MAZZA, Jacqueline. **Social inclusion and economic development in Latin America**. Inter American Development Bank, 2004.
8. CAMARGO, Alexandre de P. R. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In SENRA, Nelson de C.; CAMARGO, Alexandre de P. R. (orgs). **Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados**. (Estudos & Análises). Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 229-264.
9. CAMPOS, Luiz A. O pardo como dilema político. **Insight Inteligência**, n. 63 [online], 2013.
10. CANESSA, Andrew. Who is indigenous? Self-identification, indigeneity, and claims to justice in contemporary Bolivia. **Urban Anthropology**, v. 36, n. 3, p. 195-237, 2007.
11. CARVALHO, José Alberto M. de; WOOD, Charles; ANDRADE, Flávia. Estimating the stability of census-based racial/ethnic classifications: the case of Brazil. **Population Studies**, v. 58, n. 3, p. 331-343, 2004.
12. CARVALHO, José Jorge de. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, n. 23, p. 237-246, 2005.
13. CELADE - Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía. **Pueblos Indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe: relevancia y pertinencia de la información sociodemográfica para políticas y programas**. CEPAL, 27 de abril al 29 de abril de 2005.
14. DAFLON, Verônica T.; CARVALHAES, Flávio; FERES JÚNIOR, João. Sentindo na pele: percepções de discriminação cotidiana de pretos e pardos no Brasil. **Dados**, v. 60, n. 2, p. 293-330, 2017.

15. DEL POPOLO, Fabiana. **Los pueblos indígenas y afrodescendientes en las fuentes de datos:** experiencias en América Latina. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, CEPAL, 2008.
16. DESROSIÈRES, Alain. **The politics of large numbers:** a history of statistical reasoning. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1998.
17. DESROSIÈRES, Alain. Statistics and social critique. **Partecipazione e conflitto**, v. 7, n. 2, p. 348-359, 2014.
18. ECLAC - Economic Commission for Latin America and the Caribbean. Progress report on the biennial programme of regional and international cooperation activities of the Statistical Conference of the Americas of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) 2007-2009. Santiago: ECLAC, 2009.
19. EMIGH, Rebecca J.; RILEY, Dylan; AHMED, Patricia. **Changes in censuses from imperialist to welfare states.** How societies and states count. New York: Palgrave Macmillan, 2016.
20. ESTUPIÑÓN, Juan P. Afrocolombianos y el Censo 2005. **IB - Revista de la Información Básica**, v. 1, n. 1, art. 7, 2006. http://www.dane.gov.co/revista_ib/html_r1/articulo7_r1.htm
21. FERES JÚNIOR, João. Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 29, n. 1-3, p. 63-84, 2007.
22. FERES JÚNIOR, João. Ação afirmativa: política pública e opinião. **Sinais Sociais**, v. 3, n. 8, p. 38-77, 2008.
23. FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz A.; DAFLON, Veronica T. Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d'O Globo. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 2, p. 61-83, 2011.
24. FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
25. FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos C.; MONTEIRO, Simone; SANTOS, Ricardo V. (orgs.). **Divisões perigosas:** políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.
26. GUIMARÃES, Antônio Sergio. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Revista Cadernos de Campo**, n. 20, p. 1265-1271, 2011.
27. GUIMARÃES, Antônio Sergio. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 1999.
28. HACKING, Ian. Biopower and the avalanche of printed numbers. **Humanities in Society**, n. 5, p. 279-295, 1982.
29. HACKING, Ian. The looping effect of human kinds. In: SPERBER, Dan; PREMACK, David; PREMACK, Ann J. (eds.). **Causal cognition:** a multidisciplinary debate. New York: Clarendon, 1995.

30. HALE, Charles. Does multiculturalism menace? Governance, cultural rights, and the politics of identity in Guatemala. **Journal of Latin American Studies**, v. 34, n. 3, p. 485-524, 2002.
31. HANCHARD, Michael. **Orpheus and power: the Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
32. HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
33. HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do V. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
34. HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do V. Notes on racial and political inequality in Brazil. In HANCHARD, Michael (ed.) **Racial politics in contemporary Brazil**. Durham: Duke University Press, 1999. p. 154-178.
35. HERINGER, Rosana; JOHNSON, Ollie; JOHNSON III, Ollie A. (orgs.). **Race, politics and education in Brazil: affirmative action in higher education**. London: Palgrave Macmillan, 2015.
36. HOOKER, Juliet. **Race and the politics of solidarity**. Oxford University Press, 2009.
37. HOOKER, Juliet. Indigenous Inclusion/black exclusion: race, ethnicity and multicultural citizenship in Latin America. **Journal of Latin American Studies**, v. 37, n. 2, p. 285-310, 2005.
38. HTUN, Mala. From 'racial democracy' to affirmative action: changing state policy on race in Brazil. **Latin American Research Review**, v. 39, n. 1, p. 60-89, 2004.
39. IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
40. IDB - Interamerican Development Bank. **BID, Banco Mundial y Colombia auspician seminario internacional sobre factores raciales y étnicos en censos de América Latina**. Press release, 7 Nov., 2000. <http://www.iadb.org/es/noticias/comunicados-de-prensa/2000-11-07/bid-banco-mundial-y-colombia-auspician-seminario-internacional-sobre-factores-raciales-y-etnicos-en-censos-de-america-latina,799.html>
41. LOVEMAN, Mara. The race to progress: census-taking and nation-making in Brazil, 1870-1920. **Hispanic American Historical Review**, v. 89, n. 3, p. 435-470, 2009.
42. LOVEMAN, Mara. **National colors: racial classification and the state in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
43. LOVEMAN, Mara; MUNIZ, Jeronimo; BAILEY, Stanley. Brazil in black and white? Race categories, the census, and the study of inequality. **Ethnic and Racial Studies**, v. 1, n. 18, p. 1466-1483, 2011.

44. MAIO, Marcos C. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.
45. MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. Mestizaje and the discourse of national/cultural identity in Latin American 1845-1959. **Latin American Perspectives**, v. 25, n. 100, p. 21-42, 1998.
46. MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs.) **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996. p. 107-124.
47. MITCHELL, Michael. Racial identity and political vision in the black press of São Paulo, Brazil, 1930-1947. **Contributions in Black Studies**, v. 9, art. 3, 1992.
48. MORA, G. Cristina. Cross-field effects and ethnic classification: the institutionalization of Hispanic panethnicity, 1965 to 1990. **American Sociological Review**, v. 79, n. 2, p. 183-210, 2014.
49. MUNIZ, Jerônimo. Sobre o uso da variável raça-cor em estudos quantitativos. **Rev. Sociol. Política**, v. 18, n. 36, p. 277-291, 2010.
50. NOBLES, Melissa. **Shades of citizenship: race and the census in modern politics**. Stanford: Stanford University Press, 2000.
51. OLIVEIRA, Cleuci de. One woman's fight to claim her 'blackness' in Brazil. **Foreign Policy**, July 24, 2017.
52. OTERO, Hernan. **Estadística y nación: una historia conceptual del pensamiento censal de la Argentina moderna 1896-1914**. Buenos Aires: Prometeo Libros. 2006.
53. PASCHEL, Tianna. The right to difference: explaining Colombia's shift from color-blindness to the law of black communities. **American Journal of Sociology**, v. 116, n. 3, p. 729-769, 2010.
54. PASCHEL, Tianna. The beautiful faces of my place people: race, ethnicity and the politics of Colombia's 2005 census. **Ethnic and Racial Studies**, n. 36, p. 1544-1563, 2013.
55. PASCHEL, Tianna. **Becoming black political subjects**. Princeton: Princeton University Press, 2016.
56. PETRUCELLI, Jose L. Brazilian ethnoracial classification and affirmative action policies: where are we and where do we go? In: SIMON, Patrick; PICHE, Victor; GAGNON, Amelie A. (orgs.). **Social statistics and ethnic diversity: cross-national perspectives in classifications and identity politics**. London: Springer, IMISCOE Research Series, 2015.
57. PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fulvia. Color in the Brazilian census. In: REICHMANN, Rebecca (ed.). **Race in contemporary Brazil: from indifference to inequality**. University Park: Pennsylvania State University Press, 1999. p. 37-52.

58. PORTER, Theodore M. **The rise of statistical thinking**, 1820-1900. Princeton: Princeton University Press, 1986.
59. RODRÍGUEZ-PIÑERO, Luis. **Indigenous peoples, postcolonialism and international law**. The ILO regime (1919-1989). Oxford: Oxford University Press, 2005.
60. SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições, e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
61. SCHWARTZMAN, Luisa F. Seeing like citizens: unofficial understandings of official racial categories in a Brazilian university. **Journal of Latin American Studies**, v. 41, n. 2, p. 221-250, 2009.
62. SILVA, Nelson do V. **Black-white income differentials in Brazil**. Tese Doutorado em Sociologia. Universidade de Michigan, Michigan, 1978.
63. SKIDMORE, Thomas. **Black into white: race and nationality in Brazilian thought**. Oxford: Oxford University Press, 1993.
64. SOMMER, Doris. **Foundational fictions: the national romances of Latin America**. Berkeley: University of California Press, 1991.
65. TEIXEIRA, Moema de P. **Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
66. UN - United Nations. Secretariat of the Permanent Forum on Indigenous Issues. **Workshop on Data Collection and Disaggregation for Indigenous Peoples**. (Report). New York, 19-21 of January 2004. http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/workshop_data_ilo.doc
67. VEJO, Tomás P.; YANKELEVICH, Pablo (Orgs.). **Raza y política en Hispanoamérica**. Diásporas. Madrid: Iberoamericana Vervuert; Mexico City: Bonilla Artigas Editores; Mexico City: El Colegio de México, 2017.

Recebido em: 11 de dezembro de 2020.

Aceito em: 22 de março de 2021.

<http://doi.org/10.1590/15174522-109780>

Quando o Estado mata: desafios para medir os crimes contra a vida de autoria de policiais¹

Samira Bueno* 

Renato Sérgio de Lima** 

Arthur Trindade Maranhão Costa*** 

Resumo

O artigo discute os processos e taxonomias utilizadas para classificar os episódios de homicídios praticados por policiais no Brasil, utilizando como estudo de caso o estado de São Paulo. Trata-se de um esforço de diálogo entre os campos da sociologia da segurança pública e o da sociologia da quantificação aliado ao estudo empírico da produção e uso de estatísticas criminais por parte das instituições que compõem o sistema de justiça criminal e segurança pública do Brasil. O objetivo, aqui, é relatar como a disputa em torno das mortes decorrentes de intervenções policiais está inserida em uma disputa maior sobre o sentido das políticas de segurança pública, e que as nomenclaturas adotadas consistem em táticas que buscam garantir a legitimidade do uso da força letal pelas polícias. A criação de múltiplas categorias para mensurar o resultado morte em decorrência da atividade policial e sua contabilização apartada dos homicídios dolosos constituem estratégia que turva a compreensão completa do significado dessas ocorrências e revela o quanto a opacidade ainda está presente, no país, na forma de governar e responder às demandas por mais eficiência no controle do crime e na manutenção da ordem pública.

Palavras-chave: Polícia, estatísticas, letalidade, homicídio, violência.

¹ Este artigo é desdobramento atualizado do capítulo da tese de doutorado de Samira Bueno, que investigou o uso da força letal pela Polícia Militar no Estado de São Paulo e que, em seu capítulo 4, discutiu as diferentes taxonomias adotadas pelo governo para justificar uma intervenção policial que resultou na morte de um civil (Bueno, 2018).

* Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo, SP, Brasil.

** Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.

*** Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

When the State kills: challenges to measure crimes against life by police

Abstract

The article discusses the processes and taxonomies used to classify homicides practiced by police in Brazil, taking the state of São Paulo as a case study. Based on an empirical study about the production and use of criminal statistics by institutions that constitute the criminal justice and public security systems in Brazil, the article brings some reflections in dialogue between the fields of sociology public security and sociology of quantification. The objective here is to demonstrate how the dispute over deaths resulting from police interventions is part of a larger dispute over the meaning of public security policies, and that the adopted nomenclatures consist of tactics that seek to guarantee the legitimacy of the use of lethal force by the police. The creation of multiple categories to measure the result of deaths perpetrated by police officers and their registration apart from intentional homicides is a strategy that obscures the complete understanding of the meaning of these occurrences and it reveals how much opacity is still present, in the country, in the way of governing and responding to demands for more efficiency in controlling crime and maintaining public order.

Keywords: police, statistics, lethality, murder, violence.

Introdução

A produção e utilização sistemática de estatísticas criminais no Brasil remonta à década de 1870, quando, em 1871, foi promulgada a Lei 2.033 que, pela primeira vez, obrigava as províncias do país a produzirem e se submeterem a um mesmo padrão de classificação de registros de crimes. Naquele período, marcado como de burocratização, especialização e institucionalização do controle social, a produção de estatísticas criminais tornou-se um eixo estratégico de manutenção de governos e de poder; tornou-se insumo para a garantia de espaços opacos e discursos de verdade das instituições (Lima, 2005). De lá para cá, ao contrário de serem fruto de um processo burocraticamente racional e organizado, conectado às opções político-institucionais sobre regimes de

Estado e de Governo e/ou aos novos formatos do pacto federativo brasileiro, os dados sobre crimes e criminosos continuaram a ser produzidos em grandes volumes, por diferentes órgãos e fontes, mas quase sem nenhuma coordenação entre as agências encarregadas de manter a ordem pública e prover segurança.

Os 150 anos de produção de dados policiais e criminais não foram capazes de romper com as noções de que estatísticas são meros subprodutos técnicos da ação das instituições de Estado e, por isso, isentas na descrição da realidade, e de que decisões sobre formulação e implementação de políticas criminais devem ser pensadas mais pela “experiência” das burocracias em como lidar com crimes, criminosos e violência. Diante desse fato, nota-se uma dissonância entre a produção e o uso de dados criminais, a qual distancia o registro estatístico e sistemático de ocorrências policiais de perspectivas que assumam, por exemplo, a transparência e a divulgação de dados como pressupostos estratégicos para a democratização das instituições de segurança pública e justiça criminal. Dissonância esta que estaria fundada não apenas na não publicização de dados que são burocraticamente produzidos, mas também na operação de um complexo sistema de equivalências morais e legais que pode revelar o papel da violência nas disputas políticas acerca das concepções de lei e ordem que regem as políticas de segurança pública no Brasil (Lima, 2019).

Para tentar aprofundar este debate, o presente artigo buscará detalhar, a partir do estudo do caso do estado de São Paulo, a forma de classificação e mensuração dos registros de mortes decorrentes de intervenções policiais, visando, com base nesse detalhamento, jogar luz sobre como categorias, nomenclaturas e tipologias traduzem, na prática, as referidas disputas acerca do significado de lei e ordem. Isso porque, se a essência do mandato policial reside no exercício do poder coercitivo autorizado pelo respaldo da força física de forma legítima e legal (Muniz; Proença Jr.; Diniz, 1999), a distinção entre o uso da força legítima e ilegítima permanece como um desafio para nações democráticas. Para muitos, polícia matar é sinônimo de eficiência no combate aos criminosos e, portanto, quanto mais mortes

decorrentes de intervenção policial existirem, mais socialmente legitimados os padrões policiais estariam por gerar tal efeito. E, em sentido contrário, a legitimidade do uso da força não recairia na maior quantidade de mortes provocadas, mas no controle da violência pautado na cidadania e na preservação da vida. Nesse sentido, mensurar episódios fatais envolvendo policiais é apenas uma das formas de visibilizar a discussão sobre as bases sociais da legitimidade do uso da força por parte das instituições policiais.

Em outras palavras, o pressuposto aqui assumido é que a produção de indicadores e estatísticas não é, portanto, um processo isento ou imparcial. A produção de qualquer dado ou registro administrativo é feita por pessoas que agem coletivamente, refletindo necessariamente a sua interpretação acerca de determinada realidade (Becker, 1963). Assim, a opção em relação ao que mensurar é necessariamente uma escolha da política e/ou da burocracia, por conseguinte, os registros oficiais sempre informarão uma verdade construída pelo governo em relação a determinado tema. Não à toa, para fins analíticos, utilizaremos o indicador considerado como de maior confiabilidade e comparabilidade no campo da criminologia e justiça criminal, que é o crime contra a vida. Afinal, apesar das diferentes tipificações penais de cada país, o homicídio doloso produz prova irrefutável de um crime – o corpo –, o que em tese seria relativamente fácil de ser mensurado para qualquer governo, além de ser fenômeno normalmente monitorado por mais de um sistema ou área da gestão pública (Kahn, 2014). Não obstante esse fato, há diferentes formas de monitorar homicídios e mortes. No caso dos registros criminais, especificamente, isso se mostra ainda mais complexo, na medida em que não há consenso sobre quais eventos configuram crimes e transgressões, e, por consequência, quem é o criminoso. Ou seja, se o conceito de crime – e a definição do sujeito criminoso – é uma construção social, é justamente essa definição que vai pautar a decisão sobre quais dados coletar e quais fenômenos merecem ser monitorados (Ratton Jr., 1996).

Por essa perspectiva, o presente artigo busca aproximar a sociologia da violência e da segurança pública da sociologia da quantificação. É uma

contribuição da análise das políticas de segurança pública para o debate da sociologia da quantificação e, assim sendo, suas referências e/ou, mesmo, suas lacunas ou reiteraões precisam ser compreendidas. E, para fazer isso, o texto dialoga com a tradição dos estudos clássicos da sociologia da violência, mas reconhece que ainda são raros os estudos sobre os papéis político-institucionais dos dados e como eles revelam opções sobre modelos de controle da ordem e a aceitação da violência no Brasil, a exemplo do estudo de Lima (2019) e, mais recentemente, Bueno (2018).

Entre os estudos do campo da sociologia da violência, um marco é o estudo de Paixão (1987), desenvolvido como reflexão do trabalho na Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, a respeito dos indicadores sociais de criminalidade. Para este estudo, por trás de uma “aparência positivista” do acompanhamento de índices e taxas, há uma preocupação política importante com a forma de gerenciamento das instituições estatais e com o controle do poder por elas exercido. Daí a necessidade, para Paixão, de monitorar as diversas etapas e momentos em que o estado exerce o controle social e, a partir disso, visualizar os mecanismos de seleção e discriminação próprios das estruturas autoritárias. Com base em reflexões de Edmundo Campos Coelho (1986) e de Alba Zaluar (1985), o autor analisa a existência de lacunas nos dados como o reflexo da ausência de política sistemática de controle da criminalidade, mas também como ausência de uma política de transparência das ações estatais.

Por certo, tais assertivas estão em muito influenciadas pelo momento social em que o autor escrevia, ou seja, um momento em que cresciam as dificuldades em promover a democratização das instituições ligadas ao controle social e ao combate da criminalidade em paralelo ao crescimento da criminalidade urbana. Nessa reconfiguração da cena do crime e da violência no Brasil, Paixão foi um dos pioneiros a perceber que estávamos diante de um grande e fértil solo para o refortalecimento de demandas conservadoras e de endurecimento das políticas de controle, bem como de legitimação de ilegalismos como violências privadas, violência policial. Era o momento em que surge a necessidade de mapear com maior precisão

o impacto real do crime, diferenciando-o do contexto cultural implicado no crescimento da violência urbana. Nesse aspecto, Paixão faz parte de um grupo de pesquisadores preocupados em diferenciar as ocorrências reais dos crimes das representações sociais sobre as razões do aumento do crime, do medo da violência, e da ideologia do combate ao crime que foi sintetizada na frase “bandido bom é bandido morto”. Assim, ele atribui à ausência de informações contínuas, sistemáticas e comparáveis o distanciamento do cidadão do controle democrático da atuação das instituições e a permeabilidade das instituições a mecanismos informais de “inteligência organizacional”, resultando em ilegalismos. Paixão chama a atenção para o fato de que estatísticas e dados oficiais são produtos organizacionais, que fazem sentido como indicadores sociais apenas na medida em que são analisados de forma combinada entre si, permitindo identificar os vieses organizacionais implicados em sua produção (Paixão, 1987).

Entretanto, Paixão (1987) não considera – talvez ele mesmo influenciado pelo positivismo em torno dos números – que as ausências são sociologicamente evidências que precisam ser contempladas em qualquer modelo analítico mais denso. Para esse empreendimento, os temas tratados originalmente pelo autor, que revelam como a estatística foi se tornando uma ciência de Estado, têm sido mais explorados pela sociologia da quantificação. Nesse outro campo de saber, o quantificar virou tema de reflexão autônoma a partir da década de 1990, a exemplo dos estudos de Alain Desrosières (1998; 2001), Bruno Latour (2004), Ian Hacking (1991) e Kevin Haggerty (2001), que chamaram atenção para alguns aspectos teóricos fundamentais acerca da intersecção entre produção e uso de dados, em especial aqueles sobre os “centros de cálculos” que, para Latour (2004), correspondem aos espaços encarregados de coordenar a transformação de dados em agregados estatísticos que sirvam ao governo do Estado e da sociedade.

A sociologia da quantificação destacará que, conforme síntese desses autores fundantes da sociologia da quantificação feita por Lima (2005), as estatísticas não são desprovidas de ideologia e retroalimentam

o funcionamento e os interesses da burocracia de Estado, que é, por sua vez e em última instância, a responsável pela produção das estatísticas e por determinar não somente regras administrativas, mas classificações e critérios de seleção de prioridades de governo (Hacking, 1991). O problema, portanto, estaria nos parâmetros e os objetivos por detrás das classificações, os quais, no limite, traduziriam a gramática e a linguagem do poder. Em complemento, para Alain Desrosières (1993), o objeto e as nomenclaturas da estatística enquanto ciência de Estado formam uma linguagem convencional de referência, cuja existência permite que um certo espaço público se desenvolva, mas cujo vocabulário e sintaxe podem ser colocados em debate. Para esse autor, as convenções de equivalência e permanência dos objetos que fundam a prática estatística são, elas também, o produto de investimentos políticos, sociais e técnicos que precisam ser observados

Nessa perspectiva, segundo Nelson Senra (2000), precisamos compreender quem oferece as estatísticas e como esse processo é realizado, numa discussão sobre o possível em contraponto ao desejável e que será conduzida na esfera de “centros de cálculo”. Estes últimos – um conceito já mencionado anteriormente – nas palavras de Haggerty (2001), funcionam como um recurso de poder no âmbito do qual serão discutidas as nomenclaturas e as técnicas utilizadas no levantamento dos registros estatísticos, determinando, assim, os discursos que melhor amparem as estratégias de dominação estabelecidas e estabelecendo os regimes de verdades institucionais que serão disseminadas.

Este é o objetivo deste artigo. Analisar como a produção e o uso de dados sobre homicídios em geral e mortes decorrentes de intervenções policiais, em particular, estão conectados com a lógica em uso de funcionamento das instituições de segurança pública e com as disputas em torno do sentido e da agenda das políticas de segurança nos pós-1988, cujo foco se desloca de uma segurança pública voltada à defesa do Estado para uma segurança pública destinada a garantir direitos civis e sociais de cidadania. Assim, o artigo está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda parte apresentamos a comparação entre os dados de homicídios praticados

por policiais² do SIM/Datasus e os coletados pelo Fórum de Segurança Pública junto às instituições policiais, apresentando as diferenças entre os sistemas de informação. Na terceira parte é introduzida a discussão sobre as diferentes nomenclaturas utilizadas pelas polícias no Brasil para classificar um caso de morte em decorrência de intervenção policial, assim como as disputas envolvidas. Na parte quatro apresentamos o estudo de caso a partir dos registros de letalidade policial no Estado de São Paulo, bem como as diferentes nomenclaturas adotadas entre os anos 1990 e 2019. A última parte traz a conclusão, com a reflexão sobre as disputas políticas e simbólicas envolvidas em torno do contar os homicídios praticados por policiais e suas conexões com as disputas em torno do sentido da segurança pública e do controle social.

O desafio de medir as mortes provocadas pelo Estado: comparando os registros do sistema de saúde e de segurança pública

O primeiro esforço de consolidação de uma base de estatísticas criminais no mundo ocorreu no Congresso Geral de Estatística, realizado em Bruxelas em 1853, proposta que seria reiterada no Congresso Internacional sobre Prevenção e Repressão ao Crime, organizado em Londres em 1872 (FBSP, 2016). Naquele momento, justificava-se a coleta de estatísticas criminais em função da ideia de se buscar as causas do crime, o que foi mudando ao longo do século XX. Como resultado, diferentes projetos de sistematização de indicadores criminais passaram a ter como foco os sistema de justiça penal, o que contou com grande influência das Organização das Nações

² Ao longo deste artigo os episódios envolvendo a ação de policiais que resultam em morte serão tratados como homicídios de autoria de policiais, mortes em decorrência de intervenção policial e letalidade policial, sendo que as três nomenclaturas caracterizam um mesmo fenômeno: boletins de ocorrência oficialmente registrados pelas autoridades policiais e que indicam um agente estatal da ativa como o autor de um caso que resultou em morte, independentemente se em serviço ou fora. Esses episódios não incluem chacinas e execuções sumárias, e sim aqueles casos que envolvem o reconhecimento do excludente de ilicitude.

Unidas (ONU) que tem dentre suas missões ajudar os governos na gestão da justiça criminal (FBSP, 2016). Mas só os registros policiais não são suficientes. O *Crime Trend Survey* (CTS), maior projeto de criminologia comparada do mundo, é conduzido pela ONU e levanta, desde a década de 1970, indicadores de criminalidade em vários países. No caso dos homicídios, o CTS trabalha com duas fontes de registros administrativos, aqueles produzidos pelos sistemas da área da saúde pública e os produzidos pelo sistema de justiça criminal e segurança pública. Isso porque o campo da saúde pública conta com um eficiente sistema padronizado de classificação internacional de doenças, consolidado na Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, atualmente em sua décima edição (CID-10).

No Brasil, cabe ao Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde a consolidação de estatísticas epidemiológicas e, em uma aproximação com as estatísticas de crimes contra a vida, é o capítulo sobre causas externas de mortalidade que consolida as categorias que podem ser equiparadas aos homicídios e outras mortes violentas intencionais. Já no campo da segurança pública e justiça criminal, o Escritório da ONU para Crimes e Drogas é o responsável, por sua vez, pela consolidação da Classificação Internacional de Delitos para Fins Estatísticos, aprovada na 46ª sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas, em março de 2015, e pela Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, em sua 24ª sessão, em maio de 2015, como um padrão estatístico internacional para coleta de dados.

A adequação à Classificação Internacional de Delitos para Fins Estatísticos ocorreu no Brasil através da portaria nº 229,³ de 10 de dezembro de 2018, publicada pelo então Ministério da Segurança Pública. Segundo a portaria, o objetivo é “unificar e padronizar as classificações e o envio de dados pelos entes federados a serem implementados e fornecidos pelo

³ BRASIL. Portaria nº 229, de 10 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/54520504/do1-2018-12-11-portaria-n-229-de-10-de-dezembro-de-2018.

Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas – Sinesp”.⁴ Apesar de o Estado brasileiro ter aderido à classificação da ONU, sua implementação ainda parece longe de ser realidade.

Em um país federativo, e em uma área que tradicionalmente não conta com coordenação federal (Lima, 2019), cabe a cada unidade federativa o registro e sistematização de seus indicadores de criminalidade, o que é feito pelas polícias estaduais, em especial pela Polícia Civil. Criado em 2012, o Sistema Nacional de Estatística em Segurança Pública – SINESP até hoje não se consolidou como um sistema de atualização periódica dos dados,⁵ o que ocorre apenas pela ação da sociedade civil organizada. Desde 2006, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) cumpre esse papel, a partir da coleta, via Lei de Acesso à Informação, junto às instituições estaduais, e através da publicação do *Anuário brasileiro de segurança pública*. Entretanto, mesmo com a importância da ação da sociedade civil organizada em dar transparência aos obscenos números da violência letal registrados anualmente no Brasil, compreender o que decorre após estes crimes permanece um desafio.

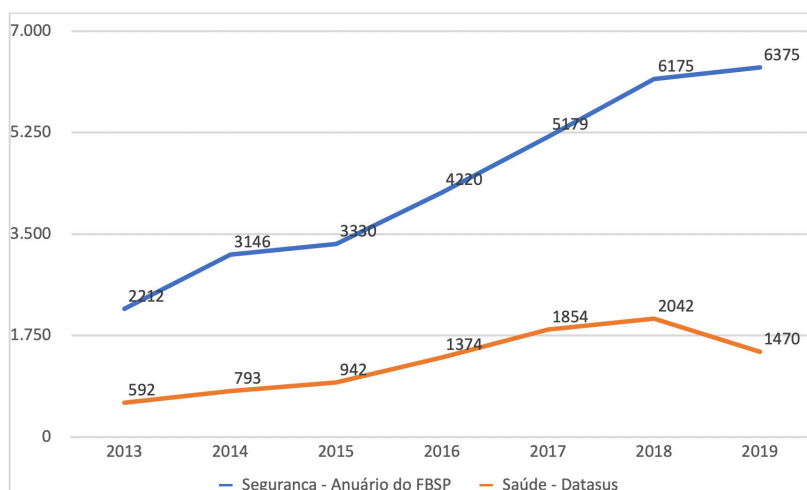
Os registros de mortalidade provocada por agentes do Estado constituem um dos principais exemplos sobre o desafio de definir denominadores sobre o que e como se contam tais fenômenos. Para começar, a categoria “intervenção legal” na saúde é muito frágil, o que dificulta significativamente a utilização desse sistema para a medição do fenômeno. A Classificação

⁴ O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP) foi criado formalmente pela lei 12.681 de 4 de julho de 2012, tendo por objetivo regulamentar o processo de coleta, análise, atualização e sistematização das estatísticas criminais produzidas pelas Unidades da Federação. A lei do Sinesp foi alterada pela lei 13.675 de 11 de junho de 2018, que criou o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Com a alteração, o Sinesp passa a ter também o caráter de acompanhamento e avaliação das políticas implementadas pelos entes federados – pelo menos formalmente –, além de incluir o banco de dados de perfil genético e digitais.

⁵ O Sinesp não divulga, por exemplo, estatísticas relativas às mortes por intervenções policiais, que respondem por 13,3% de todas as mortes violentas intencionais segundo dados do último *Anuário brasileiro de segurança pública* (FBSP, 2020).

Internacional de Doenças (CID 10) define essa categoria como reservada para casos de conflitos armados e, tradicionalmente, ela é vista como reservada para registro de operações de guerra, havendo, por parte dos médicos que preenchem as declarações de óbito que são a base para os dados, certa resistência em assumir ações policiais que resultam em morte como operações de conflitos armados. Assim, a comparação entre os registros coletados pelo sistema de saúde e os compilados pelo FBSP, cuja fonte primária são os boletins de ocorrência policial, indica a enorme divergência entre os sistemas. Em 2019, os dados da segurança pública mostraram-se 333% superiores aos registrados pela saúde que indicam tendência de queda, ao passo que os registros de segurança pública demonstram crescimento do fenômeno desde que passaram a ser coletados em 2013, conforme indica o gráfico 1.

Gráfico 1- Mortalidade provocada por policiais no Brasil - comparação entre sistemas da saúde e segurança pública



Fonte: SIM/Datusus; Anuário brasileiro de segurança pública (2020).

Vale ressaltar que a Segurança Pública e a Saúde têm metodologias diferentes para contar mortes, uma vez que refletem os objetivos e as condições de produção de cada área. O sistema de justiça criminal quer saber se existiu um crime, como ele pode ser classificado juridicamente, se ele foi intencional, qual a motivação, como foi praticado e outras informações que permitam a identificação e punição do autor. Sua finalidade é jurídica e de instrução da persecução penal. A saúde quer saber a causa biológica da morte, os meios utilizados, o perfil da vítima, o contexto em que ocorreu e outras informações de cunho epidemiológico que sirvam para criar políticas preventivas (Kahn, 2014). O foco, neste caso, é o fenômeno de uma pessoa matar outra, que, a depender do contexto, tem diferentes tipificações penais possíveis na segurança. Cada sistema estatístico refletirá, portanto, as preocupações pertinentes ao seu universo e nenhum deles é necessariamente superior *a priori*. No caso das mortes por intervenções policiais, importa menos para o sistema de saúde a autoria, o que justifica a diferença, como já mencionado anteriormente. A questão é que, independentemente das diferenças metodológicas, a comparação entre as fontes deveria resultar em congruência e se espera que a magnitude do fenômeno seja aproximadamente a mesma, de modo que os locais apontados como mais violentos por uma deveriam coincidir com os locais indicados pela outra, e assim por diante. Isso ocorre quando somamos as mortes por agressão às intervenções legais e comparamos com as mortes violentas intencionais, mas não quando desagregamos as mortes que decorrem da ação dos agentes estatais.

Essa incongruência coloca um enorme desafio às políticas públicas de redução da violência, já que mensurar as mortes provocadas por agentes estatais tem dependido exclusivamente dos registros policiais e, mesmo neste sistema, entender a frequência desse fenômeno não é exatamente uma tarefa simples. Em uma reiteração, as opções institucionais e burocráticas por trás dos registros oficiais revelam muito mais do que a existência de uma vítima cuja morte foi provocada por um policial; revelam valores e

moralidades que determinam *qual* nomenclatura esta ocorrência vai assumir, *como* essa narrativa será construída e *quem* é vítima da ação policial.

A tipificação da letalidade da polícia nos boletins de ocorrência

No Brasil, a letalidade produzida pelas polícias em geral assume a nomenclatura de “auto de resistência” ou de “morte por oposição à intervenção policial” nos boletins de ocorrência. Os autos de resistência não constituem um tipo criminal específico, são na realidade crimes de homicídio – tipificados no artigo 121 do Código Penal (CP) – teoricamente praticados com “exclusão de ilicitude”. Segundo o artigo 23 do CP, não existe crime se o agente o pratica em estado de necessidade, em legítima defesa ou em estrito cumprimento de dever legal/no exercício regular de direito.

No Brasil, a nomenclatura adotada nesses casos é objeto de disputa antiga entre as polícias e movimentos de direitos humanos. A sociedade civil organizada sempre argumentou que as nomenclaturas “resistência seguida de morte” e “auto de resistência”, comumente utilizadas nos registros policiais até 2012, partiam do princípio de que a vítima da ação letal era, desde o início da ocorrência tratada como criminosa, dado que teria resistido a uma determinação do Estado, e, por conseguinte, criminalizada *a priori* (Misse *et al.*, 2013). Em função das pressões exercidas, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República determinou a Resolução n. 8, de 20 de dezembro de 2012, que recomendava a abolição das designações “resistência seguida de morte” e “autos de resistência” nos registros policiais, recomendando o uso de “homicídio decorrente de intervenção policial” (Bueno, 2014).

Em reação a esta medida, o Conselho Superior de Polícia, vinculado ao Ministério da Justiça, e o Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil divulgaram a Resolução Conjunta n. 2, de 13 de outubro de 2015, determinando a adoção de “homicídio decorrente de oposição à intervenção policial” nos casos de mortes de autoria de policiais, retomando a ideia da

resistência no registro oficial. Mais do que uma questão simbólica, a medida responde a uma reivindicação das polícias de todo o país em relação ao que significa o uso da força letal perpetrado pelos agentes estatais e sua não inclusão no rol de crimes.

A ideia central neste debate é que o policial não mata e tampouco é um homicida, apenas responde a uma ação de um criminoso com a força que julgou adequada e, por ser o representante da lei e possuir fé pública, esta não pode ser configurada crime. O fato de as vítimas das ações policiais serem quase que exclusivamente do sexo masculino, jovens, majoritariamente negros⁶ e residentes das periferias reforça esse argumento, já que são construídos como sujeitos matáveis. Caracterizados como moralmente condenáveis, perigosos e criminosos, as vítimas da ação policial constituem sujeitos a quem se reservam as piores punições (Misse, 2010). Nesse sentido, o controle do uso da força policial é ainda mais difícil porque, não raro, o arbítrio e a violência estatal contam com a anuência – ou mesmo com a demanda – da população, que vê no castigo físico aplicado ao desviante uma forma de justiça (Oliveira, 2010; Machado; Noronha, 2002). Sua morte, portanto, não é apenas aceitável, mas muitas vezes desejável.

Essa perspectiva, no entanto, não é exclusividade do contexto brasileiro. Sherman e Langworthy (1979) mostraram em estudo realizado na década de 1960 que uma das dificuldades relacionadas à contabilização de homicídios praticados por policiais nos Estados Unidos se deve justamente ao fato de a maioria da população acreditar que essas ocorrências não eram crime. Isso foi verificado por meio de um *survey* de 1969, no qual 57% da população afirmava que ocorrências com “vítimas de tiros da polícia” não deveriam ser consideradas crime. Diante desse impasse, e de ao menos quatro diferentes fontes para tentar mensurar o fenômeno – registros de óbitos, registros

⁶ Dados do último *Anuário brasileiro de segurança pública* (2020) demonstram que as Polícias Civil e Militar vitimaram 6.375 pessoas em 2019. Destas, 99,2% eram do sexo masculino, 79,1% eram negras, e 74% eram adolescentes ou jovens com no máximo 29 anos. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>

policiais, relatórios do FBI e matérias de jornal –, os autores concluíram que todas as fontes possuíam significativas limitações.

Quatro décadas após a publicação do artigo, a contabilização das mortes provocadas por policiais permanece um desafio nos EUA e projetos jornalísticos, como o “The Counted” do jornal *The Guardian* (US edition) e o “Fatal Force” do *The Washington Post*, esforçam-se para monitorar e contabilizar todos os mortos em decorrência de ações de policiais em território estadunidense, contando essas histórias a partir de outras narrativas que não exclusivamente a versão policial. Assim como no Brasil, os casos de violência policial nos EUA atingem de forma desproporcional homens negros, indicando um padrão de seletividade em relação ao uso da força. Tanto o projeto do *The Guardian* quanto o do *Washington Post* encontraram no monitoramento jornalístico das vítimas números superiores à estatística oficial, registrada pelo FBI.⁷

Do ponto de vista da Classificação Internacional de Crimes para Fins Estatísticas do Escritório da das Nações Unidas para Crimes e Drogas (UNODC, 2015), os registros oficiais deveriam diferenciar os casos em que o policial fez uso da força letal de forma apropriada daqueles em que houve uso excessivo da força. Segundo o UNODC, quando se verifica que o policial fez uso da força letal de forma necessária e para proteção da vida, o registro estatístico deve assumir a nomenclatura morte decorrente de intervenção policial (*death due to legal interventions*), conforme explicação a seguir:

A morte decorrente de intervenção legal refere-se à morte infligida a uma pessoa pela polícia ou por outros agentes responsáveis pela aplicação da lei, incluindo militares em serviço, no decurso de uma prisão ou tentativa de prisão, de infração de leis, suprimindo distúrbios, manutenção da ordem e outras ações legais em que o uso da força pelo agente responsável pelo

⁷ O FBI contabiliza os registros de *justifiable homicides*, definido como “a morte de um criminoso por um agente da lei no cumprimento do dever legal”, mas nem todas as polícias informam sua contagem anual de homicídios tidos como justificáveis, tornando a contabilidade oficial muito menor do que o número real. Os dados coletados pelo “The Counted” de homicídios praticados por policiais em 2015, por exemplo, mostraram-se 160% superiores ao número oficial divulgado pelo FBI.

cumprimento da lei é necessário para proteger a vida (UNODC, 2015, p. 33, tradução nossa).⁸

Já os casos em que se verificarem excessos e o policial usar da força letal além do necessário devem ser registrados como “morte resultante de excessivo uso da força por agente estatal”, conforme depreende-se do trecho a seguir:

Homicídios causados pelo uso excessivo da força por agente estatal responsável pela aplicação da lei: a morte como resultado do uso da força por parte da lei ou de outros funcionários estaduais que excederam os limites estabelecidos por padrões nacionais e internacionais do que é estritamente necessário e exigido para o desempenho de seus deveres (UNODC, 2015, p. 33, tradução nossa).⁹

Verifica-se que, embora exista uma recomendação internacional, os conceitos são muito vagos e geralmente não explicitam o que é o uso desnecessário ou desproporcional da força letal, ou mesmo quando ele é necessário. O caráter subjetivo dessas ações também fica evidente nos documentos que regulam o uso da força pelas polícias, no âmbito da ONU e no Brasil. Isso torna ainda mais difícil a avaliação do público externo de qualquer ação com resultado morte envolvendo policiais.

Um detalhamento da forma como as 27 Unidades da Federação classificam as mortes decorrentes de intervenção policial fugiria do espaço e do escopo deste artigo. Assim, selecionamos um caso para aprofundamento, o do estado de São Paulo, onde as forças policiais respondem por 30% de todas as mortes violentas intencionais ocorridas no Estado, e que serve para ilustrar o desafio de medir a letalidade da polícia no Brasil.

⁸ “Death due to legal interventions refers to death inflicted upon a person by the police or other law-enforcement agents, including military on duty, in the course of arresting or attempting to arrest lawbreakers, suppressing disturbances, maintaining order, and other legal action when the use of force by law enforcement is necessary to protect life.”

⁹ “Killings caused by excessive use of force by law enforcement: death as a result of the use of force by law enforcement or other state officials that exceeded the limits, set by national and international standards, of what is strictly necessary and required for the performance of their duty.”

A produção de estatísticas sobre letalidade policial: o caso do estado de São Paulo

A origem da produção e publicização oficial das estatísticas criminais no estado de São Paulo data de 1995, quando a Lei 9.155 foi aprovada, determinando que dados relativos a homicídios, vitimização e letalidade da polícia fossem publicados trimestralmente (São Paulo, 1995). Inicialmente, os registros de letalidade da polícia assumiram, no boletim de estatística trimestral, a nomenclatura de “resistência seguida de morte” e foram contabilizados apenas no caso de policiais que fizessem uso da força letal em serviço. Em 2000, a Resolução SSP 516/00 normatizou a produção de estatísticas relacionadas à letalidade e vitimização em ações policiais, incluindo os casos fora de serviço, homicídios dolosos e culposos (São Paulo, 2000). No ano seguinte, a Resolução SSP 161/2001 atualizou a regulamentação da previsão legal determinando a publicação dos dados a partir dos dois sistemas de coleta estabelecidos: o Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas Criminais (Resolução SSP 160/2001), que trata dos dados criminais e operacionais e é alimentado pelas polícias Civil e Militar, e a Resolução SSP 516/2000, que trata dos dados sobre letalidade e vitimização em ações policiais, produzidos pelas corregedorias das duas polícias (São Paulo, 2000; 2001).

As estatísticas de mortos por policiais no Estado de São Paulo é publicizada mensalmente, com base na resolução SSP 516/2000, pelas respectivas corregedorias, no *Diário Oficial do Estado*, 30 dias após o último caso resultante em morte do mês anterior. A dinâmica de produção dos dados oficiais de criminalidade no estado de São Paulo segue fluxos distintos, a depender da ocorrência. Nos casos de vitimização e letalidade policial, cabe às respectivas corregedorias gerar o dado oficial, que é encaminhado à Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (CAP/SSP-SP), a instância responsável pelo fechamento das estatísticas oficiais para todas as demais ocorrências criminais. Ou seja, embora a CAP seja o órgão responsável pela produção

de estatísticas criminais em todo o Estado, produzidas a partir dos boletins de ocorrência lavrados pela Polícia Civil, os casos envolvendo policiais como autores ou vítimas de homicídio são produzidos e contabilizados pelas próprias polícias, evidenciando as disputas em torno do que e de que forma deve ser contado.

Em relação aos registros de letalidade produzidos pela Polícia Militar, duas alterações importantes feitas ao longo do tempo precisam ser explicitadas para a correta análise da série histórica. Em 2006, uma nova categoria foi incluída no boletim de divulgação da Corregedoria da PM com a nomenclatura “homicídio doloso fora de serviço”, que consiste, segundo os próprios documentos publicados, em “[...] reações de policiais militares com provável excludente de ilicitude (reações a roubo e tentativa de roubo)”. Isso significa dizer que a PM criou três tipos de homicídio doloso em sua classificação estatística: 1) praticados por policiais em serviço, ou seja, casos em que se apurou que não houve o excludente de ilicitude; 2) praticados por policiais fora de serviço; e 3) praticados por policiais militares fora do horário de serviço, mas que consistiram na reação do policial à tentativa de assalto, resultando na morte do suspeito. Neste último caso, haveria a exclusão de ilicitude já que o policial o fez no “cumprimento do dever legal”, ainda que na folga e, portanto, não deveria ser considerado crime. Ainda assim, esses casos não foram classificados como “resistência seguida de morte fora de serviço”, que seria o equivalente à exclusão de ilicitude e que já constava como uma categoria do extrato de publicação.

No ano de 2013, uma nova resolução, a SSP 143, teve por objetivo disciplinar a inserção de dados no Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas Criminais. Dentre outras ações, a resolução afirma, em seu artigo 5º, que “[...] os casos de Lesão Corporal Decorrente de Intervenção Policial e de Morte Decorrente de Intervenção Policial, bem como o cômputo de vítimas geradas dessas ações, deverão ser contabilizados apartadamente, em quadro próprio” (São Paulo, 2013). Já o seu parágrafo único afirma que “[...] diversamente, os registros de ocorrências de homicídios dolosos atribuídos a policiais em serviço ou fora de serviço, além de classificação

própria na forma da Res. 516, serão contabilizados conjuntamente com os homicídios dolosos previstos na forma da Res. 160” (São Paulo, 2013).

Em 2015, uma nova alteração foi feita com a Resolução SSP 40/2015 e os casos classificados na categoria “homicídio doloso fora de serviço (*reações)” passaram a ser contabilizados como mortes decorrentes de intervenções policiais fora de serviço. Assim, a categoria “morte decorrente de intervenção policial fora de serviço”, que aparecia zerada desde 2009, passa a ter dados a partir do segundo trimestre de 2015, enquanto a categoria “homicídio doloso fora de serviço(*reações)”, criada pela Corregedoria da PM em 2006, deixa de ser utilizada. Para informar as mudanças, a Secretaria de Segurança incluiu em seu site uma nota metodológica afirmando que:

Até março de 2015, a Corregedoria da Polícia Militar utilizava uma categoria específica denominada “Homicídio doloso – fora de serviço (reações)”, contabilizando somente os casos em que consideravam presentes excludentes de ilicitude. Eram excluídos, portanto, os homicídios dolosos e culposos. Esses dados sempre foram publicados no DOE, no último dia do mês seguinte da ocorrência dos dados. A partir de abril de 2015, a Polícia Militar adequou à exata classificação da Res. SSP 40/15, passando a contabilizar todos os casos de morte em decorrência de qualquer intervenção considerada lícita do policial militar em folga, inclusive os casos em que presentes as excludentes de ilicitude. Continuam excluídos os homicídios dolosos, inclusive “homicídios múltiplos” e culposos, que são contabilizados nos termos da Res. SSP 160.¹⁰

Na prática o que ocorreu foi a exclusão de uma categoria que só existia formalmente para a PMESP e, seus dados, ao invés de serem considerados homicídios fora de serviço com provável excludente de ilicitude, passaram a ser considerados como mortes decorrentes de intervenções policiais fora de serviço. Essa mudança metodológica teve dois impactos imediatos. De um lado, explicitou-se o entendimento da pasta da Segurança Pública em relação aos homicídios praticados por policiais fora do horário de serviço, retirando a ideia da intencionalidade contida no homicídio doloso e assumindo exclusivamente a legítima defesa; de outro, excluiu a categoria

¹⁰ Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/plantrim/2015-03.htm>

que a Polícia Militar tinha criado exclusivamente para si, uma excrescência jurídica.

A questão de fundo neste debate metodológico sobre como nomear as ocorrências envolvendo policiais que resultam em morte é que, ao longo do período compreendido entre 2006 e 2015, 973 pessoas foram mortas por policiais militares em ocorrências que foram classificadas como “homicídios fora de serviço com provável excludente de ilicitude”, nomenclatura que não foi absorvida pela estatística de homicídios dolosos e tampouco pela de letalidade policial.

Feitas, portanto, as ressalvas metodológicas e explicitados os limites do que as estatísticas contabilizam, refletimos aqui sobre duas variáveis fundamentais para a compreensão dessa aparente “confusão” na produção de estatísticas sobre a letalidade pela PMESP. A primeira diz respeito a uma reivindicação das polícias militares de todo o país em relação ao que significa o uso da força letal e sua não interpretação de que constitui crime; a segunda refere-se ao impacto que teria nas estatísticas oficiais a contabilização desses casos dentro do total de homicídios dolosos.

Em relação ao primeiro ponto, é importante dizer que se trata de um debate antigo e que guarda relação com a criação do termo “resistência seguida de morte”, nos anos de ditadura militar. Embora não exista enquanto uma categoria específica no Código Penal e se enquadre no conceito de homicídio doloso, esses casos são assim classificados para proteger o policial, já que, em teoria, o agente estatal tem a prerrogativa de uso da força letal se necessário. Verani (1996) afirma que o auto de resistência foi regulamentado em 1969 pela Superintendência da Polícia do então Estado da Guanabara,¹¹ por meio da ordem de serviço nº 803, que determinou a dispensa de prisão em flagrante nos casos em que policiais fizessem uso da

¹¹ Criado em 1960 e extinto em 1975, pelo regime militar, sem consulta popular, o estado da Guanabara ocupava o território da cidade do Rio de Janeiro, configurando-se como uma espécie de compensação desta por ter perdido a condição de centro político do país, com a transferência da sede do governo federal para a Brasília, construída na gestão do presidente Juscelino Kubistchek.

força letal em operações. Em 1974 o secretário de Segurança Pública do Estado da Guanabara determinou, por meio de portaria, os procedimentos a serem adotados pela Polícia Civil para que os policiais envolvidos nos autos de resistência não fossem autuados em flagrante, focando sua argumentação na incriminação do suspeito morto pelos crimes cometidos e reforçando a legalidade da ação policial.

Sergio Verani, jurista e desembargador, foi um dos pioneiros nos estudos sobre letalidade policial ao mostrar em sua tese de doutorado que o sistema de justiça é conivente com a mortalidade provocada pela polícia, dado que o Poder Judiciário geralmente corrobora com a tese da legítima defesa dos policiais ao arquivar as investigações. Também sobre a anuência tácita do sistema penal em relação às ações letais produzidas pelas polícias, Zaccone (2015) afirma que os autos de resistência funcionam para a produção da verdade jurídica, um expediente burocrático e racional que viabiliza a ideia de uma violência conforme o direito, autorizada quando perpetrada por agentes públicos e referendada por promotores e juízes. O autor analisa 308 casos de auto de resistência seguida de morte na cidade do Rio de Janeiro e demonstrou que o arquivamento é quase regra.

A estratégia utilizada pelo governo de São Paulo indica que a criação de uma categoria própria na publicação de estatísticas para contabilizar homicídios praticados por policiais fora de serviço tendo como fulcro a legítima defesa parece ser uma das estratégias que busca legitimar ações fatais envolvendo policiais, já que se extingue a punibilidade da ação desde o momento do registro do boletim de ocorrência, tal como feito historicamente com o auto de resistência. A consequência direta dessa estratégia é o alargamento do conceito de excludente de ilicitude, geralmente utilizado para justificar casos no horário de serviço, mas que passa também a ser instrumentalizado para episódios no horário de folga desses policiais.

Outra consequência direta dessa estratégia, que cria uma série de categorias diferentes para mensurar um mesmo fenômeno, o homicídio de autoria de policial, é que, ao serem contabilizados de forma apartada,

mortes provocadas por policiais não compõem o indicador de homicídio doloso do Estado. Para se ter ideia do que isso significa, se o número absoluto de homicídios dolosos caiu 77% entre 2000 e 2019, as mortes provocadas por policiais apresentaram crescimento de 45,7%.

Conclusão

O material empírico apresentado por este artigo sugere que a possibilidade de usar da força física, inclusive a letal, é elemento central para a compreensão do mandato policial e do que diferencia o agente estatal de um cidadão comum em todos os países ocidentais (Bueno, 2018). E, mais do que isso, no Brasil, explicita que diferentes formas de medir e classificar as mortes decorrentes de intervenção policial derivam de diferentes perspectivas de controle da ordem – uma ordem social democrática e com segurança pública como direito social universal, como previsto na Constituição Federal (CF), ou outras concepções de ordem mais próximas da ideia de defesa do Estado e da eliminação de inimigos internos, previstas em normas infraconstitucionais anteriores à CF e ainda hoje vigentes (Lima, 2019). Derivam também do grau de legitimidade que cada uma dessas formas confere a tais mortes e concebe a atividade policial. Isso porque o policial atua permanentemente em uma zona de ambiguidade, pois, ao mesmo tempo em que atua para garantir direitos e proteção, é responsável pela repressão. Contudo, a discricionariedade que o sistema legal lhe confere não pode ser confundida com arbitrariedade (Bretas; Poncioni, 1999). Assim, em termos de atividade policial, embora o agente detenha um poder discricionário, como um elemento inerente à sua função, este não deveria ser interpretado como um cheque em branco para definir quando cabe o recurso à violência em suas ações (Costa, 2004).

A questão é que, o que seria uma questão de limite legal, que poderia ser fixado a partir de parâmetros técnicos, é invisibilizado cotidianamente por microprocessos burocráticos e políticos. Não à toa, ao longo dos últimos

trinta anos, diversos pesquisadores conseguiram demonstrar a persistência de práticas violentas das polícias no Brasil, ao apontar a impermeabilidade dessas organizações a reformas e controle externos e a permanência de práticas autoritárias no seu dia a dia de trabalho (Mingardi, 1992; Paixão, 1995; Bretas, 1997; Soares, 2000; Adorno, 1996; 2002; Zaluar, 1999), mas são poucos e recentes os estudos que avançaram no sentido de mensurar e coletar evidências empíricas sobre a letalidade produzida pelas polícias, caracterizando detalhadamente as vítimas e demonstrando sua distribuição espacial, racial e de gênero (Cano, 1997; Sinhoretto; Schlittler; Silvestre, 2016; Zilli, 2018; Ramos, 2020).

No limite, para o debate proposto no dossiê desta edição de *Sociologias*, a quantificação é feita, mas sem, necessariamente, conseguir mensurar fenômenos políticos opacos e associados aos aspectos mais amplos de organização da relação entre Estado e sociedade. Os aspectos técnicos metodológicos descritos mostram que, na linha sugerida por Haggerty (2001), o percurso aqui percorrido traz evidências de que muitas das questões postas hoje na definição dos rumos das políticas de segurança pública no país estão assentadas, também, na criação de múltiplas categorias para mensurar o resultado morte perpetrado por policiais e sua contabilização apartada dos homicídios dolosos. Ao fazer isso, o Estado, em suas múltiplas esferas e poderes, acaba por, tácita ou explicitamente, aceitar discursos que amparam uma concepção de ordem que legitima a violência como mecanismo de controle social de grupos socialmente indesejados e vistos como inimigos.

A dificuldade de mensuração do grau de letalidade policial em São Paulo seria resultado, portanto, da não existência de “centros de cálculo” capazes de estabelecer medidas que deem conta de visibilizar o fenômeno enquanto um fenômeno eminentemente político e social. Assim, ao contrário do que propugnam os estudos da área da segurança pública que apostam apenas no aperfeiçoamento da gestão das polícias, à semelhança de Paixão (1987), a questão não é meramente técnica e/ou de legitimação organizacional de

categorias ou nomenclaturas mais abrangentes e que conseguissem incluir um retrato mais completo da ação policial. Esse esforço é importante e tem sido conduzido pela sociologia da violência e por entidades da sociedade civil como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que criou, em 2015, a categoria “Mortes Violentas Intencionais”, que tem sido adotada por vários órgãos públicos e centros de pesquisa por ser capaz de somar diferentes tipificações e nomenclaturas em torno do ato de uma pessoa matar outra, incluindo os casos envolvendo policiais. Porém, a não existência de tais “centros de cálculo” no âmbito público precisa ser pensada no rol das estratégias de manutenção de espaços opacos de reprodução de poder e de verdades organizacionais bastante refratárias às transformações inauguradas pela Constituição de 1988.

Nessa direção, o artigo mostra que a estatística (re)produz a legitimidade do uso da força letal que tem marcado a violenta história social brasileira. Isso porque, especificamente no caso de São Paulo, a manutenção da metodologia de aferição de tais mortes tem a ver com o fato de que muitas polícias resistem em admitir que sua prática tem resultado na morte de centenas de pessoas todos os anos. Para a corporação, seus policiais não matam, apenas reagem à ação de criminosos, ainda que produzam o resultado morte. O caso de São Paulo é sintomático das mudanças metodológicas e da criação de diferentes tipos de nomenclatura para qualificar uma ocorrência de homicídio cuja autoria é de policial, seja em serviço ou fora, mas que, no limite, buscam de todas as formas nomeá-la de modo a isentar os agentes estatais de qualquer punição pela ação letal. Considerando-se que resistência seguida de morte, morte por oposição à intervenção policial, morte decorrente de intervenção policial e homicídio com provável excludente de ilicitude são diferentes formas de caracterizar um mesmo fenômeno – a ação letal perpetrada por um policial – percebe-se que está em jogo a tentativa de dissociá-lo do dolo envolvido no homicídio.

Por este movimento, o ato de um policial matar outra pessoa, que, para efeitos legais não muda a tipificação penal deste fato como um homicídio,

vira palco de estratégias de poder e saber que buscam obnubilar padrões operacionais e culturas organizacionais ainda muito marcadas pelo controle violento da ordem. Em termos jurídicos, tais estratégias desconsideram que um homicídio praticado por policial continua sendo um homicídio. Mas, se reconhecida sua legitimidade e configurada a excludente de ilicitude pelo cumprimento do dever legal após apreciação do caso pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, ele teria sua punibilidade afastada e o policial não seria acusado de um crime. Ou seja, a polícia pode, no limite, matar, mas ela não pode, por si mesma, decidir sobre a legitimidade do ato e encerrar maiores consequências jurídicas e institucionais. E, para garantir esse espaço de autonomia, múltiplas categorias estatísticas são utilizadas para reforçar a invisibilidade do fenômeno e o tratamento abaixo da linha do radar das pressões por maior *accountability* e prestação de contas da parte das polícias brasileiras.

Essa é uma prática que, em si, tem sido bem analisado pela literatura. A tática que se esconde em torno do “como medir” o resultado morte produzido pelos policiais se soma a uma estratégia amplamente documentada pela literatura que busca transformar a vítima da ação policial em sujeito criminoso (Willis, 2013; Cano, 1997; Sinhoreto, Silvestre; Schlittler et al., 2014; Schlittler, 2016). Ainda no registro da ocorrência busca-se a desconstrução do elemento de cidadania da vítima e sua incriminação, transformando-a em autora de um crime (ou futuro crime), mas revestida da linguagem jurídica na tentativa de mostrar a objetividade dos operadores do sistema de justiça criminal em sua análise (Misse et al., 2013). Isso, evidentemente, encontra eco no imaginário social em torno do que vem a ser bandido ou elemento perigoso.

Verifica-se, portanto, que o significado do matar na ação policial é um tema em constante disputa dentro do campo da segurança pública e das organizações policiais. Enquanto segmentos das polícias reivindicam que esses casos não sejam assumidos como crimes, cada vez mais a imprensa, a universidade e os movimentos de direitos humanos têm questionado se os

crescentes números de mortos por policiais não seriam indícios de desvios, abusos e execuções por parte dos agentes encarregados da manutenção da lei. E é justamente em função dessa disputa que, para as polícias, se faz necessário reforçar a sua legitimidade das mais diferentes formas, seja a partir de discursos que buscam ratificar a necessidade e proporcionalidade da ação policial, seja em suas interações com a sociedade pelas mídias sociais. Nesse contexto, adotam-se estratégias de legitimação pautadas por estatísticas, tidas como objetivas e reflexo da realidade, assim como o uso de atributos morais e moralizantes sobre os policiais e suas vítimas para justificar os feitos da corporação e garantir que sua estabilidade organizacional não seja afetada. Como agravante, se a produção seletiva de estatísticas sobre mortes decorrentes de intervenção policial é uma variável histórica, ela vem se somar ao tempo social de radicalização de posições e espaços de saber e poder de segmentos antidemocráticos e acaba por interagir com o intenso e acelerado processo de autonomização e politização conservadora das forças policiais no mundo e, especialmente, no Brasil, fenômeno sociológico de primeira grandeza do século XXI (Lima; Bueno, 2020).

A discussão feita aqui, portanto, conecta o debate dos campos das sociologias da violência e da quantificação visando, a partir da análise dos papéis político e institucional das estatísticas sobre mortes decorrentes de intervenções policiais, concluir que, para além dos alertas para os aspectos técnicos de modernização das polícias, que têm sido objeto de vários estudos da sociologia da violência, é fundamental o aumento da capacidade de governança democrática das instituições policiais, que passa por uma mais eficiente articulação e coordenação federativa. Esta, por sua vez, requer a explicitação dos papéis políticos dos dados e seus alinhamentos aos princípios e diretrizes emanados da nova ordem social nascida da nossa Carta Magna. Enquanto as instituições policiais forem operadas segundo a lógica do segredo, da opacidade e do reforço da violência como estratégia de controle social, pouco se conseguirá mudar no cenário do crime e da segurança pública no país.

Samira Bueno é Doutora em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), diretora-executiva da ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

✉ sbueno@forumseguranca.org.br

Renato Sérgio de Lima é Doutor em Sociologia, Professor do Departamento de Gestão Pública da FGV EAESP. Diretor Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

✉ renato.lima@forumseguranca.org.br

Arthur Trindade Costa é Diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (NEVIS/UnB) e Conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

✉ arthurtmcosta@gmail.com

Referências

1. ADORNO, Sergio. **A gestão urbana do medo e da insegurança**. São Paulo, 281 p. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.
2. BECKER, Howard. **Outsiders: studies in the sociology of deviance**. Nova York: The Free Press, 1963.
3. BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo social**, v. 9, n. 1, p. 79-94, 1997.
4. BRETAS, Marcos Luiz; PONCIONI, Paula. A cultura policial e o policial civil carioca. In: PANDOLFI, Dulce et al. (org.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
5. BUENO, Samira. **Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista**. Dissertação. (Mestrado em Administração). Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, 2014.
6. BUENO, Samira. **Trabalho sujo ou missão de vida? Persistência, reprodução e legitimidade da letalidade na ação da PMESP**. Tese. (Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2018.
7. CANO, Ignacio. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.
8. COELHO, Edmundo C. A administração da justiça criminal no Rio de Janeiro: 1942-1967. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 61-81, 1986.

9. COSTA, Arthur T. M. **Entre a lei e a ordem**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
10. DESROSIÈRE, Alain. How real are statistics? Four possible attitudes. **Social Research**, v. 68, n. 2, p. 339-356, 2001.
11. DESROSIÈRE, Alain. **The politics of large numbers: a history of statistical reasoning**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
12. FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Estudo das classificações estatísticas e tipificações penais de mortes violentas nos compêndios internacionais e iniciativas federais**. Projeto pesquisa e análise de dados vinculados ao campo da segurança pública e sistema penitenciário. São Paulo: FBSP, 2016.
13. HACKING, Ian. How should we do the history of statistics? In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (eds.). **The Foucault effect: studies in governmentality**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 181-196.
14. HAGGERTY, Kevin D. **Making crime count**. Toronto: University of Toronto Press, 2001.
15. KAHN, Tulio. **Medindo a criminalidade: métodos, fontes e indicadores**. São Paulo, 2014.
16. LATOUR, Bruno. Scientific objects and legal objectivity. In: POTTAGE, Alain; MUNDY, Martha (eds.). **Law, Anthropology and the constitution of the social**. Making persons and things, Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 73-113.
17. LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**. Bauru: EDUSC, 2001.
18. LIMA, Renato Sergio. **Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000**. Tese. (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2005.
19. LIMA, Renato Sergio. Segurança pública como simulacro de democracia no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 53-68, 2019.
20. LIMA, Renato Sergio; BUENO, Samira. A tropa de choque de Bolsonaro. **Piauí** [online], 8 ago. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/tropa-de-choque-de-bolsonaro/>
21. MACHADO, Eduardo P.; NORONHA, Ceci V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, v. 4, n. 7, p. 188-221, 2002.
22. MINGARDI, Guaracy. **Tiras, gansos e trutas: cotidiano e reforma na Polícia Civil**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992.
23. MISSE, Michel; GRILLO, Carolina C.; TEIXEIRA, César P.; NÉRI, Natasha E. **Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011)**. Rio de Janeiro: Booklink, 2013.
24. MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JÚNIOR, Domício; DINIZ, Eugênio. Uso de força e ostensividade na ação policial. **Conjuntura Política – Boletim de análise**. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política/UFMG, n. 6, abr. 1999. p. 22-26.

25. NEME, Cristina. Nota sobre as estatísticas criminais do Estado de São Paulo. São Paulo, 14/11/2015. **Lista de discussão Associados FBSP**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Brasil.
26. OLIVEIRA, Antonio. Os policiais podem ser controlados? **Sociologias**, v. 12, n. 23, p. 142-175, 2010.
27. PAIXÃO, Antônio Luiz. O problema da polícia. In: **Violência e participação política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IUPERJ (Série Estudos, 91), 1995. p. 5-21,
28. PAIXÃO, Antonio L. **Relatório de Indicadores Criminais**. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1987.
29. RAMOS, Sílvia (coord.). **A cor da violência policial: a bala não erra o alvo**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios de Segurança/CESec, 2020.
30. RATTON JR., José Luiz. **Violência e crime no Brasil contemporâneo: homicídios e políticas de segurança pública nas décadas de 80 e 90**. Brasília: MNDH, 1996.
31. SÃO PAULO. **Lei 9.155 de 1995**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação trimestral das informações que especifica. Diário Oficial, Executivo, p. 1, 25 maio 1995.
32. SÃO PAULO. **Resolução SSP 516/00**. Secretaria de Segurança Pública, 15 dezembro 2000.
33. SÃO PAULO. **Resolução 143 da Secretaria de Segurança Pública**. São Paulo: Secretaria de Segurança Pública, 26 set. 2013.
34. SENRA, Nelson. Informação estatística: demanda e oferta, uma questão de ordem. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 3, jun. 2000.
35. SHERMAN Lawrence W; LANGWORTHY, Robert H. Measuring homicide by police officers. **Journal of Criminal Law and Criminology**, v. 70, n. 4, p. 546-560, 1979.
36. SCHLITTLER, Maria Carolina. **“Matar muito, prender mal”**. A produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. Tese. (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, 2016.
37. SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina. **Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante**. Sumário Executivo. São Carlos: Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos, 2014. Disponível em: http://www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf
38. SINHORETTO, Jacqueline; SCHLITTLER, Maria Carolina; SILVESTRE, Giane. Juventude e violência policial no município de São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, n. 1, p. 10-35, 2016.

39. SOARES, Luís Eduardo. **Meu casaco de general**. Quinhentos dias no front da segurança pública. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.
40. UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. **International classification of crime for statistical purposes**, Version 1.0. Março, 2015.
41. VERANI, Sergio. **Assassinatos em nome da lei**: uma prática ideológica em nome do direito penal. Rio de Janeiro: Aldebarã, 1996.
42. WILLIS, Graham D. **The killing consensus**: homicide detectives, police that kill and organized crime in São Paulo, Brazil. 2013. Tese (Doutorado em Urban and Regional Studies). Massachusetts Institute of Technology, Dept. of Urban Studies and Planning, 2013.
43. ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida**: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
44. ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.
45. ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
46. ZILLI, Luís Felipe. Letalidade e vitimização policial: características gerais do fenômeno em três estados brasileiros. **Repositório do Conhecimento do IPEA**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018.

Recebido em: 23 fev. 2021

Aceito em: 14 abr. 2021

<http://doi.org/10.1590/15174522-109753>

A quantificação da qualidade: algumas considerações sobre os índices de reprovação escolar no Brasil

Natália de Lacerda Gil* 

Resumo

Neste artigo, apresento análise acerca das relações, observáveis no caso brasileiro, entre os índices de reprovação escolar e a aferição da qualidade do ensino. A opção foi focalizar as discussões sobre a possibilidade de quantificação da qualidade do ensino desde o século XX. Inicialmente, foi preciso considerar a polissemia do termo qualidade e suas implicações para os processos de quantificação. O exame da documentação permitiu ver que coexistiram, no Brasil, por longo período a naturalização do fraco desempenho escolar dos alunos e críticas aos altos índices de reprovação repudiados como mecanismo de seletividade e exclusão. A articulação entre reprovação escolar e qualidade do ensino é, ainda hoje, perceptível no contexto educacional brasileiro, como se observou pela análise do modo de construção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que, desde 2007, busca quantificar a qualidade da escola no Brasil. Nesse índice, a aferição dos saberes escolares que os alunos dominam não é condição suficiente para considerar o ensino de qualidade. Tem-se assumido também como necessário garantir um fluxo escolar normalizado, com baixa incidência de reprovação e abandono.

Palavras-chave: educação, estatísticas, IDEB, qualidade da educação, avaliação do ensino.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Introdução

É notória, atualmente, a preocupação com a qualidade da educação brasileira.¹ Os meios de comunicação constantemente divulgam índices e *rankings* que buscam evidenciar quais seriam as boas escolas e regozijam-se ou espantam-se, também, em noticiar o que sabem (mais frequentemente, o que não sabem) os estudantes da educação básica.² As pesquisas acadêmicas e a ação de organizações privadas sem fins lucrativos também têm dedicado atenção à aferição e/ou ao debate acerca da qualidade do ensino. Se medida pelo direito ao acesso às instituições escolares, a qualidade da educação teria melhorado, mas apresentando, ainda, problemas. É positivo que 99,2% dos jovens de 6 a 14 anos tenham frequentado a escola em 2017,³ mas vale lembrar que isso significa que mais de 211 mil pessoas nessa faixa de idade estavam fora da escola (IBGE, 2018). Em 2017, a média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais no Brasil era de 9,1 anos, sendo 10,1 entre pessoas brancas e 8,2 para a população negra. Caso se prefira considerar índices de fluxo escolar, ou seja, estatísticas que indicam se aqueles que ingressam no sistema seguem com regularidade o percurso escolar estabelecido pela legislação, temos, em linhas gerais, o seguinte quadro: entre o 1º e o 5º ano do Ensino Fundamental⁴ a reprovação, em 2017, foi de 5,2%; entre o 6º e o 9º ano, passava para 10,1%; no Ensino Médio, o índice de reprovação escolar

¹ Agradeço à Célia Caregnato pela leitura cuidadosa da versão preliminar e pelas valiosas sugestões. Os problemas e incompletudes deste estudo, evidentemente, são de minha inteira responsabilidade.

² A título de exemplo, ver “Brasil é segundo país com pior nível de aprendizado, aponta estudo da OCDE”, publicado em 10/02/2016 e disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2016/02/10/brasil-e-segundo-pais-com-pior-nivel-de-aprendizado-aponta-estudo-da-ocde.htm> e “São Paulo só tem uma escola no top 10 do Enem de 2019”, publicado em 27/06/2020 e disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/06/27/sp-so-tem-uma-escola-no-top-10-do-enem-de-2019.htm>.

³ Dados disponíveis em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>. Acesso em 11/07/2020.

⁴ No Brasil, a Educação Básica se divide em três níveis: Educação Infantil, para crianças de 0 a 5 anos; Ensino Fundamental, com duração de 9 anos; e Ensino Médio, com duração de 3 anos.

atingia 10,8%.⁵ Como a reprovação é significativa na escola brasileira, temos outro índice ao qual podemos recorrer: o de distorção idade-série. Assim, sabemos que 95,5% das crianças de 6 a 10 anos frequentavam na idade esperada os anos iniciais do Ensino Fundamental, sem expressiva diferença entre os sexos. No grupo etário dos 11 aos 14 anos, a taxa era de 83,3% dos homens e 88,0% das mulheres na idade em que idealmente deveriam frequentar os anos finais do Ensino Fundamental. Para quem está mais preocupado em saber o quanto aprendem os alunos, temos, por exemplo, dados da Prova Brasil.⁶ Nesse caso, uma interpretação possível, a partir da pontuação obtida nas provas padronizadas, é que, entre os alunos do 5º ano, 56% apresentam aprendizado esperado ou além das expectativas em leitura e 44% em Matemática; entre os do 9º ano, esses percentuais seriam 34% e 15% respectivamente.⁷

Em que pese a profusão de números, não é despropositado perguntar: é possível efetivamente quantificar a qualidade? Qual o limite das estatísticas na tarefa de nos permitir conhecer os resultados da educação de um país? E, afinal, o que é qualidade? A questão é espinhosa, como veremos adiante, e quem produz e analisa estatísticas educacionais em geral sabe disso. No entanto, tais números são formulados e apresentados de modo a fazer crer que é sim possível quantificar a qualidade. A perspectiva é animadora e, quase sempre, a animação é suficiente para dar a discussão por encerrada e passarmos de vez à análise dos números. Daí que a dificuldade em quantificar a qualidade passa a ser considerada um problema menor, quando muito passa-se

⁵ Dados disponíveis em http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-taxas-de-rendimento-escolar-numeros-mostram-tendencia-historica-de-melhora/21206.

⁶ “A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho”. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>.

⁷ De acordo com interpretação de QEdU, da Fundação Lemann. Disponível em https://qedu.org.br/brasil/proficiencia?gclid=EAlaQobChMIovKCq7rF6glVVQmRCh1BygDbEAAAYASAAEgLFiCvD_BwE.

ritualmente pela menção de reconhecimento desse problema metodológico e segue-se à fruição das muitas vantagens que a análise quantitativa parece ter. Da pesquisa científica à ampla divulgação, o problema se deteriora. Porque, quando ganha as manchetes dos jornais, a “qualidade” da educação já se tornou *coisa*, temos então a reificação da qualidade, e não se volta a discutir do que mesmo se está falando. Os números ganham fluidez e circulam alegremente, de notícia a notícia, permitindo bons *insights*, mas também quase qualquer tipo de abuso interpretativo.

A reificação é apenas uma das dificuldades com as quais é preciso lidar caso se pretenda pensar com estatísticas. Tais dificuldades não nos permitem advogar pelo abandono das análises quantitativas. Elas são úteis, muito úteis, contribuem indiscutivelmente para a tarefa de conferir inteligibilidade a situações complexas, como é o caso da educação. Talvez o problema seja sucumbir à sedução dos números e o esforço necessário deva ser o de desconfiar da sensação de objetividade que eles nos dão. Não, as estatísticas não são objetivas. São um recurso útil de objetivação – o que é diferente – e comportam riscos, efeitos colaterais, que não podemos desconhecer nem desconsiderar.

Nas últimas três décadas, uma importante literatura crítica sobre a quantificação tem enfatizado que as estatísticas não são uma simples descrição da realidade, são, ao contrário, resultado de processos de objetivação definidos pelas categorias usadas, pela escolha do que se deve mensurar, pelos modos de observar (Hacking, 1990; Rose, 1991, 1999; Porter, 1995; Desrosières, 2000; Popkewitz, 2011, entre outros). Tais processos conferem aos números poder simbólico e, sendo produzidos e usados por e para pessoas, produzem também dispositivos de subjetivação. Bourdieu (1998, p. 117-118) ressalta que

a ordem social deve em parte sua permanência à imposição de esquemas de classificação que, por se ajustarem às classificações objetivas, acabam produzindo uma forma de reconhecimento desta ordem que implica justamente o desconhecimento da arbitrariedade de seus fundamentos: a correspondência entre as divisões objetivas e os esquemas classificatórios, entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais, está na raiz de um tipo de adesão originária à ordem estabelecida.

As estatísticas produzem o que Bourdieu (1998) designou de “efeito de teoria”, ou seja, na medida em que buscam prover formas de inteligibilidade do mundo, colaboram na construção das condições de existência daquilo que pretendem descrever.

É no sentido da contribuição a uma análise crítica das estatísticas de educação que, neste artigo, o foco recai sobre os modos de quantificar a qualidade do ensino. Mais especialmente, o que pretendi foi escrutinar como, no caso brasileiro, a reprovação escolar foi tomada como indicador da falta de qualidade da escola brasileira.⁸ Para tanto, recuo a análise ao início do século XX, quando temos pela primeira vez a organização sistemática de estatísticas de educação no país. Esse recuo se explica pela intenção de conhecer como os argumentos foram apresentados ao estabelecer-se a *escola democrática* no Brasil.⁹ Como sugere Bourdieu (2014, p. 103), “o interesse do retorno à gênese é que ele é muito importante porque há debates nos primórdios em que são ditas com todas as letras coisas que, depois, aparecem como revelações provocadoras aos sociólogos”.

O texto está organizado em três partes. Na primeira, recorrendo à literatura disponível sobre o tema, embora sem ser exaustiva, procedo à análise sobre a noção de qualidade em educação. A polissemia que caracteriza o termo torna a tarefa difícil, mas, até por isso, tal exame é incontornável se o intuito é quantificar a qualidade. Em seguida, localizo, nos debates educacionais brasileiros, vestígios do que se considerava como elementos articulados em torno da qualidade da escola e sua mensuração. Nesse sentido, importa observar que a quantificação se referia, inicialmente, às características e capacidades do alunado; com o tempo, passou a ser mobilizada, também, para a denúncia da incapacidade de a escola cumprir

⁸ No senso comum, no entanto, considera-se frequentemente uma alta taxa de reprovação como expressão de qualidade. Mesmo muitos professores seguem pensando desse modo, a despeito de os documentos oficiais e a literatura especializada há mais de um século indicar o contrário. Sobre isso, contudo, não tratarei neste artigo, embora seja uma questão muito importante e ainda pouco estudada.

⁹ Nos anos 1930, educadores liberais defenderam a expansão da escola democrática, compreendo-a como instituição que garantiria a igualdade de oportunidade para todos e procederia a uma seleção considerada justa porque apoiada nos talentos inatos dos alunos. Tais defesas tiveram forte influência no modo pelo qual a escola brasileira foi estabelecida na legislação.

seu papel social. Por fim, apresento as concepções que orientam a construção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, e apresento alguns de seus limites e críticas recorrentes. A intenção não foi proceder a uma análise histórica minuciosa, mas sim perseguir, com rigor metodológico, os argumentos que coexistem, muitas vezes de modo contraditório, nos debates sobre qualidade da educação brasileira ao longo do tempo.

Como quantificar a qualidade em educação?

Afinal, o que é qualidade? Este é um terreno difícil, cheio de pedras e risco de tropeços. Inicialmente, importa afirmar que qualidade, especialmente da educação, é um conceito polissêmico. Quanto a essa constatação, estão de acordo os muitos autores que se dedicam ao exame da questão. Há vários elementos a levar em conta. Sem pretender estabelecer uma sequência temporal e, menos ainda, qualquer hierarquia, comecemos observando que se trata de um conceito histórico, porque se altera ao longo do tempo articulando-se aos valores, saberes e expectativas compartilhados socialmente em diferentes períodos. É frequente que a menção sugira uma sucessão temporal linear e progressiva, que leva a crer que a variação de sentido do termo qualidade da educação estabeleceria, nas transições históricas, alterações totais de sentido. Ora, como pretendemos argumentar ao longo deste artigo, a análise dos processos históricos nos conduz não à compreensão de uma sequência de sentidos de qualidade que substituiriam seus precedentes, mas sim à percepção da coexistência de sentidos formulados em diferentes temporalidades.

Outro aspecto a ser observado refere-se ao entendimento, tratando-se de educação, de que qualidade e quantidade são complementares. Vários autores destacam que a preocupação com a qualidade da educação não anula a atenção contínua que se deve dar à garantia do acesso à escolarização, consubstanciado na existência de vagas em escolas em quantidade suficiente para atender toda a demanda. Nesse sentido, vale ressaltar que, como a educação tem sido proposta na maior parte das

sociedades contemporâneas como um direito universal, qualidade do ensino apenas para poucas pessoas configura privilégio e, portanto, ausência de qualidade do ponto de vista social.

Compreender qualidade e quantidade como aspectos articulados permite identificar por que, na história brasileira, como na de outros países, a discussão aparece fortemente associada aos totais de matrícula. Mas não custa lembrar um fato já amplamente evidenciado em diversas pesquisas: “estender a escolarização não é, por si só, uma garantia de justiça escolar. Na verdade, tudo depende da maneira como a escola se organiza e do que se faz nela” (Dubet, Duru-Bellat; Vêréout, 2012, p. 35). A noção de qualidade da educação associada à garantia do acesso de todos a uma mesma escola – de qualidade – apresenta algumas armadilhas. Defender que todos tenham acesso a uma escola de qualidade parece intuito nobre e indiscutível em sociedades democráticas. Contudo, nesse caso, trata-se de qualidade para quem? Em que perspectiva? Coadunando-se com qual projeto de sociedade? Como ressalta Esteban (2008, p. 6-7),

qualidade é uma palavra polissêmica, plástica, que encerra virtualidades e positivities, expressa convergência de preocupações, permitindo a rápida construção de um consenso por criar a ideia de agregação em torno de compromissos comuns. Estas características ocultam o quanto suas diferentes acepções guardam possibilidades opostas e contraditórias de organização da escola como projeto social.

Ao se obliterar a polissemia do termo, fica assumido como universal e atemporal o sentido constituído em contextos determinados. Procede-se, assim, à “manutenção do histórico processo de colonialidade do poder em que são urdidas as relações de subalternização” (Esteban, 2008, p. 7). A propósito dos discursos que se referem aos direitos de “todas as crianças”, Popkewitz (2011) observa que dão ensejo a práticas de identificação daquelas que não partilham as características de “todas as crianças”, ou seja, daquelas que precisariam ser *resgatadas* e *salvas* de seus contextos de origem porque tidos como inadequados. Quando se estabelece um padrão

único de qualidade, tem-se a produção de invisibilidade e subalternidade dos sujeitos que não se enquadram no padrão (Esteban, 2008).

Assim, o aspecto talvez mais crucial para a discussão sobre a polissemia seja a noção de que qualidade se atrela à concepção de educação considerada. Ou seja, diferentes paradigmas educacionais – ou, se se preferir, projetos educativos – vão engendrar critérios de qualidade distintos e diferentes percepções sobre o que seja uma educação de qualidade. Se é fato que haveria muitas concepções de educação passíveis de descrição, ocorre que duas são as mais recorrentes nos debates em torno do tema. De um lado, há a compreensão da função da escola para a formação humana, de outro, figuram argumentos que advogam a função da escola para o desenvolvimento econômico. No primeiro caso, a escola estaria associada à construção de uma sociedade democrática. Virginio (2012, p. 179) destaca a dificuldade de garantir a plena realização dessa função em face de critérios avaliativos padronizados:

as políticas públicas e os esforços que vêm sendo empreendidos, no sentido de garantir o sucesso escolar, podem assegurar um melhor rendimento no que tange às expectativas de êxito em relação a determinadas prescrições curriculares. Todavia, são insuficientes para dar conta da necessidade de uma educação consoante a uma sociedade democrática. Trata-se de pensar para além do critério do mérito, ou mesmo do caráter instrumental do conhecimento.

Por outro lado, a função da escola, no contexto da globalização e em face de políticas neoliberais, fortalece o foco na preparação de indivíduos com domínio de conhecimentos aplicáveis e em conformidade com demandas de cunho econômico (Stromquist, 2012). Assim, a padronização dos conteúdos escolares e processos avaliativos é defendida como decisiva para a garantia da qualidade do ensino. Nesse sentido, é preciso lembrar que, nas últimas décadas, a discussão sobre qualidade tem comparecido com especial destaque nos meios empresariais e isso não deixa de ter decorrências na área da educação. Segundo Oliveira e Araújo (2005, p. 7),

essa distinção é importante na medida em que chama a atenção para o fato de o conceito de qualidade, mesmo no mundo dos negócios, carregar significados

e procedimentos distintos. Também não se deve perder de vista que parte significativa do debate sobre qualidade na educação é importada do mundo dos negócios e, ainda assim, nesse âmbito restrito, embute sentidos distintos.

Segundo esses autores, em algumas circunstâncias, a qualidade da educação tem se referido ao “produto final”, o aluno que aprendeu, ou, pode ser também um indicativo de um processo de baixo custo, sobretudo baixo custo para o Estado.

Se falta concordância sobre o que seja qualidade da educação, como seria possível quantificá-la? A resposta a essa questão é política, mas passa também por aspectos técnicos. É uma questão política porque depende do grupo social que mais força tem para impor seu modo de ver. As elites têm maior poder para reificar a qualidade, conforme suas concepções de escola e sociedade (Bourdieu, 2014). Feita “coisa”, a qualidade pode ser quantificada, deixando de fora da contagem, inevitavelmente, um amplo conjunto de aspectos cuja importância no processo educativo é inegável (como o desenvolvimento da empatia e a aprendizagem do respeito ao próximo, o estabelecimento de vínculos entre diferentes gerações, a construção da autoestima, a capacidade criativa, entre outros). Ora, esse é um efeito incontornável da quantificação. Como argumenta Afonso (2009, p. 13), “nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável”. Isso se torna problema quando se perde de vista que a representação estatística de um fenômeno é apenas uma maneira de ver, atendendo a critérios dos espaços de poder; pode até ser muito útil em determinadas circunstâncias, mas não corresponde à totalidade daquilo que se contabiliza. Desse modo, as estatísticas não podem ser elemento basilar para aferir o que tem importância – como se apenas tivesse importância aquilo que está expresso em números.

A resposta para a possibilidade de quantificação da qualidade é também técnica, porque implica excluir tudo aquilo que, mesmo se consensualmente considerado relevante, não pode ser expresso em números: por exemplo, como aferir com objetividade a satisfação dos alunos em aprender um novo saber? Como conhecer o desenvolvimento dos estudantes quanto

à autoestima, às habilidades sociais e à criatividade? Ou como medir a importância do vínculo entre gerações estabelecido ao longo do processo educativo? O risco é de, por não poderem ser expressos em índices objetivos, deixar-se de dar atenção e destinar tempo a tais aspectos que são essenciais nos processos de formação da juventude. Isso evidencia que a escolha das categorias nos levantamentos estatísticos, supostamente uma questão meramente técnica, tem afinal uma indelével dimensão política. Como afirma o Rose (1991, p. 674),

paradoxalmente, no mesmo processo em que os números atingem um *status* privilegiado nas decisões políticas, prometem simultaneamente uma “despolitização” da política, redesenhando as fronteiras entre política e objetividade, pretendendo atuar como mecanismos técnicos automáticos para fazer julgamentos, priorizar problemas e alocar os escassos recursos.

A inexistência de consenso e toda a complexidade que envolve a definição do que seja “qualidade da educação” não impediram, no entanto, que a quantificação fosse feita desde há bastante tempo. Operando tacitamente com essa multiplicidade de questões, foram-se sobrepondo concepções e ações de quantificação da qualidade da educação ao longo do tempo. No caso brasileiro, como veremos a seguir, a mensuração remonta aos anos 1930 e foi sendo aperfeiçoada em meio ao debate sobre o que e como quantificar na qualidade. Uma breve incursão histórica permite examinar os argumentos e notar a origem das “camadas” de sentido que existem na discussão atualmente.

Qualidade do alunado ou qualidade do ensino?

A reprovação escolar não foi sempre um problema da escola brasileira (Gil, 2018). Embora desde a instalação dos primeiros colégios, ainda no período colonial, houvesse exames escolares em que os estudantes poderiam reprovar – prática que se manteve nas aulas públicas do período imperial –, tal ocorrência não aparece mencionada na documentação de ambos os períodos como frequente ou como problema. A apreensão da reprovação escolar como problema decorre basicamente da associação de

dois aspectos: de um lado, a adesão progressiva da sociedade brasileira à noção de democratização da escolarização como direito e, de outro, a produção, desde os anos 1930, de estatísticas de educação mais confiáveis, abrangentes e regulares.

Porém, antes mesmo que esse fenômeno escolar ganhasse destaque e pudesse ser aferido estatisticamente, a quantificação dos desempenhos dos alunos deu seus primeiros passos no Brasil. A exemplo da França, foram organizadas iniciativas de aplicação de testes psicológicos aos estudantes com o intuito de identificar suas capacidades e classificá-los por níveis de inteligência. Importa notar que o desenvolvimento de tais medições, na França, deu-se a pedido do Ministério da Educação que pretendia solucionar o problema dos alunos atrasados nas aprendizagens escolares, selecionando-os para que fossem ensinados em classes especiais, adaptadas às suas necessidades. A dificuldade em assegurar o princípio democrático do direito à educação para todos, resultou na demanda feita pelo governo francês à Alfred Binet, em 1904, para “desenvolver técnicas para identificar crianças cujo fracasso escolar sugerisse a necessidade de alguma forma de educação especial” (Gould, 2003, p. 152).

Os testes de inteligência desenvolvidos por Binet permitiram a criação de escalas para medição do QI (quociente de inteligência) e essas escalas viajaram o mundo, sendo adaptadas a diferentes contextos nacionais.¹⁰ No Brasil, tais testes foram assumidos com otimismo pelos educadores à frente do projeto de democratização da escola, nas décadas de 1920 e 1930, que tinham plena convicção nos princípios meritocráticos e viam na escola uma instituição capaz de realizar a seleção justa dos talentos inatos.¹¹ As estatísticas, nesse sentido, cumpriam o papel de medir a distância de cada indivíduo com relação à norma padrão. Criou-se, assim, um espectro da anormalidade (Lima, 2018) que, a partir dos desempenhos em testes psicológicos, servia à classificação dos alunos e engendrava processos de subjetivação. Como destaca Rose (1999), as estatísticas integram as

¹⁰ Para o aprofundamento acerca das concepções e críticas acerca dos testes de QI, ver Gould (2003).

¹¹ Importa observar que a compreensão dos talentos inatos como recurso justo para a seleção e classificação dos estudantes vai ter longa vida nos debates educacionais. Para uma crítica da ideologia das aptidões naturais, ver Bisseret (1974).

“tecnologias do eu” colaborando no estabelecimento de maneiras de autogoverno, consideradas adequadas em determinado momento histórico. Rose (1999) destaca, ainda, que as estatísticas também são formas de produzir conhecimento sobre os alunos visando sustentar ações de governo sobre populações específicas, ao propor estratégias de reforma e prevenção das condutas consideradas indesejáveis no exercício do micropoder.

Os educadores brasileiros que ocuparam posições destacadas nos órgãos de condução das políticas educacionais, no período, demonstravam forte adesão ao ideário liberal. Nas primeiras décadas do século XX, defenderam vigorosamente a escola democrática, compreendendo por essa expressão uma escola em que absolutamente todas as crianças tivessem garantia de matrícula, fossem meninos ou meninas, pobres ou ricos. Garantida a matrícula a todos, a escola seletiva, por seus próprios processos, os melhores de cada geração. A esses seria provida uma longa escolaridade, de modo a não desperdiçar os talentos. Aos demais, estariam previstos percursos de preparação para o trabalho, conduzindo cada pessoa à posição condizente às suas capacidades, de modo que cada um daria o melhor de si para o progresso da nação. Como exemplo, observe-se o que afirma Teixeira de Freitas, um dos fundadores do IBGE e que, por muitos anos, esteve à frente das estatísticas produzidas pelo Ministério da Educação e Saúde: “para ser justa, a educação deve ser extensiva a todos os cidadãos, sem privilégio algum, a não ser dos dons naturais de receptividade pessoal” (Freitas, 1945, p. 348). Jardim (1946, p. 460, destaque acrescido), do Serviço de Estatística de Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, em consonância com seus contemporâneos, considerava os testes um recurso fundamental para organização da educação:

na classificação inicial para os agrupamentos de classe e aplicação dos programas de ensino etc., e nas avaliações periódicas do processo íntimo do trabalho educacional e de seus efeitos práticos, considerando a extensão e a composição desses programas, além de outras provas objetivas são adotados os testes mentais e os testes pedagógicos ou de escolaridade, aqueles para a verificação e medida das *qualidades mentais*, estes para a verificação do aproveitamento dos alunos nas diversas disciplinas.

Nesse sentido, importa observar que, nos debates dos primeiros tempos, a noção de qualidade associa-se às capacidades inatas dos alunos. Ou seja, o problema do baixo rendimento da escola brasileira, expresso em altos índices de reprovação e evasão escolar, seria, ao menos em parte, decorrência da falta de *qualidade* das crianças que chegavam aos bancos escolares. Havia uma evidente naturalização do baixo rendimento escolar no Brasil, algumas vezes inclusive expresso como inevitável. Serve de exemplo a afirmação de Cardoso (1949, p. 74, destaque da autora):

o aluno novo surge como uma incógnita; oferece, sempre, campo ao desenvolvimento de esperanças: talvez seja forte de trabalho, elemento que se ajuste bem ao grupo, interessado nas atividades escolares, compensando os esforços dispendidos. O repetente é um fracassado – já se revelou, dele nada se espera. Valerá, realmente, a pena mantê-lo na escola, preenchendo uma vaga e impedindo, com sua presença, a admissão de outro aluno?

Mas há também, no período, um debate específico sobre os instrumentos de aferição. Os critérios considerados pelos professores durante os exames diferiam de uma escola à outra. Assim, por exemplo, para explicar o índice de aprovação de 1935, um pouco mais favorável em algumas instituições de ensino, Almeida Junior, que ocupava o cargo de gestor do sistema de ensino estadual paulista, mencionava a variação de exigência nos exames como explicação para diferenças:

as reprovações são dados numéricos exatos; mas os critérios que as determinam, bem o sabemos, mudam de escola para escola. Os 60% promovidos na escola A equivalerão, em nível de instrução, aos 60% da escola B? Talvez sim; talvez não. Quem examina é a autoridade escolar – o inspetor ou o diretor – e como há autoridades “baixistas”, que se contentam com pouco, também as há “altistas”, dispostos a apertar o crivo das aprovações (São Paulo, 1936, p. 3).

Há, ainda, menção ao reconhecimento de que, como a aprovação escolar baseava-se no resultado dos exames, era possível que os professores se pusessem a treinar os alunos especificamente para as provas, como forma de melhorar os índices. Almeida Junior afirmava que “o fato de focalizarmos a atenção sobre o fenômeno das reprovações não significa

que a única coisa que estamos a pedir às escolas é preparar os alunos para exames” (São Paulo, 1936, p. 3).

Ao longo do período, a análise dos debates sobre a educação brasileira permite ver a emergência de uma discussão que desloca a causa da reprovação: de evidência da baixa capacidade do alunado passa a ser possível também a indicação da incapacidade de a escola cumprir seu papel social. Passemos então a esse debate.

Já desde os anos 1930, Teixeira de Freitas indicava que a preocupação exclusiva com a expansão da escola, verificada pelo aumento das matrículas, era insuficiente. Segundo ele, o principal problema da escola brasileira dizia respeito à sua pouca eficiência, uma vez que a escola tinha dificuldade de atrair a população em idade escolar, bem como manter a frequência e garantir aprovação dos alunos de uma série à outra. Ele era contra a expansão acrítica de uma escola que, na sua avaliação, precisava melhorar. Por isso considerava que

[...] o *slogan* que melhor exprimisse as reivindicações da infância brasileira em matéria de ensino primário teria que ser, a nosso ver, este: “antes de mais escolas, melhor Escola”. Entendida como tal, uma Escola convidativa, que retenha, proteja, ensine e eduque verdadeiramente os infantes que lhe são confiados (Freitas, 1946, p. 43).

Também Anísio Teixeira (1935, p. 74), que foi Diretor da Instrução Pública no Distrito Federal, ressaltava que a escola deixava de cumprir sua função social ao reprovar e repelir parte expressiva do alunado:

não basta haver escolas para os mais capazes, é indispensável que haja escolas para todos. Não basta haver escolas para todos, é indispensável que todos aprendam.

Não é difícil avaliar quanto a modificação veio influir no conceito de rendimento da escola. Antes, dado o caráter seletivo, a reprovação era quase o índice da qualidade do ensino. Se muitos falhassem, queria isto dizer que os critérios de julgamento eram realmente eficientes e se estava depurando, para a formação das elites intelectuais e profissionais, a fina flor da população.

Se, porém, a escola tem o dever de ensinar a todos, porque todos precisam dos elementos fundamentais da cultura para viver na sociedade moderna,

o problema se inverte. Aluno reprovado significa não já êxito do aparelho selecionador, mas fracasso da instituição de preparo fundamental dos cidadãos, homens e mulheres, para a vida comum.

Mas esse debate só vai ecoar na área de educação a partir dos anos 1950, quando a crítica aos altos índices de reprovação escolar se amplia, ora associada às explicações para o fracasso escolar que culpabilizavam os alunos e suas famílias (Patto, 1993), ora em torno da discussão sobre uma solução para o problema. Nesse sentido, é interessante observar que a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, periódico oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vai servir de espaço para a apreciação sobre as vantagens e os riscos de que se instituisse no Brasil a promoção automática (Fernandes, 2000). Os argumentos a favor apontavam para o reconhecimento de que a educação como direito de todos não poderia se ancorar em práticas pedagógicas seletivas. Luiz Alves de Matos, por exemplo, em artigo publicado em 1956, apontava “que a escola fundamental é de direito e que não deve se tornar ‘uma agência selecionadora de talentos privilegiados, mas deve ser difusora da educação e da cultura a serviço da juventude e da democracia’” (Fernandes, 2000, p. 82). Os argumentos contrários não divergiam do princípio da escola democrática, mas alertavam para os riscos de uma ação precipitada que poderia ser inadequada ao contexto brasileiro. Nesse sentido, Luiz Pereira, em artigo de 1958, citado por Fernandes (2000, p. 84), denunciava

que a repetência é consequência de uma série de graves problemas e que a promoção automática, embora “eliminasse as altas porcentagens de repetência, não afetaria de modo direto e profundo os fatores desse fenômeno e que levaria à perda de um valioso termômetro do funcionamento do sistema escolar primário – os índices de repetência”.

Tais debates deram ensejo a políticas que adotavam formas alternativas de avaliação e fluxo dos alunos visando reduzir a exclusão escolar (Mainardes, 1998). A partir da década de 1960, atingindo o ápice nos anos 1990, destaca-se a discussão sobre os problemas de fluxo escolar, com ênfase na denúncia

da marginalização e exclusão dos mais pobres. Algumas importantes redes públicas de ensino passaram a adotar *ciclos* ou *progressão continuada* na organização de suas escolas, abandonando a progressão seriada anual que previa a possibilidade de reprovação ao final do ano, caso o aluno não atingisse pontuação suficiente nas avaliações realizadas por cada professor. A eliminação da reprovação suscitou, contudo, questionamentos sobre se não seria apenas uma forma de “resolver formalmente o fracasso escolar (índices de reprovação), mas não o problema real – o da aprendizagem dos alunos [...]” (Mainardes, 1998, p. 25). Ou seja, essas políticas resultaram em expressiva redução dos índices de reprovação nas redes em que foram implementadas, mas sofreram várias críticas e geraram desconfiança sobre a capacidade de se manter assim a qualidade do ensino.

O final do século XX foi também o período em que houve ampla difusão de políticas neoliberais. Importava, nesse sentido, atingir eficiência máxima com o mínimo de investimento público. Embora os Estados ainda almejem que a escola garanta algum nível de coesão social, nesse novo contexto, tendem a reduzir sua participação na oferta de educação pública (Stromquist, 2012). Alternativamente, passaram a concentrar atenção em processos de privatização, descentralização e *accountability*. Entre as estratégias de controle que caracterizam o neoliberalismo, grande importância tem sido dada às avaliações de larga escala, que pretendem medir a qualidade do ensino como forma de induzir seu incremento, por exemplo, pela competitividade suscitada entre escolas.

Mensuração da qualidade: o IDEB como instrumento de medida

A partir dos anos 1990, as orientações sobre educação produzidas por organismos internacionais acentuaram a noção de equidade como aspecto essencial (Klein, 2017). A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien (Tailândia), reiterou a educação como direito fundamental de todos e a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*:

satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, assinada pelos países participantes, estabeleceu que “a educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto é necessário universalizá-la e melhorar a qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir desigualdades” (Unesco, 1990, p. 4). A intenção de garantia de um “padrão mínimo de qualidade da aprendizagem” atrelou-se à recomendação de se “implementar sistemas de avaliação de desempenho” (Unesco, 1990, p. 4).

O Brasil acompanhou essa movimentação e, desde aquele período, passou a construir instrumentos de medição da qualidade do ensino que pretendiam aferir o que os alunos aprenderam na escola. Em 1991, o Ministério da Educação instituiu o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) cujo objetivo era aferir a qualidade do ensino por avaliação amostral, realizada a cada dois anos, do desempenho de estudantes em provas padronizadas (Bonamino; Sousa, 2012). Em 1998, foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e, em 2005, agregou-se ao sistema a Prova Brasil, instituindo-se formas de avaliação não amostrais que permitissem individualizar os resultados por escola. Mais do que prover parâmetros de aferição do ensino realizado, tais políticas visam direcionar os conteúdos curriculares e o trabalho pedagógico. Bonamino e Zákia Sousa (2012, p. 380, destaques das autoras) analisam que

a estratégia da mídia de divulgação, por meio de *rankings*, embora não oficial, juntamente com a distribuição nas escolas da matriz de conteúdos e habilidades utilizada na elaboração dos testes de língua portuguesa e matemática, introduz perspectivas concretas de interferência mais direta no *que* as escolas fazem e em *como* o fazem.

No entanto, como, no caso brasileiro, a garantia de acesso à escola básica foi tardia e como a permanência não está assegurada, as preocupações com a aferição da aprendizagem não puderam se desarticular das medições de reprovação e abandono escolar,¹² fenômenos ainda muito recorrentes

¹² O INEP conceitua abandono escolar como a situação do aluno que deixou de frequentar a escola antes da conclusão do ano letivo, sem que haja formalização de pedido de transferência. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/nota_tecnica/2015/nota_tecnica_indicadores_de_rendimento_2012.pdf.

no país. Em 2007, portanto, o INEP criou um índice que associava ambos os aspectos. Como afirma Fernandes (2007, p. 7),

um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por seu lado, um sistema em que os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse caso eles aprendam muito pouco. Em suma, um sistema ideal seria aquele no qual todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem os estudos precocemente e, ao final de tudo, aprendessem.

Tendo isso em vista, propunha-se, naquele momento, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), cuja fórmula associa informações sobre o desempenho dos estudantes em exames padronizados de Língua Portuguesa e Matemática e sobre o rendimento, pelas taxas de aprovação. No que se refere ao desempenho, os dados provêm da Prova Brasil aplicada a cada dois anos para estudantes matriculados no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio. No que se refere ao rendimento, a aprovação permite aferir problemas no fluxo escolar, já que o cálculo é feito pela diferença entre os matriculados no início do ano e os aprovados, permitindo conhecer assim os quantitativos de reprovação e abandono. Desse modo, uma escola cujos alunos apresentam boa proficiência na Prova Brasil, tem seu IDEB penalizado caso apresente altos índices de reprovação e abandono. Isso evidencia, na conformação do instrumento, a preocupação com o atendimento do preceito legal da educação como direito de todos. É condizente, ainda, com o que os Planos Nacionais de Educação (2001-2010 e 2014-2024) vêm propondo ao assinalarem, entre as metas, a demanda de regularização do fluxo escolar, pretendendo tornar progressivamente a reprovação e o abandono eventos raros. Em 2014, o PNE passou a incluir metas quantitativas, no entanto, sem explicitar a base a partir da qual foram estabelecidas as médias que se pretende atingir. Descoladas da aferição das condições objetivas para que se atinjam as metas indicadas, os números tornam-se aleatórios e expressam desejos desvinculados da realidade.

Quadro – Plano Nacional de Educação 2014-2024 – médias projetadas

Meta 7: *Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb*

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0 ¹³
Anos finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: PNE 2014-2024

A Meta 7 do Plano Nacional de Educação explicita que se pretende estabelecer, para o Brasil, metas tangíveis em termos de qualidade da educação e viabilizar a responsabilização, para o quê, a quantificação é considerada fundamental.

O IDEB foi proposto como forma de estabelecer um padrão de qualidade na educação do país. Trata-se de um índice destinado a monitorar os resultados por escola, visando fornecer elementos aos gestores das redes de ensino, informações supostamente acessíveis às famílias acerca das instituições em que seus filhos estão matriculados, como também elementos para avaliação da educação brasileira como um todo. Assim, pretende-se que o índice sirva para balizar políticas educacionais como também para o controle social sobre a qualidade do ensino. A literatura especializada tem, contudo, apontado alguns de seus riscos e limites, muitos dos quais decorrem dos usos inadequados que se faz dos números. Um aspecto central, nesse sentido, é que os índices educacionais fomentam a ilusão de que seja possível conhecer com objetividade a qualidade das instituições de ensino. Questiona-se a

utilização dos resultados das avaliações em larga escala e dos índices por elas criados como única fonte para a análise do trabalho desenvolvido pelas escolas, considerando que os desempenhos médios obtidos não podem ser

¹³ Embora o IDEB tenha uma escala de 0 a 10, ela não se comporta como na tradicional avaliação escolar. Em função do modo como é feito o cálculo, 6,0 corresponde a um alto IDEB e a diferença entre 4,0 e 6,0 é maior do que pode parecer. Notas abaixo de 2,0 e acima de 8,0 são extremamente raras. Para maiores informações sobre aspectos técnicos, ver Soares e Xavier (2013).

traduzidos como retrato fiel da qualidade das instituições (Almeida; Dalben; Freitas, 2013, p. 1155).

Além disso, tem sido unânime a crítica ao fato de que o índice desconsidera o nível socioeconômico dos estudantes, levando a crer que as escolas com alto IDEB teriam um ensino melhor do que as demais, quando se sabe que a correlação entre desempenho dos estudantes e nível socioeconômico é sempre alta.

Assim, ao atribuir a esse indicador o *status* de síntese da qualidade da educação, assume-se que a escola pode superar toda a exclusão promovida pela sociedade. Há uma farta literatura que mostra que isso é impossível. Todos os alunos têm direito de aprender, e os conhecimentos e habilidades especificados para educação básica devem ser os mesmos para todos. No entanto, obter este aprendizado em escolas que atendem alunos que trazem menos de suas famílias é muito mais difícil, fato que deve ser considerado quando se usa o indicador de aprendizagem para comparar escolas e identificar sucessos (Soares, 2011).

Também é preciso ter presente que o IDEB não permite aferir valor agregado (ou seja, a diferença de proficiência entre o início e o final da escolarização) e, ainda, que os exames padronizados de proficiência não avaliam conteúdos importantes à formação dos estudantes, restringindo-se à leitura e matemática. Ficam de fora, por exemplo, componentes tais como Geografia, Arte e Ciências ou, ainda, competências como a valorização da diversidade de saberes, o cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta, a colaboração com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018, p. 9).

Em que pesem essas ponderações, amplamente conhecidas e consideradas por estatísticos e pesquisadores que se debruçam sobre o tema, a circulação dos números desprende-se dessas chaves de leitura e as cifras ganham autonomia. Os efeitos dos índices extrapolam suas proposições iniciais.¹⁴

¹⁴ Cabe assinalar que há diferenças entre o que as equipes técnicas de produção de estatísticas pretendem dos números e o que intencionam os gestores ao encomendarem a criação de índices. Para estes, é frequentemente mais explícito o objetivo de indução das políticas proporcionado pela divulgação das estatísticas que, na fala daqueles, aparece mais como distorção ou abuso no uso dos números. Esse aspecto não foi aqui sistematicamente verificado, mas se configura em importante questão que merece estudos mais acurados.

Assim, por exemplo, a recepção do índice pelas escolas pode resultar em ações cujo único objetivo é a melhoria do índice e não necessariamente a melhoria da qualidade do trabalho pedagógico. Soares e Xavier (2013, p. 915), assinalam que

o uso de um indicador como medida única da qualidade da escola e dos sistemas fará, naturalmente, com que as escolas busquem maximizá-lo e, como isso pode ser feito de maneiras pouco adequadas pedagogicamente, pode levar a um sistema educacional disfuncional.

É preciso, portanto, considerar os efeitos de subjetivação que o IDEB provoca no espaço escolar (Klein, 2017). Estabelecer um conjunto de aspectos a partir dos quais se infere a qualidade, mesmo que seja recurso metodologicamente pertinente, esbarra no fato de que a recepção do índice acaba por circunscrever os esforços apenas no que se refere a esse conjunto restrito. Ou seja, se a proficiência verificada se limita à leitura e à matemática, não é, necessariamente, porque os formuladores do índice consideram que seja apenas essa a tarefa da escola, mas porque esse seria um parâmetro suficiente para um cálculo padronizado. No entanto, os sujeitos da escola, os gestores de redes de ensino e a grande imprensa tendem a receber essa restrição metodológica como prescrição pedagógica acerca dos conteúdos curriculares com os quais devem se ocupar. Tais efeitos fogem ao controle dos estatísticos, fazendo com que o instrumento de medição atue na construção daquilo que supostamente ele deveria apenas medir. Menos que uma distorção de funcionamento, essa é uma das características dos processos de quantificação.

Considerações finais

Assumir as estatísticas de educação como objeto de análise, buscando escrutinar o modo como são construídas e interpretadas, corresponde aqui a considerá-las como partícipes nos processos educacionais – e não meros instrumentos de medição. No que se refere à quantificação da qualidade, a dificuldade tem início já na definição do que seja uma educação de

qualidade. Longe de ser questão simples e consensual, o que busquei sublinhar foi o fato de que tais concepções são resultado de processos socio-históricos que, em meio a constantes disputas, engendram a coexistência de sentidos nem sempre concordantes. Tais sentidos, por sua vez, são mobilizados nos debates atuais, com peso e eficácia variados.

O segundo elemento que pretendi destacar neste artigo foi a compreensão, decorrente da análise de fontes históricas, de que, frequentemente, o que se considera como aferição da qualidade do ensino é o exame das capacidades do alunado. Aqui cabe explicitar uma questão sociológica importante, tratada por Bourdieu em vários trabalhos seus. A análise dos processos de quantificação da reprovação escolar tem contribuído para

descrever os mecanismos objetivos que determinam a eliminação contínua das crianças desfavorecidas. Parece, com efeito, que a explicação sociológica pode esclarecer completamente as diferenças de êxito que se atribuem, mais frequentemente, às diferenças de dons. [...] A herança cultural, que difere [...] segundo as classes sociais, é responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito (Bourdieu, 2012, p. 41-42).

A tradição de avaliação da qualidade do ensino pela medição do que sabem os alunos se mantém no IDEB. Embora esse índice busque equilibrar a verificação do desempenho dos alunos em provas padronizadas com os dados quantitativos de fluxo escolar, o foco segue circunscrito aos alunos. Não há menção às condições de infraestrutura das escolas, não há ponderação sobre a formação e remuneração dos professores e demais trabalhadores da educação, não se contabiliza o gasto público e/ou privado por aluno, ou seja, não entram no cálculo o nível socioeconômico das famílias e os recursos destinados ao ensino. Esse modo de proceder à quantificação da qualidade sugere uma equação demasiadamente simples, deixando de fora da análise parte importante da complexidade da estrutura social que perpassa e constitui a instituição escolar.

Assim, um dos efeitos da quantificação da qualidade que pretendi enfatizar neste artigo diz respeito à excessiva simplificação da questão da qualidade em educação expressa pelas estatísticas. Se, por um lado, os números são um útil recurso de objetivação que auxilia na análise de situações complexas e na tomada de decisões políticas e educacionais, por outro, induzem a assumir que tudo o que importa estaria expresso estatisticamente. Como destaca Desrosières (2000, p. 9), é preciso compreender como os fatos sociais são transformados em estatísticas, levando em conta que “a história de sua gestação permite esboçar, retrazendo as controvérsias e os debates antigos, um espaço das articulações entre as linguagens técnicas e seus usos no debate social”. Do meu ponto de vista, não se trata de abandonar o recurso aos números, mas de se estar mais atento a seus riscos e limites (Gil, 2019).

Sendo a educação de qualidade um direito assegurado pela legislação brasileira, é preciso levar em conta ainda outro aspecto fundamental. Em uma sociedade entusiasta da “objetividade”, contar algo é, como já mencionado, supondo descrevê-lo, fazê-lo existir. Daí um dilema: como garantir o direito à educação sem medidas, sem parâmetros, sem estatísticas? Diante disso alguns autores defendem a imprescindibilidade do estabelecimento objetivo de padrões de qualidade em educação (Oliveira; Araújo, 2005). A questão não é de pouca importância, mas seu aspecto positivo não anula os riscos já apontados. O espaço para os embates – de ideias e de políticas – encontra-se, evidentemente, em aberto. Compreender as estatísticas como elemento mobilizado nesse jogo é já uma maneira menos restrita de tomá-la em consideração.

Natalia de Lacerda Gil é Doutora em Educação e professora e pesquisadora na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

✉ natalia.gil@uol.com.br

Referências

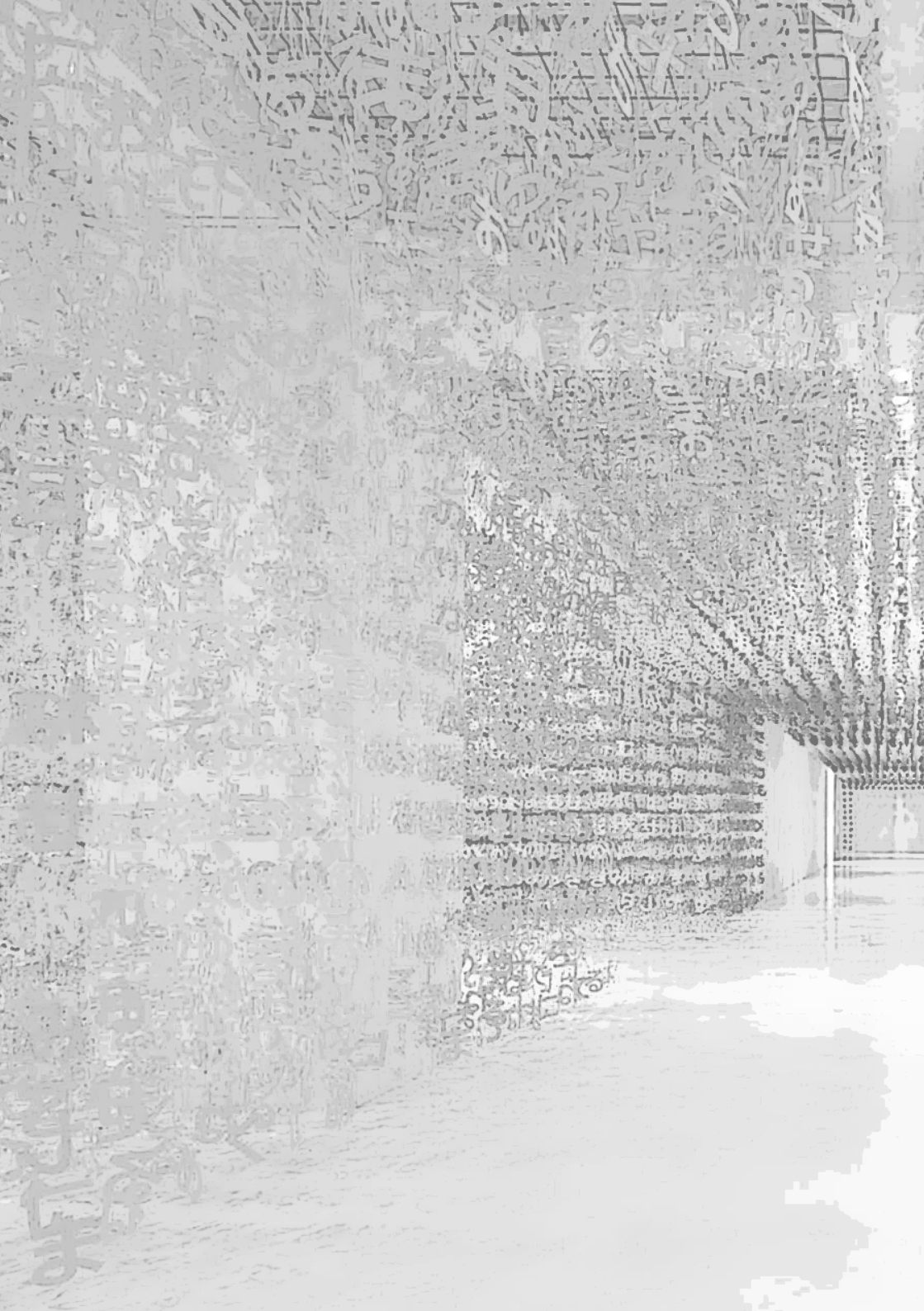
1. AFONSO, Almerindo J. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes padronizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, n. 13, p. 13-29, 2009.
2. ALMEIDA, Luana C.; DALBEN, Adilson; FREITAS, Luiz Carlos de. O IDEB: limites e ilusões de uma política educacional. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 135, p. 1153-1174, 2013.
3. BISSERET, Noële. A ideologia das aptidões naturais. In: DURAND, José Carlos. (org.). **Educação e hegemonia de classe**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 30-67.
4. BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr.-jun. 2012.
5. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1998.
6. BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 39-64.
7. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
8. BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2018.
9. CARDOSO, Ofélia B. O problema da repetência na escola na escola primária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 13, n. 35, p. 74-88, 1949.
10. DESROSÈRES, Alain. **La politique des grands nombres** : histoire de la raison statistique. Paris: La Découverte, 2000.
11. DUBET, François; DURU-BELLAT, Marie; VÉRÉTOU, Antoine. As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas. **Sociologias**, v. 14, n. 29, p. 22-70, 2012.
12. ESTEBAN, Maria Teresa. Silenciar a polissemia e invisibilizar os sujeitos: indagações ao discurso sobre a qualidade da educação. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 21, n. 1, p. 5-31, 2008.
13. FERNANDES, Claudia de O. A promoção automática na década de 50: uma revisão bibliográfica na RBEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 81, n. 197, p. 76-88, 2000.
14. FERNANDES, Reynaldo. **Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
15. FREITAS, Mário A.T. de. Novos objetivos para a educação no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 4, n. 12, p. 346-360, 1945.

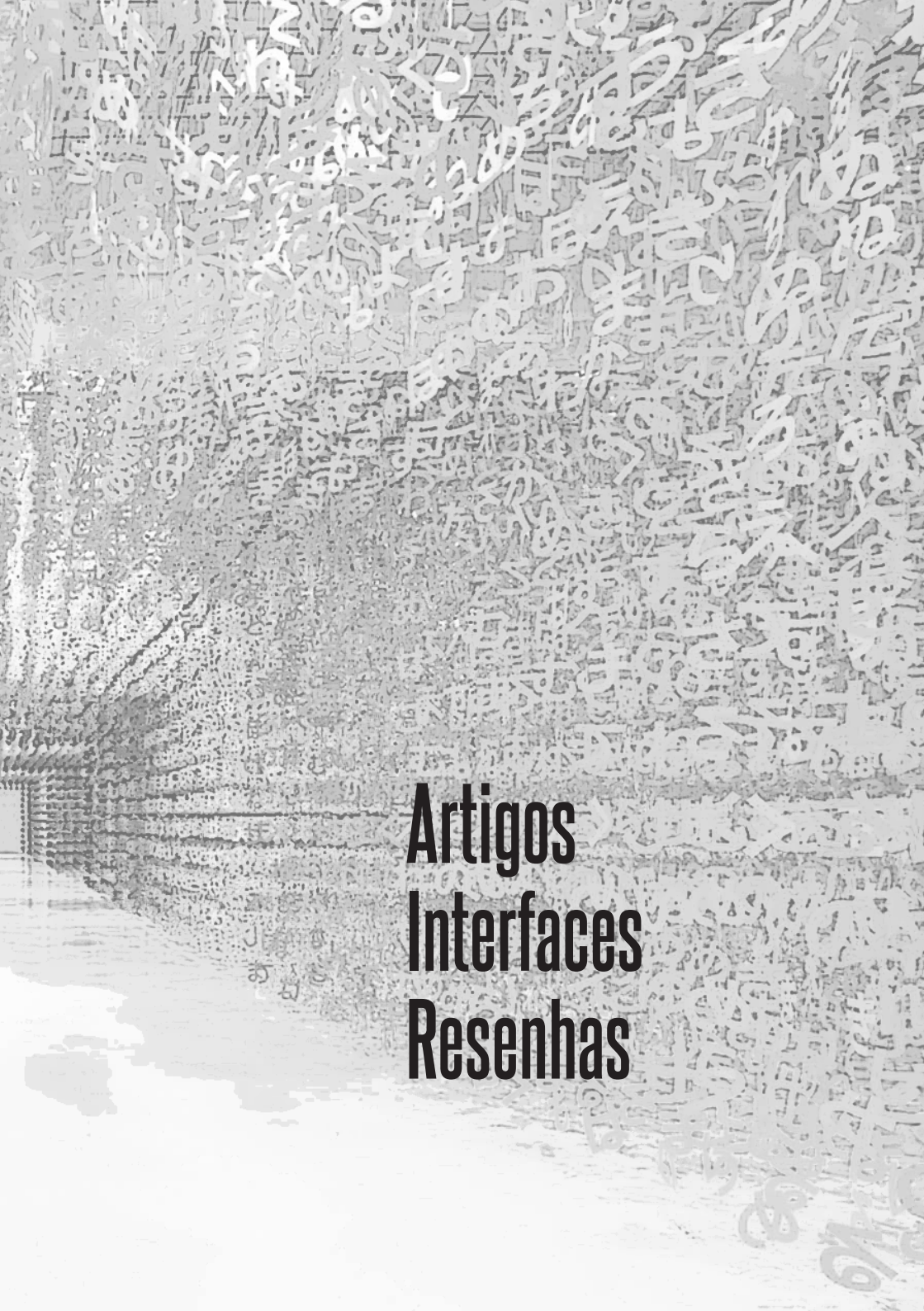
16. FREITAS, Mário A. T. de. **O ensino primário brasileiro no decênio 1932-1941**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
17. GIL, Natália de L. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-23, 2018.
18. GIL, Natália de L. Estatísticas e educação: considerações sobre a necessidade de um olhar atento. **Pensar a Educação em Revista**, v. 5, n. 2, p. 1-29, jun.-ago. 2019.
19. GOULD, Stephen J. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
20. HACKING, Ian. **The taming of chance**. Cambridge: Cambridge University, 1990.
21. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Educação 2017**. PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2018.
22. JARDIM, Germano. A coleta da estatística educacional IV. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** v. 7, n. 21, p. 452-463, 1946.
23. KLEIN, Delci H. **IDEB e maquinarias: a produção, a quantificação e a expressão da qualidade da educação brasileira**. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
24. LIMA, Ana Laura G. **A “criança-problema” na escola brasileira**. Curitiba: Appris, 2018.
25. MAINARDES, J. A promoção automática em questão: argumentos, implicações e possibilidades. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 79, n. 192, p. 16-29, 1998.
26. MATOS, Luiz A. de. A aprovação e a reprovação escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 26, n. 63, p. 254-257, 1956.
27. OLIVEIRA, Romualdo P. de; ARAUJO, Gilda C. de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p. 5-23, 2005.
28. PATTO, Maria Helena S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993.
29. PEREIRA, Luiz. A promoção automática na escola primária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 30, n. 2, p. 105-107, out./dez. 1958.
30. POPKEWITZ, Thomas. PISA: numbers, standardizing conduct, and the alchemy of school subjects. In: PEREYRA, Miguel A.; KOTTHOFF, Hans-Georg; COWEN, Robert (eds.). **PISA under examination: changing knowledge, changing tests, and changing schools**. Rotterdam: Sense Publishers, 2011. p. 31-46.

31. PORTER, Theodore M. **Trust in numbers**: The pursuit of objectivity in science and public life. Princeton: University of Princeton Press, 1995.
32. ROSE, Nikolas. Governing by numbers: figuring out democracy. **Accounting Organizations and Society**, v. 16, n. 7, p. 673-692, 1991.
33. ROSE, Nikolas. **Powers of freedom**: reframing political thought. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
34. SÃO PAULO. Secretaria da Educação e da Saúde Pública. Diretoria do Ensino. **As reprovações na escola primária** (O fenômeno das reprovações. Análise das causas. Medidas contra o mal. Dados estatísticos). Boletim n. 7, 1936.
35. SOARES, José Francisco. José Francisco Soares: IDEB na lei? **Simon's Site**, 13 jul. 2011. Disponível em <https://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=2352>
36. SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia P. Pressupostos educacionais e estatísticos do IDEB. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 135, p. 903-923, 2013.
37. STROMQUIST, Nelly P. Educação latino-americana em tempos globalizados. **Sociologias**, v. 14, n. 29, p. 72-99, jan./abr. 2012.
38. TEIXEIRA, Anísio. **Educação pública**: administração e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Officina Graphica do Departamento de Educação, 1935.
39. UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Juntien: UNESCO, 1990.
40. VIRGINIO, Alexandre S. Educação e sociedade democrática: interpretações sociológicas e desafios à formação política do educador. **Sociologias**, v. 14, n. 29, p. 176-212, 2012.

Recebido: 9 dez. 2020.

Aceito: 15 mar. 2021.





**Artigos
Interfaces
Resenhas**

Crise, crítica e reflexividade: problemas conceituais e teóricos na produção de diagnósticos de época

Felipe Maia* 

Resumo

Há na bibliografia recente de sociologia e ciências sociais um interesse renovado no conceito de crise, como parte dos esforços para compreensão de tendências de desenvolvimento que se desdobram no tempo, usualmente associadas à produção de “diagnósticos de época”. Há, entretanto, ainda pouco esclarecimento sobre o sentido que o conceito assume na teoria social, permanecendo incerta sua relação com problemas funcionais e normativos, assim como sua própria utilidade para a qualificação do tempo histórico. O artigo trata dessas questões a partir da comparação entre as abordagens de Reinhart Koselleck e Jürgen Habermas, que são mobilizadas para se pensar as possibilidades de desenvolvimento do conceito de crise. Argumenta-se que ele deve ser compreendido no escopo de teorias dos processos e mudanças sociais, referindo-se a momentos específicos no tempo em que se conjugam problemas normativos e funcionais, sem que isso implique um pressuposto dualista de percepção do mundo social, sob os critérios de instabilidade e estabilidade. Argumenta-se também que, embora a história dos conceitos afirme a relação entre crítica e crise, é prudente evitar a conflagração entre os dois conceitos e situar a crítica como um dos modos possíveis de reflexividade em períodos de crise, o que traria vantagens para uma melhor compreensão das possibilidades da teoria crítica e da crítica social em tempos de crise.

Palavras-chave: crise, crítica, reflexividade, diagnósticos de época, teoria social.

* Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

Crisis, critique and reflexivity: conceptual and theoretical problems in diagnoses of times

Abstract

Recent works in sociology and social sciences show a renewed interest in the concept of crisis, as part of the efforts to understand developmental tendencies in time, usually connected to diagnoses of times. However, the concept of crisis sometimes is not completely clear. Its relation to functional and normative problems remains uncertain, as though its usefulness to qualify historical time. The article addresses these questions from a comparative reading of the works of Reinhart Koselleck and Jürgen Habermas, mobilizing it to think about the concept of crisis. I argue that this concept should be understood in the scope of social change and social processes theories, related to specific moments in time when normative and functional problems are linked, without dualist presupposes of instability and stability. I argue also that although the history of the concept shows the relations between crisis and critique, we should not conflate the concepts. Critique should be situated as one of the possible modes of reflexivity in times of crisis. This should be a vantage point to better understanding the possibilities of critical theory and social critique in these times.

Keywords: crisis, critique, reflexivity, diagnoses of times, social theory.

Introdução

Crise tornou-se uma palavra quase onipresente, seja nos meios de comunicação ou nos títulos de livros e artigos de sociologia, para não falar das conversas cotidianas. Ao que parece, tudo está em crise e há um sentimento generalizado de crise em esferas diversas da vida social. Esse retorno da sensação de crise tem merecido um esforço reflexivo valoroso entre cientistas sociais¹, para o qual esperamos poder contribuir. Se formos buscar uma referência temporal, desde ao menos os eventos que marcaram a explosão dos mercados financeiros em 2007-2008, ganharam relevo na discussão sociológica temas associados à crise do capitalismo,

¹ Ver especialmente Cordero (2014), Cordero, Mascareño e Chernilo (2017), Dobry (2014), Jessop (2016), Roitman (2016), Runciman (2016), Streeck (2014), Wagner (2012), Walby (2015), Wallerstein (2013).

que em seguida se tornaria crise da democracia e aguçaria ainda mais a consciência da crise ecológica e ambiental.

No conjunto, esses processos têm motivado certa inflexão na teoria social – a tentativa de produzir “diagnósticos de época”, um tanto marginalizada no período anterior, voltou a ganhar relevância e, com ela, uma nova valorização de “grandes narrativas” e de perspectivas macrosociológicas, para além do campo mais especializado da sociologia histórica, que procuram dar inteligibilidade às muitas crises. Nelas os planos dos processos, das estruturas e da ação vão sendo urdidos com ênfases distintas, no intuito de oferecer um quadro interpretativo capaz de identificar causalidades e tendências, bem como identificar valores que podem ser protegidos, e imaginar alternativas. Esforço que se beneficia da conexão tanto com os “clássicos” da sociologia, quanto com outras tradições disciplinares, notadamente a história e a filosofia.

Mas, as ambiguidades do conceito de crise podem dificultar o trabalho teórico e analítico, razão pela qual se justifica o esforço de análise conceitual. Não se trataria de procurar “estabilizar” o conceito para que ele pudesse se tornar perfeitamente operacional, mas de compreender, como parte do esforço de uma maior reflexividade sociológica, suas aporias e possibilidades de uso, avaliando possíveis abordagens. Isso pode ajudar a evitar a inflação do conceito e sua reificação, ao conferir-lhe um lugar apropriado no vocabulário das ciências sociais, diferenciando-o, inclusive, de outros termos, tais como contradição, conflito, catástrofe ou risco. Com isso poderíamos contribuir também para uma comunicação entre a teoria social e a consciência pública de problemas sociais, valorizando as múltiplas hermenêuticas a que a ciência social está sujeita. Neste artigo, procuro trabalhar o tema tomando como referência uma comparação entre as concepções de crise e crítica em Koselleck (1999; 2006) e Habermas (1988) e a forma como eles as mobilizaram para produzir diagnósticos de época. Ao final, procuro mostrar como esses temas retornam no debate contemporâneo e oferecer alguns caminhos para desenvolver o problema conceitualmente.

De início, é preciso esclarecer o conceito de diagnóstico de época² que conforma o quadro mais amplo no qual situamos a discussão sobre crise e crítica. O conceito designa um trabalho intelectual que excede as fronteiras disciplinares, compreendendo não só a sociologia, a história e a filosofia, mas também a estética e a crítica literária, e que quer capturar as “marcas do tempo” (Lichtblau, 2017). De acordo com Hammershoj (2015), é um tipo de trabalho focado na interpretação de tendências de desenvolvimento que se desdobram no tempo e na análise das condições em que certas práticas sociais podem se desenvolver. Em seu momento emergente, no século XIX, a sociologia incorpora a produção de diagnóstico de época ao afirmar seu interesse na interpretação das mudanças associadas às novas formações sociais da modernidade, o que sugere que a relação da disciplina com essa prática é constitutiva e não simplesmente externa. Com ela desenvolvem-se ambiguidades, pois a pretensão científica da disciplina se choca com a de servir como um meio reflexivo para o autoentendimento das sociedades modernas, o que se agrava pela relação pouco clara que a sociologia mantém com a história, enquanto reclama um acesso privilegiado à “situação do tempo” (Lichtblau, 2017).

Para Habermas (2015), em seu momento inaugural, a sociologia alemã comportava essa ambiguidade, constituindo-se como disciplina e “superdisciplina”, isto é, como teoria social e como teoria da sociedade, por isso seus conceitos-chave, tais como comunidade e sociedade, e racionalidade com respeito a fins ou valores, foram construídos “de modo que a teoria da ação social e das relações sociais podia dar respostas a questões complexas relativas ao diagnóstico de época” (Habermas, 2015, p. 287), revelando as ambivalências do processo histórico de modernização. Esse entrelaçamento entre teoria e diagnóstico é que conformaria as características centrais do trabalho sociológico de então, como o “interesse pelas patologias,

² Aqui também nos deparamos com uma expressão corrente cujo sentido nem sempre é explicitado e até mesmo a tradução dos equivalentes em alemão (*Zeitdiagnose*) ou em inglês (*diagnose of times*) varia em língua portuguesa entre as expressões diagnóstico de época ou do tempo.

paradoxos e crises” (p. 287), a reflexão sobre as tradições intelectuais precursoras, a combinação entre a perspectiva histórica e a sistemática, os problemas da relação entre teoria e metateoria, reunidos de modo exemplar nos escritos de Max Weber. Desde então, o autoentendimento do trabalho sociológico se diferenciou e esses elementos se autonomizaram. No entanto, o interesse por diagnósticos de época se mantém, ainda que as condições de sua produção sejam outras, afastados os pressupostos da filosofia da história a respeito das condições de acesso à totalidade do mundo social, que informaram os diagnósticos filosóficos, e transformadas as condições disciplinares da sociologia. Este já não seria mais assunto “a ser perseguido impunemente com *intentione recta*” (Habermas, 1987, p. 4), mas poderia estar associado ao trabalho coletivo, a uma abordagem mais modesta, consciente da necessidade de embasamento empírico e de sua relatividade hermenêutica (Habermas, 1987). Dois balanços recentes (Lichtblau, 2017; Hammershoj, 2015) apontam a fecundidade dos diagnósticos de época como formas de reflexividade e de autoentendimento das sociedades modernas, o que se reforça com o interesse recente no debate sobre crise. Em Koselleck é clara a função “diagnóstica” do conceito de crise, cuja semântica está historicamente associada às teorias medicinais da crise;³ e, na medida em que Koselleck não só expõe o conceito, mas o utiliza, ele também compartilha a prática intelectual da produção de diagnósticos de época, como exporei a seguir.

Koselleck, as ambiguidades da crítica e a crise

A abordagem da história dos conceitos de Reinhart Koselleck (1999; 2006) sobre crítica e crise tem sido eficaz para mostrar a interdependência entre os conceitos, suas ambiguidades no que diz respeito a questões de temporalidade e as múltiplas formas de uso que adquiriram na linguagem política e filosófica do Ocidente. Para além disso, quero argumentar que

³ Mannheim (2010 [1943]) é outra referência para o uso da expressão “diagnóstico de época”, com a adoção explícita das metáforas medicinais do diagnóstico e da crise. Sobre o uso do conceito em Mannheim, ver também Lichtblau (2017).

seu estudo compartilha elementos dessa tradição intelectual, de modo que seu *Crítica e crise* (Koselleck, 1999) pode ser visto também como um estudo exemplar da produção de diagnósticos de época, tema que foi explicitado na introdução do livro e no diálogo que manteve naquele período com Carl Schmitt. Assim, Koselleck pode ajudar-nos a compreender algumas das dimensões dos conceitos e deste tipo de trabalho intelectual, a produção de diagnósticos de época.

Em seu livro, Koselleck (1999) argumenta que aquilo que a linguagem do século XX separa como crítica “subjética” e crise “objetiva”, no grego antigo eram compreendidos sob um conceito comum. Embora não fosse originariamente um conceito jurídico, “krisis” apontava para um momento de cisão e luta, mas também de decisão, de modo que se referia intrinsecamente a uma atividade de julgar, de ponderar “prós e contras” e produzir um juízo e uma decisão – o que hoje estaria mais próximo das atividades do juiz ou do crítico de arte. A ênfase está no nexo entre esses dois momentos – Koselleck (1999) mostra que Aristóteles, por exemplo, remetia a ideia de “krisis” às decisões judiciais que têm o efeito de “criar a ordem”, evidenciando a conexão com a política. Essa acepção jurídica do termo permanece em seu uso na teologia cristã, na qual crise remete ao Juízo Final, ao tribunal universal. Todavia, esse nexo vai se perder na argumentação dos filósofos iluministas no século XVIII, quando a palavra “crise” quase some do discurso corrente e a “crítica” torna-se onipresente, o que aparece como um sintoma da desconexão entre o ato de julgar e a tomada de decisão política. A crítica mantinha o sentido de capacidade de avaliar e julgar, mas raramente aparecia associada ao conceito de crise, o qual era visto pelos autores da *Encyclopédie*, Diderot e D’Alembert – a partir de sua tradução latina, que o trata como um conceito da medicina e não da política – como o estágio de uma “doença” em que “se decidirá o que ainda não está decidido” (Koselleck, 1999, p. 203). É por esse caminho que o conceito retornaria ao campo da política, frequentando, por exemplo, o vocabulário das cartas e panfletos da revolução americana (“the crisis”), sendo os sintomas de crise o prenúncio de uma alternativa

entre vida e morte de um parlamento, de um Estado ou de um governo. Para Koselleck (1999), essa dissociação entre crítica e crise no vocabulário filosófico e político do século XVIII estaria a indicar um problema maior, a separação entre moralidade e política, remetendo a atividade da crítica ao terreno da moral, desvinculado de suas responsabilidades políticas.

O argumento de Koselleck (1999) é que essa separação tem relação com a solução oferecida pelo Estado absolutista ao problema da guerra civil e que pode ser acompanhada pela leitura da filosofia política de Thomas Hobbes, para quem a aquisição da paz, com a supressão da guerra civil, é a finalidade moral do arranjo estatal. No entanto, ela se faz ao preço de uma separação entre as convicções privadas e as relações políticas. Isso porque Hobbes compreende que a guerra civil tem origem no conflito entre as convicções dos indivíduos, que fornece a energia e a motivação para a formação dos “partidos” e para a luta. Não se pode, então, sustentar a paz com base nas convicções, mas numa autoridade política soberana incontestável, à qual é moral obedecer – o que possibilitaria a coincidência entre moral e política. Entretanto, esse arranjo desloca o conflito entre consciência e política para fora do Estado e consagra a cisão do indivíduo em homem privado e cidadão do Estado. A motivação da obediência não está na convicção, mas no poder temporal, um mandamento dado pela situação política. A consciência pode ser livre, desde que em segredo, na esfera privada. O espaço público torna-se neutro em relação às convicções morais dos cidadãos, mas ao preço de tornar a convicção politicamente irrelevante. Todavia, a moralidade recalcada para a esfera privada volta sob a forma de crítica.

Para Koselleck (1999), a crítica se desenvolve a partir da esfera privada, à qual o Estado absolutista havia relegado os súditos, e o Esclarecimento representaria um passo para fora desses limites, à medida que expande o foro interior para o domínio público, reconfigurado como um fórum da sociedade que, no entanto, não renuncia a seu caráter não político de sociedade “privada”, não estatal, mas que bate à porta do Estado e reivindica “publicidade”. Rompe-se aí a relação de unidade entre moralidade

e política, pois aquela não é mais a obediência, mas uma afronta e um juízo das leis do Estado, apoiada na convicção interior. A expansão dessa esfera de formação da opinião e da influência é observada por Koselleck na organização do movimento maçônico, que lhe serve de modelo para uma infraestrutura organizativa e comunicativa que atua de maneira clandestina, nos limites estreitos do Estado absolutista. Nas lojas, a “educação moral” conforma a autocompreensão de superioridade moral de uma burguesia politicamente inferiorizada que legitima a crítica sem que esse juízo assuma uma forma diretamente política.

Esse é um modelo de crítica que conforma moralmente uma jurisdição própria, que tem efeitos políticos, mas não se expõe como diretamente política. Esse modelo abrangeria também a crítica burguesa na “república das letras”, o teatro e a crítica artística e a filosofia. Koselleck debate esse ponto a partir de Friederich Schiller (*apud* Koselleck, 1999, p. 88), para quem “a jurisdição do palco começa onde termina o domínio das leis do mundo”, concepção que emancipa o crítico para criticar o presente, e com isso cria um espaço de liberdade absoluta, que só reconhece a autoridade da razão, em que todos são soberanos e podem ser julgados. Na filosofia da história, a noção de progresso oferece à crítica antiabsolutista um sentido de certeza e garantia de êxito em razão de sua superioridade moral, mas mantém seu caráter político dissimulado, o que tem o efeito de agravar a crise e intensificar a crítica.

Conforme Koselleck (1999), é Jean-Jacques Rousseau quem oferece uma saída para que a burguesia possa formar uma consciência política autônoma da crise. Mas sem, no entanto, abandonar a posição de superioridade moral que confere um caráter de inocência política a suas investidas contra o Estado absolutista. A reunificação de moralidade e política na “vontade geral”, que se torna o critério para avaliar a legitimidade do poder, seria, para Koselleck (1999), uma espécie de “ditadura ideológica da virtude”, na qual os súditos apenas legitimam, por identificação ideológica, as decisões do legislador.

Esse seria um caso exemplar no qual a atividade da crítica tem um efeito produtivo de crise, seja porque fornece motivações para ações que acirram as tensões e, eventualmente, levam ao conflito, seja porque define as possibilidades de compreensão da situação. A crise política do Estado absolutista seria o resultado de uma agência crítica que assume formas específicas em razão das possibilidades mais estruturais de participação (ou de não participação) política, bem como do modo de conceber as relações entre moralidade e política.

No verbete sobre “Crise” (Koselleck, 2006), a pesquisa sobre os termos se amplia e fornece mais elementos sobre essa concepção. A longa história do conceito revela o predomínio da concepção médica de crise, que se expande, enquanto metáfora, para os campos da política, da economia, da história etc. A ênfase semântica estaria na demanda por uma decisão entre alternativas polares, embora seu uso revele uma percepção do tempo, o “fim de uma época”, uma mudança qualitativa que separa e distingue momentos. A consulta aos dicionários alemães no final do século XVIII revelaria três significados principais: a) “mudança no curso de uma doença”, b) “ponto decisivo no tempo” e c) “situação alarmante” (Koselleck, 2006, p. 365). Um dos dicionários cita o poeta Goethe (*apud* Koselleck, 2006, p. 367⁴), para quem “todas as transições são crise” e se pergunta: “seria uma crise diferente de uma doença?”. Essas são acepções do termo que estão em consonância com a concepção médica de crise, importada inicialmente como a crise do “corpo político”, cujo uso recorrente revela uma percepção difusa de mudança radical.

Com uso mais diretamente político ganha relevo a conexão com a dimensão da ação. Por exemplo, na análise da sucessão austríaca do imperador Frederico, o Grande, a definição de crise expressa o diagnóstico de uma situação que comporta alternativas distintas para diferentes atores e que oferece uma oportunidade para a ação, de modo que o diagnóstico de crise vira uma fórmula para legitimar a ação política. O espectro para aplicar o termo podia variar, de questões militares e geopolíticas que

⁴ A tradução dessa passagem e de outras é do autor do artigo.

envolviam o balanço de forças entre Estados europeus, até problemas internos de dimensão igualmente variável, a guerra civil ou uma mera troca de governo. Ele serve como “uma categoria descritiva” e como um “critério de diagnóstico para a ação política ou militar”:

com respeito a ambos os momentos de julgamento e diagnóstico, bem como prescrição de uma terapia, as origens médicas do termo claramente continuam preservadas em seu uso na linguagem política. Esse permanece o caso até os dias de hoje, embora a determinação do tempo ótimo para decisão seja agora determinada por pressões inescapáveis para agir. Naquele momento, usar o conceito de crise significava reduzir o espaço de manobra, forçando os atores a escolher entre alternativas diametralmente opostas (Koselleck, 2006, p. 370).

O uso político do termo aponta então para a constituição de uma situação limite, definida em termos de alternativas dualistas, mutuamente exclusivas, que recebem avaliações opostas, de modo que o sentimento de crise pode ser espalhado, mas o diagnóstico e o prognóstico variam de acordo com quem usa o termo. Nessa operação, na qual o conceito é usado para definir alternativas históricas, ele se torna verdadeiramente um “conceito de combate”, ou seja, a definição de crise vira uma arma no combate político e, pode-se acrescentar, torna-se a parte mais semiótica da luta política, sendo que os termos da definição comportam hierarquias de valor e oferecem justificações e um chamado para a ação.

Por aqui se vê um pouco do sentido do esforço de Koselleck para conceitualizar “crise”. A sua hipótese básica é que o uso indiscriminado da palavra revela um mal-estar público, uma sensação de que “algo não vai bem”, ainda que os termos que definem esse mal-estar não estejam bem estabelecidos (Koselleck, 2006). Para ele, a definição da crise é um terreno de disputa, uma controvérsia no plano da linguagem que é parte do combate político, em torno da qual cristalizam-se alternativas e se constitui uma demanda para a ação. É um conceito que cumpre uma função de diagnóstico e de avaliação, de modo que se relaciona diretamente com seu correlato, a crítica, que remete a uma percepção, uma perspectiva, um julgamento.

Essa conexão fica ainda mais evidente quando pensamos que *Crítica e crise* se constitui não apenas como um estudo de história das ideias, mas explicitamente como um diagnóstico de época. A primeira frase do livro já aponta diretamente nesse sentido: “de um ponto de vista histórico, a atual crise mundial resulta da história europeia. A história europeia expandiu-se em história mundial e cumpriu-se nela, ao fazer com que o mundo inteiro ingressasse em um estado de crise permanente” (Koselleck, 1999, p. 9). Mais adiante, ele afirma que “a crise política (...) e as respectivas filosofias da história (...) formam um único fenômeno cuja raiz deve ser procurada no século XVIII” (p. 9). Escrito em 1954, no contexto do debate alemão pós-Segunda Guerra, o livro avalia e explica os dilemas da “guerra fria” em conexão com a emergência da modernidade política europeia. A crise mundial, descrita como o estado de tensão permanente entre as duas potências vitoriosas, era o resultado de contradições intrínsecas à modernidade política, que não teria encontrado resposta adequada para a relação entre moralidade e política, de modo que as duas potências compreenderiam sua posição a partir de um conceito de superioridade moral e cultivariam a utopia de colonizar o espaço internacional à sua imagem e semelhança. A ideia de “patogênese” presente no subtítulo do livro sugere que a modernidade política burguesa nasceu com uma doença que levaria à crise, e que nela estão contidos elementos autodestrutivos: a contradição entre moralidade e política que não emerge ao plano da consciência, já que a sociedade civil burguesa se imagina apolítica e portadora de valores de superioridade moral. Essa inconsciência impediria a tomada racional de decisão política e a pacificação do conflito, o que se projeta em um espaço internacional povoado por dois “partidos” convictos de sua superioridade moral e que não aceitam outro resultado senão a supressão do adversário, razão pela qual o direito internacional sucumbiria a um estado de guerra civil. Sua imagem da crise da modernidade corrobora a proposição de uma crise permanente, que resulta de uma contradição imanente, que não se põe na esfera da relação capital-trabalho, como em Marx, mas na estrutura básica do arranjo político moderno.

Koselleck (1999) monta seu problema em diálogo com a visão de Carl Schmitt sobre a guerra fria como uma “guerra civil mundial”,⁵ na qual as ideologias políticas proveem armas de combate decisivas para legitimar a ação política e militar. O fim da Segunda Guerra não seria assim o fim da crise, o presente é crise e a sociologia se torna ciência da crise, que possibilita investigar as causas e, em alguma medida, oferecer uma saída. As causas remetem às contradições imanentes da modernidade política. Já a terapia revela o teor normativo presente em sua reflexão e aqui ele não reproduz *in toto* a posição de Schmitt. Isso porque Koselleck (1999; 2006) não estaria a considerar a modernidade política em si mesma “ilegítima” ou inferior, nem compartilha a esperança de recuperar uma totalidade cosmológica perdida ou a política absolutista, que se torna alvo de sua crítica justamente pela incapacidade de incorporar politicamente a cidadania emergente.⁶ Sua agenda normativa estaria na busca de uma relação mais apropriada entre moral e política, na qual a participação política pudesse transformar os súditos em cidadãos com responsabilidade política. De acordo com Olsen (2014), ele teria uma admiração pela solução inglesa, como em Locke, que separava moral e política sem antagonizá-las, com um parlamento com representantes do rei e da sociedade, capaz de evitar a revolução, o que não ocorre na Europa continental, onde a polarização levaria à crise e cuja consciência de crise não se transformaria em decisão política “racional” e “responsável”. Koselleck poderia assim combinar a ontologia schmittiana de uma sociedade essencialmente política e conflitiva com uma proposição normativa de que o conflito poderia ser contido pelo reconhecimento do pluralismo político, de modo que o antagonismo essencial da natureza humana poderia ser tratado com responsabilidade política e de modo menos assimétrico para não gerar exclusão e agressão.

A história dos conceitos de Koselleck revela-se, então, extremamente produtiva para pensar as ambiguidades do conceito de crise, bem como

⁵ Sobre a recepção da tese de Schmitt da guerra fria como “guerra civil mundial” por Koselleck e a documentação da correspondência entre eles, ver Olsen (2014, p. 23 e ss.).

⁶ Esta avaliação também está presente em Duarte (2012).

para pensar a relação entre mudanças que ocorrem no âmbito da linguagem utilizada para pensar fenômenos e eventos, e mudanças na estruturação das relações políticas e sociais. Há, todavia, um viés um tanto construtivista em seu modo de conceber as crises, que tende a dissolver problemas mais objetivos nos modos de percepção e na linguagem. Desse modo, a dimensão da crítica é inflada como produtora de crises⁷ – isso para não falar no enviesamento de sua leitura histórica da crítica iluminista. Outra questão relevante é que seus diagnósticos de época e da modernidade política são bastante dependentes de uma ontologia de inspiração schmittiana, que essencializa a dimensão antagonista dos conflitos políticos na lógica amigo-inimigo. Embora ele se aproxime de uma posição normativa mais aberta ao pluralismo e, ao longo do tempo, abandone o *topos* da “guerra civil mundial”, ainda assim, a política se torna um espaço que é ao mesmo tempo essencial, pois decorrente de uma condição humana existencial, e pautado por uma racionalidade estratégica que calcula consequências a partir de critérios de responsabilidade e decide. Por isso, cabe perguntar se esta não é uma interpretação muito decisionista da reflexividade política, que secundariza demais possibilidades cognitivas e emancipatórias associadas a uma prática comunicativa mais aberta, inclusive aos impulsos morais presentes na crítica social, que são potencialmente causadores de crise ou responsivos a elas. Não seria então sua concepção de responsabilidade política muito afeita a um cálculo estratégico de consequências que assume feições, no limite, conservadoras? Nesse sentido, o debate com Habermas poderia ajudar a contrastar as concepções de crítica e de crise e oferecer um caminho mais atento às questões da “objetividade” da crise e do potencial da crítica.

⁷ Na recepção brasileira de *Crítica e crise* (Koselleck, 1999), destaca-se a resenha de Figueiredo (2000) que questiona o “dualismo” da crítica iluminista, cuja herança seria atual, entre a pura negatividade e o decisionismo estatal, que estaria a impedir a compreensão da política em sua dimensão própria e “imaneente”. Com isso, ele repõe a questão koselleckiana a respeito de uma crítica que, ao orientar-se por uma normatividade que transcende a normatividade própria da política, perderia a efetividade, e tornaria mais difícil a produção de consensos “mínimos efetivos”. Essa posição, no entanto, como procuro argumentar, é pouco sensível às transformações dos quadros normativos oriundas da crítica social em contextos de crise.

Habermas, as tendências de crise e as possibilidades da crítica

A formulação de Koselleck (1999; 2006) tem grande relevância para a história dos usos e do conceito de crise, e também para mostrar sua dependência em relação à noção de crítica e à perspectiva de quem usa o conceito. Crise pode ser, assim, um conceito de combate político em torno do qual se procura definir uma situação ou mesmo uma totalidade histórica mais ampla, podendo-se combinar no conceito uma tomada de consciência da historicidade de uma sociedade e a mobilização de vontades políticas. Entretanto, Koselleck (1999) possui uma visão muito negativa da modernidade política, ainda que distinta em grau e mesmo em conteúdo daquela esposada por seu grande interlocutor, Carl Schmitt, o que, no limite, pode conter um sentido politicamente conservador, pouco afeito a novas exigências oriundas da crítica social e mesmo da crítica democrática, que conferem um dinamismo político do qual sociedades modernas não podem, normativamente, abrir mão sem ferir expectativas emancipatórias presentes em movimentos sociais relevantes.

Creio ser possível mostrar como Habermas trabalhou com um conceito de crise mais amplo e aberto às dinâmicas da modernidade política, tanto no que diz respeito a aspectos sistêmicos e funcionais, quanto ao lugar da crítica, embora suas formulações também tenham dificuldades, em especial quando as conectamos com seus diagnósticos de época. Para isso, quero me ater ao debate que circunda seu *Crise de legitimação no capitalismo tardio*, publicado pela primeira vez em 1973. Mas, antes, é preciso observar que Habermas interpretou a emergência da modernidade política e de sua “esfera pública” em diálogo com Koselleck, mas de modo distinto. Conforme Cohen e Arato (1999 [1992], cap. 5), Habermas (2014a) vê mais heterogeneidade nas formas organizativas da esfera pública e nas variantes nacionais do Esclarecimento, de modo que a crítica de Koselleck à “hipocrisia” da crítica lhe parece unilateral. Enquanto Koselleck (1999) analisa especialmente as lojas maçônicas, com o compromisso de segredo

entre seus membros, Habermas encontra a crítica ao Estado absolutista na formação de um “público” leitor de livros, revistas e jornais que se pauta por critérios de uma comunicação irrestrita e, aos poucos, assume funções políticas. Seu objetivo não é necessariamente a revolução, mas a sua própria institucionalização, com o estabelecimento de uma esfera protegida capaz de influenciar e controlar a autoridade estatal, isto é, alterar os princípios de organização do poder político de modo a restringir sua esfera de decisão, de acordo com uma linguagem de direitos fundamentais e por meio de procedimentos. Os casos inglês e alemão contrastam com o caso francês em que se baseou Koselleck – e, mesmo na França, o desenvolvimento da esfera pública percorre outros caminhos, mais expostos ao liberalismo, para além do período revolucionário. A institucionalização da esfera pública no parlamento completa o argumento histórico, mostrando inclusive que as demandas de liberdade de expressão e organização política, bem como o direito ao voto, inicialmente atreladas aos proprietários burgueses, não se restringem a eles, mas abarcam os estratos não incluídos formalmente nas instituições, apontando um processo de democratização, no qual o público permanece desenvolvendo suas capacidades críticas (Cohen; Arato, 1999 [1992]; Habermas, 2014a).

Para Habermas (2014a), esse processo não é isento de contradições – estas apontam, contudo, para as fronteiras entre Estado e sociedade civil, entre a emergente economia burguesa de indivíduos privados orientados para um mercado livre do paternalismo e das intervenções estatais e as funções estatais necessárias para protegê-la – o paradoxo de um Estado que intervém para liberar a sociedade civil de antigas formas de intervenção, de um poder que precisa agir para criar a sensação de que não age. Ou, ao menos, não arbitrariamente. A ideia de uma esfera pública racional, capaz de orientar racionalmente o governo e a produção das leis, oferece um modelo para a relação entre sociedade e Estado que não se restringe ao campo econômico, mas estabelece um conjunto de direitos constitucionais mais amplos que, idealmente, favorece a participação política e garante centralidade a essa mesma esfera pública no processo político. Ainda

que essa última não se generalize de imediato, as normas de publicidade dificultam a manutenção dos mecanismos de exclusão de classes e estratos sociais específicos, de modo que o caráter “utópico” da esfera pública burguesa se torna a base para uma crítica imanente e sua normatividade não se configuraria mera ideologia, mas um suporte para a transformação das instituições políticas. Cohen e Arato (1999 [1992]) expõem as dificuldades da tentativa de Habermas de combinar as posições normativas do marxismo e do liberalismo na mesma forma de crítica, que acaba por não levar em conta que a crítica marxista não é puramente imanente, já que rejeita o processo de diferenciação entre público e privado no qual está assentada a emergência da esfera pública burguesa.

O argumento de Habermas (2014a) completa-se com a tese do declínio da esfera pública, a partir das novas funções estatais que “politizam” a economia e da transformação no conceito de opinião pública que, por sua vez, “despolitiza” a participação da cidadania. Perde-se o nexo entre os processos comunicativos de formação da opinião aos quais as instituições estariam normativamente atreladas, com isso a opinião pública se decompõe, por um lado, em redes informais e, por outro, em objeto da administração pública e das técnicas de publicidade que procuram medir comportamentos e agir sobre eles. Sua conclusão revela uma avaliação que seria formulada e reformulada, com diferentes matizes, ao longo de sua trajetória e que remete às ameaças que a “tecnocracia” representa ao ideário normativo da modernidade política, aos dilemas decorrentes do desenvolvimento de tecnologias administrativas, que fazem parte do processo de modernização e podem subtrair dos cidadãos a capacidade de crítica e deliberação. Em *Teoria e práxis* (Habermas, 2013) esta preocupação está no cerne de sua crítica da filosofia política, que se desenvolve ao longo dos pressupostos de uma racionalidade técnica voltada para a administração da ordem. Com isso, a política se configuraria como objeto de um pensamento científico, tal como no modelo hobbesiano, que procura combinar “leis da natureza” e “leis da razão”. Mas, ao refletir sobre suas consequências apenas do ponto

de vista organizativo e tecnológico, a política perde de vista o horizonte dos cidadãos, de suas perspectivas e formas de conhecimento (Habermas, 2013).

Nesse contexto, a reflexão mais sistemática sobre a crise se dá em *Crise de legitimação no capitalismo tardio* (Habermas, 1988). Nesse livro, a recensão inicial do conceito aponta para as limitações de perspectivas unilaterais, e defende que a teoria precisa captar a conexão entre problemas de integração social e de integração sistêmica. As crises têm uma existência objetiva quando se referem a “problemas de controle”. Na teoria dos sistemas, a crise se relaciona à escassez de recursos para a solução de problemas capaz de assegurar a continuidade das operações. Todavia, haveria aí uma falta de teorização sobre as causas da escassez, já que elas costumam estar relacionadas a contradições internas que afetam estruturas essenciais, cuja alteração levaria a mudanças na identidade dos sistemas. Quando comparada com a biologia, cujos sistemas são organismos materialmente bem definidos no tempo e no espaço, essa conceitualização tem problemas, pois os sistemas sociais se constituem em ambientes hipercomplexos e podem assegurar sua continuidade por meio de processos que alteram em profundidade seus elementos, objetivos e formas de controle, sendo que isso pode ser feito tanto por formas de desintegração e colapso quanto por meio de processos de aprendizagem e mudança – nem toda mudança em sistemas sociais pode ser considerada “crise”. O ponto de vista “objetivista” não conseguiria captar os graus de tolerância quanto à transformação de valores centrais, que podem variar imensamente afetando ou não a identidade dos sistemas sociais (Habermas, 1988).

De uma outra perspectiva, poderíamos falar de crises “apenas quando membros de uma sociedade experimentam alterações estruturais como críticas para a existência continuada e sentem sua identidade social ameaçada” (Habermas, 1988, p. 3). Isso ocorre quando distúrbios sistêmicos colocam em questão a integração social, afetando estruturas normativas consensualizadas e produzindo estados de anomia, nos quais a crise assume a forma de desintegração das instituições. Todavia, essa perspectiva acaba se revelando “idealista” e tem suas dificuldades, seja porque a

ruptura em tradições culturais ou estruturas normativas consensualizadas é um critério problemático, já que tradições culturais estão sempre em movimento, ou porque uma sociedade não entra em crise apenas quando seus membros identificam conscientemente a situação como tal. Crises têm sua objetividade, como problemas de controle que, mesmo quando não são inteiramente conscientes, afetam a consciência social de modo específico, criando problemas de integração social. Assim, a crítica de duas perspectivas unilaterais, a de teorias dos sistemas ou de teorias compreensivas e da ação, leva Habermas (1988) ao problema da conexão entre problemas materiais de controle e estruturas normativas. Ele propõe então uma análise histórica do desenvolvimento dos sistemas sociais em que processos de desenvolvimento e racionalização das forças produtivas e dos mecanismos de socialização se conectariam por meio de processos evolutivos de aprendizagem centrados em reivindicações discursivas de validade, que permitem ampliar o controle sobre a natureza externa e sobre a integração social, ou seja, a história do desenvolvimento científico-tecnológico e do desenvolvimento cultural, por meio dos quais a humanidade aprende a lidar com problemas. Assim, ele oferece uma teoria evolutiva dos sistemas sociais, formulada em termos de uma lógica de diferenciação social que permite a separação dos mecanismos de integração social e sistêmico, com suas lógicas próprias, e do desenvolvimento dos sistemas de legitimação da autoridade e da ordem – o que constitui um modelo bastante abstrato de mudança social, cujas possibilidades de generalização são duvidosas.

Mas o modelo serve para situar sua compreensão de como o “capitalismo tardio” aprendeu a lidar com os problemas de controle econômico do capitalismo liberal, descritos por Marx, que ameaçavam a continuidade não apenas das operações sistêmicas, mas da integração social. Para tanto, Habermas (1988) recorre a uma teoria do capitalismo organizado ou regulado pelo Estado, que apresenta modificações substanciais em relação à modelagem liberal, devido à concentração econômica em grandes corporações e à regulação estatal, que enfraquecem os mecanismos competitivos, embora não os mecanismos de mercado como condutores

do investimento empresarial. Nessa formação, o sistema administrativo ganha nova relevância ao lidar com os imperativos do sistema econômico via regulação e planejamento, substituindo alguns dos mecanismos do mercado competitivo. Com isso, o sistema econômico volta a estar ligado ao político: a ideologia da troca livre colapsa e o engajamento do Estado na economia exige novas formas de legitimação da autoridade política, que serão buscadas na institucionalização de uma democracia de baixa intensidade participativa e num regime de compensações econômicas que arrefecem o conflito de classes, mas não eliminam o potencial de crises.

No capitalismo avançado, a crise potencial decorre tanto de problemas internos à operação dos sistemas, quanto de efeitos do sistema sobre outras esferas – sobre os quais, entretanto, Habermas (1988) tem pouco a dizer –, nomeadamente a crise ecológica, o “equilíbrio antropológico” e o balanço de poder internacional. Seu interesse está nas crises sistêmicas e na lógica de seu encadeamento. Nesse regime, a mediação estatal é o fator decisivo para planejar e prevenir crises econômicas, mas há limites para sua ação frente aos mecanismos sistêmicos, e nem sempre é possível compensar as tendências de queda da taxa de lucro do investimento privado, o que leva a desequilíbrios no circuito de valorização, com consequências sociais.

Os agentes econômicos tendem a transferir problemas sistêmicos para a administração, que, assim, opera com imperativos de controle contraditórios, os quais só podem ser compensados se houver um encontro entre as racionalidades de agentes que negociam estrategicamente a fim de evitar crises. A administração precisa conseguir motivar os agentes a cooperar, o que não é simples, pois há comportamentos que regularmente ameaçam a racionalidade administrativa. A existência de um espaço para a regulação faz com que a crise administrativa não seja, *a priori*, inevitável. Crises sistêmicas seriam possivelmente contornáveis, passíveis de previsão e controle administrativo, antes ou depois de sua emergência, ainda que não se possa excluir a possibilidade de falha administrativa. Os limites à regulação não são intrínsecos à racionalidade administrativa, mas são de ordem política. As crises econômicas são transferidas para o sistema

político, que procura usar recursos de poder legítimo para compensar os déficits de racionalidade administrativa ou, ao contrário, utiliza programas administrativos para produzir legitimação, quando essa é escassa. Os limites da administração vêm da capacidade fiscal do Estado, ou da motivação dos cidadãos, mas não necessariamente levam à crise.

O sistema cultural contribuiria para a estabilização do capitalismo organizado por meio da orientação dos cidadãos e das famílias para o consumo, para as carreiras profissionais em que reproduzem a competição por *status* e as lógicas de desempenho individual. O Estado tenta planejar ideologicamente a vida cultural por meio de técnicas publicitárias, mas há resistências; temas que não estavam na agenda pública entram em pauta e o planejamento administrativo não é suficiente para organizá-los. Crises de legitimação emergem, então, quando a administração não consegue suprir demandas programáticas da população, a qual a penaliza com a retirada da legitimação, o que, por sua vez, reduz ainda mais a margem de ação sistêmica.

No contexto europeu pós maio de 68, Habermas (1988) observa mudanças sociais que estariam a afetar componentes significativos da ideologia no que diz respeito ao desempenho escolar e profissional, aos padrões de justiça e de avaliação, às lógicas do consumo e da socialização. São tradições culturais que se movem e apontam para divergências entre os valores oferecidos pelos sistemas político e econômico e pelo sistema sociocultural. O avanço do espírito científico e de padrões morais mais universalizantes levariam as estruturas normativas a se mostrarem mais dependentes de necessidades de justificação. Assim, elas passariam a conformar padrões de socialização menos tradicionais e mais reflexivos, que estariam na raiz do potencial de protesto dos jovens, e apontariam para crises de “motivação”, nas quais os resultados alcançados no nível sociocultural são “desfuncionais” para a continuidade das operações sistêmicas.

O sistema político no capitalismo organizado só conseguiria estabilização se pudesse produzir sua própria legitimação, a partir de sua *performance*, sem a necessidade de recurso a justificações normativas, às quais estão atados

os estados constitucionais e que fundamentam a adesão dos indivíduos às normas. Teorias elitistas da democracia, centradas no pluralismo de elites e na competição, procuram elidir a necessidade de justificação, retendo-se apenas no aspecto da competição eleitoral. Teorias dos sistemas também escapam às necessidades de conexão entre a produção de decisões políticas e a justificação racional de seu conteúdo na esfera pública. Ambas evitam fundamentar comunicativamente a legitimidade das normas e decisões e tendem a reduzir a participação do público, assentando a legitimação apenas na legalidade formal. Se isso se estabelece, os requisitos sistêmicos poderiam prover por si mesmos as motivações para a tomada de decisões e para a ação, independentemente de estruturas normativas apoiadas em interesses generalizáveis reconhecidos pelos participantes de um processo comunicativo. A racionalização da administração poderia se dar de modo independente da política, da formação coletiva da vontade. Entretanto, os custos de uma tal evolução social, assentada apenas na integração sistêmica, seriam muito elevados para a reflexividade e, no limite, para a dignidade humana. Contra essas concepções, Habermas (1988) busca recuperar um lugar para a formação da vontade política atrelada à participação dos cidadãos e à possibilidade de acessar, pela comunicação racional pública, a veracidade das reivindicações de validade em questões práticas.

A análise dos potenciais de crise do capitalismo tardio fornece os elementos do diagnóstico de época, formulado na sequência dos protestos estudantis de 1968. Em síntese, a dinâmica econômica já não conduz, por si, à crise, que não se explica pelas contradições intrínsecas ao processo de acumulação, já que a racionalização da economia, através do planejamento administrativo, antecipa os efeitos da crise e age sobre eles. A crise se desloca para o sistema político, que precisa lidar com imperativos contraditórios e vê sua margem de manobra reduzida, o que leva a falhas ou a problemas de legitimidade. Esses se tornam mais graves quando analisados sob a ótica das transformações no sistema sociocultural, com as tradições sendo postas em movimento, num processo reflexivo que evita o conformismo político e que amplia a pressão sobre modos de socialização conformes ao planejamento

estatal. Ainda que formulado na linguagem “social-científica”, o diagnóstico de Habermas não trai a identificação de um potencial crítico nos modos de vida que tenderiam a pressionar os sistemas em direção à ampliação das formas de participação política e à liberação das formas de socialização de padrões tradicionais. A ideia de um aprendizado social no modo de lidar com problemas de integração forneceria uma saída progressiva para a dinâmica das crises e da mudança social, na qual a economia capitalista não é posta diretamente em xeque, mas as tendências críticas e reflexivas apontariam possibilidades de democratização. Elas encontram resistência nas tendências tecnocráticas que compreendem as crises apenas como problemas de controle e não consideram possível um debate racional de objetivos e questões práticas, são refratárias à ampliação da participação, que significaria apenas maior complexidade e dificuldade de decisão.

Mas, o diagnóstico de época, em seu sentido mais estrito, falhou. A expectativa de que uma socialização mais reflexiva apresentasse desafios políticos de monta ao capitalismo tecnocrático não se afirmou. O próprio ambiente político da Alemanha no final dos anos de 1970 seria bastante distinto, marcado pela revitalização do “neoconservadorismo”, o que motivaria um vasto esforço de compreensão e debate público por parte de Habermas (Müller-Doohm, 2016, cap. 6). Com o tempo perceberíamos que o sistema se revelou capaz de produzir compensações ao nível do consumo e de revitalizar elementos ideológicos atrelados ao mérito e ao desempenho que, mesmo em um ambiente mais reflexivo em relação aos elementos tradicionais nos modos de vida, forneceram justificações e renovaram as possibilidades de acumulação. Nos termos de Boltanski e Chiapello (2009), o capitalismo absorveu a “crítica artística” em suas metamorfoses e neutralizou a “crítica social” centrada nos problemas distributivos. A combinação capitalismo e democracia no mundo euro-americano se fortaleceria, ainda que a estrutura do capitalismo passasse por transformações que, com o tempo, se revelariam tendentes ao crescimento da desigualdade, e que a democracia enfrentasse a *malaise* da baixa participação. As ondas sucessivas de “democratização” na Iberoamérica, no Leste europeu e mesmo na Ásia e

na África, estiveram na base das esperanças democratizantes de Habermas – e de muitos outros – nos anos de 1990, enquanto a globalização dos mercados projetava os desequilíbrios econômicos para bem além dos estados nacionais e de sua capacidade reguladora.

Mais recentemente, após o *crash* financeiro de 2007-2008, o problema das crises de legitimação retornaria à pauta. Revelou-se, aí, outra limitação do diagnóstico habermasiano de 1973, a incapacidade da racionalidade administrativa estatal de antecipar ou lidar com os distúrbios sistêmicos (Streeck, 2014). As transformações estruturais provocadas pela expansão da economia capitalista no globo minaram as condições de possibilidade da ação estatal, o espaço econômico nacional evanesce, reduzindo capacidades efetivas de controle do Estado nacional. Novos problemas de controle se apresentam com as perturbações na dinâmica dos sistemas, afetando mecanismos de integração social e modos de vida. Em seu debate com Streeck, Habermas (2014b, cap. 9) reconheceu a confiança excessiva nas possibilidades do planejamento, mas já não considera possível a retomada da condição anterior, procurando uma saída superadora da crise do capitalismo global no aprofundamento da democracia no plano transnacional.

Também Nancy Fraser (2015; 2017) retoma recentemente elementos da formulação habermasiana a respeito da crise. Sua abordagem mantém uma concepção de crise atrelada às formas de estruturação da “ordem capitalista”, vista também como uma formação social. Ela traz algumas contribuições novas à caracterização do problema, ao enfrentar as “condições de possibilidade” da acumulação capitalista que remetem a esferas sociais não inteiramente mercantilizáveis e subsumidas à lógica do capital, quais sejam, a família como fonte de trabalho social não assalariado, os poderes públicos atrelados a exigências de cidadania e de proteção/integração social e o ambiente ecológico. Seu trabalho subverte a separação inicialmente proposta por Habermas entre problemas sistêmicos e seus efeitos, mostrando como aquilo que é aparentemente externo à dinâmica de acumulação, constitui condições sem as quais a dinâmica sistêmica não seria possível. Fraser pode, assim, retomar proposições de crise imanente, mas formulá-las

com referência não apenas à *performance* do sistema e suas irracionalidades, mas em conjunção com a estruturação da ordem social assentada nessas separações. E, como essas esferas não seriam simplesmente funcionais à acumulação, mas possuem sua legalidade própria, elas se constituem em referência normativa para a crítica. Essa forma de abordagem também aponta, como em Jaeggi (2017), as dificuldades para uma teoria crítica de se conceber a economia como uma esfera normativamente neutra, o que tende a neutralizar a possibilidade da crítica.

Notas finais

Essas são algumas direções que o debate contemporâneo sobre crise e crítica poderia tomar, reformulando os diagnósticos de época e procurando avançar em direção a uma boa teoria das crises no capitalismo e na modernidade política – uma que fosse sensível ao problema da crítica e capaz de participar de uma reflexividade social mais ampla. Habermas e Koselleck oferecem um bom ponto de partida para a compreensão do conceito de crise, que é parte de seus esforços de produção de diagnósticos de época e de compreensão de tendências de mudança social. Até aqui, procuramos mostrar que Koselleck (1999; 2006) esclarece a história semântica do conceito de crise e a diversidade de seus usos em contextos distintos, como arma de combate político, bem como na compreensão e avaliação do tempo histórico. Há, contudo, certa conflação entre crítica e crise, que tenderia a uma hiperinflação da capacidade da crítica na produção de crises. Sua concepção do “político” com exigências fortes de separação entre política e moralidade seria também pouco sensível à força normativa e politicamente transformadora da crítica social, elemento decisivo da dinâmica moderna, com o risco de aproximá-lo excessivamente de teorias conservadoras da crise, que a concebem como um problema de governabilidade. Habermas (1988) oferece uma alternativa aos dois pontos, concebendo a crise como uma conjunção de problemas de controle e normativos, que poderia servir melhor de modelo para lidar com problemas funcionais e com a diversidade

de interpretações e experiências de crise. A relação entre crítica e política é mais bem concebida tendo lugar em um modelo de esfera pública com funções políticas e mais aberto às reivindicações transformativas da crítica social. A partir dos dois autores, é possível propor que:

1) “crise” é um conceito que se tornou parte do vocabulário dos “diagnósticos de época” da modernidade e que deve ser compreendido no escopo de teorias dos processos e das mudanças sociais; assim, é um conceito que aponta para características estruturais e para tendências de desenvolvimento das sociedades modernas, que se desdobram no tempo e afetam de modo mais amplo instituições e relações sociais. Em sentido mais restrito, crises se relacionam com problemas de controle que envolvem recursos escassos e afetam rotinas e operações sistêmicas. No entanto, crises dizem respeito a experiências subjetivas formuladas linguisticamente, que compõem um quadro cultural e normativo e que envolvem avaliações, interpretações, tentativas de definição ou de redefinição de uma situação ou de um conjunto de relações. Nesse sentido, crise é um conceito que circula entre a linguagem sociológica e as linguagens dos atores e das instituições. Como mostra a história do conceito em Koselleck (1999; 2006), ele não se estabiliza, e a luta pela definição de crise é parte da própria crise e dos conflitos políticos. Esta instabilidade pode motivar um criticismo anticrise que vê no conceito de crise um artifício narrativo para permitir a própria elaboração da história em sua concepção moderna, isto é, para dar significado histórico a eventos. Crise seria um termo que estabelece observações de segunda ordem, que permitem distinguir e localizar contradições e paradoxos, elaborados em termos de falhas éticas ou sistêmicas e estabelecer o terreno da crítica (Roitman, 2016). Narrativas de crise importam e Koselleck (2006) é convincente ao mostrar que há certa estrutura comum a elas. Todavia, crises têm sua materialidade e conexões com formas de estruturação do ordenamento social que devem ser levadas em conta em si mesmas.

2) A tentativa de pensar crises como parte de uma teoria dos processos e da mudança social está, de certo modo, relacionada à ideia de que há

períodos de “não crise”. Se esse contraste pretende ter alguma densidade, seria preciso evitar a compreensão de que períodos de “não crise” significam estabilidade ou harmonia, ou, pior ainda, “normalidade”. Ao contrário, as grandes teorias de crise, de Marx a Habermas e Koselleck, apontam justamente para esse sentido de instabilidade latente na produção e reprodução da ordem social, para contradições e conflitos, quebras de rotina e mudança, que não se limitam aos períodos de crise. Rodrigo Cordero (2014) expõe com clareza que as teorias de crise nesses autores são argumentos em favor de uma compreensão da fragilidade da ordem social e não produtoras de um contraste estático entre estabilidade e instabilidade. Dessa forma, a relação entre períodos de crise e de não crise deveria ser vista de modo mais contínuo que descontínuo (Dobry, 2014). Crises dependeriam de certa conjunção de problemas estruturais e de controle, que se expressam nas operações sistêmicas e institucionais, e da experiência subjetiva crítica, que descreve o mundo social, produz sentido para as experiências vividas e expressa avaliações e diagnósticos de problemas e alternativas. Em períodos de crise há menor objetivação das relações sociais, maior contingência e incerteza – razão pela qual Dobry (2014) prefere o termo “conjunturas fluidas”, bastante apropriado para crises políticas. Essa incerteza, na perspectiva dos atores, significa que conhecimentos antes tidos como garantidos não o são mais, o que motiva buscas de reestabilização de sentido, que nem sempre se concretizam. Em períodos de crise, estruturas opacas tornam-se mais visíveis para os atores – o que as torna, conforme Bhaskar (*apud* Jessop, 2016, p. 93), um laboratório metodologicamente tão interessante para as ciências sociais investigarem a dialética entre semiótica e materialidade, entre agência e estrutura, entre dominação e emancipação. Crises são, assim, momentos de “desobjetivação”, momentos “transformativos” – e os grandes movimentos sociais respondem a crises ou produzem crises (Benhabib, 2019).

3) Crises envolvem sempre uma avaliação crítica, mas há múltiplas formas de reflexividade envolvidas em situações ou períodos de crise que, sem pretensão exaustiva, poderíamos mapear: a) crises podem ser

concebidas, da perspectiva de atores estratégicos, como oportunidade para a ação estratégica em torno do controle de recursos e de poder – situação cujo modelo é a guerra, como bem percebeu Koselleck (2006); b) ainda da perspectiva da ação estratégica, crises podem ser o resultado (consciente ou inconsciente) da mobilização de atores que competem por recursos e alteram rotinas e lógicas estabelecidas em “setores”, esferas ou instituições da vida social, como percebido por Dobry (2014); c) crises podem desencadear comunicações voltadas para o aprendizado e a solução de problemas sistêmicos; d) crises podem desencadear processos comunicativos mais amplos, que despertam a consciência pública sobre problemas, como, por exemplo, nas formulações do pragmatismo de Dewey (1993) ou na modelagem de esfera pública de Habermas (2011; 2014a); e e) crises podem ser o resultado da reflexividade de indivíduos ou grupos sociais sobre situações ou padrões de relação entendidos como “desrespeito”, seja por conta de transformações institucionais que afetam padrões normativos, como mostrou Thompson (1998) em sua discussão sobre a economia moral, seja por transformações nas expectativas e padrões culturais e normativos, tal como proposto por Habermas (1988) e Honneth (2009). Nem todas essas possibilidades de reflexividade são o que se poderia chamar de “crítica”, conceito que parece restrito às duas últimas, mas todas elas envolvem alguma relação entre problemas de controle e experiências subjetivas.

4) A relação entre crise e crítica deve ser formulada sem que uma esteja subsumida à outra, de modo a evitar uma conflação conceitual na qual a crise não é senão o resultado de um discurso crítico. A ênfase de Koselleck (1999) no papel da crítica pode levar a essa interpretação que, no entanto, não está explicitada teoricamente. É controverso também o quanto essa seria uma boa descrição do argumento de Luhmann (1984), pois, embora sejam conhecidas suas posições críticas a respeito de autodescrições “negativas” da sociedade, ele não seria insensível a problemas sistêmicos decorrentes da ausência de reflexividade, a reprodução irrefletida que tende a reduzir a contingência, sufocar a produção semântica e eliminar referências ao futuro ou ao “ambiente externo” (as expectativas dos observadores), produzindo

homogeneização e redução do potencial de diferenciação social (Cordero; Mascareño; Chernilo, 2017). O que tanto Luhmann (1984) quanto Koselleck (1999) parecem deplorar – e não só eles – é um descolamento da crítica de um terreno imanente, a cisão entre o “horizonte de expectativas” e o “campo de experiências” ou a “oscilação” e “desvio para o futuro”, que caracterizariam um pensamento utópico. Esta concepção de utopia não faz jus, todavia, à concepção de crítica em Habermas (2012) e na tradição da teoria crítica, que lida com uma dialética imanência-transcendência que busca evitar os riscos de uma imaginação puramente utópica, sem, contudo, abrir mão das energias transformadoras que as utopias, a crítica social ou as reivindicações de justiça podem carregar. Nessa linha, as comunicações normativas tornam-se decisivas para a energização do mundo social e podem desencadear modos de reflexividade que ofereçam possibilidades de uma autoprodução social mais consciente.

Esta formulação não é isenta de ambiguidades. Por um lado, há todo um conjunto de questões que dizem respeito à relação entre a reflexividade dos intelectuais e os sentimentos e os quadros normativos e morais comuns – as múltiplas hermenêuticas entre a agência crítica dos intelectuais e a dos movimentos sociais ou mesmo dos indivíduos, que têm estimulado uma produtiva sociologia da crítica (Boltanski, 2011). Por outro, um ponto de vista crítico e uma teoria da crise devem lidar necessariamente com as questões da política e do poder. Seja porque as operações sistêmicas não são neutras em relação ao poder e à dominação, seja porque a política, ou “o político”, constituiu-se historicamente como uma forma secularizada das sociedades de produzir um saber e de agir sobre si mesmas. A questão torna-se ainda mais dramática quando se percebe que as crises contemporâneas podem ser descritas não só em termos de crise da economia capitalista, mas também dos estados nacionais, que concentraram historicamente as “capacidades” de ação consciente das sociedades sobre si mesmas na escala nacional. O quadro teórico de referência de Koselleck (1999; 2006), com sua ontologia bastante schmittiana, tende a deflacionar as possibilidades da crítica em um processo comunicativo mais amplo, estreitando as possibilidades de

compreensão da política. Com Habermas (1988; 2011; 2012) e contra Koselleck (1999), seria possível conceber a ação política como uma agência crítica cujo sentido não se esgota na “negatividade” dos processos de dominação, mas se estende para possibilidades comunicativas e participativas mais amplas de sentido emancipatório. A democracia ultrapassa a fronteira do pluralismo e da competição para ser concebida como uma forma de conexão do poder político com exigências de justificação, legitimação e participação ampliadas, que apontam, no limite, para a democracia como uma forma de vida. Nesse sentido, “o político” não desaparece nas sociedades complexas, como forma de identidade e imaginação das sociedades em relação a si mesmas. No entanto, seu lugar se altera, com a força normativa de Constituições democráticas, com a incorporação de uma reflexividade social para além do Estado, mas que mantém vínculos participativos com as instituições. Sua única base transcendente seria o “uso público da razão” que permite conectar problemas públicos com o fluxo comunicativo que vem “de baixo” e impulsiona transformações (Habermas, 2011).

Empareadas entre o autoritarismo e a tecnocracia, que conformam, ambos, o pano de fundo de tendências atuais de desdemocratização, as reivindicações normativas da teoria crítica em torno da democracia participativa atravessam momento particularmente difícil, embora as conquistas democráticas obtidas no plano da cultura política e da socialização não possam ser tão facilmente apagadas. Mesmo em seu campo político originário, que é o da esquerda e dos movimentos sociais, cresce o desafio posto por concepções schmittianas de crise, que reivindicam um “momento populista”, apelam para formas de ação dramáticas e flertam com concepções de representação política carismáticas e totalizantes que parecem, por vezes, um espelho invertido de seus adversários. Quando transposta para o plano da ação, entretanto, a discussão sobre o conceito de crise não pode senão ajudar a esclarecer as posições, seus limites ou o prego das escolhas, na esperança de que a continuidade da controvérsia ajude a encontrar melhores caminhos. Crises, assim como os totens, são boas para pensar!

Felipe Maia é Doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ e Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

✉ ffmaia@yahoo.com

Referências

1. BENHABIB, Seyla. Abaixo do asfalto está a praia: reflexões sobre o legado da Escola de Frankfurt. **Cadernos do Ateliê**, v. 1, p. 1-21, 2019.
2. BOLTANSKI, Luc. **On critique: a sociology of emancipation**. Cambridge: Polity, 2011.
3. BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
4. COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. **Civil society and political theory**. Cambridge: The MIT Press, 1999.
5. CORDERO, Rodrigo. **Crisis and critique: on the fragile foundations of social life**. Londres: Routledge, 2014.
6. CORDERO, Rodrigo. Crisis and critique in Jürgen Habermas's social theory. **European Journal of Social Theory**, v. 17, n. 4, p. 497-515, 2014.
7. CORDERO, Rodrigo; MASCAREÑO, Aldo; CHERNILO, Daniel. On the reflexivity of crises: lessons from critical theory and systems theory. **European Journal of Social Theory**, v. 20, n. 4, p. 511-530, 2017.
8. DEWEY, John. **The political writings**. Indianapolis: Hackett Pub. Co, 1993.
9. DOBRY, Michel. **Sociologia das crises políticas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.
10. DUARTE, João de A. e D. Tempo e crise na teoria da modernidade de Reinhart Koselleck. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, n. 8, p. 70-90, 2012.
11. FIGUEIREDO, Vinicius de. O dualismo da crítica. **Revista de Sociologia Política**, n. 15, p. 125-30, 2000.
12. FRASER, Nancy. Behind Marx's hidden abode: for an expanded conception of capitalism. In: DEUTSCHER, Penelope.; LAFONT, Cristina (orgs.). **Critical theory in critical times: transforming the global political and economic order**. New directions in critical theory. Nova York: Columbia University Press, 2017. p. 141-159.
13. FRASER, Nancy. Legitimation crisis? On the political contradictions of financialized capitalism. **Critical Historical Studies**, v. 2, n. 2, p. 157-189, 2015.
14. HABERMAS, Jürgen. Introduction. In: HABERMAS, Jürgen. **Observations on 'the spiritual situation of the age'**. Cambridge: MIT Press, 1987. p. 1-29.
15. HABERMAS, Jürgen. **Legitimation crisis**. Cambridge: Polity Press, 1988.

16. HABERMAS, Jürgen. "The political": the rational meaning of a questionable inheritance of political theology. *In*: MENDIETA, Eduardo; ANTWERPEN, Jonathan van. (orgs.). **The power of religion in the public sphere**. Nova York: Columbia University Press, 2011. p. 15-33.
17. HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
18. HABERMAS, Jürgen. **Teoria e práxis**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
19. HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2014a.
20. HABERMAS, Jürgen. **Na esteira da tecnocracia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014b.
21. HABERMAS, Jürgen, A sociologia na República de Weimar. *In*: **Textos e Contextos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2015. p. 275-305.
22. HAMMERSHOJ, Lars G. Diagnosis of the times vs description of society. **Current Sociology**, v. 63, n. 2, p. 140-54, 2015.
23. HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
24. JAEGLI, Rahel. A wide concept of economy: economy as a social practice and the critique of capitalism. *In*: DEUTSCHER, Penelope; LAFONT, Cristina (orgs.). **Critical theory in critical times: transforming the global political and economic order**. New directions in critical theory. Nova York: Columbia University Press, 2017. p. 160-179.
25. JESSOP, Bob. The symptomatology of crisis: some critical realist reflections. *In*: NÆSS, Petter; PRICE, Leigh (orgs.). **Crisis system: a critical realist and environmental critique of economics and the economy**. Ontological explorations. Londres: Routledge, Taylor & Francis Group, 2016. p. 89-108.
26. KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: UERJ; Contraponto, 1999.
27. KOSELLECK, Reinhart. Crisis. **Journal of the History of Ideas**, v. 67, n. 2, p. 357-400, 2006.
28. LICHTBLAU, Klaus. Soziologie und Zeitdiagnose. *In*: LICHTBLAU, Klaus. **Zwischen Klassik und Moderne**. Wiesbaden: Springer, 2017. p. 57-79.
29. LUHMANN, Niklas. The self-description of society: crisis fashion and sociological theory. **Comparative Sociology**, v. 25, n. 1, p. 59-72, 1984.
30. MANNHEIM, Karl. **Diagnosis of our time**. Nova York: Routledge, 2010.
31. MÜLLER-DOOHM, Stefan. **Habermas: a biography**. Cambridge; Malden: Polity, 2016.
32. OLSEN, Niklas. **History in the plural: an introduction to the work of Reinhart Koselleck**. Nova York: Berghahn, 2014.

33. ROITMAN, Janet. The stakes of crisis. *In*: KJAER, Poul F.; OLSEN, Niklas (eds.). **Critical theories of crisis in Europe**: from Weimar to the Euro. Reinventing critical theory. Londres: Rowman & Littlefield International, 2016. p. 17-34.
34. RUNCIMAN, David. What time frame makes sense for thinking about crises? *In*: KJAER, Poul F.; OLSEN, Niklas (eds.). **Critical theories of crisis in Europe**: from Weimar to the Euro. Reinventing critical theory. Londres: Rowman & Littlefield International, 2016. p. 3-16.
35. STREECK, Wolfgang. **Buying time**: the delayed crisis of democratic capitalism. Nova York: Verso, 2014.
36. THOMPSON, Edward P. A economia moral da multidão inglesa no sec. XVIII. *In*: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150-202.
37. WAGNER, Peter. **Modernity**: understanding the present. Cambridge; Malden: Polity, 2012.
38. WALBY, Sylvia. **Crisis**. Cambridge; Malden: Polity Press, 2015.
39. WALLERSTEIN, Immanuel M. **Does capitalism have a future?** Oxford; Nova York: Oxford University Press, 2013.

Recebido em: 16 ago. 2019

Aceito em: 30 nov. 2020

<http://doi.org/10.1590/15174522-98065>

Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS

Valesca Daiana Both Ames* 

Marilis Lemos de Almeida** 

Resumo

Desde 2008, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como parte de sua política de ações afirmativas, destina anualmente dez vagas para estudantes provenientes de comunidades indígenas em seus cursos de graduação. A presença desses sujeitos, historicamente ausentes do espaço universitário, representa um momento enriquecedor, tanto para os estudantes quanto para a própria instituição, mas também traz consigo muitos desafios. Este artigo analisa as experiências universitárias de alguns estudantes Kaingang na UFRGS – etnia que representa 85% dos alunos indígenas ingressantes na instituição. Mais especificamente, examina como eles acompanharam os conteúdos de seus cursos de graduação e como se relacionaram com colegas não indígenas e com professores. Os resultados mostram as dificuldades no uso, reprodução e apropriação dos conhecimentos acadêmicos enfrentadas pelos indígenas na tarefa de se tornarem estudantes universitários, bem como o tipo e a qualidade das relações estabelecidas com colegas e professores. Concluímos que o processo de aprendizagem do ofício de estudante é mais árduo e lento para os estudantes indígenas, tendo em vista as baixas expectativas de ingressar no ensino superior, a sua formação escolar precária, a falta de diálogo intercultural na universidade e as situações preconceituosas e discriminatórias vivenciadas no interior da UFRGS.

Palavras-chave: estudantes indígenas, ensino superior, ações afirmativas, aprendizagem.

* Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

** Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

Indigenous people and higher education: the university experiences of Kaingang students at UFRGS

Abstract

Since 2008, the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) has annually allocated ten places for students from indigenous communities in its undergraduate courses, as part of its affirmative action policy. The presence of these subjects, historically absent from the university space, represents an enriching moment for both students and the institution itself, but it also brought with it many challenges. The article analyzes the university experiences of some Kaingang students at UFRGS – an ethnic group that represents 85% of indigenous students entering the institution. More specifically, it examines how they followed the content of their undergraduate courses and how they related to non-indigenous colleagues and teachers. The results show the difficulties in the use, reproduction and appropriation of the academic knowledge faced by the indigenous in the task of becoming university students, as well as the type and quality of relationships established with peers and teachers. We conclude that the learning process of the student's craft is more arduous and slower for indigenous students, considering: the low expectations of entering higher education; the precarious educational background of these subjects; the lack of intercultural dialogue at the university and the prejudiced and discriminatory situations experienced within the UFRGS.

Keywords: indigenous students, higher education, affirmative actions, learning.

Introdução¹

A presença de estudantes indígenas nas universidades brasileiras é um fenômeno recente, incentivado pela implementação de diversas políticas e ações no ensino superior público e privado a partir da década de 2000. Entre essas medidas, destacam-se as políticas de ações afirmativas, as quais visam incrementar a presença de sujeitos pertencentes a grupos considerados minorias sociais ou categorias socialmente desfavorecidas – como negros, indígenas, pessoas com deficiência e de baixa renda – em

¹ O artigo apresenta parte dos resultados da tese de doutorado da primeira autora. A pesquisa foi realizada com o auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

cursos de graduação, por meio de distintos mecanismos de inclusão, como a reserva de vagas, a criação de vagas e o sistema de bonificação.

As políticas de ações afirmativas para os povos indígenas no ensino superior público foram inicialmente implementadas por meio da promulgação de leis estaduais e por iniciativa das próprias universidades. O primeiro estado a adotar tal medida foi o Paraná, que reserva, desde 2001, vagas para candidatos indígenas em suas universidades estaduais; já a primeira instituição de ensino superior federal a estabelecer vagas para indígenas foi a Universidade de Brasília, a partir de 2004. Posteriormente, no início da década de 2010, mais precisamente em 2012, a adoção dessas medidas tornou-se Lei Federal – nº 12.711/2012. A citada Lei previu a reserva de 50% das vagas de instituições de ensino superior federal para estudantes oriundos do ensino médio público, das quais uma parte seria destinada para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à sua presença nos estados federativos onde se situam as instituições (Brasil, 2012).

No que se refere ao ensino superior privado, tem-se a criação, em 2005, do “Programa Universidade para Todos” (Prouni), o qual estabeleceu a concessão de bolsas para estudantes autodeclarados indígenas, de baixa renda e que tenham frequentado escolas públicas, sendo a proporção de bolsas novamente correspondente à presença de indígenas nos estados de localização das universidades.

Se podemos entender o ingresso de indígenas nas instituições de ensino superior brasileiras como um resultado das ações e políticas levadas a cabo a partir da década de 2000, também é importante analisarmos por que estes povos passaram a buscar formação em nível superior. Com efeito, podemos identificar dois movimentos distintos, mas historicamente conectados, que contribuíram para fomentar esta procura. O primeiro se relaciona ao crescimento das práticas de escolarização em terras indígenas nos ensinos fundamental e médio, a partir da década de 1990, que resultou na busca por parte desses sujeitos pela continuidade dos seus estudos no ensino superior – principalmente voltados para a formação e qualificação

de professores para atuarem nas escolas indígenas. O segundo se associa à nova relação estabelecida com o Estado após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Efetivamente, a nova carta constitucional assegurou direitos específicos aos povos indígenas² e reconheceu a sua cidadania plena, fazendo crescer entre esses sujeitos o desejo e a necessidade de adquirir conhecimentos não indígenas que os pudessem capacitar para dialogar com a sociedade mais ampla e atuar em projetos e ações de interesse de suas comunidades (Lima; Barroso, 2013; Paladino, 2013).

Esse contexto possibilitou que se registrasse um aumento significativo no número de indígenas em universidades públicas e privadas a partir da década de 2000. Conforme Paladino (2012), em 2003 havia aproximadamente 1.300 indígenas no ensino superior, dos quais cerca de sessenta a setenta por cento em instituições privadas. Em 2011, estima-se que sete mil indígenas cursavam o ensino superior, em universidades públicas e privadas, passando a somar dez mil em 2013.

O ingresso de estudantes indígenas nas universidades brasileiras constituiu uma novidade que colocou a questão da diversidade e da experiência multicultural e pluriétnica em seu interior, trazendo consigo muitos aprendizados, desafios e dificuldades. Segundo pesquisas acerca da presença indígena nas universidades, as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes podem ser divididas em três diferentes tipos: a) econômicas, referentes ao acesso à moradia, transporte, alimentação, compra de materiais didáticos, entre outros; b) pedagógicas, relativas à aprendizagem de novos conteúdos de conhecimentos, em um contexto no qual, normalmente, não há “concessão de qualquer tipo de flexibilização de conteúdos, metodologias, material didático, calendário etc.” (Paula, 2013, p. 804); e c) interpessoais, referentes às relações com pessoas não indígenas, como os colegas de turma, docentes e funcionários técnico-administrativos, as quais podem dar origem a experiências de preconceito e discriminação (Paladino, 2012).

² A Constituição de 1988 garantiu direitos aos povos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas, sobre sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (Brasil, 1988).

Tendo em vista, então, a novidade representada pela inserção de indígenas nas universidades brasileiras e a complexidade desse fenômeno, neste artigo concentramos nossa atenção sobre um caso particular, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).³ Esta universidade, desde 2008, destina anualmente dez vagas suplementares para o ingresso de estudantes indígenas em seus cursos de graduação, como parte de sua política de ações afirmativas.

Particularmente, temos o intuito de analisar as experiências universitárias dos estudantes indígenas Kaingang na UFRGS – etnia que, segundo Doeber (2017), representa 85% dos alunos indígenas ingressantes na instituição –, dando ênfase a duas dimensões dessas experiências. A primeira, denominada “intelectual”, faz referência ao conceito de “afiliação intelectual”, cunhado pelo sociólogo francês Alain Coulon (2008). Com esse conceito, o autor busca entender como os estudantes aprendem os códigos e regras que balizam a vida universitária no que diz respeito ao uso, construção, reprodução e exibição do conhecimento – saber quando e como falar, apropriar-se do vocabulário acadêmico, ler e escrever de modo eficaz, desenvolver a concentração e organizar os horários de estudos (Coulon, 2008). A segunda, chamada “relacional”, se refere à qualidade das relações estabelecidas pelos estudantes com seus colegas de turma e com professores. Essa dimensão é especialmente relevante porque o processo de tornar-se estudante universitário implica a criação de vínculos com os demais alunos e a realização de atividades conjuntas que permitam a eles “reconhecer que enfrentam os mesmos problemas, utilizam as mesmas expressões e partilham o mesmo mundo” (Coulon, 2008, p. 107). Ademais, a qualidade dessas relações influencia o desempenho dos alunos “no que diz respeito

³ A UFRGS esteve entre as universidades brasileiras a adotar uma política de ações afirmativas para indígenas antes da aprovação da Lei de Cotas, contemplando atualmente (2020) 13 anos de implementação da mesma. Além disso, foi uma das primeiras universidades federais do Rio Grande do Sul a criar uma política de ingresso e permanência para indígenas – assim como a UFRGS, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) também instituiu uma política para acesso de indígenas em 2008.

a um melhor aproveitamento acadêmico e a uma melhor adaptação à universidade” (Soares; Mourão; Mota, 2016, p. 17).

Para apreendermos essas duas dimensões das experiências universitárias dos estudantes Kaingang da UFRGS, utilizamos técnicas qualitativas de coleta e análise dos dados. Particularmente, realizamos 14 entrevistas semiestruturadas – de agosto a dezembro de 2016 – com estudantes matriculados em diferentes cursos de graduação da instituição,⁴ assim como observações de cunho etnográfico por um período de aproximadamente um ano, de abril a dezembro de 2016, no “Grupo de Acolhimento aos Estudantes Indígenas” (GAIIn)⁵ da UFRGS e nos seminários “O que é ser índio?”, desenvolvidos por esse grupo. O material empírico foi analisado por meio da análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), com o auxílio do *software* Nvivo.

Acesso, permanência e características dos estudantes indígenas da UFRGS

A criação de um Programa de Ações Afirmativas na UFRGS foi aprovada em junho de 2007 (Decisão nº 134/2007), após dois anos de intensas atividades voltadas ao estudo e debate em torno desta política. No que se refere especificamente aos indígenas, como dito anteriormente, ficou estabelecida a criação anual de dez vagas suplementares àquelas ofertadas pela instituição, em distintos cursos de graduação, escolhidos em diálogo

⁴ Os entrevistados distribuem-se entre os cursos de Odontologia (3), Direito (2), Fisioterapia (2), Serviço Social (2), Medicina (1), Enfermagem (1), Psicologia (1), Pedagogia (1) e História (1).

⁵ O GAIIn foi criado em 2014, por iniciativa dos estudantes indígenas do curso de Serviço Social da UFRGS. O grupo tem como um de seus principais objetivos auxiliar, do ponto de vista pedagógico, os estudantes indígenas no acompanhamento dos seus cursos de graduação. Nesse sentido, constitui-se como um coletivo formado pelos próprios estudantes indígenas, bem como por seus monitores e orientadores.

com representantes das comunidades indígenas Kaingang, Guarani e Charrua do Rio Grande do Sul.⁶

Com a finalidade de acompanhar os processos seletivos dos candidatos indígenas, bem como a permanência dos ingressantes na instituição, a UFRGS constituiu, em 2008, a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena (CAPEIn), vinculada à Secretaria de Assuntos Estudantis (SAE). Essa Comissão – junto com a Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas, responsável pelos demais alunos cotistas – foi extinta em 2012, após uma revisão da política adotada pela universidade (Resolução 268/2012), sendo substituída pela Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF), ligada à Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica (UFRGS, 2012).

Para concorrer a uma das vagas disponibilizadas, os candidatos indígenas participam de um Processo Seletivo Específico (PSE), composto por duas provas – uma de Língua Portuguesa, com 25 questões de múltipla escolha, e uma de Redação – construídas com o intuito de abranger temas importantes para os povos indígenas. Como critério de identificação étnica dos candidatos, a referida universidade solicita a entrega de uma autodeclaração étnico-racial e de uma declaração da própria comunidade indígena – assinada por, pelo menos, uma liderança e outros dois membros da mesma, e homologada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (UFRGS, 2017b).

Além de garantir o acesso específico aos indígenas, a UFRGS também disponibiliza um conjunto de benefícios socioeconômicos, apoios pedagógicos e ações voltadas para auxiliar os ingressantes. Os benefícios socioeconômicos oferecidos são: ingresso preferencial na moradia estudantil, acesso com isenção de custos ao restaurante universitário, auxílio financeiro para compra de materiais didáticos, para transporte, creche e participação em eventos.

⁶ Além das vagas para indígenas, o referido Programa previu a reserva de 30% das vagas do vestibular para alunos que completaram pelo menos a metade do ensino fundamental e a totalidade do ensino médio em escolas públicas, sendo 50% dessas destinadas a autodeclarados negros. Esse Programa foi posteriormente modificado para adequar-se à Lei de Cotas. As vagas suplementares destinadas aos indígenas, por seu turno, não sofreram alterações.

O apoio pedagógico é desenvolvido por meio do “Programa de Monitoria Indígena”, em que são designados um professor orientador e um estudante monitor responsáveis pelo acompanhamento do estudante indígena em seu primeiro semestre na universidade⁷. Há ainda a realização de atividades de acolhimento aos novos alunos, assim como o desenvolvimento de eventos e cursos de capacitação voltados à reflexão a respeito da presença indígena na universidade. Cabe, por fim, destacar que os alunos indígenas possuem direito a uma bolsa de estudos, denominada Bolsa Permanência, concedida pelo Ministério da Educação, no valor de 900 reais mensais, a qual não exige contrapartida em atividades na instituição.

Desde a implementação da política afirmativa, os cursos da área da Saúde e da Educação estão entre os majoritariamente selecionados pelos representantes das comunidades indígenas, seguindo uma “tendência nacional na escolha por cursos que possuem relação direta com as necessidades das comunidades” (Bergamaschi; Doebber; Brito, 2016). Notadamente, considerando o intervalo temporal de 2008 a 2017, os cursos escolhidos com maior frequência foram: Medicina e Enfermagem, em todos os processos seletivos; Odontologia, Direito e Pedagogia, selecionados oito vezes; História e Serviço Social, escolhidos sete vezes; Nutrição, Saúde Coletiva, Fisioterapia e Psicologia, selecionados quatro vezes; e Agronomia, Educação Física e Ciências Biológicas, escolhidos três vezes.

Os estudantes indígenas classificados⁸ nos processos seletivos da UFRGS pertencem principalmente à etnia Kaingang – eles representam 84,4%.⁹ No que se refere à localidade de origem, são provenientes, em sua maioria, do Rio Grande do Sul (RS) – estado de origem de 98% deles. As terras indígenas mais representadas são: Guarita, com 17,7%; Nonoai, com 14,6%; Lomba do Pinheiro, com 10,4%; e Votouro, com 8,3% do total (UFRGS, 2017a).

⁷ O Programa de Monitoria Indígena pode ser solicitado para os semestres subsequentes mediante justificativa e com a condição de que o estudante não tenha completado sessenta por cento dos créditos de seu curso.

⁸ Nas 100 vagas disponibilizadas durante os dez anos de vigência da política (2008-2017) foram classificados 96 candidatos (UFRGS, 2017a).

⁹ Seguidos dos Guarani, com 12,5%, e dos Fulni-ô, Juruna e Quechua, com 1% cada.

Com exceção da Lomba do Pinheiro, as demais localidades encontram-se na mesorregião noroeste do RS.

No que diz respeito ao gênero, as mulheres são prevalentemente representadas entre os classificados em relação aos homens, constituindo, em média, 58,3% do total. Quanto à idade, notamos forte presença de estudantes jovens: 44,7% estão na faixa etária dos 20 aos 25 anos, enquanto 29,8% têm até 19 anos – ou seja, 74,5% dos classificados têm no máximo 25 anos (UFRGS, 2017a).

De acordo com Doeber (2017), dos 95 estudantes indígenas que ingressaram na UFRGS desde 2008, 57 permaneciam matriculados (60%) e seis diplomaram-se (6,3%) nos cursos de Enfermagem (2012), Direito (2013), Pedagogia (2014 e 2015), Medicina (2015) e Serviço Social (2016).¹⁰ Os demais 32 estudantes (33,7%) encontravam-se nas seguintes situações: três em trancamento de matrícula, quatro desistiram das vagas, 23 foram desligados por abandono e dois estavam em processo de desligamento. Ainda segundo a mesma autora, dos estudantes considerados evadidos da UFRGS, pelo menos dez ingressaram em outras instituições públicas de ensino superior.

A elevada taxa de evasão dos acadêmicos indígenas da UFRGS, segundo Bergamaschi, Doeber e Brito (2016, p. 177), pode ser considerada como um “processo de fabricação das desistências”, decorrente da rigidez dos processos educacionais da instituição e da “pouca ou nenhuma abertura para outras formas de produzir e expressar conhecimento”. Ora, para lançarmos luz sobre essa questão e analisarmos como ocorre a inserção universitária dos indígenas, com as dificuldades e experiências inerentes a esse processo, consideramos importante pontuar previamente alguns aspectos relativos às suas formações escolares, às expectativas nutridas em relação ao ensino superior e as consequentes atitudes com vista ao ingresso na instituição.

¹⁰ Houve também um estudante indígena diplomado no curso de Medicina e um no curso de Odontologia, em 2018.

Formação escolar, preparação para os processos seletivos e a escolha dos cursos

Os estudantes indígenas entrevistados realizaram o ensino básico exclusivamente em escolas públicas, tendo seus percursos caracterizados, majoritariamente, por uma transição entre escolas indígenas e não indígenas, após a finalização das primeiras quatro séries do ensino fundamental ou durante a passagem para o ensino médio – dependendo da oferta dos estabelecimentos escolares indígenas localizados em suas comunidades.

O ingresso no ensino superior, de modo geral, não integrava o projeto de vida dos entrevistados. Ao contrário, os relatos mostram que a decisão de tentar entrar na universidade ocorreu de forma quase imprevista, como algo até então inesperado. Em alguns casos, acessar esse nível de formação não constituía um desejo, pois “terminar o ensino médio já estava bom”¹¹ (Iara, Pedagogia, 20 anos); outros, embora tivessem essa vontade, não percebiam condições objetivas para realizá-la, tendo em conta, por um lado, os altos custos envolvidos com a formação acadêmica na rede de ensino privada e, por outro, a grande competitividade dos processos seletivos das instituições públicas. Nesses aspectos, a condição dos estudantes indígenas se aproxima daquela dos alunos das camadas populares, pois, como apontado por Piotto e Alves (2016), em muitos casos, também para esses o prolongamento dos estudos após o ensino médio não fazia parte de suas perspectivas de vida, mas surgiu como uma possibilidade a partir de acontecimentos e/ou situações pontuais e imprevistas que acabaram influenciando as suas trajetórias.

No caso dos estudantes indígenas, a implementação das políticas de ações afirmativas foi fundamental para que o acesso à universidade se constituísse como uma possibilidade concreta. Eles formaram, em regra, a primeira geração de suas comunidades e famílias a ingressar no ensino superior. Foi igualmente importante para os entrevistados o compartilhamento

¹¹ Optamos por preservar a identidade de nossos entrevistados, adotando nomes fictícios para nos referirmos aos mesmos.

das experiências universitárias recentes de amigos ou familiares indígenas, que forneceram informações a respeito do processo seletivo para indígenas da UFRGS – instituição até então desconhecida para alguns deles. Essa questão vai ao encontro do que afirma Oliven (2007, p. 47), a respeito da influência positiva das experiências universitárias de estudantes de origem social mais baixa e de estudantes negros e indígenas sobre seu grupo familiar e de amizade, em comparação ao que ocorre entre aqueles provenientes das classes sociais média e alta:

numa sociedade como a brasileira, que por anos apresentou o índice de concentração de renda maior do mundo, pobres e negros são raros na comunidade acadêmica. Os alunos provenientes de famílias da elite pouco têm a acrescentar a seus familiares e amigos em termos de capital cultural. Por outro lado, alunos, cuja origem social é mais baixa, e alunos negros, que costumam ser a primeira geração a frequentar a universidade, tendem a contribuir muito mais para aumentar os conhecimentos e as expectativas educacionais de seus familiares, principalmente de irmãos mais novos.

A maioria dos estudantes entrevistados afirmou não ter realizado estudos preparatórios para o processo seletivo. Aqueles que se prepararam, o fizeram após a inscrição e exclusivamente de maneira individual – ou seja, sem terem frequentado grupos de estudos ou cursinhos pré-vestibulares. Podemos compreender essa escassa preparação dos indígenas para as provas seletivas se levarmos em conta que a possibilidade de ingressar no ensino superior se apresentou em suas vidas de forma súbita e não planejada, conforme salientamos anteriormente.

De acordo com os entrevistados, a escolha do curso de graduação foi marcada por dificuldades, tanto pela falta de informações pessoais a respeito dos mesmos, quanto pela restrição das opções ofertadas pela instituição.¹² Este último fato os levou, em alguns casos, a escolher cursos distintos daqueles inicialmente desejados. Essas duas dificuldades fizeram

¹² Como vimos, a UFRGS oferece dez diferentes cursos para o ingresso de indígenas por ano, escolhidos em diálogo com representantes das comunidades indígenas.

com que alguns estudantes se orientassem, prioritariamente, para as áreas de conhecimento que consideravam mais interessantes:

eu fui ver e queria Educação Física. Eu gostava de esportes e tal. Eu queria Educação Física, mas a UFRGS não tinha disponibilizado Educação Física, pois ela disponibiliza os dez cursos, e não tinha. Eu vi lá: “Fisioterapia”, local “Campus Olímpico”, “Escola de Educação Física”. Daí já pensei: “vou fazer isso aqui então!”. E também me aproxima da área do esporte, a Fisioterapia tem uma área específica, esportiva. Resolvi fazer, mais porque não tinha... se tivesse Educação Física, eu faria, certo. Mas, vim parar na Fisioterapia (Leonardo, Fisioterapia, 23 anos).

Embora os estudantes indígenas tenham afirmado não possuir informações específicas sobre os cursos que escolheram nos processos seletivos, disseram, majoritariamente, que seus interesses se relacionaram às demandas por profissionais qualificados para trabalhar no interior das comunidades indígenas, na esperança de fornecer futuramente um retorno a elas. Particularmente, eles destacaram a importância da formação de profissionais que possam atuar levando em conta as especificidades culturais e políticas de seus povos.

Os diferentes aspectos até aqui destacados a respeito das perspectivas e atitudes dos entrevistados diante da possibilidade de ingressar no ensino superior – baixa expectativa de entrar na universidade, escassas informações sobre os processos seletivos e sobre os cursos a serem frequentados, pouco ou nenhum tempo dedicado a estudos preparatórios – podem se transformar em barreiras para a inserção destes na universidade. Com efeito, de acordo com Merton (1970), a socialização antecipatória com vista ao ingresso em um determinado grupo é um dos aspectos que podem facilitar a posterior adaptação, na medida em que, possivelmente, os sujeitos ajustarão previamente seus comportamentos e adotarão normas e valores característicos do grupo por eles visado. De outra parte, passando para a análise de nosso caso, podemos supor que aqueles estudantes indígenas que não perspectivavam ingressar no ensino superior e que, por isso, não orientaram seus comportamentos ou adotaram valores típicos da

universidade, teriam mais dificuldades para adquirir o *status* de estudante universitário e lidar com as normas, códigos e regras a ele inerentes. Levando isso em consideração, na próxima seção analisaremos como os estudantes indígenas da UFRGS lidaram com as demandas características da vida universitária.

A árdua tarefa de se tornar estudante universitário

Segundo Coulon (2008), tornar-se um estudante universitário implica aprender um novo ofício, com suas próprias rotinas, práticas e códigos. Particularmente, significa incorporar novas referências intelectuais, aprender a utilizar de forma adequada o vocabulário acadêmico, saber se organizar para realizar os estudos, enfim, adaptar-se a um novo contexto. Esse processo de aprendizagem não é fácil e se realizaria em três fases, denominadas pelo autor: a) o tempo do estranhamento, durante o qual os estudantes “perdem suas referências anteriores” e “percebem um mundo que não é mais familiar”; b) o tempo da aprendizagem, em que os alunos estão começando a lidar com as novas demandas da vida universitária, porém ainda se sentem “inseguros” e “ansiosos”; e, por fim, c) o tempo da afiliação, no qual os estudantes dominam os “códigos que balizam a vida intelectual” e tornam-se definitivamente membros da cultura universitária (Coulon, 2018, p. 40-41).

Entre as principais rupturas experienciadas pelos recém-ingressantes no ensino superior está a diferença entre as exigências do ensino médio e aquelas da universidade “em termos de vocabulário, de conceitualização, de hábitos de leitura e de escrita, de pensamento, enfim, de um conjunto de operações intelectuais que caracterizam o trabalho acadêmico” (Coulon, 2008, p. 68). Essas novas exigências dariam lugar a um conjunto de dificuldades para os estudantes. Na pesquisa realizada com os acadêmicos indígenas, eles mencionaram três tipos principais de dificuldades, relativos à compreensão e uso da linguagem acadêmica, à compreensão dos conteúdos ensinados

e ao domínio das habilidades práticas necessárias para a realização do trabalho intelectual.

As dificuldades com a linguagem acadêmica se referem aos problemas de compreensão e domínio das palavras e expressões utilizadas tanto pelos professores em sala de aula quanto presentes nos materiais de estudos. É um léxico até então parcialmente desconhecido para alguns dos estudantes indígenas, o que trouxe consequências para o acompanhamento das explicações realizadas pelos docentes e para o entendimento dos textos trabalhados nas disciplinas. A não apropriação dessa linguagem comprometeu ainda a expressão oral e escrita dos referidos alunos:

por exemplo, uma palavra complicada, assim, que até hoje eu fico pensando é “recíproca”. Eu nunca tinha ouvido falar nessa palavra. Eu fui em uma prova e pensava: “Meu Deus, o que eu vou colocar?”. Então, são coisas simples, que para nós acabam se tornando... (Renata, Psicologia, 24 anos).

O escasso domínio da linguagem acadêmica expressa pelos estudantes indígenas se relacionou, em primeiro lugar, à própria compreensão da língua portuguesa, tendo em vista que alguns deles possuem como primeira língua o Kaingang e também nela foram inicialmente alfabetizados. Sobre esse aspecto, assim afirmou Denize, diplomada no curso de Enfermagem: “eu tive contato com a aula de português mesmo só na quarta ou quinta série”, “quem fala mais em português, conhece mais palavras do que nós que só falamos em Kaingang” (Doebber, 2017, p. 174).

Ademais, podemos relacionar essa dificuldade dos estudantes indígenas às diferenças entre o uso da linguagem em seus contextos familiares e comunitários e na universidade. Com efeito, como mostra Bourdieu (2007), o manejo e a compreensão da linguagem escolar (proximidade com a norma culta, domínio do vocabulário e da sintaxe) são influenciados pelo meio social e linguístico de origem. Nesse sentido, alunos provenientes das famílias de classes média e alta, herdariam uma determinada relação com a língua culta – um dos componentes do capital cultural, reproduzido na instituição escolar – que facilitaria o êxito em seus estudos. Em contrapartida,

estudantes oriundos de classes populares, não tendo sido socializados previamente na linguagem demandada pela instituição escolar, realizariam um esforço maior para decodificá-la. Ora, é plausível pensarmos que as referidas dificuldades dos estudantes indígenas resultam do pouco domínio da língua culta, valorizada e exigida na universidade.

A segunda dificuldade mencionada pelos entrevistados é relativa à compreensão dos conteúdos ensinados, agravada pelos problemas de entendimento dos materiais didáticos indicados pelos professores. Segundo alguns estudantes indígenas, os conteúdos expostos em sala de aula e presentes na bibliografia de apoio introduziam informações e autores até então desconhecidos e distantes de suas realidades indígenas, nos quais disseram não se reconhecer. Sobre esses aspectos, afirmaram Sara (27 anos) e Adriana (24 anos), do curso de Serviço Social, respectivamente:

era muita teoria, de autores que a gente nunca ouviu falar. É muito pensamento que a gente tem que estudar: Marx, Weber. Eu não entendia bem. Agora, se eu leio um texto deles, consigo compreender. Mas antes não, era muito difícil. Eu lia, lia, lia e não sabia o que estava lendo, não estava entendendo.

No meu curso teve vários conhecimentos e pensamentos que eles passaram, mas eu não consegui encaixar os indígenas nesse conhecimento. A questão que a gente estuda muito em Marx, que estuda a sociedade, o homem, e para mim o indígena... Eu não me encaixava nisso.

As dificuldades de entendimento das explicações realizadas pelos docentes em sala de aula foram trazidas especialmente pelos estudantes dos cursos de maior prestígio social – como Medicina, Odontologia e Direito. Conforme esses alunos, grande parte de seus professores não realizavam explicações suficientemente claras e aprofundadas, de modo que pudessem acompanhar os conteúdos com maior facilidade. O motivo, segundo eles, se relacionaria ao fato de que os professores pressupunham que a totalidade dos estudantes compartilhasse a mesma base de conhecimentos do ensino médio. Podemos recorrer novamente às contribuições de Bourdieu (2007) para interpretar essa questão. De acordo com o autor, os professores, ao

ensinarem, partiriam da hipótese de que existiria, entre eles e os seus alunos, referências culturais e conteúdos compartilhados, além de uma linguagem comum, fato que só se verificaria caso o sistema escolar (ou, no nosso caso, universitário) estivesse lidando com os seus próprios herdeiros – ou seja, com alunos já socializados na cultura escolar, porque próxima àquela transmitida em suas próprias famílias.

Por fim, a terceira dificuldade relatada pelos entrevistados diz respeito ao domínio das habilidades práticas necessárias para a realização do trabalho intelectual: “saber concentrar-se”, “fazer um plano”, “saber ler mantendo a atenção para não adormecer” (Coulon, 2008, p. 115). Ou, nas palavras dos acadêmicos indígenas, saber “como estudar”: quais partes dos textos são mais importantes e devem receber uma atenção especial? Onde posso encontrar os materiais necessários (livros, artigos) para realizar os meus estudos?

E no começo eu não sabia como estudar, porque lá [na escola onde realizei o ensino médio] eu estudava um dia antes para as provas, ia fazer e era aquela coisa, fácil. E aqui não, o nível é elevado. E eu não sabia como estudar, não sabia o que estudar, eu pegava o cronograma e ficava [pensando]: “o que eu faço?” (Fernanda, Odontologia, 19 anos).

Saber como estudar também envolve, como já dissemos, a capacidade para conseguir se concentrar. Esse é outro ponto problemático apontado pelos estudantes indígenas, que não conseguem ficar “um bom tempo estudando”: “é muito difícil eu conseguir me concentrar duas ou três horas seguidas. No máximo é uma hora e para, volta mais uma hora e para trinta minutos” (Fernanda, Odontologia, 19 anos).

As dificuldades com o acompanhamento das disciplinas são identificadas por muitos estudantes indígenas como o principal desafio que encontraram para permanecer na UFRGS. Podemos compreender este período inicial como um tempo de aprendizagem, no qual, como afirma Coulon (2008, p. 40), os estudantes “não têm mais passado, mas também ainda não têm futuro. Ele [o estudante] está no espaço entre dois momentos e não tem

mais referências". Esse é o período em que existe a maior possibilidade de abandono da instituição. Por exemplo, lara (20 anos), estudante de Pedagogia, havia desistido de seu curso de graduação, porque se sentiu desestimulada "com as coisas que não conseguia fazer", tendo retornado para a sua comunidade indígena, onde permaneceu durante cinco meses, até decidir retomar os seus estudos:

lara: Eu desisti, eu fui embora, no semestre passado. Era agosto, eu acho, a formatura da Adriana.¹³ Eu vi a foto dela no *facebook* e fiquei pensando. Eu já tinha desistido. Então, liguei para Mariana [técnica em assuntos educacionais do curso de Pedagogia] e disse: "eu quero voltar!". Já tinha passado o prazo para eu me matricular e ela fez de tudo para eu poder voltar. E eu consegui. Voltar... Acho que foi por eu ver as fotos no *facebook*. Eu fiquei bem emocionada com a formatura dela e pensei: "será que eu não vou conseguir fazer isso?". Parece que isso me motivou muito.

Valesca: E quanto tempo tu tinhas ficado na comunidade?

lara: Fiquei uns cinco meses fora. Eu não iria mais voltar, mas eu voltei.

Valesca: E por que tu acabastes voltando para a tua família, a tua comunidade?

lara: É que alguns dias eu achava, quando eu não conseguia fazer alguma coisa que os professores mandavam eu fazer, tipo um trabalho... Eles não tinham muito... Não tinha muito... Eu ficava desanimada com as coisas que eu não conseguia fazer, quando eu não conseguia fazer um trabalho direito. Foi isso que me desanimou e eu desisti, peguei as coisas e fui. Foi por isso.

Embora esse tempo de aprendizagem do qual nos fala Coulon (2008) seja comum a um conjunto de estudantes que passam do ensino médio para a universidade, podemos supor que ele seja mais árduo e lento para os alunos indígenas, tendo em vista a baixa expectativa nutrida em relação ao ingresso no ensino superior – conforme salientamos na seção anterior –, a formação escolar precária desses sujeitos e a falta de diálogo intercultural na universidade.

Efetivamente, em relação ao segundo aspecto destacado, os entrevistados associaram as dificuldades enfrentadas no acompanhamento das disciplinas

¹³ Indígena formada em agosto de 2016, no curso de Serviço Social da UFRGS.

à baixa qualidade da formação escolar básica, que não os teria preparado para as exigências da universidade, como afirmou a estudante Renata (20 anos), do curso de Psicologia:

eu sei que um professor não está ali esperando uma guria que, como eu, me formei e dois anos depois fui procurar a universidade. Até hoje, eu não sei a tabuada de cor, se tu me perguntares. Eu nunca fiz um relatório para entregar valendo nota. Tem coisas simples que eu poderia ter construído lá na oitava série até o terceiro ano. Isso deveria ser construído, porque hoje na universidade, as coisas não seriam assim. [...] A gente aprenderia o que os outros que estão aqui aprendem. Mas não, a gente não tem isso. E lá [nas comunidades indígenas] o ensino é muito precário.

Dessa forma, a carência de conhecimentos que poderiam ter sido adquiridos no ensino básico colocou em desvantagem os alunos indígenas ao iniciarem seus estudos universitários. Embora a monitoria e a orientação tenham se constituído como apoios didáticos importantes para esses alunos, não parecem ter sido suficientes para sanar as suas lacunas formativas. Amaral e Baibich-Faria (2012, p. 827), na pesquisa que realizaram com estudantes indígenas das universidades estaduais do Paraná, da mesma maneira afirmam que

a fragilidade no domínio de conteúdos escolares é um dos motivos por eles apresentados para ruptura do pertencimento acadêmico, revelados pelos índices de evasão, pelo desânimo em continuar estudando e, consequentemente, pelo desejo de permanência nas aldeias, principalmente nos períodos de férias ou feriados prolongados.

Quanto ao terceiro aspecto acima mencionado, estamos nos referindo particularmente à escassa presença de temas relativos à cultura indígena nas disciplinas frequentadas pelos estudantes indígenas – fato que, como vimos, teria dificultado o acompanhamento dos cursos por parte de tais estudantes, por não se reconhecerem, enquanto indígenas, naquilo que estava sendo ensinado. Com efeito, pesquisa realizada por Ames (2019) sobre o papel dos docentes na formação dos alunos indígenas da UFRGS

mostrou que poucos professores modificaram os conteúdos tendo em vista a presença de um indígena em sala de aula. Dentre os motivos indicados (como limitações de ordem pessoal e estrutural), destacou-se a falta de orientação institucional para lidar com as demandas formativas de tais estudantes – em alguns casos, os professores sequer foram informados que teriam um indígena entre os seus discentes. Esse fato nos interroga, portanto, a respeito do papel da própria universidade na formação dos alunos indígenas, a qual, nas palavras de Bergamaschi, Doebber e Brito (2016, p. 177), ainda “não consegue estabelecer um diálogo mais consistente com estes povos”, visto que se mostra pouco aberta ao reconhecimento de diferentes valores e visões de mundo.

As dificuldades enfrentadas pelos entrevistados e a percepção de diferenças em relação aos demais colegas¹⁴ deram origem a questionamentos a respeito de seu pertencimento ao contexto acadêmico, como se eles não tivessem “pleno direito de estar ali no espaço da universidade” (Heringer, 2014, p. 28). Para ilustrar essa questão, destacamos a fala do estudante Leonardo (23 anos), do curso de Fisioterapia:

até agora estou aqui, mas pensei muitas vezes em desistir. Na sala de aula, o professor perguntava alguma coisa, e eu não tinha ideia do que era, e o meu colega do lado sabia, e eu pensava: “O que estou fazendo aqui? Isso aqui não é para mim!”. Chegava em casa, chorava, “trabalho para fazer, não sei por onde começar. O que é isso? Que palavra é essa?”. Eu passei por uma barra, até o semestre passado, o ano passado, eu pensava em desistir, porque é uma coisa muito diferente, nossa!

O sentimento de “estrangeirismo” em relação à universidade, como um espaço diferente e distante de suas próprias realidades, também foi evidenciado por Amaral (2010, p. 398) em pesquisa que realizou com acadêmicos Kaingang e Guarani das universidades estaduais paranaenses: “alguns entrevistados respondem associando esse sentimento às influências do seu processo de escolarização básica, vivenciado de formas diferenciadas

¹⁴ Os acadêmicos indígenas possuem, via de regra, apenas estudantes não indígenas como seus colegas.

por cada um dos estudantes indígenas, articulado à sua formação étnico identitária”.

Para lidar com as dificuldades enfrentadas no acompanhamento das disciplinas, os estudantes entrevistados afirmaram “estudar primeiro as coisas do ensino médio e depois o que o professor estava falando” (Érica, Medicina, 21 anos), ou seja, eles buscaram compensar as suas desvantagens estudando uma maior quantidade de conteúdos. Essa tarefa foi realizada por meio do acompanhamento de videoaulas e da leitura de materiais complementares àqueles indicados pelos professores. Além disso, eles trouxeram, sempre que possível, a temática indígena ou os conhecimentos produzidos no seio de suas comunidades nos trabalhos acadêmicos ou nas discussões promovidas em sala de aula – em geral, isso ocorreu em uma ou duas disciplinas ao longo de seus cursos de graduação.

Relações e aprendizagem na UFRGS

No processo de inserção na vida universitária, a qualidade das relações que os novos estudantes estabelecerão com seus colegas de curso, com seus professores e com estudantes mais antigos será decisiva, podendo operar como elemento facilitador ou dificultador da aprendizagem. Segundo os depoimentos dos estudantes entrevistados, as relações com os seus colegas foram bastante diferenciadas: se, por um lado, estabeleceram vínculos de amizade ou coleguismo; por outro, vivenciaram situações de conflito e marginalização.

No que se refere às relações de amizade ou coleguismo, Joana (23 anos), por exemplo, estudante do curso de Enfermagem, disse que foi bem recebida por seus colegas, descritos como bastante acolhedores. Ela comentou que existiu uma dinâmica de cooperação entre eles para a superação de eventuais dificuldades: “se tem uma pessoa com dificuldade, a gente pega, vai lá e procura dar um jeito de ajudar”.

Por outro lado, como dito, os estudantes indígenas relataram dificuldades para estabelecer ou manter relações positivas com os seus

colegas. As razões apontadas podem ser divididas em três tipos, relativos à instabilidade de seus contatos, pois alguns trocaram de turma ao longo de seus percursos acadêmicos, por conta das reprovações que obtiveram em algumas disciplinas; às suas próprias características pessoais, tendo em vista que muitos consideraram-se tímidos e introspectivos, aspecto que teria dificultado o estabelecimento de contatos e eventuais relações com as pessoas próximas, em uma espécie de “falta de associações por escolha” (Mannheim, 1970, p. 156-157); e ao comportamento indiferente e por vezes hostil de alguns de seus colegas.

Assim, podemos dizer que as relações dos estudantes indígenas com seus colegas foram caracterizadas por uma ambivalência, ou seja, por processos contemporâneos e contraditórios de inclusão e exclusão (Simmel, 1986). Isso significa que tais relações não podem ser identificadas nem como unicamente positivas, nem como unicamente negativas. Essa ambiguidade, no entanto, não pode ser interpretada como algo positivo, pois sinaliza que grande parte desses alunos sofreu com situações sutis ou manifestas de exclusão.

Efetivamente, muitos estudantes afirmaram se sentir isolados, ignorados, como se estivessem “invisíveis” em sala de aula:

muitas vezes eu tinha que dizer: “olha, pessoal, eu estou sem grupo”. Parecia que eu estava invisível na sala. Como diz o Pedro [monitor] para mim: “olha, Renata, tu sentas muito na frente”. Mas, o pessoal ali viu que eu estava sem grupo ou que talvez as minhas dificuldades fossem maiores do que as deles. Muitas vezes eles não... [...] Eu fico totalmente isolada. Mas, no começo também [se refere ao primeiro semestre], eu ficava lá na frente, sozinha (Renata, Psicologia, 24 anos).

Segundo Agnoli (2004) e Cipollini (2002), na base de comportamentos negativos, como os direcionados aos acadêmicos indígenas está um conjunto de representações sociais, sentimentos e disposições de natureza preconceituosa. De acordo com os estudantes entrevistados, os comportamentos de distância social ou hostilidade de alguns de seus colegas estariam relacionados a questionamentos sobre a legitimidade de sua

presença na UFRGS, tendo em vista dois aspectos: o fato de terem ingressado na instituição por meio de ações afirmativas e de não corresponderem ao estereótipo formado sobre o que é ser indígena.

Com relação ao primeiro aspecto, destacamos a fala de Juliana (22 anos), estudante de Odontologia, que disse ter passado por uma situação constrangedora quando um de seus colegas comentou que ela “não deveria estar ali”, pois estava “pegando vagas de outras pessoas”. A mesma situação foi vivenciada por outros estudantes indígenas dos cursos de Odontologia, Medicina e Enfermagem. Com base nisso, é plausível supormos que, para alguns dos colegas dos indígenas, pertencer legitimamente à universidade significa ingressar por meio das formas de acesso universais. Podemos interpretar esse fenômeno recorrendo ao modelo de relações entre estabelecidos e *outsiders*, proposto por Elias e Scotson (2000) ao analisarem as relações entre os antigos e novos grupos de moradores da comunidade inglesa Winston Parva. De acordo com os autores, a presença de novos residentes nessa comunidade, os quais não compartilhavam o universo de valores, representações e estilos de vida dos antigos moradores, gerou um sentimento de ameaça à identidade, prestígio e posições sociais do antigo grupo, colocando em prática mecanismos de defesa e distância social. No nosso caso, os estabelecidos – como mencionamos, alguns estudantes não cotistas da UFRGS – parecem igualmente perceber a própria posição como proeminente e legítima, enquanto, por outro lado, julgam a presença dos estudantes indígenas, ingressantes por meio de uma política de ações afirmativas, como uma ameaça para o acesso à universidade de outras pessoas consideradas mais merecedoras – representado pela frase: “você está pegando vagas de outras pessoas” – e uma invasão simbólica – como percebemos por meio da afirmação: “você não deveria estar aqui”. A reserva de vagas para um público específico por meio de critérios como o pertencimento racial e/ou étnico parece ser considerada por esses estudantes como profundamente injusta, dando a entender que os alunos cotistas estariam “roubando” posições de outros candidatos que teriam mais direito a ocupá-las.

Como dito, alguns entrevistados também foram questionados, sob o argumento da baixa distintividade cultural, a respeito de seus pertencimentos étnicos. Isso ocorreu com alunos dos cursos de Odontologia e Direito. Esses questionamentos significam negar o que os indígenas afirmam ser com base em estereótipos formados sobre eles e compartilhados por alguns estudantes da UFRGS. A negação da identidade indígena pelo estereótipo do que é ser indígena e pela consequente afirmação de assimilação ao modo de vida urbano expressa uma luta simbólica sobre o direito de estar na universidade e pode operar como um mecanismo poderoso de deslegitimação das reivindicações étnicas. No caso dos acadêmicos indígenas, esse estereótipo¹⁵ correspondeu a uma imagem de indivíduos que habitavam em florestas, que faziam uso de arco e flecha e que adotavam um tipo específico de vestimenta. Conforme Mazzara (2000, p. 139, tradução nossa), “na presença de um estereótipo” os sujeitos tendem inicialmente “a verificar se a pessoa em questão corresponde às expectativas dele derivadas, agindo de maneira correspondente”.

Quando eu entrei [na UFRGS] tive problemas em relação a colegas dizendo que eu já não era indígena por usar um tipo de vestimenta, pelo que eu comia, pelo que eu fazia, pelo que eu usava, já descaracterizando que eu não era mais membro de um povo, de uma coletividade, como se eles soubessem o que é ser indígena (Mário, Direito, 22 anos).

Também coexistiu um processo de construção e projeção de estigmas sobre os cotistas – dentre eles, os indígenas – os quais foram inferiorizados em relação às suas capacidades intelectuais por parte de alguns de seus colegas de turma. Essa situação foi relatada pelos estudantes dos cursos de Fisioterapia e Direito. Os processos de estigmatização dos *outsiders*, bem documentado por Elias e Scotson (2000), consiste na atribuição das características negativas de uma minoria anômica à totalidade dos membros

¹⁵ Segundo Mazzara (2000), podemos definir o estereótipo como um conjunto compartilhado, integrado e estável de representações simplificadoras sobre as características de determinados grupos sociais, que possuem a capacidade de se consolidar no tempo, resistindo a eventos que as contradigam.

de um determinado grupo. Esse é um dos meios utilizados pelos grupos para, por um lado, afirmar a própria superioridade e, por outro, construir a inferioridade dos outros. Destacamos novamente a fala de Mário:

as pessoas hoje nos veem como os caras que entraram pela porta dos fundos, nos veem diferentes. E isso é um problema porque se reflete na sala de aula. Eu lembro que ninguém queria me convidar para fazer trabalho em grupo porque “ah, entrou com uma provinha lá, muito capenga, ele não sabe nada, vamos deixar assim, deixa ele lá, ele faz o trabalho dele e a gente faz o nosso”.

Como sugere o relato acima, as relações que os estudantes indígenas mantiveram com seus colegas foram influenciadas pelas imagens construídas sobre eles. Essa relação, por sua vez, terá um papel importante no acompanhamento dos cursos pelos citados alunos, tanto por questões objetivas, que se expressam na possibilidade de acessar os materiais de leituras, de se inserir em grupos de estudos, de conseguir informações sobre as disciplinas, quanto subjetivas, expressa pela maior ou menor motivação em continuar estudando. Como afirmam Oliven e Bello (2017, p. 355-357),

muitos dos problemas de baixo desempenho de estudantes pertencentes a minorias estigmatizadas são de origem não apenas acadêmica [...] Oportunidades e informações importantes dependem, em grande parte, de nosso círculo de relacionamento. Redes de amizade social e racialmente homogêneas favorecem os privilegiados, nesse caso, estudantes brancos, em detrimento daqueles cujas famílias tiveram menores oportunidades de mobilidade social, em geral, negros.

De fato, a falta de vínculos colaborativos com os colegas dificultou a realização de trabalhos em grupos e o acesso a informações importantes relativas às disciplinas pelos acadêmicos indígenas, como podemos perceber por meio do seguinte depoimento:

o Mário falou um pouco dessa questão de quando faz trabalho em grupo e tu ficas sozinho. Quando o professor dava um trabalho “grupo de cinco!”, eu ficava tremendo, com o coração acelerado, [pensando] “vou ficar sozinho de novo!”. É uma coisa que me marca até hoje. [...] E isso dá um desânimo enorme na gente. Assim, eu não tinha estímulo para estudar. Eu ficava triste

em saber que eu estava sendo ignorada em uma sala onde tinha trinta e poucos alunos. Eu ficava isolada. Na hora de sair, todo mundo nos seus grupos e eu me levantava devagar e saía também. Ia direto para o Centro [de Porto Alegre], porque, o que eu faria lá sozinha? Ninguém falava comigo (Débora, Fisioterapia, 26 anos, relato no Salão da UFRGS, em setembro de 2016).

Essas questões se apresentaram especialmente entre os estudantes indígenas que frequentavam cursos de alto prestígio social e com seleções muito competitivas. Esses cursos são compostos predominantemente por estudantes brancos, de classe média e alta e oriundos de escolas privadas e, por esses motivos, “tendem a apresentar uma atmosfera social excludente em que um estudante de outra cor, origem social e trajetória escolar passa a ser visto como uma presença estranha” (Oliven; Bello, 2017, p. 357).

Por outro lado, os estudantes indígenas que estabeleceram relações de amizade, colaboração e/ou apoio com os seus colegas, afirmaram que o auxílio recebido foi fundamental para o desenvolvimento de seus estudos – tanto em aspectos subjetivos quanto práticos –, como podemos notar por meio do seguinte relato:

tinha alguns colegas que entendiam que eu era um indígena e as dificuldades que eu tinha. E muitos me abraçaram: “poxa, ele precisa de um apoio, vamos dar um apoio para ele”. [...] Eu fui fazendo amizades e eles me apoiaram em questões materiais, de estudo, me indicando bibliografia, dizendo como estudar. Então, foram me apoiando e entendendo os problemas que eu tinha (Mário, Direito, 20 anos).

A fala de Mário aponta, portanto, para a importância das relações positivas estabelecidas com os colegas, que o auxiliaram naquilo que constitui um dos aspectos mais difíceis do processo de tornar-se estudante universitário, que é “descobrir as rotinas, as evidências, as regras, os novos códigos da universidade” (Coulon, 2017, p. 1243), uma vez que nem tudo é passado explicitamente ou solicitado diretamente pelo professor e que mesmo o ato de estudar exige um aprendizado.

No percurso formativo dos estudantes indígenas, como já mencionamos, a relação com os professores é um aspecto particularmente importante.

Os entrevistados, de maneira geral, disseram que suas relações foram “boas”, “normais”, descritas a partir da díade “professor-aluno”. O que eles parecem indicar é que os professores desempenharam as funções que são socialmente esperadas. Essas funções são definidas por meio de um conjunto de regras de conduta exigidas pelos indivíduos que ocupam determinadas posições sociais – denominados papéis sociais (Cesareo, 1993). No caso dos professores, esse comportamento consistiu, de maneira geral, em ensinar e avaliar os alunos.

[A relação] é normal, “aluno-professor”, mas nem meus colegas não são de ir lá conversar com os professores. Basicamente o professor chega, dá a aula e sai. Ou o professor chega, tem alguns que fazem piadinhas para interagir com a turma e fazem a gente dar risada, dá a aula dele, pergunta se alguém tem dúvida, e ele esclarece, marca prova, aplica prova e só (Fernanda, Odontologia, 19 anos).

No desempenho de suas funções, segundo os relatos dos estudantes indígenas, os professores se relacionaram, de maneira geral, com uma imagem genérica e pré-construída do que seriam as características dos seus alunos. Assim, não existiram espaços para a manifestação ou para a percepção de diferenças, sejam elas sociais, educacionais ou culturais. Nesse sentido, os indígenas constituíram “apenas mais um aluno” em sala de aula:

eles não têm aquela proximidade com o aluno, entender que ele tem uma dificuldade, que ele é de um povo diferente – um exemplo, que é o meu. Eles não entendem essas diferenças culturais. [...] Então, eles não têm uma relação mais próxima com os alunos. Isso se torna muito mais complicado na medida em que tem indígenas, tem negros, tem baixa renda, que têm seus problemas (como qualquer outra pessoa tem seus problemas), mas que afetam muito mais nós, indígenas, que temos um problema mais grave em relação a conteúdos, estudos, adaptação, entre outros diversos contextos dentro da universidade. Eles sequer param para entender ou ouvir o problema que a gente tem, para relatar as dificuldades que nós temos. Então, eles não dão muita importância para isso. Para eles, eu sou só mais um aluno, e tu és só mais uma aluna, como qualquer outro aqui dentro. As exceções existem, alguns acabam ouvindo e entendendo: “não, te entendo, vamos buscar algo”. Mas, realmente, são raríssimas as ocasiões em que isso acontece (Mário, Direito, 20 anos).

Por outro lado, como mencionado pelo estudante Mário, alguns professores desempenharam suas atividades levando em conta as dificuldades e diferenças dos seus alunos. Essa distinta postura foi relatada especialmente por duas estudantes indígenas entrevistadas do curso de Serviço Social. Segundo elas, os professores de seus cursos deram “mais atenção para quem era indígena”, por meio de um acompanhamento mais próximo, que permitiu identificar suas dificuldades específicas e elaborar estratégias para enfrentá-las, como a realização de trabalhos de reforço e a indicação de monitorias específicas da própria disciplina. Podemos interpretar essa questão se considerarmos que os papéis sociais, embora constituam deveres e direitos socialmente estabelecidos, também comportam certa margem de liberdade aos atores que os desenvolvem. Nesse sentido, os professores, embora tenham o dever de ensinar, podem escolher o que ensinar e de que maneira, personalizando as suas ações de acordo com as suas características subjetivas (Cesareo, 1993).

Menos frequentes, porém muito graves, foram os depoimentos dos estudantes indígenas a respeito de situações de preconceito envolvendo seus professores. Essa situação foi apontada por duas alunas, dos cursos de História e Medicina. Segundo a estudante de Medicina, em sala de aula, um de seus professores se referiu aos povos indígenas de maneira pejorativa, pois disse que eles possuem uma “mordida mais forte, porque vivem comendo farofa com pedra”. Na ocasião, a referida estudante se “levantou e saiu da sala”. No entanto, teve dificuldades para acompanhar a disciplina, porque precisou estudar sozinha os conteúdos que foram trabalhados em sala de aula. Nesse caso, o tipo de interação estabelecida entre professor e aluno fortaleceu a sensação de não pertencimento ao espaço acadêmico, agravando as dificuldades inerentes ao processo de tornar-se estudante universitário.

Considerações finais

Ingressar na universidade e aprender a seguir as suas rotinas, códigos e regras não é tarefa fácil e implica aprender o ofício de estudante, ou seja, adquirir o *status* de estudante universitário. Esse aprendizado, segundo Coulon (2008), se realizaria em três fases – denominadas o tempo do estranhamento, o tempo da aprendizagem e o tempo da afiliação – e seria influenciado por diversos fatores, dentre eles, a qualidade da formação escolar básica e as relações que os novos alunos estabelecerão com os demais atores universitários. Tendo isso em conta, no presente artigo analisamos a inserção universitária dos estudantes Kaingang na UFRGS, tomando como eixo central de interesse o modo como eles acompanharam os conteúdos de seus cursos de graduação e como se relacionaram com colegas e professores.

Assim, mostramos que, embora o tempo de aprendizagem das regras de uso, reprodução e apropriação dos conhecimentos acadêmicos seja difícil para os diversos alunos que passam do ensino médio para a universidade, ele é mais árduo e lento para os estudantes indígenas, tendo em vista especialmente três fatores. O primeiro se refere à baixa expectativa de ingressar no ensino superior –, pois este não integrava o projeto de vida dos entrevistados. Por conta disso, os estudantes indígenas, em geral, não se prepararam para as provas seletivas e tiveram dificuldades para escolher os cursos que seriam frequentados. O segundo diz respeito à formação escolar precária dos indígenas, que não os teria preparado para as exigências da universidade. Por fim, o terceiro fator se refere à falta de diálogo intercultural na universidade, que se expressa particularmente pela escassa inclusão de temas indígenas nas disciplinas dos cursos frequentados pelos referidos alunos.

Além disso, indicamos que a qualidade das relações estabelecidas pelos estudantes indígenas com seus colegas e professores foi um aspecto ora facilitador, ora dificultador da aprendizagem: efetivamente, aqueles alunos que desenvolveram relações de amizade, colaboração e/ou apoio lidaram

de maneira mais positiva com as tarefas dos cursos por eles frequentados, pois, por exemplo, tinham mais facilidade para ingressar em grupos de trabalho e contavam com mais informações a respeito das disciplinas; por outro lado, os alunos que sofreram com manifestações preconceituosas e discriminatórias relataram, por exemplo, se sentir desestimulados a seguir estudando.

Por fim, evidenciamos neste artigo que os comportamentos preconceituosos e discriminatórios em relação aos indígenas parecem estar relacionados às imagens depreciativas compartilhadas por alguns de seus colegas e professores. Tais representações negativas colocaram em questão tanto a legitimidade da presença dos alunos cotistas na universidade, dentre eles os indígenas, quanto o pertencimento étnico desses últimos, com base em estereótipos do que é ser indígena. Esses argumentos expressaram uma luta simbólica sobre o direito de estar na universidade e operaram como um mecanismo de deslegitimação das reivindicações sociais e étnicas.

Valesca Daiana Both Ames é Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Paraná.

✉ valesca.ames@gmail.com

Marilis Lemos de Almeida é Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas.

✉ marilis_almeida@yahoo.com.br

Referências

1. AGNOLI, Maria Stella. **Lo straniero in immagine**: rappresentazione degli immigrati e pregiudizio etnico tra gli studenti del Lazio. Milão: Franco Angeli, 2004.
2. AMARAL, Wagner R.; BAIBICH-FARIA, Tânia Maria. A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetórias e pertencimentos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, p. 818-835, 2012.
3. AMARAL, Wagner R. **Trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná**: sujeitos e pertencimentos. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
4. AMES, Valesca D. B. **Indígenas no ensino superior**: uma análise sobre a formação dos estudantes Kaingang da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
5. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
6. BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele B.; BRITO, Patrícia O. Estudantes indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – desafios do acesso e permanência. **Revista del Cisen Tramas/Maepova**, v. 4, n. 2, p. 167-184, 2016.
7. BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 39-64.
8. BRASIL. Lei nº 12.711. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.
9. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal – Centro Gráfico, 1988.
10. CESAREO, Vincenzo. **Sociologia**: teorie e problemi. Milão: Vita e Pensiero, 1993.
11. CIPOLLINI, Roberta. **Stranieri**. Percezione dello straniero e pregiudizio etnico. Milão: Franco Angeli, 2002.
12. COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, 2017.
13. COULON, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.
14. DOEBBER, Michele. **Indígenas estudantes nas graduações da UFRGS**: movimentos de reexistência. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

15. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
16. HERINGER, Rosana R. Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. **Tombo**, v. 1, n. 24 p. 13-29, 2014.
17. LIMA, Antônio Carlos de S.; BARROSO, Maria M. A presença indígena na construção de uma educação superior universal, diferenciada e de qualidade. In: LIMA, Antonio Carlos; BARROSO, Maria. (orgs.). **Povos indígenas e universidade no Brasil:** contextos e perspectivas, 2004-2008, Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 109-118.
18. MANNHEIM, Karl. Isolamento social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio (orgs.). **Homem e sociedade:** leituras básicas de sociologia geral. São Paulo: Editora Nacional, 1970.
19. MAZZARA, Bruno. **Appartenenza e pregiudizio.** Psicologia sociale delle relazioni interetniche. Roma: Carocci Editore, 2000.
20. MERTON, Robert. **Sociologia:** teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
21. OLIVEN, Arabela C.; BELLO, Luciane. Negros e indígenas ocupam o templo branco: ações afirmativas na UFRGS. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, n. 49, p. 339-374, 2017.
22. OLIVEN, Arabela. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, n. 1, p. 29-51, 2007.
23. PALADINO, Mariana. Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; NABARRO, Edilson; BENITES, Andréa (orgs.). **Estudantes indígenas no ensino superior:** uma abordagem a partir da experiência da UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
24. PALADINO, Mariana. Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior. **Práxis Educativa**, v. 7, número especial, p. 175-195, 2012.
25. PAULA, Luis Roberto de. O ensino superior indígena como política pública: elementos para a construção de um modelo metodológico de avaliação e comparação de experiências locais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 238, p. 795-810, 2013.
26. PIOTTO, Débora Cristina; ALVES, Renata O. O ingresso de estudantes das camadas populares em uma universidade pública: desviando do ocaso quase por acaso. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 21, n. 2, p. 139-147, 2016.
27. SIMMEL, Georg. Lo straniero. In: TABBONI, Simonetta (org.). **Vicinanza e lontananza.** Modelli e figure dello straniero come categoria sociologica. Milão: Franco Angeli, 1986. p. 147-154.

28. SOARES, Adriana B.; MOURÃO, Luciana.; MOTA, Márcia Maria P. E. da. **O estudante universitário brasileiro**: características cognitivas, habilidades relacionais e transição para o mercado de trabalho. Curitiba: Appris, 2016.
29. UFRGS. Coordenadoria de acompanhamento do programa de ações afirmativas. **Dados do processo seletivo específico para estudantes indígenas, 2008-2017**. Porto Alegre, 2017a.
30. UFRGS. Processos seletivos. **Processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas**. Edital 08 de dezembro de 2017. Porto Alegre, 2017b. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/coperse/processos-seletivos/estudantes-indigenas/pse-estudantesindigenas-2018>. Acesso em: 04 abr. 2018.
31. UFRGS. Conselho universitário. **Decisão n. 268/2012**. Porto Alegre, ago. 2012.

Submetido em: 12 nov. 2019.

Aceito em: 09 abr. 2020.

<http://doi.org/10.1590/15174522-100561>

Stuart Hall: Marx, Gramsci y la cuestión de la crisis

Jorge Daniel Vásquez* 

Resumen

El objetivo de este artículo es delinear dos perspectivas para el análisis del neoliberalismo a partir del pensamiento de Stuart Hall. En este sentido, se reconstruye la aproximación de este autor con el pensamiento de Marx y Gramsci, así como su análisis de la crisis de la sociedad británica en tanto fenómeno cultural, social y político en su obra *Policing the crisis* (1978) y *The hard road to renewal* (1988). Este artículo complejiza la lectura tanto del “momento althusseriano” como de la “mirada gramsciana” de Stuart Hall para comprender los principales dilemas teóricos de años setenta y ochenta. Finalmente, se observa el lugar del racismo y de la producción de sentido común como pilares del análisis de la crisis de hegemonía.

Palabras clave: neoliberalismo, crisis, racismo, hegemonía.

* Pontificia Universidad Católica del Ecuador, Quito, Ecuador.

Stuart Hall: Marx, Gramsci and the crisis issue

Abstract

The objective of this article is to delineate two perspectives for the analysis of neoliberalism based on Stuart Hall's thought. In this regard, the article not only addresses Hall's approach to Marx and Gramsci's thought, but also Hall's analysis on the crisis of British society, while a cultural, social, and political phenomenon as it appears in his books *Policing the crisis* (1978) and *The hard road to renewal* (1988). Therefore, this article complexifies Stuart Hall's "Althusserian moment" as well as his "Gramscian gaze" for understanding the main theoretical dilemmas of the 1970s and 1980s. Finally, this paper observes the place of racism and the production of common sense as pillars of the analysis of the hegemony crisis.¹

Keywords: neoliberalism, crisis, racism, hegemony.

En la lucha por las ideas, la batalla por los corazones y las mentes que la derecha ha venido conduciendo con tan considerable efecto, las malas ideas sólo pueden ser desplazadas por ideas mejores y más adecuadas.

Stuart Hall, *The hard road to renewal* (1988, p. 73)²

En su artículo "Apuntes sobre el método de Stuart Hall. Althusser, Gramsci y la cuestión de la raza", el intelectual italiano Miguel Mellino (2018), reconstruye la originalidad de los argumentos derivados tanto del "momento althusseriano" así como "de la mirada gramsciana" de Stuart Hall sobre la coyuntura intelectual y política de los años setenta y ochenta. Tal reconstrucción es fundamental para comprender cómo, a partir de la confrontación con los principales dilemas teóricos de una época, se deriva la construcción de un método para el análisis de las crisis de hegemonía.

¹ Agradezco a Liliam Fiallo, Laura García Corredor y Sut Jhally por sus comentarios a la versión previa de este artículo.

² En el original: "In the struggle for ideas, the battle for hearts and minds which the right has been conducting with such considerable effect, bad ideas can only be displaced by better, more appropriate ones." (Hall, 1988, p. 73). A partir de aquí, las traducciones al español de las citas de Stuart Hall son realizadas por el autor de este artículo.

Si bien para Mellino (2018, p. 92) “no es importante concentrarse tanto en estos [los] aspectos objetivos, por así llamarlos, de la crisis, sino en la forma en la que era percibida por Stuart Hall”,³ sí resulta necesario establecer los principios analíticos que sostienen la relevancia del marco crítico construido por Hall. Dos de los aportes fundamentales del artículo de Mellino radican tanto en ubicar a Hall dentro del desarrollo del posmarxismo, el pensamiento anticolonial, y el análisis “materialista” poscolonial (Mellino, 2018, p. 100-102) como en señalar la manera en que logró integrar elementos del althusserianismo y a la vez trascender sus limitaciones (Mellino, 2018, p. 102-103).

Mi propósito en este artículo es ofrecer una perspectiva que no sólo complemente, sino que profundice la reconstrucción que realiza Mellino. Así, me permito señalar dos anclajes fundamentales del pensamiento de Stuart Hall para el análisis del neoliberalismo en las condiciones que hacen posible su emergencia en cuanto propuesta societal, así como proyecto político. Con este fin, en la primera parte se plantean los aspectos de Marx que Hall consideró fundamentales para su crítica y la formulación acerca de la “primera instancia” de la determinación de lo histórico-social. A continuación, se identifican los elementos gramscianos en su crítica a la “certeza teórica” que se atribuían los marxismos de su época. Las dos últimas secciones responden a dos principios para el análisis de la relación entre crisis y neoliberalismo a partir del pensamiento de Stuart Hall: 1) el lugar del racismo en las condiciones de transición, y 2) la producción de sentido común como condición para la construcción de hegemonía.

Así, además de los puntos complementarios al texto de Mellino, es importante señalar que este artículo parte de un criterio discordante. Mellino (2018, p.100) considera que

si se quiere entender el sentido de la traducción gramsciana de Hall, es necesario buscar en otro lado, específicamente, en sus textos *más densos* desde el punto

³ Mellino, siguiendo el lenguaje de Hall, nombra la crisis como “la ‘crisis del consenso posbélico’, es decir, de esa específica formación social y política que había gobernado la construcción de la así llamada ‘sociedad del bienestar’ en Gran Bretaña” (Mellino, 2018, p. 93).

de vista teórico como los ya citados “Marx’s notes on method: a reading of the 1857 introduction” (1973); “Rethinking the ‘Base and Superstructure’ metaphor” (1977), pero sobre todo en los escritos sobre raza y racismo, en especial en “Race, articulation and societies structured in dominance” (1980b), “The problem of ideology: Marxism without guarantees” (1986a), “Gramsci’s relevance for the study of race and ethnicity” (1986b).⁴

Esta afirmación se presenta a partir de la atribución implícita de un carácter “menos denso” a los textos en los que Hall utiliza los conceptos gramscianos para el análisis del fenómeno concreto del Thatcherismo: *The hard road to renewal. Thatcherism and the crisis of the left* (1988a), y *The toad in the garden: Thatcherism among theorists* (1988b). Según Mellino (2018, p. 100), “lo que tenemos en estos casos es un uso sobre todo “didáctico” y “divulgativo”, por así decirlo, de algunos conceptos gramscianos empleados en el análisis de un objeto específico, [...], más que una confrontación o un análisis teórico-político-epistemológico del archivo gramsciano”. Sin embargo, ¿no es en este análisis de la situación concreta precisamente el lugar en el que el método demuestra sus alcances y limitaciones? ¿no es pues, el análisis de las condiciones del suceso histórico el espacio en que la crítica se constituye como tal? A diferencia de Mellino, considero que estos textos “didácticos” no sólo presentan efectivamente elementos teórico-políticos del pensamiento de Stuart Hall, sino que, a la vez, constituyen un referente indispensable para acercarse a la complejidad de su método.

Así, en las primeras dos secciones de este artículo retomo algunos de los textos “más densos” también trabajados por Mellino, incluyendo además las lecciones del seminario dictado en la Universidad de Illinois at Urbana-Champaign en 1983,⁵ así como el artículo *Signification, representation, ideology: Althusser and the post-structuralist debates* (1985).

⁴ El resaltado en “más densos” es mío. En los trabajos publicados en 1986 que aparecen como 1986a y 1986b, el literal que sigue al año corresponde al orden de citación en el texto original de Mellino.

⁵ Estas lecciones fueron publicadas como libro en 2016 con el título *Cultural studies 1983. A theoretical history* (Hall, 2016).

Si bien Mellino se detiene en varios pasajes de la obra *Resistance through rituals. Youth subcultures in post-war Britain* (Hall; Jefferson, 1976) para referirse al análisis de la crisis, mi opción en la tercera sección de este artículo es detenerme en la obra *Policing the crisis. Mugging, the State and law & order* (Hall et al., 2013), cuya segunda edición apareció 35 años después de la original. Mi interés es considerar *Policing the crisis* en la medida que establece una perspectiva de análisis de la cuestión racial en el neoliberalismo. Con respecto a este libro, Hall declaró, en su última entrevista, que

Policing the crisis fue particularmente importante porque decía que se puede abordar una coyuntura desde varios puntos de vista diferentes, y que la raza es una excelente manera de entrar en los efectos ocultos e inconscientes, así como en los efectos conscientes y explícitamente discriminatorios, que tiene la raza en la sociedad (Jhally, 2016, p. 333).⁶

Finalmente, en la cuarta sección de este artículo se considera una segunda perspectiva analítica que complementa la reconstrucción del método realizada por Mellino, precisamente a partir de la lectura de *The hard road to renewal. Thatcherism and the crisis of the left* (1988a), así como *The toad in the garden: Thatcherism among theorists* (1988b) a la luz de los puntos expuestos en las secciones anteriores.

“The first instance”: Hall, lector de Marx

En *El Capital*, el análisis de los mecanismos de las sociedades modernas capitalistas tiene como punto de partida la consideración de la mercancía en su doble naturaleza (Marx [1867] 1946, p. 3-47). No es casual que sea la mercancía el objeto de pensamiento con el que Marx inicia su obra de tres volúmenes, pues ésta se enmarca en la producción crítica del conocimiento, es decir, en el propósito de comprender las condiciones que hacen posible el

⁶ En el original: “*Policing the crisis* was particularly important because it said you can get into a conjuncture from several different vantage points, and race is an excellent way for getting into the hidden and unconscious – as well as the conscious and explicitly discriminatory – effects of race on the society.” (Jhally, 2016, p. 333).

funcionamiento de todo un sistema. El carácter concreto y a la vez abstracto de la mercancía da cuenta de esas condiciones materiales y al mismo tiempo ideológicas imbricadas en las relaciones sociales de producción.

Stuart Hall retomó estos elementos presentes en el proyecto de Marx, lo que implicó una lectura de su producción teórica (especialmente *La Ideología Alemana*, *El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte*, *Contribución a una Crítica de la Economía Política*, *Grundrisse*, *El Capital*), y de la correspondencia con Friedrich Engels. Ello le permitió sostener una discusión con el marxismo (estructuralista) de la época, especialmente con Louis Althusser.

Uno de los lugares en los que el pensamiento de Hall expresa su rigurosa lectura y crítica de Marx y el marxismo, se encuentra en la discusión de la metáfora base-superestructura. Hall (1977; 2016) señala que la metáfora base-superestructura no tiene una única acepción en la obra de Marx pues, para el propio Marx, esta metáfora puede referirse a la determinación de las circunstancias materiales (la base) sobre las áreas de la superestructura (las ideologías), así como a la naturaleza de las relaciones existentes entre los distintos niveles (nivel económico en la base y nivel ideológico o superestructural) de una formación social.

Marx también utiliza esta metáfora para referirse al conjunto complejo de la sociedad como una totalidad (el ensamblaje de lo económico con lo ideológico). No obstante, en todos los casos, Hall reconoce que la metáfora apunta a dar un paso más allá del idealismo hegeliano (a provocar su “inversión” en términos althusserianos), planteando que el desarrollo de la historia debe explicarse desde las prácticas materiales reales y las circunstancias que las hacen posibles.

De la lectura sobre el problema de la ideología (en *La ideología alemana*), así como la de las circunstancias históricas que provocaron el desenlace bonapartista en Francia (en *El dieciocho brumario*), se desprende la necesaria discusión del modelo base-superestructura a partir del problema de la determinación. El planteamiento realizado en *La ideología alemana*: “las ideas de la clase dominante son en cada época las ideas dominantes, es decir, la clase que es la fuerza material dominante es a la vez su fuerza intelectual

dominante" (Marx; Engels, [1845] 1970, p. 64) dio pie a lecturas "garantistas" de la historia, asumiendo que, "en última instancia", es la economía (las relaciones económicas en la base de la estructura social) la que determina el curso de los acontecimientos históricos. El mismo Engels se refiere a este determinismo, en el momento en que, si bien reconoce que tanto la cultura como la religión y la ley interactúan en la concepción materialista de la historia, no es menos cierto que "es la interacción entre todos estos factores y en medio de una interminable multitud de eventualidades [...] que la tendencia económica finalmente se afirma como algo inevitable" (Engels, [1890] 2002, p. 34-35).

Stuart Hall lleva esta discusión a una dimensión que permite pensar desde el marxismo "sin garantías".⁷ Si, en el modelo base-superestructura, la base es la parte dominante de la relación, el tiempo presente se convierte en la simple espera del cumplimiento de una profecía: en última instancia, el curso de la historia será determinado por la economía. Tal principio constituyó el punto de atención de Hall para leer a Marx sin caer en el juego del determinismo. Así, en su problematización del modelo base-superestructura, Hall (1996b) si bien se aparta del determinismo, no abandona la pregunta por la determinación abriendo una vía que implica reconocer la necesaria articulación de diferentes instancias en cada acontecimiento de la historia.

El argumento se basa en lo siguiente: si las diversas maneras en las que se generan formas de organización social, a través de las cuales los seres humanos intervienen en la naturaleza, se dan en el marco de condiciones históricas específicas, éstas últimas constituyen precisamente

⁷ Mellino considera que los fundamentos para marxismo "sin garantías" se inscriben en el "momento althusseriano" de Hall. Afirma: "la influencia del 'momento althusseriano' en el desarrollo de la problemática de Hall puede ser deducida de otros presupuestos. Se puede pensar, por ejemplo, en una expresión como *without guarantees*, un enunciado epistemológico tan amado por Hall (y profundamente asociado a su perspectiva tanto sobre el objetivo del 'trabajo teórico' como sobre el de las identidades culturales), pero que es, en realidad, una enunciación epistemológica clave del tipo de marxismo sobre el cual trabajaba Althusser" (Mellino, 2018, p. 98). Más que señalar los puntos de contacto y separación (o el paso de la cercanía al distanciamiento) de Hall con Althusser, me interesa seguir la pista de lo que Hall logró hacer con el marco de pensamiento althusseriano para su propio proyecto crítico.

the first instance (i.e. la primera instancia de determinación), de la propia determinación económica. Esta “primera instancia” de la determinación es pues *el contexto*, el conjunto de condiciones históricas en las que las relaciones de producción y el desarrollo de las fuerzas productivas tienen lugar. Tal conjunto de condiciones históricas conforma una coyuntura, una particular configuración de la relación entre base y superestructura que debe analizarse más allá de cualquier garantía: una forma de relación que mantiene vigente la necesidad de analizar los acontecimientos dentro de sus condiciones de existencia.

The first instance es el terreno en el que la experiencia, el devenir, tiene lugar. Así, desde el pensamiento de Hall, la expresión de *El dieciocho brumario*: “los hombres hacen su propia historia, pero no lo hacen a su libre arbitrio, bajo circunstancias elegidas por ellos mismos, sino bajo aquellas circunstancias con que se encuentran directamente, que existen y les han sido legadas por el pasado” (Marx [1852] 1969, p. 99) recobra una potencialidad para el pensamiento marxista pues son las condiciones que no elegimos, las que configuran *the first instance*. Hall mismo se referirá al *Prefacio de la contribución a la crítica de la economía política* como un texto más cercano a la “ilusión de la garantía” (eso que Hall llama *the theoretical certainty*), mientras, en *El dieciocho brumario*, Marx aparece analizando la coyuntura que hizo posible el ascenso de Louis Bonaparte cuando, en su lugar, parecían darse las condiciones para un ascenso del proletariado. En este sentido, Hall verá en *El dieciocho brumario* un ejemplo claro del análisis de “la efectividad y especificidad de la instancia política en relación a la económica”⁸ (Hall, 1977, p. 55).

Así, la discusión del modelo base-superestructura lleva a Hall a proponer una forma de comprender la determinación, lo que lo sitúa en el mismo nivel de intención de Marx: pensar las condiciones de posibilidad, los términos en los que se asignan limitaciones al aspecto económico (la “determinación por lo económico en la primera instancia”) (Hall, 1996b,

⁸ En el original: “the effectivity and specificity of the political instance in relation to the economic” (Hall 1977, p. 55).

p. 45). De tal modo, la determinación que proporciona lo ideológico por lo económico no es pues de una sola vía sino de determinación mutua.

Con su desarrollo sobre *the first instance*, Hall es, como Marx, un pensador de la totalidad. Esto no significa que realice una reducción del todo a un particular elemento explicativo, sino que, precisamente, entra en conexión con los trabajos iniciales de Marx desde la comprensión de diferentes prácticas, no sólo dentro de las condiciones económicas, sino también dentro de aquello que lo económico no puede proveer: los contenidos del pensamiento de una clase social en un momento dado, así como las categorías que serán usadas por las clases sociales con mayor duración en el tiempo.⁹

Contra “the theoretical certainty”: Hall y Gramsci

La lectura de Gramsci y Althusser constituyeron una contribución esencial al método de Stuart Hall. Sobre el primero, se podría decir que Hall integra su aparato conceptual y que la perspectiva de los Estudios Culturales como proyecto teórico y político tiene que ver con la manera en que Gramsci asume la tarea del pensamiento y la praxis. Por otro lado, Hall habría recorrido la obra de Althusser en varios de sus ensayos (Hall 1977; 1985; 1996a; 2016), siendo el mayor aporte de Althusser a este método el debate sobre la determinación y la sobredeterminación – incluido en *Pour Marx* (Althusser, 2005) –, que llevó a Hall a plantear una postura propia en torno a este problema. Así, Hall propuso la “articulación” de las diferencias como un trabajo político a partir del reconocimiento de la “no necesaria correspondencia” entre los niveles de una formación social. En los párrafos siguientes presentaré en detalle estas contribuciones desde la manera en que tanto Gramsci como Althusser, fueron tratados en la obra de Stuart Hall.

⁹ Creo que esto, además de estar manifiesto en los textos donde Hall analiza el problema base-superestructura (1977; 2016; 1996b), se expresa también en el objeto complejo de la mercancía (punto de partida de *El Capital*), en el que confluyen las distintas instancias de determinación que atraviesan el proceso de producción material y simbólico de principio a fin.

En su análisis de la situación de Inglaterra en la década de 1980, Hall asume el sistema de pensamiento construido por Gramsci (que incluye conceptos como “sentido común”, “hegemonía”, “relaciones de fuerza”, “bloque histórico”) con el propósito de renovar la idea marxista de que la política no consiste en la erradicación del conflicto, sino en la manera de determinar las posibilidades existentes en una particular configuración de la lucha política (Gramsci 1971, p. 57-58).

Así, en “Gramsci and us”, capítulo de su libro dedicado al análisis del Thatcherismo, Hall sostiene: “no digo, de ninguna manera sencilla, que Gramsci ‘tiene las respuestas’ o que ‘posee la clave’ para nuestros problemas actuales. Lo que sí creo es que debemos ‘pensar’ nuestros problemas en un sentido gramsciano – lo cual es distinto” (Hall 1988a, p. 161).¹⁰ En esta cita, pero también a lo largo de todo el capítulo, hay una clara identificación entre el cuestionamiento de Gramsci acerca del fracaso de la revolución en Italia, y la “lección jamás aprendida” de la izquierda en medio de la situación que Gran Bretaña experimentaba con el gobierno de Margaret Thatcher.

Gramsci cuestionó el modelo base-superestructura desde su “falta de revolución”, tomando como objeto de análisis el curso – diametralmente opuesto – que toma la historia, una vez que haya fracasado un intento revolucionario. Desde Gramsci, Hall veía el curso que Gran Bretaña tomaba instalando un nuevo sentido común en el pueblo británico, entendía que la disputa debía darse en el terreno de la cultura política, y denunciaba cómo la transformación del Estado impulsada por Thatcher buscaba atravesar la vida cotidiana de los sujetos. En este sentido, Hall encontró que el terreno político se define desde la diversificación de las luchas sociales, y no desde “los viejos ritmos de la ‘lucha de clases’” (Hall, 1988a, p. 168). Eran precisamente los términos de la lucha lo que se había transformado sin que la izquierda británica lo percibiera. Esta vez, desde Gramsci, Hall

¹⁰ En el original: “I do not claim that, in any simple way, Gramsci ‘has the answers’ or ‘holds the key’ to our present troubles. I do believe that we must ‘think’ our problems in a Gramscian way – which is different.” (Hall 1988a, p. 161).

volvió a cuestionar el marxismo que pretende reposar en “la certeza teórica” (*the theoretical certainty*).

Al igual que en los escritos de Antonio Gramsci, el concepto de hegemonía tiene un lugar central para Stuart Hall. “Hegemonía” es un término inicialmente formulado por Lenin, pero que fue expuesto por Gramsci en su análisis sobre la revolución comunista entre 1920 y 1930 en Europa de Occidente, como una entrada a la pregunta por la derrota de las fuerzas revolucionarias, el retroceso del movimiento comunista, y el empuje de fuerzas sociales que condujeron al fascismo.

No obstante, Hall lleva a Gramsci no sólo al análisis del neoliberalismo (Hall, 1988a), sino al análisis de la raza y la etnicidad (Hall, 1996a) desde una recuperación de Marx que, lejos de esquemas positivistas y economicistas, consigue mantener en una perspectiva materialista compleja. Con relación a esto último, Hall (1996a, p. 418-420) busca destacar la manera en que Gramsci realiza una crítica del pensamiento “científico” de su época (i.e., desde el positivismo al economicismo, pasando por el “materialismo vulgar” de Bukharin) y la relación de éste con la concepción idealista de la historia, que aspira a que la transformación social radique en la transformación de la conciencia individual. El señalamiento de los límites de tal planteamiento idealista pasa por reconocer, para Antonio Gramsci, que la centralidad del pensamiento y la formación de la conciencia está en la praxis, en tanto esta categoría permite expresar que la acción de los seres humanos se da en el marco de “formaciones sociales” en la cuales lo económico, político e ideológico se articulan (Hall, 1996a, p. 121).

Sabemos por Gramsci que la burguesía opera desde la acumulación de fuerzas mediante su rol dominante en la economía y en la producción intelectual. Tal operación, de la cual el Estado sería “el último golpe” (por representar la llegada al monopolio de la coacción), se mantiene debido a la acumulación constante de las formas de producir la filosofía, la pedagogía, la valoración de las prácticas sociales. Precisamente, para Gramsci, el análisis de la captación del sentido de unas determinadas circunstancias históricas (i.e. de lo que Hall denomina *the first instance*) es vital para comprender

la configuración de la “hegemonía”. “Hegemonía” se refiere precisamente a la manera cómo se articulan las heterogeneidades y sus diferencias en diversos campos.

En la concepción de la hegemonía podemos ver en funcionamiento la concepción de “no necesaria correspondencia” propuesta por Hall, pues la articulación no es la simple conexión de los niveles de la formación social, sino precisamente *la manera* en que tales niveles se conectan.

No obstante, no sólo el aporte de Gramsci fue crucial al desarrollo del proyecto de Estudios Culturales. El aporte de Althusser fue precisamente señalar que los elementos de la formación social no “se reflejan” unos a otros (como en el esquema de una base reflejada en la superestructura) sino que tales elementos se “sobredeterminan”, afectándose mutuamente – “[...] lo que ya en sí mismo constituye una inmensa revolución teórica” (Hall 1985, p. 97).¹¹ Para Hall, este es el punto en que el pensamiento de Gramsci y los primeros trabajos de Althusser contribuyeron al método de los Estudios Culturales en la pregunta por la manera en que los distintos niveles se conectan.

Los niveles se conectan en una “no necesaria correspondencia”, punto desde el cual Hall (1985) se aparta de dos visiones reduccionistas. En primer lugar, se aparta de aquella que sostiene la “necesaria correspondencia” entre un plano o nivel de cierta formación social con otro plano o nivel dentro de la misma formación social o en otra diferente. En segundo lugar, se aparta del enfoque de una “necesaria no correspondencia” entre las características del fenómeno (digamos la identidad) con respecto a la clase social y con respecto a la ideología. De este modo, al igual que Gramsci, Hall señala el peligro del reduccionismo de clase, pero sin que esto lo lleve a rechazar la cuestión de clase. De lo que se trata es de comprender cómo se da tal articulación.

A partir de aquí, se puede conceptualizar la hegemonía como una articulación entre los niveles de la formación social que, dadas ciertas condiciones, se expresa en el consenso desde el cual un sector de la sociedad

¹¹ En el original: “[...] that in itself constitutes an immense theoretical revolution.” (Hall 1985, p. 97).

extiende su visión particular del mundo, aunque de modo contradictorio, al terreno del sentido común, “el terreno de las concepciones y categorías sobre las cuales se forma realmente la conciencia práctica de las masas” (Hall 1996a, p. 431).¹² Corresponde entonces analizar (a nivel teórico) la hegemonía como una articulación que permite ejercer el poder desde el consenso, y, a la vez, construir (a nivel político-teórico) una nueva hegemonía. Para Hall es esta comprensión del pensamiento como praxis (que articula lo teórico y lo político) la base fundamental del trabajo del intelectual orgánico.

Finalmente, se podría señalar que el pensamiento de Gramsci contribuye a los Estudios Culturales en tanto ubica el estudio sobre la raza y la etnicidad por fuera de las formas de “la tradición” como recurso premoderno para otorgar identidad. Si por identidad entendemos el sentido del conjunto de acepciones históricas que forman nuestros esquemas interpretativos del mundo, la tradición comporta un pasado que es fuente de normas y creencias que se traducen en formas de legitimación. En sentido gramsciano, la tradición legitima el ejercicio del poder y la autoridad (mediante características legales o carismáticas).

El pensamiento de Gramsci, señala Hall, implica considerar la especificidad histórica en la que se dan las prácticas de racismo, así como las condiciones nacionales y regionales para su desarrollo. Quizás, el tema más sensible tiene que ver con la difícil articulación entre las condiciones de raza y clase. Sin ser nada fácil, el punto de partida de Gramsci es pensar la articulación entre ambas dentro de las “cualidades particularmente específicas de las formaciones de clase en cualquier sociedad históricamente específica” (Hall, 1996a, p. 436) y a la vez reconocer el carácter no homogéneo del sujeto; pensar la articulación de sujetos que son víctimas de mistificaciones producto de la ideología; y contar con el trabajo intelectual que también es trabajo político. Sugiero que es éste el aspecto en el que Stuart Hall es plenamente gramsciano, al asumir la

¹² En el original: “the terrain of conceptions and categories on which the practical consciousness of the masses of people is actually formed.” (Hall, 1996a, p. 431).

tarea intelectual orgánicamente, consciente de su carácter político (toda teoría de la cultura implica una teoría del poder), y con la exigencia de “comprender mejor que los intelectuales tradicionales” (Hall, 1996a, p. 433) a fin producir articulaciones que faciliten las transiciones entre niveles de la formación social.

Análisis de la crisis (I): el lugar del racismo en la transición al neoliberalismo

El concepto de raza es central en toda la obra de Stuart Hall. Sin embargo, es fundamental en el análisis de la crisis como fenómeno social, especialmente en el trabajo seminal de los Estudios Culturales, *Policing the crisis* (Hall; Critcher; Jefferson; Clarke; Roberts, 2013). Tal obra es resultado del esfuerzo de los autores por comprender un momento de transición entre dos coyunturas. En primer lugar, se encuentra la coyuntura del Estado de Bienestar construido por la social democracia. Esta, como propuesta política, intentó resolver la contradicción entre capital y trabajo a través de una redistribución del crecimiento económico. En los años 1960, la economía inglesa empezó una recesión que significó la desestabilización de las garantías provistas por el Estado (Jhally, 2016; Mellino, 2018). A esto se puede añadir que en esa década se instauró la propagación de un discurso que caracteriza al Estado, y su rol protagónico en la economía, como una “forma de intromisión” en la vida de las personas. Tal discurso tuvo como finalidad contraponer el modelo social demócrata de sentido keynesiano (Hall, 1988b).

El trabajo realizado por Hall y colegas (2013) es un análisis de la crisis contemporánea y a la vez es “una historia del presente”. Una perspectiva interesante de temporalidad caracteriza a *Policing the crisis*: el análisis de la situación concreta de la sociedad inglesa en los años 1970, ubicada en el medio de un cambio de modelo económico y también del desbalance de valores que habían mantenido cohesionada a la sociedad inglesa desde los tiempos de su propia constitución imperial/imperialista. La combinación de

estos niveles en el análisis (crisis política y crisis de identidad) es lo que hizo posible que este libro diera cuenta de las condiciones para el surgimiento del Thatcherismo (Jhally, 2016).

Tal como declara el propio Hall (Jhally, 2016, p. 332-333), *Policing the crisis* no sólo fue el resultado de una escritura grupal, sino que posicionó un método de análisis de la coyuntura. Si bien no hay “aplicación” posible de *Policing the crisis*, sí hay una posibilidad de adecuación de su método a la coyuntura actual.

No obstante, la clave de entrada para tal análisis es el fenómeno del *mugging* (i.e. asalto), el cual funcionó como punto de cohesión para comprender la crisis política y moral que estaba detrás de lo que se pretendió construir como una *crime crisis*. Para situar la llamada “crisis de crimen” o “crisis de seguridad”, los autores traen a colación el episodio acerca de las desproporcionadas sentencias a tres jóvenes negros en los tribunales de justicia por *mugging* (Hall et al. 2013, p. xii-xiii). Para esos autores tales “aleccionadoras” sentencias expresaban una desintegración del orden político-moral de la sociedad, de tal modo que la crisis del crimen no es sino la crisis en cuanto desestabilización de certezas económicas, políticas y culturales.

La revisión de las estadísticas sobre el crimen reveló que el término *mugging* no era utilizado para la tipificación de ningún delito (lo que sí existía era la expresión “robo con violencia”), de tal modo que *mugging* fue un término acuñado por los medios de comunicación que, a su vez, generaba las condiciones para la propagación mediática de la “dureza” con la que los “criminales” serían tratados por la justicia inglesa (Hall et al., 2013, p. 17). De este modo, *Policing the crisis*, revela la manera en que, aún cuando no exista una evidencia concreta que permita hablar del ascenso del crimen (de hecho, el número de delitos en ese momento iba en disminución), el proceso de producción de diferentes etiquetas permite una articulación que hace sentido de la situación pues “ellas [las etiquetas] no solo colocan e identifican esos eventos, sino que asignan eventos a un

contexto. De ahí que, es probable que el uso de la etiqueta movilice todo un contexto referencial [...]” (Hall et al. 2013, p. 23).¹³

La creación del término *mugging* permitió el etiquetamiento de la crisis. Sin embargo, no puede ser absolutamente casual que sea el término *mugging* y no otro, pues, para los autores, *mugging* es producto de una importación de etiquetas (an *export-import trade in social labels*) entre los Estados Unidos y Gran Bretaña (Hall et al. 2013, p. 31). En los Estados Unidos existía ya un antecedente transnacional del fenómeno del *mugging*, precisamente porque la crisis de condiciones económicas y sociales de los Estados de bienestar (aún con sus diferencias) empezaba a revelar su carácter global. Sin embargo, el análisis de los procesos de etiquetamiento revelaba el carácter profundo de la crisis: un proceso de naturalización de la diferencia, de atribución inflexible de características criminales a aquellos sujetos que no representaban el cuerpo íntegro de los valores tradiciones de las sociedades del primer mundo. *Mugging* no sólo fue una etiqueta nueva, con la que se pretendía explicar lo que en realidad se buscaba ocultar, sino que fue el término que permitía la fusión de las expresiones de ansiedad de una sociedad en transición.

No obstante, el estudio de Hall et al. (2013) incorpora un elemento que hasta el presente no se había considerado central en el análisis de la crisis: cómo la raza aparece conectada a la política. Esto destaca la particularidad, no sólo del aspecto económico de la coyuntura, sino del tipo de sociedad que experimentaba la transición. Hall no considera el racismo como el punto de partida de la explicación del comportamiento de la prensa, los juzgados y de la “opinión pública” hacia un sector especial de la población (particularmente la gente negra y la gente de color, y dentro de ella, especialmente los jóvenes), sino que, tomando el camino del análisis de los presupuestos sobre los que se funda la identidad cultural inglesa (su carácter respetuoso, bondadoso etc. – eso que se llama “*englishness*”)

¹³ En el original: “They [*the labels*] not only place and identify those events; they assign events to a context. Thereafter the use of the label is likely to mobilize this whole referential context [...]” (Hall et al. 2013, p. 23).

puede demostrar cómo se integra el problema de la raza en lo político. De esto es de lo que se trata: la denuncia del racismo como punto de partida del análisis, no permitiría ver cómo la raza funciona como medio de explicación, comprensión y resolución de una crisis en una coyuntura específica. Hall et al. (2013) no llegan sólo a identificar el problema racial, sino cuáles son sus fuentes. No se trata de una patología particular presente en cada individuo, se trata del carácter que una formación social adquiere en una coyuntura específica.

Los jueces asumieron la tarea de “enviar un mensaje” a la sociedad sobre la dureza con la que serían tratados los *mugglers* y a la vez reprodujeron en sus sentencias el discurso sobre una sociedad fuera de control, de que es necesario atacar la “permisividad social” [*social permissiveness*] (Hall et al. 2013, p. 35-36), y asumen la tarea de administrar la ansiedad, de “resolver la crisis”: ellos construyen una causa (i.e. *the mugging*) para poder entonces orientar la crisis en un sentido específico (el desarrollo del estado de excepción). El discurso de los jueces pretendió identificar “el origen” de la crisis con el propósito de resolverla, pero en esta operación existe un paso necesario: el paso de la ansiedad (provocada por el “pánico moral” que suscita el *mugging*) al paso de la concesión de una política de control sobre la libertad de las personas.

No obstante, siguiendo a Hall et al. (2013), se podría decir que tal concesión no se realiza en términos abstractos, sino en términos totalmente históricos: son precisamente aquellos que “ponen en peligro” la supuesta “identidad homogénea” del pueblo inglés los que deben ser vigilados. Es decir, tal concesión de libertad, tal estado de excepción implica el develamiento del carácter racialmente estructurado de las instituciones y organismos públicos de la sociedad. La seguridad consistirá entonces en proteger al “pueblo inglés” de la “gente endemoniada” (*folks devils*) (Hall et al. 2013, p. 159-163), en proteger a “los ingleses” de aquellos que no son “reservados” emocionalmente – no tienen una moralmente deseable “reserva emocional”, cuyo estruendo opera como una perturbación, no solo para

los ingleses de élite, sino para cualquier partícipe de la *englishness* (p. 155). La “seguridad”, la demanda por “protección” avanzó en una línea racista.

Tal situación es la que se logra revelar en *Policing the crisis*. Si la única novedad del fenómeno *mugging* fue la aparición del término en sí mismo, esto se debe a la prehistoria de tal fenómeno: la identificación de perfiles y el encarcelamiento de jóvenes negros era un proceso que tenía un lugar (físico, con implicaciones materiales, sobre los cuerpos concretos) en la sociedad de inicios de 1970 (Hall et al. 2013, p. 54-55). *Mugging* permitió nombrar la manera en la que el poder “articuló” raza y política.

Esto supone que la manera de entender la crisis en *Policing the crisis* trasciende los análisis limitados de varios sectores de izquierda, que consideran como únicamente válidas las identificaciones de clase. En la sociedad inglesa de finales de 1960 e inicios de 1970, se daba una crisis de transición, el paso de una coyuntura (marcada por el proyecto del Estado de Bienestar) a otra (el surgimiento de las condiciones favorables para el neoliberalismo – para Hall, una de estas condiciones es la concesión que hacen los sujetos para la conformación de un estado de excepción).

La crisis de la identidad inglesa, como conjunto de elementos axiológicos fusionados coherentemente (Hall et al. 2013, p. 142-145) decantó en que cada evento de la cotidianidad estuviera conectado con la transformación económica-social (pasar de ser imperio a ser “una sociedad más” en Europa), y con el dejar de ser una sociedad blanca a ser una sociedad multicultural. La conexión de estas dos expresiones de la transición tiene lugar en el problema racial que subyace a fenómenos sociales “emergentes” (e.g. el *mugging*). No se trata de decir que el *mugging* es una pantomima, sino de señalarlo como trabajo discursivo, como un trabajo producido desde de la articulación de contradicciones de orden económico, social y cultural. La crisis desemboca en una sociedad precipitada hacia el racismo como única salida a la ansiedad causada por las mutaciones del capitalismo.

El análisis en *Policing the crisis* conecta con lo planteado en la sección anterior acerca del carácter gramsciano del trabajo de Hall. Su concentración en lo concreto y sus diferentes determinaciones se realiza a tal nivel teórico

que permite la vuelta a la lectura de lo concreto con una comprensión mayor y, a la vez, permite ver más allá de la situación concreta. No cabe duda de una sensibilidad que va de Gramsci a Althusser en el texto y que queda expuesta en la centralidad del concepto de “coyuntura”. De esta manera, se puede ver cómo Hall, Critcher, Jefferson, Clarke y Roberts (2013) ponen a funcionar el concepto de coyuntura, precisamente a través de la adición de las diferentes determinaciones de la situación analizada, el momento específico de una formación social en el que confluyen las contradicciones (culturales y de clase) con los antagonismos (políticos).

La significativa presencia del concepto de articulación para captar el trabajo que el poder judicial, el poder policial y el poder mediático realizan a nivel de la estructura social dice de la manera en que, en el período de crisis, la articulación existente de sensibilidades, expectativas, valores, tradiciones, empieza a ceder paso a otras formas de articulación. La sobre-determinación de una formación social, específica en sentido histórico, genera rupturas en la articulación significativa de un orden económico y social, produciendo la oscilación entre periodos de estabilidad y periodos de profunda conmoción.

Policing the crisis construye un argumento en torno a la crisis de hegemonía de la social democracia. Su base social, con su propio sentido común, empezó a ser puesta de lado debido a una acumulación de contradicciones (Hall et al., 2013). De este modo, los autores asumen, vía Gramsci, que las nociones asentadas acerca de la política empiezan a verse desplazadas por el problema material concreto, en el que las transformaciones económicas (entre 1945 y 1960) giran drásticamente del modelo de la seguridad social y la redistribución, hacia un modelo basado en el recorte de los salarios (Hall et al., 2013). Este movimiento económico constituye, pues, el contexto, la primera instancia, de la crisis política en la que concentrarán su análisis. El *mugging* es, al final, una nueva articulación de contradicciones raciales, económicas y políticas que emerge en un período de transición.

Análisis de la crisis (II): la producción del sentido común neoliberal

El análisis que Hall realiza del gobierno de Margaret Thatcher en *The toad in the garden: Thatcherism among the theorists* (1988b), así como la serie de ensayos escritos entre 1978 y 1988 reunidos en *The hard road to renewal. Thatcherism and the crisis of the left* (1988a), plantean un análisis de las condiciones previas y del modelo que se instaura en Inglaterra a partir de 1979, que venía gestándose desde la crisis del Estado de Bienestar que Hall et al. (2013) habían planteado anteriormente.

Lo que permite a Hall analizar el fenómeno del Thatcherismo – y no “el gobierno de Margaret Thatcher” –, es que contempla a “Thatcher más allá de Thatcher”. Esto significa que Thatcher (*the Prime Minister*) es la expresión de una confluencia mayor de elementos que se encuentran instalados en el sentido común de la población y más allá del personaje o partido que gana las elecciones. Así, Thatcher es el sujeto que enuncia el discurso que sostiene un proyecto social y económico que, para instalarse, requiere desmontar el sentido común que había construido la social democracia desde la época de la posguerra.

De este modo, Hall identifica el poder político no únicamente como “tomar el Estado” sino en su conducción atada a la medida en que produce hegemonía. Tal operación implica lograr la conducción de los medios de comunicación (no haciéndolos parte de la propiedad de la fuerza política sino “determinando” sus contenidos), lograr que el trabajo intelectual responda al proyecto político-cultural, y lograr la administración de las instituciones de acuerdo a determinados fines políticos. Según Hall, a través de estos medios, y no exclusivamente de ellos, se construyó un proyecto hegemónico al que se puede denominar Thatcherismo, pues no sólo dependió de la voluntad de Thatcher sino del restablecimiento de la “correlación de fuerzas” entre lo que Thatcher representa y el sentido común que había construido la socialdemocracia.

Si el Thatcherismo logró ser una fuerza transformadora, es porque en su discurso se manifestaron al menos dos elementos claros: (i) la lectura de la crisis de hegemonía que tenía la social democracia y que, en buena medida, se debía a la crisis económica ocasionada por el término de un ciclo de crecimiento económico, y (ii) la capacidad de apropiarse del discurso de la izquierda para utilizarlo como justificativa del proyecto neoliberal y neo-imperialista. Esto último, que podríamos denominar la “usurpación simbólica de la izquierda” forma parte de la estrategia de instauración de un nuevo sentido común, esta vez neoliberal, que logra la combinación de elementos arraigados en el imaginario de la población inglesa (familia, deber, honor) con la “renovación” que proponía el neoliberalismo.

La renovación propuesta por el neoliberalismo de Thatcher giraba en torno a la idea de libertad. Se trata de una idea de libertad (entendida como la no intromisión del Estado en la vida de los ciudadanos) que se opone a la igualdad (como algo que se puede conseguir a través de las políticas sociales). No obstante, para Hall, el Thatcherismo encuentra también un fundamento en el “lado inconsciente” de la sociedad inglesa, un aspecto reprimido pero que sale a la luz cuando se ve representado a sí mismo en el discurso del otro: la necesidad de castigarse a sí mismo por el bienestar que se ha proporcionado. Esto que Hall llama, creo que metafóricamente, el “masoquismo” (Hall, 1988a, p. 166) de la sociedad inglesa, constituye pues una contradicción. El éxito de Thatcher está en sintetizar esa contradicción, ese nivel subjetivo de la crisis, desde la promoción de un determinado tipo de sujeto: el sujeto de la libertad concedida por el “nuevo proyecto neoliberal”.

No significa entonces que exista efectivamente un inconsciente colectivo sino que precisamente, lo que logra Thatcher es encausar la voluntad colectiva hacia su proyecto (o el proyecto político que ella representa). De tal manera que, la voluntad colectiva sólo puede conformarse en los marcos de este proyecto. Si existe algún disenso, se hará también dentro de estos marcos. Así, su hegemonía no consistió en anular las expresiones sociales que no se enmarcan en el proyecto neoliberal, sino que todo proceso de

voluntad colectiva se hiciera en los términos de la hegemonía, es decir, dentro del sentido común neoliberal.

Para Hall, Thatcher puso en marcha un razonamiento que la izquierda británica no fue capaz de emprender. Aquel razonamiento que asume que la hegemonía del neoliberalismo se consolida en el plano de la subjetividad, que la hegemonía no consiste en la manipulación de la verdad (o de la realidad, o de los sujetos) sino en su producción.

En la particular coyuntura de la sociedad inglesa, Thatcher logró aprovechar la situación geopolítica para agregar determinaciones a su particular contexto: manejar un discurso provisto de términos de izquierda en la disputa por las islas pertenecientes al mar territorial argentino (las Islas Malvinas) (Hall, 1988a). Thatcher logra ejercer un gobierno a favor de la autoridad de los mercados y a la vez contar con el respaldo popular construyendo un discurso que aglutine diversos sectores de la sociedad inglesa con un mismo mensaje que integró el sentido colonialista de esa sociedad, con los contenidos de la lucha de la izquierda. Dice Hall (1988a, p. 72):

el Thatcherismo ha literalmente robado de la boca [*de la izquierda*] los eslóganes de autodeterminación nacional y antifascismo. La soberanía del pueblo, el derecho a la autodeterminación, la debilidad de los dictadores, la maldad de las juntas militares, la antorcha de la libertad, el gobierno de la ley internacional y la cruzada antifascista: en una espantosa pero conveniente ventriloquía, éstos han sido elevados en el asta de la derecha¹⁴

Los *insights* gramscianos de Thatcher tienen que ver con su capacidad para responder a la decepción real de las personas en la práctica cotidiana de “enfrentarse” al Estado (a su lógica burocrática, a sus políticas de impuestos), construyendo un antagonismo entre “El Estado” y “la gente”.

¹⁴ En el original: “Thatcherism has literally stolen the slogans of national self-determination and anti-fascism out of mouths. The sovereignty of people, the right of self-determination, the wickedness of dictators, the evil of military juntas, the torch of liberty, the rule of international law and the anti-fascist crusade: in a hideous but convenient ventriloquism, they have been run up the flagpole of the right.” (Hall, 1988a, p. 72).

Esta lógica del “ellos” (El Estado) vs. “nosotros” (el pueblo inglés) es pues una construcción discursiva. Hall, siguiendo a Laclau (1977), coincide en que el “pueblo” como tal no existe, sino que se construye precisamente a través de la articulación de diferentes lógicas discursivas “en” y “a través de” diferentes prácticas de clase (Hall, 1988a). Entonces, tal articulación no responde exclusivamente a demandas económicas, sino que emergen del bagaje de ideas en las que las cosmovisiones, tradiciones y valores se han consolidado en el propio proceso de construcción de una identidad. En el caso de Thatcher, Hall adoptará el término “populismo autoritario” para nombrar “las maneras en las que el campo de la moralidad popular ha sido rearticulado en un periodo de crisis alrededor de temas tales como el crimen, disciplina y orden social” (Hall, 1988a, p. 138).

El desarrollo de una lectura gramsciana del Thatcherismo no se da porque ésta fuera la única vía posible para comprenderlo sino porque, en su análisis, demuestra las limitaciones del análisis tradicional de la izquierda que, por reposar en la esperanza de la configuración de la “última instancia” del desarrollo histórico, no puede considerar cómo opera la situación concreta en la cual lo económico interactúa con todo tipo de factores. A la vez, el análisis gramsciano de Hall permite mantener dentro del marxismo su potencial metódico para el análisis de las transformaciones sociales, en Inglaterra y más allá.

Conclusión: comprender la crisis

Policing the crisis tiene el valor de ayudar a analizar aquello que inicialmente aparece como invisible: las conexiones profundas entre la cultura y la economía, entre la política y la diferencia racial. Tal como hicieron los autores al develar que la institución policial había trabajado ya con presupuestos de naturalización entre condición racial y crimen (antes de que apareciera el *mugging* como etiqueta), el análisis de la coyuntura implica siempre integrar el análisis del pre-texto (como aquello que está antes del texto, de la etiqueta, de “la solución a la crisis”). No es posible

un fenómeno (e.g. el pánico moral) sin las experiencias pre-discursivas que ligan en sentido económico y político a los distintos actores que integran el orden social. De aquí que un análisis en la línea de *Policing the crisis* consista en analizar cómo se construye la *ruptural unity* que fusiona contradicciones y antagonismo. Tal *ruptural unity* se expresa en el repertorio compartido por distintos poderes legitimados con aquellos sujetos que experimentan cotidianamente la desestabilización de todos sus supuestos.

Desde el análisis del Thatcherismo se concluye que, en el capitalismo neoliberal, ningún proyecto político se puede sostener únicamente a partir de una base económica, sino que requiere ser un proyecto cultural. Así, este análisis de la coyuntura exige a la izquierda una renovación de su lenguaje, asumiendo la lucha en el plano de producción de ideas que articulen los valores existentes a proyectos políticos “donde podamos comenzar la disputa histórica sobre lo que un nuevo tipo de civilización debe ser” (Hall, 1988a, p. 173).¹⁵ Esto implica también, alejarse del discurso nostálgico (lo inmediato anterior es pues la social democracia – que, para Hall, es una cara más amable del capitalismo), y proporcionar vías de identificación de la población, en la cual libertad e igualdad se comprendan en el marco de justicia.

Esto es quizá lo que Jordan T. Camp (2016) confronta en *Incarcerating the crisis. Freedom struggles and the rise of the neoliberal State*. Si bien en el siglo XXI “la retórica ‘ciega al color’ [color-blind rhetoric] de la seguridad, la ley, y el orden ha sido efectiva generando el consenso para el despliegue de soluciones carcelarias ante las crisis de hegemonía del estado neoliberal” (Camp, 2016, p. 11),¹⁶ es también importante, reconocer los procesos de resistencia desde abajo que se ligan a la tradición de movimientos de liberación y que impiden cerrar el círculo de la totalidad de la dominación.

¹⁵ En el original: “[...] where we can begin the historic quarrel about what a new kind of civilisation must be.” (Hall, 1988a, p. 173).

¹⁶ En el original: “the color-blind rhetoric of security, law, and order has been effective in winning consent to the neoliberal state’s deployment of carceral resolutions of crises of hegemony.” (Camp, 2016, p. 11).

Los movimientos de izquierda no pueden reposar en la “ilusión del intelectual”, esperando que “surja” la conciencia como resultado de la agudización espontánea de las contradicciones. Por el contrario, el pueblo debe ser construido en la articulación de un nuevo sentido común. Si Thatcher logró producir “unidad en la diversidad” es porque sus ideas lograron permear las instituciones y también la sociedad civil. La izquierda tendrá que recuperar sus términos, pero llenándolos de nuevos significados y tendrá también que generar una nueva poética de la transformación.

Jorge Daniel Vásquez es Doctor en Educación y PhD(c) en Sociología (Universidad de Massachusetts). Profesor Titular en la Pontificia Universidad Católica del Ecuador.
✉ jdvasequez@umass.edu

Referencias

1. ALTHUSSER, Louis. **For Marx**. Londres: Verso, [1965] 2005.
2. CAMP, Jordan T. **Incarcerating the crisis**. Freedom struggles and the rise of the neoliberal State. Oakland: University of California Press, 2016.
3. ENGELS, Frederick. Engels to Joseph Bloch. 21-22 September. In: **Karl Marx and Frederick Engels**: Collected works 49. Nueva York: International Publishers, [1890] 2002. p. 33-35.
4. GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison notebooks**. Nueva York: International Publishers, 1971.
5. HALL, Stuart. **Cultural studies 1983: a theoretical history**. Durham: Duke University Press, [1983] 2016.
6. HALL, Stuart. Gramsci's relevance for the study of race and ethnicity. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (eds.). **Stuart Hall**. Critical dialogues in cultural studies. Londres: Routledge, [1986] 1996a. p. 411-439.
7. HALL, Stuart. The problem of ideology: Marxism without guarantees. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (eds.). **Stuart Hall**. Critical dialogues in cultural studies. Londres: Routledge, [1985] 1996b. p. 25-46.
8. HALL, Stuart. **The hard road to renewal**. Thatcherism and the crisis of left. Londres: Verso, 1988a.

9. HALL, Stuart. The toad in the garden: Thatcherism among the theorists. *In*: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (eds.). **Marxism and the interpretation of culture**. Urbana and Chicaco: University of Illinois Press, 1988b. p. 35-73.
10. HALL, Stuart. Signification, representation, ideology: Althusser and the post-structuralist debates. **Critical Studies in Mass Communication**, v. 2, p. 91-114, 1985.
11. HALL, Stuart. Re-thinking the 'base and superstructure' metaphor. *In*: BLOOMFIELD, Jon (ed.). **Class, hegemony and party**. Londres: Lawrence & Wishart, 1977. p. 43-72.
12. HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. **Policing the crisis**. Mugging, the State and law & order. Londres: Palgrave Macmillan, [1978] 2013.
13. HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony. **Resistance through rituals**. Youth subcultures in post-war Britain. Londres: Routledge, 1976.
14. JHALLY, Sut. Stuart Hall: the last interview. **Cultural Studies** v. 30, n. 2, p. 332-345, 2016. doi: 10.1080/09502386.2015.1089918
15. LACLAU, Ernesto. **Politics and ideology in Marxist theory**. Londres: Verso, 1977.
16. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **The German ideology**. Londres: Lawrence & Wishart, [1845] 1970.
17. MARX, Karl. El dieciocho brumario de Luis Bonaparte. *In*: **C. Marx/F. Engels, obras escogidas**, Moscú: Editorial Progreso, [1852] 1969. p. 97-185.
18. MARX, Karl. **El Capital**. Crítica de la economía política. v. I. México: FCE, [1867]1946.
19. MELLINO, Miguel. Apuntes sobre el método de Stuart Hall. Althusser, Gramsci y la cuestión de la raza. **Revista de Estudios Sociales** v. 64, p. 89-105, 2018. doi: 10.7440/res64.2018.07

Recibido: 17 feb. 2020
Aprobado: 27 mayo 2020

<http://doi.org/10.1590/15174522-102859>

Impacto da pandemia de Covid-19 ao sistema social e seus subsistemas: reflexões a partir da teoria social de Niklas Luhmann

Léo Peixoto Rodrigues* 

Everton Garcia da Costa** 

Resumo

Este artigo tem como objetivo tecer algumas reflexões, a partir de uma abordagem sociológica, acerca do impacto da pandemia de Covid-19 sobre o funcionamento dos sistemas e subsistemas sociais. Para levar a cabo esta proposta, nos ancoramos nos pressupostos teórico-epistemológicos da teoria social desenvolvida pelo sociólogo alemão Niklas Luhmann, principal expoente do pensamento sistêmico nas Ciências Sociais. Defendemos o argumento de que a pandemia do novo coronavírus causa uma perturbação sistêmica que impacta profundamente o funcionamento de toda a sociedade global, bem como, por seus sistemas e subsistemas sociais, impõe uma série de desafios à reprodução da vida social.

Palavras-chave: Covid-19, sociedade, sistemas sociais, Luhmann.

* Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Pelotas, RS, Brasil.

Impact of the Covid-19 pandemic on the social system and its subsystems: reflections from Niklas Luhmann's social theory

Abstract

This article aims to make some reflections, based on a sociological approach, about the impact of the Covid-19 pandemic on the functioning of social systems and subsystems. To this end, we draw on the theoretical-epistemological assumptions of the theory of society developed by the German sociologist Niklas Luhmann, the main representative of systemic thinking in the Social Sciences. We argue that the new coronavirus pandemic causes a systemic disturbance that has a profound impact on the functioning of the entire global society, as well as on its social systems and subsystems, imposing a series of challenges on the reproduction of social life.

Keywords: Covid-19, society, social systems, Luhmann.

Introdução

Em dezembro de 2019, a China comunicou à Organização Mundial da Saúde (OMS) a descoberta de uma nova doença causada por um tipo de coronavírus que causa síndromes respiratórias graves em humanos. No início, a doença foi claramente subestimada pelos governos e autoridades internacionais de saúde. Em janeiro, o governo chinês afirmou que o vírus recém-descoberto apresentava baixo risco aos humanos – muito embora tenha ordenado o isolamento completo da cidade de Wuhan, onde a doença teria surgido. A OMS, por sua vez, à época, afirmou ser cedo para falar em uma emergência de saúde pública, elevando a situação para o *status* de pandemia apenas no dia 9 março daquele ano. Poucos dias depois, ainda neste mês, o novo coronavírus mostrava ao mundo a sua gravidade, colapsando o sistema de saúde italiano, levando centenas de pessoas a óbito a cada dia. Até o momento em que este artigo foi finalizado (março

de 2021), a Covid-19 já contaminou mais de 117 milhões de pessoas no planeta, levando 2,6 milhões a óbito – 266 mil apenas no Brasil.¹

Diante da gravidade dessa crise sanitária global, o objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de reflexão acerca da pandemia de Covid-19, à luz da teoria dos sistemas sociais luhmanniana. Mais precisamente, o intuito consiste em apresentar as vantagens desse modelo teórico para a compreensão dos impactos da pandemia sobre o funcionamento dos sistemas sociais, estabelecendo o terreno para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisas futuras.

Além desta introdução, o texto está dividido em outros três momentos: primeiro, fazemos uma breve apresentação de algumas das principais noções do vasto arcabouço conceitual luhmanniano; na sequência, são estabelecidos os elementos teóricos que nos permitem construir uma reflexão sociológica a respeito dos impactos da pandemia sobre o funcionamento dos sistemas e subsistemas sociais; finalmente, à luz desses elementos, procuramos demonstrar como o dito modelo teórico pode ser aplicado na análise do impacto empírico da crise pandêmica sobre os sistemas e subsistemas da sociedade.

A sociedade pela ótica sistêmica

O objetivo desta seção é tecer algumas reflexões acerca dos principais pressupostos teóricos e epistemológicos relacionados à teoria dos sistemas

¹ Consideramos importante ressaltar aqui que este artigo começou a ser escrito logo no começo da pandemia, mais precisamente, em março de 2020. Aquele era ainda um momento de muitas incertezas quanto aos rumos da pandemia no mundo e no Brasil (o número de óbitos no planeta era de 700 mil, enquanto hoje já passa de 2,6 milhões). Não sabíamos, por exemplo, quando teríamos acesso a uma vacina e tampouco sobre o impacto real da pandemia nos países mais pobres, posto que era o instante em que as primeiras medidas de distanciamento social começavam a ser adotadas. No decorrer de 2020, como sabemos, a pandemia tomou contornos dramáticos, não apenas no que diz respeito ao número oficial de óbitos e de infecções, mas também no impacto causado às economias nacionais pelo distanciamento social. De lá para cá, surgiram novas ondas de contaminação, descobriram-se novas cepas do Sars-Cov-2 e teve início a vacinação. Com efeito, ao longo processo de avaliação e edição deste manuscrito, os dados apresentados tiveram de ser atualizados – mais de uma vez – antes da publicação do artigo. No entanto, frisamos que as ideias que sustentam a argumentação foram germinadas “no olho do furacão”, isto é, no princípio da pandemia de Covid-19.

sociais desenvolvida pelo sociólogo alemão Niklas Luhmann. Não se trata, no entanto, de descrever pormenorizadamente o vasto arcabouço conceitual luhmanniano, algo que já fizemos em outros trabalhos (Rodrigues; Neves, 2012; 2017; Rodrigues, 2008; Costa, 2018). Antes disso, o intuito aqui é tão somente apresentar o modo como a sociedade moderna é vista à luz do pensamento teórico do referido autor para, ao fim e ao cabo, demonstrar empiricamente, através de dados secundários até então disponíveis, o impacto que a pandemia vem causando aos diferentes sistemas e subsistemas sociais, sobretudo se for levado em conta o distanciamento social imposto pela Covid-19.

O modelo teórico desenvolvido por Luhmann (1997; 1998; 2006) é uma teoria da diferença, mais precisamente, um modelo explicativo que procura investigar sociologicamente a diferença que existe entre *sistema* e *entorno*. Por sistema, entenda-se toda unidade que consegue se (auto)diferenciar do ambiente (entorno) no qual está inserida, mantendo um determinado padrão de funcionamento. O pensamento sistêmico possui uma larga tradição nas ciências sociais, começando com o trabalho pioneiro de Pareto, *Tratado de sociologia geral*, publicado em 1916, avançando com a obra de Parsons, *O sistema social*, em 1951, até a publicação da obra paradigmática de Luhmann, *Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral*, em 1984.² Vale destacar aqui que Luhmann dedicou toda a sua carreira acadêmica como professor da Universidade de Bielefeld à construção de um modelo sociológico cujas ferramentas conceituais lhe permitissem observar e explicar o funcionamento da sociedade moderna, concebida como um entremeado de sistemas e subsistemas³ de comunicação. A importância de Sistemas sociais está no giro epistemológico empregado pelo autor ao pensamento sistêmico social, a partir da apropriação do conceito de *autopoiesis* desenvolvido na segunda metade do século XX pelos biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela.

² Para o conhecimento de aspectos da reconstrução dessa história, ver Rodrigues (2013; 2014).

³ Os subsistemas devem ser observados como “ambientes” dos sistemas sociais, isto é, como “sistemas parciais”, diferenciações funcionais que os sistemas fazem ao longo de seu processo evolutivo. A ciência moderna, por exemplo, encontra-se diferenciada em um incontável número de disciplinas que operam como subsistemas: química, física, biologia, sociologia etc. Apesar de estarem inseridos num “sistema mais amplo”, os subsistemas possuem sua própria autopoiese, atuando como entorno para o sistema do qual fazem parte.

Maturana e Varela caracterizam como sistema autopoietico aquele capaz de produzir, ele próprio, os elementos pelos quais é constituído, bem como de auto-organizar a rede de conexões internas entre esses elementos, num contexto de contínuas perturbações (ruídos) do meio (Maturana, 1987; Maturana; Varela, 1998). Sistemas autopoieticos, defendem os autores, são um tipo especial de sistema operacionalmente fechado – isso significa dizer que eles nunca interagem diretamente com o entorno (ou ambiente), mas somente através de “irritações”.⁴ O fechamento operacional permite ao sistema ter autonomia para ignorar determinadas perturbações (comunicações) e rechaçar outras. Há perturbações, no entanto, que, dada a sua magnitude, não podem ser simplesmente ignoradas ou rechaçadas. Muitas delas geram irritações que levam o sistema a se reorganizar internamente, no sentido de compensar (responder) os ruídos do entorno. Além disso, há ainda perturbações que, de tão severas, podem levar ao colapso (morte) do sistema. Conforme Maturana (1997) e Maturana e Varela (1998), os organismos vivos são sistemas autopoieticos e é dessa forma que eles interagem com o seu ambiente, ou seja, através de perturbações/compensação de perturbações.⁵

Luhmann (1998) dá novos rumos à teoria dos sistemas sociais ao se apropriar dessa noção criada no seio da biologia. Em sua abordagem, existem pelo menos três tipos de sistema com características autopoieticas: organismos vivos, sistemas psíquicos e sistemas da sociedade. É importante ter em mente, nesse contexto, que no escopo da teoria luhmanniana a sociedade não é constituída por indivíduos, como tradicionalmente ocorre

⁴ Termo técnico utilizado para a própria descrição de sistema autopoietico, e como ele se “relaciona com o ambiente”, proposto por Maturana e Varela (1980).

⁵ Do ponto de vista puramente biológico, segundo a teoria de Maturana e Varela (1998), um sistema auto-organizável/autopoietico é aquele que, não obstante necessita de um meio para se acoplar, consegue reconhecer este meio, adaptar-se a ele e assimilar as suas modificações, respondendo através da emergência (sempre a partir de seus próprios elementos) de novos estados de ordem os quais visam à sua perpetuação. Um vírus, suas infecções – utiliza células como hospedeiros, através de mecanismos de acoplamento estrutural – e suas mutações como auto-organizáveis é um adequado exemplo de sistema orgânico autopoietico. A teoria dos sistemas sociais autopoietica identificou essa mesma lógica em outros sistemas, tais como o psíquico e o social (Luhmann, 1998; 2006; 2016).

nas ciências sociais. Para Luhmann, a sociedade é constituída unicamente por comunicações e tudo aquilo que não o for deve ser observado como ambiente⁶ – os indivíduos, como sistemas psíquicos, constituiriam o entorno (ambiente) dos sistemas sociais. Por comunicação, o pensador alemão compreende um acontecimento emergente e improvável que se concretiza através da composição de três seleções: a) seleção do ato de comunicar; b) seleção da informação a ser comunicada; e c) seleção que ocorre no ato de entender (ou não) a informação e o ato de comunicar. Segundo Luhmann (2009; 2001), nenhum desses elementos, de forma isolada, pode constituir a comunicação, a qual só ocorre mediante sua síntese. Sobre isso, Rodrigues e Neves argumentam que a

comunicação é a operação própria dos sistemas sociais. É uma operação puramente social porque pressupõe o envolvimento de vários sistemas psíquicos sem que se possa atribuí-la exclusivamente a um ou outro desses sistemas: não pode haver comunicação individual. A comunicação cumpre, ademais, os requisitos da autopoiesis, ou seja, unidade, limite e capacidade de relacionar operações posteriores a partir de anteriores, ou seja, depende de si mesma para prosseguir. Com isso, Luhmann consegue indicar um *unit act* que caracterize os sistemas sociais, um ponto arquimédico para a observação do social, sem precisar recorrer a qualquer outro elemento *ad hoc* (Rodrigues; Neves, 2017, p. 90-91).

Com este argumento teórico, ou seja, ao defender que tudo aquilo que não é comunicação tem de ser visto como ambiente, Luhmann (1997a) desloca o ser humano, como foi mencionado, do centro para o entorno da sociedade. As comunicações, certamente, emergem a partir da interação (comunicativa) entre os indivíduos (sistemas psíquicos), no entanto, elas não podem ser reduzidas a nenhum deles em específico. E à medida que se conectam umas às outras, tem-se então a formação dos sistemas sociais – educação, política, ciência, arte, religião. Como salienta Stichweh (2012), a conectividade sequencial de um incontável número de comunicações leva

⁶ É importante ressaltar aqui que as comunicações podem ser também em torno umas das outras.

aos processos de formação de sistemas. Sob esse prisma teórico, a própria sociedade deve ser observada como um gigantesco sistema que aglutina todas as comunicações possíveis, diferenciando-se funcionalmente em um incontável número de sistemas e subsistemas sociais.

Cada sistema social desempenha uma função específica necessária ao funcionamento da sociedade – necessidade essa surgida no decurso evolutivo⁷ da vida social na era moderna. Nesse contexto, a educação, por exemplo, surge a partir do momento em que a sociedade moderna demandou um sistema específico para lidar com as operações pedagógicas, função que não poderia ser desenvolvida por nenhum outro sistema social, como a economia ou o direito, por exemplo, os quais já possuíam suas próprias funções. Também é preciso ter em mente que os diferentes sistemas sociais possuem sua própria autopoiese, de maneira que tudo aquilo que não é o próprio sistema tem de ser visto como entorno, inclusive os demais sistemas sociais. Além disso, cada um desses sistemas possui seus próprios ambientes internos, que podem ser vistos como sistemas parciais ou subsistemas. Desse modo, o sistema jurídico, por exemplo, está organizado em diferentes áreas: direito civil, penal, trabalhista, empresarial etc. Do mesmo modo, o sistema científico encontra-se diferenciado em um vasto número de disciplinas: química, física, matemática, biologia, sociologia etc. A isto, Luhmann (2006) chamou de “diferenciação funcional”.

Os sistemas e subsistemas sociais possuem relativa autonomia para organizar seus processos internos, para compor e decompor seus componentes estruturais, bem como para reorganizar/reestruturar a relação entre esses. Cabe reiterar que tais sistemas nunca interagem diretamente entre si, mas somente através de irritações. Isso não significa dizer, no entanto, que eles operem de forma isolada. Pelo contrário, à medida que as relações sociais se tornaram mais imbricadas e complexas no mundo

⁷ Luhmann (1998; 2006; 2016) ressemantizou e admitiu o termo “evolução” da sociedade, mas de forma complexa e diferente da clássica e reducionista ideia de “darwinismo social”, que ainda perdura negativamente em algumas abordagens de teoria sociológica contemporânea.

globalizado, os sistemas sociais passaram a funcionar cada vez mais acoplados estruturalmente uns aos outros, de modo que o efetivo funcionamento de um sistema depende da operação dos demais que estão ao seu redor. Mudanças estruturais ocorridas dentro de um único sistema social podem gerar uma rede de perturbações sobre outros sistemas, levando-os, muitas vezes, a se reestruturarem numa tentativa de compensar tais ruídos, ou até mesmo de adaptarem-se a tais perturbações desse entorno em que estão acoplados, para manterem-se e não perecerem – exercendo assim a autopoiesis. Isso é bastante comum diante de crises no sistema econômico, por exemplo, ou no sistema político, as quais normalmente afetam todas as dimensões da vida social.

O sistema de saúde no pensamento sistêmico

Por se tratar de uma teoria universal, dotada de um vasto arcabouço conceitual voltado à análise da complexidade dos fenômenos sociais, a teoria luhmanniana, já há algum tempo, vem sendo utilizada em investigações no campo da saúde (Corsi; Esposito; Baraldi, 1996; Schwartz, 2003; Martini 2015; Rocha; Kölling; Olsson, 2020). É importante salientar, com efeito, como revela Martini (2015), que Luhmann não tratou do sistema da saúde, mas especificamente do sistema de medicina. Diferentemente dos demais sistemas sociais, o sistema médico não se concentra em si mesmo, mas, antes, no entorno da sociedade, isto é, nos seres humanos, posto que sua tarefa principal é garantir as condições físicas e psicológicas que assegurem a vida humana e, conseqüentemente, a comunicação, base do sistema da sociedade e de seus sistemas e subsistemas sociais. A finalidade dos profissionais médicos, argumenta Luhmann, consiste em justamente intervir quando um indivíduo se encontra impossibilitado de ser uma base orgânica ou psíquica para a comunicação (Corsi; Esposito; Baraldi, 1996). O sistema médico, com efeito, na abordagem de Luhmann é descrito como um sistema eminentemente curativo, voltado ao tratamento dos doentes.

Segundo Luhmann (1998; 2006), os sistemas sociais operam orientados por um código binário formado por um valor positivo e outro negativo, por exemplo, verdade/não verdade, no caso do sistema científico, e legal/não legal no caso do sistema jurídico. No que diz respeito ao sistema da medicina, este opera a partir do código saudável/doente (ou são/enfermo). Os indivíduos doentes são aqueles que apresentam alguma enfermidade ou problema que afeta sua saúde física ou mental, e que, portanto, necessitam de algum tipo de intervenção curativa. Com efeito, na abordagem luhmanniana o sistema da medicina apresenta outra importante particularidade: ele se orienta pelo valor negativo, quer dizer, tem seu foco direcionado à doença. Isso ocorre, defende Luhmann, porque os médicos só entram em ação diante da presença da doença, uma vez que indivíduos saudáveis não precisam ser curados. O olhar da medicina moderna, portanto, não está na saúde, e sim na enfermidade. A respeito disso, Rocha, Kòlling e Olsson argumentam que

o foco do sistema médico está na atuação dos médicos, com a pretensão de selecionar a intervenção apropriada sobre o corpo doente, por meio de diagnósticos e tratamentos, com o propósito de alcançar um estado de saúde. A função desse sistema está vinculada à vida humana e à saúde para o tratamento de doenças, ou seja, o sistema opera unicamente quando verificada a hipótese de doença, o código negativo do sistema médico. Nesse aspecto, o ambivalente funcional da doença, qual seja, a saúde, não é, em um primeiro momento, o aspecto determinante para o funcionamento do sistema. Por consequência, em tese, não se vislumbra espaço para a integração de ações preventivas no âmbito desse sistema (Rocha; Kòlling; Olsson, 2020, p. 160).

É importante destacar, assim, que a visão de Luhmann sobre o sistema médico não deve ser vista como normativa, longe disso. Conforme argumenta Martini (2015), o que Luhmann fez foi apenas descrever sociologicamente o sistema da medicina moderna da forma como ele se apresentava. Todavia, não se pode perder de vista que o modelo biomédico ocidental, focado exclusivamente no tratamento da enfermidade e na intervenção curativa dos médicos (e que por isso acaba por deixar de lado a atuação de outros

profissionais da saúde, igualmente relevantes, como os enfermeiros, por exemplo) vem sendo alvo de críticas veementes. Do mesmo modo, a própria ideia de saúde como ausência de enfermidade também vem sendo criticada. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo, desde o final da primeira metade do século passado, trabalha com uma concepção muito mais holística de saúde, entendida como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social”. No Brasil, desde os anos de 1970-1980, adquiriu destaque o chamado movimento pela Saúde Coletiva, o qual não só parte dessa visão holística e integral de saúde, como também engloba conhecimentos produzidos nas diferentes disciplinas das ciências humanas e sociais, bem como da filosofia (Silva; Schraiber; Mota, 2019).

Consequentemente, em face das limitações da noção de sistema médico desenvolvida de forma muito genérica por Luhmann é que muitos autores do campo do pensamento sistêmico têm procurado desenvolver o conceito de *sistema de saúde*. Tais autores partem do princípio de que a saúde é um sistema social que “apresenta claramente autorreferência e autopoiese e, assim, diferencia-se do seu ambiente” (Martini, 2015, p. 114). O sistema da saúde consiste numa noção muito complexa, a qual parte de uma definição ampla de saúde, que vai muito além da mera ausência de enfermidade. Do mesmo modo, e justamente por isso, parte também do pressuposto basilar de que a saúde envolve uma ampla variedade de atores sociais, do que somente os profissionais médicos. Além disso, o sistema de saúde deve ser visto ainda como um sistema autopoietico e autorreferente que está estruturalmente acoplado a outros sistemas sociais – sobretudo o direito, na medida em que a Constituição determina que a saúde é um direito de todos os cidadãos, e o sistema político, já que compete ao Estado a obrigação de assegurar o cumprimento desse direito através de políticas públicas.

Vale salientar que não é objetivo deste artigo tecer uma discussão mais aprofundada sobre o sistema de saúde. No entanto, essa definição mais ampla trazida por autores do campo do pensamento sistêmico é fundamental para pensarmos os impactos da pandemia de Covid-19. Certamente, como

será visto mais à frente, a propagação do Sars-CoV-2 vai muito além da dimensão clínica da doença. A Covid-19 afetou – e tem afetado – a saúde de praticamente todos nós, inclusive daqueles que não foram infectados pelo vírus, mas que acabaram atingidos pelas medidas de distanciamento social; que perderam ou tiveram entes queridos contaminados; ou ainda, que desenvolveram transtornos mentais, como ansiedade, insônia e depressão em razão do pânico relacionado à pandemia.

Elementos conceituais para uma reflexão sociológica da pandemia de Covid-19 à luz da teoria luhmanniana

A teoria dos sistemas sociais luhmanniana, portanto, observa a sociedade como um gigantesco sistema comunicativo constituído por todas as comunicações possíveis. Esse sistema diferencia-se em incontável número de sistemas e subsistemas sociais, os quais, por sua vez, desempenham tarefas específicas vitais à manutenção e à contínua evolução da sociedade moderna como um todo. Tal diferenciação, entretanto, ocorre – e só ocorre – no âmbito de um contexto de ininterruptas perturbações de um entorno sempre em transformação, nunca estático – Ilya Prigogine (1996) chamou este fenômeno de “sistemas afastados do equilíbrio”, considerando o equilíbrio a própria morte de qualquer sistema complexo; considerou também, tal qual Luhmann, que todo o sistema, ao se afastar do equilíbrio, produz ordem (ordem como evolução). Tais sistemas (ou subsistemas) possuem relativa autonomia para lidar/ignorar/rechaçar tais perturbações, como mencionado, reorganizando seus processos internos, mantendo assim um determinado padrão de funcionamento. Sistemas sociais, com efeito, são unidades auto-organizadas (produzem e organizam, elas mesmas, os elementos de que são constituídas) e autorreferentes (procuram sempre manter seu padrão de funcionamento, a partir de um horizonte de expectativas construído com base em uma observação de si e do entorno). Tais características fazem com que os sistemas sociais (eles todos) sejam sistemas relativamente estáveis – não em estado de equilíbrio, mas de permanente e relativo estado sutil de

“equilíbrio”), os quais conseguem se adaptar às inúmeras perturbações oriundas de seu entorno.⁸ Essa estabilidade, no entanto, deparou-se com uma perturbação de proporções globais e inimagináveis: a propagação da pandemia de Covid-19 e as implicações sistêmicas da imposição de distanciamento social e confinamento, até então inéditos no operar da sociedade contemporânea – pelo menos nos últimos 100 anos.

A disseminação repentina e descontrolada do SARS-CoV-2, considerando-se que se trata de um evento mundial, tem de ser pensada, compreendida e observada à luz da teoria sistêmica luhmanniana, como uma “perturbação” que atinge o funcionamento (a autopoiesis ou autorregulação) de praticamente todos os sistemas sociais, em proporção global. As experiências internacionais com a Covid-19, vivenciadas até então, têm mostrado que o impacto do novo coronavírus afetou, inicialmente, o sistema de saúde. Luhmann (1998), entretanto, em sua teoria sistêmica social, adverte que ao se considerar um sistema específico, os demais sistemas que constituem seu entorno também precisam ser observados.

Para a teoria dos sistemas sociais, como já se discutiu em linhas básicas na primeira seção deste artigo, a sociedade global constitui-se num grande e “único” sistema que abarca todas as comunicações possíveis. Entretanto, esse sistema foi aos poucos se tornando cada vez mais complexo devido à sua diferenciação, ou melhor, à sua “autodiferenciação” funcional. Para Luhmann (1998; 2006), a sociedade contemporânea atingiu um dos mais complexos graus de diferenciação através da especiação de inúmeros subsistemas relativamente autônomos que cumprem funções específicas tanto em nível global, com em nível local.

Para que a compreensão da teoria se torne mais clara, podemos considerar o sistema da ciência, por exemplo, tomando-o como categoria analítica. Esse sistema não existe especificamente neste ou naquele país,

⁸ Tomemos como exemplo o sistema econômico mundial. Embora tenha passado por diversas crises, como as duas grandes guerras, a Grande Depressão de 1929 e, mais recentemente, a crise financeira de 2008, o capitalismo sempre conseguiu se reorganizar estruturalmente, adaptando-se à realidade de seu entorno.

nesta ou naquela região ou localidade (continente, Estado nacional, regiões nacionais, cidades etc.). Ele se constitui num sistema social chamado “sistema de ciência”, formado por comunicações que obedecem ao código verdade/não verdade, independentemente da noção de espacialidade ou territorialidade com que usualmente se tem lidado (quase como fronteiras geográficas). Em outros termos, ele é, ao mesmo tempo, um sistema global, regional e local, posto que a ciência se faz presente em toda – ou quase toda – a sociedade mundial, a qual se costuma olhar a partir de suas demarcações territoriais (Luhmann, 1998; 2006). Por certo, o sistema de ciência não existe apenas como categoria analítica; existe, sim, no mundo empírico, mas no sentido aqui explicitado: de forma transnacional e transterritorial e, mesmo assim, como unidade autopoietica, autorreferenciada e que se autodiferencia funcionalmente (especializada, no sentido mais clássico) em subsistemas. A ciência mantém-se como sistema, porque comunicativamente é formada pelo código “verdade/não verdade” – entendo como “verdade” o conhecimento construído dentro dos parâmetros do método científico e como “não verdade” as demais formas de saber, como o senso comum, por exemplo. E mais do que nunca assistimos à evocação desse código no decorrer da pandemia de Covid-19, por exemplo, na constante retórica travada quase que diariamente nos meios de comunicação sobre a verdade/não verdade científica (traduzida em eficácia/não-eficácia) acerca do distanciamento social, do uso de máscaras, da efetividade de determinados tratamentos farmacológicos (como hidroxicloroquina, ivermectina, nitazoxanida), entre outras questões. São exatamente as comunicações – codificadas dessa forma binária – que o sistema da ciência selecionará ou rejeitará, para manter a sua autopoiesis sistêmica.

Imaginemos que toda essa descrição anterior possa ser transposta para o sistema econômico, considerando seus múltiplos subsistemas: o capitalismo, como modo de produção; o mercado financeiro, cujas moedas internacionais adquirem valor sempre relativamente umas às outras; os diferentes setores produtivos (serviço, indústria, agronegócio etc.); consideremos também que o sistema produtivo tem cada vez mais se

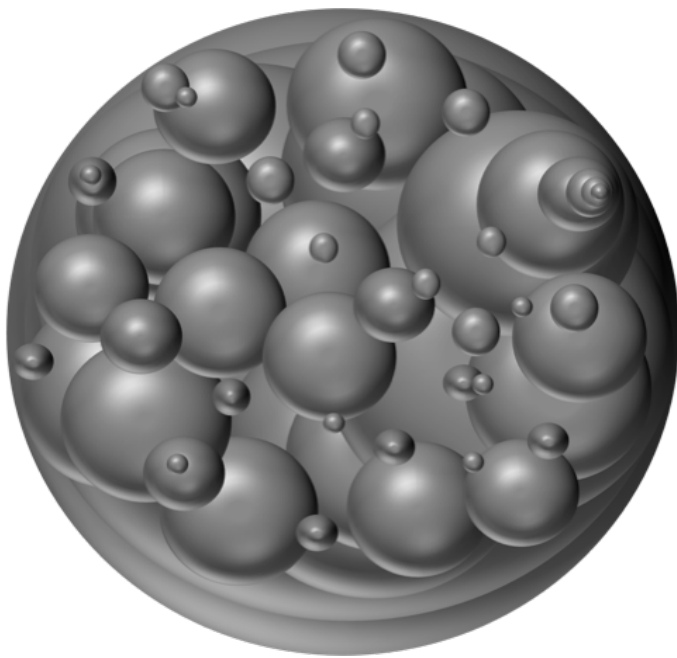
diversificado em inúmeros subsistemas funcionais. A mesma lógica poderia ser transposta, ainda, para os sistemas de ordem política, sejam eles locais, regionais ou internacionais, levando-se em conta, do mesmo modo, suas diversas diferenciações funcionais. Dessa forma, poder-se-ia fazer o mesmo com muitos outros destacados sistemas, como o sistema educacional, o sistema religioso, o sistema jurídico e assim por diante, todos os quais operam, autopoieticamente, a partir de seu código binário específico.

Isso resultaria na percepção inequívoca de que a sociedade, segundo a proposta teórica luhmanniana, apresenta uma codependência evolutiva, conforme menciona o próprio Luhmann (2006). Assim, dependendo do nível de “ruídos” ou “perturbações” comunicativas causadas no entorno sistêmico, surpreendentes reflexos e de diferentes intensidades podem interferir no “sistema global” ou “sistema da sociedade humana”, estendendo-se a todas as suas capilaridades subsistêmicas. A infecção pandêmica da Covid-19 causou isso e os reflexos dessa crise terão impacto durante muito tempo sobre os sistemas sociais e a vida de todos nós.

Nessa linha de reflexão teórica, a Figura 1, apresentada a seguir, é justamente um esforço de ilustrar aquilo que se acabou de dizer. Nela, podemos observar a presença de um grande círculo que representa o sistema global da sociedade humana, também podendo ser caracterizado “como sistema-mundo”. Esse gigantesco sistema não é formado por pessoas ou coisas, mas somente por todas as comunicações possíveis, as quais, conectadas umas às outras, em rede, formam os sistemas e subsistemas sociais. Esses sistemas, por sua vez, do mesmo modo como os sistemas vivos e de consciência, comportam-se como unidades autônomas, auto-organizadas e autorreferenciadas, que buscam se adaptar, se equilibrar e se autoproteger das mudanças do entorno. Do mesmo modo, a Figura 1 tem o propósito de ilustrar a complexidade, conforme Luhmann (1998), dos diferentes sistemas de comunicação (econômico, jurídico, político, científico etc.). Embora esses sistemas possam parecer operar linearmente e de forma ordenada na dimensão “realística do mundo”, eles funcionam, ao mesmo tempo, como entorno uns dos outros, reagindo às perturbações

do meio, ao mesmo tempo em que as produzem. O operar (individual) de cada um desses sistemas, em específico, e de todos simultaneamente, produz o que Luhmann chama de complexidade máxima.⁹

Figura 1 – Emergência de sistemas e subsistemas de comunicação (diferenciação funcional e coevolução), considerando a totalidade da sociedade global



Fonte: elaboração própria.¹⁰

⁹ Certamente, a epistemologia de Roy Bhaskar (2008; 1998), o realismo crítico, ajudaria a melhor compreender a Figura 1. Conforme o autor, a realidade é profunda e (des) horizontalizada – ontologia realista – ao se considerar aquilo que *se atualiza* e se torna *objeto (ato) de conhecimento*. O objeto de conhecimento é uma produção social, posto que a totalidade da realidade e do conhecimento da realidade é impossível (objetos intransitivos).

¹⁰ Agradecemos ao Dr. Mahesh Chand, físico indiano e professor convidado do Instituto de Física da Universidade de Brasília (UnB) pelo auxílio na confecção da presente figura, considerando os aspectos conceituais da teoria luhmanniana.

O esforço – espera-se que bem-sucedido – ao elaborar a Figura 1 foi mais imagético e didático do que propriamente teórico. A teoria luhmanniana, bem como algumas de suas noções centrais, como autorreferência, auto-organização, autoprodução semântica (autopoíesis), acoplamento estrutural, enfim, evocam importantes graus de abstração por si só. Assim, o que a figura pretende é ilustrar uma ideia da complexidade de como os sistemas sociais operam, cada um a partir de sua lógica própria (código binário), no interior de seus próprios, atuando como entorno uns dos outros. Nesse caso, a dificuldade de compreensão reside no fato de que para cada sistema autopoietico (cada esfera emergente da figura), quando observado/selecionado, todos os demais sistemas precisam ser considerados, necessariamente, como entorno. Também é preciso ter em mente que na autopoíesis não há comunicação direta “entre” sistema e entorno, nem entre sistemas “do” entorno. Nesse sentido, todos os sistemas são entorno um do outro, construindo assim uma emaranhada relação (borbulhante, efervescente) de mútuas implicações indiretas, posto que cada sistema mantém a sua circularidade (a sua autonomia e a sua automanutenção como sistema específico de comunicação).¹¹ Dito isto, vamos discutir um pouco mais a figura:

- a. a esfera maior, isto é a totalidade da figura, é o “sistema global”, a sociedade como um todo, no sentido das comunicações que se enlaçam; é a sociedade contemporânea que se diferenciou funcionalmente (porque evoluiu) e se diversificou em diferentes sistemas e subsistemas;

¹¹ Em um artigo intitulado “Anarquia de base: interação, relação e antiessencialismo na teoria dos sistemas sociais”, Neves (no prelo) discute as possibilidades de congruências entre a sociologia relacional e a teoria dos sistemas de Luhmann e, em diálogo com Fuchs (2001), argumenta: “[c]om isso, assinala-se uma imagem da sociedade (...) distante da ordem ou do consenso, sem finalidades acionáveis e sujeita às dinâmicas interacionais que se constituem como formas de vida com capacidade de restabelecer os marcos sobre os quais se constituíram por si mesmas. Nem sistema nem rede, nestes termos, devem ser compreendidos como estruturas rígidas e estáveis (Neves, no prelo, s./p.).

- b. ao se olhar para o fundo da figura, é possível reparar que existem esferas (sistemas) que, por sua vez, também se diferenciaram; elas podem ser concebidas como sistemas mais “estáveis”, ou mais “antigos”, posto que foram os primeiros e os que mais lentamente se desenvolveram, em termos de autopoiesis, ao longo do processo civilizatório (religião, política, direito, economia, ciência, educação etc.);
- c. muitos desses sistemas passaram (e continuam) a se diferenciar funcionalmente em diversos outros sistemas parciais, sobretudo a partir da modernidade, fazendo com que a sociedade se tornasse cada vez mais complexa, neste caso, relacional, codependente, coemergente e coevolutiva;
- d. o que a figura denota – em conformidade com a teoria luhmanniana, exposta nas seções anteriores – é que sistemas e subsistemas não são constituídos por pessoas, mas por comunicações, as quais são integradas ou rechaçadas de acordo com o código binário específico de cada sistema; a ciência, por exemplo, tende a rechaçar comunicações tidas como “não verdadeiras”, quer dizer, não científicas. Esse processo fará com que cada sistema continue se diferenciando, sempre a partir “de dentro”, auto-organizando-se indefinidamente enquanto existir – para Luhmann, isso caracteriza o atual nível de complexidade social;
- e. se focarmos (selecionarmos) um determinado sistema para conhecer o seu comportamento autopoietico, todos os demais sistemas deverão ser vistos como entorno do sistema selecionado; e mais, esses sistemas, considerando seus processos evolutivos individuais, afetarão, de algum modo, o sistema focado, “irritando-o” a produzir mais e mais auto-organização e processos de diferenciação funcionais – ou simplesmente a lutarem para se manter como tais: “vivos” do ponto de vista de suas “poieses”;
- f. com esta simultaneidade coevolutiva entre sistema e entorno, Luhmann pretende demonstrar o crescente aumento de complexidade, a partir de uma “inflação” – posto que os sistemas constroem ordem (negentropia)

a partir da ordem pré-existente (emergência) – interna do sistema global; e

- g. assim, a “realidade” do fenômeno social descrito pela teoria autopoietica dos sistemas é concebida como um emaranhado transterritorial de sistemas comunicacionais, que se mantêm operando recursivamente, uma vez que só são sensíveis às comunicações que têm implicações com os seus códigos binários, mas que também não os destroam.

Com base nesses elementos teóricos, buscaremos a seguir construir um olhar empírico acerca do impacto sistêmico (perturbação) causado pela pandemia de Covid-19 no funcionamento dos sistemas e subsistemas sociais.

O impacto da pandemia de Covid-19 sobre os sistemas e subsistemas sociais: caminhos para uma análise empírica

O arcabouço conceitual do modelo luhmanniano – como buscaram sustentar as reflexões teóricas desenvolvidas neste artigo – pode embasar importantes pesquisas futuras dedicadas à investigação dos impactos causados pela pandemia do coronavírus ao funcionamento dos sistemas da sociedade.

Como já mencionado, a Covid-19 foi apresentada ao mundo em 31 de dezembro de 2019, data em que médicos chineses alertaram a OMS sobre a descoberta de um grupo de pacientes que apresentava sintomas de pneumonia associados a uma doença até então desconhecida, supostamente vinculada a um mercado de frutos do mar em Wuhan, cidade chinesa com 11 milhões de habitantes (Zhu *et al.*, 2020). Através de sequenciamento e isolamento laboratorial, pesquisadores chineses descobriram que os sintomas se relacionavam a um novo tipo de coronavírus que causa síndromes respiratórias graves em humanos. É importante destacar, nesse interim, que desde a década de 1930 foram descobertos diversos coronavírus que atacam aves domésticas, causando problemas respiratórios, gastrointestinais, neurológicos, dentre outros, a esses animais. Até hoje, são conhecidos apenas sete desses coronavírus capazes de afetar os seres humanos. Quatro deles

causam sintomas de um resfriado comum; três, no entanto, podem causar infecções respiratórias muito severas, sendo responsáveis por surtos de pneumonia fatal no início do século XXI: o SARS-CoV, identificado em 2002, na China, causador da Síndrome Aguda Respiratória (SARS); o Mers-CoV, descoberto em 2012, na Arábia Saudita, causador da Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS); e, finalmente, o SARS-CoV-2, descoberto na China, no final de 2019, causador da Covid-19 (Tesini, 2020).

A velocidade de alastramento da Covid-19 – muito mais rápida do que a da SARS, doença que matou aproximadamente 800 pessoas, em 2002, e que a MERS, a qual levou a óbito mais de 900 pacientes, em 2012 – atraiu a atenção das autoridades de saúde de todo o planeta. A primeira morte em decorrência da Covid-19 ocorreu pouco tempo após a descoberta do novo coronavírus, em 11 de janeiro de 2020. Dois dias depois, foi identificado, na Tailândia, o primeiro caso da doença fora da China, em um indivíduo que recentemente havia viajado para Wuhan. No dia 23 do mesmo mês, o governo chinês isolou Wuhan e determinou o fechamento obrigatório de aeroportos, estações ferroviárias e estradas, no intuito de conter a propagação do SARS-CoV-2. Ainda em janeiro, foram identificados os primeiros casos de contaminação em países como Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Austrália, França, Alemanha e Estados Unidos. Em 26 de fevereiro, foi identificado o primeiro caso de infecção de Covid-19 no Brasil. Em março, o mundo assistiu atônito à escalada no número de casos e de óbitos, e ao colapso dos sistemas de saúde de algumas das principais nações.

O principal desafio no combate à Covid-19 é o fato de se tratar de uma doença ainda nova, altamente contagiosa¹² e extremamente letal em indivíduos idosos e/ou com comorbidades, tais como diabetes e cardiopatias. Até o momento da redação deste artigo (março de 2021), o SARS-CoV 2

¹² As informações preliminares apontam que o novo coronavírus sobrevive várias horas ou até mesmo dias em superfícies como plástico, tecido ou metal, inclusive nas roupas e no dinheiro. Além disso, as gotículas de saliva geradas por tosse (um dos principais sintomas da doença) ou espirro fazem também com o que vírus permaneça no ar por vários minutos.

já contaminou mais de 117,3 milhões de pessoas, levando 2,6 milhões a óbito.¹³ É importante frisar, nesse contexto, que ao contrário da gripe espanhola, cuja propagação foi impulsionada pela Primeira Guerra Mundial, a Covid-19 espalhou-se pelo planeta rapidamente em virtude da existência de um sistema global de transporte (vindo pouco tempo depois a reduzi-lo ao mínimo ou inviabilizá-lo temporariamente). O fluxo constante de voos internacionais fez com que em menos de um mês o coronavírus se alastrasse de uma província chinesa para diversos países, muito antes de as autoridades de saúde terem percebido a real gravidade da doença – vale reiterar que a OMS elevou a contaminação de SARS-CoV-2 ao *status* de pandemia apenas em 11 de março de 2020, momento em que um grande número de países já havia registrado centenas de casos de contaminação.

Como vimos, ao chegar em uma nova região, a Covid-19 inicialmente impacta (perturba, em termos sistêmicos) o sistema de saúde, que logo entra em colapso. É preciso destacar, dessa forma, que, embora a imensa maioria dos indivíduos infectados pelo SARS-CoV-2 apresente sintomas leves ou moderados, ou então não apresente sinal algum de infecção pela doença (as chamadas pessoas assintomáticas), estima-se que aproximadamente 10 a 15% dos pacientes diagnosticados desenvolverão sintomas graves ou críticos, necessitando de internação hospitalar. Desse total, boa parte exigirá internação em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), com uso de ventilação mecânica. Além disso, os pacientes que precisam de terapia intensiva permanecem internados, em média, por mais de 14 dias. Por esse motivo, justamente, é que a Covid-19 acentua bruscamente a curva epidemiológica – número de novos casos de infecção que demandam internação (x) *versus* o tempo que o sistema de saúde necessita para tratar os pacientes já internados e liberar leitos (y).

¹³ É preciso destacar, no entanto, que esses são apenas os dados oficiais notificados pelas autoridades governamentais. Em muitos países, como o próprio Brasil, há uma grande subnotificação de registros de infecção, bem como no número de mortes. Com efeito, o número real de pessoas infectadas e mortas pelo vírus tende a ser muito maior do que as estatísticas oficiais.

Consequentemente, em questão de poucos dias, a pandemia de Covid-19 pode facilmente sobrecarregar o sistema de saúde, levando ao seu total esgotamento, principalmente nas regiões com grande contingente de pessoas que fazem parte dos grupos de risco. No Brasil, como dito, o primeiro caso de infecção foi diagnosticado no final de fevereiro de 2020. Em junho do mesmo ano, já eram contabilizados mais de 1 milhão de casos em todo o país e um total de 48 mil mortes oficiais por Covid-19. No instante em que esse artigo é finalizado (março de 2021), isto é, um ano após o início da pandemia no território brasileiro, o número de infecções já passa de 11 milhões e o de óbitos de 270 mil. Infelizmente, é bastante provável que estes números ainda aumentarão consideravelmente. Dados da Fiocruz¹⁴ apontam que neste exato momento a ocupação de leitos de UTI passa de 90% em 15 capitais e 13 estados. Capitais como Porto Alegre, Porto Velho e Campo Grande, inclusive, já ultrapassaram os 100% de ocupação, com pacientes na fila aguardando um leito para tratamento intensivo. E não obstante os esforços sobretudo dos governos municipais e estaduais em criar novos leitos de UTI, a propagação do vírus se dá em velocidade muito maior, principalmente com o surgimento de novas cepas do Sars-CoV-2, que aumentam a carga viral dos indivíduos contaminados e, consequentemente, aceleram o ritmo de propagação do vírus, sobrecarregando ainda mais o sistema de saúde.

Desse modo, se considerarmos, a partir da ótica sistêmica, que tanto o agir como o não agir são comunicações possíveis de seleção e se constituem em entorno específico de determinados sistemas, assistimos, assim, desde o início da pandemia, a determinados sistemas de saúde colapsarem, justamente por não estarem preparados para a violenta irritação/perturbação sofrida, gerada pela necessidade de tratamento intensivo de um enorme contingente de sistemas orgânicos e psíquicos – os seres humanos – atingidos pelo coronavírus. Precisamos ter em mente, também, o fato de que como o sistema de saúde mantém codependência com subsistemas econômicos

¹⁴ Informação disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-03/fiocruz-ocupacao-de-utis-passa-de-90-em-15-capitais-e-13-estados>. Acesso em: 10 mar. 2021.

– sobretudo aqueles voltados à produção de EPIs, testes virais e tecnologias para leitos de terapia intensiva, entre outros –, estes subsistemas também acabaram sobrecarregados pela violenta irritação/perturbação causada pela propagação do coronavírus. O resultado da falta desses materiais, por sua vez, foi também uma irritação sistêmica sobre o sistema de saúde, que, frente ao alto número pacientes infectados pelo vírus e à falta de recursos não só materiais, mas também humanos, não conseguiu operar adequadamente, chegando ao colapso – o que também gerou inúmeras perturbações sobre o funcionamento dos demais sistemas sociais.

A elevação imediata do número de óbitos, por exemplo, – em termos luhmannianos, a aniquilação de sistemas orgânicos e sistemas psíquicos neles acoplados – causados pelo novo coronavírus perturbou drasticamente o subsistema funerário, bem como o sistema religioso, considerando as diferentes religiões e as crenças comunicativas que o sustentam. Na Itália e em Nova Iorque, e posteriormente no próprio Brasil, assistimos a centenas de corpos sendo transportados e armazenados em caminhões frigoríficos. No Brasil, cidades como Manaus e São Paulo foram as primeiras onde os corpos das vítimas tiveram de ser enterrados em valas comuns em cerimônias coletivas que duravam em torno de 10 a 15 minutos. Já no Equador, a propagação da Covid-19 levou à falta de caixões e ao colapso dos cemitérios e estabelecimentos funerários, o que levou muitas famílias a abandonarem os corpos de seus entes mortos pelas ruas de Guayaquil, até que fossem recolhidos pelas autoridades sanitárias.

A pandemia de Covid-19, do mesmo modo, causou uma profunda irritação ao sistema de ciência, no sentido de que este desse uma resposta sobre como neutralizar o entorno nocivo (o coronavírus) inóspito ao acoplamento estrutural de diversos sistemas e subsistemas da sociedade. Tal perturbação se deu no sentido da pressão para a produção de uma vacina ou de fármacos realmente eficazes, posto que dada a velocidade de disseminação da Covid-19, o que os governos nacionais dispuseram no decorrer de 2020 como “resposta” eficaz para conter o avanço do vírus foi unicamente o distanciamento social. Por isso que, em março de

2020, o diretor da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, afirmava que o distanciamento é a “melhor e única maneira de proteger a vida, os meios de subsistência e as economias [...]. Sem desculpas, sem arrependimentos”.¹⁵

O distanciamento social, entretanto, ao se considerar os principais elementos da teoria sistêmica luhmanniana, traz inúmeras consequências, isto é, *perturbações comunicativas* que afetam diretamente o funcionamento dos diversos sistemas sociais, dadas as relações de acoplamento estrutural existentes entre eles, já destacadas anteriormente. A depender do regime político de cada região, considerando que os sistemas políticos estão organizados em subsistemas com *regimes políticos* distintos mais ou menos democráticos (mesmo ao se considerar as diferentes democracias liberais), mais ou menos autoritários (mesmo ao se considerar os regimes socialistas, ditatoriais e aqueles híbridos, com economia de mercado muito forte, mas com escassas liberdades individuais), as experiências de distanciamento social ocorreram de forma distinta com relação à sua eficiência. Na China, por exemplo, se os dados oficiais divulgados pelo governo chinês são verdadeiros, o isolamento completo da região de Wuhan durante mais de dois meses conseguiu controlar o avanço da pandemia. No Brasil, no entanto, onde as medidas de isolamento foram adotadas quase como “conta gotas” por estados e municípios, sem um planejamento em nível nacional, gerando um efeito sanfona de abre/fecha as atividades econômicas, a pandemia fugiu ao controle.¹⁶

Nesse sentido, quando observamos as medidas de distanciamento social, não podemos perder de vista que algumas culturas, como a brasileira

¹⁵ Informação disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/oms-reforca-proposta-de-isolamento-social-contracoronavirus,2dbec08f5954bcd3134bc462a2ff5424en3nrx2y.html>. Acesso em: 30 mar. 2020.

¹⁶ Ainda no que diz respeito às medidas de distanciamento social adotadas ao redor do mundo para tentar controlar o avanço da pandemia, vale lembrar aqui o caso emblemático das Filipinas, país onde o presidente Rodrigo Duterte autorizou as forças policiais a atirarem contra os cidadãos que desrespeitassem as determinações adotadas pelo governo nacional para tentar impedir o avanço descontrolado do coronavírus. Lembremos também o caso da Índia e da Venezuela, cujos vídeos que circularam pela internet mostravam os cidadãos que saíram às ruas apanhando dos policiais (com varas ou relhos), sendo obrigados a voltar para casa.

e mesmo as latino-americanas, por exemplo, apresentam maior proximidade entre as pessoas (sistemas orgânicos) de forma absolutamente involuntária. Como se sabe, cultura é uma dimensão profundamente introjetada, e quando exteriorizada, se faz de forma automática, não refletida, conforme nos mostra o próprio conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1989), e muitos dos estudos culturais. Portanto, o sistema cultural é uma dimensão importante a ser considerada na eficácia do distanciamento social em determinadas regiões, isto é, na adesão ou não por parte da população.¹⁷

Nessa esteira da reflexão sobre os impactos da pandemia sobre os sistemas sociais, não podemos esquecer ainda aquele causado pela crise sanitária do coronavírus sobre o sistema de educação, o qual foi duramente perturbado com a suspensão das aulas presenciais. Segundo o monitoramento da Unesco (2020), a pandemia de Covid-19 levou mais de 150 países a implementarem o fechamento de escolas e universidades, o que afetou mais de 91% da população estudantil do planeta. Muitas instituições de ensino procuraram manter suas atividades acadêmicas através do ensino remoto emergencial. Todavia, os estudantes mais pobres acabam sendo afetados, sobretudo, porque não há como esperar que alunos oriundos de famílias de baixa renda – as quais, muitas vezes, sequer têm comida para pôr sobre a mesa diariamente – tenham acesso a tecnologias e internet de qualidade para que possam estudar a distância.

Outro sistema social que foi igualmente perturbado pela Covid-19 foi o sistema esportivo. O distanciamento social em decorrência do coronavírus levou à suspensão ou ao cancelamento de incontáveis eventos e competições esportivos pelo mundo. O maior exemplo desse impacto sistêmico no sistema de esporte foi o adiamento das Olimpíadas, as quais seriam realizadas no Japão, em junho 2020, mas acabaram transferidas para junho de 2021,

¹⁷ Sobre a eficácia e a adesão da população ao distanciamento social, também não podemos desconsiderar a situação de pobreza vivenciada por milhões de brasileiros, para os quais ficar em casa isolados durante dias ou até mesmo semanas é um luxo o qual não podem se dar. Como esperar que trabalhadores informais, como motoristas de aplicativo, cabeleireiras, vendedores ambulantes, enfim, pessoas que muitas vezes trabalham durante o dia para comer à noite, adiram de bom grado ao imperativo “fique em casa”?

sendo que no momento restam ainda incertezas sobre sua realização. Além disso, mesmo clubes de futebol bilionários, como o Barcelona e Real Madrid, tiveram de reduzir temporariamente o salário de seus jogadores em até 70% para conseguir enfrentar os prejuízos financeiros causados pela paralização de campeonatos em virtude da pandemia. Mas a situação é ainda muito mais grave para os atletas que sobrevivem com os escassos patrocínios que recebem, sobretudo porque, no contexto da crise econômica global desencadeada pela Covid-19, muitas empresas estão sendo obrigadas a cortar gastos, dentre eles, o investimento em patrocínios esportivos.

No que refere ao já referido sistema religioso, este foi perturbado, sistemicamente, sobretudo, com as medidas que proíbem a realização de missas e cultos, no intuito de evitar a aglomeração de pessoas. A comunidade católica mundial, por exemplo, assistiu ao Papa Francisco realizar a famosa missa pascal em uma Basílica de São Pedro vazia, em meio à pandemia de coronavírus. É preciso destacar, nesse sentido, que o fechamento de igrejas e templos e a suspensão de reuniões é um assunto que divide as opiniões dos líderes religiosos. Alguns deles defendem que a suspensão temporária das missas e cultos presenciais é uma forma de proteger os fiéis e de evitar a propagação do novo vírus que se alastra pelo mundo. Outros, por sua vez, sustentam que é fundamental manter as igrejas abertas neste momento para dar esperança e suporte espiritual à população.

Não obstante o impacto causado pela pandemia de Covid-19 sobre esses sistemas e subsistemas sociais, um deles merece aqui atenção especial: o sistema econômico. O distanciamento social – único remédio de que os governos nacionais tiveram à sua disposição no decorrer de 2020 para conter o avanço do vírus –, numa sociedade sistêmica, interativa, cujos processos de codependência tornaram-se profundamente dinâmicos e acelerados, tem catastróficos efeitos colaterais sobre a economia, a médio e longo prazo, sem falar no seu impacto imediato. Em uma sociedade global, com aproximadamente 7,6 bilhões de indivíduos, sem dúvida, o sistema econômico e seus subsistemas (como o modo de produção, a circulação planetária de mercadorias, o mercado de câmbio, o sistema de emprego

etc.) são duramente impactados, sobretudo porque, confinadas ou não, as pessoas precisam continuar se alimentando. Justamente por esse motivo é que muitos governos resistiram (e ainda resistem) em adotar medidas de distanciamento social que envolvem o fechamento das atividades econômicas presenciais. As perturbações sistêmicas que essas medidas geram – considerando o sistema econômico internacional e seus diversos subsistemas regionais/locais – são avassaladoras, como veremos mais adiante.

Entretanto, a não aplicação do distanciamento social, de forma rígida, pode igualmente ter efeitos tão ou até mais devastadores sobre a economia, do que sua não aplicação. Podemos tomar a Itália como exemplo. Em 28 de fevereiro de 2020, quando menos de 20 mortes haviam sido oficializadas naquele país e quando muitas cidades sequer haviam registrado casos de Covid-19, prefeitos e governadores começaram a adotar as primeiras medidas de distanciamento social, como suspensão das aulas presenciais e a proibição de aglomerações em locais públicos, para tentar conter o avanço do novo coronavírus. Todavia, prevendo o impacto que essas decisões teriam sobre a economia italiana e sobre o sistema econômico global (não podemos esquecer, por exemplo, que a Itália faz parte da União Europeia), o primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, criticou duramente as medidas, conseguindo inclusive derrubar algumas delas judicialmente. A não adoção do único remédio então conhecido, o distanciamento social, refletiu imediatamente no aumento exponencial do número de mortes a cada dia. Menos de duas semanas depois, no dia 9 de março, quando o número de óbitos na Itália chegava a quase 500, Conte determinou o fechamento de todas as atividades não essenciais em todo o país.¹⁸ Mas a decisão foi tomada tarde demais: dez dias depois, o país contabilizava 3.405 mortes por Covid-19.

Assim como o primeiro-ministro italiano, o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, também relutou em adotar as medidas de distanciamento social orientadas pela OMS para conter o avanço do

¹⁸ Informações disponíveis em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-25/italia-pagou-preco-alto-ao-resistir-a-medidas-de-isolamento-social-para-conter-coronavirus.html>.

coronavírus. Em janeiro, quando foi oficializado o primeiro caso de Covid-19 no país, Trump afirmou que tudo estava sob controle e ficaria bem, já que se tratava de uma única pessoa infectada que havia chegado da China. Em 9 de março, quando os casos confirmados eram 546 e óbitos 22, Trump voltou a atacar as medidas de distanciamento, ao publicar em sua conta oficial no Twitter que a gripe comum mata milhares de americanos por ano e “a vida e a economia seguem”. Contudo, no dia 25 de março, momento em que o número de infecções já passava dos 65 mil e o de mortes mais de 700, após ser aconselhado por especialistas em saúde, Trump mudou o tom ao afirmar que não poria fim às medidas de distanciamento no país de forma precipitada, e que estava preparado para fazer o que fosse preciso para salvar vidas. Assim como na Itália, as medidas de distanciamento nos Estados Unidos foram adotadas tarde demais: até agora (março de 2021), é o país com maior número de casos (29 milhões) e de óbitos (527 mil) oficializados.

A aplicação do remédio – o distanciamento social – e a sua não aplicação tornaram-se um dos maiores dilemas internacionais. Um relatório publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em abril de 2020 projetou que nesse ano o PIB global poderia ter uma redução de 3%, pior desempenho desde a crise de 1929.¹⁹ Até o pujante sistema econômico norte-americano apresentou números catastróficos durante a pandemia, nunca antes vistos, mesmos nas piores crises vivenciadas pelo país ao longo de sua história. As estimativas do FMI apontam que a economia dos Estados Unidos teve um encolhimento de quase 6% em 2020. Até o momento, mais de 45 milhões de norte-americanos já solicitaram ao governo o recebimento do seguro-desemprego. No segundo trimestre de 2020, a economia norte-americana registrou uma queda histórica de quase 33%.

Se até mesmo a forte economia estadunidense apresentou números calamitosos diante dos efeitos da pandemia de coronavírus, o cenário para os

¹⁹ Informações disponíveis em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/economia-mundial/#:~:text=As%20proje%C3%A7%C3%B5es%20do%20Fundo%20Monet%C3%A1rio,5%2C8%25%20em%202021>. Acesso em: 10 mar. 2021.

países mais pobres e emergentes é ainda mais avassalador. No Brasil, a taxa de desemprego bateu recorde fechando em 13,5%, o que representa mais de 13 milhões de desempregados. O PIB nacional, por sua vez, registrou uma queda recorde de 4,1% – a maior desde 1996.

A perturbação que a pandemia de Covid-19 causa sobre o sistema de emprego tende a ser pior em países mais pobres, nos quais há um grande contingente de trabalhadores informais. No Brasil, cerca de 41,1% da população ocupada (38,8 milhões de pessoas) vive na informalidade. O relatório “Women and men in the informal economy”, publicado em 2018 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que mais de 61% da população ocupada no mundo (cerca de dois bilhões de trabalhadores) vivem na economia informal. A imensa maioria encontra-se nas regiões mais pobres, como a África, onde mais de 85% dos trabalhadores vivem na informalidade (ILO, 2018). Certamente, a maior parcela desses indivíduos não tem condições financeiras para interromper suas atividades laborais e permanecer em confinamento domiciliar por mais do que alguns poucos dias. Logo, para permanecer em confinamento, essas pessoas necessitarão de auxílio por parte do Estado – o que representa um enorme desafio aos governos nacionais, muitos dos quais já se encontram historicamente abarrotados em dívidas e problemas econômicos e sociais crônicos.

A pandemia de Covid-19, com efeito, conseguiu perturbar, profunda e simultaneamente, o funcionamento de praticamente todos os sistemas sociais, alastrando-se pela sociedade, da mesma forma como um vírus se alastra pelo organismo. Há estudos que apontam que o confinamento domiciliar gerado em virtude do novo coronavírus está relacionado, por exemplo, ao aumento de casos de violência doméstica contra a mulher. Dados do Ministério Público de São Paulo revelam que, em menos de um mês de distanciamento, houve um aumento de 30% no número de medidas protetivas de caráter de urgência, as quais passaram de 1.934 em fevereiro, para 2.500 em março de 2020.²⁰ Por sua vez, um levantamento

²⁰ Informação disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/13/casos-de-violencia-contra-mulher-aumentam-30percent-durante-a-quarentena-em-sp-diz-mp.ghhtml>.

realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que quatro estados da federação – São Paulo, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Acre – registraram um aumento no número de feminicídios cometidos dentro do lar em março de 2020, em comparação com o mesmo mês no ano anterior.²¹ É importante frisar que a violência contra a mulher é um problema crônico na história do Brasil. No entanto, com as medidas de distanciamento social, muitas mulheres acabam ficando mais tempo dentro de casa em companhia de seus agressores, o que aumenta o risco de sofrerem algum tipo de violência. Além disso, justamente por terem de ficar em confinamento domiciliar, muitas delas acabam por não ir até uma delegacia para fazer a denúncia – situação esta que constitui um obstáculo a mais às autoridades do sistema de segurança pública que lutam para combater esse grave problema social.

Além de gerar perturbações sobre os sistemas sociais, a pandemia de Covid-19 também causou profundas perturbações sobre os sistemas psíquicos. Ficar em confinamento domiciliar durante vários meses, sem poder realizar atividades simples do dia a dia, como trabalhar, ir à escola ou à universidade, reunir-se com amigos e familiares, ir ao cinema, à igreja, sair para almoçar ou jantar fora, ir à academia, enfim, nos causou inúmeras irritações e estresses mentais. Além disso, assistir diariamente às informações veiculadas nos meios de comunicação acerca do alastramento da Covid-19, do aumento do número de óbitos, da falta de um tratamento eficaz contra o vírus, do colapso dos hospitais, do surgimento de novas cepas virais que podem colocar em risco a eficácia das vacinas, enfim, pode ser o gatilho para sentimentos como ansiedade, medo e pânico. Soma-se a isso o receio de perder o emprego, para aqueles que ainda o têm, ou o completo desespero daqueles que já o perderam.

As cenas marcantes de dezenas de caixões amontoados em depósitos na Itália; de corpos de vítimas de Covid-19 empilhados em caminhões frigoríficos em Nova York; de corpos abandonados pelas ruas de Guayaquil,

²¹ Informação disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/16/violencia-contra-a-mulher-aumentou-em-marco-em-quatro-estados-diz-levantamento.ghhtml>.

rodeados por urubus, ou então queimados em cemitérios locais; ou ainda, as cenas de pacientes agonizando e morrendo por falta de oxigênio em Manaus são de um verdadeiro filme apocalíptico de terror, nunca antes visto pelas gerações atuais. Tais cenas narradas nos noticiários, normalmente, vêm acompanhadas de previsões catastróficas para a economia, as quais apontam recordes de desemprego em massa, em um cenário pós-pandemia marcado por uma recessão histórica. Assistimos a esse quadro caótico enquanto estamos confinados em nossos lares, tentando proteger a nós e a nossos familiares de um inimigo invisível. O resultado disso é um profundo estresse psicológico que atinge principalmente aqueles indivíduos que já sofrem com algum tipo de transtorno mental, como ansiedade, depressão, insônia, síndrome do pânico, distúrbios alimentares, dentre outros. A empresa de assistência médica americana Express Scripts, que presta serviços a mais de trinta milhões de clientes, aponta que o consumo de medicamentos para transtorno psicológico nos Estados Unidos aumentou consideravelmente durante a quarentena. Segundo a empresa, o maior aumento ocorreu na prescrição de medicamentos para o tratamento de ansiedade, os quais tiveram um aumento de 34,1% entre meados de fevereiro a meados de março. Por sua vez, as prescrições para antidepressivos e distúrbios do sono apresentaram um aumento 18,6% e 14,8%, respectivamente, no mesmo período (Luddy, 2020).

Os efeitos do novo coronavírus, como percebemos, perturbam o funcionamento não apenas dos sistemas e subsistemas sociais (como o sistema de saúde, o sistema funerário, o sistema de deslocamento de mercadorias, o sistema laboral, o sistema político, o sistema educacional, o sistema econômico), mas também os sistemas psíquicos. Em outros termos, a pandemia trata-se de uma ameaça à sociedade humana como um todo. Na verdade, os ruídos, mais que isto, os desequilíbrios gerados por essa pandemia – que opera como *entorno nocivo ao acoplamento estrutural dos diversos sistemas sociais de comunicação* – alastram-se, circundando as mais diversas esferas comunicativas dos diferentes sistemas que compõem a sociedade. Mais grave ainda é que a pandemia afeta cada indivíduo, em

particular, considerado pela teoria dos sistemas como sistema orgânico e que serve de acoplamento do sistema psíquico, fonte de todas as comunicações possíveis que constituem os mais diversos sistemas da sociedade e o sistema social como um todo.

A Covid-19, portanto, é uma doença que vai muito além da dimensão clínica. Acima de tudo, trata-se de uma enfermidade que atinge todo o funcionamento da sociedade, tanto no nível local, quanto numa dimensão global. Não queremos dizer, com isto, que a pandemia coloca em xeque o funcionamento dos sistemas sociais. Longe disso: justamente por sua capacidade autopoietica, os sistemas da sociedade conseguem se adaptar às mais diversas crises – o sistema econômico é um grande exemplo. No entanto, o que é inegável – e este artigo procurou demonstrar – é que a propagação da Covid-19 traz um conjunto de perturbações que atinge, simultaneamente, os diferentes sistemas e subsistemas sociais. O pensamento sistêmico luhmanniano, por sua vez, consegue mobilizar importantes ferramentas conceituais que possibilitam a compreensão sociológica dos impactos sociais dessa pandemia.

No cenário pós-pandêmico, caberá aos cientistas sociais mobilizar ferramentas teórico-metodológicas para avaliar até que ponto a pandemia levou a um reordenamento dos sistemas sociais. Que mudanças de fato ocorreram no seu funcionamento? Que dinâmicas sociais surgiram ao longo da pandemia e permaneceram ao seu término (como o *home office*, por exemplo)? Como a pandemia alterou a vida social ao redor do globo? Enfim, essas e outras questões precisarão ser respondidas. A teoria dos sistemas sociais, a nosso ver, constitui um rico modelo teórico, cujo arcabouço conceitual poderá auxiliar no desenvolvimento de pesquisas futuras relacionadas aos reflexos da pandemia. Principalmente, quando consideramos que a Covid-19 não apenas afeta a sociedade como um todo, mas também gera uma rede sistêmica de mútuas perturbações entre os sistemas sociais. A teoria luhmanniana, com efeito, apresenta vantagens investigativas enquanto referencial teórico, na medida em que possibilita um olhar sistêmico (uma *observação*, diria Luhmann) amplo sobre como

cada sistema foi individualmente impactado pela pandemia, e também sobre como esse impacto gerou perturbações sobre os demais sistemas do entorno.

Léo Peixoto Rodrigues é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

✉ leo.peixotto@gmail.com

Éverton Garcia da Costa é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense (IFSul).

✉ eve.garcia.costa@gmail.com

Referências

8. COSTA, Everton G. **A avalanche chegou?** Um estudo sobre o crescimento da educação superior a distância. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
9. BHASKAR, Roy. **A realist theory of science**. Londres e Nova York: Routledge, 2008.
10. BHASKAR, Roy. Philosophy and scientific realism. In: ARCHE, Margaret; BHASKAR, Roy; COLLIE Andrew *et al.* **Critical realism: essential readings**. Londres e Nova York: Routledge, 1998. p. 16-46.
11. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
12. CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. **Glosario sobre la teoría social de Niklas Lukann**. México: Anthropos, Universidad Iberoamericana, Iteco, 1996.
13. FUCHS, Stephan. **Against essentialism: a theory of culture and society**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.
14. ILO. **Women and men in the informal economy: a statistical picture**. 3. ed. 2018. Geneva: International Labour Office, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_626831.pdf
15. LUDDY, Jennifer. **America's state of mind: use of mental health medications increasing with spread of coronavirus**. *Express Scripts*. News, 16 abr. 2020.

Disponível em: <https://www.express-scripts.com/corporate/articles/americas-state-mind-use-mental-health-medications-increasing-spread-coronavirus>

16. LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais**: esboço de uma teoria geral. Petrópolis: Vozes, 2016.

17. LUHMANN, Niklas. **La sociedad de la sociedad**. México: Iberoamericana/Herder, 2006.

18. LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

19. LUHMANN, Niklas. **A improbabilidade da comunicação**. Lisboa: Veja, 2001.

20. LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais**: lineamentos para uma teoria general. Rudí (Barcelona): Anthropos, 1998.

21. LUHMANN, Niklas. O conceito de sociedade. In: NEVES, Clarissa E. B.; SAMIOS, Eva M. B. **Niklas Luhmann**: a nova teoria dos sistemas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

22. LUHMANN, Niklas. **Organización y decisión**. Autopoiesis, accion y entendimiento comunicativo. Barcelona: Anthropos, 1997a.

23. MARTINI, Sandra Regina. Construção do sistema social da saúde a partir da teoria sistêmica de Niklas Luhmann. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 112-127, 2015.

24. MATURANA, Humberto. O que é ver? In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

25. MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **De máquinas e seres vivos**. Autopoiese: a organização do vivo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

26. MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **Autopoiesis and cognition**: the realization of the living. Londres: D. Reidel Publishing Company, 1980.

27. NEVES, Fabrício M. **Anarquia de base**. Interação, relação e antiessencialismo na teoria dos sistemas sociais. (No prelo).

28. PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**. São Paulo: UNESP, 1996.

29. ROCHA, Leonel; KÖLLING, Gabrielle; OLSSON, Gustavo. Interações entre o sistema da medicina e da saúde: observações a partir de da Teoria dos Sistemas Sociais. **Sequência**, Florianópolis, n. 83, p. 160-192, 2020.

30. RODRIGUES, Léo P. O Platô sistêmico na teoria social: uma revolução científica às avessas. In: **Dados**, v. 57, n. 4, p. 1109-1135, 2014.

31. RODRIGUES, Léo Peixoto. Da fisiologia à sociologia? Elementos para uma revisão da história teórica da sociologia sistêmica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 165-178, 2013.

32. RODRIGUES, Léo P. Sistemas autorreferentes, autopoieticos: noções-chave para a compreensão de Niklas Luhmann. **Pensamento Plural**, v. 3 p. 105-120, 2008.
33. RODRIGUES, Léo P.; NEVES, Fabrício M. **A sociologia de Niklas Luhmann**. Petrópolis: Vozes, 2017.
34. RODRIGUES, Léo P.; NEVES, Fabrício M. **Niklas Luhmann: a sociedade como sistema**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
35. SCHWARTZ, Germano. A autopoiese do sistema sanitário. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 50-59, 2003.
36. SILVA, Marcelo José; SCHRAIBER, Lília; MOTA, André. O conceito de saúde na Saúde Coletiva: contribuições a partir da crítica social e histórica da produção científica. **Physis**, v. 29, n. 1, p. 2-19 2019.
37. STICHWEH, Rudolf. El concepto de sociedad mundial. Génesis y formación de estructuras de un sistema social global. In: CADENAS, Hugo; MASCAREÑO, Aldo; URQUIZA, Anahí (eds.). **Niklas Luhmann y el legado universalista de su teoría**. Aportes para el análisis de la complejidad social contemporánea. Santiago: RIL Editores, 2012. p. 23-48.
38. TESINI, Brenda. Coronavírus e síndromes respiratórias agudas (Covid-19, Mers e Sars). In: **Manual MSD para profissionais da saúde**. 2020. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt-pt/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/v%C3%ADrus-respirat%C3%B3rios/coronav%C3%ADrus-e-s%C3%ADndromes-respirat%C3%B3rias-agudas-covid-19,-mers-e-sars>.
39. UNESCO. **COVID-19 educational disruption and response**. 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>.
40. ZHU, Na *et al.* A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. **The New England Journal of Medicine**, v. 382, n. 8, p. 727-733, 2020. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/pdf/10.1056/NEJMoa2001017?articleTools=true>.

Recebido em: 11 maio 2020.

Aceito em: 18 agosto 2020.

<http://doi.org/10.1590/15174522-104160>

Evidências da anomalia e atipicidade da Política de Ciência e Tecnologia nos discursos de gestores de Agências de Inovação

Ana Carolina Spatti* 

Milena Pavan Serafim* 

Renato Peixoto Dagnino*

Resumo

A comunidade de pesquisa, que abrange profissionais que se dedicam ao ensino, à pesquisa e/ou ao fomento e planejamento da Ciência e Tecnologia (C&T), tem uma participação hegemônica na conformação da Política de Ciência, Tecnologia (PCT) brasileira. Partindo dessa consideração, o objetivo deste trabalho é ilustrar como esses profissionais fazem valer seu modelo cognitivo no processo decisório dessa política. Para tanto, via entrevistas semiestruturadas, as falas de gestores de três agências de inovação de universidades públicas foram analisadas segundo a metodologia da análise de conteúdo. Ao fazê-lo, fortalecemos a afirmação de que a PCT é caracterizada e condicionada por duas dinâmicas: a anomalia genérica e a atipicidade periférica. A primeira dinâmica é evidenciada pela crença dos dirigentes no benefício infinito da tecnociência, de sua neutralidade e do seu determinismo. A segunda ressalta-se pela convicção na emulação da PCT dos países de capitalismo avançado, dos quais os gestores internalizam critérios de qualidade e relevância para a conformação de suas agendas de C&T. Essa racionalidade vai sendo reproduzida, de maneira ampliada e em escala institucional, na forma de percepções deslocalizadas da produção científica e tecnológica.

Palavras-chave: agências de inovação, anomalia, atipicidade, tecnociência.

* Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Evidence of anomaly and atypicality of Science and Technology Policy in the discourse of managers of university Technology Transfer Offices

Abstract

The research community – which includes professionals dedicated to teaching and research, and to the promotion and planning of Science and Technology (S&T) – bears a hegemonic role in shaping Brazil's Science and Technology Policy. Based on this observation, we aim to illustrate how these professionals make their cognitive model count in the decision-making process of this policy. To achieve our objective, we have conducted semi-structured interviews with the managers of three University Technology Transfer offices (TTO), and analyzed the data using the content analysis methodology. Our results strengthen the argument that Brazil's S&T policy is portrayed and conditioned by two dynamics: the generic anomaly and the peripheral atypicality. The former dynamic is highlighted by the belief of these professionals on the endless benefits, neutrality and determinism of technoscience. While the latter displays the conviction to emulate S&T Policies from economically advanced countries, in which the TTO managers internalize quality and relevance criteria to shape their own S&T agendas. This rationality has been reproduced, broadly and on an institutional scale, in the form of delocalized perceptions of scientific and technological production.

Keywords: technology transfer offices, anomaly, atypicality, technoscience.

Introdução¹

Uma comunidade científica é formada por praticantes de uma especialidade científica, sendo que podem existir várias comunidades com um objeto de estudo próprio (Kuhn, 1962). A comunidade mais global é aquela composta por todos os cientistas ligados às “ciências da natureza” (Kuhn, 1962, p. 221), responsáveis por produzir e legitimar o conhecimento científico. Essa noção kuhniana de comunidade científica sofreu influência do estudo de Fleck (1986), sobretudo em relação a coletivos de pensamento. Em Fleck (1986, p. 90; 145), “[...] a palavra ‘conhecer’ só tem significado em relação com um coletivo de pensamento”, sendo este visto como “[...] uma atividade social por excelência, que não

¹ Agradecemos imensamente aos pareceristas pelas contribuições e à Fapesp pelo financiamento para a condução da pesquisa.

pode localizar-se completamente dentro dos limites do indivíduo”. Logo, para o autor, um indivíduo compõe vários coletivos simultaneamente. As implicações das ideias de Fleck e Kuhn permitiram entender a ciência como uma atividade coletiva, em que seus membros compartilham objetivos comuns e falam a mesma linguagem (Ziman, 1979).

Numa perspectiva pós-kuhniana, Funtowicz e Ravetz (1997) defendem a constituição de uma comunidade ampliada, dando espaço para a participação de um público não especialista na tomada de decisão sobre diversos temas, bem como em relação a aspectos éticos e outras demandas.

Embora sem adotar o conceito de coletividade científica proposto por Baumgarten (2004) – como o *locus* de interação entre pesquisadores, empresários, mídia, organizações da sociedade civil etc. –, Dagnino (2007) avança ampliando o conceito usual de comunidade científica, que, em países como o nosso, abrange os profissionais que se dedicam ao ensino e à pesquisa em universidades públicas e aqueles que atuam em institutos públicos de pesquisa e em agências dedicadas ao fomento e planejamento da C&T.

Uma ressalva colocada por Schwartzman (2001) vale espaço nesta discussão: o conceito de comunidade científica é, na realidade, um tipo ideal, isto é, uma construção intelectual que explicita valores, ações sociais e tensões desse grupo social. Nessa perspectiva, assim como a “ciência não é um conceito unívoco e pode significar coisas distintas para pessoas diferentes” (Schwartzman, 2001, p. 24), partimos do entendimento de que o conceito e o uso do termo comunidade científica não a caracteriza como um bloco monolítico e que podem existir diferentes visões. Portanto, para fins deste artigo, tomaremos como ponto de partida para as discussões no âmbito do tema aqui proposto os delineamentos da definição colocada por Dagnino (2007).

Vários autores têm destacado a importância da comunidade científica na elaboração da PCT dos países de capitalismo avançado (ver Gibbons *et al.*, 1994; Nowotny; Scott; Gibbons, 2001; Etzkowitz, 1989; Webster; Etzkowitz, 1991). No caso brasileiro, os cientistas “têm uma participação decisiva nos

rumos do fomento e na conformação da própria estrutura de C&T, não só executando a pesquisa, como também intervindo no planejamento e na gestão e coordenação do setor [...]” (Baumgarten, 2004, p. 120).

Em função da condição periférica de nosso país, Dagnino (2007) procura explicar como se efetiva essa interação e como a comunidade de pesquisa opera no sentido de defender os seus interesses. A elite dessa comunidade tem alcançado uma importância muito maior do que seus congêneres dos países de capitalismo avançado, devido à quase ausência de outros atores sociais (como empresários, trabalhadores, movimentos sociais etc.) no processo de decisão relacionado à PCT (Dagnino, 2016). Quando essa comunidade interage com atores exógenos a ela, ocorre uma predileção por aqueles que reforçam projetos privatistas na formulação das PCTs, fenômeno também verificado em outros países (Slaughter; Leslie, 1997; Serafim, 2011; Spatti; Serafim; Dias, 2016).

Enquanto nos países avançados a comunidade de pesquisa possui papel importante na elaboração da PCT, aqui, ela é o verdadeiro formulador, implementador e avaliador da PCT, constituindo-se no ator hegemônico do seu processo de elaboração (Dagnino, 2007; 2016). Uma correlação entre paradigma da ciência, hegemonia da comunidade científica e internacionalização mimética da PCT – incluindo a conformação de discurso e de comportamento/engajamento pró-mercado e uma agenda neoliberal – pode ser visualizada em diversos estudos (ver Solomon, 1989; Sagasti, 1989; Bozeman, 1994; Elzinga; Jamison, 1995; Slaughter; Leslie, 1997; Dagnino; Thomas, 1999; Slaughter; Rhoades, 2004; Velho, 2004; 2011).²

Na busca por ampliar o impacto do ensino, da pesquisa e da extensão via fomento de ações de empreendedorismo e estabelecimento de parcerias universidade-indústria-governo, o comportamento da comunidade de pesquisa vem sendo crescentemente influenciado pela práxis das agências

² Atualmente, considerando o processo organizado de “anticiência” e de desmonte da ciência como um bem público e das instituições de fomento da CT&I, o papel *hegemônico* (ou *centralidade decisória*) da comunidade científica apresenta-se como importante na demarcação dos papéis nos marcos decisórios das políticas públicas.

de inovação – Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) destinados a gerir políticas de inovação de Instituições Científicas e Tecnológicas e de Inovação (ICTs)³ (Brasil, 2004). Isso pode ser evidenciado pela ênfase recente ao inovacionismo, entendido aqui como a tendência de integrar a pesquisa acadêmica ao setor empresarial,⁴ direcionando a pesquisa para a obtenção de inovações (Oliveira, 2011). Essa perspectiva fortemente alinhada a uma agenda neoliberal, que se firmou no Brasil no início dos anos 2000, alude a um movimento que busca incutir uma “cultura da inovação” – o inovacionismo – por meio de três planos de ação: econômico, institucional e jurídico (Oliveira, 2011).

No plano econômico, as agências de fomento e órgãos afins dos governos federal e estaduais adotaram programas de apoio à P&D e à inovação envolvendo o setor empresarial mediante convênios, empréstimos subsidiados, financiamentos a fundo perdido, bolsas etc. No plano institucional, foram criadas entidades públicas, como as agências de inovação das ICTs, e privadas, sob a forma de associações empresariais. No plano jurídico, os principais marcos desse processo se deram com a criação dos fundos setoriais, em 1999; a realização da 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), em 2001; a promulgação da Lei de Inovação, em 2004; a Lei do Bem, em 2005; e o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI), implantado em 2007 (Oliveira, 2011).

Particularmente, a Lei de Inovação, promulgada em 2004, dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, estabelecendo, dentre outras determinações, que as ICTs devem dispor de um NIT, podendo ser uma estrutura própria ou associada a outras

³ “Órgão ou entidade [...] que inclua em sua missão institucional [...] a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.” (Brasil, cap. V, 2016).

⁴ Esse fenômeno não se apresenta apenas nos países periféricos. Nos EUA, o forte engajamento da comunidade científica em prol de uma agenda neoliberal foi retratado por Slaughter e Leslie (1997) e Slaughter e Rhoades (2004).

ICTs (Brasil, 2004). Posteriormente, no ano de 2016, com a aprovação do novo marco legal da inovação pela Lei nº 13.243/2016, os NITs tornam-se estruturas mais autônomas no âmbito das universidades (Machado; Sartori; Crubellate, 2017). A essas instâncias, são atribuídas as responsabilidades pela proteção do patrimônio industrial e intelectual e pelos procedimentos necessários para o registro de patentes, marcas, direitos autorais de livros, *softwares*, músicas etc. (Lobosco; Moraes; Macari, 2011).

Nesse contexto, o artigo apoia-se em dois pressupostos: (i) a comunidade de pesquisa possui um papel hegemônico na elaboração da PCT brasileira; e (ii) os dirigentes das agências de inovação das universidades públicas, além de assumirem crescente relevância no desenho dessa política, são atores representativos das posições por ela adotadas. Logo, o entendimento do modo como esses profissionais se posicionam frente às duas características da PCT brasileira – sua anomalia genérica e sua atipicidade periférica – é um elemento essencial para informar a ação dos interessados na reorientação da PCT brasileira, no sentido de fazer com que ela assuma seu caráter de política pública, que deve atender aos interesses da maioria da população e, enquanto política-meio, alavancar outras políticas.

O artigo estrutura-se em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, para explicar o comportamento ou o modelo cognitivo desse ator hegemônico, apresenta-se uma das ideias-força do trabalho: a de que é possível entender a PCT como sendo, em todo o mundo, anômala e, nos países periféricos como o nosso, atípica (Dagnino, 2016). Na segunda seção, discorremos sobre as técnicas de incursão no campo da análise do conteúdo, com fundamento especialmente em Bardin (2011). Isso posto, na terceira seção são apresentados os resultados das entrevistas, a fim de mostrar como a práxis dos gestores dos NITs foi estabelecendo uma maneira particular de elaborar a PCT. Finalmente, mostramos com qual modelo cognitivo a comunidade de pesquisa condiciona a política. Tendo como base o marco analítico-conceitual enunciado e sua visualização nos resultados da pesquisa, indicamos a relevância do diagnóstico apresentado

neste trabalho a fim de estabelecer diálogo com os gestores das agências de inovação das universidades públicas ao oferecer insumos para uma possível reorientação das agências de inovação.

A anomalia e a atipicidade da PCT latino-americana

A capacidade da comunidade de pesquisa de países periféricos de atuar como sujeito e objeto na política pública difere substancialmente daquela da comunidade de pesquisa dos países avançados (Dagnino; Thomas; Davyt, 1996). Há, nestes, uma “teia de relações” (de governança) consolidada que sujeita a comunidade a negociar objetivos, recursos e critérios com outros atores (organismos de governos, empresas, ONGs etc.). Já na América Latina, essa teia é rarefeita e incompleta.

Nos países de capitalismo avançado, como resultado da ação dessa teia de relações, os processos de governança em C&T vêm sendo forçados a ampliar o espaço decisório, mediante a inclusão de atores (*stakeholders*) externos à comunidade de pesquisa e o compartilhamento das informações e riscos (Hagendijk; Irwin, 2006). No caso brasileiro, a PCT estrutura-se em um processo de governança discricionário, no qual o engajamento de outros atores sociais – quando e se ocorrer – é simbólico (Serafim, 2016). Essa afirmação tem como base o estudo desenvolvido por Serafim (2016), o qual analisa a governança das Conferências Nacionais de CTI (CNCTI), em comparação com outras 82 conferências realizadas a partir de 2003, buscando identificar o modo de funcionamento, composição e perfil dos atores participantes e suas principais características. Foram analisadas as conferências que ocorreram em 2001, 2005 e 2010⁵. Em relação à constituição do comitê organizador e dos participantes, observa-se que o sistema de escolha se deu por indicação ministerial e não pela garantia da

⁵ A reunião de 1985, conhecida por alguns autores como conferência nacional, não é considerada neste estudo, por suas características distintas de uma conferência nacional estabelecida nos ordenamentos jurídicos nacionais. Depois de 2010, não houve nenhuma outra Conferência Nacional de CTI.

representatividade por região e por grupos de *stakeholders* (acadêmicos, técnicos da administração pública especializados, empresas e sociedade civil organizada), aspectos tão valorizados e promovidos pelas outras conferências nacionais. Em relação ao perfil dos participantes das três CNCTI, observa-se que, enquanto a predominância de participantes da comunidade de pesquisa era de cerca de 70%, a participação de representantes de empresas e sociedade civil organizada era de cerca de 8%, e os outros participantes eram técnicos da administração pública.

As CNCTI, ao contrário das outras conferências que possuem uma pauta constituída com diferentes atores e entes federativos, possuem uma organização rígida, centralizada e fechada a grupos específicos de convidados. Além disso, as discussões se organizam a partir de *position papers* (explicitando a forte centralidade da comunidade de pesquisa), assemelhando-se a congressos e eventos científicos. A despeito da pequena parcela de participação de outros atores como empresas e terceiro setor, o formato da organização e do debate nas CNCTI levam a uma participação simbólica desses atores, assim como dos representantes da administração pública, já que não há margem de fato para uma participação qualificada desde a preparação da conferência até a sua realização. Logo, um processo de governança discricionário, hegemônico pela comunidade de pesquisa, fragiliza o processo de democratização da ciência, pois não promove, efetivamente, o tensionamento de diferentes pontos de vista (Bensaude-Vincent, 2013).

Nesse contexto, enquanto outras políticas públicas decorrem de um processo no qual agendas decorrentes dos projetos políticos de diversos atores são confrontadas (conforme pode ser observado nas outras conferências nacionais), na PCT, como se pode observar na CNCTI, não há margem para dissensos, incertezas e aprendizagens coletivas. Esse diagnóstico, apoiado na incursão nos campos da Análise de Políticas Públicas e da Filosofia da Tecnologia, reforça a ideia de que a PCT é uma política anômala (Dagnino, 2016).

Resumidamente, essa anomalia deriva da manutenção dos mitos da neutralidade e do determinismo da tecnociência.⁶ O primeiro apoia-se na crença de que o desenvolvimento técnico-científico é “uma variável independente e universal [...]” (Dagnino, 2008, p. 86). O segundo mito, o determinismo tecnocientífico, parte da “hipótese de que as tecnologias têm uma lógica funcional autônoma que pode ser explicada sem referência à sociedade” (Dagnino, 2008, p. 81). Ambas as crenças obscurecem a existência de projetos políticos distintos, operacionalizando, assim, os imperativos da razão neoliberal, em especial na desmobilização do social (Brown, 2019). Essa desmobilização, reafirmada por Brown dentro do contexto de um neoliberalismo realmente existente na contemporaneidade, ocorre até o ponto de anular a influência de distintos projetos políticos no processo decisório constituinte da PCT.

Dessa forma, os mitos da neutralidade e do determinismo da tecnociência fazem com que os projetos políticos de outros atores envolvidos com a PCT, como terceiro setor, burocracias estatais, setor produtivo, dentre outros, não se expressem em suas agendas particulares e, conseqüentemente, suas demandas não aparecem na agenda decisória que origina a PCT. Esses mitos, portanto, fortalecem a tal ponto a influência da comunidade de pesquisa que as agendas particulares dos outros atores se confundem com a do ator hegemônico. A anomalia é, portanto, um fenômeno que emerge no momento de formulação da PCT.

A segunda dinâmica não é, como a primeira, genérica, abarcativa ou intrínseca à PCT. Ela ocorre em países que, tal como o Brasil, caracterizam-se por sua condição periférica. Refere-se ao fato de que os atores envolvidos na implementação dessa política, em função do contexto socioeconômico e político em que se inserem, manifestam comportamentos atípicos; isto é,

⁶ A expressão tecnociência é explorada por diversos autores/as, como Bruno Latour, Dominique Pestre, Robert John Ackerman, Bernadette Bensaude-Vincent. Para este trabalho, assumimos que “tecnociência” parte da concepção de que a ciência tende hoje a ser *tool-driven* e de que a tecnologia, enquanto motor da ciência, estrutura-se no axioma da tecnociência capitalista que busca o progresso econômico.

sistematicamente divergentes daqueles observados nos países capitalistas avançados.

Com base nos autores clássicos do Pensamento Latino-americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS) (Dagnino; Thomas; Davyt, 1996), Dagnino (2016) considerou a PCT latino-americana como, além de anômala (como o são as PCTs em todo o mundo), atípica. Sua baixa propensão à inovação tem condicionantes externos e internos. Os primeiros foram evidenciados pelo PLACTS. O baixo estímulo à demanda por conhecimento científico e tecnológico e, por extensão, à inovação pode ser explicado, em parte, por nosso modelo de desenvolvimento: sistema primário-exportador seguido por industrialização via substituição de importações. Tal estratégia desenvolvimentista, dissociada de um “projeto nacional”, priorizava a implantação de atividades produtivas miméticas (Dagnino, 2008). Conforme enfatiza Herrera (1995), o atraso científico na América Latina não é resultado de uma carência de capacidade científica, mas sim consequência de sua estrutura econômica, social e, especialmente, de seu processo histórico de industrialização. Como resultado, o Brasil apresenta uma estrutura de P&D majoritariamente financiada pelo governo, característica de países em desenvolvimento (muito visível na experiência de outros países latino-americanos também, como no caso da Argentina e do México).

A esses condicionantes, Dagnino (2008) adicionou especificidades internas, relativas ao ambiente de produção de bens e serviços. Segundo o autor, países periféricos produzem mercadorias periféricas. As empresas não visam à maximização do lucro pela via da extração da mais-valia relativa proporcionada pela introdução da tecnologia no processo de produção. Nesses casos, a maximização do lucro pela via da extração da mais-valia prescinde da inovação, fenômeno característico do modelo produtivo capitalista, que foi potencializado com a nova divisão internacional do trabalho a partir da década de 1970. Tal fenômeno é agravado em contextos periféricos, com baixa produtividade tecnológica e que, atualmente, passam por uma onda de desindustrialização.

Dentro dessa perspectiva, o Estado brasileiro, a partir da década de 1990, por meio de um conjunto de estratégias, buscou atuar no intuito de reduzir as falhas de mercado, já que estas determinariam o comportamento das empresas no sentido de não investirem recursos próprios em inovação. Buscando induzir as empresas, o Estado implementou instrumentos como Lei da Inovação (Lei nº 10.973/04), Lei do Bem (Lei nº 11.196/05), fundos setoriais e tantos outros (Dias; Serafim, 2014; Bagattolli; Dagnino, 2013).

Apesar da abertura comercial desse período e das tentativas estatais em propor mecanismos de indução à inovação, esta sempre foi restrita, especialmente em função das características das empresas brasileiras e do contexto de periferia nacional. O tímido dinamismo tecnológico pode ser visualizado na baixa propensão das empresas a realizar atividades de P&D (Bagattolli, 2016). Entre 1998 e 2000, 34% das empresas industriais que realizaram algum tipo de inovação no Brasil consideraram atividades internas de P&D como sendo de alta ou média importância. Já no período de 2009-2011, este indicador reduziu-se para 16% (Bagattolli, 2016). Além disso, segundo a Pesquisa de Inovação – Pintec 2017, a intensidade do dispêndio no total das atividades inovativas da indústria registrou 1,65% no triênio 2015-2017, o menor valor desde as últimas três edições da Pintec (IBGE, 2020).⁷ Em relação aos períodos anteriores, a porcentagem de empresas inovadoras, a participação das empresas que inovaram apenas em processo e o percentual de empresas que inovaram em produto e processo também sofreram redução (IBGE, 2020). Esse cenário decorre do nosso contexto periférico, marcado pelo padrão mimético e atípico que condiciona o desenho da PCT brasileira.

Logo, com essas considerações, partimos da ideia de que nossa PCT é caracterizada pela anomalia e atipicidade. A contribuição deste trabalho é avançar no entendimento de como essa política se formula a partir da

⁷ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE realiza desde 2000 a Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec), a qual busca produzir indicadores setoriais, nacionais e regionais das atividades de inovação nas empresas do setor de indústria, eletricidade e gás e de serviços selecionados (IBGE, 2020).

influência da comunidade de pesquisa. Em outras palavras, buscamos responder como o modelo cognitivo desse ator [re]produz essas duas características.

Delineamentos metodológicos: a análise de conteúdo

As escolhas metodológicas deste trabalho nortearam-se pelos estudos de Bardin (2011), especificamente na técnica da análise de conteúdo, em que se busca a “análise dos ‘significados’” (Bardin, 2011, p. 41), a “reconstrução dos significados” (Silva; Gobbi; Simão, 2005) e a reinterpretação das mensagens (Moraes, 1999). Isso porque nossa tentativa é dupla: além de compreender o sentido da comunicação em si (leitura “ao pé da letra”), procura-se “ultrapassar as ‘aparências’” (Rocha; Deusdará, 2005), desvelar as relações que se estabelecem para além das falas em si (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014). Ou seja, inferir, a partir dos níveis mais superficiais do texto, o que a mensagem figura em um segundo plano, por exemplo, nos campos de natureza subjetiva, ideológica, histórica, política e sociológica (Bardin, 2011; Moraes, 1999).

Logo, nosso interesse transcende a descrição dos conteúdos, pois analisa o que eles podem transmitir depois de sistematizados, promovendo uma articulação entre as características da “superfície” do texto e os fatores que as determinam (Bardin, 2011). É nesse sentido que a análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva, e outra interpretativa (Guerra, 2006) que busca desvelar mensagens subjacentes (Rocha; Deusdará, 2005) ou latentes (Silva; Gobbi; Simão, 2005) sobre uma determinada realidade e compreender a construção do significado que os atores sociais exteriorizam no discurso (Silva; Gobbi; Simão, 2005).

Portanto, a análise de conteúdo permite, de um lado, apreender uma realidade que já é visível e, de outro, uma invisível, que se manifesta de forma implícita nas falas (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014; Oliveira, 2008). Esses esforços vão no sentido de revelar o que Rocha e Deusdará

(2005) chamam de “verdadeiro” significado das mensagens. Nas palavras de Bardin (2011, p. 47), “[...] o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise [...] é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas [...] dos enunciados.” Sendo assim, a partir da técnica da análise de conteúdo, pretendemos explicitar o conteúdo das mensagens a fim de efetuar deduções sobre as condições de produção das mesmas.

Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo tem duas funções: uma heurística e a outra de administração de prova. Enquanto a primeira tem um caráter exploratório, no sentido de promover descobertas, a segunda parte de afirmações provisórias ou de hipóteses que, via análises sistemáticas, serão confirmadas. É dessa segunda função da análise de conteúdo que o artigo se serve, já que, sabendo que outros artigos já abordaram características da PCT brasileira, a hipótese que pretendemos testar é a seguinte: o modelo cognitivo (ilustrado pelas falas/discursos) dos gestores das agências de inovação pesquisadas, membros da comunidade de pesquisa, alinha-se às ideias caracterizadas e condicionadas pelas dinâmicas da anomalia genérica e da atipicidade periférica.

O percurso teórico-argumentativo deste artigo baseia-se, primeiramente, no entendimento das visões, valores e fundamentos – o que denominamos de modelo cognitivo – que a comunidade de pesquisa (em seu sentido mais amplo) emprega para elaboração da PCT. O *corpus* da pesquisa baseia-se na transcrição das entrevistas semiestruturadas realizadas com diretores de agências de inovação de três universidades públicas.⁸ As perguntas abordam questões sobre a conformação da produção de conhecimento e a institucionalização da relação universidade-empresa. O material foi classificado em categorias analíticas, a fim de auxiliar na compreensão do que está por trás dos discursos, conforme proposto por Silva, Fossá (2015)

⁸ As universidades não serão identificadas a fim de respeitar e assegurar o sigilo e os direitos previstos nos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aplicados aos entrevistados.

e Bardin (2011). Esse processo de organização dos dados em categorias permite descobrir elementos que eram invisíveis ao nível dos dados brutos (Bardin, 2011).

Neste artigo, as categorias foram definidas *a priori*, a partir de um aporte teórico, configurando um modelo do tipo fechado (Laville; Dionne, 1999) ou por “caixas” (Bardin, 2011). O quadro categorial foi composto por duas dimensões de análise: anomalia e atipicidade. Tomou-se como fundamento analítico-conceitual as discussões em Dagnino (2008; 2016), de forma que foram criados os seguintes critérios para os agrupamentos:

1. Falas que indicam uma percepção associada ao conceito de anomalia: aquelas que decorrem do fato de que os atores que participam do processo decisório da PCT não materializam o seu projeto político nas suas agendas particulares (como ocorre nas políticas “normais”). E que, em função disso, adotam o modelo cognitivo da comunidade de pesquisa, que tem por fundamento a concepção da neutralidade e do determinismo. Em consequência, foram consideradas declarações que denunciam anomalia aquelas que remetem à concepção da neutralidade e do determinismo tecnocientífico;
2. Falas que denotam atipicidade: discursos dos gestores que desvelam a busca por emular práticas existentes nos países avançados e/ou que apontam para a ideia de “criar interesse” na comunidade acadêmica quanto à inovação e ao empreendedorismo. Tais construções lógicas denunciam o entendimento de que não haveria no país um ambiente/ clima propício à inovação, sugerindo que os empresários locais seriam “atrasados” ou que, segundo o marco analítico-conceitual que adotamos, teriam um comportamento atípico.

Os resultados das entrevistas passaram por um processo de diferenciação e, em seguida, de reagrupamento segundo esses critérios previamente definidos. Para os casos em que as falas dos entrevistados refletiam ambas as características, optou-se por desmembrar sua narrativa. Isso porque, na

prática, a atipicidade e a anomalia sobrepõem-se, mas a determinação desses limites permite refletir sobre estratégias para reorientar a PCT.

Uma vez categorizadas as mensagens, foram geradas inferências para entender o que levou os gestores a determinado enunciado, isto é, diz respeito às causas ou antecedentes da mensagem. Para tanto, fizemos uso do processo de decifração estrutural, que teve como ponto de partida as seguintes perguntas, propostas por Bardin (2011): o que está dizendo esta pessoa realmente? O que poderia ter dito de diferente? O que ela não diz, mas está implícito? Qual é a lógica discursiva?

Resultados e discussão

A sistematização das entrevistas com os três gestores de agências de inovação está disposta em dois quadros sinópticos, a partir de elementos que permitem inferir traços de anomalia (Quadro 1) e de atipicidade (Quadro 2) da PCT.

Os trechos 01, 02 e 03 indicam que os gestores creem no benefício infinito da ciência e da tecnologia e na concepção de linearidade de desenvolvimento tecnológico advindo de mais ciência e ciência básica. Acreditar na neutralidade da ciência (“boa ciência”, “ciência de excelência” – trecho 01; “Conhecimento de alto nível” – trecho 02; “excelência de ciência” – trecho 04) e, sobretudo, no determinismo (“boa ciência gera boa tecnologia” – trecho 01) pressupõe que a tecnologia de amanhã será melhor que a de hoje. Além disso, um dos entrevistados julga que o avanço do “conhecimento”, materializado em tecnologias (“conhecimento de alto nível [é aquele] que gera tecnologia” – trecho 02), determinaria o desenvolvimento do país. Semelhantemente, no trecho 06, enfatiza-se que o conhecimento é “útil” quando “redirecionado” (palavras do entrevistado), o que sinaliza exploração comercial e transferência de tecnologias.

Quadro 1 - Anomalia: apresentando discursos

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Você acredita que o conhecimento gerado pelas Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa está sendo devidamente absorvido pelo setor produtivo, convertendo-se, portanto, em bens e serviços para a sociedade?	“Muitos pesquisadores ainda não têm na sua concepção a clareza que boa ciência gera boa tecnologia. Uma ciência de excelência pode gerar inovação ou o conhecimento em si, que já é um valor imensurável.” (TRECHO 01; ENTREVISTADO A) “Exemplo é os EUA, eles construíram uma base tão forte e consolidada e isso resultou numa tecnologia, numa dimensão tão forte que a América vai sempre dominar, até que apareça outra com a mesma dimensão. [...] A China vem investindo em pesquisas de alto impacto, porque é justamente isso que muda e que faz um país ser forte. Do contrário, a balança não fecha. Conhecimento de alto nível, que gere tecnologia, é que faz diferença [...].” (TRECHO 02; ENTREVISTADO A) “De uma forma plena não. Existe um potencial muito maior de transferir esse conhecimento novo, desenvolvido nas pesquisas para as sociedades; por isso a importância das parcerias. A universidade não deve assumir o papel de ser ela a transformadora de uma pesquisa em produto. Esse é o papel da indústria. O problema é que existe uma questão cultural, em que o próprio pesquisador, muitas vezes, não percebe esse potencial [referindo-se ao potencial da pesquisa em transformar-se em bens ou serviços]” (TRECHO 03; ENTREVISTADO B) Não. Acho que a universidade hoje está gerando mais do que é absorvido. Há geração de conhecimentos que ainda não encontrou canais para serem absorvidos. Por ex., hoje temos mais de mil patentes em estoque. Por isso a importância da universidade criar clientela para absorver a tecnologia gerada. Geramos clientes, que é função principalmente das <i>spin-off</i>. Temos que continuar assim. Conhecimento muito superior ao que geramos tecnologias. A excelência de ciência não pode ser substituída. (TRECHO 04 - ENTREVISTADO C)
Os docentes e/ou pesquisadores passaram a procurar a agência de forma sistemática?	“O primeiro passo foi convencer que todos podem contribuir com a inovação, no sentido de que o docente precisava entender que ele pode - e deve - contribuir com seu conhecimento para o avanço econômico e para o progresso da nação. Por isso, foram realizados treinamentos dos estudantes, dos técnicos e dos docentes, em todas as áreas (humanas, exatas, biológicas etc.). No entanto, há sim uma dificuldade a nível nacional, porque nosso país é ainda carente nas áreas de ciências duras, física, química, sendo que a área de engenharia ainda é bastante demandada, bem como as áreas de biociência e biomedicina. A área de educação é um setor que de repente “acordou” que a metodologia deve ser ajustada, porque a disponibilidade de informações mudou. Não só com relação a metodologias, mas instrumentos e <i>softwares</i> precisam ser alterados. Da mesma forma, a área de psiquiatria e psicologia percebeu a necessidade de inovar na forma como lidar com massas. Isso força todas as áreas a procurarem inovação. Hoje ela está disseminada de uma forma quase que igualitária, sendo que todas as áreas são geradoras de inovação.” (TRECHO 05; ENTREVISTADO C)
Percebe-se alguma mudança na postura do docente/ pesquisador/ contratante, quanto ao objeto da pesquisa, ao ritmo e à velocidade da mesma?	“Hoje, o comportamento do pesquisador se alterou, uma vez que ele sabe que seu conhecimento pode ser útil e de que tem suporte e mecanismos para fazer a translação do mesmo. Existem muitos pesquisadores que conseguem identificar seus objetos de pesquisa já pensando no redirecionamento”. (TRECHO 06; ENTREVISTADO A)

Fonte: elaboração dos autores.

Há, portanto, uma lógica linear de pensamento em que o gasto em tecnologias e setores considerados pelos entrevistados como “estratégicos” (entendidos como as *hard sciences*) reverterá, quase que automaticamente, em benefícios para o país. Essa ideia de que o avanço da ciência e da tecnologia necessariamente leva ao progresso social permeia nossa PCT (Dias, 2005; 2009) e está entremeada em falas como a do trecho 04: “a excelência de ciência não pode ser substituída”, que alimentam a crença de um determinismo tecnológico orientado em um único sentido, numa metáfora de “flecha do progresso” (Bensaude-Vincent, 2013, p. 221).

Adicionalmente, fica claro no trecho 03 que o entrevistado, ao compreender que a universidade não deve assumir o papel de transformar a pesquisa em produto, reconhecendo esta atribuição como sendo da indústria, desconhece uma premissa básica do sistema nacional de inovação: aproximação e reconhecimento por parte do mundo acadêmico às demandas do setor industrial, tal como defendido por Gibbons *et al.* (1994) e Nowotny, Scott e Gibbons (2001) no modo interativo de produção de conhecimento (o “Modo 2”) e por Etzkowitz e Leydesdorff (2000), nos pressupostos da Tripla Hélice.

Essa concepção da ciência como origem da tecnologia marcou, nos países de capitalismo avançado, o período do pós-II Guerra Mundial até o início dos anos 1960 (Velho, 2011). Esse período se circunscreve em um contexto de forte investimento estatal, amparado pela estruturação do Estado de bem-estar social keynesiano e alicerçado pela aliança entre comunidade científica e indústria de defesa (Castelfranchi, 2008; Dias, 2011). Contudo, conforme mostram nossos resultados, parece haver resquícios dessa concepção, conhecida como Modelo Linear de Inovação (MLI) (trecho 04). Seus principais pressupostos são: (i) distinção rígida entre pesquisa básica (científica) e pesquisa aplicada (tecnológica e industrial); (ii) investigação básica como prioritária e única fonte de inovação; e (iii) concepção de que o processo inovador pode ser representado como uma sequência de etapas, em que não são previstos *feedbacks* (Balconi *et al.*, 2010; Godin, 2006).

Tal modelo relaciona-se à visão tecnocrática da inovação, pois pressupõe a inovação como um “ato de produção” e não como “um processo social contínuo envolvendo atividades como gestão, coordenação, aprendizado, negociação etc.” (Sirilli, 1998, p. 12, tradução nossa).

Investir recursos em P&D não significa, automaticamente, sucesso no desenvolvimento tecnológico, tampouco econômico (Sirilli, 1998). Paralelamente a isso, faz-se necessário compreender a referência à “ciência de excelência” abordada – de forma explícita ou não – nos trechos 01, 02, 03 e 04. Compreende-se, pelo teor da resposta e lugar de fala em que se encontram os gestores, que essa “ciência de excelência” é aquela espelhada nos países centrais e que será capaz de gerar inovação. Apesar de uma menção referente à sociedade, as falas não abarcam discussões relativas à relevância e ao poder contributivo da tecnociência e das inovações ao desenvolvimento nacional.

Os trechos 05 e 06 apresentam a ideia de que, sendo a tecnociência “boa, verdadeira e universal”, devemos emular o que fazem os países líderes, com especial foco nas “áreas de ponta”. A fala evidencia a visão de que a tecnociência, enquanto neutra, produzida em busca da verdade e da eficiência, pode ser usada em prol da sociedade, para o “progresso da nação” (trecho 05). Logo, percebemos que as falas dos gestores entrevistados destacam aspectos que traduzem uma visão unidirecional e tecnicista do processo de inovação (conforme transparece especialmente no trecho 04), em detrimento da visão de que a tecnologia não é meramente ciência aplicada e que a inovação é um processo dinâmico, complexo e multidimensional (Pinheiro, 2015).

A seguir, no Quadro 2, podemos observar os discursos que manifestam uma percepção coerente com o conceito de atipicidade.

Quadro 2 - Atipicidade: apresentando discursos

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Você acredita que o conhecimento gerado pelas Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa está sendo devidamente absorvido pelo setor produtivo, convertendo-se, portanto, em bens e serviços para a sociedade?	“Exemplo é os EUA, eles construíram uma base tão forte e consolidada e isso resultou numa tecnologia, numa dimensão tão forte que a América vai sempre dominar, até que apareça outra com a mesma dimensão. No dia em que o Brasil tiver o setor empresarial nacional investindo em produtos de base tecnológica para o mercado internacional, certamente vamos inverter nossa balança econômica. A China vem investindo em pesquisas de alto impacto, porque é justamente isso que muda e que faz um país ser forte. Do contrário, a balança não fecha. Conhecimento de alto nível, que gere tecnologia, é que faz diferença”. (TRECHO 07; ENTREVISTADO A) “Nos EUA e na Europa muito dinheiro é revertido para a sociedade. Em termos de <i>royalties</i>, os EUA têm em torno de 20 universidades que são autossustentáveis, como o MIT e a Stanford. Quanto à [agência do entrevistado], parte do que é revertido para a sociedade pode ser visualizado por meio das empresas filhas que, no caso da [agência do entrevistado], a maioria delas é de base tecnológica. Outra parte pode ser percebida por meio do número de licenciamentos.” (TRECHO 08 - ENTREVISTADO B) “Hoje, temos mais de mil patentes em estoque. A nossa universidade está bem posicionada, sendo a oitava em depósito de patente; [...] nós fizemos vários eventos internacionais, competições com os estudantes [...], ensinando como fazer patente etc.; fizemos mala direta, manual ensinando como são os trâmites, como faz patente. [...] Hoje, a Universidade ocupa o 3º lugar como instituição que mais entra com pedidos de registro de patentes junto ao INPI”. (TRECHO 09; ENTREVISTADO C)
Percebe-se alguma mudança na postura do docente/pesquisador/contratante, quanto ao objeto da pesquisa, ao ritmo e à velocidade da mesma?	“[...] os professores da geração passada, quando ainda a discussão acerca de empreendedorismo e inovação era incipiente no Brasil, estão se aposentando, sendo que os novos alunos/professores estão chegando com uma mentalidade diferente, principalmente aqueles que tiveram alguma experiência no exterior. Há algumas décadas, não se falava na palavra ‘inovação’. (TRECHO 10; ENTREVISTADO B) “A Universidade (...do entrevistado...) está bem posicionada, sendo a oitava em depósito de patente. Temos também várias parcerias e buscamos criar a cultura de inovação dentro da própria universidade. Começou-se a estimular os alunos a serem empreendedores, sobre a importância do empreendedorismo de base tecnológica. Temos também várias parcerias e buscamos criar a cultura de inovação dentro da própria universidade. Para isso, nós fizemos vários eventos internacionais, competições com os estudantes de planos de negócio, ensinando como fazer patente etc. Não é característica de uma agência de inovação fazer isso, mas no Brasil nós precisamos criar essa cultura”. (TRECHO 11; ENTREVISTADO A)
Quando a universidade passou a fomentar e a incentivar a aproximação com o setor produtivo? O papel da agência de inovação foi fundamental?	“A agência é muito sólida porque como a gente não tem essa cultura [de inovação], nós fizemos modelos que são tidos como nas grandes universidades americanas. Menos patentes, mas muito mais qualificadas. Mais recentemente, nós começamos a criar uma metodologia de ‘abandono’ de patente (depois de 8 anos que foi licenciada, ela não tem mais interesse)”. (TRECHO 12, ENTREVISTADO A)
Os docentes e/ou pesquisadores passaram a procurar a agência de forma sistemática?	Passaram. O problema é que normalmente a procura tem sido muito maior, sendo que o número de funcionários não atende tal demanda. Estamos justamente, com a nova gestão, tentando aumentar o número de colaboradores na agência. Como a nossa universidade é muito grande e heterogênea, há grupos de pesquisa que tem isso muito claro, de excelência de pesquisa, mas muitos ainda não possuem, então entendemos que é nosso papel também criar essa cultura. (TRECHO 13 - ENTREVISTADO A)

Fonte: Elaboração dos autores.

Conforme apresentado nos trechos 07 e 11, existe a visão de que a produção de conhecimento atual toma sentido maior quando há aplicabilidade (ou seja, quando é capaz de interessar às empresas), sendo a preocupação com o patenteamento uma constante presente nos discursos e uma medida de comparação e sucesso das agências e da universidade como um todo. O patenteamento tem sido considerado como a forma mais indicada para a apropriação do conhecimento pelo assim chamado setor produtivo (as empresas). Esse comportamento revela um viés à “dureza”, que se traduz na preferência pela investigação em determinadas áreas de conhecimento da C&T, com foco, primariamente, nas ciências “duras” (particularmente a física e as engenharias), em detrimento, sobretudo, das ciências humanas e sociais (Spiegel-Rösing, 1977). Como resultado, pautado por um processo de inovação subordinado aos valores de troca em detrimento da utilidade do produto do trabalho (Ferraz, 2019), o desenvolvimento de pesquisas com temas “menos competitivos” adquire um grau de menor importância.

Essa visão pró-patente (Arundel, 2001) tem sido crescentemente incorporada nas políticas de fomento à ciência e à tecnologia (Bagattolli; Dagnino, 2013). O estímulo ao acúmulo de ativos de propriedade intelectual vem associado à criação de invenções que não se convertem em novos produtos, processos, aplicações, materiais e serviços (Kipper; Grunevald; Neu, 2011).

A corrida pelo patenteamento pode potencializar a produção de pesquisas com baixo potencial mercadológico e sem relevância econômica e/ou social, fazendo, inclusive, com que as universidades tenham que implementar iniciativas de descontinuidade (abandono) da manutenção de patentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), dados os custos (financeiros e de gestão) inerentes ao processo.

Consequentemente, a PCT – que, como qualquer outra política pública, visa a induzir no âmbito dos atores envolvidos comportamentos considerados coerentes com o interesse público – acaba por privilegiar temas de pesquisa

com potencial de proteção e transferência tecnológica e, assim, promover o aumento da lucratividade das empresas. São então relegadas linhas de pesquisas que poderiam produzir resultados apropriáveis por arranjos econômico-produtivos autônomos, não baseados na propriedade privada dos meios de produção, como iniciativas de economia solidária e/ou tecnologias sociais.

É uma estratégia que vai na “contramão” do benefício à sociedade (Bagattolli; Dagnino, 2013). Isso se evidencia ao considerar-se que o depósito de patentes cresceu ao longo dos anos (Bagattolli; Dagnino, 2013; Brito; Fausto, 2015), mas a materialização do conhecimento em inovações tecnológicas pelas empresas não acompanhou esse ritmo (Bagattolli; Dagnino, 2013). Brito e Fausto (2015) realizaram uma pesquisa com universidades públicas brasileiras e identificaram que, apesar da somatória dos pedidos de patentes das universidades entrevistadas ter mais do que dobrado nos dez anos precedentes à pesquisa, o número de licenciamentos permaneceu praticamente o mesmo. Em outras palavras, os autores evidenciaram que o aumento de pedidos depositados não necessariamente resulta em aumento no número de transferências tecnológicas (Brito, Fausto, 2015).

Os entrevistados correspondentes aos trechos 11, 12 e 13 relacionam a baixa propensão a inovar a fatores predominantemente culturais do nosso contexto periférico. Essa percepção, de que “a gente não tem essa cultura [de inovação]” (trecho 12) e de que é preciso “criar essa cultura” (trechos 11 e 13), permeia, implícita ou explicitamente, várias retóricas. No trecho 03, por exemplo, o entrevistado afirma que há um “problema” de ordem cultural, que dificulta ao pesquisador perceber o potencial da pesquisa em transformar-se em bens ou serviços. Entende, portanto, que é necessário criar uma cultura de inovação, convencendo empresários e a comunidade acadêmica da importância de iniciativas inovadoras. Isso se evidencia quando o entrevistado referente ao trecho 11 afirma: “buscamos criar a cultura de inovação dentro da própria universidade”.

A referência à “cultura” vem, em geral, associada à valorização da emulação de práticas dos países capitalistas avançados. Nas falas, não se percebe a consideração de um processo crítico de adaptação dessas práticas ao contexto da universidade e/ou do país. Corroborando essa percepção descolada de antecedentes e consequentes sociais, os trechos 10 e 12 denotam que o entrevistado considera que a solidez de sua agência se deve à emulação de modelos provenientes dos países avançados. Conforme destacado por Dagnino e Thomas (2001, p. 210), “no plano do processo de elaboração de políticas, é usual um desejo de emulação dos resultados positivos de um elemento de PCT estrangeiro em seu meio local.” Entretanto, esse movimento tende “a reforçar e, no limite, a gerar a ‘condição periférica’”.

Esta percepção nos coloca um potencial desafio: cuidar para que a universidade não se torne uma instituição de inovações tecnológicas e de processos sem utilidade produtiva, em que se pede “à ciência que ‘produza’ conhecimentos e ela passa cada vez mais a parecer uma atividade de administração, enquanto a gestão das empresas ou da saúde pública tornam-se cada vez mais um assunto científico” (Bensaude-Vincent, 2013, p. 221). Incentivar docentes e pesquisadores passa por discutir a própria pesquisa na universidade e a antecipar, portanto, um possível deslocamento entre pesquisa/inovação e necessidades da sociedade (incluindo aqui o setor produtivo), o que já foi amplamente debatido pelos autores da corrente do PLACTS. Um exemplo dessa realidade pode ser visualizado na relação entre a quantidade de patentes depositadas e o número de licenciamentos firmados.

Para além das falas dos gestores, é importante evidenciarmos o quanto a obsessão pelo patenteamento e inovacionismo por parte das instituições públicas de pesquisa no Brasil situa-se no domínio das transformações de caráter mais amplo associadas ao fortalecimento do pensamento neoliberal (Spatti; Serafim; Dias, 2016), assim como contamina a conduta do ser humano (definição foucaultiana), das relações sociais (definição bourdieusiana) e das

racionalidades (definição weberiana). O neoliberalismo enquanto estratégia política visa, dentre outras medidas, transferir os ativos do domínio público e popular aos domínios privados. Essa condução privatista, ancorada na teoria liberal de Hayek, pode ser visualizada na privatização e mercadorização dos benefícios sociais, das instituições públicas (universidades, laboratórios de pesquisa), das formas culturais (turismo e música), dos bens comuns ambientais globais (terra, ar e água) e, do que nos concerne neste trabalho, dos direitos de propriedade intelectual (Wacquant, 2012).

A lógica do mercado e da moral é vista pelos neoliberais como a verdadeira natureza da justiça. Assim, o neoliberalismo promove a ideia de autogoverno dos indivíduos de modo que eles tendem a conformar-se e naturalizar certas normas e condutas (Dardot; Laval, 2009), como incorporação dos ideais de alocação eficiente de recursos e recompensas em todas as dinâmicas da sociedade.

O neoliberalismo produz uma homogeneização da visão de mundo na qual se sacramenta a responsabilização individual e promoção de indivíduos empreendedores de si mesmos, levando-os a processos cada vez mais alienantes, já que a coletividade se desfaz. O estado neoliberal tem de ser enxuto, não soberano e milimetricamente focado na legislação e nas garantias/condicionantes de mercado, não podendo atender as demandas de massas, produzidas pelo social (Brown, 2019). Nesse sentido, a noção de bem público se esvai com o tempo, conforme a primazia do privado se fortalece e, por conseguinte, as instituições públicas iniciam seu processo de desconstrução.

Os dirigentes das agências de inovação não evidenciam em suas falas reconhecerem que o contexto em que nos encontramos é bastante peculiar, configurando-se a partir do encontro de condicionantes externos – força neoliberal (com toque antidemocrático e conservador), financeirização do mercado global e nova divisão internacional do trabalho – com condicionantes internos – baixa produtividade tecnológica, desindustrialização, acomodação

na vertente exportadora primária e baixa propensão por parte dos empresários a inovar.

Considerações finais: sobre a relevância deste diagnóstico para a reorientação da PCT brasileira

As retóricas predominantes na comunidade de pesquisa condicionam o processo decisório da PCT brasileira a apresentar traços de anomalia e atipicidade. Isso pode ser evidenciado pelo entendimento dos elementos que estruturam o modelo cognitivo desse ator – representado aqui pelos dirigentes de agências de inovação de universidades públicas – e que influenciam a política: (i) ênfase em instrumentos e estratégias de atuação que impulsionem e/ou criem o que se denomina “cultura de inovação”; (ii) ímpeto pelo inovacionismo e pela geração de patentes; (iii) crença de que há temas e áreas do conhecimento mais importantes (os que potencialmente interessariam às empresas e gerariam impactos sociais intermediados pela lucratividade empresarial; o que explica a ênfase nas ciências duras); (iv) discurso da emulação dos casos de sucesso, em especial daqueles implementados pelo eixo EUA-Europa; (v) perspectiva do benefício infinito da tecnociência, de sua neutralidade e do seu determinismo; e (vi) concepção de linearidade do desenvolvimento tecnocientífico.

Os gestores das agências de inovação analisadas internalizam critérios de qualidade e relevância baseados em agendas científicas e tecnológicas de países de capitalismo avançado, os quais, em sua percepção, produzem uma ciência de excelência. Essa visão de mundo, condicionada por processos de socialização que envolvem visões gerencialistas, deve ser entendida como parte do projeto de sociedade neoliberal, cujos condicionantes são fundamentais para compreender subjetividades, posições adotadas ou modelos cognitivos constitutivos da comunidade de pesquisa que hegemoniza o processo de elaboração da PCT.

O ímpeto inovacionista explicitado suplanta o poder contributivo da tecnociência e de outras formas de arranjos produtivos ao desenvolvimento nacional. Essa racionalidade vai sendo reproduzida, de maneira ampliada e à escala institucional, na forma de percepções deslocalizadas da tecnociência e de sua política. Com efeito, considerando que a PCT é uma construção social, condicionada, portanto, pelos posicionamentos de seus atores, e que a elite da comunidade de pesquisa tem sido hegemônica em sua elaboração, o processo de negociação entre diferentes atores sociais não acontece, coibindo tensionamentos entre projetos políticos alternativos.

Isso posto, um redirecionamento da PCT no sentido de atender o interesse da sociedade só será possível quando ocorrerem duas condições: a primeira é que os mitos da neutralidade e do determinismo da tecnociência sejam questionados pelos líderes da comunidade de pesquisa; a segunda condição será satisfeita quando eles entenderem que os empresários locais, longe de serem atrasados ou destituídos de uma cultura empreendedora e/ou de inovação, possuem um comportamento que, apesar de atípico, é perfeitamente racional do ponto de vista socioeconômico (e que em todo o mundo pauta a sua conduta) e coerente com nossa condição periférica (a qual, é evidente, não será desconstruída pela via da PCT).

Diagnósticos explicativos, como o que esse trabalho conduz, ao explicitar (e explicar) nossas idiossincrasias, cumprem um papel social no sentido de repensar e reorientar a prática das agências de inovação à promoção do conhecimento e a reforçar o papel da universidade na posição de instituição capaz de produzir conhecimento socialmente pertinente e comprometido com a noção de bem público. Entretanto, faz-se necessário reconhecer os limites desse diagnóstico, já que o desenho da pesquisa considera apenas entrevistas com gestores de três instituições públicas de excelência em ensino, pesquisa e extensão. Compreendemos que a comunidade de pesquisa brasileira não é um bloco monolítico e não pode ser reduzida à interpretação desses acadêmicos entrevistados. Por outro lado, os elementos apresentados nesse artigo demonstram que eles compartilham

e reforçam – por meio de sua atuação acadêmica e institucional – a visão de mundo da elite da comunidade de pesquisa, que é influenciada por (ao passo que também influencia) outros fatores de poder e de dominação, tanto de ordem política quanto econômica.

Ana Carolina Spatti é Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Ciências Humanas e Sociais (Unicamp).

✉ anaspatti@ige.unicamp.br

Milena Pavan Serafim é Professora Doutora do curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências Aplicadas e dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências humanas e Sociais e em Política Científica e Tecnológica da UNICAMP.

✉ milenaps@unicamp.br

Renato Peixoto Dagnino é Doutor em Ciência Econômica e Professor Titular na Universidade Estadual de Campinas.

✉ rdagnino@unicamp.br

Referências

1. ARUNDEL, Anthony. The relative effectiveness of patents and secrecy for appropriation. **Research Policy**, v. 30, n. 4, p. 611-624, 2001.
2. BAGATTOLLI, Carolina. **Política científica e tecnológica e dinâmica inovativa no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
3. BAGATTOLLI, Carolina; DAGNINO, Renato P. Política de estímulo às patentes no Brasil: avançando na contramão? **Revista Economia & Tecnologia**, v. 9, n. 3, p. 73-86, 2013.
4. BALCONI, Margherita; BRUSONI, Stefano; ORSENIGO, Luigi. In defence of the linear model: an essay. **Research Policy**, v. 39, n. 1, p. 1-13, 2010.
5. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
6. BAUMGARTEN, Maíra. Comunidades ou coletividades? O fazer científico na era da informação. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 4, p. 97-136, 2004.
7. BENSAUDE-VINCENT, Bernadette. **As vertigens da tecnociência: moldar o mundo átomo por átomo**. São Paulo: Ideias e Letras, 2013.
8. BOZEMAN, Barry. Evaluating government technology transfer: early impacts of the cooperative technology paradigm. **Policy Studies Journal**, v. 22, n. 3, p. 322-327, 1994.

9. BRASIL. Presidência da República. Congresso Nacional. **Lei no 10.973**, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, 2004.
10. BRITO, Eduardo V.; FAUSTO, Daiane A. Critérios utilizados por universidades públicas para o abandono de patentes e de pedidos de patentes não licenciados. **Revista iPecege**, v. 1, n. 2, p. 147-168, 2015.
11. BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
12. CASTELFRANCHI, Juri. **As serpentes e o bastão**: tecnociência, neoliberalismo e inexorabilidade. Tese (doutorado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.
13. CAVALCANTE, Ricardo B.; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, p. 13-18, 2014.
14. DAGNINO, Renato. A anomalia da política de C&T e sua atipicidade periférica. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad - CTS**, v. 11, n. 33, p. 33-63, 2016.
15. DAGNINO, Renato. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico**: um debate sobre a tecnociência. Campinas: Unicamp, 2008.
16. DAGNINO, Renato; DIAS, Rafael. A política de C&T brasileira: três alternativas de explicação e orientação. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 6, n. 2, p. 373-403, 2007.
17. DAGNINO, Renato; THOMAS, Hernán. **Planejamento e políticas públicas** de inovação: em direção a um marco de referência latino-americano. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 205-231, 2001.
18. DAGNINO, Renato; THOMAS, Hernán. La política científica y tecnológica en América Latina. **Redes**, v. 12, n. 6, p. 49-74, 1999.
19. DAGNINO, Renato; THOMAS, Hernán; DAVYT, Amílcar. El pensamiento en Ciencia, Tecnología y Sociedad en Latinoamérica: una interpretación política de su trayectoria. **Redes**, n. 7, p. 13-51, 1996.
20. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, [2009] 2016.
21. DIAS, Rafael de B. O que é a política científica e tecnológica? **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 316-344, 2011.
22. DIAS, Rafael de B. **A trajetória da política científica e tecnológica brasileira**: um olhar a partir da análise de política. 2009. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.
23. DIAS, Rafael de B. **A política científica e tecnológica latino-americana**: relações entre enfoques teóricos e projetos políticos. Campinas: Unicamp, 2005.

24. DIAS, Rafael de B.; SERAFIM, Milena P. A política científica e tecnológica brasileira nos anos 2000 e a “agenda da empresa”: um novo rumo? *In: CAMPOS, Cristina et al. (orgs.). Abordagens em Ciência, Tecnologia e Sociedade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 141-164.
25. ELZINGA, Aant; JAMISON, Andrew. Changing policy agendas in science and technology. *In: Jasanoff, Sheila et al. Handbook of science and technology studies*. Londres: Sage, 1995. p. 572-597.
26. ETZKOWITZ, Henry. Entrepreneurial science in the academy: a case of the transformation of norms. *Social Problems*, v. 36, n. 1, p. 14-29, 1989.
27. ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The dynamics of innovation: from national systems and “mode 2” to a triple helix of university–industry–government relations. *Research Policy*, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.
28. FERRAZ, Janaynna de M. **Para além da inovação e do empreendedorismo no capitalismo brasileiro (manuscrito)**. Tese (doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, 2019.
29. FUNTOWICZ, Silvio; RAVETZ, Jerry. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, v. 4, n. 2, p. 219-230, 1997.
30. FLECK, Ludwik et al. **La génesis y el desarrollo de un hecho científico: introducción a la teoría del estilo de pensamiento y del colectivo de pensamiento**. Madrid: Alianza, 1986.
31. GIBBONS, Michael et al. **The new production of knowledge: dynamics of science and research in contemporary societies**. Londres: Sage Publications, 1994.
32. GODIN, Benoît. The linear model of innovation. The historical construction of an analytical framework. *Science, Technology & Human Values*, v. 31, n. 6, p. 639-667, 2006.
33. GUERRA, Isabel C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso**. Estoril: Príncípa, 2006.
34. HAGENDIJK, Rob; IRWIN, Alan. Public deliberation and governance: engaging with science and technology in contemporary Europe. *Minerva*, n. 44, p. 167-184, 2006.
35. HERRERA, Amílcar. Los determinantes sociales de la política científica en América Latina. Política científica explícita y política científica implícita. *Redes*, v. 2, n. 5, p. 115-125, 1995.
36. IBGE. **Pesquisa de Inovação 2017**. Informativo. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa de Inovação, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101706_informativo.pdf.
37. KIPPER, Liane M.; GRUNEVALD Isabel; NEU, Diane F. P. **Manual de propriedade intelectual**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

38. KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 1962.
39. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
40. LOBOSCO, Antonio; MORAES, Marcela B. de; MACCARI, Emerson A. Inovação: uma análise do papel da agência USP de inovação na geração de propriedade intelectual e nos depósitos de patentes da Universidade de São Paulo. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 4, n. 3, p. 406-424, 2011.
41. MACHADO, Hilka P. V.; SARTORI, Rejane; CRUBELLATE, João M. Institucionalização de núcleos de inovação tecnológica em instituições de ciência e tecnologia da região sul do Brasil. **REAd-Revista Eletrônica de Administração**, v. 23, n. 3, p. 5-31, 2017.
42. MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
43. NOWOTNY, Helga; SCOTT, Peter; GIBBONS, Michael. **Re-thinking science: knowledge and the public in an age of uncertainty**. Cambridge: Polity Press/Blackwell, 2001.
44. OLIVEIRA, Marcos B. de. O inovacionismo em questão. **Scientiae Studia**, v. 9, n. 3, p. 669-675, 2011.
45. PESTRE, Dominique. Ciências e participação das populações nas escolhas técnico-científicas. Disputas, economia e formas de governo. **Revista de Direito Sanitário**, v. 19, n. 1, p. 75-116, 2018.
46. PINHEIRO, Alessandro M. Apresentação: Stephen J. Kline, Nathan Rosenberg - an overview of innovation. **Rev. Brasileira Inovação**, v. 14, n. 1, p. 9-48, 2015.
47. ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea: Estudos Neolatinos**, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.
48. SAGASTI, Francisco R. Science and technology policy research for development: an overview and some priorities from a Latin American perspective. **Bulletin of Science, Technology and Society**, v. 9, n. 1, p. 50-60, 1989.
49. SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: MCT, 2001.
50. SERAFIM, Milena P. O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina. **Avaliação**, v. 16, n. 2, p. 241-265, 2011.
51. SERAFIM, Milena P. Perceptions of stakeholders about Brazil's National STI Conference. In: 4S/EASST Conference. **Anais...** Barcelona, 2016.

52. SILVA, Cristiane R.; GOBBI, Beatriz C.; SIMÃO, Ana A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.
53. SILVA, Andressa H.; FOSSÁ, Maria I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 16, n. 1, s/p, 2015.
54. SIRILLI, Giorgio. Conceptualising and measuring technological innovation. *In: II Conference on Technology Policy and Innovation*. **Anais...** Lisboa, 3-5 ago. 1998.
55. SLAUGHTER, Sheila; LESLIE, Larry L. **Academic capitalism**: politics, policies, and the entrepreneurial university. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.
56. SLAUGHTER, Sheila; RHOADES, Gary. **Academic capitalism and the new economy**: markets, state and higher education. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.
57. SOLOMON, Joan. The social construction of school science. *In: MILLAR, Robin (ed.). Doing science*: images of science in science education. Londres, Nova York, Filadélfia: The Falmer Press, 1989. p. 126-136.
58. SPATTI, Ana C.; SERAFIM, Milena P.; DIAS, Rafael de B. Universidade e pertinência social: alguns apontamentos para reflexão. **Avaliação**, v. 21, n. 2, p. 341-360, 2016.
59. SPIEGEL-RÖSING, Ina. The study of science, technology and society (STS): recent trends and future challenges. *In: SPIEGEL-RÖSING, Ina; SOLLA PRICE, Derek de (eds.). Science, technology and society*. A cross-disciplinary perspective. Beverly Hills: Sage Publications, 1977. p. 7-42.
60. VELHO, Léa. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. **Sociologias**, v. 13, n. 26, p. 128-153, 2011.
61. VELHO, Léa. Research capacity building for development: from old to new assumptions. **Science, Technology and Society**, v. 9, n. 2, p. 172-207, 2004.
62. WACQUANT, Loïc. Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism. **Social Anthropology**, v. 20, n. 1, p. 66-79, 2012.
63. WEBSTER, Andrew; ETZKOWITZ, Henry. **Academic industry relations**: the second academic revolution? Londres: Science Policy Support Group, 1991.
64. ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Belo Horizonte, São Paulo: Ed. Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

Recebido: 14 junho 2020.

Aceito: 8 julho 2020.

<http://doi.org/10.1590/15174522-101780>

A caminhada como prática de resistência: uma análise a partir da visão sociológica de David Le Breton

Sílvia Maria Agatti Lüdorf* 

Resumo

Caminhar é uma das práticas corporais mais elementares, mas que pode assumir diferentes significados a depender do contexto social e histórico. No âmbito da sociologia do corpo, David Le Breton é detentor de uma posição de prestígio intelectual e científico, porém, suas obras e reflexões sobre a caminhada são ainda pouco conhecidas no Brasil. O objetivo deste artigo é analisar como a caminhada pode ser considerada uma prática de resistência, a partir da visão sociológica de Le Breton. Com base em fontes documentais e entrevistas com o autor, foram desenvolvidos dois eixos de análise: o primeiro explora a caminhada como forma de resistência a determinados aspectos da sociedade contemporânea, que privilegiam a velocidade, o efêmero e o caráter utilitário das relações e emoções; no segundo, a caminhada emerge como uma forma satisfatória de desaparecer de si, diante da resistência à imperiosa necessidade de lidar com diferentes identidades imposta pela sociedade. Estudar a caminhada nessa perspectiva pode colaborar para o repensar das lógicas presentes em torno das práticas corporais e – por que não? – presentes em nosso enraizamento social. Refletir sobre aspectos sociológicos fundamentais ligados a ser corpo é mais que pertinente quando valores associados ao ritmo vertiginoso de nossa existência estão sendo colocados em xeque.

Palavras-chave: sociologia do corpo, antropologia do corpo, atividade física, caminhada, práticas corporais.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Walking as a practice of resistance: an analysis from the sociological view of David Le Breton

Abstract

Walking is one of the most elementary bodily practices, but it can have different meanings depending on the social and historical context. In the field of the sociology of the body, David Le Breton holds a position of intellectual and scientific prestige, however, his works and reflections about hiking are not well known in Brazil. The aim of this paper is to analyze how walking can be considered a practice of resistance, from the sociological view of David Le Breton. Based on documentary sources and interviews with the author, two axes of analysis were developed. The first explores walking as a form of resistance to certain aspects of contemporary society, such as speed and the ephemeral and utilitarian aspects related to the social relations. In the second axe, walking emerges as a satisfactory way to disappear from yourself, as it is important to resist to the imperative need of dealing with different identities imposed by society. To analyse walking in this perspective can collaborate to rethink the logics that operate around bodily practices and – why not? – present in our social roots. The reflection upon fundamental sociological aspects of being a body is more than pertinent in a social context where values associated to a dizzying rhythm of our existence are being put in check.

Keywords: sociology of the body, anthropology of the body, physical activity, walking, bodily practices.

Introdução

Onde está a verdade, ou melhor, a pertinência da pesquisa, senão nas condições de sua produção, em permanência submetidas à dúvida, ao rigor, à troca com os outros (Le Breton, 2007, p. 93).

Caminhar é uma das atividades mais elementares praticadas pelo ser humano. Colocar o corpo em movimento era necessário à sobrevivência desde os primórdios da humanidade. Nas sociedades pré-industriais, correr, nadar, dentre outras, eram atividades motoras que permitiam a locomoção e o intercâmbio corporal com a natureza (Pámpols, 1995). Estudos associados à caminhada apresentam enfoques variados,

como os que tratam dos benefícios para a saúde e bem-estar (Gidlow *et al.*, 2016; Wolf; Wohlfart, 2014) ou na perspectiva de lazer e turismo (Svarstad, 2010; Marafa; Ting; Cheong, 2007). Em que pese a importância de estudos sobre a caminhada a partir dos pressupostos biológicos ou, ainda, como atividade de lazer, analisar aspectos socioculturais envolvidos nessa primordial atividade constitui-se em exercício fundamental para se compreender algumas das dimensões das práticas corporais à luz da sociedade contemporânea.

Para Le Breton (2011), o corpo é o eixo de relação com o mundo, um analista de grande porte para a compreensão do presente. Assim, as ações da vida cotidiana e os usos do corpo, como as atividades físicas e esportivas, e a caminhada, envolvem sistemas simbólicos, representações e imaginários construídos por atores sociais em dados contextos e tempos.

Estudos sobre corpo experimentaram avanço considerável nas últimas décadas, especialmente nas ciências humanas e sociais (Shilling, 2007; Wainwright; Turner, 2006; Blackman; Featherstone, 2010). Como campo de estudos de característica transdisciplinar, a sociologia do corpo, por sua vez, consolida-se de modo enfático a partir da década de 1990 e é acionada para subsidiar discussões das mais variadas temáticas, tais como trabalho, mídias, tecnologias, artes, esportes, vida, condutas de risco etc. (Blackman; Featherstone, 2010; Zarias; Le Breton, 2019). As atividades físicas e esportivas, neste contexto, despertam cada vez mais interesse das abordagens sociológicas.

O estudo de Mauss (2003) sobre as técnicas corporais é considerado clássico e seminal para as discussões sobre corpo e cultura (Le Breton, 2011; Crossley, 2007; Shilling, 2007), mas nota-se expressivo aumento das abordagens que tematizaram as práticas corporais nas últimas décadas. Exemplarmente, análises de cunho sociológico e antropológico de modalidades esportivas como boxe (Wacquant, 2002; 2006; 2010), *ballet* (Aalten, 2007; Wainwright; Turner, 2006) e natação (Scott, 2010) permitem conhecer os múltiplos significados associados ao corpo, saúde, desempenho e dor, a depender dos contextos e grupos sociais. Academias de

ginástica também têm sido alvo de interesse de variados estudos, tais como: investigação sobre as identidades corporais, normas e funcionamento desses ambientes (Sassatelli, 2000; 2015); análise do esporte feminino e algumas atividades físicas de *fitness* a partir do referencial de Michel Foucault sobre as tecnologias de si (Markula, 2003; 2004); técnicas corporais e conversão das interações em capital social nos chamados *health clubs* (Crossley, 2007; 2008) ou o que representa o *bodily capital* (Hutson, 2013).

Diante deste que parece um panorama encorajador, são raros os estudos que se detiveram na análise, do ponto de vista sociológico, de uma das atividades mais básicas do ser humano, a caminhada. Conforme Rauch (1997), o movimento do corpo que consiste em avançar, passo a passo, sem instrumentos ou aparelhos, simboliza a vida dos indivíduos e da sociedade. Inúmeros são os sentidos evocados pela caminhada, como aqueles ligados à felicidade, amizade e liberdade, como também, ao cansaço, fadiga, dores, fuga, dentre outros (Le Breton, 2012a), que necessitam ser investigados. Assim, estudar a caminhada nessa perspectiva pode colaborar para o repensar das lógicas presentes em torno das práticas corporais e – por que não? – também presentes em nosso enraizamento social. Refletir sobre aspectos sociológicos fundamentais ligados a ser corpo é mais que pertinente no momento único que vivemos atualmente, quando valores associados ao ritmo vertiginoso de nossa existência são colocados em xeque.

Um dos expoentes do campo da sociologia e antropologia do corpo é o francês David Le Breton, com várias obras traduzidas – também – para o português. Curiosamente, embora bastante conhecido no Brasil, os livros de sua autoria sobre caminhada, ou marcha¹, como será visto, ainda não foram aqui explorados. Le Breton (2000; 2012a) já antecipava, em seus empreendimentos analíticos, a necessidade de práticas de resistência ao ritmo avassalador imposto pela sociedade contemporânea. Entretanto, até que ponto a caminhada poderia ser considerada uma dessas práticas? O

¹ Em francês, *la marche* poderia ser traduzida por marcha ou caminhada. No entanto, caminhada é o sentido mais usualmente reconhecido. Neste artigo, serão usados os dois termos a partir de agora, com a mesma conotação proposta por Le Breton.

que a lente interpretativa de Le Breton poderia proporcionar em termos de compreensão da caminhada, em uma perspectiva sociológica?

Diante da problemática apresentada, este estudo foi desenvolvido com base em fontes documentais, compreendendo-se documento em um sentido amplo, conforme Le Goff (1990), uma vez que pode ser escrito, transmitido por som, imagem ou de outras maneiras. Assim, além da análise de duas obras específicas do autor sobre caminhada e outras, conforme será explicado posteriormente, foram realizadas duas entrevistas pessoais com David Le Breton. As interações foram derivadas de um estágio sabático desenvolvido junto ao professor no *Laboratoire de Dynamiques Européennes* (Laboratório de Dinâmicas Europeias) da Universidade de Strasbourg (França). As entrevistas foram fundamentais para iluminar os caminhos a serem percorridos no presente manuscrito, pois permitiram circunscrever o tipo de caminhada a ser abordado, assim como nortear e aprofundar a linha de interpretação desenvolvida por Le Breton.

Este artigo, portanto, tem por objetivo analisar uma das vertentes da caminhada, ligada aos percursos mais longos (por horas ou dias), em ambientes naturais ou afastados dos centros urbanos, a partir da visão sociológica de David Le Breton. Mais especificamente, pretende-se analisar a argumentação do autor sobre como a caminhada pode ser considerada uma prática de resistência.

Talvez, as reflexões aqui propostas possam colaborar para revisitar alguns dos propósitos de nossa existência em momentos tão conturbados pelo quais passamos na atualidade.

Notas sobre a caminhada e a sociologia do corpo em David Le Breton

Em *A sociologia do corpo*, um dos primeiros livros de Le Breton, no qual faz uma espécie de inventário sobre as pesquisas relacionadas a corpo, de modo mais pedagógico e generalista (Lévy, 2010, p. 109), a primeira página revela a condição corporal: “moldado pelo contexto social e cultural

em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída” (Le Breton, 2007, p. 7).

Para Le Breton (2007, p.120), a sociologia aplicada ao corpo deve também se consagrar a conhecer “[...] as modalidades corporais colocadas em jogo nos diferentes grupos sociais e culturais, extrair suas formas e suas significações, suas vias de transmissão”. Dentre as modalidades corporais, as atividades físicas e esportivas, e a caminhada, aqui evocada, podem ser consideradas elementos essenciais para o engajamento social, pois participam, à sua maneira, da construção e reconstrução identitária do sujeito e podem revelar estatutos do corpo na contemporaneidade (Le Breton, 2003).

David Le Breton consagrou dois livros à caminhada: *Éloge de la marche* (2000) e *Marcher: éloge des chemins et de la lenteur* (2012a), até o momento, não traduzidos no Brasil. Praticante de caminhada, um “grande viajante” (Le Breton, 2016a) e leitor insaciável (Lévy, 2010) de diversas áreas de conhecimento e de vários gêneros de literatura, o autor revela que estas obras sobre a marcha não estão necessariamente presas ao rigor acadêmico, pois “a sensorialidade e o deleite do mundo estão no coração da escrita e da reflexão” (Le Breton, 2000, p. 16).²

Na primeira obra, Le Breton (2000, p. 11) demarca que “Caminhar, é viver pelo corpo, provisoriamente ou por um longo tempo”. Diante de uma condição humana primordialmente sentada ou com pouca mobilidade, a caminhada é uma atividade corporal que proporciona uma experiência sensorial em todos os sentidos, pois quem caminha “participa com sua carne das pulsações do mundo” (p. 31). Sem a pretensão de ser um guia ou ter conotação histórica sobre a marcha, o autor faz um convite ao prazer de pensar e caminhar juntos para trocar impressões, “como se estivéssemos ao redor de uma boa mesa em um albergue ao longo da estrada [...]”. Assim, em perspectiva singular, Le Breton explora temas relacionados à caminhada,

² Destaque-se que foi efetuada tradução nossa para todas as citações de obras em francês utilizadas neste artigo, bem como no caso das entrevistas com David Le Breton.

desde a bagagem, hospedagem e itinerário, até as possibilidades sensoriais e espirituais proporcionadas por esta atividade.

Em seu segundo livro, lançado dez anos depois, Le Breton (2012a) retoma a escrita sobre o tema para compartilhar outras experiências, encontros e leituras, uma vez que, como afirma, nunca parou de caminhar. O autor destaca que os imaginários contemporâneos associados à marcha se modificaram e se referem mais ao lazer ou às possibilidades de reencontros, consigo ou com os outros. Entremeado a exemplos de diferentes experiências ligadas à caminhada, amplia e aprofunda a análise oferecida em sua primeira obra. Ao tratar, desde passeios curtos e caminhadas na cidade até longos trajetos, Le Breton reforça sua tese de que o caminhar permite transportar-se a outro mundo, cujos valores são diferentes daqueles da vida cotidiana conturbada e apressada, ao favorecer a interioridade, a contemplação e a lentidão.

De fato, durante as leituras desses dois livros, há a percepção de compartilharmos uma longa caminhada, dadas a leveza da escrita, a interlocução com diversos autores, chamados de *compagnons de route*, e a sensibilidade demonstrada pelo autor. Entretanto, a marcha é um dos temas aos quais David Le Breton destina o seu olhar antropológico, visto que se debruça a outros como, por exemplo, o risco, os sentidos, as emoções e a tatuagem (Le Breton, 2004a; 2012b; 2013; 2016a; 2009; 2004b).

Le Breton (2016a) afirma que é um “antropólogo do mundo contemporâneo” e que escolheu o “continente” corpo para dedicar suas análises de modo mais preciso. Em suas palavras:

sou professor de sociologia, mas minha tese foi em antropologia do corpo, meus livros se intitulam *Antropologia do silêncio*, *Antropologia do rosto*. Faço parte de uma geração que considera que não há diferença entre sociologia e antropologia. É como se fosse um retorno às origens, Émile Durkheim, Marcel Mauss, para mim, o pensador que mais me acompanha, [...] Simmel também, foi um nome próximo à antropologia, sobretudo em seus artigos sobre os sentidos, o rosto, [...] fazem parte de um alargamento da sociologia [...]. A minha perspectiva é a de antropólogo do mundo contemporâneo, portanto utilizo todas as ferramentas da sociologia e todas as ferramentas

da antropologia igualmente e depois, como sou grande leitor da psicanálise, psicologia e outros, [...] uso as ferramentas disponíveis e as retribuo, remodelo na perspectiva antropológica [...] é uma característica particular do meu trabalho (Le Breton, 2016a).

Seu trabalho é próximo a uma sociologia sensível, inaugurada pela Escola de Chicago e prolongada pelo interacionismo simbólico e, nessa perspectiva, “o trabalho da antropologia é uma imensa conversa com o mundo que nos rodeia e nossa tarefa, como Marc-Alain Ouaknin propõe, é simplesmente de tentar lhe tocar, lhe cuidar talvez” (Lévy, 2010, p. 64).

A marcha a que David Le Breton se refere é a atividade de caminhar por percursos de média (algumas horas) a longa duração (por dias consecutivos), geralmente em ambientes rurais, por trilhas já demarcadas ou a serem descobertas. Por vezes traduzida para o inglês por *hiking* (Svarstad, 2010) ou *trekking* (Bétran, 1995), remete a uma atividade externa (*outdoor*) (Svarstad, 2010; Marafa et al., 2007), podendo estar associada aos esportes de natureza, aventura ou ao ecoturismo. Acessível a pessoas das mais diversas idades, não exige habilidades ou instalações específicas, sendo praticada em percursos com diferentes níveis de dificuldade e com duração igualmente bastante variável.

De acordo com Pámpols (1995, p. 37),

uma visão biológica poderia considerar que os esportes de risco e aventura na natureza são um fenômeno universal. Mas nem atividade física, nem natureza, nem aventura possuem significados unívocos no tempo e espaço. Cada cultura define os âmbitos em que as práticas corporais, o entorno natural e a percepção de risco coexistem. Mas o significado destas atividades pode ser muito variável.

Nesse sentido, a caminhada pode evocar felicidade, sol, liberdade, mas também, cansaço, fadiga, dores etc. Quando não são praticadas voluntariamente, como no caso de fuga de conflitos ou combates, ou seja, se é imposta, pode indicar miséria ou provação pessoal, às vezes por não existir outro meio de transporte disponível (Le Breton, 2012a). Há também

a possibilidade de estar sendo praticada de modo competitivo, quando são organizados eventos esportivos, ou quando há o desafio de percorrer o trajeto no menor tempo possível, mas esse não é o escopo de análise de Le Breton.

Apesar de não necessariamente implicar em competições formais, a caminhada pode ser considerada um campo esportivo, na perspectiva de Bourdieu (1978), pois congrega instituições e serviços especializados, além de movimentar mercados ligados ao consumo de equipamentos, vestimentas e calçados esportivos, ou ainda, ao nicho turístico, que inclui trilhas, localidades, hospedagem, alimentação etc.

Para Le Breton (2012a, p. 24-25),

o estatuto da marcha se modificou enormemente nos últimos trinta anos. Ir a pé, livre em seu próprio corpo e à sua vontade, é um anacronismo em um tempo marcado pela pressa, fulgurância, eficácia, rendimento e utilitarismo. [...] Atualmente a marcha se impõe como uma atividade essencial de reencontro com seu corpo, com os outros. [...] os imaginários contemporâneos da marcha são positivos, referem-se sobretudo ao lazer, à disponibilidade.

É importante ressaltar que as representações da caminhada evocadas por Le Breton se remetem basicamente ao contexto europeu e aos países em que essa prática é bastante disseminada (Svarstad, 2010). A despeito de reconhecer que na França e em outros países da Europa, assim como nos Estados Unidos e Japão, há certa tradição de trilhas nas montanhas, Le Breton (2016c) se surpreende pelo fato de essa prática corporal não ter sucesso semelhante no Brasil e aponta alguns impedimentos, possivelmente relacionados à segurança, infraestrutura e acesso ao lazer. Le Breton (2000; 2012a; 2016b) também destina reflexões sobre a caminhada em cidades, mas que não serão objeto de análise nesta oportunidade.

Apontamentos metodológicos: diálogo com as fontes e a escolha do trajeto

A escolha por analisar as ideias de David Le Breton se deve à sua notoriedade intelectual e ao seu papel de destaque no campo da sociologia e antropologia do corpo. Baseando-se em Bourdieu (1984), pode-se afirmar que David Le Breton é detentor de uma posição de prestígio intelectual e científico, pois acumula vários tipos de poder que o colocam em posição elevada no campo, como o poder universitário e a autoridade científica. Conforme Bourdieu (1984), o poder universitário é constituído principalmente pelo domínio de um capital adquirido nas funções e atividades acadêmicas e, quanto mais complexas, mais elevada a posição e titularidade do professor ou pesquisador.

David Le Breton é professor titular de Sociologia, coordena o Laboratoire de Dynamiques Européennes e é membro do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Strasbourg. Integra também um seleto grupo de especialistas, reconhecidos em suas áreas, do Institut Universitaire de France, além de outras qualificações não menos importantes, mas impossíveis de serem todas aqui apresentadas.

Além desse poder socialmente codificado, há outros tipos, segundo Bourdieu (1984, p. 108), especificamente valorizados em especialistas das ciências humanas e sociais:

o poder ou autoridade científica manifestada pela direção de uma equipe de pesquisa, o prestígio científico medido pelo reconhecimento no campo científico, principalmente no exterior – ou através de citações e das traduções – a notoriedade intelectual, mais ou menos institucionalizada [...], pertencimento a comitês de edição de revistas intelectuais, e enfim, a ligação com instrumentos de grande difusão [...], que é o índice, por um lado, de um poder de consagração e de crítica, e de um capital simbólico de notoriedade.

Com vasta publicação a respeito, Le Breton³ publicou cerca de trinta livros e centenas de capítulos de livros e artigos sobre sociologia e antropologia do corpo. Suas obras são disseminadas em várias partes do mundo, havendo cerca de sessenta traduções em, pelo menos, 12 idiomas.⁴ O autor desenvolve incontáveis parcerias e projetos em nível internacional, além de ser frequentemente requisitado para conferências e palestras ao redor do mundo.

Estudar a abordagem antropológica da caminhada na perspectiva de Le Breton é parte do exercício de delimitação, diante da riqueza de temáticas presente em suas obras e da necessidade de “formular problemas”, característica do espírito científico (Bachelard, 2013). Para Lahire (2002), a crítica argumentada é imprescindível a uma vida científica saudável, pois “gostar” de um autor não significa uma identificação paralisante no plano científico, mas submeter suas ideias regularmente a discussões.

Ao eleger a caminhada como um objeto sociológico, considera-se que se trata de uma técnica corporal e uma das formas de usos do corpo, conforme Mauss (2003), portanto, moldada pela tradição e por diferentes contextos sociais. Assim, a caminhada assume diversos sentidos, visto que poderia estar associada ao trabalho, como no caso de um carteiro, por exemplo, ou à sobrevivência, como ocorre nas marchas de refugiados em busca de uma vida melhor, bem como outros, conforme será investigado. Longe de ser uma ação humana “natural”, é carregada de simbolismos e construída socialmente. Nesse sentido, a caminhada necessita ser perscrutada do ponto de vista sociológico, posto que é inerente ao corpo tratado como “[...] signo das relações sociais, que encerra um conjunto de representações da vida individual e coletiva” (Almeida, 2019, p. 11).

Embora tratar da caminhada possa representar certa delimitação, cabe destacar que o refinamento analítico do estudo foi se construindo ao longo do trajeto investigativo. De acordo com Le Breton (2012a, p. 37), “para

³ Ver informações e publicações de David Le Breton em: <http://sspsd.u-strasbg.fr/Le-Breton.html>.

⁴ Ver detalhes em: <http://www.usias.fr/en/chairs/david-le-breton/>.

que o conhecimento do mundo se desenvolva infinitamente, você precisa de caminhos ou trilhas [...]. As trilhas não estão sempre bem balizadas ou reconhecíveis.”

Ao perceber que tratar apenas dos livros sobre caminhada não seria suficiente para captar a dimensão argumentativa do autor, outras possibilidades foram exploradas. Dessa forma, para este estudo, foram utilizadas fontes documentais como livros, capítulos de livros e artigos científicos publicados por David Le Breton, bem como entrevistas e palestras disponibilizadas na Internet, seja na forma transcrita, como no original audiovisual.

Além desses documentos, diante da necessidade de melhor compreender as interpretações e pensamentos do autor sobre a caminhada, foram realizadas duas entrevistas pessoalmente com David Le Breton, em seu escritório na Universidade de Strasbourg, em francês. Conforme Pallares-Burke (2000), a entrevista é um gênero intermediário entre a escrita elaborada e o pensamento, pois permite apreender as ideias em movimento e revelar aspectos que somente a leitura não possibilita serem desvendados. As entrevistas foram traduzidas e transcritas para serem utilizadas também como fonte documental, mediante autorização do professor.

Os documentos foram, então, analisados procurando-se desvelar os sentidos associados à caminhada, seguindo em linhas gerais os passos propostos por Creswell (2003): organização dos dados das diferentes fontes de informação; leitura em busca dos principais sentidos ou pensamentos; processo de codificação; geração de categorias ou temas descritivos; avançar na representação dos temas, interconectando as diferentes fontes e categorias; interpretação com base na literatura e experiência do pesquisador.

Longe de elaborar resenhas dos livros de Le Breton (2000; 2012a) ou a transcrição das entrevistas realizadas, trajetões esses também possíveis, o diálogo com as diferentes fontes documentais, em especial as oportunidades de interação com o autor, permitiu que gradativamente a tessitura interpretativa fosse construída. Desse processo emergiram duas temáticas ou, metaforicamente, dois caminhos que, como as trilhas, podem

se intercruzar, se aproximar ou se distanciar, mas intentam o mesmo destino, neste caso, a compreensão da caminhada como prática de resistência na perspectiva de Le Breton.

Primeira trilha: a caminhada como forma de resistência ao caráter utilitarista da sociedade contemporânea

A marcha é o retorno às noções básicas do ser humano, como quando era preciso caminhar, nadar, correr, para lutar pela sobrevivência. O ato de caminhar, ou antes, colocar o corpo em movimento, vem sendo deixado de lado, até em trajetos do cotidiano. Em contrapartida, é uma atividade de lazer cada vez mais procurada, que pode permitir contato com a natureza e se opõe às imposições do rendimento, da urgência, da disponibilidade absoluta ao trabalho e aos outros (Le Breton, 2000).

Para Le Breton (2012a, p.17),

anacrônica no mundo contemporâneo, que privilegia a velocidade, a utilidade, o rendimento, a eficácia, a marcha é um ato de resistência ao privilegiar a lentidão, a disponibilidade, a conversação, o silêncio, a curiosidade, a amizade, o inútil, um tanto de valores opostos às sensibilidades neoliberais que condicionam nossas vidas.

Em uma sociedade hipercapitalista, hipertecnológica e regida pela cultura do hiperconsumo (Lipovetsky; Serroy, 2011), a marcha seria como um “contragolpe” no que se refere aos valores vigentes, como a concorrência, a pressa e o desempenho, na visão de Le Breton (2000; 2012a; 2016b). Associadas à marcha, algumas dessas características, tais como o tempo, os sentidos, o silêncio e a interioridade, merecem olhar mais detido, principalmente porque assumem significados diferenciados a depender do contexto de análise.

O tempo, por exemplo, distante de uma visão cronológica, é um imperativo do mundo atual, ao considerarmos as jornadas diárias ligadas ao trabalho, transporte, família e demais atividades do cotidiano, nas quais pouco espaço sobra à disponibilidade ao outro ou a si. Em contrapartida,

pode significar uma temporalidade diferente quando se associa a atividades prazerosas, como no caso da caminhada. Conforme Le Breton (2016a), somos pressionados pelo tempo em virtude das inúmeras obrigações e papéis que desempenhamos na atualidade: “na caminhada há a intenção de reencontrar uma temporalidade própria, ou seja, o tempo não é mais imposto pelos ritmos sociais, pelo universo profissional, mas é uma maneira de o *marcheur*⁵ ter o tempo para si, e não do tempo impor-se a ele.” (Le Breton, 2016c).

O viandante é seu próprio mestre de obras, controlando seu corpo, recursos físicos, tempo e ritmo para progredir, decidindo onde e quando parar, podendo alterar a observação do imenso e do minúsculo, com energia direcionada unicamente ao desejo de finalizar seu trajeto (Le Breton, 2012a). Assim, é como se a marcha proporcionasse uma “suspensão feliz do tempo”. Conforme o autor (2012a, p. 45),

a marcha não ocorre apenas no espaço, o tempo igualmente é mobilizado. Não é mais a duração do cotidiano que se esvai com as tarefas do dia e os hábitos, mas um tempo que se alonga, perambula, se desprende do relógio. Caminhada em um tempo interior, retorno à infância ou aos momentos de existência propícios a um retorno a si, lembranças que contam, durante o trajeto, as imagens da vida, a marcha solicita uma suspensão feliz do tempo, uma disponibilidade de se entregar às improvisações de acordo com os eventos do percurso.

Nesse sentido, em uma sociedade em que o tempo exerce pressão crescente, acompanhado de tensões e exigências em todos os âmbitos, até mesmo no lazer (Lipovetsky, 2004), entregar-se à caminhada é um sinal de resistência. Para Le Breton (2012a, p. 51), o mundo é percebido através dos sentidos e cada percepção, em ressonância com inúmeras outras, fornece inesgotáveis proposições. Neste raciocínio, a marcha é, antes de tudo, uma arte dos sentidos:

⁵ Em francês, *marcheur* é aquele que caminha. A tradução disponível (Le Breton, 2018) seria viandante, mas eventualmente o termo será utilizado na língua nativa.

o *marcheur* é um homem ou uma mulher que se sente vivendo apaixonadamente e não esquece jamais que a condição humana é, a princípio, uma condição corporal. E que o deleite do mundo é aquele da carne, e de uma possibilidade de se movimentar, de se desligar de suas rotinas.

É como se o corpo ficasse em suspensão durante a caminhada, com os pensamentos voltados a uma dimensão mais reflexiva, enraizados na sensorialidade (Le Breton, 2015), na percepção do momento que se vive, como fica mais claro em suas próprias palavras:

o fato de fechar a porta atrás de si e pegar o caminho para a caminhada, é deixar também para trás as preocupações. E então, mergulhar em um universo sensorial e afetivo completamente diferente. Reencontrar uma respiração da vida pessoal, uma vez que somos pressionados pelos ritmos sociais, pela performatividade, e então ali, encontramos uma respiração, uma distância, um relaxamento da vida pessoal (Le Breton, 2016a).

A prática da caminhada como momento de reflexão ou antes, um tempo para si, conforme Le Breton (2012a), é mencionada por vários filósofos e pensadores, como Rousseau e Nietzsche. Na filosofia contemporânea, Pavie (2014) analisa a relação da atividade física com a reflexão sobre si do ponto de vista do desenvolvimento espiritual e, igualmente, ressalta a importância da caminhada para Nietzsche, uma atividade que possibilitava que os pensamentos pudessem emergir.

No entanto, segundo Le Breton (2012a, p. 29), a qualidade do pensamento depende de algumas circunstâncias:

[...] do calor, do cansaço, do ritmo em que se mergulha numa espécie de transe e induz principalmente a um apagamento de si na direção de uma sensação de mundo mais físico, muscular. Intuitivamente, cada um busca seu ritmo para refletir ou se esquecer um momento. A lentidão é mais propícia à reflexão, assim como o fato de estar a dois em uma conversa tranquila na qual nada dissipa a atenção ao outro porque mesmo as paisagens acabam por participar desta troca.

Pensar na marcha como prática de resistência é entendê-la como portadora de valores de resistência capitais ao mundo atual. No ponto de

vista de Lipovetsky e Serroy (2015, p. 36) vivemos a era do capitalismo-artista, que difunde inúmeras formas de existência do tipo estético, tais como prazer, emoção, divertimento e sonho,

mas o modelo estético de existência voltado para o consumo que ele promove está longe de ser sinônimo de vida bela, a tal ponto é acompanhado de adicção e de frenesi, de sujeição aos modelos mercantis, de uma relação com o tempo e o mundo dominada pelos imperativos da velocidade, do rendimento, de acumulação.

Ao fruir da caminhada, em oposição a este modo de viver contemporâneo, Le Breton destaca valores como o silêncio, a interioridade, a reflexão, a solidariedade, o diálogo, e afirma que “praticá-los é ir contra a corrente neste mundo da pressa, da urgência, da comunicação, da mercantilização e, seguramente, da falta de diálogo” (Lévy, 2010, p. 115).

Em uma sociedade somática que privilegia a profusão de estímulos visuais e o uso cada vez mais intenso dos aparatos tecnológicos, o fio condutor da vida, ao invés de ser os eventos tradicionais ligados à família, trabalho e relacionamentos, passa a ser constituído de mercadorias eletrônicas e serviços de mídia por meio dos quais as experiências são filtradas e construídas (Crary, 2014).

Nesse contexto, usar o tempo para caminhar é uma subversão do cotidiano e, também, um longo mergulho em uma interioridade que parece um abismo para numerosos contemporâneos de uma sociedade da imagem e da aparência, “[...] que não habitam mais que a superfície de si mesmos [...]” (Le Breton, 2012a, p. 17). A interioridade se constitui, assim, em uma forma de resistência, visto que o silêncio é percebido como uma ameaça em um mundo carregado de estímulos externos, porque força um olhar para si, uma interioridade quase insuportável nos dias atuais.

Um dos pensadores de grande influência na obra de Le Breton é Georg Simmel (Lévy, 2010; Le Breton, 2016b) e, talvez, esteja também na raiz da interpretação sobre as formas de resistência a partir da caminhada. Lewis (2000) argumenta que Simmel foi um dos primeiros sociólogos a desenvolver ideias sobre a modernidade e destacar os impactos para o

corpo, enfraquecido, individualizado e indiferente em relação ao mundo cada vez mais automatizado e menos sensível.

Em entrevista, Le Breton destaca que o “taylorismo”, ou seja, a ideologia do aproveitamento do tempo e racionalização das ações para maior produtividade, ainda marca profundamente a sociedade contemporânea, pois promove um ritmo acelerado e intenso, em que não cabem momentos de contemplação e de respiração (Le Breton, 2015). Por outro lado, a marcha possibilitaria esse encontro consigo e com o outro, uma vez que seria possível conversar com intensidade e disponibilidade incomuns: “temos o tempo à nossa frente, podemos nos escutar, nos olhar, calar juntos. Parece-me que no interior da marcha há todos os valores essenciais a serem preservados no mundo de hoje: a lentidão, a curiosidade, a descoberta do mundo[...]” (Lévy, 2010, p. 122).

Nesse sentido, suas ideias se aproximam de uma versão de vida estética postulada por Lipovetsky e Serroy (2015, p. 37), a qual se opõe à submissão às normas aceleradas e ativistas do consumismo em prol de “uma estética da tranquilidade, uma arte da lentidão que é abertura para as fruições do mundo, permitindo ‘estar mais próximo da própria existência’”.

Segunda trilha: a caminhada como forma de resistência pelo “desaparecer de si”

Na sociedade contemporânea, ser um indivíduo autônomo, que possa sustentar um lugar no contexto social, é uma árdua tarefa. É preciso se ajustar às circunstâncias, assumir este papel, estar à altura do desafio de se construir permanentemente, em meio a um contexto de responsabilização individual, a despeito de não possuir recursos econômicos ou simbólicos (Le Breton, 2018).

Em uma era de economia global, Sennet (1999) argumenta que as pessoas experimentam o fracasso de novas maneiras, o que leva a uma erosão do autoconceito, ao mesmo tempo em que abala as instituições que tradicionalmente protegiam o indivíduo do mercado, visto estarem mais

flexíveis e menos seguras. Já Lipovetsky e Serroy (2011, p. 24) argumentam que, em tempos de capitalismo absoluto, quando praticamente tudo é regido pela concorrência, “[...] é preciso ser sempre mais moderno, reativo, informado, eficaz, o que não se dá sem pressões provocadoras de ansiedade e dúvidas sobre si próprio”.

As relações sociais parecem estar cada vez mais desinvestidas de sentido e empobrecidas. Para Le Breton (2011), há cada vez menos comunicação, contato, calor humano e solidariedade, valores esses esmagados pelos imperativos sociais que impelem o sujeito à busca, na esfera particular, do que a sociedade não mais lhe oferece. Le Breton expõe suas percepções assim:

o gosto de viver se perde com esses imperativos de consumir, de comunicar, da pressa, do rendimento, da rentabilidade. [...] Assiste-se aos inúmeros efeitos do desligamento social. As incivildades se banalizam [...]. Mais que a violência, a indiferença em relação ao outro me parece atualmente impressionante. É um fenômeno novo. Estamos, cada vez menos, juntos, e cada vez mais, ao lado uns dos outros (Le Breton em entrevista a Lévy, 2010, p. 53).

A deterioração da relação com o mundo implica falta de reconhecimento do outro no cotidiano, na incivildade entre as pessoas, na existência de consumidores, mais que cidadãos. Uma das questões preocupantes da atualidade, para Le Breton (2016b), é a dificuldade de lidar com o peso das identidades, que são múltiplas, a depender das circunstâncias. A identidade não é substancial, mas relacional, portanto, pode se modificar diante da consistência ou precariedade das relações sociais (Le Breton, 2008).

Dessa maneira, outra forma de resistência, em sua análise sobre a marcha, seria contra as imposições ligadas às nossas identidades. Conforme Le Breton (2016b), estamos imersos em inúmeras responsabilidades ligadas ao universo profissional, pessoal, amigável, familiar e social, que nos deixam permanentemente com a “sensação de termos contas a prestar”. Analogamente, Sennet (1999) reconhecia esta situação ao analisar as formas com que as pessoas lidam com os fracassos do cotidiano: poderia gerar

um efeito positivo, como conhecer os próprios limites ou, ao contrário, tornar-se um fardo muito pesado ao indivíduo, constantemente testado e sem suporte institucional, ao que poderíamos acrescentar, emocional, nesta nova era.

O gesto de se colocar a caminho para a marcha poderia ser analisado a partir de seus simbolismos, pois, se é uma prática corporal que pode levar a uma distância efetiva de casa, significaria, também, distanciar-se e experimentar certa liberdade das obrigações, por vários motivos. Nas palavras do autor, “marchar equivale a se colocar de férias de sua história e a se entregar às solicitações do caminho” (Le Breton, 2012a, p. 26).

Diferentemente da liberdade básica experimentada na sociedade de consumo, de acordo com Featherstone (1999), atrelada à liberdade de consumir, aquele que caminha parece se desprender, em certo sentido e durante a prática, das tentações mercantilistas. Para Le Breton (2016b), existem questões de ordem prática, como não poder carregar muito peso na mochila, portanto deve-se racionalizar o que será levado (por exemplo, computadores ou derivados eletrônicos). Caminhar distante dos centros urbanos implica também experimentar falta de acesso às conexões via internet ou rede telefônica, o que pode ser uma sensação desagradável, considerando-se o contexto hipermoderno (Lipovetsky; Serroy, 2011), em que nunca houve tantas possibilidades de conexão uns com os outros pelas redes de comunicação e tamanha sensação de isolamento e “miséria subjetiva”.

Por outro lado, é também, uma sensação libertadora do peso das identidades, no sentido proposto por Le Breton (2016b), ao destacar a possibilidade do anonimato na marcha:

marchar, [...] é como experimentar a liberdade de todas essas obrigações de identidade, faz com que, nas trilhas, sejamos anônimos, ninguém sabe quem nós somos, não há necessidade de se apresentar, falar o que faz, falamos simplesmente das trilhas [...]. Por um tempo, não carregamos mais o peso de nossa identidade individual, profissional, social, cultural [...]. É o tempo de se reposicionar.

Essa sensação do anonimato, ou da necessidade de se distanciar das identidades que carregamos, é motivo de análise pormenorizada no livro *Desaparecer de si: uma tentação contemporânea* (Le Breton, 2018, p. 14), no qual o autor cria a noção de “branco”:

[...] chamarei de branco este estado de ausência de si mais ou menos pronunciada, esse fato de abdicar de si de um modo ou de outro por causa da dificuldade ou do caráter penoso de ser si mesmo. Em última análise, trata-se de uma vontade de aliviar a pressão. [...] O branco responde ao sentimento de saturação, de excesso vivido pelo indivíduo. Busca de uma relação enfraquecida com os outros, ele é uma resistência aos imperativos de construir para si uma identidade no contexto do individualismo democrático de nossas sociedades. Entre o vínculo social e o nada, ele desenha um território intermediário, uma maneira de fazer-se de morto por algum instante.

Há várias formas de “desaparecer de si” tratadas pelo autor, que podem ser mais ou menos graves, a ponto de a pessoa efetivamente perder o seu lugar social, mas, no caso da atividade física e, exemplarmente, da marcha, é considerada uma forma prazerosa, deliberada, positiva, um exercício lúdico e controlado de “desaparecimento” para se reapropriar de sua existência (Le Breton, 2018).

Um dos aspectos interessantes no tocante ao anonimato é que as pessoas não estariam presas a um estatuto. Conforme o autor, as interações sociais implicam risco de imposição de determinados estatutos, pois o indivíduo entra na esfera de influência dos outros e perde o controle das significações a ele atribuídas (Le Breton, 2008). Para Strauss (1999, p. 97), “como muitos autores já observaram, as relações sociais raramente existem sem uma certa dose de hipocrisia e mascaramento convencional do pensamento e do sentimento”.

Nesse sentido, Le Breton (2016b) exemplifica que a marcha é procurada por pessoas depressivas ou portadoras de doenças, mas que não necessariamente lhes são atribuídos estatutos como o de doente ou depressivo. Isso se explica pelas formas de contato durante a marcha, que privilegiam trocas de informações sobre percursos ou assuntos afins, ao

invés de informações de caráter pessoal, como para saber se está melhor ou quais as condições da pessoa. No ponto de vista dele, talvez isso explique em parte o imenso sucesso sociológico da caminhada.

Caminhar é viver pelo corpo, provisoriamente ou de modo durável. Os trajetos na floresta, nas rodovias ou nas trilhas, não nos isentam de nossas responsabilidades crescentes na direção das perturbações do mundo, mas permitem retomar o fôlego, refinar os sentidos, renovar a curiosidade. A marcha é sempre um desvio para se unir a si (Le Breton, 2000, p. 11).

Conclusão

Desde a noção de técnicas corporais cunhada por Mauss (2003), o campo de estudos da sociologia do corpo se ampliou consideravelmente, em especial, nas últimas décadas. Em meio às diversas temáticas que atravessam o corpo, as atividades corporais, como a caminhada, ainda carecem de olhares que ultrapassem o caráter biológico ou técnico. A perspectiva sociológica, nesse sentido, contribui para avançar na desnaturalização e no deslindamento dos sentidos associados a este ato considerado elementar, contudo pouco abordado de forma sistemática.

Em que pese David Le Breton ser um intelectual de destaque no campo da sociologia do corpo, suas reflexões sobre a marcha são pouco conhecidas no âmbito brasileiro. Com o intuito de colaborar para avançar nessas lacunas, empreendeu-se um estudo baseado em fontes documentais, inclusive entrevistas com o próprio autor. A partir do intercruzamento dessas fontes, foi possível direcionar o foco de análise à caminhada como prática de resistência, eixo central desenvolvido neste artigo.

O encantamento de Le Breton pela caminhada é nítido não apenas nas obras visitadas, mas em suas palavras e empolgação, conforme observado por ocasião das interações pessoais. Alinhado a uma sociologia sensível, promove uma análise ímpar dessa prática corporal, ao descrever em detalhes a experiência sensorial provocada pela caminhada. Aquele que caminha, de acordo com sua interpretação, experimenta a organicidade do corpo,

como o suor, o cansaço e a respiração, e se mistura ao entorno de seu trajeto, como que em um prolongamento do corpo (Le Breton, 2012a).

Le Breton defende a ideia de que a marcha é uma ruptura diante das atividades cotidianas, em vários sentidos. Desse modo, proporcionaria algumas horas de paz e de certa liberdade de diferentes papéis sociais e preocupações, ao utilizar-se do corpo em movimento como uma forma de resistir às exigências contemporâneas, notadamente atreladas ao rendimento, ao aprisionamento do tempo e das vontades, e às constantes obrigações sociais.

Diante das formas de resistência associadas à caminhada, como resistência à “civilização sentada” (Le Breton, 2016c) dos dias atuais, optou-se por abordar duas trilhas no intuito de explorar as lentes analíticas do autor. A primeira busca compreender o caráter elementar da caminhada como prática de resistência a determinados aspectos da sociedade contemporânea, que privilegiam a velocidade, o efêmero e o caráter utilitário das relações e emoções. O ponto de vista de Le Breton permite refletir sobre os usos do corpo na contemporaneidade, muitas vezes atrelados mais à aparência e ao desempenho, em contexto de precariedade das relações sociais. A caminhada, por sua vez, seria uma forma de suspensão do tempo para sentir-se corpo, que se permite reconstruir a partir das experiências de aguçamento dos sentidos propiciadas pela contemplação e lentidão.

A segunda trilha envereda por este contexto social conturbado, em que há a imperiosa necessidade de se lidar com as diferentes identidades construídas face aos vínculos sociais. O desaparecer de si, no olhar de Le Breton, enseja saídas para se escapar dos inúmeros papéis sociais a serem desempenhados rotineiramente, mesmo que por um tempo. A caminhada emerge, então, como uma forma de resistência às imposições da sociedade, constituindo-se em uma forma deliberada, lúdica e feliz de desaparecer. Isso porque, ao se dispor às trilhas, libera-se o fardo relativo aos estatutos sociais, estando-se disponível a si para mergulhar em outro universo, no qual prevalece o anonimato e a introspecção. Ao experimentar o corpo em

suas dimensões física e muscular, sente-se o percurso e os elementos que o envolvem e não há necessidade de se sustentar o peso das coerções sociais.

Assim, Le Breton avança nas potencialidades analíticas ligadas à sociologia do corpo, ao propor a centralidade da experiência e da sensibilidade como aspectos fundamentais para as possibilidades de ser sujeito enredado nas tramas sociais. Dado o caráter transdisciplinar da sociologia do corpo e das temáticas que a atravessam, como as atividades corporais, a compreensão da caminhada como prática de resistência pode ser uma chave interpretativa pertinente para se repensar algumas características do cenário atual, marcado pela responsabilização individual e por constantes desafios de ordem social e emocional.

O teor destas reflexões em torno dos usos do corpo na sociedade contemporânea interessa não apenas às ciências sociais e humanas, mas a diversos campos de conhecimento que se aliam à tarefa, nunca simples, de conhecer o corpo como sujeito e vetor das relações sociais. Outrossim, pode fornecer vias interpretativas que provoquem questionamentos sobre as condições sociais que estão por trás de corpos que têm sido privilegiados ou invisibilizados nessas práticas. Resistir também significaria desconstruir determinados discursos que parecem sustentar a condição corporal, mas que necessitam ser escrutinados face às diversidades e tensões sociais.

Há muitas possibilidades de análise a serem realizadas, porém espera-se que as argumentações desenvolvidas nestas trilhas, sob a lente teórica de David Le Breton, possam colaborar para o exercício fundamental de buscar compreender algumas das dimensões de ser corpo diante das complexidades sociais.

Sílvia Maria Agatti Lüdorf é Doutora em Educação e Professora Associada da Escola de Educação Física e Desportos Universidade Federal do Rio de Janeiro.

✉ sagatti.rlk@terra.com.br

Referências

1. AALTEN, Anna. Listening to the dancer's body. **The Sociological Review**, v. 55, n. s1, p. 109-125, 2007.
2. ALMEIDA, Jalcione. Corpos, emoções e risco como objetos sociológicos. **Sociologias**, v. 21, n. 52, p. 09-16, 2019.
3. BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
4. BÉTRAN, Javier O. Las actividades físicas de aventura en la naturaleza: análisis sociocultural, **Apunts, Educación Física y Deportes**, v. 41, p. 5-8, 1995.
5. BLACKMAN, Lisa; FEATHERSTONE, Mike. Re-visioning body & society, **Body & Society**, v. 16, n. 1, p. 1-5, 2010.
6. BOURDIEU, Pierre. Sport and social class. **Social, Science, Information**, v. 17, n. 6, p. 819-840, 1978.
7. BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.
8. CRARY, Jonathan. **Late capitalism and the end of sleep**. Londres: Verso, 2014.
9. CRESWELL, John. W. **Research design**: qualitative, quantitative and mixed methods approaches. 2. ed. Londres: Sage, 2003.
10. CROSSLEY, Nick. (Net)working out: social capital in a private health club. **The British Journal of Sociology**, v. 59, n. 3, p. 475-500, 2008.
11. CROSSLEY, Nick. Researching embodiment by way of "body techniques". **The Sociological Review**, v. 55, n. s1, p. 80-94, 2007.
12. FEATHERSTONE, Mike. The body in consumer culture. In: FEATHERSTONE, Mike; HEPWORTH, Mike & TURNER, Brian. **The body**: social process and cultural theory. London: Sage, 1999. p. 170-196.
13. GIDLOW, Christopher J. et al. Where to put your best foot forward: psychophysiological responses to walking in natural and urban environments. **Journal of Environmental Psychology**, v. 45, p. 22-29, 2016.
14. HUTSON, David J. Your body is your business card: bodily capital and health authority in the fitness industry. **Social Science and Medicine**, v. 90, p. 63-71, 2013.
15. LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 37-55, 2002.
16. LE BRETON, David. **Desaparecer de si**: uma tentativa contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2018.
17. LE BRETON, D. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis: Vozes, 2016a.

18. LE BRETON, David. Aproximações em relação à marcha como prática de resistência. [Entrevista cedida a Sílvia Lüdorf]. **Bureau 5217**, Faculté de Sciences Sociales, Université de Strasbourg, Estrasburgo, França, 4 maio, 2016b.
19. LE BRETON, David. A sociologia do corpo e a marcha. [Entrevista cedida a Sílvia Lüdorf], Bureau 5217, Faculté de Sciences Sociales, Université de Strasbourg, Estrasburgo, França, 20 maio, 2016c.
20. LE BRETON, David. Interview David le Breton Version Intégrale. [Entrevista cedida a Laurent Espinosa]. **Les interviews de Laurent en partenariat avec l'île de Tara en Eaunes**. Publicado em 04 mar., 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CSVwXhFhQpo>
21. LE BRETON, David. **Conduites à risque**: des jeux de mort au jeu de vivre, 3. ed., Paris: PUF/Quadrige, 2013.
22. LE BRETON, David. **Marcher** : éloge des chemins et de la lenteur. Paris: Métailié (Suites), 2012a.
23. LE BRETON, David. **Sociologie du risque**. Paris: PUF, collection « Que sais-je ? », 2012b.
24. LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
25. LE BRETON, David. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Petrópolis: Vozes, 2009.
26. LE BRETON, David. **L'interactionnisme symbolique**. 2. ed. corrigida. Paris: PUF, 2008.
27. LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
28. LE BRETON, David. The anthropology of adolescent risk-taking behaviours, **Body & Society**, v. 10, p. 1-15, 2004a.
29. LE BRETON, David. **Sinais de identidade**: tatuagens, piercings e outras marcas corporais. Lisboa: Miosóti, 2004b.
30. LE BRETON, David. Activités physiques et sportives et intégration : aspects anthropologiques. **Empan**, v. 3, n. 51, p. 58-64, 2003.
31. LE BRETON, David. **Éloge de la marche**. Paris: Métailié (Suites), 2000.
32. LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
33. LÉVY, Joseph. **Entrétiens avec David Le Breton** : déclinaisons du corps. Montreal-Paris: Tétraèdre, 2010.
34. LEWIS, Neil. The climbing body, nature and the experience of modernity. **Body and Society**, v. 6, n. 3-4, p. 58-80, 2000.

35. LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.
36. LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
37. LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
38. MARAFA, Lawal M.; TING, Ho Yan; CHEONG, Chau Kwai. Perceived benefits of hiking as an outdoor recreation activity in Hong Kong. **Licere**, v. 10, n. 2, p. 1-26, 2007.
39. MARKULA, Pirkko. "Tuning into one's self": Foucault's technologies of the self and mindful fitness. **Sociology of Sport Journal**, v. 21, p. 302-321, 2004.
40. MARKULA, Pirkko. The technologies of the self: sport, feminism and Foucault. **Sociology of Sport Journal**, v. 20, p. 87-107, 2003.
41. MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
42. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **As muitas faces da história: nove entrevistas**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
43. PÁMPOLS, Carles F. La aventura imaginaria. Una visión antropológica de las actividades físicas de aventura em la naturaleza. **Apunts, Educación Física y Deportes**, v. 41, p. 36-43, 1995.
44. PAVIE, Xavier. Le corps, matière d'exercices spirituels. **Sociétés**, v. 3, n. 125, p. 69-79, 2014.
45. RAUCH, André. **La marche, la vie** : solitaire ou solidaire, ce geste fondateur. Paris: Éditions Autrement, 1997.
46. SASSATELLI, Roberta. Healthy cities and instrumental leisure: the paradox of fitness gyms as urban phenomena. **Modern Italy**, v. 20, n. 3, p. 237-249, 2015.
47. SASSATELLI, Roberta. Interaction order and beyond: a field analysis of body culture within fitness gyms. In: FEATHERSTONE, Mike. **Body modification**. Londres: Sage, 2000. p. 227-248.
48. SCOTT, Susie. How to look good (nearly) naked: the performative regulation of the swimmer's body. **Body & Society**, v. 16, n. 2, p. 143-168, 2010.
49. SENNET, Richard. Growth and failure: the new political economy and its culture. In: FEATHERSTONE, Mike; LASH, Scott. **Spaces of culture: city, nation, world**. Londres: Sage, 1999.
50. SHILLING, Chris. Sociology and the body: classical traditions and new agendas, **The Sociological Review**, v. 55, n. s1, p. 1-18, 2007.
51. STRAUSS, Anselm. L. **Espelhos e máscaras: a busca da identidade**. São Paulo: Edusp, 1999.

52. SVARSTAD, Hanne. Why hiking? Rationality and reflexivity within three categories of meaning construction. **Journal of Leisure Research**, v. 42, n. 1, p. 91-110, 2010.
53. WOLF, Isabelle D.; WOHLFART, Teresa. Walking, hiking and running in parks: a multidisciplinary assessment of health and well-being benefits. **Landscape and Urban Planning**, v. 130, p. 89-103, 2014.
54. WACQUANT Loïc. L'habitus comme objet et méthode d'investigation : retour sur la fabrique du boxeur. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 4, n. 184, p. 108-121, 2010.
55. WACQUANT, Loïc. Los tres cuerpos del boxeador profesional. **Educación Física y Ciencia**, v. 8, p. 11-35, 2006.
56. WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
57. WAINWRIGHT, Steven P; TURNER, Bryan S. "Just crumbling to bits"? An exploration of the body, ageing, injury and career in classical ballet dancers. **Sociology**, v. 40, n. 2, p. 237-255, 2006.
58. ZARIAS, Alexandre; LE BRETON, David. Corpos, emoções e risco: vias de compreensão dos modos de ação individual e coletivo. **Sociologias**, v. 21, n. 52, p. 20-32, 2019.

Submetido em: 8 de abril de 2020

Aceito em: 21 de julho de 2021

<http://doi.org/10.1590/15174522-102645>

Sociedades modernas, sociedades de obsolescência: a sociologia temporal de Hartmut Rosa

ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

Pedro Frizo* 

Wagner Nascimento** 

Resumo

Centrado na revisitação da modernidade a partir de uma perspectiva temporal, Hartmut Rosa sustenta o conceito de aceleração social como aspecto fundante do projeto moderno. Explorando diferentes variáveis causais para o conceito da aceleração social, a resenha examina as transformações das instituições morais, valorativas e políticas ocorridas ao longo do desenvolvimento histórico da modernidade como episódios induzidos pela obsolescência. Sendo esta um produto de campos de ação crescentemente cambiantes e acelerados, o autor mobiliza esse conceito para fundamentar inédita proposta de diferenciação entre a modernidade e a modernidade tardia como momentos históricos calcados em diferentes níveis de compressão espaço-temporal, estabilidade institucional e temporalização de projetos individuais e coletivos de futuro.

Palavras-chave: Hartmut Rosa, aceleração, modernidade, instituições.

* Instituto Conexões Sustentáveis – Conexus, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Modern societies, obsolescence societies: Hartmut Rosa's temporal sociology

Abstract

Centered on revisiting modernity from a temporal perspective, Hartmut Rosa supports the concept of social acceleration as a fundamental aspect of the modern project. Exploring different causal variables for the concept of social acceleration, the review examines the transformations of moral, valutive and political institutions that occurred during the historical development of modernity as episodes induced by obsolescence. As this is a product of increasingly changing and accelerated fields of action, the author mobilizes this concept to substantiate an unprecedented proposal for differentiation between modernity and late modernity as historical moments based on different levels of space-time compression, institutional stability and temporalization of individual and collective future projects.

Keywords: Hartmut Rosa, Acceleration, Modernity, Institutions.

A revisitação de temas consagrados nas Ciências Sociais é exercício analítico interessante ao propor novos olhares sobre o que já foi extensamente estudado em tempos anteriores, demandando, no entanto, intensa revisão teórica e conceitual para a efetiva sustentação de argumentos inéditos. Nesse sentido, Hartmut Rosa, em seu mais novo livro publicado no Brasil (2019), *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*, proporciona ao leitor uma obra repleta de sólidas argumentações, referências teóricas e dados sobre a *Modernidade* a partir do prisma epistemológico da Sociologia do Tempo, consistindo em um estudo contemporâneo potente sobre um tema dos mais clássicos da sociologia e instaurador do saber sociológico.

Tendo-se em vista o fato de a Sociologia ser a disciplina mais solidamente envolvida com a reflexão sobre a vida social moderna (Giddens, 1991), o projeto o qual Hartmut Rosa se impôs representa tarefa complexa. Afinal, o estudo da modernidade foi tomado como tema central de análise tanto pelos pais fundadores – Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber – quanto por teóricos contemporâneos, tais como Jurgen Habermas, Talcott Parsons

e Niklas Luhmann – apenas para citar alguns – cada qual com sua maneira específica de conceituação da modernidade e de seus efeitos sobre as formas objetivas de vida e de subjetivação individual. Propor, portanto, uma nova tese analítica sobre este tema é tarefa que exige não somente franco diálogo com esses e outros autores consagrados, mas também uma construção cuidadosa e inovadora do argumento teórico-analítico que se deseja sustentar.

Em *Aceleração*, Rosa explora os requisitos necessários para uma boa fundamentação de sua tese principal, a saber, de que “a mutação das estruturas espaço-temporais [na Modernidade] é impulsionada, de forma primária, pela sua dinâmica transformacional temporal” (Rosa, 2019, p. 59, adendo nosso). As quatro partes do livro trazem uma leitura crítica da literatura existente sobre o tempo como variável sociológica, fundamentam os conceitos trabalhados na obra e exploram as causas e consequências da intensa aceleração moderna, estabelecendo um fio condutor necessário e congruente para o leitor compreender, essencialmente, como as manifestações e transformações tão características do projeto moderno – como a diferenciação social, a racionalização e a individualização – são variáveis cuja leitura analítica sobre suas origens é indissociável de uma compreensão mais aprofundada de suas relações com o regime temporal moderno.

Nesse sentido, a Parte I da obra nos apresenta uma inversão na relação de determinação entre as variáveis dependentes e independentes que sempre estiveram em jogo na conceituação da Modernidade: enquanto autores clássicos posicionaram a diferenciação, a racionalização, a domesticação e a individualização como elementos que inauguraram o projeto moderno, Rosa os apresenta, antes, como possíveis “estratégias de aceleração”, sendo a própria aceleração temporal a gênese primária das sociedades modernas. Quer dizer, se para Weber (1904 [2004]) uma das consequências da ética ascética protestante era justamente a ausência de desperdício de tempo e eliminação do ócio (racionalização), ou se para Simmel (1900 [2004]) um dos efeitos do dinheiro era confluir, em uma mesma unidade, todas

as possibilidades de escolha e de vivências, intensificando as relações sociais e econômicas entre os indivíduos (individualização), para Rosa tais processos modernos configuram-se como consequências de uma estratégia transcendente de aceleração social.

Conceituar a aceleração social é, dessa maneira, tarefa importante dentro da tese proposta por Rosa. Para tanto, partindo de uma simples definição – mobilizando para isso noções da Física Mecânica – da aceleração social como aumento de quantidade por unidade de tempo, o autor sustenta o conceito-chave do livro a partir de uma importante distinção entre volume de ações por unidade de “recurso temporal” à disposição. Assim, teremos a seguinte fórmula:

$$a = \frac{\Delta V}{\Delta t} \quad (1)$$

Onde,

a = taxa de aceleração;

V = Velocidade (i.e., ritmo de volume de ações);

t = Tempo (i.e., recursos temporais à disposição para execução das ações).

Logo, a aceleração social representa um aumento quantitativo de V a taxas superiores aos recursos temporais à disposição para a execução das ações referentes.

Dessa maneira, a Modernidade é caracterizada pelo crescimento quantitativo nos *campos de ação* – conceito empregado pelo autor para referir-se aos diferentes espaços institucionais de ação social – frente o tempo que se tem à disposição para participação nos mesmos e execução das ações determinadas. É essencial atentar-se à assimetria entre as taxas de crescimento das unidades de ação e as unidades de recurso temporal

à disposição para a compreensão exata da tese central do autor a respeito da constante aceleração social moderna.

Avançando ao longo do texto sobre a gênese da dinâmica aceleratória moderna, o autor apresenta três dimensões da aceleração social e, sobre elas, constrói os capítulos seguintes da obra: a aceleração técnica, a aceleração da mudança social e a aceleração do ritmo de vida. Em verdade, a existência de uma dimensionalidade tripartite materializa em bases empiricamente verificáveis o argumento central desenvolvido por Rosa sobre a aceleração social moderna como um processo de aumento vertiginoso de campos de ação frente aos recursos temporais à disposição dos indivíduos. Embora as dimensões sejam apresentadas na Parte I, será na Parte II que o autor irá explorar com mais afinco cada dimensão e suas formas de efetuação e manifestação social e subjetiva.

É importante pontuar, antes de explorar a definição conceitual por trás de cada dimensão, a endogeneidade do processo aceleratório. As três dimensões – a “aceleração técnica”, a “aceleração da mudança social” e a “aceleração do ritmo de vida” – são, na visão do autor, vetores autorregressivos, isto é, mutuamente correlacionados. Nesse sentido, a aceleração técnica é variável dependente da aceleração no ritmo de vida, a qual, por sua vez, se apresenta como dimensão associada à aceleração da mudança social, cuja existência refere-se à aceleração técnica. Estabelece-se, assim, um ciclo aceleratório vicioso que dificulta a definição de qual dimensão principia o estudo sobre a aceleração social na modernidade, uma vez que uma dimensão, inevitavelmente, nos leva às outras duas dimensões associadas.

No caso da aceleração técnica, a partir da compartilhada noção de escassez de tempo frente a um ritmo de vida que aumenta a taxas gradativamente alucinantes, a inovação em produtos e processos aparece como grandes ganhos de economia temporal. A partir das inovações técnicas ocorridas na história humana e, especificamente, dentro do projeto moderno, o ser humano modificou sua relação com o espaço, a sociedade e a matéria. No âmbito espacial, inovações nas formas de locomoção de pessoas e

mercadorias redefiniram a noção sobre o tamanho relativo dos espaços. De acordo com o autor, na Modernidade Tardia, o tempo desvincula-se definitivamente do espaço e ganha autonomia própria sobre este último, na medida em que se calcula a distância entre dois pontos não mais, de forma prioritária, a partir de unidades de medida espacial, mas sim com base em horas e minutos.

No que diz respeito às transformações na relação do ser com a sociedade, inovações nos modelos de comunicação aceleraram a forma pela qual as informações circulam, intensificando, por consequência, a velocidade com que escolhas são tomadas e transformações são geradas a partir de dados que, em tempos anteriores, tardariam a ser conhecidos por pessoas e grupos espacialmente distantes. No âmbito das relações com a materialidade da vida – ou, nas palavras do autor, com as “coisas” –, a crescente necessidade de intensificação na circulação do capital impõe um elevado ritmo não somente de produção, mas também de consumo – instância em que, de fato, se realiza o valor excedente, retornando o capital para posterior reaplicação no processo produtivo. A competição por mercados e consumidores também implica um elevado ritmo de inovações em produtos, expondo consumidores, de maneira recorrente, a um infundável leque de mercadorias à disposição.

Assim, meios de transporte e de comunicação, bem como bens, serviços, modos e meios de produção aparecem como objetos transitórios frente à constante pressão por inovação técnica e economia de tempo. Compreende-se, de forma socialmente difundida, que os processos sociais de relação com o espaço, as pessoas e as coisas são passageiros frente à iminente possibilidade de desenvolvimento, no curto prazo, de novas rotinas de ação. A compartilhada noção entre os agentes de que os campos de ação em que estão inseridos são unidades de *obsolescência* previsível fundamenta uma imanente necessidade, então, de se “estar um passo à frente” de mudanças tomadas como dadas e esperadas, estabelecendo o que o autor denomina como um fenômeno de *paralisia frenética*: estado reativo em que se empreendem esforços enormes de adaptação às transformações

e, desejavelmente, antecipação às mesmas, sem implicar, necessariamente, em melhorias nas condições de vida ou de posição ocupada na hierarquia social. Em outras palavras, o indivíduo se move e se transforma em um ritmo demasiadamente acelerado, para estar, simplesmente, no mesmo lugar que ocupa.

A partir da perspectiva de que a Modernidade é marcada, então, pela estruturação de campos de obsolescência, Rosa avalia os aspectos centrais da influência desta conjuntura sobre os padrões de relação social e associativa entre indivíduos e grupos, abrindo as portas para compreender a sua segunda dimensão analítica: a *aceleração da mudança social*. A base para a compreensão dessa dimensão remete ao estado transitório pelo qual espaços, pessoas e coisas assumem em uma conjuntura em que a transformação é, em qualquer momento, iminente:

Através disso fica claro o quanto as acelerações dos transportes, da comunicação e da produção influenciaram os sujeitos em suas autorrelações e suas relações para com o mundo e, com isso, os modelos de identidade socialmente relevantes. A identificação com espaços, com parceiros de comunicação fixos, com grupos de referência e com as coisas assume um *caráter temporalmente limitado e contingente* – o sujeito é forçado a distanciar-se ou emancipar-se deles *de modo que possa suportar uma mudança (voluntária ou obrigatória) sem a perda do eu* (Rosa, 2019, p. 206-207, nosso grifo).

O excerto acima apresenta com clareza o desprendimento individual de normas, padrões, valores, estruturas e procedimentos – isto é, instituições – que poderiam operar como instâncias definidoras da identidade social, uma vez que, a qualquer momento, estes mesmos balizadores institucionais podem se converter em unidades obsoletas. Fica claro, portanto, que a esse gradativo processo de desvinculação e desapego subjaz, como fator causal, a inovação técnica e o desenvolvimento constante da matriz de escolhas e instrumentos à disposição do ser.

O autor define, metaforicamente, a transitoriedade do sistema de orientadores da ação social e das práticas como uma sensação subjetiva de viver sobre “declives escorregadios”, ou seja, uma condição de eterna

mutação na “paisagem” de decisões possíveis dentro dos campos de ação, de tal forma que não é mais possível saber quais ações e escolhas serão realizáveis e congruentes no futuro próximo. Com efeito, a metáfora é adequada para facilitar a compreensão da maneira pela qual a aceleração da mudança social está correlacionada à *aceleração do ritmo de vida*. Quer dizer, o ritmo de execução de ações se eleva exponencialmente a partir do estado transitório e obsoleto dos campos de ação, de tal forma que manter uma rotina diária em ritmo estático ou mesmo similar a períodos anteriores representa uma perda imensurável de oportunidades, de possibilidades de antecipação de futuras mudanças e de posições sociais. Dessa forma, a aceleração do ritmo de vida é essencial para a compreensão mais exata da ideia de paralisia frenética, estado pelo qual o “amor ao movimento” demonstra a sua origem estrutural e cultural. Para Rosa, portanto, se fossemos definir uma ontologia do ser moderno, seria uma ontologia que contemple a ideia do ser como reativo à obsolescência, um ser cujas ações são constantemente tomadas como medidas para evitá-la.

Com a adoção crescente de múltiplas tarefas (*multitasking*) e rotinas diárias aceleradas, a pressão para que haja maior liberação de tempo aos indivíduos aumenta significativamente. Inovações técnicas, novos produtos ou processos são tomados socialmente como aspectos chave para que a elevada quantidade de ações a serem desempenhadas tomem menos tempo para serem executadas, liberando um volume de recursos temporais significativo. É através dessa compartilhada crença sobre o papel temporal da inovação que Rosa consolida sua teia de relações interdependentes entre aceleração da mudança social, aceleração do ritmo de vida e aceleração técnica.

No entanto, associar as causas das mudanças objetivas e subjetivas que a aceleração social manifesta na Modernidade Tardia unicamente através do processo autopropulsor será, de acordo com o autor, compreender o fenômeno aceleratório somente através daquilo que o faz reproduzível ao longo do tempo. Quer dizer, a aceleração técnica, da mudança social e do ritmo de vida são fatores que explicam a razão pela qual o ciclo

de “aumento de quantidades” (Rosa, 2019, p. 320) a taxas superiores aos recursos temporais liberados se propaga, sem, no entanto, explicar fundamentalmente o que eleva de fato as quantidades (tal como expressa a equação [1]) a um patamar de crescimento vertiginoso. Cada parte do tripé autopropulsor possui uma variável externa que o fundamenta para além de sua própria relação de dependência causal com as outras duas dimensões da aceleração social. Ou seja: a aceleração técnica possui sua gênese também, nas palavras do autor, no “motor econômico”; a do ritmo de vida encontra suas raízes de forma igualmente importante no “motor cultural”; a da mudança social no “motor socioestrutural”. Sobre cada uma dessas relações de influência iremos discorrer brevemente.

Em relação ao motor econômico e sua fundamentação da aceleração técnica, o capitalismo pode ser definido, em termos temporais, como sistema de produção, distribuição e consumo de mercadorias e serviços calcado na exploração dos recursos temporais individuais e familiares. Para o autor, o próprio Marx fez questão de ressaltar que o sistema capitalista não compra, essencialmente, a força de trabalho em si, mas sim o tempo em que o indivíduo passa, então, a se dedicar à produção de mercadorias e serviços que futuramente serão convertidos, no mercado, em lucro ao capitalista (Marx, 1867 [2011]), não utilizando mais de seu tempo para execução de tarefas e ofícios de seu interesse genuíno. A partir do momento em que a produção pela produção centraliza e controla significativa parte dos recursos temporais, apresentando-se como um grande imperativo sistêmico da Modernidade Tardia, ela o trata como tempo indiscriminado e meramente como unidade quantitativa, cuja manipulação aritmética em horas e dias é fundamental na mensuração e aprimoramento da produtividade do capital. Retornando à equação [1], um modo de produção será tanto mais competitivo quanto mais acelerado ele for, ou seja, quanto maior for o volume de produção sobre uma mesma unidade de tempo.

Para além das inovações técnicas, o autor exemplifica diversas instituições que foram criadas, ao longo da Modernidade Tardia, com o propósito de acelerar o tempo necessário para a circulação total do

capital. A contradição do ciclo aceleratório está, por sua vez, no fato de que, em certo momento da história moderna, as instituições e os processos técnicos que perduraram transitoriamente como instâncias virtuosas para a circulação do capital passam, subitamente, a ser compreendidas como “freios”. Um exemplo apresentado por Rosa é o próprio regime de trabalho “fordista” que, se num primeiro momento acelerou o ritmo de produção, a certa altura foi visto como entrave à aceleração produtiva, sendo assim superado. Mais além, no texto, o autor retrata como o Estado moderno, instituição indissociável à história do próprio capitalismo, também passa a ser visto, sob o jugo do neoliberalismo econômico, como barreira ao desenvolvimento capitalista.

O aspecto dual que as instituições assumem será, para Rosa, um fator chave para compreender como a aceleração é o principal motor da história econômica moderna. Ela, em verdade, se faz preenchida por uma sequência de episódios de emergência, contestação e superação de procedimentos, protocolos, técnicas, hábitos e rotinas de ação aceleratórias, remetendo, nesta proposição analítica, ao próprio Marx e sua irrevogável necessidade de conceder uma unidade epistemológica à história social através da perspectiva do materialismo histórico.

Seria uma compreensão equivocada e reducionista sobre o autor, no entanto, apontar que sua proposição da aceleração como motor da história social refere-se, exclusivamente, à aceleração de cunho técnico, intimamente conectada com a dimensão econômica. Mencionando rapidamente a proibição moral da perda de tempo como possível motor cultural, o autor logo rumo à estruturação dos fatores existenciais-culturais em bases mais sólidas do que um mandamento moral fundamentado exclusivamente na proibição. Para além do medo e repreensão, a ideia de “promessa” é mobilizada como alicerce moral da cultura aceleratória. Em primeiro lugar, argumenta o autor a partir de uma clara referência a Simmel e sua *Filosofia do Dinheiro* (Simmel, 1900 [2004]), a substituição secular de Deus pela moeda posiciona-a como a divina providência na Modernidade, ou seja, aquela que tudo traz e tudo concede. A aceleração da propriedade

de dinheiro através de novos processos incrementa não somente o poder social do indivíduo, mas recai, moralmente, como promessa futura de segurança e providência.

Como último pilar externo, relacionado de forma primária com a aceleração da mudança social, o autor mostra como a crescente diferenciação social opera uma lógica aceleratória dentro da Modernidade Tardia – processo que ele define como motor socioestrutural. A existência de múltiplos campos de ação aumenta a quantidade de espaços sociais em que o indivíduo precisa negociar com os demais a sua participação. A gestão do tempo para estar presente em vários lugares e em desempenhar diversas funções e papéis sociais culmina, como sintoma essencial, na priorização dos prazos em detrimento daquilo que efetivamente concede prazer ou satisfação ao indivíduo. Nesse sentido, negociações temporais com familiares e amigos, ou mesmo a alocação de tempo menor em repertórios de comportamento que não estejam vinculados ao trabalho são ações cada vez mais características do ser moderno.

Com a crescente contração do tempo, os campos de ação sofrem interferências exógenas, no sentido de que as operações aí existentes devem ser aceleradas com o objetivo de liberar uma quantidade de recurso temporal maior ao indivíduo, de tal forma que esta liberação permita a ele existir no cotidiano acelerado de outros campos. Portanto, acelera-se a interação com familiares, amigos e em atividades de lazer para, em última instância, dar conta de possuir tempo suficiente para desempenhar ações satisfatórias no campo do trabalho, da política ou da educação profissional, por exemplo. Em resumo, o motor socioestrutural está na relação entre o aumento quantitativo de escolhas e ações possíveis com a temporalização necessária para a execução das mesmas.

A imensa dificuldade de temporalização das escolhas em face da instituição cada vez mais arraigada de um estado de transitoriedade das coisas, pessoas e espaços, empurra o ser à condição de uma vida “destemporalizada” ou, como o autor também coloca, “situacionalizada”. Presenciando um câmbio constante na paisagem de decisões, o indivíduo

é estimulado a adotar um “comportamento situacional”: suas escolhas ocorrem segundo opções disponíveis e cenários calculados no momento, excluindo qualquer possibilidade de adotar um comportamento estável ao longo do tempo. Mesmo a identidade, definida a partir de sua relação com os objetos, grupos e instituições da vida social, assume a condição de “identidade situacional”, construída em um contexto cambiante de referências identitárias. A esta “individualidade puntiforme”, ressalta o autor, desvincular-se-á qualquer associação a predicados, consolidando um estado em que não faz sentido afirmar “quem se é”, mas sim ressaltar “quem se está” (neste momento).

A transitoriedade identitária será, para Rosa, um dos argumentos para a construção de sua definição própria da Pós-Modernidade, entendida como período de supressão das identidades fixas e, somado a isto, de uma renúncia ao direcionamento político e normativo da sociedade. Ou seja, a “condição pós-moderna” será, em última instância, um período “no qual a aceleração instituída na Modernidade Tardia ultrapassa um ponto crítico, ou assume uma nova qualidade, de tal maneira que a linearidade e a sequencialidade da percepção e da elaboração, individual e social, de problemas e transformações, são rompidas, e a pretensão de integração é abandonada” (Rosa, 2019, p. 447). Vale ressaltar que a palavra “integração” no excerto acima se refere, principalmente, à integração sequencial dos eventos históricos em um processo acumulativo e direcionado da história social e a como a sequencialidade dos fatos históricos perde qualquer noção de direcionalidade maior no atual estágio de desenvolvimento social.

Ao protagonismo generalizado da situacionalidade em detrimento da estabilidade de identidades sociais, temos a ideia de “destemporalização”, no sentido de que narrativas e histórias pessoais não mais mobilizam os recursos temporais como elemento-chave para a construção da própria identidade e das vontades políticas, mas sim compreendem o tempo como um processo descolado de qualquer construção de sentido unívoco. Ou seja, na medida em que o ser constrói noções identitárias (de quem se é) a partir do passado (quem se foi) e do futuro (quem se quer ser), e entendendo que

a noção de quem se é se constrói em diálogo relacional com os elementos espaciais do mundo, bem como com o conjunto de pessoas e grupos com os quais se interage, a identidade social sofre intensa transformação a partir do momento em que espaço-tempo sofrem imensa contração. Em contraposição à Modernidade Clássica, quando a individualidade se assumia como um projeto a ser construído no tempo (“escolha de identidade”) contra a herança de posições sociais fixas da Pré-Modernidade (“prescrição de identidade”), a condição pós-moderna resume a destemporalização da individualidade à emergência de trajetórias errantes, sem nenhuma noção fundamental de processo acumulativo de construção da história pessoal.

A política, por sua vez, assume uma similar condição de instância destemporalizada. Originalmente, na Modernidade Clássica o Estado fora visto como o principal condutor de um projeto de emancipação e progresso a ser construído no tempo, em uma concepção da história como sequência de fatos dinâmicos, especialmente através de instituições básicas tomadas como essenciais para a aceleração dos ganhos sociais, tais como a democracia e a burocracia. A desvinculação, no entanto, entre o tempo da política e o do funcionamento do jogo democrático com a aceleração dos processos sociais e econômicos estimula a existência de uma compreensão socialmente difundida de extrema morosidade estatal frente aos “avanços necessários” para o desenvolvimento social. A partir de algumas evidências empíricas, o autor pontua o crescente protagonismo do Executivo, através de um ritmo maior de instituição de decretos sobre as leis formais, frente a uma gradativa descrença e desmoralização do Legislativo.

Em face da insatisfação social com o papel do Estado democrático na condução do desenvolvimento social, a condição pós-moderna é caracterizada, então, pela constante pressão erosiva sobre os fundamentos democráticos – antes, na história, compreendidos como dínamos do processo aceleratório, hoje entendidos como freios. Para o autor, a própria inversão da polarização política é uma manifestação única da Modernidade Tardia, no sentido de que progressistas – os quais na Modernidade Clássica defendiam uma aceleração maior da transformação social – passam, na

contemporaneidade, a posicionar-se como frente defensora de uma maior desaceleração; ao passo que conservadores – os quais na Modernidade Clássica eram defensores da conservação da ordem social frente às “ameaças” do desenvolvimento – representam a principal frente aceleratória.

Fundamentar o conceito de Modernidade a partir de uma perspectiva temporal, em que a aceleração do tempo aparece como elemento chave para compreender subjetividades e padrões de desenvolvimento social do projeto moderno, é uma tarefa que *Aceleração* executa com primor, oferecendo ao leitor provocações e reflexões importantes sobre as causas, formas de efetuação e consequências – em níveis individual e estrutural – do intenso processo aceleratório moderno e da condição pela qual opera – no limite – a Modernidade Tardia. Até que ponto o processo aceleratório será possível, isto é, qual a margem possível de aumento nos episódios de ação, se os recursos temporais, ao invés de liberados, parecem cada vez mais exíguos?¹

Por fim, a partir de uma perspectiva sistêmica sobre o seu lugar de produção, *Aceleração* se junta à obra de uma série de cientistas sociais contemporâneos – especialmente da escola alemã – conectados, teórico-metodologicamente, não somente à sociologia do tempo, mas sim à centralidade analítica do conceito de *futuro* como ideia-força subjacente às sociedades modernas e capitalista. Dentro desse rol de autores, destacamos Jens Beckert (2016) e seu conceito de *futuros imaginados* como talvez a interface mais imediata a um dos argumentos centrais na obra analisada de Rosa: a fundamentação de um projeto temporalizado como aspecto fundante dos campos de ação e sua destemporalização como variável socialmente

¹ Quatro possíveis saídas à trajetória crescente de aceleração são discutidas pelo autor, o qual tão logo refuta a viabilidade de implementação das mesmas. São elas: (I) criação de uma nova ordem institucional que eleve, de fato, o ritmo dos processos sociais, conservando e estabilizando o processo de aceleração e, com isso, retornando a um estágio similar ao da Modernidade Clássica; (II) renúncia definitiva ao projeto moderno e acolhimento total das subjetividades e condição pós-moderna; (III) intervenção política efetiva para retardação da dinâmica aceleratória em prol de uma “ressincronização”; e (IV) continuidade do processo aceleratório, o que levaria, de acordo com o autor, a uma ruína efetiva das ordens social, política e ecológica.

desestabilizante. A abertura para que novos estudos investiguem, com mais afinco, as possíveis intersecções entre proposições analíticas sobre o tempo e suas respectivas formas de efetuação, consiste em uma das frentes teóricas de maior relevância para a revisitação, na contemporaneidade, de temas clássicos da sociologia.

Pedro Frizo é Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e consultor em cadeias de valor agrícolas e extrativistas, junto ao Instituto Conexões Sustentáveis – Conexsus.

✉ pedro.frizo@gmail.com

Wagner Lemes do Nascimento é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

✉ wagner.lemes39@gmail.com

Referências

1. BECKERT, Jens. **Imagined futures**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.
2. GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
3. MARX, Karl. **O Capital**: Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
4. ROSA, Hartmut. **Aceleração**: a transformação das estruturas temporais na modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
5. SIMMEL, Georg. **The philosophy of money**. Londres: Routledge, 2004.
6. WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Submetido em: 2 de maio de 2020

Aceito em: 17 de agosto de 2020

<http://doi.org/10.1590/15174522-105271>

“E o Verbo se fez carne”: a Teoria dos Sistemas entre nós

LUHMANN, Niklas. *Teoria dos Sistemas na Prática*, v. II e III. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2019 e 2020.

Vinicius Madureira Maia* 

Resumo

O texto apresenta e discute os dois últimos volumes de *Teoria dos sistemas na prática*, publicados pela Editora Vozes em 2019 e 2020, respectivamente. A trilogia foi editada a partir da seleção e tradução de nove estudos — igualmente distribuídos em cada edição — de um conjunto de vinte e seis trabalhos publicados por Niklas Luhmann ao longo, sobretudo, das décadas de 1980 e 1990. Voltados à análise detida de conceitos clássicos da tradição sociológica, os textos aí reunidos revelam a percepção epistemológica luhmanniana de que transformações das estruturas sociais — no caso, a transição da sociedade estamental do Antigo Regime para a sociedade moderna, sob a perspectiva de um primado da diferenciação funcional dos sistemas sociais — acarretam necessariamente transformações das estruturas semânticas. Em tese, tais implicações reclamam das ciências sociais uma teoria unificada e condizente com a sociedade moderna, acautelada contra a imposição de pregressas convenções conceituais.

Palavras-chave: Niklas Luhmann; teoria dos sistemas sociais; estrutura social; semântica.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

“And the Word was made flesh”: the Systems Theory dwelt among us

Abstract

The text presents and discusses the last two volumes of *Teoria dos sistemas na prática*, published in 2019 and 2020, respectively, by Vozes publishing house. The edition of this trilogy was based on the selection and translation of nine studies — which are equally distributed in each edition — out of a set of twenty-six works published by Niklas Luhman mostly over the course of the 1980s and 1990s. An anthology of sophisticated analysis of classical concepts of the sociological tradition, the texts gathered in *Teoria dos sistemas na prática* reveal the Luhmannian epistemological perception in the sense that the transformations of social structures — in this case, the transition from the stratified society of the *Ancien Régime* to the modern society, under the perspective of a functional differentiation of social systems’ primacy — necessarily entails transformations of the semantic structures. In principle, such implications demand from social sciences the construction of a unified theory, consistent with the modern society, which should be prevented against the imposition of previous conceptual conventions.

Keywords: Niklas Luhmann; theory of social systems; social structures; semantic.

Constam, enfim, no catálogo da *Coleção Sociologia* da Editora Vozes, os dois últimos volumes de *Teoria dos sistemas na prática* — utilizo adiante a sigla TSP —, uma tríade cuidadosamente editada por Leopoldo Waizbort a partir da seleção e tradução de nove estudos, de um conjunto de vinte e seis trabalhos publicados por Niklas Luhmann ao longo, sobretudo, das décadas de 1980 e 1990, e agrupados sob o título *Estrutura social e semântica: estudos em contribuição à sociologia do conhecimento da sociedade moderna* (tradução livre). Do mesmo autor, a Vozes havia lançado, em 2016, o clássico *Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral*, e, por conseguinte, em 2018, o primeiro volume de TSP,¹ cujas edições já me parecem hábil e suficientemente comentadas por dois especialistas

¹ A Vozes também publicara, em 2009, um compilado de aulas ministradas por Luhmann (reunidas por Javier Torres Nafarrate), cá intitulado *Introdução à Teoria dos Sistemas*, do qual não parece haver, ao que consta, qualquer revisão até o momento.

na obra desse sociólogo alemão, Stefan Klein (2017) e João Paulo Bachur (2018), respectivamente.

Os três volumes de TSP têm o condão de atenuar consideravelmente a defasagem da aparição das obras de Luhmann nos países de língua portuguesa; reunidos, eles dão conta do conteúdo por inteiro do *Band 2* e, quase por completo, do *Band 3* da aludida série *Gesellschaftsstruktur und Semantik*, publicada pela prestigiosa editora Suhrkamp. Tanto mais dignos de nota os seguintes fatos: (i) dois textos, “Sobre o conceito de classe social” e “Substituição da teoria na pedagogia: da filantropia ao neo-humanismo”, são os primeiros a serem vertidos a outra língua além da original; (ii) à exceção dos dois primeiros estudos constantes nos volumes I e III, cada um dos demais escritos contemplados em toda a coletânea não havia logrado, até então, tradução para mais de duas outras línguas, segundo registros do *Niklas Luhmann-Archiv*, acomodado na Universidade de Bielefeld. Daí o acerto do entusiasmo de Bachur ao reconhecer: “há muito o que comemorar com a publicação” (2018, p. 1061).

Ora, no Brasil em especial, os principais trabalhos de Luhmann tardam a vir a lume ou surgem, quando menos, após a chegada e o estabelecimento da obra de seus críticos ou discípulos heterodoxos, como Habermas, Marcelo Neves, Günther Teubner, Fischer-Lescano, entre outros. Não à toa já se fale por aqui, ainda que em sentido mais amplo, em um “cenário pós-luhmanniano” (Ocampo; Brasil Jr., 2020). Tal contraste é, a um só tempo, causa e reflexo de uma recepção se não oblíqua, em todo caso intermitente e desordenada. Para se ter uma ideia, embora figure ao lado de Bourdieu como o sociólogo mundialmente mais expressivo desde a segunda metade do século XX, Luhmann não resta sequer vislumbrado em uma seleta de vinte e dois autores – considerados os principais da disciplina, “de Auguste Comte a Gilles Lipovesty” – recentemente organizada pela própria Editora Vozes.

Por outro lado, a idiossincrasia estilística de Luhmann tem engendrado dificuldades à compreensão geral de seus escritos, bem como consistido, talvez, no maior entrave à sua divulgação mundo afora. É tamanho o

adensamento textual supostamente necessário para prevenir, segundo Luhmann, a imposição de tradições conceituais ou pré-conceitos estranhos a uma teoria unificada e condizente com a sociedade moderna, que salta aos olhos do leitor a impressão de ter diante de si uma espécie de dialeto, um novo *Logos* do pensamento sociológico.² Se porventura chamou atenção a fórmula cristã empregada no título deste artigo, ela se deve a uma ilustrativa sugestão contida na apresentação de Leopoldo Waizbort — editor dos três volumes — ao volume I de TSP, a qual resume a contento o mote da coleção: abordar a teoria dos sistemas sociais por outro viés, “digamos pela via da história dos conceitos, dando carne e osso para os problemas e temas que na exposição da teoria enquanto tal aparecem muita vez de modo bastante abstrato – como por exemplo em *Sistemas Sociais*” (2018, p. 11). Pode-se supor que o próprio Luhmann, engajado como foi em um empreendimento catedralesco de construção conceitual, estaria de pleno acordo.

Os estudos seguintes [...] têm como eixo as transformações no mundo das ideias e dos conceitos que acompanham e sinalizam a passagem para a sociedade moderna [...] pressupõem um fundamento teórico transformado em relação à sociologia do conhecimento clássica. A atribuição de ideias aos grupos ou estratos que as sustentam é substituída por pressupostos bem mais complicados, referidos à teoria dos sistemas e à teoria da evolução. Nesse sentido, a pressuposição de que o desenvolvimento rumo ao moderno está conectado com a “ascensão da classe burguesa” é substituída pela tese: trata-se da passagem da diferenciação estratificatória da sociedade para a diferenciação funcional. [...] É requerida uma nova semântica e também um novo universalismo, que se adapte à diferenciação funcional e aos problemas de suas consequências (Luhmann, 2019, p. 15).

² “A sugestão de originalidade absoluta é reforçada pela criação de uma teoria de linguagem acessível unicamente para ‘iniciados’. E este caráter esotérico do jogo conceitual me parece constituir a segunda razão para a ampla atenção conferida a Luhmann.” (Käsler, 1984, p. 188, tradução livre). Compare-se essa crítica ao seguinte trecho de Bourdieu, que participava de opinião assemelhada à de Luhmann (2002) quanto à aparência exotérica da sociologia, a qual seria necessariamente, na visão do primeiro, uma ciência esotérica: “a iniciação é lenta e requer uma autêntica conversão de toda uma visão do mundo” (Bourdieu, 2004, p. 70). Para Luhmann, aliás, a sociologia seria uma ciência latentemente religiosa, e Hegel – a quem Luhmann é frequentemente associado – concebia a filosofia, por sua vez, como uma espécie de culto contínuo.

Razão pela qual os estudos compreendidos em *TSP* conformam verdadeiras contribuições à sociologia do conhecimento da sociedade moderna, como reza expressamente o subtítulo da série original. Pois, para o grande desespero dos homens, os cientistas sociais não têm o hábito, a cada vez que mudam as estruturas, de mudar de vocabulário: essa bem poderia ser uma paráfrase mordaz de Luhmann a propósito de um conhecido trecho de Marc Bloch. Afinal de contas, ele (Luhmann, 2016) não mostrava senão descontentamento com o assim considerado déficit teórico das ciências sociais no tocante à observação e descrição da sociedade moderna. Nutriu consigo a concepção de que a sociologia, na condição de mero empirismo, seria incapaz de explicar adequadamente a variedade onímoda da realidade social, bem como de compreender(-se em) uma teoria da sociedade tal como esta hoje se apresenta, isto é, acêntrica, hipercomplexa e policontextual, para utilizar aqui o jargão do luhmannês. E tal inépcia se deve, em parte, à ausência de percepção epistemológica de que as transformações das estruturas sociais acarretam necessariamente, visto acima, transformações das estruturas semânticas (Luhmann, 1997).

Em sua apresentação ao volume II de *TSP*, Waizbort (2019) propicia ao leitor, às expensas do próprio Luhmann, o oportuno resumo de um elenco — não taxativo — de quatro formas de diferenciação enquanto produtos da evolução da sociedade no plano da teoria dos sistemas, a saber: diferenciação segmentar, diferenciação segundo centro e periferia, diferenciação estratificatória e diferenciação funcional. Evolução social, digasse de passagem, não significa aí “progresso” linear a formas supostamente melhores de diferenciação, uma vez que a teoria dos sistemas sociais não brande uma tábua de valores, tampouco se presta, conforme a prédica nietzscheana, à determinação de hierarquias axiológicas. Ademais, à guisa do desenvolvimento histórico no movimento dialético hegeliano, a evolução da sociedade se verifica quando uma forma de diferenciação se torna não supressiva, mas preponderante sobre as outras, ou, na linguagem de Luhmann, quando uma forma de diferenciação regula as aplicações possíveis das demais. Com efeito, a passagem do primado de uma forma de

diferenciação à outra não implica exclusão da forma dominante precedente; diferentes formas de diferenciação amiúde coexistem. A título de ilustração, com a primazia da diferenciação funcional, pode-se ainda encontrar, normalmente, estratificação na figura de classes sociais, por exemplo, bem como diferenças segundo centro e periferia, as quais seriam, nada obstante, agora meros subprodutos da dinâmica própria dos sistemas funcionais (Luhmann, 1997; Waizbort, 2019).

No contexto de sua teoria dos sistemas sociais, a forma de diferenciação por estratos caracteriza uma modalidade de sociedade que predominou no âmbito europeu até o século XVIII, quando começou a ser substituída por uma forma de sociedade na qual a diferenciação funcional assumiu uma outra forma, de caráter funcional. Essa passagem da forma de diferenciação por estratos para a forma de diferenciação funcional detém especial importância, dado que assinala a transição para o mundo em que vivemos, a sociedade moderna. [...] O problema que nos interessa situa-se na passagem, no âmbito do processo de variação evolutiva da sociedade, da diferenciação estratificatória para a diferenciação funcional (Waizbort, 2019, p. 9 e 11).

Os tomos de *TSP* arrogam a exposição de tais transformações estruturais e suas implicações – “a obsolescência da semântica gestada na Velha Europa e a gestação de uma nova semântica” (Waizbort, 2019, p. 13) – a partir do exame detido de conceitos clássicos e caros à tradição sociológica, nomeadamente, ordem social, classe social, indivíduo, justiça, Estado, direito, religião, ética, moral, educação, humanismo etc. Luhmann pontificava que os hábitos de pensar europeus devem ser postos à prova de uma maneira muito mais decisiva do que havia sido feito até então, por exemplo, pelos próceres da Escola de Frankfurt, em cujas obras, ele denunciava, não seria possível encontrar em definitivo as respostas mais congruentes para as questões impingidas pela sociedade moderna funcionalmente diferenciada. Tinha clareza de que uma *superteoria* erigida conceitualmente a partir da sociedade hodierna seria algo muito mais radical e perturbador em suas consequências do que poderia jamais imaginar quem insistisse em recorrer

a uma semântica incontestânea e, tanto mais, empregada em meras críticas pontuais, máxime a crítica monocórdica do capitalismo (Luhmann, 1996).

Ciente do amplo consenso em vista do qual, desde o segundo terço do século passado, a sociologia veio a se reconhecer se reconhecer como ciência genuinamente empírica, Luhmann sustentava que a consciência metodológica sobre tal estatuto parece funcionar como uma sorte de garantia mesma da natureza científica da pesquisa sociológica.³ Chega-se, assim, a uma ciência social devotada à crença de que dados coletados apropriadamente conforme o método constituiriam uma espécie de comprovante por excelência da relevância das pesquisas empíricas para a realidade, cujos achados, a seu ver, o mais das vezes, não vão além dos ambientes que exploram, e cuja publicação serve eminentemente à popularização do respectivo ambiente explorado àqueles que porventura o ignorem – seja o entorno dos músicos amadores de Howard Becker ou a sociedade de esquina de Foote Whyte, por exemplo. Os cientistas sociais são naturalistas, zologistas; os sociólogos são mascates, vendendo imagens a prestação. Sob a perspectiva desse cânone metodológico, avaliações mais abstratas, calcadas em teoria, parecem indignas de consideração,⁴ lamenta (Luhmann, 1992). Um estado de coisas anterior à célebre crítica de Willard Quine ao positivismo lógico. Em tais circunstâncias, a sociologia não poderia, a rigor, dar respostas convincentes à pergunta: em que sociedade nós realmente vivemos hoje? Ou, mais ao gosto heideggeriano⁵: será que hoje temos respostas para a pergunta sobre o que propriamente queremos dizer com a palavra “sociedade”? Será que hoje estamos em aporia por não a compreender?

³ Em nota metodológica, já em 1957, Gilberto Freyre se declarava, cônica e orgulhosamente, não adepto da sociologia “cientificista” de então, a qual, tão só “por basear-se em estatísticas e números, presume-se científica.” (Freyre, 2004, p. 64).

⁴ Querendo-se uma aproximação com as concepções de Adorno nesse sentido, cf. Cohn, 2008, p. 20-24 e o próprio Adorno, 2003.

⁵ A propósito, Luhmann não seria ele também, nas palavras de Hannah Arendt, um tipo de rei abscondito nos caminhos de floresta da sociologia?

Nada obstante, prática “pretende indicar”, no caso da antologia cá discutida, “um campo de investigação algo distinto da construção da teoria” (Waizbort, 2019, p. 9), o qual possui, por isso mesmo, uma peculiar motivação interna no âmbito da totalidade da obra luhmanniana. Logo, o termo não se entende como recurso a uma espécie de hipostatização, nem decerto se confunde com a “práxis” em sentido marxista. A teoria dos sistemas sociais de Luhmann não postula em absoluto uma décima primeira tese. Já é célebre – e controversa –, a esse respeito, a afirmação peremptória de que seu objetivo maior enquanto cientista social consistia na melhoria da descrição sociológica da sociedade e não na melhoria da sociedade em si. Empenhado em realizar uma abordagem sociológica decididamente distanciada da (militância) política, Luhmann defendia, um tanto irônico, que os cientistas sociais não podem estar em Bonn⁶ – ou em Brasília... – todo santo dia.

Feitas essas considerações, antes de adentrar os estudos de *TSP* propriamente ditos, vale ainda definir: estruturas sociais, em suma, são as condições que delimitam o escopo de relações das operações de um sistema social (política, economia, direito, arte etc.) ou, dito à moda de Luhmann, as condições da autopoiese do sistema. Semântica, por sua vez, consiste no patrimônio conceitual – cultura inclusa – da sociedade (Waizbort, 2018; Holmes, 2018).

O primeiro texto do volume II, “No início não havia injustiça”, o qual conta com o filósofo Peter Sloterdijk entre os seus leitores mais entusiasmados, é um estudo “genial” sobre a origem da propriedade privada, que mostra, nas palavras de Bachur (2018, p. 1063), “como a transformação nas operações por meio das quais o solo podia ser apropriado ou dividido exigiu um conceito específico para isso.”

Ato contínuo, em “Estado e razão de Estado na transição da dominação tradicional para a política moderna” Luhmann discorre, mediante um exercício de retrospectiva histórica, sobre como o conceito e a literatura sobre razão de Estado, emergentes ao cabo do século XVI, conferem

⁶ Antiga capital administrativa da Alemanha, de 1949 até a reunificação em 1990.

fortes indícios do surgimento de um novo tipo de compreensão do Estado. Os autores da temática da *ragion di stato* lograram contribuir (sem se aperceberem de tal transição, bem como desprovidos de uma conceituação então à altura) para a transposição do entendimento da prática do poder do âmbito da estratificação social para o da diferenciação funcional, ou seja, da dominação senhorial para a política no sentido moderno.

A edição encerra, então, com “Direitos subjetivos: sobre a reestruturação da consciência jurídica para a sociedade moderna”, que forma indiretamente com “Indivíduo, individualidade e individualismo” (este no v. I) um par estupendo. Ao remontar ao pano de fundo da tradição medieval do século XVI, Luhmann evidencia que, na reconstrução reflexiva da consciência jurídica para a sociedade moderna, opera-se uma transição da semântica precedente do *ius* – aquilo que é tido por justo em dada ordem objetiva, em cuja participação se atribuem aos indivíduos, proporcionalmente, direitos e deveres – à semântica de direitos concernentes a um sujeito, para os quais é desnecessária qualquer outra fundamentação.

Em se tratando do volume III de *TSP*, o texto “A diferenciação da religião”, versa sobre o caso peculiar do processo histórico de diferenciação funcional do sistema da religião, outrora indistinta da sociedade, na forma de reação *colateral* [*Nebeneffekt*] à crescente diferenciação de outros sistemas funcionais – máxime a política, a ciência e a economia – internamente à sociedade e em relação à religião mesma. À medida que os sistemas sociais ganhavam paulatinamente autonomia em face dos vetustos controles do sistema da religião, a diferenciação deste transcorre, pois, não em curso evolutivo, mas involutivo; e a sociedade, ao seu turno, experiencia cada vez mais o fenômeno da secularização, traduzida não somente no esmaecimento gradual de uma mundividência teológica tradicional generalizadamente vinculante, mas também no relevo socioestrutural da “privatização” da decisão de cunho religioso. Equivale a dizer: a *koinonia* eclesiástica e a crença mesma tornam-se, então, questões de foro íntimo, particular, puramente. Isso posto, talvez caiba a seguinte indagação: a religião da moderna sociedade mundial seria, a rigor, um sistema autopoietico propriamente dito?

Nesse sentido, em “Ética como teoria reflexiva da moral”, Luhmann demonstra que, na sociedade estratificadamente diferenciada, a religião cristã consubstanciava a fonte única de que era então proveniente a semântica da moralidade, a qual se viu despojada de sua *ancoragem* social e religiosa a partir da transformação radical perpetrada pela diferenciação funcional dos sistemas – não à toa Luhmann se valha da locução *Paradigm Lost* noutro momento, em alusão à obra setecentista de John Milton, mais precisamente à metáfora da queda adâmica e à consequente transição do estado de inocência do homem e obediência a Deus. Urgiu, pois, o esforço filosófico destinado a fundamentar a moralidade, então, em si mesma; e é tão somente nos estertores do século XVIII que surge um novo tipo de ética, a qual busca fazer valer sua pretensão de se deparar como uma teoria reflexiva da moralidade, apta a responder, na versão da teoria dos sistemas sociais, às assim chamadas condições específicas da moral na sociedade moderna.

Por último, o estudo “Substituição da teoria na pedagogia: da filantropia ao neo-humanismo”, que inaugura o volume III de *TSP* poderia talvez valer-se da fórmula do título anterior, a saber, pedagogia como teoria reflexiva da educação. Nele, Luhmann reconstrói o curso histórico-científico através do qual o sistema da educação, no âmbito da pedagogia de cepa alemã, torna-se diferenciado em face das necessidades da divisão do trabalho e da nascente economia industrial, ao desenvolver a noção de *Bildung* [termo de difícil tradução: educação na forma de cultura, construção, cultivo de si] enquanto recurso de contingência, articulada pelo neo-humanismo ao longo do século XIX, principalmente, em substituição aos preceitos e finalidades educacionais do filantropismo, então referentes aos ditames da moralidade e da religião.

Como se vê, o modelo teórico (e histórico!) oferece instrumentos para pensar processos sociais variados e está longe de oferecer qualquer teleologia histórica ou teórica. Uma leitura atenta dos volumes de *Teoria dos sistemas na prática*, remontando o quebra-cabeças que os estudos apresentam ao serem tomados em conjunto, possibilita pôr à prova a ideia de correlação de estrutura social e

semântica, assim como testar a tese da evolução das ideias e de um processo de mudança social característico da sociedade moderna, que Luhmann teve por bem denominar: diferenciação funcional, autorreferência, autodescrição, autopoiese (Waizbort, 2020, p. 11).

O movimento textual por entre os volumes de *TSP* é, pois, atrativo e deve despertar no leitor o interesse de se aventurar em experimentações intelectuais quejandas e estimulantes, como a de investigar, por exemplo, se teria ocorrido efetivamente uma passagem da sociedade moderna a uma aventada pós-modernidade; se esta última se trata, antes, de mera virada semântica (ou inflação discursiva?) desacompanhada de manifestas transformações estruturais. Das derradeiras análises do próprio Luhmann – cuja relação com os pensadores e conceitos ditos pós-modernos era ambivalente, diga-se de passagem – não advêm quaisquer evidências de que, em algum momento do século XX (desde a sua segunda metade em diante, presumivelmente), se tenha dado uma cesura epocal que pudesse justificar tal transição.

Como se vê da riqueza do material que se tem às mãos, é de se lamentar a ausência de um volume zero, por assim dizer, composto de textos extraídos do *Band 1* da série original, cujos estudos não foram contemplados em nenhuma das edições de *TSP*, embora sejam, em tese, tão ou mais representativos da proposta cá editada,⁷ como se pode julgar a partir de alguns de seus títulos: “Estrutura social e tradição semântica”, “Interação nos estratos superiores: da transformação de sua semântica nos séculos XVII e XVIII” ou “Temporalização da complexidade: da semântica dos conceitos de tempo da Época Moderna” (Waizbort, 2020, p. 15).

Igualmente sentida é a carência, em todas as três edições, de índices remissivos⁸ e onomásticos, não necessariamente indispensáveis na hipótese de autores mais correntes ou cujas obras caiam mais no gosto de um grande

⁷ Vide, a propósito, o prefácio de Luhmann traduzido do volume original de 1980, que comparece didática e pertinentemente em todas as três edições de *TSP*; as apresentações de Waizbort a cada uma são, por sua vez, todas elas diversas e igualmente pedagógicas.

⁸ Aliás, a aludida edição de *Sistemas Sociais* da Vozes dispõe de um glossário razoável (cf. Luhmann, 2016).

público. No entanto, visto que *TSP* compreende excelentes amostras do pensamento heteróclito de Luhmann em sua quarta e última fase⁹ – repletas de referenciais teóricos frequentemente não sociológicos ou não canônicos, bem como de uma terminologia sabidamente abstrata, em parte oriunda de um processo laborioso de importação, apropriação, renomeação e ressemantização de conceitos firmados alhures, ou seja, no domínio das mais diversas ciências e modelos teóricos –, aqueles índices seriam aqui, portanto, além de instrutivos, muito bem-vindos a título de consulta e controle dos atos tradutórios e das soluções adotadas.

Por fim, o leitor consciencioso de quaisquer volumes de *TSP* não perderá de vista algo aparentemente óbvio a essa altura: não se faz justiça à teoria dos sistemas sociais o render-lhe leituras ortodoxas. E, assim, ele talvez possa aqui e ali admitir que o paradigma teórico-sistêmico estabelecido por Luhmann, “demasiadamente impregnado pelo seu contexto de surgimento, isto é, pela experiência dos Estados na modernidade central” (Neves, 2015, p. 112-113), não logrou considerar originalmente que, em determinados sistemas funcionais de alguns Estados do “centro” e, sobretudo, da “periferia” da sociedade mundial, não se vislumbra, via de regra, “a correspondência funcional empírica entre problema (aumento de complexidade, crescente pressão por seleção) e solução de problema (especificação funcional, autonomia sistêmica)” (p. 132). Tal constatação teria validade no tocante, pelo menos, aos “sistemas jurídico e político, diferenciados segmentariamente em Estados. Em referência a esses sistemas, pode-se afirmar que o primado da diferenciação funcional é questionável” (p. 131). Disso, o caso da modernidade periférica não seria senão emblemático (Neves, [1992] 2018; Klein, 2017; em sentido crítico, Dutra, 2020).¹⁰

⁹ Sirvo-me aqui da catalogação intelectual proposta por um Bachur (2018) ciente da superposição ou simultaneidade de tais fases.

¹⁰ Não poucos autores – Karl Hondrich, Hans Haferkamp, Friedrich Tenbruck, Joachim Matthes, Franz-Xaver Kaufmann, Gerhard Wagner, Sérgio Costa, entre outros – puseram em xeque a articulação luhmanniana das formas de diferenciação no transcurso da evolução social, seja por sua alegada falta de suporte empírico e sua indeterminação histórica, seja por seu suposto apego ao parâmetro da modernização europeia.

Informados do apreço de Luhmann por paradoxos, se é certo que a semântica deve refletir de forma adequada as estruturas sociais, podemos formular, nos termos de Deleuze e Spencer-Brown, que a potencialidade inerente à teoria dos sistemas sociais, sua radicalidade subjacente, é *traída* tão logo permaneçamos *fiéis* ao cerne de sua sociologia, isto é, se nos dedicarmos à sua mera *atualização* sem resposta à *virtualidade* correspondente; logo, tornamo-nos *fiéis* precisamente ao *traí-la*, ou seja, ao não repeti-la apenas, ao levar em consideração, se pretendemos melhor descrevê-la, o “espaço não marcado” das mais variadas assimetrias da sociedade mundial.

A própria teoria [além dos livros mesmos em que resta escrita] poderia também ser apresentada em outras sequências, e ela aguarda por leitores que contribuam com suficiente paciência, fantasia, habilidade e curiosidade para experimentar o que acontece com a teoria ao se tentar reescrevê-la de outro modo (Luhmann, 2018, p. 14-15).

À guisa de conclusão, Luhmann revelou, um dia, desejar para a sua ciência aquilo que um crítico literário húngaro, Miklós Szabolcsi, disse poder sentir aproximando-se da literatura, certa feita: “*une nouvelle sévérité*”. Embora o título *Teoria dos sistemas na prática* possa insinuar facilidades a leitores mais afoitos ou desprevenidos – ou àqueles que, na opinião de um velho jurista, preferem “as apostilas aos livros”, atribuindo tal capricho “a uma preguiça mental, a uma tendência a mastigar carne já moída” (Reale, 1977, p. VIII) –, a bem da verdade, com os nove estudos aí compreendidos, a sociologia deu um passo adiante, um passo vigoroso rumo a uma nova severidade, a uma nova disciplina do Espírito.

Vinicius Madureira Maia é graduado em Direito e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP).

✉ vi.madureira@gmail.com

Referências

1. ADORNO, Theodor. A filosofia muda o mundo ao manter-se como teoria. **Lua Nova**, São Paulo, n. 60, p. 131-138, 2003.
2. BACHUR, João Paulo. A prática da teoria. **Sociologia e Antropologia**, v. 8, n.03, p. 1061-1066, 2018.
3. BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
4. CONH, Gabriel. Apresentação à edição brasileira: a sociologia como ciência impura. In: ADORNO, Theodor. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 19-40.
5. DUTRA, Roberto. Por uma sociologia sistêmica pós-colonial das diferenças no interior da sociedade moderna. **Sociedade & Estado**, v. 35, n. 1, p. 259-280, jan.-/abr. 2020.
6. FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. São Paulo: Global Editora, 2004.
7. HOLMES, Pablo. A semântica da complexidade e sua estrutura social: o materialismo “pós-estruturalista” da teoria dos sistemas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 47, p. 338-368, jan.-/abr. 2018.
8. KÄSLER, Dick. Flug über den Wolken. **Der Spiegel**, n. 50, p. 184-190, 1984.
9. KLEIN, Stefan. Niklas Luhmann, Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral. **Tempo Social**, v. 29, n. 3, p. 349-367, 2017.
10. LUHMANN, Niklas. **Teoria dos sistemas na prática**. v. III (História, semântica e sociedade). (Ed. Leopoldo Waizbort). Petrópolis: Vozes, 2020.
11. LUHMANN, Niklas. **Teoria dos sistemas na prática**. v. II (Diferencial funcional e modernidade). (Ed. Leopoldo Waizbort). Petrópolis: Vozes, 2019.
12. LUHMANN, Niklas. **Teoria dos sistemas na prática**. v. I (Estrutura social e semântica) (Ed. Leopoldo Waizbort). Petrópolis: Vozes, 2018.
13. LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais**: esboço de uma teoria geral. Petrópolis: Vozes, 2016.
14. LUHMANN, Niklas. Ciência incompreensível: problemas de uma linguagem própria à teoria. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 63, p. 51-59, 2002.
15. LUHMANN, Niklas. **Die Gesellschaft der Gesellschaft**. v. II. Frankfurt am Main: Suhrkamp Taschenbuch Verlag, 1997.
16. LUHMANN, Niklas. **Protest**: Systemtheorie und soziale Bewegungen. (Ed. Kai-Uwe Hellmann). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996.
17. LUHMANN, Niklas. Probleme in der Forschung der Soziologie. In: LUHMANN, Niklas. **Universität als Milieu** (Ed. André Kieserling). Bielefeld: Haux, 1992. p. 69-73.

18. NEVES, Marcelo. **Constituição e direito na modernidade periférica**: uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
19. NEVES, Marcelo. Os Estados no centro e os Estados na periferia: alguns problemas com a concepção de Estados da sociedade mundial em Niklas Luhmann. **Revista de Informação Legislativa**, v. 52, n. 206, p. 111-136, 2015.
20. OCAMPO, Sérgio P.; BRASIL Jr., Antonio. O cenário “pós-luhmanniano” e a América Latina: entrevistas com Marcelo Neves e Aldo Mascareño. **Sociologia & Antropologia**, v. 10, n. 1, p. 15-72, 2020.
21. REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. São Paulo: Saraiva, 1977.
22. WAIZBORT, Leopoldo. Apresentação. In: LUHMANN, Niklas. **Teoria dos sistemas na prática**. v. I (Estrutura social e semântica) (Ed. Leopoldo Waizbort). Petrópolis: Vozes, 2018. p. 9-11.
23. WAIZBORT, Leopoldo. Apresentação. In: LUHMANN, Niklas. **Teoria dos sistemas na prática**. v. II. (Diferencial funcional e modernidade). (Ed. Leopoldo Waizbort). Petrópolis: Vozes, 2019. p. 9-13.
24. WAIZBORT, Leopoldo. Apresentação. In: LUHMANN, Niklas. **Teoria dos sistemas na prática**. v. III (História, semântica e sociedade) (Ed. Leopoldo Waizbort). Petrópolis: Vozes, 2020. p. 9-13.

Submetido em: 9 de julho de 2020

Aceito em: 9 de setembro de 2020

Política Editorial

Sociologias é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo por missão promover o intercâmbio entre cientistas sociais do Brasil e do exterior.

Sociologias é uma revista de orientação pluralista que busca ampliar os espaços para expressão das diversas correntes existentes nas ciências sociais, colocando em debate temas e abordagens que constituem o campo acadêmico da sociologia. Contempla, também, espaço para outras áreas do conhecimento como antropologia, literatura, informática, economia, entre outras, que apresentem importantes interfaces com a sociologia.

Seu projeto editorial contempla duas partes principais: um dossiê temático, específico para cada número, e uma seção diversificada que abrange artigos científicos e de atualização teórico-metodológica, resenhas, notas de pesquisa, entrevistas.

O título **Sociologias** deve ser usado em bibliografias, notas de rodapé e em referências e legendas bibliográficas.

A revista encontra-se disponível para colaboradores de todos os países, possuindo um conselho editorial diversificado em termos de regiões do Brasil e incluindo consultores internacionais e tem contado com apoio financeiro da PROPESQ-UFRGS, Capes e CNPq.

Sociologias é publicada no Brasil sob responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sociologias aceita trabalhos inéditos (não publicados em outras revistas ou como capítulos de livros) na forma de artigos, resenhas e comunicações de pesquisas em ciências sociais que apresentem relevância acadêmica e social.

A aceitação dos trabalhos para o processo de avaliação por pares está condicionada à adequação rigorosa do manuscrito às Diretrizes para Submissão. Pelo menos um dos autores do manuscrito submetido deve possuir título de Doutor. Aceitam-se manuscritos em coautoria de até quatro pessoas, sendo pelo menos uma com título de doutor. O primeiro autor deverá ter no mínimo o título de Mestre. No caso de resenhas é permitida a autoria de mestres.

A publicação dos trabalhos está condicionada a, pelo menos, duas avaliações de pares escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou colaboradores de **Sociologias** com experiência relevante na área de conhecimento. O sistema de avaliação é duplo cego. Os trabalhos são avaliados de acordo com os seguintes critérios: (i) *clareza da redação*, (ii) *qualidade e rigor dos argumentos apresentados*, (iii) *validade dos dados apresentados*, (iv) *oportunidade e relevância do artigo para a discussão de problemas na área de pesquisa envolvida*, e (v) *atualidade e adequação das referências contidas no trabalho*. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo, por parte da Editoria, são previamente acordadas com os autores.

Diretrizes para submissão

Sociologias aceita trabalhos inéditos na forma de artigos, resenhas e comunicações de pesquisas em ciências sociais que apresentem contribuições inovadoras e relevantes em sua área temática e demonstrem rigor teórico e metodológico em sua construção. As contribuições podem ser submetidas nos idiomas português, espanhol, francês ou inglês.

Artigos submetidos em inglês ou francês, uma vez aprovados no processo de avaliação, deverão ser traduzidos para o português e publicados nos dois idiomas, ficando os autores responsáveis pela tradução, que poderá ser realizada por tradutores de livre escolha dos autores ou escolhidos em lista sugerida pela revista.

Os manuscritos devem destinar-se exclusivamente à **Sociologias**, isto é, não poderão ser submetidos simultaneamente a outro(s) periódico(s). A Revista não assume responsabilidade por análises e considerações emitidas pelos autores.

Para qualificarem-se à avaliação por pares, as contribuições devem atender aos seguintes critérios:

1. Pelo menos um dos autores possuir título de Doutor e, em caso de coautoria, o primeiro autor ter pelo menos o título de mestre e o manuscrito contar, no máximo, com quatro autores. No caso de resenhas é permitida a autoria de mestres;
2. Os autores devem realizar cadastro no sistema SEER – (<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register>) e iniciar o processo dos cinco passos para submissão, seguindo as diretrizes para submissão;
3. Os manuscritos para as seções Artigos e Interfaces deverão ter no máximo 8.000 palavras ou 22 páginas, incluindo resumo e referências.

Resenhas deverão ter no máximo 4.500 palavras ou 10 páginas. O manuscrito deve estar apresentado em formato A4, fonte Times New Roman 12, espaço 1,5 e margens superior e esquerda de 3 cm, e inferior e direita de 2 cm;

4. O arquivo submetido do manuscrito deve estar em formato editável contendo título e resumo (de até 250 palavras) no idioma em que está sendo submetido e em inglês, até cinco (5) palavras-chave que permitam a adequada indexação do artigo, e lista de referências conforme normas ABNT;
5. O resumo deve descrever de forma sucinta e clara a que se propõe o trabalho e o que será exposto no texto;
6. O texto deve estar redigido com clareza e correção gramatical e atender aos critérios da escrita científica;
7. O arquivo submetido com o texto não deve trazer qualquer identificação de autoria, para assegurar o anonimato na avaliação;
8. Desenhos, gráficos, mapas, tabelas, quadros e fotografias, devem conter título e fonte, e estar numerados. Imagens devem ter resolução de pelo menos 300 dpi. Todos os elementos gráficos devem ser submetidos em arquivo separado, com indicações claras de onde devem ser inseridos ao longo do texto;
9. Títulos de seção e subtítulos não devem utilizar caixa alta, tendo só a primeira letra capitalizada. Subtítulos de 1º nível devem usar fonte 12 e ser negritados, subtítulos de 2º nível, fonte 12 em itálico negrito; 3º nível, fonte 12 em itálico não negrito;
10. As notas devem restringir-se ao mínimo possível e, se necessárias, devem ser numeradas consecutivamente dentro do texto e colocadas ao pé da página;

11. As citações literais curtas (menos de três linhas) serão integradas ao parágrafo, entre aspas e seguidas pelo sobrenome do autor referido no texto, ano de publicação e página(s) do texto citado, tudo entre parênteses e separado por vírgulas. Citações de mais de três linhas serão destacadas do texto em parágrafo especial, em fonte 11, sem uso de itálico e com recuo de 4 cm a partir da margem esquerda;
12. Referências ao longo do texto devem utilizar o sistema autor-data, sem utilizar caixa alta para o nome de autor. Por exemplo, (Moser, 1985). Todas as obras citadas ao longo do texto devem constar da lista de referências ao final do mesmo. Obras não citadas não devem fazer parte da lista;
13. A lista de referências deve seguir a norma ABNT NBR 6023, conforme exemplos a seguir::

a) Livros

MOSER, Anita. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985. (Coleção Debate e Crítica).

LEMONS, Carlos A. O morar em São Paulo no tempo dos italianos. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990. p. 401-409.

CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1968.

b) Artigo de periódico

NOGUEIRA, Ronidalva. Michel Foucault numa breve visita às prisões de Pernambuco. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 269-282, jul./dez. 1990.

O REI está nú (2): adianta porém constatar o óbvio? **Isto é**, São Paulo, n. 1189, p. 15, 15 jul. 1992. Editorial.

c) Coletânea

NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

d) Teses acadêmicas

RAMOS, Eloisa Helena Capovila da Luz. **O Partido Republicano rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895**. 1990. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

e) Verbetes

PISTONE, Sérgio. Bonapartismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1986. p. 118-119.

PAGALLO, G. T. Demócrito. In: **DICCIONARIO de filósofos**. Madrid: Rioduero, 1986. p. 321-324.

f) Informação ou texto obtido na internet

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Conheça o IBICT**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/ibict/frame.htm>>. Acesso em: 01 out. 1997.

Envio de manuscritos

Os(as) autores(as) devem realizar cadastro no sistema SEER (<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register>) e iniciar o processo dos cinco passos para submissão, seguindo as instruções aos autores.

Guidelines for Authors

Sociologias is a triannual journal published by the Graduate Program of Sociology (PPGS) - Institute of Philosophy and Human Sciences (IFCH), Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). **Sociologias** is intended to promote the dialogue between Brazilian and foreign social scientists.

The journal accepts previously unpublished works, including articles, book reviews and research communications in the field of social sciences, which represent innovative and relevant contributions, and meet the criteria of theoretical and methodological academic rigor. Contributions can be submitted in Portuguese, Spanish, French or English.

Papers submitted in English or French, once approved following the evaluation process, should be translated into Portuguese and published in both languages (the original and Portuguese), the authors being responsible for the translation, which may be done by translators of free choice of the authors or chosen from a list suggested by **Sociologias**.

The proposed manuscripts must be submitted exclusively to **Sociologias**, that is, they should not be simultaneously submitted to other journals. The Journal does not assume responsibility for concepts expressed by the authors. Spontaneous submission of any collaboration automatically implies full cession of copyright to PPGS-UFRGS.

Publication of manuscripts is conditioned to approval by at least two reviewers among members of the Editorial Board and other contributors of **Sociologias**, who hold expertise in the relevant area of knowledge. The whole peer review process is “blind”, so that neither authors nor reviewers know each others’ identity. Manuscripts are reviewed with basis on the following criteria: *clear and correct writing, quality and accuracy of the arguments, validity of the presented data, timeliness and relevance of the article to the discussion of problems in the area of research, and the adequacy and contemporaneity of the references*. Any suggestions from the Editorial Board for changes in structure or content of the manuscript will only be made in agreement with authors.

To be eligible for peer reviewing, contributions must meet the following criteria:

1. At least one of the authors must have a doctorate and, in case of co-authoring, the first author must have at least Master's title. The manuscript should be authored by, at most, four authors. In the case of book reviews the author(s) should hold at least a Master's title;
2. For submitting manuscripts to Sociologias authors must register at the site of the journal at: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register>> and follow the five steps for submission, according to the guidelines for authors.
3. Manuscripts should have a maximum of 8,000 words or 22 pages, including abstract and references. Book reviews should have a maximum of 4,500 words or 10 pages. The manuscript should be presented in A4 format, Times New Roman 12, 1.5 space, with top and left margins of 3 cm, and bottom and right 2 cm.
4. The file with the submitted manuscript should be editable and should bring title and abstract (up to 250 words) in both the language of submission and in English, besides up to 5 keywords that allow appropriate indexing of the article, and list of references compliant with ABNT standards.
5. The abstract should describe succinctly and clearly the purpose of the work and the content of the article.
6. The text should be written with clarity and grammatical correctness and should meet scientific writing criteria.
7. The submission file should not contain any identification of authors, in order to ensure blind evaluation.

8. Drawings, graphs, maps, tables, charts and photographs should contain title and source, and be numbered. Images should have a resolution of at least 300 dpi. All graphics should be incorporated into the manuscript.
9. Section titles and subtitles should not use capital letters and have only the first letter capitalized. 1st level subheads should use font 12, bold; 2nd level subheads, italicized font 12 bold; 3rd level, font 12 in italics without boldface.
10. Notes should be restricted to a minimum and be placed at the foot of the page.
11. Short citations (less than three lines) will be integrated in the paragraph, put in italics, followed by the surname of the cited author, year of publication and page (s) of the quoted text. Citations of more than three lines must be indented four cm from the left margin.
12. References in the text should use the author-date system, without using capital letters for the author name. For example, (Moser, 1985). All works cited in the text should appear in the list of references at the end of it. Works not mentioned should not be part of the list.
13. 13. The list of references must follow the ABNT NBR 6023 standard, as the following examples:

a) BOOKS

MOSER, Anita. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985. 123 p. (Coleção Debate e Crítica).

LEMONS, Carlos A. O morar em São Paulo no tempo dos italianos. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990. 740 p. p. 401-409.

CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1968. 119 p.

b) ARTICLES IN JOURNALS

NOGUEIRA, Ronidalva. Michel Foucault numa breve visita às prisões de Pernambuco. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 269-282, jul./dez. 1990.

O REI está nú (2): adianta porém constatar o óbvio? **Isto é**, São Paulo, n. 1189, p. 15, 15 jul. 1992. Editorial.

c) TEXTS IN COLLECTIONS

NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p.

d) ACADEMIC THESES

RAMOS, Eloisa Helena Capovila da Luz. **O Partido Republicano rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895**. 1990. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

e) ENTRIES FROM A DICTIONARY

PISTONE, Sérgio. Bonapartismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1986. 1318 p. p. 118-119.

PAGALLO, G. T. Demócrito. In: **DICCIONARIO de filósofos**. Madrid: Rioduero, 1986. 1444 p. p. 321-324.

f) INFORMATION OR TEXT OBTAINED FROM THE INTERNET

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Conheça o IBICT**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/ibict/frame.htm>>. Acesso em: 01 out. 1997.

Números publicados

1	Conflitualidades	29	Sociedade e Educação: dilemas contemporâneos
2	Cidadania e Democracia	30	Participação, Cultura Política e Cidades
3	Sociedade Civil e Estado Social	31	Pesquisa Quantitativa na Sociologia
4	Trabalho	32	Desigualdade Política, Democracia e Governança Global
5	Metodologias Informacionais	33	Axel Honneth e a Teoria do Reconhecimento
6	Ciência & Tecnologia	34	Figurações da Violência
7	Saúde e Gerações	35	Ciências Sociais e a Questão Ambiental
8	Violências, América Latina	36	Sociologia da Dádiva
9	Teoria Sociológica	37	Sociedade, Conhecimentos e Sustentabilidade
10	Democracia, Sustentabilidade e Mundo Rural na América Latina	38	Sociologia Política
11	Sociedade e Território	39	Sociologia e Moral
12	Novas realidades do trabalho – Brasil e Portugal	40	Racismo e Antirracismo
13	Sociedade e Direito	41	Epistemologia das Ciências Sociais
14	Sociologias na (en) América Latina, ALAS	42	A Sociedade Urbana Contemporânea na América Latina
15	Complexidade	43	As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa: lutas, saberes e ideias de futuro
16	Sociedade e Políticas Públicas	44	Durkheim Cem Anos
17	Desafios da Educação Superior	45	Trabalhadores, sindicatos e a transnacionalização da militância
18	Riqueza e Desigualdades	46	Transformações científicas e tecnológicas e implicações econômico-sociais
19	Conhecimentos, Redes e Sociedade	47	Sociologia dos intelectuais
20	Violências, medo e prevenção	48	Literatura e conhecimento sociológico
21	Gênero, família e globalização	49	Sociologia das migrações: entre a compreensão do passado e os desafios do presente
22	Metodologia e Transdisciplinaridade	50	Agendas biomédicas: interfaces do conhecimento em saúde no século XXI
23	Democracia, Poderes e Segurança	51	Mudanças climáticas, ciência e sociedade
24	Políticas Públicas e Cidadania	52	Corpos, emoções e risco
25	Trabalho, emprego e precarização social	53	El protestantismo vivido
26	Estudos sociais em ciência e tecnologia	54	Internacionalização da educação superior
27	Ciências Sociais e Desenvolvimento	55	Sociologia e fronteiras
28	Dinâmicas da ação coletiva		

Tipologia Zapfhumnst BT, 10/14,5
Papel: Off set 75 g/m² na
Impresso: Gráfica da UFRGS